

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS
E CIÊNCIAS HUMANAS

FLÁVIA PRETO DE GODOY
OLIVEIRA

Natureza Peregrina: a fauna e a flora das
Índias Ocidentais nas crônicas oficiais
hispânicas (1570 -1620)

São Paulo

2016

(Versão Corrigida)

FLÁVIA PRETO DE GODOY OLIVEIRA

Natureza Peregrina: a fauna e a flora das Índias
Ocidentais nas crônicas oficiais hispânicas (1570 -1620)
(Versão Corrigida)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutora em História.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Torres Megiani.

De acordo:

Profa. Dra. Ana Paula Torres Megiani

São Paulo

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Oliveira, Flávia Preto de Godoy
On Natureza Peregrina: a fauna e a flora das Índias Ocidentais nas crônicas oficiais hispânicas (1570 - 1620) / Flávia Preto de Godoy Oliveira ; orientadora Ana Paula Torres Megiani. - São Paulo, 2016.
339 f.

Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social.

1. Crônicas Oficiais. 2. História da América Colonial. 3. História Natural. 4. História da Ciência. 5. Monarquia Hispânica. I. Megiani, Ana Paula Torres, orient. II. Título.

OLIVEIRA, Flávia Preto de Godoy. **Natureza Peregrina: a fauna e a flora das Índias Ocidentais nas crônicas oficiais hispânicas (1570 -1620)**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutora em História.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Paula Torres Megiani
(Orientadora)

Profa. Dra. Iris Kantor
FFLCH - USP

Prof. Dr. José Carlos Vilardaga
UNIFESP

Profa. Dra. Márcia H. Alvim
UFABC

Prof. Dr. Thomas A. Santoro Haddad
EACH – USP

AGRADECIMENTOS

Desde a graduação, ao consultar as teses e as dissertações, procurava ler os agradecimentos elaborados pelos candidatos aos títulos de mestre e doutor. Sempre pensei que era nesta parte do texto que visualizaríamos o quão coletivos são os trabalhos de pesquisa que, em geral, envolvem não só os professores e os colegas de trabalho, mas também os amigos e a família daqueles que se propunham a dedicar seu tempo nas investigações de determinados temas. Finalizando a minha tese, continuo com essa mesma percepção e faço dos meus agradecimentos um reconhecimento da coletividade deste trabalho.

A lista de pessoas e instituições que merecem a minha gratidão é bastante grande, no entanto, não é imune a esquecimentos, por isso, desde já peço desculpas.

Primeiramente, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo. Tanto os professores, quanto os funcionários do programa foram fundamentais em momentos delicados e importantes da pesquisa. Aos professores doutores Dante Teixeira e Márcia Barros, obrigada pelas discussões desenvolvidas durante suas disciplinas.

Agradeço também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelas bolsas concedidas para a realização da pesquisa.

Durante a investigação, consultei o acervo de diferentes bibliotecas e arquivos. Aos funcionários dessas instituições, muito obrigada pela ajuda.

Aos professores doutores José Carlos Viladarga, Iris Kantor, Márcia Alvim e Thomás Haddad, que participam da banca, muito obrigada pela leitura, pela disponibilidade, pelas críticas e pelas sugestões. Aos professores Márcia H. Alvim e Thomás Haddad agradeço duplamente, uma vez que estiveram presentes em minha qualificação e suas ponderações foram importantes para redefinições da tese. Espero que tenha compreendido adequadamente suas recomendações. Também gostaria de agradecer aos professores que aceitaram compor a banca como suplentes.

O processo de “gestação” de uma tese antecede o ingresso no programa de doutorado, por isso, seria injusto não acrescentar agradecimentos à minha casa de origem: Unicamp. Todos os professores do departamento de História foram fundamentais em minha formação. Agradeço, em especial, aos professores José Alves de Freitas Neto, Leila Mezan Algranti e,

obviamente, Leandro Karnal, cujas orientações de caminhos teóricos e metodológicos foram muito importantes ao longo da graduação e do mestrado.

Ingressar na Universidade de São Paulo nem sempre é fácil, para a interiorana que sou, os corredores da FFLCH sempre me pareceram cheios e agitados. No entanto, aos poucos, fui me familiarizando com toda aquela movimentação. Certamente contribuíram nesse processo os amigos que fiz na USP, com destaque para os integrantes do GEHIM (Grupo de Estudos de História Ibérica Moderna). A todos que estiveram presentes nas reuniões e nos encontros do grupo, meu sincero obrigada. Adriana Angelita, Ximena León, Marcos Veiga, Clara Couto, Marcella Miranda, Daniel Carvalho e Ana Hutz, a vocês minha gratidão é ainda maior: em diferentes momentos me auxiliaram, seja com palavras de apoio, indicações, livros e risadas. A FFLCH não seria a mesma sem vocês.

Agradeço também aos colegas de trabalho e alunos que, no início do doutorado, faziam parte do meu cotidiano e compartilhavam minha correria entre Americana, Indaiatuba e Rio Claro. Ao professor Pedro Tosi, obrigada pela compreensão e flexibilidade quando eu precisava.

Em minha primeira estadia na Espanha, como parte do projeto “O Brasil na Monarquia Hispânica”, conheci e pude compartilhar momentos fantásticos com pessoas das “quatro partes do mundo”, realmente. Agradeço aos amigos do Archivo de Indias: Ybeth Arias, Luís Alexandre Cerveira, Fabian Fechner, Nelson Fernando González, Alex Ponsen, Kasuhiza Takeda e Deni Hernández. Em especial, à querida amiga Leticia G. de Ceca, que sorte a minha conhecê-la. Já em Madrid, à companheira peruana de BNE: Gleyde Sullón. Também sou particularmente grata ao professor José Manuel Santos pela disponibilidade e por ter me recebido e ajudado em Salamanca e Simancas.

Na segunda estada na Espanha, durante meu estágio PSDE, pessoas mágicas – sim, incríveis – passaram pela minha vida e tornaram a terra de Cervantes um espaço a mais para as minhas saudades. Agradeço ao Pedro, pernambucano de coração gigante, que me recebeu nos primeiros dias em Madrid, pela hospitalidade e amizade. Aos pesquisadores e funcionários do CCHS – CSIC, obrigada pelo apoio, indicações e sugestões. Aos amigos Julián, Julia, Kate e Carolina, agradeço pela companhia nos almoços e em diferentes momentos em Madrid. Não tenho como expressar minha gratidão a Juan Pimentel, sua acolhida e generosidade em todos os momentos do estágio (sugerindo e emprestando livros, discutindo ideias), inclusive nos momentos difíceis, como durante a derrota na Copa, foram fundamentais para a pesquisa.

Não poderia deixar de mencionar minhas amadas “guapetonas”: Sandra Saenz-Lopez Perez e Maru Constantino, companheiras de escritório, de risadas e de andanças. Vocês, certamente, fizeram meus dias em Madrid mais felizes, sou grata por tudo que fizeram por mim. Na tese, vocês poderão reconhecer muito de nossas conversas, inclusive o título (gracias por la sugerencia, Sandra!).

Agradeço também aos amigos da Unicamp, muitos dos quais fazem parte da minha vida desde 2002. Aos colegas do grupo de América da Unicamp, especialmente ao Luiz Estevam de O. Fernandes, Anderson Roberti dos Reis e Luís G. Kalil, cujos encontros em congressos e eventos sempre foram repletos de discussões, obrigada pelas trocas.

Às amigas que me acompanham desde a graduação: Chrislaine Damasceno, Marina Teixeira, Thaís H. dos Santos e Lizandra M. Ferraz, obrigada por fazerem parte dessa jornada desde o início. Às amigas Loyane Ferreira, Valéria Soares, Raquel Gomes, Patrícia Xavier e ao amigo Rafael: agradeço o apoio, as palavras e o contato, mesmo que, às vezes, restritos ao mundo virtual. À Lettícia, pelas estadias em Paris, por me visitar em Sevilha quando eu precisava, por estar presente apesar dos quilômetros de distância. Ao Gera, pelas conversas que me puxavam do meu quadrado. Ao Rodolpho pelas ajudas burocráticas e pela torcida. Também sou grata à querida Renata pela revisão e os comentários sempre delicados e cheios de mineirice.

Agradeço imensamente às “unicampers”, companheiras de congressos, cachos e angústias: Flavia Galli Tatsch, cujas conversas me fazem tão bem, e Priscila Pereira, se contabilizarmos e analisarmos nossas mensagens e confissões sobre nossas teses, certamente daria uma tese. Esses foram meses intensos, com certeza compartilhar com vocês tudo que vivi me ajudou a pensar na tese e na vida.

Obrigada também aos amigos de sempre: Priscila Mattos, pelas décadas de amizade, Daniele Maria Padovani, por mostrar que amizades resistem, Augusto Ximenes e Ana, pela hospedagem na Holanda, Tathiana Guizelini e Leonardo Baruffaldi, pela companhia e jantares ao longo de todo esse processo, e Bibiane, por me fazer rir com seu jeito sarcástico e doce.

Aos amigos do lado de cá, ou seja, de Americana e adjacências: Mariana Seleghini e Mariana Daldin, obrigada pelas histórias e companhia; Melina Rovina, obrigada por aceitar fazer parte de projetos paralelos malucos; Kamilla Miglioranza obrigada pelo apoio e torcida nos últimos meses; Felipe Campos, pelos vinhos compartilhados. Também agradeço à Elena Iorga pelo cuidado na tradução do resumo.

Agradeço à minha família, que de tão numerosa que é, cometeria uma injustiça ao elencar alguns nomes. Porém meus tios e primos sabem o quão queridos e importantes são

para mim. Sinto-me em dívida, sobretudo, por aqueles que se preocuparam com minha mãe quando eu não pude estar presente. Meus agradecimentos seriam incompletos se não mencionasse a família agregada “os Bordinhons”, obrigada por tudo. Agradeço, especialmente, à Vera e ao Bruno por me aguentarem ao longo desses anos e por estarem sempre presentes. Um obrigada todo singelo também à minha família de quatro patas, Anakin, Katrina e Nemo.

Por fim, restam três agradecimentos, propositalmente alocados ao final, talvez pela dificuldade em expressar minha gratidão.

Sou imensamente grata à professora doutora Ana Paula Torres Megiani, que não somente me abriu as portas da FFLCH, como foi responsável por tornar seus corredores menos estranhos e “espinhosos”. Ana, muito obrigada por sua orientação, por todas as oportunidades e, principalmente, pelo apoio – intelectual e psicológico – quando precisei. Os acertos da tese, certamente, são derivados do nosso esforço conjunto, já os erros e problemas à minha teimosia.

As páginas da minha vida, incluindo, estas que compõem a tese, não seriam as mesmas sem essas duas pessoas. À minha mãe pelo apoio incondicional, por acreditar no meu potencial e pela dedicação constante, obrigada. Peço desculpas pelas ausências, pelas palavras às vezes nada delicadas nos momentos de estresse. Tenho uma sorte gigante de ser sua filha.

Por fim, ao Daniel, fofinho, namorado e amigo, agradeço pela companhia nos últimos meses (eu sei que não foram fáceis), pela paciência, pela compreensão (sobretudo nos momentos em que estive a milhares de quilômetros de distância) e pelo apoio. Obrigada por tornar meus dias mais felizes.

Mandastes as fontes correr em riachos, que serpeiam por entre os montes.
Ali vão beber os animais dos campos, neles matam a sede os asnos selvagens.
Os pássaros do céu vêm aninhar em suas margens, e cantam entre as folhagens.
Do alto de vossas moradas derramais a chuva nas montanhas, do fruto de vossas obras se farta
a terra.
Fazeis brotar a relva para o gado, e plantas úteis ao homem, para que da terra possa extrair o
pão e o vinho que alegra o coração do homem, o óleo que lhe faz brilhar o rosto e o pão que
lhe sustenta as forças.
As árvores do Senhor são cheias de seiva, assim como os cedros do Líbano que ele plantou.
(...) Ó Senhor, quão variadas são as vossas obras! Feitas, todas, com sabedoria, a terra está
cheia das coisas que criastes.
(BÍBLIA, SALMOS, 103, 10-24)

Dilatarnos hemos, no solo a muchas parte de nuestra Europa, y Asia, y África donde han
llegado armas, y estandartes de Vuestra Majestad, pero a los nuevos mundos descubiertos no
creídos de los antiguos, a lo menos para que se pudiese pasar a ellos. Allí tenía su lugar el
ingenio y la doctrina para encarecer como es razón tan grande cosa, y para conferirla con lo
antiguo. Pintaremos nuevo cielo nunca visto de nuestros pasados, nueva tierra nunca
imaginada, con la extrañeza que tiene, donde no hallaremos cosa que parezca a las nuestras;
nuevos árboles, yerba, fieras, aves y pescados; nuevos hombres, costumbres y religión;
grandes acaecimientos en la conquista y la posesión de lo conquistado
(PÁEZ DE CASTRO, Juan. “De las cosas necesarias para escribir Historia”)

RESUMO

OLIVEIRA, Flávia Preto de Godoy. *Natureza Peregrina: a fauna e a flora das Índias Ocidentais nas crônicas oficiais hispânicas (1570 -1620)*. 2015. Tese (doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo. 2015.

Esta tese apresenta uma reflexão acerca dos conhecimentos sobre a fauna e a flora do Novo Mundo produzidos pelas instituições vinculadas à Coroa espanhola entre os anos de 1570 e 1620. Para tanto, optou-se pela análise das crônicas oficiais e dos documentos expedidos pelo *Consejo de Indias* que demandavam informações sobre o mundo natural americano. As configurações e as funções que assumiam os saberes sobre os animais e as plantas nas estruturas burocráticas e no espaço discursivo das crônicas oficiais são elementos analisados ao longo dos quatro capítulos que compõem a tese. No primeiro apartado, além de discussões teóricas e historiográficas sobre as relações entre império, conhecimento e ciência, foram examinadas algumas das cédulas e instruções enviadas pelo *Consejo de Indias* a diferentes partes do continente no período anterior a 1570. O segundo capítulo foi dedicado à análise da reforma empreendida por Juan de Ovando no *Consejo de Indias*, sobretudo, em relação às leis e demandas relativas à coleta de dados e construção de conhecimentos sobre o continente americano, também foram discutidos aspectos relacionados à criação do cargo de cosmógrafo o cronista maior das Índias. O terceiro capítulo está dedicado ao exame das obras do primeiro cosmógrafo e cronista maior das Índias, Juan López de Velasco. O último capítulo está centrado no estudo dos dois cronistas oficiais das Índias que atuaram durante o reinado de Felipe III: Antonio de Herrera y Tordesillas e Pedro de Valencia. Com a análise desse conjunto documental, pretendemos evidenciar a configuração de uma cultura epistêmica no seio das instituições oficiais, a qual estava em diálogo com tradições letradas e científicas do período, bem como com os anseios de constituição de uma ideia de império para a Monarquia Hispânica.

Palavras Chaves: Crônicas Oficiais; História Natural; *Consejo de Indias*; Cultura Epistêmica.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Flávia Preto de Godoy. *Natureza Peregrina: a fauna e a flora das Índias Ocidentais nas crônicas oficiais hispânicas (1570 -1620)*. 2015. Tese (doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo. 2015.

This thesis presents a reflection about the knowledge of the New World's fauna and flora, generated by the institutions linked to the Spanish Crown between the years of 1570 and 1620. For this, it was opted for the analysis of the official chronicles and documents issued by *Consejo de Indias* that demanded information about the American natural world. The configurations and the functions that took on the knowledge about animals and plants in the bureaucratic structures and in the discursive space of the official chronicles are analyzed elements during the four chapters that compound the thesis. In the first part, beyond the theoretical and historiographical discussions about the relationships among the empire, knowledge and science, were examined some of the documents and instructions sent by *Consejo de Indias* to different parts of the continent in the period before 1570. The second chapter was dedicated to the analysis of the reform made by Juan de Ovando in *Consejo de Indias*, mainly with regard to laws and demands linked to data gathering and knowledge building about the American continent and also were discussed aspects related to the creation of the cosmographer-chronicler major of Indies position. The third chapter is dedicated to the examination of the first cosmographer-chronicler major of Indies Juan Lopez de Velasco's work. The last chapter is focused on the analysis of two Indies official chroniclers that acted during Felipe III's reign: Antonio de Herrera y Tordesillas and Pedro de Valencia. With the analysis of this documentation, it is intended to emphasize the configuration of an epistemic culture within the official institutions, culture related to literate and scientific traditions of that period as well as to the desire to establish an idea of empire for the Hispanic monarchy.

Key words: Official Chronicles; Natural History; *Consejo de Indias*; Epistemic Culture.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fig. 1	Mapa de la <i>Descripción de la gobernación de los Quixos</i> (1608)	p. 44
Fig. 2	Retrato de Pedro Fernández de Castro y Andrade, o Conde de Lemos	p. 46
Fig. 3	Retrato de Pedro de Valencia	p. 46
Fig. 4	Frontispício proposto por Antonio Herrera y Tordesillas (1599)	p. 55
Fig. 5	Demarcación y Navegaciones de Yndias de Juan López de Velasco	p. 205
Fig. 6	Trecho de <i>Demarcación y División de las Indias</i> de Juan López de Velasco	p. 207
Fig. 7	Descripción de las Indias del Norte	p. 208
Fig. 8	Portada do livro <i>Descripción de las Indias Occidentales</i> (1601) de Antonio Herrera y Tordesillas	p. 229
Fig. 9	Descripción (mapa) de la audiencia de Charcas em <i>Demarcación y División de las Indias</i>	p. 245
Fig. 10	Descripción (mapa) de la audiencia de Charcas em <i>Descripción de las Indias Occidentales</i> de Antonio de Herrera y Tordesillas	p. 246
Fig. 11	Páginas do Manuscrito 3064 da Biblioteca Nacional de España	p. 288

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGI	Archivo General de Indias
AGS	Archico General de Simancas
AHN	Archivo Histórico Nacional
ARJB	Archivo del Real Jardín Botánico
BNE	Biblioteca Nacional de España
BRME	Biblioteca del Real Monasterio de El Escorial
IVDJ	Instituto Valencia de Don Juan
RAH	Real Academia de la Historia

SUMÁRIO

Introdução	14
Capítulo I – Império e Conhecimento do Mundo Natural	42
1.1 Império, Ciência e Conhecimento do Mundo Natural: conceitos, debates e aproximações	48
1.2 A construção do conhecimento sobre a natureza das Índias na primeira metade do século XVI	73
1.2.1 Consejo Real y Supremo de las Indias.....	75
1.2.2 <i>Consejo de Indias</i> e as Informações sobre o mundo natural (1520-1570) .	80
Capítulo II – As Reformas Ovandinas e a Crônica Oficial das Índias: a institucionalização dos saberes sobre os animais e as plantas das Índias Ocidentais....	94
2.1 Juan de Ovando e o <i>Consejo de Indias</i>	97
2.1.1 <i>Ordenanzas Reales del Consejo de Indias de 1571, o cargo de cosmógrafo e cronista maior das Índias e o conhecimento da fauna e da flora americanas</i>	100
2.1.2 A sistematização da coleta de informações: as <i>Ordenanzas para la formación del libro de las descripciones de Indias</i> (1573)	107
2.1.3 <i>Cédula, Instrucción y Memoria para la formación de las relaciones y descripciones de los pueblos de Indias</i> (1577)	128
2.2 Crônicas e Cronistas	139
2.2.1 A Crônica Oficial das Índias: alguns apontamentos e debates	144
Capítulo III – Juan López de Velasco: a escritura como mecanismo de conhecimento e governança	160
3.1 Papéis e silêncios: aspectos biográficos do primeiro cosmógrafo e cronista maior das Índias	160
3.2 “(...) No se pudiera crer que veynte figuras pocas más de letras tan fáciles y sencillas pudieran dar noticia (como la dan) de quanto Diós tiene criado y el entendimiento humano comprehende”: obras e manuscritos de López de Velasco. Escritura e noção de imperio	165
3.3 <i>Geografía y Descripción Universal de las Indias</i>	174
3.3.1 História do Manuscrito e Fontes	174
3.3.2 Organização de <i>Geografía y Descripción Universal de las Indias</i>	181
3.3.3 <i>Geografía y Descripción Universal de las Indias</i> e a História Natural	189

3.4 <i>Sumario ou Demarcación y División de las Indias</i>	204
3.4.1 História do Manuscrito e Organização da obra	204
3.5 A História Natural presente em <i>Geografía e Demarcación y División de las Indias</i> : uma comparação	212
3.6 O ofício e a crônica das Índias após 1591	216
Capítulo IV – A crônica oficial: um território de tensões. Antonio de Herrera y Tordesillas e Pedro de Valencia, disputas e formas de representar as Índias Ocidentais	223
4.1 Antonio de Herrera y Tordesillas: História, política e o Mundo natural como cenário para os <i>hechos</i> dos castelhanos	225
4.1.1 Príncipe dos historiadores ou colecionador de trechos e feitos?	225
4.1.2 A narrativa histórica na obra de Herrera	229
4.1.3 <i>Historia General de los Hechos de los Castellanos em las Islas, y Tierra-Firme de el Mar Oceano e Descripción de las Indias Occidentales</i>	235
4.2 <i>Interrogatorio para todas las ciudades, villas y lugares de españoles y pueblos de naturales de las Indias Occidentales</i> (1604)	267
4.3 Pedro de Valencia e as <i>Relaciones de Indias</i>	278
4.3.1 As <i>Relaciones de Indias</i> e os conhecimentos sobre a fauna e a flora dos territórios americanos	289
4.4 Um duelo de cronistas?	299
Considerações Finais	302
Fontes de Pesquisa e Bibliografia	312

INTRODUÇÃO

Em 1590, era publicada *Historia Natural y Moral de las Indias* do jesuíta José de Acosta (1540-1600), obra que se tornou uma das principais referências disponíveis na Europa sobre o continente americano. No sexto livro de sua obra, o religioso procurou elaborar uma descrição dos elementos culturais e intelectuais – tais como os sistemas de contagem e de escrita, as leis e as formas de administração – pertencentes aos povos nativos das Índias Ocidentais. Contudo, em meio aos capítulos iniciais, Acosta optou por uma digressão e analisou a escritura, os livros e os conhecimentos presentes entre japoneses e, principalmente, chineses. O desvio, que geograficamente parece ser equivocado em uma obra que se propunha a analisar as Índias Ocidentais, tinha uma razão evidente para o autor e seus leitores coetâneos. Ainda que a distância geográfica separasse esses grupos humanos, sob o olhar europeu, estavam eles conectados pelo exotismo e pelo pertencimento de ambos ao espaço cognitivo da alteridade. Inserir comentários acerca dos chineses e de suas tradições de escrita de modo a compará-los aos indígenas do Novo Mundo não era arbitrário para o jesuíta, era um modo de tradução das diferenças frente ao que era conhecido no continente europeu.

A narrativa elaborada por José de Acosta nos capítulos de digressão sobre a escrita dos chineses e japoneses segue um percurso cuidadoso de forma a demonstrar a superioridade europeia em relação aos povos encontrados em outras partes do mundo, como pontuou Klaus A. Vogel (2006, p. 836-837). Inicialmente, o padre inaciano distingue a escrita usada pelos europeus (alfabética) dos sistemas ideográficos ou pictográficos. Para o autor, nenhuma nação indígena estava dotada de letras e escrituras, tampouco os chineses e os japoneses, detentores da fama de possuírem livrarias e estudos diversos. Em seguida, pautando-se nos relatos dos irmãos da Companhia de Jesus, descreve como funcionava o sistema de leitura e de escrita dos povos do extremo oriente, destacando que seus livros não continham letras, mas figuras, as quais não representavam partes da fala, mas as coisas em si e, portanto, seriam quase infinitos os caracteres usados pelos chineses dada a variedade de coisas existentes na terra (ACOSTA, 2006 [1590], pp. 317-320). Embora admirado com a capacidade cognitiva e de dedicação dos indivíduos capazes de ler e escrever nestes territórios, a intenção de Acosta não era a deferência, almejava mostrar as limitações de tal sistema de escrita, fazendo, inclusive,

um experimento para comprovação¹. Imperfeições que poderiam ser notadas, principalmente, quando os sistemas chinês e japonês eram comparados àquele usado no mundo ocidental.

Esta avaliação torna-se ainda mais transparente no capítulo seguinte. Nele, Acosta examina a existência de universidades ou instituições de estudos e os saberes que eram cultivados na China. Novamente apoiado nos testemunhos dos irmãos da Companhia de Jesus, José de Acosta afirma que os chineses não contavam com colégios maiores ou centros universitários. Devido à dificuldade inerente ao aprendizado do mandarim, eles dedicavam a maior parte de seus esforços nesta tarefa. No mais, apenas estudavam temáticas vinculadas ao ensino da língua, tais como história, leis civis, moralidades de provérbios e fábulas. Também não possuíam ciências divinas e

(...) de las naturales no más que algún rastro con muy poco, o ningún método ni arte, sino proposiciones sueltas, según es mayor o menor el ingenio y estudio de cada uno en las matemáticas, por experiencia de los movimientos y estrellas, y en la medicina por conocimiento de yerbas, de que usan mucho y hay muchos que curan² (ACOSTA, 2006 [1590], p. 321).

É perceptível que em sua busca por universidades ou ciências, José de Acosta visava encontrar as categorias e as divisões do conhecimento existentes no Ocidente, resultando uma avaliação negativa frente à ausência de paralelos exatos. Contudo, seu veredito é ainda mais depreciativo na parte final do capítulo:

(...) toda la ciencia de los chinos viene a parar en saber escribir y leer no más, porque ciencias más altas no las alcanzan; y el mismo escribir y leer no es verdadero escribir y leer, pues no son letras las suyas, que sirvan para palabras, sino figurillas de innumerables cosas, que con infinito trabajo y tiempo prolijo se alcanzan; y al cabo de toda su ciencia, sabe más un indio del Perú o de Méjico, que ha aprendido a leer y escribir, que el más sabio mandarín de ellos, pues el indio con veinticuatro letras que sabe escribir y juntar, escribirá y leerá todos cuantos vocablos hay en el mundo, y el mandarín con sus cien mil letras, estará muy dudoso para escribir cualquier nombre propio de Martín o Alonso, y mucho menos podrá escribir los nombres de cosas que no conoce, porque en resolución el escribir de la China es un género de pintar o cifrar (ACOSTA, 2006 [1590], p. 322)³.

¹ O padre jesuíta pede a um chinês que se encontrava no México que escrevesse em sua língua uma proposição contendo seu nome: “José de Acosta ha venido del Pirú”. Acosta destaca a dificuldade do escrevente, bem como o resultado pouco acurado. (ACOSTA, 2006 [1590], pp. 320-321)

² “Das [ciências] naturais [possuem] não mais que algum rastro com muito pouco ou nenhum método nem arte, a não ser proposições soltas, segundo é maior ou menor o engenho e estudo de cada um nas matemáticas, por experiência dos movimentos e estrelas, e na medicina por conhecimento de ervas, de que usam muito e há muitos que curam.”

³ “(...) toda a ciência dos chineses vem a parar em saber escrever e ler não mais; porque ciências mais altas não alcançam e o mesmo escrever e ler não é verdadeiro escrever e ler, pois não são letras as suas que sirvam para palavras, senão figurinhas de inumeráveis coisas, que com infinito trabalho e tempo prolijo se alcançam, e ao final de toda sua ciência, sabe mais um índio do Peru ou do México, que aprendeu a ler e escrever, que o mais sábio mandarim deles; pois o índio, com vinte quatro letras que sabe escrever e juntar, escreverá e lerá todos quantos vocábulos que há no mundo, e o mandarim, com suas cem mil letras, estará em dúvidas para escrever

Ao negar a possibilidade de construção de um conhecimento complexo aos chineses e japoneses em razão da diferença da forma de escrita empregada por esses povos, além de um olhar etnocêntrico e de recusa da alteridade, estava também José de Acosta classificando e hierarquizando as culturas dos diversos grupos humanos envolvidos: europeus, nativos americanos, chineses e japoneses. Nas comparações e conclusões apresentadas, a preeminência europeia é patente não só pelas características culturais inerentes aos povos deste continente (no caso, uma escrita alfabética e silábica que permitiria, na opinião do religioso, àqueles que a dominassem alcançar os mais elevados saberes), mas também pela capacidade de irradiar benefícios a outras nações, como os indígenas peruanos e mexicanos. Ainda que fossem tidos como sábios, os chineses estariam em desvantagem em relação a um habitante das Índias Ocidentais que havia aprendido a ler e escrever por meio do sistema alfabético europeu.

Embora os protagonistas dos capítulos analisados sejam os chineses e os japoneses (e sua escrita), os trechos, em realidade, pouco revelam sobre os elementos culturais próprios destes povos naquele momento. Na verdade, as afirmações de José de Acosta dizem mais a respeito das características culturais da sociedade em que estava inserido o autor que dos grupos humanos do extremo oriente que teriam sido descritos. Subjacente ao discurso eurocêntrico de José de Acosta, é possível perceber uma característica marcante da cultura europeia naquele período. Ao condicionar o desenvolvimento das ciências de diferentes áreas, inclusive as naturais, à posse da escrita, o jesuíta revelava a importância do escrito no cenário cultural e letrado a que pertencia. A escrita era vista como o mecanismo capaz de conservar a memória e, assim, garantir o conhecimento do mundo, de suas causas e princípios, da ciência, como assegurava o jesuíta.

As relações entre a escrita e a ciência, mesmo nos períodos anteriores à época de José de Acosta, tinham raízes profundas. Foram os escritos fundamentais na construção de determinados conhecimentos, bem como na sua preservação ao longo de gerações. Ainda que outras formas comunicativas, tais como a icono-visualidade e a oralidade, e mesmo a materialidade de determinados objetos e seres, tenham papéis importantes na constituição de diferentes áreas do conhecimento, a escritura, para a ciência dita ocidental, tornou-se uma ferramenta essencial em sua conformação. Para alguns antropólogos, o domínio da tecnologia da escrita permitiu o desenvolvimento de novas formas de pensamento racional, ao tornar os homens mais conscientes de seu passado e possibilitar a crítica das tradições coletivas

qualquer nome próprio de Martín ou Alonso, e muito menos poderá escrever os nomes de coisas que não conhece, porque em resolução, o escrever da China é um gênero de pintar ou cifrar.”

arraigadas (LYONS, 2012, pp. 36-40). Alguns desses estudiosos – sobretudo Ong e Goody –, de certa maneira, renovam parcialmente a tese de Acosta, afirmando a existência de vínculos entre o alfabeto silábico e o avanço do pensamento científico abstrato. Tal interpretação, além de refutável⁴, abre espaços para a consolidação de uma visão etnocêntrica e hierarquizada⁵ no que concerne ao desenvolvimento dos grupos humanos. No entanto, de modo distinto ao que esses antropólogos asseguram, parece-me razoável afirmar que a ciência ocidental, em seus variados matizes, vinculou-se à palavra escrita, principalmente no período moderno, em diálogo com um cenário de valorização da escritura, sem com isso alicerçar minhas análises em perspectivas deterministas.

Conforme salientou Fernando Bouza Álvarez, o início da época moderna, na Europa, foi marcado pelo progressivo crescimento da confiança na escrita como forma de comunicação – o que não significava a rejeição de imagens e da oralidade como mecanismos de transmissão de ideias. Segundo o historiador espanhol, houve um processo de protagonização cultural da forma de comunicação escrita. A cultura europeia, entre os séculos XV e XVII, foi se preenchendo de livros e escritos, sendo que a escritura chegou a lugares e mediou assuntos que antes eram territórios de outras formas de comunicação (BOUZA ÁLVAREZ, 1997, p. 11). Os capítulos de *Historia Natural y Moral de las Indias*, mencionados nos parágrafos anteriores, evidenciam essa importância: os chineses e os japoneses por não possuírem escrita, segundo a definição de Acosta, também eram desprovidos das ciências naturais, divinas e morais. Na opinião do jesuíta, uma escrita ideográfica, pautada em figuras e em imagens, não permitia a seus usuários o desenvolvimento de ideias mais elaboradas ou de conhecer elementos novos.

Para Antonio Castillos Gómez (2002, p. 180), desde o final da Idade Média, porém lentamente, a escritura se tornou uma tecnologia a serviço da sociedade com a função de criar, conhecer ou registrar aquilo que fosse importante para os homens e as mulheres. Processo que se intensificou nos séculos XV e XVI. Em consonância com os estudos de Bouza, Castillo Gómez (1997, p. 23) afirma que nesse momento, na Europa, havia uma construção de um mundo por escrito, utilizando a expressão *civilização da escrita* para caracterizar o período vivenciado. A escritura, segundo Castillo, tornou-se uma necessidade social e passou a estar

⁴ Martyn Lyons (2012, p. 40) apresenta diferentes exemplos, como a própria oralidade que marcava o pensamento grego, que contestam a impossibilidade de sociedades sem alfabeto formularem formas de conhecimento abstratas.

⁵ Em *Lógica da Escrita e Organização da Sociedade*, Jack Goody tenciona analisar as culturas ágrafas em comparação com aquelas detentoras da tecnologia escrita de modo a não emitir juízo de valor, evitando assim o etnocentrismo. No entanto, no que concerne à ciência e seu vínculo com a escrita, suas considerações podem conduzir a uma leitura bastante problemática dos processos de construção do conhecimento, incluindo o científico.

presente não apenas nos livros impressos, mas em manuscritos, nas ruas, nos monumentos, nas paredes e nos documentos oficiais, em suma, passou a compor o cotidiano.

Pedro Cardim (2002, p. 273) também destaca que a partir do século XVI, a palavra escrita passou a figurar em âmbitos mais vastos da sociedade: um público cada vez mais assíduo, direta ou indiretamente, enfrentou os textos escritos. As traduções de obras antes dispersas, a impressão de livros variados, o aumento no número de estudantes e de bibliotecas, a crescente quantidade de ofícios que dependiam do conhecimento da escrita e a valorização da educação letrada enquanto distintivo social são considerados, pelo historiador português, como sintomas da expansão generalizada do uso da escrita (CARDIM, 2002, p. 275). Assim como Bouza e Castillo, Cardim afirma que a escritura protagonizou a história da cultura europeia no período moderno.

Esta valorização da forma de comunicação escrita (que ganhou novos espaços e maior relevância), como não poderia ser diferente, também marcou os saberes diversos, incluindo aqueles classificados como científicos, cujos laços com a escritura se fortaleceram a partir do século XV. Certamente, a ciência, na definição tradicional e ocidental do termo⁶, possuía como meio de comunicação privilegiado a escrita desde tempos antigos. Entretanto, se alargarmos o que concebemos por ciência – pensando no conceito enquanto sistemas explicativos do mundo vivenciado pelos homens⁷ –, é possível notar que outros conhecimentos científicos, antes com espaço restrito na literatura, foram abarcados pela cultura escrita no período moderno. A História Natural pode ser considerada um desses conhecimentos e, não por acaso, nesse mesmo momento, sofreu transformações importantes

⁶ A conceituação do termo ciência no período moderno não corresponde exatamente à acepção contemporânea. Conforme delimitava a tradição aristotélica, a ciência era definida como o conhecimento das causas, diferenciando-se do que pode ser entendido como informação, ou seja, do conhecimento das circunstâncias empíricas adquirido em modo procedimental (BRENDENCKE, 2012, p. 112). Segundo María M. Portuondo, a palavra ciência era comumente usada na Espanha do século XVI, tendo diferentes significados: poderia ser empregada para se referir a uma disciplina específica, denotar o modo de obtenção de determinado conhecimento ou ainda indicar o quão bem algo era conhecido (PORTUONDO, 2009, p. 3). Peter Burke também elabora uma distinção entre conhecimento e informação. Para o historiador inglês, informação estaria ligada aos aspectos específicos, práticos e não processados, enquanto o conhecimento seria aquilo que foi sistematizado. Nestes trabalho utilizaremos os termos ciência, informação e conhecimentos cientes de que não são sinônimos. Obviamente, existem conhecimentos que não são científicos (mesmo levando em consideração um conceito mais amplo de ciência) e informações que não são sistematizadas e permanecem enquanto dados. Serão privilegiados conceitos e definições próprias do início do período moderno e, assim, as categorias utilizadas não serão as mesmas que temos atualmente, sendo mais fluídas as fronteiras e as divisões. A História Natural encarada como um conjunto de saberes sobre os animais, as plantas e os minerais, será abordada utilizando os termos conhecimento e ciência (a partir das ideias de Portuondo e Pestre).

⁷ Tendo em vista a historiografia produzida nas últimas décadas, compartilho a perspectiva que considera as produções científicas como “cosmologias constituídas localmente pelos humanos a fim de dar conta do mundo que é o deles” (PESTRE, 1996, p. 8). Tratada da mesma forma que outras produções culturais, a ciência seria um dos sistemas de explicação da sociedade ocidental.

que culminaram em sua constituição enquanto campo de conhecimento, ou disciplina autônoma, como mencionam alguns estudiosos.

* * * *

O termo História Natural, atualmente, nos soa peculiar – ainda que existam departamentos e museus com essa designação –, palavras como biologia, zoologia, botânica são utilizadas e reconhecidas, por um público mais amplo, com mais facilidade se o assunto são estudos sobre animais e plantas. Expressão dotada de um certo arcaísmo, muitas vezes usada para se referir a antecedentes das disciplinas contemporâneas⁸, a junção dos vocábulos “História” e “Natural”, diante de nossas compartimentações de saberes, exprime um paradoxo, explicando, assim, a estranheza⁹. No entanto, o conceito História Natural evidencia aspectos fundamentais para esta pesquisa: eram os saberes relativos aos animais, às plantas e aos minerais parte integrante daquilo que se entendia por História no período moderno. Característica que refuta, assim, genealogias forçadas e continuidades evolutivas que tendem a naturalizar as formas de conhecimentos dos nossos dias. Como parte do campo da história, eram os saberes sobre a fauna e a flora memórias que se desejavam conservar e conhecimentos a serem estabelecidos por meio da escritura.

No século XVIII, a História Natural encontrava-se disseminada entre diferentes públicos letrados europeus, produzindo curiosidades, interesses e gostos. Segundo a *Encyclopédie*, era ao mesmo tempo um campo de estudo e uma recreação¹⁰. Era uma das disciplinas que despertavam mais atenção, inclusive, dos poderes imperiais do período. Homens e mulheres daquela época despendiam seu tempo em conversações e exames em

⁸ Como tentarei mostrar mais adiante, seguindo algumas das asserções de Foucault (2007, p. 175), a História Natural não foi um antecedente de disciplinas como a biologia, a botânica e a zoologia, uma vez que a própria noção de vida não existia. Os seres vivos, os animais e as plantas diversos, existiam enquanto saberes próprios do campo da história. Segundo Brian Ogilvie (2006, p. 8) a historiografia existente não tem compreendido corretamente esse ponto e por isso não têm abordado os problemas próprios da História Natural desenvolvida no início do período moderno: “(...) general histories have treated Renaissance natural history as part of a broader history of biology, even though the word “biology” was coined only in nineteenth century. In so doing, they have overemphasized the theoretical and philosophical elements in natural history, particularly taxonomy and classification, while neglecting or treating as self-evidently worthwhile the specific achievements of Renaissance natural history”.

⁹ Para uma discussão sobre o processo de dissociação entre História e a Natureza, ver Koselleck (2011, p. 54).

¹⁰ A menção à História Natural desenvolvida nos setecentos não pressupõe uma continuidade das práticas quinhentistas. Ainda que ao longo dos séculos XVI e XVII a História Natural tenha se desenvolvido, não foi ela a precursora daquilo que se configurou como o campo de conhecimento posteriormente, uma vez que os problemas e as condições postas aos naturalistas setecentistas eram diversos. Apenas mencionamos o século XVIII de modo a estabelecer comparações em relação ao cenário e à difusão que se apresentavam em momentos distintos.

torno dos objetos da História Natural: animais, plantas e minerais. A disseminação e a importância da História Natural nos setecentos motivaram a realização de uma vasta gama de estudos em torno do tema e período, muitos dos quais alteraram profundamente nossa percepção acerca do fazer ciência¹¹. No entanto, cerca de duzentos anos antes, o cenário era completamente diverso, a História Natural ainda era um ramo de conhecimento vinculado aos saberes médicos, praticada por sujeitos interessados em suas aplicações na botânica e farmacologia.

Brian Ogilvie, logo na introdução de seu trabalho dedicado ao tema, afirma que, embora reconheça suas raízes antigas e medievais (expressas inclusive em sua nomenclatura que remete a Plínio, o velho), a História Natural foi inventada durante o Renascimento, mais precisamente, ao longo do século XVI. De fato, foi o início do período moderno fundamental para a constituição e a ampliação dos conhecimentos sobre as espécies de animais e de plantas e os elementos minerais. No entanto, variadas foram as explicações dadas pelos historiadores para as razões e o desenrolar desse processo.

Uma perspectiva linear e evolucionista dominou a historiografia tradicional sobre o tema, prevalecendo a busca pela origem das disciplinas contemporâneas. A história natural desenvolvida nos séculos XVI e XVII foi avaliada a partir dos elementos que caracterizariam determinados campos disciplinares desenvolvidos posteriormente cujos objetos eram similares àqueles a que se dedicava a História Natural. Examinava-se os saberes quinhentistas e seiscentistas por meio de critérios como a existência ou ausência de sistemas de classificação e de nomeação, o emprego de imagens ou de determinado discurso racional e, neste sentido, essa área do conhecimento era vista apenas como uma etapa de algo que se concretizaria posteriormente e não a partir de suas próprias motivações, formas de organização e escrita. Os estudos de Agnes Arber (1953) e, mais recentemente, de Raquel Álvarez Peláez (1991) enquadram-se nessa perspectiva. Nesses trabalhos, a consolidação da História Natural era vista como um processo contínuo, uma evolução, vinculada ao surgimento de novas tecnologias e determinados fatores sociais.

Com outro enfoque, examinando as relações entre o humanismo e a botânica, Karen Meier Reeds (1976) apresenta uma interpretação diversa para a História Natural desenvolvida no período¹². Para a autora, não foram as questões utilitárias ou ligadas à medicina que determinaram o surgimento de uma nova curiosidade frente ao mundo natural, mas a atenção

¹¹ Como exemplo, podemos citar o clássico de Mary L. Pratt ou ainda os artigos da coletânea organizada por Londa Schiebinger e Claudia Swan (2005) que abordam a botânica colonial desenvolvida no século XVIII.

¹² No entanto, sem se abandonar alguns problemas dos estudos tradicionais, como o uso de termos anacrônicos, por exemplo, botânica.

– muitas vezes restritas aos aspectos filológicos – dos letrados daquele momento. A recuperação dos textos clássicos que abordavam a temática permitiu um avanço nos saberes disponíveis até então e inspirou algumas práticas de estudo, como o colecionismo e a dessecação de plantas, que foram responsáveis pela ampliação do número de espécies conhecidas e descritas. Para Reeds, a História Natural não seria uma disciplina marcada pela ruptura, uma vez que os estudiosos do início do período moderno não tiveram que contestar as autoridades antigas, apenas passaram lentamente a confiar mais em suas observações, não havendo um corte brusco, uma revolução como ocorrera em outros campos de conhecimento.

Parcialmente divergentes são as considerações de Keith Thomas (1996, p.33). Ainda que acredite que as transformações ocorridas no desenvolvimento da História Natural tenham ocorrido de forma lenta e gradual, afirma que a motivação inicial para o estudo da história natural era utilitária e de teor prático, visando o domínio da natureza em benefício humano.

Em uma crítica à historiografia precedente, William B. Ashworth Jr. afirma que a História Natural do início do período moderno envolvia complexas associações ligadas à linguagem, à história, à mitologia, à etimologia, aos símbolos e aos emblemas, caracterizando esse campo do saber como uma visão do mundo emblemática. Compartilhando algumas das ideias de Michel Foucault, William B. Ashworth Jr. assegura que “a natureza deste mundo de símbolos e correspondências mudou consideravelmente entre 1550 e 1650; ela cresceu significativamente entre Gesner e Aldrovandi, e dissipou por completo no tempo de Jonston.”¹³ (ASHWORTH JR., 1990, p. 305). Em meados do século XVII, haveria uma transformação na História Natural marcada pelo declínio do simbolismo, sendo um dos fatores importantes para que isso ocorresse o aparecimento das obras que relatavam sobre os animais e as plantas do Novo Mundo, os quais não possuiriam significância emblemática e forçavam os naturalistas a circunscreverem suas descrições aos aspectos físicos, hábitos, usos etc. (ASHWORTH JR., 1990, p. 318). Essas alterações também se vinculariam a uma inspiração oriunda do antiquarismo, que privilegiava o artefato frente à evidência da história literária, conduzindo os naturalistas a rejeitarem a tradição simbólica diante da evidência empírica. Diferentemente do que a historiografia tradicional interpretava, as mudanças ocorridas na História Natural durante o século XVII não estariam intimamente associadas às alterações nas ciências físicas (mecânica e astronomia). Para o autor a morte da História Natural emblemática foi uma parte crucial do desenvolvimento daquilo que ficou conhecido como Revolução Científica, porém ocorreu de forma independente do cartesianismo e da

¹³ “(...) the nature of this world of symbols and correspondences changed considerably between 1550 and 1650; it grew considerably richer between Gesner and Aldrovandi, and dissipated completely by the time of Jonston.”

filosofia mecanicista, ainda que tivessem alcançado os mesmos resultados, isto é, o afastamento de uma tradição simbólica e ocultista (ASHWORTH JR., 1990, p. 324).

Analisando o mesmo objeto, no entanto, sob outra perspectiva, estão os estudos da pesquisadora norte-americana Paula Findlen voltados para o exame da História Natural praticada na Itália e na Inglaterra, entre os séculos XV e XVII. Segundo a autora, foi neste período que importantes transformações desse campo do saber passou a ser objeto de interesse de um público mais amplo do que o composto pelos sujeitos que frequentavam universidades, promovendo debates e a curiosidade por meio da publicação de livros que abordavam assuntos ligados aos animais, às plantas e aos minerais.

Examinando o cenário italiano, Findlen afirma que a História Natural passou de uma forma de escrita definida e moldada pelos antigos, para uma disciplina do início da modernidade. Esse caráter disciplinar teria sido marcado pelo uso de termos como “faculdade (facoltà) para descrever seu reaparecimento no currículo universitário e profissão (professione) para identificar a comunidade de participantes”¹⁴ (FINDLEN, 1995, p. 371). Diferentes elementos teriam sido responsáveis pela definição da história natural enquanto disciplina, entre eles, a cultura impressa, as práticas colecionistas, a retórica humanista, um novo currículo universitário etc. Além disso, a historiadora alerta que o status disciplinar não representa a constituição de um tópico comum ou de consenso no conjunto de procedimentos. A História Natural continuou a abarcar projetos conflitantes e obras variadas, em um território não demarcado em que coexistiam a botânica médica e o projeto enciclopedista aos moldes pliniano (FINDLEN, 1995, pp. 372-373).

Em outra publicação, Paula Findlen também analisou a concepção de História Natural desenvolvida por Francis Bacon entre 1590 e 1620, tecendo considerações interessantes sobre a presença desse campo de saber na Inglaterra, sobretudo entre as camadas mais altas da população e no ambiente de corte. Segundo Findlen, Bacon rejeitava os estudos do mundo natural desenvolvidos no período, especialmente o caráter emblemático presente nessas obras, também criticava a trivialização da História Natural e propunha uma reforma, uma reinvenção dessa disciplina, pautada nas descrições das propriedades fundamentais da natureza (FINDLEY, 1997, pp. 253-255). Entretanto, as propostas de Bacon tiveram poucos efeitos imediatos, conforme aponta a historiadora, sendo que somente décadas mais tarde tornou-se um modelo não apenas para História Natural, mas para outras disciplinas. Ainda que o impacto de suas ideias seja limitado no período recortado para minha investigação, o estudo

¹⁴ “Its disciplinary status was marked by the use of such terms as “faculty” (facoltà) to describe its reappearance in the university curriculum and “profession” (professione) to identify the community of participants”.

de Paula Findlen reforça seu argumento de que a disciplina congregava concepções e projetos distintos, não existindo uma coerência completa entre a comunidade de praticantes. Essa heterogeneidade deve ser levada em conta na análise do desenvolvimento dos estudos sobre o mundo natural.

Entre os estudos mais recentes e mais completos sobre a História Natural no início do período moderno, encontra-se a obra de Brian Ogilvie, *The Science of Describing: Natural History in Renaissance Europe*, a qual compartilha muitas das ideias presentes nos estudos de Paula Findlen, como disciplinarização da História Natural vinculada à existência de uma comunidade de praticantes. Segundo esse autor, entre os séculos XV e XVII, a História Natural deixou de estar subordinada aos interesses da medicina e da filosofia natural, tendo como seus principais objetivos a descrição da natureza, a catalogação das suas maravilhas e de seus produtos mundanos. Os estudos de plantas, animais e minerais realizados nesse momento se diferenciam daqueles que caracterizaram a História Natural na Antiguidade e na Idade Média, bem como daqueles desenvolvidos no final dos seiscentos (OGILVIE, 2006, p. 6).

Dividindo sua análise em quatro gerações de naturalistas, Ogilvie, a História Natural não constituía um saber estático, compartilhando, portanto, da ideia de Keith Thomas ao entender que tal processo se deu de maneira gradual. Se no final do século XV e início do XVI, a História Natural era uma área do conhecimento dominada por humanistas e médicos que visavam identificar as plantas medicinais descritas pelas autoridades da Antiguidade Clássica, como Plínio e Galeno, e por meio desses autores reformar a educação médica, cem anos mais tarde, os naturalistas haviam descoberto e nomeado muitos espécimes e tentavam construir algum sentido para a massa de dados obtidos, enfatizando, assim, a taxonomia e a classificação. Para Ogilvie, é somente no século XVII que a história natural tornou-se independente do colecionismo, da filosofia natural, dos interesses dos boticários e dos médicos, possuindo uma comunidade de estudiosos própria. Ainda que centre suas reflexões e periodização em torno dos saberes sobre os vegetais, o autor afirma que uma divisão semelhante pode ser encontrada nos estudos sobre a fauna naquele período. Assim, ao longo desse processo de constituição, os interesses práticos e utilitários, bem como aspectos simbólicos, permearam a investigação e a compreensão da fauna e da flora. Além disso, a História Natural renascentista teria como uma de suas principais características a ênfase, inclusive metodológica, na descrição dos animais e das plantas.

As interpretações formuladas por diferentes estudiosos que se dedicaram à análise da História Natural praticada entre os séculos XV e XVII, sobretudo aquelas elaboradas nas

últimas décadas, constituem um estímulo à pesquisa e respondem parte das questões surgidas por meio da leitura da documentação. Elas são praticamente unânimes ao reconhecer importantes transformações ocorridas no período. Em minhas investigações, utilizo e compartilho muitas das ideias destes historiadores, especialmente as explicações encontradas nas obras de Findlen, Ashworth Jr. e Ogilvie. São autores com os quais dialogo constantemente. Embora reconheça os méritos e os acertos desses investigadores e concorde com parte de suas argumentações, creio que exista uma lacuna nesses estudos por não relacionarem o desenvolvimento da História Natural ao processo de valorização e de aumento da confiança na escritura como forma comunicativa, que mencionei antes¹⁵.

O processo de construção de uma civilização da escrita, apontado por autores como Bouza e Castillo, ocorreu de forma simultânea ao processo de constituição da História Natural como campo de saber autônomo. Essa simultaneidade não deve ser ignorada. Não por acaso, os animais, as plantas e os minerais passaram a compor o campo do escrito enquanto matérias próprias de atenção. Obviamente, a fauna e a flora não estavam ausentes da literatura e dos textos medievais, os bestiários evidenciam tal presença¹⁶. Não obstante, entre os séculos XV e XVII, as espécies de vegetais e animais passam a figurar em obras dedicadas exclusivamente ao seu estudo. O caso das plantas é bastante significativo. A partir do século XV, houve um aumento no número de obras escritas (impressas e manuscritas) sobre as plantas, como também cresceu enormemente quantidade de espécies relatadas por escrito (OGILVIE, 2006, p. 208). Os objetivos pelos quais se escreve sobre os vegetais também foram ampliados. Algo similar, ainda que com menos vigor numérico, ocorreu em relação aos animais. Não se trata de reafirmar a tese de Elisabeth Eisenstein¹⁷ (1998), já bastante combatida, mas de visualizar conexões entre o desenvolvimento dos conhecimentos sobre animais e plantas e a tendência

¹⁵ Além disso, muitos desses historiadores avaliam de forma superficial o impacto do Novo Mundo nas transformações desse campo de conhecimento.

¹⁶ Karen Meier Reeds e Tomomi Kinukawa afirmam que durante o período medieval não há evidências de uma escritura sistemática de observações de animais, plantas e minerais, nem o termo História Natural era usado rigorosamente, sendo sua aplicação mais comum para a Antiguidade e para o período posterior ao século XV. No entanto, as autoras afirmam que havia outras formas de expressão ligadas ao conhecimento das características da natureza, sobretudo, os bestiários, lapidários e herbários (REEDS; KINUKAWA, 2013, p. 570).

¹⁷ Elisabeth Eisenstein, no clássico *A civilização da cultura impressa: os primórdios da Europa Moderna*, analisou os efeitos do surgimento da imprensa de tipos móveis na sociedade europeia do período, relacionando-os a processos como as reformas na cristandade ocidental e à chamada Revolução Científica. A autora concluiu que a “vida intelectual e espiritual, muito longe de permanecer inalterada foi profundamente modificada pela multiplicação de novas ferramentas usadas para multiplicação de livros na Europa do século XV. O deslocamento nas comunicações alterou o modo como os cristãos ocidentais viam o seu livro e o mundo natural. Fez com que as palavras de Deus aparecessem mais multiforme, enquanto sua obra apresentava mais uniforme. A máquina impressora formou o alicerce tanto para o fundamentalismo literal como para a ciência moderna” (EISENSTEIN, 1998, p. 298). A tese de Eisenstein foi duramente criticada, sobretudo por Adrians Johns que ressalta o caráter a-histórico atribuído ao poder da imprensa pela historiadora.

de escriturar o mundo daquele momento. Essas conexões talvez sejam capazes de complementar algumas das explicações já formuladas pela historiografia e permitir a compreensão de alguns cenários e aspectos ignorados ou não abarcados tradicionalmente pelos historiadores. Além disso, evidenciar que a confiança na escritura, enquanto construção histórica, mobilizou esforços e alcançando temáticas diversas.

Ao enfatizar que houve um crescimento da confiança na escritura, também não significa afirmar que outras formas de comunicação deixaram de tratar das temáticas ligadas à História Natural. A oralidade e a visualidade estiveram presentes na transmissão de ideias sobre elementos do mundo natural¹⁸. As trocas de informações por meio de conversas durante as herborizações e os encontros nos mais variados cenários (jardins, cortes, gabinetes) ou a presença de imagens em obras dedicadas à fauna e à flora – ainda que o emprego de ilustrações nos em tais obras tenha sido motivo de debates entre os coetâneos – são provas da relevância de outras formas de comunicação, as quais não podem ser ignoradas. No entanto, ao relacionar a História Natural ao processo de protagonismo cultural da escrita, deseja-se evidenciar dois aspectos: primeiramente que há um aumento, durante o período moderno, no número de escritos dedicados à temática, como já mencionamos. Se essa expansão não pode ser desvinculada do processo de constituição e de transformações da disciplina que ocorria concomitantemente (OGILVIE, 2006), também não pode ser entendido de maneira isolada do cenário de crescimento da importância e da presença da escrita no Ocidente. Além disso, busca-se demonstrar a preponderância da escritura como meio privilegiado de comunicação, sobretudo, quando havia a necessidade de superar as distâncias entre as espécies observadas e os destinatários da informação ou conceito. A escrita atendia a duas necessidades dos saberes sobre as espécies e elementos estudados pela história natural: era capaz de fixar determinadas situações de forma indelével e deixar constância (BOUZA, 1997, p. 11). De modo bastante preciso, as informações formuladas pelos autores estariam conservadas e poderiam ser transmitidas a um público amplo (no caso de obras impressas) ou restrito (em cartas e manuscritos) sem alterações – aspecto importante para a História Natural que buscava a identificação e a descrição de espécies. Conforme pontuou Juan Pimentel (2010, p. 54) a história natural renascentista, assim como outras disciplinas relacionadas à atividade científica, era um saber fundado no peso da palavra. Para José de Acosta, autor de uma das obras mais importantes e difundidas sobre a História Natural do Novo Mundo, as ciências

¹⁸ O recente livro de Sachiko Kusukawa (2012) aborda exatamente papel das imagens e dos livros impressos na formação e estabelecimento de novos conhecimentos sobre a natureza. Portanto, não se ignora que as imagens tiveram relevância nesse cenário cognitivo.

naturais, em sua complexidade, somente seriam possíveis de existir por meio da escrita alfabética; aos chineses era negada a possibilidade de desenvolver ciências mais altas por não poder representar em seu alfabeto coisas desconhecidas; o reconhecimento de novas espécies estava entre as necessidades respondidas pela escrita alfabética. Igualmente, a escrita era capaz de superar as distâncias espaciais, permitindo a um naturalista do norte do continente europeu ter acesso a informações sobre espécies de regiões afastadas, como aquelas o sul da Itália ou mesmo de outros continentes, sem necessidade de um grande aparato técnico (como a adaptação de espécies em outros climas ou a elaboração de pinturas e/ou desenhos). Logo, como pensar o papel do escrito na construção dos saberes sobre o mundo natural no final do século XVI e o início do século XVII?

A relação entre a escrita e a produção de conhecimentos acerca da natureza é uma das questões centrais deste trabalho. Procura-se entender como a escritura, além de mecanismo de transmissão de ideias, conceitos e dados, determinou uma maneira específica de cognição dos animais e das plantas. Para tanto, optou-se pela análise de um evento singular no processo de produção dos conhecimentos referentes a vegetais e animais no mesmo momento em que há o aumento na confiança na escritura: a incorporação da fauna e da flora americanas no conjunto de saberes ocidentais. A necessidade de apreender uma grande quantidade de espécies desconhecidas dos europeus somada à distância de um oceano que separa os dois continentes são fatores que garantem a excepcionalidade a esse evento. Ademais, a chegada a novos territórios, os contatos, as ocupações e as conquistas de novos espaços e povos colocaram em xeque saberes tradicionais, uma vez que a própria noção de mundo se transformou devido a esses acontecimentos. Os excertos de Acosta evidenciam esse fato: ainda que o jesuíta ratifique a superioridade dos elementos culturais que caracterizavam a cultura europeia, sua avaliação dos tipos de escrita foi uma resposta a essas novas realidades postas em conexão a partir do século XV. Uma das intenções desse trabalho é analisar as respostas geradas, ou seja, as transformações ocorridas nos sistemas explicativos, a partir do contato com as espécies americanas e as tentativas de incorporação dentro de um repertório de conhecimentos partilhados no velho continente.

Obviamente, a temática da cognição do mundo natural americano pelos europeus é ampla, podendo ser analisada por meio de diferentes óticas e abarcando uma grande massa documental, logo, dificilmente poderia ser tratada de modo global e satisfatório em um só estudo. Tanto é que foi objeto de investigação de outros trabalhos já realizados com propostas

e olhares diversos¹⁹. Assim, como em todas as pesquisas, a partir de um questionamento amplo, torna-se necessário recortar o tema. Dentro deste cenário mais abrangente, uma perspectiva me parecia mais instigante pelas ferramentas que mobilizava: o processo de cognição à distância elaborado pela Monarquia Hispânica entre o final do século XVI e o início da centúria seguinte, cujos protagonistas foram os cronistas oficiais e o *Consejo de Indias*.

Este trabalho tem como objetivo central a análise do processo de cognição dos animais e das plantas presente nos escritos dos cronistas oficiais das Índias produzidos entre 1570 e 1620. Entre as temáticas que deveriam ser abordadas por tais cronistas estava a história dos povos nativos e dos feitos dos espanhóis, bem como a descrição do mundo natural dos territórios americanos sob o domínio da coroa espanhola, incluindo a fauna e a flora das localidades. Contudo, ao contrário de muitos dos que escreveram sobre o Novo Mundo, os indivíduos designados para a função de cronista jamais estiveram nas Índias Ocidentais, porém contaram com o aparato institucional para escrever suas obras. Em razão da distância e dos vínculos com a estrutura administrativa, essas são fontes bastante significativas para o estudo das relações entre conhecimento, escritura, poder e domínio territorial.

* * * *

As crônicas oficiais das Índias também são documentos notáveis para a percepção dos laços entre a História Natural e o saber histórico. Anthony Grafton (1992, p.165) já havia apontado que o conhecimento tido como científico, nos séculos XV e XVI, também era um conhecimento histórico em razão de seu suporte textual e do apreço existente às autoridades clássicas. Escrever sobre determinado tema, como as plantas, era também recuperar aquilo que já havia sido escrito antes, sobretudo, pelos autores da Antiguidade. Sachiko Kusukawa (2006), por sua vez, apresenta outras conexões entre História Natural e a História. Ao analisar o uso das imagens por Vesalius e Fuchs, afirma que os saberes de História Natural estavam atrelados ao campo da História, principalmente, em relação ao caráter descritivo presente em ambas. A concepção de História do início do período moderno não era marcada, de modo absoluto, pela questão temporal, estando associada à ideia de investigação e narrativa.

¹⁹ Trabalhos como as obras de Raquel Álvarez Peláez, Antonello Gerbi, Maurício Nieto Olarte, José Pardo Tomás, Juan Pimentel entre outros historiadores podem ser citados e fazem parte da bibliografia da tese.

Como veremos ao longo da tese, os cronistas e os letrados do período não dissociavam o conhecimento dos animais e das plantas dos relatos sobre o passado humano. Mesmo nas definições de dicionários de época, a ligação entre essas duas formas de saberes encontrava-se explicitada: a História Natural era uma das formas que assumia o saber histórico. A nós contemporâneos, admiradores da definição de Marc Bloch (2001) – a história como a ciência dos homens no tempo –, essa aproximação em um mesmo campo cognitivo pode parecer artificial e problemática, mas aos coetâneos de José de Acosta, ela tinha um sentido inequívoco.

A conexão entre a História e a História Natural estava expressa, inclusive, na legislação que criava o cargo cronista oficial das Índias e regulamentava suas obrigações. Assim, ao ocupar o ofício, o letrado deveria dedicar-se à narrativa dos aspectos relativos aos grupos humanos dos territórios, mas também não poderia se furtar de abordar a fauna, a flora e os minerais ali encontrados. Analisar com profundidade esses vínculos permite uma melhor compreensão das formas de conhecimento do período moderno.

As crônicas oficiais das Índias também são fontes importantes, ainda que pouco estudadas, no estudo do papel da escritura no processo de expansão europeia em direção a outras partes do globo.

Carlos Alberto González Sánchez (2014) reforça a função comunicativa da escrita na construção de sentidos às experiências vivenciadas pelos europeus em territórios antes desconhecidos. Em razão de sua capacidade de conservar as palavras ao longo do tempo e apesar das distâncias, houve um protagonismo da cultura gráfica no processo de expansão atlântica, tornando-a, inclusive, uma arma efetiva na submissão e assimilação das terras e populações nativas. Contemporâneos às conquistas e colonizações, cronistas como Gonzalo Fernández de Oviedo já marcavam a importância do escrever para conservação dos feitos humanos e das obras da natureza²⁰, uma vez que permitia que se registrasse e ordenasse o visto e o que havia sido entendido.

Era a escritura também um elemento de diferenciação em relação aos demais povos. Jean de Léry, em seu relato sobre os tupinambás, brilhantemente analisado por Michel de Certeau (2011, p. 175), elaborou reflexões muito próximas àquelas apresentadas por José de Acosta sobre os japoneses e chineses: era a escrita um dom de Deus, uma vantagem sobre os

²⁰ “La cosa que más conserva y sostiene las obras de natura en la memoria de los mortales, son las historias y libros que se hallan escritas; y aquellas por más verdaderas y auténticas se estiman, que por vista de ojos el comedido entendimiento del hombre que por el mundo ha andado se ocupó en escribirlas... Demás de esto tengo aparte escrito todo lo que he podido comprender y notar de las cosas de Indias...” (OVIEDO, 1996 [1526], pp. 76-77)

povos autóctones do continente americano e somente por ela era possível alcançar ciência. Em 1582, respondendo ao questionário enviado pelo *Consejo de Indias* a todas as partes das Índias, Juan Bautista Pomar (filho de um espanhol e uma indígena da nobreza local) repete a mesma argumentação em sua *Relación de Texcoco*:

Procuraban los nobles para su ejercicio y recreación deprender algunas artes y oficios, como era pintar, entallar en madera, piedra u oro, y labrar piedras ricas y darles las formas y talles que querían, a semejanza de animales, pájaros y sabandijas. (...) Otros [se dedicaban] a ser canteros o carpinteros, y otros al conocimiento de las estrellas y movimientos de los cielos, por los cuales adivinaban algunos sucesos futuros. Y se entiende que si tuvieran letras, llegaran a alcanzar muchos secretos naturales; pero como las pinturas no son muy capaces para [rete]ner en ellas la memoria de las cosas que se pintan, no pasaron adelante, porque casi en muriendo el que más al cabo llegaba, moría con el su ciencia²¹ (POMAR, 1986 [1582], p. 86).

O constante reforço na confiança da escritura por parte desses sujeitos que escreviam sobre o continente americano partia uma percepção partilhada, mas também reafirmava (legitimava) as práticas cognitivas por eles realizadas.

Foi por meio da escritura que a maior parte das informações, das notícias e dos conhecimentos sobre o Novo Mundo chegou ao velho continente. Mesmo as imagens, gravados e pinturas sobre os territórios americanos estavam, em grande parte, baseados em descrições literárias – produzidas por observadores diretos ou editores e/ou editores relativamente eruditos –, como aponta Joan Pau Rubiés (2008, p. 337), sendo fundamental ao pesquisador reconstruir as relações entre texto e imagem como um dos filtros existentes nas representações iconográficas sobre o continente americano²².

As obras produzidas pelos cronistas oficiais foram textos escritos que apresentavam tanto a forma manuscrita quanto a impressa. Por meio de palavras escritas traziam determinadas representações sobre os acontecimentos, os povos e os aspectos naturais das chamadas Índias Ocidentais. No entanto, a escrita não era apenas o veículo de comunicação empregado por esses funcionários régios, era por meio dela que estava estruturada a cognição daquelas partes. Era a escritura dotada de tecnologia e poder que lhes permitia saber o que sabiam e o que transmitiam por meio de suas crônicas. Desde Madrid, e graças à escrita, o

²¹ “Procuravam os nobres para seu exercício e recreação aprender algumas artes e ofícios, como era pintar, entalhar em madeira, pedra ou ouro, e trabalhar pedras ricas e dar-lhes as formas e tamanhos que queriam a semelhança de animais, pássaros e bichos. (...) Outros se dedicavam a ser lapidários ou carpinteiros, e outros ao conhecimento das estrelas e movimentos dos céus, pelos quais adivinhavam alguns sucessos futuros. E se entende que se tivessem letras chegariam a alcançar muitos segredos naturais, mas como as pinturas não são muito capazes para conservar nelas a memória das coisas que se pintam não passaram adiante, porque quase morrendo o que mais ao fim chegava, morria com ele sua ciência.”

²² Além disso, como apontou Claudia Swan (2006, p. 248) é necessário matizar o papel da imagem mesmo nas histórias naturais ilustradas. Nem sempre as gravuras e imagens ali constavam por uma necessidade apontada pelo autor, às vezes correspondia a uma pressão do editor visando atender os anseios do mercado.

cronista poderia relatar sobre partes remotas, como as províncias do Rio da Prata ou a região de Quito. Ao contrário de outros autores, como Oviedo, que usavam a escrita como meio de comunicar aquilo que viu, compreendeu e notou²³, para os cronistas oficiais das Índias essa não era uma possibilidade, era a escritura o mecanismo em si de cognição. Relatos alheios, respostas a questionários, documentos oficiais e relações enviadas a partir das demandas de cédulas e instruções, eram essas as fontes de conhecimento (predominantemente escritas) destes funcionários por meio das quais executavam suas funções.

Se as crônicas oficiais das Índias são expressões do poder da escritura, também são manifestações do poder sobre a escritura²⁴, uma vez que eram esses escritos regulados e utilizados pela Monarquia como instrumentos de conhecimento e de validação de uma representação autorizada dos territórios e dos acontecimentos ocorridos das Índias Ocidentais. Embora tivesse relativa autonomia, as atividades dos cronistas eram normatizadas por ordenanças reais: o que e como deveria ser tratado já estavam estabelecidos. Logo, suas palavras tinham algumas limitações. Ao mesmo tempo, as obras dos cronistas também se converteram em mecanismos para avaliar outros escritos.

Os laços entre o poder e a escritura, desde o final da Idade Média, tornaram-se mais estreitos. Conforme pontua Castillo Gómez (1997, p. 147), a escritura converteu-se em uma ferramenta adequada para responder às exigências de precisão, ordem e governo, sobretudo no período de configuração do Estado moderno. Segundo esse autor, mediante a escrita, o poder se fazia presente desde os centros de decisão política até as periferias mais afastadas, afirmando-se como um dos principais meios de controle social, econômico e ideológico.

John Elliott (2002) corrobora essa interpretação ao afirmar que, ao longo do século XVI, diante dos problemas envolvendo a administração de vastos territórios espalhados pelo mundo, novos métodos burocráticos e de governança surgiram. O governo antes caracterizado pela palavra falada (a oralidade) foi substituído pelo governo da palavra escrita (*government by paper*). Transformações que podem ser percebidas por meio da comparação entre os modelos de monarcas que foram Carlos V e Felipe II. As conquistas e as novas terras americanas foram alguns dos fatores determinantes para tais mudanças: a distância constituía

²³ É necessário, no entanto, matizar essa afirmação. Gonzalo Fernández de Oviedo, em sua *Historia General y natural de las Indias* também utilizou relatos de outros sujeitos em sua narrativa, especialmente, quando desejava relatar sobre partes que não havia estado. Assim, a escrita era um mecanismo usado pelo cronista para externar suas percepções e compreensões do vivenciado, era ela um meio também de adquirir conhecimento de outras partes.

²⁴ Recupero aqui a diferenciação estabelecida por Armando Petrucci (1988, pp. 823-824): “(...) le pouvoir de écriture (qui appartient celui qui possède la capacité écrire et exerce) et le pouvoir sur écriture (détenu par autorité en place qui le délègue et qui exerce un quelconque controle)”.

um desafio à coroa, cuja superação era pensada por meio da escrita²⁵. Autoridades, temporais e religiosas, viam o valor da escritura para a obtenção de informações e o exercício do poder à distância (GONZÁLEZ SÁNCHEZ, 2014). Desde as primeiras décadas após a chegada dos europeus às Índias, a coroa buscou colocar-se em superioridade informativa, demandando relatos, cartas e escritos diversos, como veremos nos dois primeiros capítulos. A crônica oficial estava inserida nesse cenário, porém de modo polissêmico. Acreditamos que tais obras eram canais informativos, uma vez que compilavam registros diversos em sua elaboração. No entanto, também eram instrumentos de controle e de legitimação de discursos sobre as áreas relatadas. Faziam parte das projeções imperiais que se instituíam naquele momento.

Ainda que sejam fontes importantes, poucos são os estudos dedicados exclusivamente às crônicas oficiais das Índias e que abarquem conjuntamente os documentos relativos à sua produção. Com exceção de autores como Rómulo D. Carbia, Richard Kagan, María M. Portuondo e Mariano Cuesta Domingo, os trabalhos que abordam os cronistas oficiais, como Juan López de Velasco e Pedro de Valencia, o fazem apenas tangencialmente, como exemplos para evidenciar projetos estabelecidos nos reinados dos monarcas Habsburgos ou outra temática²⁶. A proposta da tese é analisá-los de modo integrado, porém, a partir de um recorte específico: a cognição da fauna e da flora.

Com relação à análise da História Natural – ou dos saberes relativos aos animais e às plantas – presente nos escritos dos cronistas oficiais, as investigações são ainda mais escassas, existindo apenas ponderações de alguns historiadores. No entanto, se a História Natural era vista como um dos componentes da História e, além disso, na legislação que regulava as funções do ofício de cronista oficial das Índias estava expresso que o ocupante deveria tratar desse tópico, relegar um espaço secundário ou ignorar a questão é mutilar parte da compreensão do significado das crônicas oficiais. Nelas, os signos do controle e a História Natural daquelas partes apresentavam-se de modo imbricado. Por isso, privilegiei as crônicas oficiais como fontes para entender o processo de apreensão da fauna e da flora americana, uma vez que elas constituem janelas por meio das quais podem ser visualizadas as relações entre domínio e conhecimento. A compreensão almejada ultrapassa a questão dos conteúdos presentes nas crônicas em suas conformações finais, pretende-se examinar suas formas de

²⁵ A efetividade da superação das distâncias por meio da escrita é difícil de mensurar. Era uma estratégia, a mais efetiva existente naquele momento, porém a própria fórmula “obedezco pero no cumplo” já evidenciava também os limites da escritura.

²⁶ Antonio de Herrera y Tordesillas parece ser a exceção, uma vez que há um grande número de investigações voltadas para suas obras, entretanto, mesmo entre essas a maior parte enfatiza outros escritos e não seus labores como cronista maior das Índias.

construção e como tais documentos ao se constituírem também estabelecem uma ordem vinculada às relações de poder vigentes.

* * * *

Enfrentar a temática dos conhecimentos de História Natural desenvolvidos em territórios hispânicos (em crônicas oficiais e outras fontes), obviamente, é deparar-se com uma imensa literatura acadêmica sobre o assunto que remonta ao século XVIII. Direta ou indiretamente, é aproximar-se de discussões que ainda retomam a chamada polêmica da ciência espanhola²⁷. Embora autores recentes, em reação ao silêncio da historiografia da ciência, tenham enfatizado o papel dos ibéricos no desenvolvimento de novas práticas no universo científico do período – como a empiria –, as quais teriam caracterizado a chamada Revolução Científica, o estudo aqui proposto se afasta dessas perspectivas e discussões, sem negar sua relevância no cenário historiográfico²⁸.

Para analisar os saberes sobre os animais e as plantas presentes nos documentos e crônicas oficiais, busquei enfatizar os caracteres que lhes eram próprios, as especificidades da História Natural desenvolvida na documentação e nas obras vinculadas ao *Consejo de Indias*, no entanto, sem dissociá-las de um cenário mais amplo que dava contornos a esse campo de saber no Ocidente. Mais do que a primazia ou ineditismo das ideias e das iniciativas, procurei estabelecer os diálogos e evidenciar os elementos compartilhados. Por isso, não cabem, nesse estudo, interpretações que partam da ideia de antecipação, preeminência ou atraso dos saberes desenvolvidos pelos espanhóis (ou ibéricos) no início do período moderno. Do mesmo modo, a própria discussão que caracterizou a polêmica da ciência espanhola torna-se vazia tendo em vista os objetivos da pesquisa. Mais do que medir o papel dos ibéricos ou enfatizar seu vigor científico tendo em vista um modelo específico de ciência, pretendo entender as configurações que assumiram determinados saberes em um cenário também definido e suas conexões com percepções e conhecimentos compartilhados no Ocidente. Rejeito uma pretensa unidade do saber científico, cuja validade de determinadas práticas esteja associada à

²⁷ A chamada polêmica da ciência espanhola é o nome conferido aos debates intelectuais, nos quais eram formuladas interpretações acerca do contraste entre a pujança das atividades científicas nos quinhentos e a decadência nos séculos posteriores. Constituída por apologias e ataques, a polêmica foi marcada por um cenário politizado (PORTUONDO, 2009, p. 13).

²⁸ As discussões e interpretações conduzidas por autores como Jorge Cañizares Esguerra, Antonio Barrera Osório e Mauricio Nieto Olarte sintetizam parte desse renovado interesse em relação ao papel dos ibéricos no desenvolvimento da ciência na modernidade.

reprodução de determinados modelos, como o pertencimento à chamada Revolução Científica. Defendo a singularidade dos processos.

Para percepção da diversidade inerente às práticas e aos saberes científicos e o reconhecimento de aspectos próprios que definiriam diferentes “histórias naturais”, as análises de Paula Findlen, mencionadas nos parágrafos anteriores, foram fundamentais. Ao mencionar que a História Natural desenvolvida no século XVI não era um todo coeso e com unanimidades patentes, não existindo um conjunto de procedimentos comuns tampouco tópicos definidos, a historiadora evidenciou a pluralidade abrigada em torno dessa área do saber. Mostrou que havia projetos distintos e por vezes divergentes, os quais eram concebidos como parte do que se entendia como História Natural. Assim sendo, por que não pensar nos saberes sobre o mundo natural contidos na documentação e nas obras dos cronistas oficiais como um desses projetos mencionados por Findlen?

Ao considerar a ideia um projeto de História Natural proponho fugir das falsas avaliações que examinam se estariam as ciências naturais do mundo hispânico no mesmo nível que aquilo que era produzido nas demais regiões da Europa, questões essas que marcaram a historiografia há algumas décadas. Defendo que as obras analisadas partilhavam características comuns, como a perspectiva cristã (associada a uma tradição clássica), o impacto do Novo Mundo e a preocupação em apreendê-lo, o envolvimento de instituições administrativas, entre outras, e devem ser estudadas em conjunto.

As contribuições de investigadores espanhóis que analisam os projetos de Felipe II em relações às ciências naturais (BUSTAMANTE GARCIA, 1998) reforçam essa interpretação, porém, ainda que esteja vinculada às ações empreendidas pelo monarca no período (como evidencia a análise das ordenanças e cédulas), a ideia de projeto de História Natural que proponho ultrapassa tais iniciativas. Concordo com Mauricio Nieto Olarte (2013) que, recentemente, também apontou essas características comuns e a emergência de uma História Natural ligadas às práticas imperiais já no século XVI, englobando não apenas obras e práticas associadas às instituições da Coroa.

Mencionar um projeto de História Natural não significa defender que essas práticas e esses textos devem ser entendidos por meio de uma perspectiva de isolamento. Ainda que possuam especificidades, a circulação de sujeitos, escritos e materiais não estava restrito aos territórios da monarquia hispânica. Também não estavam os cronistas fechados às discussões e obras coetâneas. Veremos que as ideias acerca dos animais e das plantas americanos presentes nas fontes analisadas, evidenciam como as instituições oficiais eram espaços de circulação de conhecimentos.

No entanto, ainda que a ideia de projetos de Paula Findlen tenha permitido percepções e reflexões importantes, ela traz em seu âmago determinadas noções que não expressam aquilo que entendo como um projeto de História Natural próprio do *Consejo de Indias* e dos escritos produzidos por seus membros. A palavra projeto tem como sinônimo o vocábulo plano e, muitas vezes, transmite a ideia de uma ação consciente e programada, gerida e com contornos fixos e estabelecidos. Não é essa a interpretação que proponho. Almejo evidenciar a confluência de concepções e formas de produzir o conhecimento por diferentes sujeitos e instituições daquele momento.

Diante das limitações da palavra projeto, o conceito de cultura epistêmica formulado por Karen Knorr-Cetina mostrou-se como uma chave interpretativa mais ajustada às minhas propostas.

Analisando processos contemporâneos relativos à questão da produção do conhecimento e da ciência – que envolvem hoje em dia muito da vida social das sociedades ocidentais –, Knorr-Cetina (1999a, p. 377) chama a atenção para a desunião e as divisões culturais que caracterizam as práticas científicas e os saberes dos peritos. Segundo a autora, diferentes cenários de saberes implicam em variações nos padrões agregados e nas dinâmicas de práticas dos peritos. Tais cenários de conhecimentos são definidos pela socióloga como culturas epistêmicas:

(...) culturas epistêmicas: aqueles amálgamas de arranjos e mecanismos – ligados por meio da afinidade, necessidade, e coincidência histórica – que, num dado campo, constituem a forma *como nós sabemos o que nós sabemos*. Culturas epistêmicas são culturas que criam e garantem o conhecimento²⁹ (KNORR-CETINA, 1999b, p. 8).

Ainda que seja usado originalmente pela autora para tratar de uma temática bastante recente, a ideia de “culturas epistêmicas” pode ser apropriada para compreensão de outros períodos históricos, sendo uma categoria analítica mais abrangente que a noção de disciplina (KELLEY, 1997), apresentada por alguns autores, mas que também permite a compreensão das especificidades que marcam determinados cenários cognitivos.

A hipótese que aqui se formula é de que uma determinada cultura epistêmica esteve vinculada às iniciativas conduzidas pelo *Consejo de Indias* visando apreender as Índias Ocidentais e abranger os saberes necessários para assegurar o domínio e a governanças dos territórios ultramarinos. As atividades e os escritos dos cronistas estavam intimamente associados à constituição dessa cultura epistêmica. Como veremos, havia uma convergência

²⁹ “(...) epistemic cultures: those amalgams of arrangements and mechanisms – bonded through affinity, necessity, and historical coincidence – which, in a given field, make up *how we know what know*. Epistemic cultures are cultures that create and warrant knowledge.”

de ideias e de formas de construir conhecimentos partilhadas pelos diferentes cronistas, bem como um consenso nas formas de validação e do emprego de tais saberes, ou seja, uma cultura que criava e garantia o conhecimento.

Embora esta cultura epistêmica possa ser observada em outros campos do saber manejados pelos indivíduos pertencentes ao *Consejo* e outras instituições associadas à Monarquia Católica, optei por centrar minhas análises nos conhecimentos sobre os animais e as plantas. Entre outras razões, pela própria trajetória do cargo de cronista das Índias – que inicialmente estava associado à função de cosmógrafo das Índias e que, já no final do século XVI, foi separada – e suas incumbências. Assim, acredito que os modos de construção e de legitimação dos conhecimentos vinculados à História Natural produzida pelos cronistas das Índias e presente nos documentos oficiais que tratavam do tema constituíam uma cultura epistêmica, a qual não pode ser dissociada do protagonismo da escrita na sociedade hispânica daquele momento.

Pensar em uma cultura epistêmica presente nas crônicas e fontes analisadas me permitiu reconhecer as especificidades que caracterizaram o saber contido nesses documentos, sem negar as convergências com a cultura letrada hispânica e ocidental.

* * * *

De certa maneira alguns dos recortes feitos ao longo da pesquisa, bem como as determinadas questões fundamentais do trabalho que surgiram conforme seu desenvolvimento, estão esboçados no título desse estudo. *Natureza Peregrina: a fauna e a flora das Índias Ocidentais nas crônicas oficiais hispânicas (1570-1620)* evidencia as principais fontes utilizadas, o período analisado e os objetos de investigação. No entanto, uma explicação complementar em relação ao título se faz necessária. O termo “peregrina”, que qualifica a palavra natureza nesse estudo, era comumente utilizado para fazer referências às plantas e aos animais de outras partes do mundo que não a Europa. Em 1619, Frei Diego de San Joseph intitula o capítulo final de sua obra *Facultades de las plantas colegiadas de historia natural*³⁰ (manuscrito), como “De plantas peregrinas”. Francisco Hernández, em uma carta a Felipe II datada de 1572, na qual relatava o andamento de seus trabalhos nas Índias Ocidentais, assegurava que já havia composto três livros de “plantas peregrinas” e quase

³⁰ RAH, 11-8543.

outros dois de “animais terrestres e aves peregrinas”³¹. Segundo o dicionário da Real Academia Española, o qualitativo peregrina pode ser aplicado a uma espécie ou coisa que procede de um país estrangeiro³². Sebastián Covarrubias, em 1611, definia como uma coisa peregrina algo extraordinário, raro ou diferente³³. Aos olhos europeus, as espécies descritas pelos cronistas, eram singulares, incomuns, estavam situadas no território do desconhecido e, por isso, peregrinas.

A expressão “Natureza Peregrina” é poética e nos remete a um conjunto de imagens ligadas ao movimento lento e constante de um caminhante. Poderíamos empregá-la para designar as plantas e os animais que foram levados do continente americano até outras áreas e, por isso, peregrinos – afinal, o contato com os europeus com outros continentes provocou transformações profundas, trânsito de seres, de objetos, medicamentos e alimentos³⁴. Não obstante, os dois termos usados em conjunto para nos transmitem também a ideia de um movimento que não estava restrito às coisas e seres vivos, mas ao conhecimento ligado a outras partes. A natureza aqui é peregrina em relação aos saberes e às informações que se deslocam, que atravessam mares e oceanos e chegam a gabinetes, salas do *Consejo* e papéis do rei. A escolha do título “Natureza Peregrina” vincula-se ao desejo de enfatizar que se trata de um conhecimento que circula, ou nas palavras de James Secord (2004): *knowledge in transit*.

Utilizei intencionalmente as palavras “*a fauna e a flora*”. Ainda que aquilo que era conhecido como História Natural do período investigado envolvesse o estudo da fauna, da flora e dos minerais, as duas primeiras categorias foram selecionadas, em detrimento dos minérios, de forma quase arbitrária, visando limitar o recorte documental, mas também motivada por questionamentos que são bastante atuais. As reflexões sobre as relações entre os homens e o mundo natural ganharam espaço nas últimas décadas, inclusive no campo historiográfico, abrindo caminhos para novos protagonistas que até pouco tempo constituíam os cenários e os figurantes das narrativas. Entre os questionamentos postos em evidência quando se pensa nas relações entre o homem e a natureza está a construção de saberes, uma vez que os conhecimentos estabelecidos legitimam argumentos e ações. Ora, se hoje informações sobre a biodiversidade e sua preservação são postas à mesa em discussões políticas, sociais e econômicas, como pensar essa confrontação entre a sociedade e a natureza

³¹ Carta transcrita na edição de 1888 de *Quatro libros de la naturaleza*.

³² Cf. <http://www.rae.es/> acesso em 18/10/2015.

³³ Cf. <http://fondosdigitales.us.es/fondos/libros/765/16/tesoro-de-la-lengua-castellana-o-espanola/> acesso em 18/10/2015.

³⁴ O estudo de Alfred W. Crosby (2011) traz análises ainda importantes desse movimento que não foi e nem deve ser entendido de maneira unidirecional.

em outros períodos? Busca-se, com este trabalho, entender que papéis (econômicos, políticos e culturais) tinham os saberes sobre a fauna e a flora para determinados indivíduos daquele momento e quais foram as respostas formuladas às demandas que surgiam do contato com seres vivos oriundos da quarta parte do mundo.

Embora no estudo haja uma predominância analítica em relação aos animais e às plantas, não houve uma exclusão completa dos minerais no exame feito das fontes. Entretanto, os enfoques estabelecidos em relação aos metais e pedras, na maior parte das vezes, estavam circunscritos a uma esfera econômica e de obtenção de riquezas. Por outro lado, as descrições dos seres vivos apresentavam nuances e percepções que ultrapassavam esse escopo.

Outro ponto importante, foi o fato de privilegiar os vocábulos animais e plantas (assim como fauna e flora) em detrimento de zoologia e botânica, buscando evitar uma visão teleológica e anacrônica. Da mesma forma, essa pesquisa não pretende procurar a origem das disciplinas e das áreas de conhecimentos atuais no início do período moderno, mas entender o saber do período em seus próprios termos. Empregar zoologia e botânica no título comprometeria tal perspectiva³⁵.

Também utilizo a expressão “Índias Ocidentais” para me referir ao continente americano, uma vez que era a designação mais usual na documentação do período para abordar o conjunto de territórios hispânicos localizados na América. Ademais, com as palavras “Índias Ocidentais” é possível fixar os limites geográficos da investigação. Por outro lado, com “crônicas oficiais hispânicas”, delimito o recorte documental da pesquisa: os escritos elaborados pelos cronistas oficiais ou aqueles associados à produção de suas crônicas e relações. O termo “hispânicas” relaciona-se ao fato de que foram privilegiadas as fontes escritas em espanhol. Apesar do período cronológico abrangido neste estudo envolver a chamada União das Coroas Ibéricas, optei por centrar minha análise em obras que estivessem vinculadas à Espanha e à América hispânica – tendo em vista minhas investigações e estudos anteriores. Obviamente, não serão fechadas as portas às conexões com outras partes da Europa e da América³⁶.

³⁵ Embora, ao longo do texto, seja possível encontrar essas expressões, especialmente como adjetivos. Entretanto, evitarei empregar as palavras zoologia e botânica para designar ramos do saber ou disciplinas, pois essas não correspondiam às divisões do período.

³⁶ Além disso, o termo hispânico era aquele comumente utilizado no período moderno para designar o conjunto das partes da Monarquia Católica, sendo ibérico um conceito que se tornou frequente a partir do século XIX, seu uso, portanto, pode ser inadequado para se referir a eventos ocorridos entre os séculos XVI e XVII. A palavra ibérica também carrega o peso semântico relacionado aos projetos políticos em que foi utilizada.

Em relação ao período investigado, os cinquenta anos abarcados entre 1570 e 1620 envolveram os governos dos monarcas Felipe II e Felipe III, uma época de crescimento da consciência das transformações vivenciadas. Também se trata de um momento significativo para o estudo da construção do conhecimento, uma vez que, especialmente após 1580, a Monarquia Católica cria um espaço de transversalidade, que permitiu a circulação de objetos, seres vivos, pessoas, ideias e saberes em diferentes partes do mundo³⁷. Além disso, no que concerne aos saberes sobre o Novo Mundo, nestas décadas houve a produção de obras significativas sobre a fauna e a flora desses territórios e a reorganização na forma de coleta de informações por parte do *Consejo de las Indias*, iniciada com as reformas ovandinas. Somam-se a esses elementos o fato de que entre 1570 e 1620 ocorreram transformações importantes nos estudos europeus ligados à História Natural. Nesse sentido, trata-se de um período expressivo para analisar a vinculação entre a cognição das Índias Ocidentais e o desenvolvimento desse campo de conhecimento. Não obstante, os limites temporais serão flexíveis quando necessário, uma vez que não se tratam de fenômenos cuja datação se estabeleceu de forma exata e inequívoca.

Quatro questões orientaram nossas investigações sobre a fauna e a flora presentes nas crônicas oficiais. A primeira delas refere-se aos conteúdos presentes em documentos oficiais e nas crônicas: quais eram as temáticas e os interesses relativos aos animais e às plantas que constavam nessas fontes? Ou seja, o que era descrito? Nas análises das cédulas e instruções, bem como dos escritos dos cronistas, nos preocupamos em evidenciar quais eram as espécies e os aspectos frequentemente relatados nos excertos que tratavam de temas vinculados à História Natural.

A segunda indagação estava relacionada aos mecanismos utilizados para obtenção de saberes acerca da fauna e da flora americanas: como eram conhecidos os animais e as plantas, uma vez que os cronistas encontravam-se a milhares de quilômetros dos ambientes originais daqueles seres vivos? Por isso, a investigação não esteve centrada somente nas crônicas oficiais, sendo necessária a análise de outros documentos expedidos pelo *Consejo de Indias* que instituíam meios e ferramentas para aquisição de informações, dados e conhecimentos sobre o mundo natural. Derivada deste questionamento, está a terceira pergunta, vinculada às configurações que assumiram esses conhecimentos. Tendo em vista os objetos (o que era narrado) e as fontes do relato, de que modo se apresentavam os saberes relativos aos animais e

³⁷ As ideias de crescimento da consciência em relação às transformações vivenciadas e de transversalidade são de autoria do professor Fernando Bouza Álvarez em um palestra proferida no dia 17/06/2013 na Universidade de São Paulo como parte das Jornadas Filipinas realizadas nessa mesma instituição.

às plantas americanas? Como estavam estruturados e quais foram as principais características dos conhecimentos contidos nas crônicas oficiais.

Por fim, a quarta questão refere-se ao porquê. Ela permeia todas as demais ao indagar as razões pelas quais as temáticas relativas aos animais e às plantas do continente americano eram pertinentes para constar em documentos e crônicas oficiais: quais seriam suas funções? Por que escrever sobre a fauna e a flora das Índias Ocidentais? As relações entre poder, escritura e conhecimento da natureza estão contidas nesse questionamento.

Para responder essas quatro questões a tese foi dividida em quatro capítulos que correspondem a conjuntos documentais e temporais específicos. Parte do material analisado já foi bastante estudado por historiadores, sobretudo espanhóis, porém nunca de maneira integrada às crônicas oficiais, sendo essa uma das propostas da tese. No primeiro capítulo, serão exploradas as conexões existentes entre a ideia de império do final do século XVI e início da centúria seguinte e o conhecimento do mundo natural, bem como os mecanismos construídos pelo *Consejo de Indias* ao longo do século XVI para obtenção de informações e de construção de saberes sobre os animais e as plantas americanas na primeira metade do século XVI. Também será discutida a estrutura de governança criada para administrar os territórios ultramarinos.

O segundo capítulo inicia-se com uma descrição das reformas empreendidas por Juan de Ovando y Godoy (1514-1575) no *Consejo de Indias*. Além de uma discussão conceitual e historiográfica, evidenciamos como ordenanças e as cédulas produzidas principalmente depois de 1570 não eram apenas espaços discursivos normativos, também eram lócus de conceituação e de difusão de conhecimentos, não podendo ser encarados como meras ferramentas cognitivas. Nesta parte da tese, também foram examinadas a definição de crônica e as tarefas relacionadas ao ofício de *Cosmógrafo y Cronista Mayor de las Indias*.

No terceiro capítulo foram analisadas as obras de Juan López de Velasco (1530-1598), primeiro *Cosmógrafo y Cronista Mayor de las Indias*. Maria Portuondo (2013), recentemente, examinou de maneira cuidadosa o trabalho cosmográfico desse cronista. A discussão proposta neste capítulo segue uma direção semelhante, porém tendo como foco analítico a cognição dos animais e das plantas apresentada nos escritos de López de Velasco. Não somente que tipo de informações estava presente nas obras, mas também como se apresentava e qual era o papel deste saber conjunto de conhecimentos sobre os diferentes territórios. Além disso, haverá algumas comparações preliminares de modo a situar a obra em relação aos seus pares (com crônicas do mesmo período) e trabalhos de História Natural.

O quarto capítulo segue parâmetros similares à análise das obras de López de Velasco, porém tendo como fontes de investigação alguns dos escritos de Antonio de Herrera y Tordesillas (1559-1625) e de Pedro de Valencia (1555-1620), ambos cronistas das Índias durante o reinado de Felipe III. Buscando as idiossincrasias de cada obra, porém traçando paralelos e continuidades com o que havia sido produzido antes dentro das estruturas do *Consejo de Indias*, foram feitas análises dos relatos sobre os animais e as plantas contidos nas obras *Historia General de los hechos de los castellanos*

Algumas considerações sobre as traduções e os termos empregados devem ser feitas. Optou-se por manter as citações das fontes primárias no idioma original – majoritariamente em espanhol – com as traduções (versões livres e feitas pela autora) nas notas de rodapé. Nas citações literais das fontes secundárias, uma postura inversa foi adotada: mantivemos as traduções no corpo do texto, de modo a dar fluidez à leitura, sendo os excertos originais transcritos em notas. Também conservamos os nomes próprios (de pessoas e instituições) na grafia de sua língua original.

* * * *

As páginas que se seguem foram frutos também de uma história peregrina dos dois lados do Atlântico. Minhas indagações acerca dos processos de apreensão dos animais e das plantas americanos se iniciaram ainda durante a graduação, período em que também tive contato com as primeiras crônicas das Índias, sobretudo, com a obra de José de Acosta. Se no mestrado meu interesse esteve concentrado na fiabilidade de tais escritos em períodos posteriores, no doutorado, após um contato inicial com as discussões sobre a política e as representações da Monarquia Hispânica³⁸, às perguntas sobre os processos de cognição e de confiabilidade foram adicionados elementos relativos aos aspectos políticos e do universo letrado do início da época moderna.

Os cronistas das Índias, pelas intersecções apresentadas em seus papéis sociais e cognitivos, foram os objetos de investigação escolhidos para o doutorado. As discussões travadas nas diferentes disciplinas e nos eventos realizados na Universidade de São Paulo, bem como os materiais bibliográficos disponíveis em bibliotecas como a Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin ou ainda na Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros, foram fundamentais para as reflexões iniciais. No entanto, em razão dos cruzamentos estabelecidos

³⁸ Esse contato foi possível graças às discussões realizadas durante a disciplina “Poderes e Representações da Monarquia no Antigo Regime Ibérico: da monarquia compósita ao messianismo político. Séculos XV a XVII”, ministrada em 2010, pela professora doutora Ana Paula T. Megiani. Foi nesse momento que os primeiros delineamentos da temática da tese e das aproximações teóricas surgiram.

pelos cronistas, nem sempre foram fáceis as delimitações da pesquisa e as mudanças de trajeto ocorreram ao longo desses anos. Para que a tese ganhasse contornos mais nítidos, os dois estágios realizados na Espanha foram fundamentais, neles pude consultar arquivos e bibliotecas e estabelecer contato com renomados pesquisadores da área. Em 2013, graças ao convênio entre a Universidade de São Paulo e a Universidad de Salamanca, intitulado “O Brasil na Monarquia Hispânica”, permaneci por dois meses na Espanha, onde foi possível fazer uma prospecção de fontes e materiais bibliográficos em instituições como a *Biblioteca Nacional de España*, *Archivo General de Indias*, *Biblioteca General Histórica da Universidade de Salamanca* e a *Real Academia de la Historia*, entre outros. No ano seguinte, em virtude da bolsa do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) da Capes, pude permanecer por cinco meses em Madrid, vinculada ao Centro de Ciencias Humanas y Sociales, para finalizar a pesquisa.

Ao peregrinar (percorrer por meio das investigações) pelos dois lados do Atlântico, refiz, ainda que metaforicamente, o caminho dos papéis sobre os animais e as plantas das Índias Ocidentais. Espero que meu trabalho possa contribuir para evidenciar a importância dessas conexões, não apenas aquelas originárias dos quinhentos, mas as nossas contemporâneas que tornam possíveis pesquisas como a que realizei.

CAPÍTULO I

Império e Conhecimento do Mundo Natural

(...) cualquier de buen entendimiento comprende quan importante sea el conocimiento de los súbditos para satisfacer perfectamente el príncipe a las obligaciones de su ministerio, assi lo enseñó la saviduria de Dios pues habiendo criado al hombre señor universal del mundo le quiso dotar de ciencia conveniente para su gobierno y entonces le dio a conocer las plantas, frutas, flores y todas las cosas naturales con admirable inteligencia de sus efectos y virtudes¹.

Inicia-se dessa maneira um discurso datado de 16 de fevereiro de 1608, assinado pelo então presidente do *Consejo de Indias*, o conde de Lemos y de Andrade, Pedro Fernández de Castro, Andrade e Portugal (1560-1622). O autor teria dedicado suas palavras a ninguém menos que o duque de Lerma – Francisco Gómez de Sandoval y Rojas (1553-1625) –, seu sogro e valido do rei Felipe III (1578-1621). O documento foi intitulado² *Discurso que hizo el conde de Lemos y Andrade, presidente del Consejo de Indias, dedicado al Duque de Lerma, su tio y suegro, del gouierno y de muchas particularidades de la prouincia de Quito en Indias, con un dictionario com declaración de los bocablos particulares de las Indias y poco familiares de España*. Logo no primeiro parágrafo era elaborada a analogia entre a criação do homem (e sua aptidão cognitiva que o tornava capaz de reconhecer os elementos que compunham a natureza) e a necessidade de conhecimento da realidade por parte daquele que governa, como transcrito acima. O paralelo não era inocente, conectava um discurso teológico de superioridade do homem frente ao mundo natural, bastante comum no período, a práticas políticas.

Esta breve apresentação da fonte e o excerto reproduzido trazem elementos suficientes para suscitar algumas reflexões acerca do cenário político e administrativo da Monarquia Hispânica e das ideias que circulavam naquele momento. Entretanto, a história relativa à

¹ “(...) cualquier um de bom entendimento comprende o quão importante seja o conhecimento dos súditos para satisfazer perfeitamente o Príncipe às obrigações de sua função. Assim o mostrou a sabedoria de Deus, pois havendo criado ao homem senhor universal do mundo, lhe quis dotar de ciência conveniente para seu governo, e então lhe deu a conhecer as plantas, flores e todas as coisas naturais com admirável inteligência de seus efeitos e virtudes.” (BRME, I.III.3)

² Segundo Francisco Javier e Jesús Fuente Fernández existem quatro cópias manuscritas desse documento localizadas na Biblioteca Nacional, na Biblioteca do Real Monastério de El Escorial e duas na Real Academia de la Historia. Nem todas possuem o título indicado. Entretanto, para essa pesquisa foi consultado o manuscrito existente na Biblioteca do Real Monastério de El Escorial, em que aparece essa nomeação, a qual será usada integralmente ou de forma abreviada como *Discurso del Conde de Lemos sobre la Prouincia de los Quijos*.

autoria, bem como o conteúdo integral e a estrutura desse manuscrito são também reveladores, trazendo à tona importantes questionamentos que nortearão este trabalho.

Composto por um texto e uma representação cartográfica da província de los Quijos³ (Fig. 1), o *Discurso del Conde de Lemos sobre la Provincia de los Quijos* pode ser dividido em três partes fundamentais. Uma primeira seção formada pela dedicatória e pelo discurso propriamente dito. Uma segunda repartição que apresenta uma lista de vocábulos específicos das Índias Ocidentais e de seus significados – um dicionário. E, por fim, uma terceira parte contendo a descrição da Província dos Quijos, incluindo cinco subdivisões, as quais abordam os aspectos naturais, morais e políticos, eclesiásticos, militares e as particularidades das cidades da província (Baeza, Avila, Archidona e Sevilla del Oro). Logo, trata-se de um manuscrito com objetivos variados e bastante amplos.

A primeira parte do documento, ou o que chamaríamos de discurso, é assinada pelo conde de Lemos y de Andrade. Contudo, estudos paleográficos e codicológicos recentes revelam que a autoria desse texto dificilmente poderia ser atribuída a Pedro Fernández de Castro. Diferentes edições impressas que contêm essa fonte atribuem sua escrita a Pedro de Valencia, humanista, erudito e ocupante dos cargos de cronista de Castela e das Índias (PANIAGUA PÉREZ, 2001, pp. 99-111).

Ligado ao círculo do duque de Lerma e apoiado abertamente pelo conde de Lemos, Valencia havia sido nomeado cronista das Índias no ano anterior com um salário bastante acima daquele que era oferecido a Antonio de Herrera y Tordesillas (1559-1625), que desempenhava a mesma função (KAGAN, 2010, p. 274). Como cronista, Pedro de Valencia teria diferentes obrigações e temáticas às quais se dedicar, tais como a elaboração de descrições geográficas, das rotas de navegação, dos ritos e costumes dos povos indígenas, a escrita da história e dos acontecimentos das diferentes localidades, o relato dos aspectos naturais presentes nas Índias, entre outras. Não apenas deveria recopilar informações existentes, mas produzir narrativas que pudessem servir aos conselheiros e funcionários do *Consejo de Indias* e aos interesses da Monarquia Católica. Assim, o *Discurso del Conde de Lemos sobre la Provincia de los Quijos* estava inserido nesse panorama de deveres e de relações pessoais (e tensões⁴) associadas à corte e à administração dos territórios ultramarinos.

³ As terras correspondentes à Província dos Quijos, atualmente, fazem parte da região norte do território do Equador, mais precisamente à província de Napo.

⁴ Entender a importância das relações pessoais nesse cenário não significa apenas evidenciar a proximidade entre o conde de Lemos y Andrade para obtenção do cargo, também traz à tona os conflitos na escrita da história (entendida aqui como narrativa) que surgem com a nomeação de Valencia, sobretudo as tensões ligadas à figura de Antonio de Herrera y Tordesillas.

O discurso é significativo não apenas por seu conteúdo, mas porque serviria de modelo, sobretudo a terceira parte, para os futuros escritos sobre as Índias produzidos por esse autor.



Fig. 1 - Mapa de la *Descripción de la gobernación de los Quixos* (1608)

BNE, MSS 594

Transcritos nos parágrafos anteriores, os primeiros argumentos do documento recorrem a uma base teológica para legitimar a importância das ideias defendidas, ou seja, a necessidade de conhecimento para a boa governança. Entretanto essa não foi a única tradição despendida por Valencia, nos trechos seguintes ele continua a se alicerçar em antigas e conhecidas referências:

Desta doutrina fueron grades sequaces los romanos y su providencia no menos temida y excelente que la grandeça del imperio. Tuvieron las fuerças mas hunidas y de menor esfera que nra monarchia y no por esso les parecio diligencia poco útil a su conservación de escribir la naturaleza y costumbres

de las provincias sujetas y de sus confines para lo qual usaron de unos libros y relaciones universales que las ystorias llaman el censo⁵ y el breviario del⁶.

A comparação ao Império Romano também não era casual, remetendo a um imaginário político compartilhado por aqueles a quem se dirigia o discurso e corroborando para a construção de uma determinada representação⁷ da Monarquia Católica, como veremos adiante. No entanto, nos dois excertos iniciais, destaca-se a presença e a função ocupada pela natureza, seja na parte do discurso calcada no argumento teológico, seja no trecho cujo raciocínio era eminentemente imperial e histórico. Em ambos os excertos, conhecer o mundo natural tinha um papel central na sujeição das demais espécies pelo homem ou dos territórios conquistados pelos romanos⁸.

Nesse sentido, como pensar as referências à natureza em um texto redigido por um cronista oficial (em nome do presidente do *Consejo de Indias*), dedicado a uma das figuras mais importantes da corte daquela época, que serviria de modelo para outros escritos a serem produzidos posteriormente vinculados à instituição responsável pela administração de territórios ultramarinos? Para além das questões retóricas, que obviamente devem ser consideradas, como entender o papel do conhecimento do mundo natural dentro das esferas administrativas e políticas entre o final do século XVI e o início do século XVII? Mais

⁵ Segundo Francisco Javier e Jesús Fuente Fernández, para o estabelecimento de tributos durante o período imperial tardio em Roma, era realizado um censo, no qual os contribuintes deveriam informar aos funcionários imperiais sobre a qualidade da terra, o número de pessoas ocupadas nela, as dotações de animais empregados na exploração, os animais restantes, entre outros pormenores. Também informam sobre as referências a um Breviário do Império encontradas na obra de Suetônio (69-141), no qual estariam dados como o número de soldados, as somas disponíveis e outras informações fiscais (JAVIER; FUENTE FERNÁNDEZ, 2001, p. 110). Pedro de Valencia estaria fazendo menção a tais iniciativas romanas.

⁶ “Desta doutrina foram grandes seguidores os romanos, e sua providencia não menos temida e excelente que a grandeza do Império. Tiveram as forças mais unidas e de menor esfera que nossa Monarquia, e não por isso lhes pareceu diligência pouco útil a sua conservação descrever a natureza e os costumes das províncias sujeitas e de seus confins, para o qual usaram uns livros e relações universais, que as histórias chamam o Censo e o Breviário do Império.” (BRME, I.III.3)

⁷ Ao utilizar o conceito de representação, dialogo com o historiador Roger Chartier. A representação é entendida como os sentidos ou significados forjados pelos sujeitos e instituições relativos a diferentes esferas de suas realidades sociais. “(...) As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade a custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de. competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.” (CHARTIER, 2002, p. 17)

⁸ É preciso, no entanto, fazer uma ressalva: a separação que estabelecemos entre argumentos teológicos e políticos nos excertos não constituía uma distinção tão marcante no pensamento do período, ela foi estabelecida de modo a garantir a compreensão do argumento apresentado. Divisões incisivas como as que estabelecemos atualmente entre política, religião, ciência e sociedade não eram partilhadas pelos indivíduos do início do período moderno. Conforme pontuou Robert Muchembled (2001, pp. 91-92), não havia barreiras que separavam a medicina (a ciência) da religião (crença), da mesma forma que não havia muros intransponíveis e segregacionistas entre a política e a teologia.

especificamente em relação às chamadas Índias Ocidentais, qual a importância de se conhecer os elementos naturais de tais territórios?



Fig. 2 - Retrato de Pedro Fernández de Castro y Andrade, o Conde de Lemos, por Nicholas Besanzon, conservado na Biblioteca Nacional de España



Fig. 3 - Retrato de Pedro de Valencia. Anônimo. Início do século XVII. Conservado no Instituto Valencia de Don Juan. Madrid.

Essas são algumas das questões que tento abordar neste e nos capítulos seguintes do trabalho. Por meio da análise dos documentos produzidos pelo *Consejo de Indias*, nos quais foram abordadas as temáticas de História Natural, sobretudo, aqueles que tratam de animais e plantas, pretendo responder a tais questionamentos. Não almejo elaborar um relato sobre

como eram a fauna e a flora do Novo Mundo, tampouco descrever todos os saberes disponíveis sobre esses elementos nos territórios americanos. A preocupação presente em minha análise está focalizada no conhecimento produzido pelos europeus (entretanto evitando uma perspectiva eurocêntrica), mais especificamente aquele relacionado com a estrutura administrativa da Monarquia Hispânica. Desejo entender quais eram as informações e os conhecimentos demandados pelo *Consejo*, que mecanismos foram criados para alcançar tais intentos e como os saberes sobre o mundo natural indiano foram reelaborados e ganharam novos significados dentro da estrutura burocrática e administrativa da instituição. Os saberes indígenas e a própria natureza americana estão inseridos no trabalho a partir dos processos cognitivos elaborados por europeus, ou seja, nas ações de apropriação e de apreensão. Personagens como o cronista Pedro de Valencia, que nunca esteve nas Índias Ocidentais, ganham relevo para atingir esses objetivos e assim como ele, o *Discurso del Conde de Lemos sobre la Provincia de los Quijos* retornará à narrativa (uma vez que exploramos apenas a superficialidade dessa fonte) juntamente com outros documentos de caráter oficial e administrativo.

Ao mencionar uma perspectiva centrada no conhecimento europeu, porém não eurocêntrica, pretendo enfatizar que os objetos de análise e os documentos privilegiados são de caráter eminentemente europeu, ainda que abordem temáticas americanas. Os anseios e os questionamentos que coordenaram a produção da documentação analisada eram europeus e, nesse sentido, a representação constituída espelha não o Novo Mundo, mas o velho continente e suas projeções em relação às outras partes do mundo. A opção por documentos de autores que, em geral, nunca estiveram no continente americano, não pode ser encarada como uma reprodução do eurocentrismo presente nas fontes ou mesmo de uma interpretação pautada nos valores eurocêtricos que coordenaram a construção do conhecimento por séculos, propalando uma superioridade da dita civilização europeia. Ao contrário, ao centrar em fontes produzidas por indivíduos e instituições do velho continente, tenciono contribuir para a crítica que tem sido realizada em relação ao eurocentrismo, inclusive nos trabalhos historiográficos⁹.

Neste capítulo inicial, serão analisadas as relações entre conhecimento do mundo natural, com ênfase nos animais e nas plantas, e as práticas imperiais, bem como os mecanismos de construção do conhecimento sobre a fauna e a flora anteriores a 1570

⁹ Seguindo as leituras de autores como Edward Said (2007), alguns estudiosos têm revisto tanto a visão do conhecimento como algo neutro, desconectado com a lógica do poder, ao mesmo tempo em que são elaboradas críticas em torno dos paradigmas europeus de modernidade e de racionalidade. Autores como Dussel e Mignolo buscam construir uma alternativa ao eurocentrismo. Ao analisar as crônicas oficiais e as conexões entre os conhecimentos sobre a natureza americana, pretendo contribuir para crítica a uma visão eurocêntrica de ciência.

desenvolvidos principalmente pelo *Consejo de Indias*. Além disso, alguns debates historiográficos e teóricos também estarão presentes, evidenciando as especificidades das conexões entre conhecimento do mundo natural e projeções imperiais no início do período moderno.

1.1 Império, Ciência e Conhecimento do Mundo Natural: conceitos, debates e aproximações

Como muitos autores de seu tempo, Pedro de Valencia, em seu discurso citado anteriormente, fez um paralelo entre o Império Romano e a Monarquia Hispânica. Longe de ser uma ideia pioneira, segundo David Armitage (1998, p. xv), o olhar retrospectivo em direção à Roma Clássica esteve presente nos impérios europeus do início do período moderno¹⁰, tanto como uma inspiração, como uma aspiração a ser alcançada, sobretudo em seus aspectos teóricos. O autor sevilhano Pedro Mexía (1497-1552), algumas décadas antes de Valencia, já enfatizava a longevidade, o tamanho e o poder do Império Romano, cuja história teria sido iniciada 2300 anos antes e permanecia viva naqueles tempos (PAGDEN, 1995, pp. 41-42). Obviamente, tal continuidade estava associada ao reinado de Carlos V¹¹ (1500-1558), de quem Mexía era cronista.

Entretanto, o Império Romano não representava um modelo inequívoco de imitação, nem mesmo as referências a Roma se mantiveram inalteradas. David A. Lupher descreve as ambiguidades e os pontos controversos em relação aos modelos clássicos no processo de conquista e de domínio do Novo Mundo, bem como de legitimação de tais ações. As diferentes visões de Domingo de Soto (1491-1560) e Francisco de Vitoria (1483-1546)

¹⁰ Armitage, ao afirmar que todos os impérios do começo do período moderno se voltavam para o exemplo de Roma, não especifica quais seriam os impérios existentes naquele momento ou aquilo que poderíamos considerar enquanto tal. Porém podemos deduzir, a partir de suas discussões posteriores, que em suas considerações incluía não apenas os impérios intitulados enquanto tal, como o Sacro Império, mas também outras formas políticas, como monarquias com intentos imperiais (por exemplo, a Grã-Bretanha de Jaime I) ou mesmo uniões de províncias como as dos Países Baixos (que almejavam a constituição de império ultramarino comercial). Tendo em vista os objetivos desse trabalho, as afirmações de Armitage ganham relevância não tanto por sua abrangência (pouco nítida, por sinal), mas por evidenciar que a recuperação do passado imperial romano não era uma exclusividade dos reis hispânicos.

¹¹ Carlos de Gante passou a ocupar o trono de Castela e Aragão após a morte de seu avô (Fernando, o Católico) em 1516, tornando-se Carlos I. No entanto, após 1519 foi eleito imperador do Sacro Império Romano Germânico com o título de Carlos V. Para este trabalho, utilizarei a denominação Carlos V por ser comumente empregada pela historiografia.

evidenciam como o exemplo de Roma não era consensual¹² mesmo entre os espanhóis (LUPHER, 2003).

Entender o conceito de império vinculado à analogia elaborada por Pedro Valencia e as comparações e as associações presentes nas obras de outros cronistas (oficiais ou não) se faz importante uma vez que não havia um projeto ideológico comum, nem mesmo uma única teoria de império que vigorasse por toda Europa naquele momento. Ainda que os fundamentos teóricos dos impérios, sobretudo os ultramarinos, estivessem no mundo antigo e a linguagem e os modelos políticos usados remontassem ao *Imperium Romanum*, vários eram os significados atribuídos ao termo naquele momento, os quais não se circunscreviam somente aos sentidos presentes na Antiguidade. Nem mesmo os significados permaneceram os mesmos ao longo da Idade Moderna; as concepções de império que norteavam teorias nos quinhentos não eram as idênticas àquelas em voga no século XVIII – embora em ambos os casos houvesse uma alegação de herança que remetia ao passado romano (PAGDEN, 1995). Ademais, ainda que as discussões teóricas e conceituais sobre o império estivessem vinculadas, na maior parte das vezes, à esfera da representação e não obrigatoriamente fossem condizentes às práticas e às estruturas dos Estados que se apropriavam e debatiam tais questões, elas foram vitais para configuração dos projetos e das projeções que diferentes monarquias estabeleciam para si, bem como na legitimação das ações empreendidas. Logo, práticas e teorias não estavam desconectadas.

Etimologicamente, o vocábulo império está vinculado à palavra latina *imperium*, cujo significado original remete à autoridade (comando) dada a um magistrado para atuar em nome de Roma e de seus cidadãos durante a paz ou a guerra, dentro e fora da cidade. De acordo com J.S. Richardson, o *imperium* não era garantido ou conferido pelas complexidades das leis. Embora eleitos, os magistrados apenas obtinham o poder (*imperium*) após a aprovação do deus Júpiter, quem de fato era responsável pela concessão. Não era apenas o povo quem decidia, mas também a divindade (RICHARDSON, 1998, p. 2), ou seja, havia uma sacralidade na atribuição do *imperium* a um determinado sujeito. Ainda segundo esse autor, entre os séculos III a.C e I d.C. houve uma mudança no significado do termo, além do direito a comandar dos magistrados, foi adicionado ao *imperium* uma nova acepção vinculada a um

¹² Segundo Luper, Domingo Soto acreditava que Roma constituía um modelo negativo para a conquista do Novo Mundo. Para esse autor espanhol, os romanos teriam subjugado os povos por meio de seu poder militar, também era contra a reivindicação de Carlos V em governar o mundo inteiro sob a alegação possuir o título de imperador romano. Francisco de Vitoria, por sua vez, refletindo sobre a questão da guerra justa, via positivamente o exemplo de Roma (LUPHER, 2003, pp. 61-75). A polissemia e outros usos do modelo romano, como na própria compreensão e exaltação dos povos nativos, também são abordados pelo historiador norte-americano.

sentido territorial, o *imperium Romanum*. De forma não incompatível e coexistente, essas duas significações estavam presentes a partir de então. Anthony Pagden também evidencia como, a partir do século I d.C. a palavra *imperium* adquiriu uma conotação de mundo. Em várias passagens literárias, os limites de Roma eram encarados como o espaço do mundo. Obviamente, os romanos reconheciam outros povos além de suas fronteiras e tinham curiosidades em relação a eles, porém passaram a identificar o império à ideia de mundo, de *orbis terrarum*.

Ainda segundo Pagden três sentidos derivados das práticas discursivas do Império Romano – e, em menor extensão, daquilo que se referia aos impérios grego e macedônico – sobreviveram até o século XVIII no Ocidente. O império poderia ser entendido como governo limitado e independente ou ainda perfeito; também era compreendido como um território que abarcasse mais de uma comunidade política; ou ainda como a soberania absoluta de um só sujeito (PAGDEN, 1995, p. 17). Possivelmente, ao mencionar o Império Romano como comparativo à Monarquia Hispânica, Valencia tivesse em mente tais sentidos atribuídos ao conceito, encarando-a enquanto governo perfeito, como um território unitário e mesmo como a soberania de Felipe III.

Não apenas as concepções podiam conter significados distintos, também eram diferentes as formas de se apropriar do imaginário acerca de Roma e de seu império. Letrados, como os cronistas oficiais mencionados, estavam cientes da polissemia envolvida nas analogias referentes ao passado romano. Como discutido anteriormente, os sentidos e os qualificativos atribuídos ao Império Romano não eram fixos e determinados, podendo, inclusive, serem observadas variações concomitantes conforme a monarquia que invocava a herança ou a distinção de Roma. Patricia Seed, em seu estudo comparativo sobre as cerimônias de posse de terra realizadas pelas principais potências europeias que ocuparam, a partir do século XV, o continente americano, apresenta as diferentes ideias envolvidas no uso da metáfora romana por portugueses, ingleses, espanhóis e franceses.

Segundo a autora, os lusitanos se proclamavam herdeiros do Império Romano em razão da extensão similar e grandiosa dos territórios por eles conquistados e ainda que vissem suas realizações como superiores às façanhas dos antigos, garantiam a legitimidade de suas ações recorrendo ao direito romano¹³. Os franceses, por sua vez, viam Roma como uma fonte

¹³ Publicado recentemente, o estudo de Giuseppe Marcocci (2015) evidencia outros caminhos por meio dos quais foram estabelecidas continuidades entre o passado romano e o processo de expansão portuguesa nos territórios ultramarinos. Desde meados do século XV as comparações entre as empresas lusas e os sucessos obtidos durante a Antiguidade, sobretudo pelos romanos, eram constantes. A imagem construída era de superação dos antigos por parte dos portugueses, conforme já pontuava Patricia Seed. Contudo Marcocci afirma que a leitura das obras

histórica de legitimidade, um modelo que, no entanto, julgavam ter ultrapassado. Usavam a arte e atribuíam algumas práticas a precedentes romanos, mas simultaneamente criticavam a violência de Roma, atribuindo a si mesmos a criação “*de uma forma menos brutal de colonialismo*” (SEED, 1999, p. 253). Já os ingleses utilizavam referências literárias e históricas romanas para legitimar suas ações de expansão; aquilo que era citado em latim conferia autoridade política, mesmo que não estivesse vinculado aos códigos e às leis de Roma. Por fim, segundo Seed, os espanhóis “também acreditavam ser herdeiros da tradição romana, mas não a entendiam nem como uma língua nem como um conjunto de práticas, mas como uma tradição religiosa” (SEED, 1999, p. 254). Consideravam-se como continuadores do Império Romano – por exemplo, na declaração de Pedro de Mexía citada antes –, porém não se viam como sucessores do passado romano em sua integralidade, apenas no que tangia à era cristã e católica. A apropriação de Roma pelos espanhóis também estava vinculada à noção de uma cristandade universal¹⁴. Nesse sentido, não parecem tão arbitrárias as aproximações feitas por Valencia que mencionamos no início deste capítulo; as conexões entre tradições religiosas judaico-cristãs e imperiais romanas faziam parte de um repertório de representações que os espanhóis construía para si próprios e para seu modelo estatal no período.

Embora aponte as especificidades das monarquias europeias estudadas, Patricia Seed também elabora algumas considerações interessantes sobre as apropriações de Roma durante a época moderna que ultrapassam as diferenças entre portugueses, franceses, ingleses e espanhóis. Ainda que distintos entre si, os usos do passado romano serviam para amenizar a novidade que representava a construção de um império em partes distantes do continente e ao mesmo tempo em que se nutria a ideia de que a Europa estava comprometida em um projeto único de dominação do Novo Mundo “em nome da recriação do ideal acalentado na Idade Média –, o sonho medieval de uma Roma unificada” (SEED, 1999, p. 255). Paradoxalmente, Jane Burbank e Frederick Cooper apresentam outro tipo de conexão entre Roma e os novos territórios ultramarinos. Para esses autores, a impossibilidade dos governantes ocidentais –

de Maquiavel por autores portugueses alterou essa concepção. Escritores como João de Barros, por meio da apropriação da visão de Maquiavel em relação aos romanos, buscaram conciliar algumas virtudes militares e alguns aspectos religiosos de Roma com as práticas lusas e, conseqüentemente, acabaram por adaptar o modelo de Império Romano ao caso português.

¹⁴ Diferentemente de Seed, Sabine MacCormack também traz uma importante contribuição para o estudo sobre a atribuição de sentidos ao passado romano no século XVI, porém, suas discussões caminham em outra direção. Em seu estudo sobre o papel dos motivos, metáforas e figuras clássicas nos relatos coloniais sobre o Peru e os incas, ela evidencia como o modelo imperial romano fora utilizado não apenas para analisar as ações dos espanhóis em solo americano, mas como uma ferramenta fundamental no esforço de compreensão dos povos e das formas de governo anteriores à conquista europeia. Assim, as analogias e as comparações com o império romano tornaram-se um recurso bastante plástico no início do período moderno, servindo para legitimar pretensões e práticas imperiais das monarquias europeias e como mecanismo cognitivo da alteridade do passado dos povos nativos de determinadas regiões.

fragmentados em rivalidades e disputas dinásticas, monárquicas, nobiliárquicas e entre cidades – em reconstruir uma unidade similar a que havia em Roma (e que era almejada na época medieval) foi um dos fatores que conduziu à expansão marítima que marcou o início do período moderno (BURBANK e COOPER, 2011, p. 13). Em ambas as interpretações, seja como aspiração ou fracasso de um projeto, Roma se mostrava como um poderoso estímulo para as ações engendradas naquele momento¹⁵.

Por outro lado, como aponta Walter Mignolo (2009, p. 167), a renovação da tradição clássica, incluindo os modelos de império oriundos da Antiguidade, foi também responsável pela legitimação da expansão colonial.

Uma reflexão acerca dos múltiplos usos e significados do conceito império também foi feita por Anthony Pagden em diferentes trabalhos. Em uma crítica bastante mordaz aos chamados estudos pós-coloniais, esse autor sublinha a confusão presente em muitas obras no emprego de termos como império, imperialismo e colônia, como se eles caracterizassem o mesmo tipo de fenômeno¹⁶. Para o autor, tais conceitos são distintos entre si e à noção de império podem ser atribuídos múltiplos sentidos.

No caso específico da Espanha, Pagden recupera diversos debates e construções teóricas ligadas à ideia de um império. Discussões que não se limitavam à questão da herança romana e estavam profundamente vinculadas às disputas sobre a legitimidade da expansão territorial, sobretudo, no que concerne à anexação das Índias Ocidentais sob os domínios da Monarquia Hispânica. O autor evidencia como a ideia de império romano e de expansão de suas fronteiras foi incorporada pelo cristianismo durante o período medieval. O desejo de civilizar todo o mundo foi transformado na intenção de converter a todos ao cristianismo. “O corpus unificado de leis... se torna um conjunto único de crenças”¹⁷. Assim, competia aos imperadores cristãos não apenas a defesa da religião, a expansão do império em domínios pagãos, visando a ampliação do alcance da religião e do número de fiéis, também estava sob suas responsabilidades. A identificação entre a fé cristã e um império universal, tal qual era Roma, fazia parte dos discursos dos reis medievais peninsulares, que se intitulavam imperadores, alegando uma herança imperial advinda da Hispana romana, principalmente durante o processo de expulsão dos árabes muçulmanos (tradicionalmente nomeado como

¹⁵ A presença da Antiguidade nos eventos de mobilização europeia ocorridos entre os séculos XV e XVII foi bastante intensa, tanto que o historiador francês Serge Gruzinski acredita que houve uma planetarização da Antiguidade, incluindo Roma (GRUZINSKI, 2014, p. 53)

¹⁶ As críticas de Pagden aos estudos pós-coloniais também incidem na prevalência de uma visão monolítica construída por esses trabalhos no que concerne aos impérios, suas práticas e as relações estabelecidas entre colonizadores e colonizados, bem como na atribuição de uma identidade europeia única e invariável (PAGDEN, 2004, p. 256).

¹⁷ “(...) The single unifying body of law... thus became a single body of beliefs” (PAGDEN, 1995, p. 29).

Reconquista), ocorrido na península Ibérica. Esta concepção de império e de seus objetivos vinculados a um programa de evangelização cristã, essencialmente católica, também continuou presente entre os espanhóis¹⁸ no período de ocupação dos territórios além-mar.

Anthony Pagden aprofunda esta análise ao mostrar que a partir dos séculos XV e XVI foram necessárias reavaliações do significado de império e sua reivindicação de uma soberania universal. Se os romanos se proclamavam senhores do mundo, o cenário político do período, marcado pela existência de impérios como Otomano e o Chinês, que não podiam ser ignorados, bem como a chegada a novos territórios no continente americano, apresentou aos europeus um mundo muito mais amplo e que abrigava uma multiplicidade de culturas que não coincidiam com o governo universal imaginado pelos antigos e medievais. Nesse sentido, as reivindicações de legitimidade de ocupação dos territórios das Índias Ocidentais por meio de uma conexão com Roma e a ideia de um império como agente da escatologia cristã tornaram-se problemáticas (PAGDEN, 1995, pp. 38-40)¹⁹. Não obstante, ideia de uma continuidade persistiu durante o reinado de Carlos V, conforme a citação de Mexía permite concluir. A herança romana não poderia mais ser tomada literalmente de modo a justificar um domínio mundial com base numa continuidade do poderio oriundo da antiguidade, porém ,a noção de

¹⁸ O termo Espanha e espanhóis é bastante empregado pela historiografia americanista para fazer referência aos indivíduos, às instituições e aos poderes que se localizavam ou eram originários da península. Um exemplo desse uso são os diferentes capítulos da clássica coletânea *The Cambridge History of Latin America*, cujos primeiros volumes tratam do período colonial. Obviamente, trata-se de uma generalização que tem seus limites e deve ser matizada. O que comumente é designado por Espanha para se referir ao início do período moderno não pode ser entendida como sinônimo da configuração atual do Estado Espanhol. A Monarquia Hispânica apresentava-se enquanto um cenário bastante fragmentado, congregando diferentes reinos, como Castela, Aragão, Nápoles, Milão e, após 1580, Portugal (uma monarquia compósita). Contudo, Castela, ao longo dos séculos XV e XVI, tornou-se hegemônica frente aos demais reinos da monarquia – principalmente em razão da conquista de territórios ultramarinos, cujos direitos e benefícios reservava-se a si própria – sendo o estabelecimento da corte em Madrid sinal dessa preeminência. Segundo Antonio Morales Moya e Mariano Esteban de Vega (2005), na literatura histórica quinhentista, a Espanha não era mais encarada somente como um espaço territorial, mas vista como uma unidade política cujo centro era Castela. As *Historias Generales* fazem parte do esforço dos letrados (especialmente castelhanos) na constituição de uma representação que legitimasse tal unidade e fortalecesse o papel protagonista de Castela e dos castelhanos. A identificação entre a Espanha e Castela tem uma longevidade nos discursos históricos (alcançando a historiografia contemporânea), porém, também fora contestada, inclusive pelas histórias dos diferentes reinos que compunham a monarquia. Também devem ser consideradas aqui as discussões de Elliott em relação à incorporação da América ao reino de Castela (com a morte de Isabel, a católica, a América foi herdada, primeiramente, por Juana e, posteriormente, por seu filho Carlos). Ainda que aragoneses e súditos de outros reinos passassem às Índias Ocidentais sem dificuldades, apesar da proibição de emigração de estrangeiros, foram as instituições e as tradições castelhanas que modelaram os organismos e o funcionamento dos territórios ultramarinos. A utilização dos termos “Espanha” e “espanhol” se realiza, em parte, pelo diálogo com a historiografia, porém com o cuidado de não apoiar determinadas interpretações em generalizações.

¹⁹ Questionava-se, por exemplo, a validade de uma herança romana na legitimação das ações no continente americano, uma vez que tais territórios eram desconhecidos dos antigos. Embora problemática, ao menos nos territórios governados por Carlos V, tais reivindicações e associações persistiram, principalmente, em razão da identificação de uma linha continuidade que ligaria o imperador romano Augusto a Carlos V (PAGDEN, 1995, p. 41).

império e, sobretudo, o ideal de universalidade não foram descartados. Concepções imperiais alternativas foram criadas e empregadas durante os séculos XVI e XVII.

Além disso, é importante frisar que embora as diferentes monarquias com projetos expansionistas, inclusive a Espanha, reivindicassem uma ligação com o passado romano e/ou imperial²⁰, até o século XVII a palavra império era usada exclusivamente para designar o Sacro Império Romano Germânico ou a soberania territorial dentro dos próprios territórios dos monarcas²¹ (PAGDEN, 2004, p. 259). Com exceção do período entre 1519 e 1556, no qual Carlos V detinha a Coroa de Castela e Aragão e o título de imperador do Sacro Império Romano Germânico, o termo império não poderia ser atribuído à monarquia formada pelos reinos hispânicos e centrada em Castela. Desta maneira, especialmente após o início do reinado de Felipe II (1556-1598), a ideia de uma Monarquia Universal passou a substituir o termo *imperium* na definição de uma autoridade que ultrapassava as fronteiras ditas nacionais. No caso espanhol, já havia o precedente do uso da expressão medieval *monarquia de las Españas* que, conforme pontua Marcella Miranda (2014, p. 11), ganhou uma conotação mais integradora a partir de 1492, com o uso do termo Monarquia Hispânica no singular, indicando que uma única dinastia governava diferentes territórios da península Ibérica²². Essa troca pode ser observada, por exemplo, no termo empregado por Pedro de Valencia ao fazer a comparação com o Império Romano (“tiveram [os romanos] as forças mais unidas e de menor esfera que nossa Monarquia”). Como destaca Pagden (1995), a Espanha permaneceu como única candidata verdadeira a um império universal, embora não ostentasse tal designação.

De fato, se entendemos os impérios como grandes unidades políticas de caráter expansionista – ou com uma memória nostálgica de uma expansão territorial –, e como governos que buscam manter a distinção e a hierarquia na medida em que incorporam novos povos sob seu domínio (BURBANK; COOPER, 2011, p. 17), durante o governo dos Austrias nos territórios hispânicos, houve a formação de um império, aspecto acentuado após 1580 com a incorporação dos territórios portugueses. Ainda que sob a designação de uma monarquia, as aspirações universalistas hispânicas não cessaram, porém seu foco passou a ser direcionado para as possessões ultramarinas, principalmente após o início do reinado de Felipe II. Nesse sentido, mesmo que os debates teóricos e políticos pontuassem as diferenças

²⁰ Sendo o termo império consagrado também pela historiografia na definição dessas formas de governo. O clássico intitulado *O império Marítimo Português 1415-1825* de Charles R. Boxer (2002) é exemplo desse tipo de uso que atribui a formas políticas expansionistas o conceito de império.

²¹ Durante a Baixa Idade Média, era bastante disseminada a fórmula na qual o rei seria imperador em seu reino (*rex est imperator in regno suo*), não reconhecendo outra autoridade temporal e legitimando as monarquias territoriais (MIRANDA, 2014, p. 27), ideia que ainda sobrevivia no século XVI.

²² Somados também a outros territórios do continente europeu, como Nápoles e Milão.

nominais e os problemas de uma associação a um conceito de império que remetia ao passado romano, as práticas e as representações imperiais persistiram no cenário hispânico daquele momento. A imagem proposta pelo cronista Antonio Herrera y Tordesillas, em 1599, para ser usada como frontispício de sua obra *Historia General del mundo en el tiempo del señor Rey don Felipe, el prudente* (Fig. 2) traduz a fusão entre os ideais cristãos e a herança clássica que conformaram as representações da Monarquia Hispânica e que mencionamos anteriormente.



Fig. 4 - Frontispício proposto por Antonio Herrera y Tordesillas (1599). AHN, Consejos, 4416, 101. Reprodução disponível na obra de Parker (2014)

O rascunho do retrato de Felipe II combina algumas virtudes clássicas e cristãs. Segundo Parker (2014), representado como Hércules, ao mesmo tempo, ele estrangula uma serpente que representaria a heresia. Ademais, a simetria e a compostura de seu corpo refletiriam a perfeição da criação divina. Não apenas durante o governo do rei prudente (ou nos anos imediatamente posteriores a sua morte) essa aproximação entre projeções cristãs e clássicas estava presente, o próprio *Discurso del Conde de Lemos sobre la Provincia de los Quijos* mostra a continuidade de tais modelos.

No entanto, ainda que as heranças cristãs e, principalmente, oriundas da Antiguidade Clássica tenham seu peso no delineamento dos impérios do período, como demonstrou Patricia Seed, para a Monarquia Hispânica houve a consolidação de um modelo alternativo de império efetivado, sobretudo, por meio da expansão territorial gerada pelas conquistas no Novo Mundo. Conforme pontua Pablo Fernández Albaladejo (1992, pp. 65-69), a América foi fundamental na construção de uma nova concepção de império, especialmente após 1556. Despojado do título de imperador do Sacro Império Romano Germânico, ou seja, de imperador histórico, Felipe II se encontrava frente a um novo império de extensão sem precedentes e sem referências para se apoiar. Assim, a partir da segunda metade do século XVI, juristas, políticos e historiadores despenderam um intenso “labor especificamente dirigido tanto para a legitimação como à constitucionalização dessa formação política”²³ (FERNÁNDEZ ALBALADEJO, 1992, p. 68). Aos reinos e aos territórios governados por Felipe II e seus sucessores da casa dos Austrias, ainda que sob a designação de uma monarquia (hispânica, católica ou universal), foi atribuído o qualitativo de império²⁴. Até a metade do século XVII, o uso e as implicações do título de monarquia foram tomados a sério e de forma literal e sem com isso perder as aspirações universalistas (PAGDEN, 1995, p. 43); o monarca era definido como senhor absoluto e príncipe único. Escritores como Frei Juan de Salazar (1575-1635) e Tommaso Campanella (1568-1639) enfatizavam e exaltavam a expansão dos territórios e o domínio quase em escala global da Monarquia Hispânica. E como recorda Fernández Albaladejo, as invocações neoimperiais hispânicas não eram mera questão de retórica, a anexação de Portugal era um dos casos de sua aplicação política.

²³ “(...) Por esta razón, juristas, políticos e historiadores, desplegarán a partir de la segunda mitad del siglo XVI una intensa labor especificamente dirigida tanto a la *legitimación* como a la *constitucionalización* de esa formación política.”

²⁴ Diferentes juristas e teóricos políticos recorreram à teoria do império particular (ou próprio) para legitimar as projeções imperiais da Espanha após a morte de Carlos V. Para mais informações sobre este tema, Fernández Albaladejo (1992) traz uma genealogia das apropriações das concepções imperiais durante a Idade Média e início do período contemporâneo.

Os esforços para legitimar e consolidar esse novo tipo de império que caracterizava a Monarquia Católica não se restringiam a discursos tradicionalmente vinculados ao poder e ao governo, expressos em textos de teoria política e jurídica. A literatura, as artes e as ciências eram elementos culturais permeados por reivindicações imperiais ou de soberania universal. O poeta e dramaturgo madrileno Félix Lope de Vega (1562-1635), por exemplo, afirmava em uma de suas obras em 1618: “Pode-se percorrer o mundo passando pelas terras de Felipe” (LOPE DE VEGA, *Apud* GRUZINSKI, 2014, p. 54). A História Natural, enquanto conjunto de saberes sobre animais, plantas e minerais, figurava entre os espaços discursivos de justificação e de construção de domínio desde a Antiguidade e justamente por isso era um dos *locus* privilegiados para representação imperial.

Retomemos a passagem de Pedro de Valencia que conduziu as análises até aqui. Para o cronista, ainda que os romanos tivessem um império de forças mais unidas, ou seja, de menor extensão que o da Monarquia Hispânica, eles consideravam útil à conservação de seus domínios a descrição dos elementos naturais e dos costumes dos povos. Se a longevidade do império construído por Roma inspirava diferentes monarquias europeias no período, Valencia destacava como esta característica não estava apenas atrelada ao poderio militar, mas também pautadas no conhecimento dos territórios dominados. Possivelmente, o cronista alicerçava suas afirmações não somente nos exemplos do breviário e do censo mencionados no excerto, apoiava-se também em outros escritos em que se ratificava o empenho dos romanos em conhecer as terras compreendidas dentro de suas fronteiras, sendo um deles uma das obras mais significativas de História Natural da Antiguidade. Talvez, em suas comparações, Pedro de Valencia estivesse recorrendo à imagem Império Romano construída por Plínio, o velho (23 d.C-79 d.C) e à própria referência ao autor romano como exemplo a ser levado em consideração para descrever os territórios da monarquia.

Plínio escreveu *Naturalis Historia*, uma das obras mais referidas entre os humanistas europeus quinhentistas em relação ao universo romano, sobretudo no que concerne à História Natural. Como Pedro de Valencia, o autor romano contava com o apoio e a proteção das altas esferas de poder, foi membro da ordem equestre e ocupou um alto cargo na hierarquia do Estado romano (SERBAT, 1995, p. 9). Sua obra foi dedicada ao futuro imperador, Tito, filho de Vespasiano, que governava naquele momento. A dedicatória e os elogios presentes no texto não podem ser dissociados do patrocínio e do suporte que o apoio imperial poderia gerar.

Os 37 livros que compõem *Naturalis Historia* abarcam temáticas diversas como cosmografia, geografia, narrativas de cunho antropológico e descrições de animais, vegetais e

minerais, assim como seus usos como fármacos. Escrita em um período em que existia um eficiente sistema de correios e bibliotecas privadas acessíveis, *Naturalis Historia* traz a referência de milhares de obras consultadas pelo autor – algumas das quais hoje perdidas – para sua composição. Plínio possuía uma concepção antropocêntrica e utilitária da natureza; acreditava que o mundo natural havia sido criado para servir a humanidade. Entretanto, como pontua Roger French (1994, p. 209), a humanidade (ou o conjunto de pessoas) a que se refere Plínio era bastante restrita: estava circunscrita ao homem romano (preferencialmente aquele educado e pertencente às altas esferas sociais), visto como centro da natureza e da história.

Para Plínio havia uma influência mútua entre o homem e o mundo natural, por isso, ele não encarava como problemático abordar elementos da história civil e política em uma obra dedicada à História Natural: muitos fatos políticos estavam relacionados às dádivas ofertadas pela natureza, que por sua vez não existia por si só, mas para atender às demandas humanas (FRENCH, 1994, p. 209). Assim, com *Naturalis Historia*, Plínio desejava realizar um inventário daquilo que estava disponível ao homem e, por consequência, ao Império Romano.

As conexões entre a obra de Plínio e o império já estavam expressas na dedicatória, como apontamos antes. No entanto, tal vínculo não estava limitado a esta parte do texto; se o suporte do governante permitia a concretização e a justificava à obra, os conhecimentos presentes em *Naturalis Historia* serviam para legitimar o poder imperial romano (STADLER, 2014, p. 32). Para Plínio, o mundo seria equivalente às fronteiras do império e, neste sentido, sua obra seria um meio de mensurar o patrimônio existente nesse mundo e sua utilidade. O império e sua expansão eram vistos de maneira positiva pelo autor, sendo sua história uma forma de celebração da propagação do poder de Roma²⁵. Não apenas isso, também era por meio de obras como *Naturalis Historia* que se poderia conservar a memória do império e daqueles que ocupavam as camadas mais altas de poder e prestígios em diferentes tempos.

De fato, é inegável que determinada memória de Roma se preservou por meio dos escritos plinianos que sobreviveram à passagem dos séculos. *Naturalis Historia* permaneceu como uma das principais referências em relação à História Natural no decorrer da Idade Média e mesmo durante o período moderno manteve seu status de autoridade em relação aos estudos sobre o mundo natural. Tamanha era sua relevância que, ainda no século XVI, alguns estudiosos desejavam se tornar um novo Plínio, como, por exemplo, Konrad Gesner (1516-

²⁵ Não havia uma completa separação entre elementos históricos e naturais na obra de Plínio. As descrições de diferentes espécies de da fauna e da flora eram pontuadas por referências cronológicas que marcavam os contatos dos romanos com os animais e as plantas (FRENCH, 1994, p. 216). Ainda assim, o homem romano constituía o centro do mundo e referencial para abordar a natureza.

1565) (ENENKEL, 2014, p. 8). Assim, se o modelo de História Natural pliniano serviu a muitos boticários, médicos, naturalistas e letrados como autoridade na maneira de conceber seus estudos, os valores e as ideologias presentes em sua obra também não podem ser descartados, tendo impacto nas práticas e nas concepções de História Natural do início da época moderna. Ao acrescentarmos o fato de que a herança romana se fazia presente nas representações e nas definições dos impérios que se constituíam nesse mesmo momento – seja como elemento legitimador, ou como um arquétipo a ser imitado, alcançado ou mesmo superado –, os laços entre História Natural e império não podem ser vistos como um modo artificial de configuração desse campo de saber, mas como uma faceta inerente e historicamente instituída de modelo de conhecimento sobre o mundo natural.

Nesse sentido, a aproximação entre Pedro de Valencia e Plínio é bastante plausível e não anacrônica; tal qual o autor romano, o cronista contava com o apoio daqueles que detinham o poder no momento e escrevia visando auxiliar na manutenção e no melhor aproveitamento dos territórios compreendidos pela monarquia. Igualmente, a menção aos romanos feita pelo cronista das Índias como uma maneira de evidenciar a importância do conhecimento da natureza e dos costumes encontrados em terras distantes, estava associada a uma forma de fazer e pensar a História Natural própria do período e compartilhada por muitos cronistas e escritores. Não foi coincidência que décadas antes, Francisco Hernández (1515-1587), nomeado protomédico das Índias e responsável pela realização de uma expedição ao vice-reino da Nova Espanha, além de produzir uma história natural dos territórios que percorreu no Novo Mundo, também traduziu e comentou *Naturalis Historia*. Em seu memorial a Felipe II, Hernández afirmava que a tradução era necessária para que “a história natural deste orbe [Europa] se juntasse com a do outro”²⁶ (HERNÁNDEZ, *apud* PARDO TOMÁS, 1999, p. 404). Portanto, entre a obra de Plínio e as ações empreendidas por indivíduos ligados à Monarquia Hispânica havia uma continuidade explícita e implícita não somente em relação às tradições de História Natural envolvidas, mas também no que concerne ao ideário imperial vinculado ao conhecimento da natureza.

Conhecer as plantas e os animais dos territórios governados fazia parte do repertório político da Monarquia. Conforme pontua Mauricio Nieto Olarte, ainda que nos pareça inadequada a articulação entre a história política e a História Natural, no século XVI, esses campos estavam vinculados:

A construção de um império demanda a existência de uma atividade científica que torne possível ordenar a natureza e a sociedade sob os códigos

²⁶ “(...) por que la historia natural deste orbe se juntasse con la del otro.”

comuns. Portanto, a cosmografia, a náutica e a cartografia, assim como a história natural e a política, devem ser consideradas como expressões de um mesmo propósito de controle e domínio²⁷ (NIETO OLARTE, 2013, p. 245).

As relações entre a ciência – que incluiria a História Natural – e os impérios²⁸ têm sido objeto de investigação de diferentes trabalhos nas últimas décadas²⁹. A partir de variados recortes documentais e temporais e distintas perspectivas, historiadores de diversas partes do mundo buscaram evidenciar os vínculos entre as ideologias, as políticas, as ações imperiais e as práticas científicas. Obras como *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*, de Mary Louise Pratt (1999), alcançaram um imenso sucesso e deram origem a outros estudos ao relacionarem a ciência, com destaque para a História Natural, à emergência de uma consciência planetária essencial para a consolidação do eurocentrismo no discurso científico e social. Tais investigações também expuseram o comprometimento de diferentes nações europeias no estímulo e no patrocínio de atividades científicas como expedições e viagens de estudo realizadas em áreas não europeias. Também foram estudados os papéis de jardins e de atividades de adaptação de espécies para aproveitamento econômico e comercial em outras áreas. Os laços entre conhecimento (sendo a ciência uma de suas facetas) e poder não estavam restritos a disponibilização de saberes úteis tanto à economia quanto à política. As pesquisas dos últimos vinte anos tem reconhecido a importância do vínculo institucional e do patrocínio para conferir legitimidade às práticas científicas, entre elas, aquelas vinculadas ao estudo de animais e plantas (NIETO OLARTE, 2006, p. 17). O empenho dessas metrópoles não estava dissociado de finalidades colonialistas e políticas. Entretanto, os estudos recentes também mostram que as atividades científicas promovidas para alcançar objetivos imperiais não permaneceram circunscritas aos agentes e às instituições metropolitanas, tiveram impacto nas

²⁷ “La construcción de un imperio demanda la existencia de una actividad científica que haga posible ordenar la naturaleza y la sociedad bajo códigos comunes. Por lo tanto, la cosmografía, la náutica y la cartografía, así como la historia natural y la política deben ser consideradas como expresiones de un mismo propósito de control y dominio.”

²⁸ Conforme salientei anteriormente, na introdução, há uma distinção entre conhecimento e ciência (nem todo conhecimento é científico). No entanto, na discussão historiográfica que proponho agora, centrarei a atenção nos saberes sobre os animais e as plantas, temáticas que formavam o campo da História Natural, vista como uma disciplina e abordada pela historiografia da ciência. Por isso, utilizaremos ambos os termos.

²⁹ Entre os primeiros estudos a se dedicarem às conexões entre império e natureza está a obra de Alfred W. Crosby intitulada *Imperialismo Ecológico: A expansão biológica da Europa 900-1900* publicada originalmente em inglês em 1986. Contudo, o seu foco está concentrado nos contatos biológicos fomentados pela expansão europeia e nas consequências desse processo. Não está entre os questionamentos principais de Crosby uma reflexão sobre as relações políticas e simbólicas entre o império e a construção de um conhecimento sobre a natureza dos territórios dominados.

práticas desenvolvidas pelos indivíduos das áreas sob o domínio colonial³⁰, bem como dependiam dos conhecimentos locais (COOK, 2005, pp. 113-115).

Antonio Lafuente e Nuria Valverde, ao estudarem os conflitos biopolíticos envolvendo *criollos* e botânicos imperiais enviados aos territórios hispânicos na América, sintetizam uma das possibilidades de entender essa relação entre práticas científicas e imperiais.

Ciência e império são causa e efeito um do outro: eles não são idênticos, cada um determina e é definido pelo outro. Impérios requerem que cientistas e seus mecenas compartilhem da crença de que as coisas da natureza podem ser capturadas em palavras, figuras, linhas, sombras, gradientes ou fluxos. Viajantes naturalistas do século XVIII, por exemplo, tinham que acreditar que as características de organismos e os processos naturais poderiam ser esboçados em pedaços de papel, entrar em seus diários e assim serem catalogados. (...) Quando os viajantes retornam para casa, bem como aqueles que foram enviados com eles, compartilham a crença de que seus papéis – inscritos com representações da natureza – podem conduzir ao exato conhecimento da natureza apesar da distância separando a natureza da metrópole: conhecimento, em outras palavras, se tornar manifesto em uma rede de sinais, símbolos, patrocínio, e convenções de representação³¹ (LAFUENTE; VALVERDE, 2005, p. 134).

A compreensão de tais conexões permitiu um considerável avanço conceitual e documental nos estudos sobre as relações entre a ciência e o império, sobretudo em relação aos séculos XVIII e XIX. No entanto, um desenvolvimento historiográfico de semelhantes proporções (em números de trabalhos e de reflexões conceituais) não pode ser atribuído às investigações dedicadas aos dois séculos anteriores. Ainda que muitos títulos coloquem a perspectiva do império em suas pautas, poucos são os artigos e as obras de história da ciência que aprofundam essas relações nos quinhentos e seiscentos. Uma explicação talvez esteja no fato de que, originalmente, grande parte das pesquisas realizadas centralizou suas perspectivas no cenário norte europeu, principalmente na Inglaterra e na França e suas possessões coloniais na África e na Ásia. O olhar retrospectivo em relação a essas nações no século XVI não apresentaria o mesmo panorama de envolvimento do Estado em empresas científicas e de exploração. Assim, pouco foi o interesse despertado em relação aos períodos anteriores. Ainda nesta mesma tendência, como já havia apontado Jorge Cañizares Esguerra, ao

³⁰ Reforçam ainda que o contato com as empresas imperiais de exploração e de coleta de informações não representou uma recepção passiva, os indivíduos que viviam nas áreas coloniais ressignificavam as práticas da ciência imperial a partir de suas percepções e necessidades.

³¹ “Science and Empire are cause and effect of one another: they are not identical; each determines and is defined by the other. Empires requires that scientists and their patrons share the belief that the stuff of nature can be captured in words, figures, lines, shading, gradients, or flows. Eighteenth-century voyaging naturalists, for example, had to believe that essential characteristics of natural organisms and processes could be sketched onto pieces of paper, entered into journals, and cataloged. (...)When travelers return they, as well as those who sent them, share the belief that these papers—these representations of nature--can lead to an exact knowledge of nature despite the great distance of its remove from the metropolis: knowledge, in other words, becomes manifest in a network of signs, symbols, patronage and conventions of representations.”

centrarem suas narrativas sobre a origem da modernidade no Norte, os autores anglo-saxões desconhecem e desconsideram as produções de outras partes do Ocidente, como Portugal e Espanha (CAÑIZARES ESGUERRA, 2006, pp. 26-30), potências no período e que desenvolveram atividades de cunho científico apoiadas e mesmo subordinadas às coroas dessas monarquias.

Ademais, muitas das obras que tratam de temas ligados ao universo científico e que têm nos títulos ou mesmo na argumentação uma associação com a política imperial não realizam uma reflexão mais aprofundada sobre as implicações teóricas, simbólicas e práticas dessa articulação, ou seja, encaram como axiomas. Outro problema é a transposição de características setecentistas para os estudos sobre os séculos anteriores. Não apenas a História Natural – e a ciência como um todo – sofreu grandes transformações entre esses dois períodos, como as ideias que legitimavam e os próprios impérios quinhentistas eram distintas daqueles que se desenvolveram posteriormente. Assim, torna-se problemático atribuir conceitos e categorias similares às duas épocas e/ou estabelecer uma continuidade nas práticas empreendidas – mesmo que os indivíduos se autoproclamem como seguidores de empresas passadas, há uma ressignificação desse período anterior, bem como projeções, representações e objetivos distintos que devem ser assinalados.

Um exemplo dessa perspectiva analítica pode ser encontrado no artigo da historiadora Paula de Vos sobre as manifestações de interesse da Coroa Espanhola em relação às especiarias durante os séculos XVI e XVII. Em que pese que a maior parte dos trabalhos da autora tenha como recorte cronológico o século XVIII, o emprego do termo botânica, inclusive no título do artigo (“The Science of Spices: Empiricism and Economic Botany in the Early Spanish Empire”), é indicativo de uma postura frente aos saberes quinhentistas. Ao utilizar uma categoria ausente naquele momento, de certa maneira, há uma negação da especificidade dos fenômenos estudados. Obviamente que o uso do termo botânica, ainda que não fosse usual para os estudiosos quinhentistas³², não constitui um anacronismo por si só. Entretanto, a vinculação dessa terminologia sem as devidas ponderações é bastante problemática, pois engloba concepções e preocupações que não faziam parte da História Natural do período. Embora tenha o cuidado em definir o conceito de economia botânica empregado (surgido em meados do século XIX), a autora tenta enquadrar as práticas ligadas

³² O substantivo e os adjetivos relacionados à palavra botânica nas línguas vernáculas surgem no século XVII, derivadas do grego *botánē* / *botanikós*. No francês o primeiro registro data de 1611, nas línguas portuguesa e inglesa no final do século XVII (Cf. *Grande Dicionário Houaiss da língua portuguesa* – verbete “Botânica” – e *Oxford Dictionaries* disponível em: <http://oxforddictionaries.com/definition/english/botany?q=botany> acesso em 09/07/2013).

ao estudo e ao cultivo de plantas no início do período moderno dentro daquilo que foi delimitado posteriormente nesta subdivisão da disciplina, circunscrevendo sua análise aos fins políticos e econômicos, além daqueles tidos como científicos (DE VOS, 2006, p. 401). Como resultado dessa delimitação está a exclusão de facetas importantes para História Natural do período, como os elementos teológicos e moralizantes. Outro ponto problemático reside na ideia de que práticas desenvolvidas no século XVI anteciparam determinados modos de fazer ciência e foram modelos para os projetos que ocorreram posteriormente:

(...) o império espanhol, com seu esforço dirigido pelo Estado na coleção de conhecimento empírico e no encorajamento da prática experimental, antecipou o fundamento metodológico e epistemológico da Revolução Científica. Também providenciou um modelo para coleta de informação imperial que foi pautado em uma estreita relação entre patrocínio estatal, conhecimento científico e prático, política econômica e objetivos comerciais. No casamento de atividades comerciais e investigação científica, a coroa estava promovendo uma forma de política colonial que seria seguida por outras nações europeias (conscientemente ou não) pelos próximos quatro séculos e que serviu para aumentar seu potencial comercial – em teoria, se não na prática – pelos próximos três”³³ (DE VOS, 2006, pp, 408-409).

Ao estabelecer tais conexões, a historiadora desloca as práticas realizadas naquele momento de sua historicidade para integrá-las em uma interpretação linear tanto do político quanto das ciências naturais. Por fim, De Vos também não parece diferenciar os impérios quinhentistas das configurações imperiais posteriores dos séculos XVIII e XIX.

Contudo, essa interpretação não é exclusiva do trabalho de Paula De Vos, estando presente também nas obras de alguns historiadores espanhóis. Parte das análises sobre projetos imperiais hispânicos, como as expedições científicas e as chamadas *Relaciones Geográficas*³⁴, atribui uma continuidade entre os projetos desenvolvidos durante o século XVI e início do XVII, sobretudo no reinado de Felipe II (1556-1598), e as atividades e os planos desenrolados nos setecentos. Esta afirmação torna-se mais patente em relação aos estudos sobre a expedição realizada por Francisco Hernández. Tanto historiadores dedicados à temática hernandina quanto aqueles que estudam as expedições promovidas no século XVIII

³³ “(...) the Spanish empire, with its state-directed effort in the collection of empirical knowledge and encouragement of experimental practice, anticipated the methodological and epistemological groundwork of the Scientific Revolution. It also provided a model for imperial information gathering that was based on a close relationship between state support, scientific knowledge and practice, economic policy, and commercial aims. In wedding commercial pursuits with scientific research, the crown was promoting a form of colonial policy that would be followed by other European nations (whether consciously or not) for the next four centuries and that served to enhance its commercial potential – in theory if not in practice – for the next three”.

³⁴ São conhecidas como *Relaciones Geográficas* os textos produzidos a partir de solicitações e questionários enviados pelo *Consejo de Indias* para os territórios ultramarinos entre os séculos XVI e XVIII. Tal classificação foi cunhada pelo zoólogo e historiador espanhol Marco Jímenez de la Espada (1831-1898), responsável pela primeira publicação de parte dessa documentação no século XIX. Ainda que problemática, a nomenclatura *Relaciones Geográficas* se mantém ainda hoje na historiografia.

conectam as experiências separadas temporalmente por quase dois séculos como se fossem um prosseguimento de um mesmo evento ou ainda encaram a viagem realizada pelo protomédico no final século XVI como um antecedente do que ocorreu posteriormente. “(...) Na Espanha, ainda que existisse o precedente da expedição de Francisco Hernández, foi necessário esperar ao século XVIII, com a chegada dos Bourbons ao trono espanhol para que tivessem lugar expedições científicas espanholas a América.”³⁵ (PUIG-SAMPER; PELAYO, 1995, p. 60). Embora as expedições realizadas no século XVIII tenham recorrido à memória dos eventos quinhentistas para legitimar suas ações³⁶, não é possível estabelecer uma continuidade entre tais projetos, não apenas porque foram levados a cabo por dinastias distintas, mas porque as noções de império que coordenavam esses planos exploratórios eram também diversas.

No que concerne às *Relaciones Geográficas*, alguns historiadores, seguindo uma linha interpretativa elaborada originalmente por Marcos Jiménez de la Espada, conectam os questionários e as relações produzidas durante todo o período colonial como frutos de um mesmo processo (PONCE LEIVA, 1991, p. XX). A retomada do envio de questionários e solicitações de informações no século XVIII relaciona-se a um modelo de Estado e de administração específico daquele momento; apesar de utilizar um mecanismo similar para obtenção de dados, as intenções e os resultados obtidos não podem ser iguais ao projeto conduzido por Juan de Ovando no final do século XVI. Ademais, as relações entre o conhecimento científico e a governança que foram construídas nos setecentos estavam fundamentadas em outras bases. Sem negar a importância dos feitos quinhentistas para configuração de diferentes iniciativas no século XVIII, não se pode considerar como uma continuidade aquilo que, no máximo, pode ser entendido como uma releitura ou uma apropriação de práticas passadas que têm como consequência a geração de novos sentidos que não são redutíveis aos modelos originais. Um estudo que analise as ressignificações dadas aos projetos de Felipe II durante o século XVIII ainda está por ser realizado de forma completa.

³⁵ “(...) En España, aunque existía el precedente de la expedición de Francisco Hernández, hubo que esperar al siglo XVIII, con la llegada al trono de España de la dinastía borbónica, para que tuvieran lugar el envío de expediciones científicas a América.” Outro historiador a realizar essa conexão foi Jaime Vilchis. Embora estude a recepção da obra de Hernández e com isso sua edição no final dos setecentos, Vilchis insinua que o projeto imperial que coordenou a expedição quinhentista, apenas se concretizou na Espanha no século XVIII, sob o reinado de Carlos III (VILCHIS, 1998, p. 28).

³⁶ Também não pode ser ignorado o fato de que entre as tarefas da expedição de Martín de Sessé y Lacasta (1751-1808), realizada no final do século XVIII, estava a busca por materiais de Francisco Hernández existentes na Nova Espanha e que poderiam ser utilizados no processo de edição na Espanha de *Historia Natural de Nueva España* (MALDONADO POLO, 2001, p. 23). No entanto, o tipo de vinculação que rejeitamos é aquele que estabelece uma continuidade, como se pertencessem a projetos similares, não interpretando as alusões e conexões como uma apropriação.

Conforme destacamos anteriormente, as concepções de império que configuravam as teorias do início do período moderno não eram as mesmas que aquelas que fundamentavam as práticas e teorias imperiais nos setecentos. No século XVIII, ideias como os direitos naturais e o contrato social colocaram novas questões e novos delineamentos para os impérios, os quais geraram efeitos nos modos de representação, legitimação e de estruturação das políticas imperiais, incluindo as relações com a produção de conhecimentos. Da mesma forma, as atividades científicas não permaneceram as mesmas ao longo dos dois séculos. No caso específico da História Natural, importantes transformações ocorreram que não apenas modificaram as teorias envolvidas, como também a metodologia e os objetivos abarcados se tornaram outros (as propostas de Carl von Linné, as iniciativas de estabelecimento de uma nomenclatura e os modelos de classificação propostos naquele momento são ilustrativos desse processo). Assim, os trabalhos e os escritos do início do período moderno não devem ser compreendidos por aquilo que se configurou esta disciplina posteriormente. Nem mesmo devem ser entendidos como precursores ou como uma etapa anterior da História Natural que se concretizaria nos setecentos. É inegável que a articulação entre ciência e império esteve presente tanto no século XVI e no início da centúria seguinte, período a que se dedica esta pesquisa, quanto no século XVIII – mas também não estava ausente na Antiguidade e o exemplo de Plínio mencionado antes ratifica essa afirmação. Contudo, os elementos desta conexão se alteraram (ou seja, o império e a ciência), bem como a própria configuração do vínculo passou a ter novos contornos. Portanto, ainda que os estudos sobre a ciência setecentista tenham revelado pontos teóricos e metodológicos que incentivaram a investigação de outros períodos, as análises que não vêm acompanhadas de uma reflexão sobre as especificidades das relações nos séculos XVI e XVII são bastante frágeis e incompletas.

Se outra vez retomarmos o excerto de Pedro de Valencia, a articulação entre império e o conhecimento dos territórios dominados é explícita, sendo o exemplo de Roma transposto para a Monarquia Católica como modelo para conservação do poder. Não obstante, esse vínculo se apresenta de modo diverso da retórica presente entre os exploradores britânicos oitocentistas que atribuíam às descobertas geográficas no continente africano um sentido de vitória da Inglaterra enquanto nação, conforme pontuou Mary Louise Pratt (1999, p. 339). Assim, a definição do tipo de império e de suas representações envolvidas nessa associação é crucial para compreendermos quais seriam as atividades científicas a serem desenvolvidas e para quais propósitos.

Parece evidente, mas as investigações que destacam a idiosincrasia da conexão entre ciência e império no início do período moderno são bastante raras³⁷. Jorge Cañizares Esguerra é um dos poucos historiadores a indicar o fato:

Para entender os diferentes modos nos quais a ciência foi implantada no império espanhol, nós não devemos assumir que o extenso império espanhol criado no início do período moderno se assemelhava aquele construído pela Inglaterra nos séculos XIX e XX. Desde o início, as colônias que a Espanha adquiriu no Novo Mundo eram consideradas pelos colonos como reinos, parte da vasta monarquia compósita que foi a Espanha³⁸ (CAÑIZARES ESGUERRA, 2006, p. 12).

Contudo, apesar de apontar elementos importantes e característicos da ciência e da Monarquia Hispânica – tais como a organização e a busca do conhecimento em termos cavaleirescos, o caráter compósito da monarquia³⁹ ou a leitura tipológica do mundo natural –, o autor não aprofunda essa diferenciação entre os impérios dos séculos XVI e XVIII (o artigo segue sua argumentação pontuando as diferenças presentes na ciência colonial quando praticada tendo objetivos imperiais ou patrióticos, embasando-se em exemplos setecentistas). Também não discute as transformações sofridas pelo império espanhol ao longo dos séculos⁴⁰. Certamente, os aspectos econômicos, práticos e vinculados à governança dos domínios territoriais estavam presentes na articulação entre ciência e império tanto nos quinhentos como nos setecentos. No entanto, outros elementos entram em cena e garantem a especificidade desse vínculo.

³⁷ Antonio Barrera Osorio, por exemplo, ainda que investigue o papel da Coroa, juntamente com comerciantes, navegadores, artesãos e outros indivíduos, na emergência de práticas empíricas, não define os elementos específicos que caracterizariam o império espanhol e suas representações e como esses estariam vinculados às atividades empíricas reivindicadas pelo autor (BARRERA OSORIO, 2007).

³⁸ “To understand the different ways in which science was deployed in the Spanish empire, we should not assume that the sprawling “empire” Spain created in the early modern period resembled that built by England in the nineteenth and twentieth centuries. From beginning, the colonies Spain acquired in the New World were considered by the settlers to be ‘kingdoms’, part of the larger composite monarchy that was Spain.”

³⁹ Além disso, a leitura de Cañizares Esguerra em relação à monarquia compósita hispânica deve ser matizada. De fato, como apontou John H. Elliott, mesmo no século XVIII as monarquias ilustradas continuaram a ser essencialmente compósitas. Entretanto, o jurista espanhol Juan de Solórzano Pereira já advertia no século XVII que havia dois modos pelos quais os territórios recém adquiridos podiam se unir aos domínios de um rei. O primeiro conhecido como *aeque principaliter* em que os reinos continuavam, após a união, a ser tratados como entidades distintas e conservavam suas leis, foros e privilégios. A segunda maneira é denominada por Solórzano Pereira de acessória, na qual o território adquirido passava a ser considerado como parte integral daquele reino que o anexou, de modo que os habitantes tinham os mesmos direitos e estavam sujeitos às mesmas leis (ELLIOTT, 2009, p. 34). As Índias Ocidentais foram incorporadas à Monarquia Hispânica por meio desse segundo mecanismo, tornando-se domínio do reino de Castela. Ainda que fossem considerados reinos, não gozavam da mesma autonomia que outras áreas como Nápoles ou Aragão. A estrutura compósita da monarquia conferia uma especificidade à Espanha e aos seus reinos que deve ser levada em conta, porém sem ignorar o processo colonial sofrido pelos territórios do Novo Mundo.

⁴⁰ A instauração da dinastia dos Bourbons na Espanha após a Guerra de Sucessão (1702-1714) e a série de reformas levadas a cabo a partir de então são elementos por si só válidos para uma reavaliação da noção de império envolvida e as alterações nas relações entre a ciência e o império.

Primeiramente, a concepção imperial hispânica durante os séculos XVI e XVII esteve associada à identificação de um domínio universal e católico. A ideia de expansão da fé por meio da dilatação das fronteiras da monarquia era um dos pilares que legitimavam as ações de conquistas e de ocupação de terras antes desconhecidas dos europeus. Justificativa que foi reforçada pelas bulas papais de 1493 e 1494 e se manteve durante o domínio dos Austrias. Sob o reinado de Felipe II a imagem de um império no qual o sol nunca se punha (ideia que terá longevidade e caracterizará de forma mais proeminente a Inglaterra do século XIX) se concretizou principalmente após a união das coroas ibéricas. Durante algumas décadas, embora de forma dispersa e fragmentária, a monarquia conduzida pelos Felipes abarcou o espaço planetário (GRUZINSKI, 2014, p. 46). Nesta extensão global, o ideal de reconquista, que marcou tão profundamente os reinos ibéricos nos séculos anteriores, se conservou, embora com uma nova roupagem e dimensões. O monarca e grande parte de seus súditos se viam imbuídos do dever de defender e ampliar a fé cristã, sendo que nesta tarefa os territórios americanos ocupavam uma posição de destaque, vistos como o espaço por excelência para efetivação da missão prescrita nas escrituras – a difusão das palavras sagradas e a conversão dos gentios.

Novamente, as projeções que conferem legitimidade à Monarquia Hispânica não ficaram restritas aos contextos políticos, o ideário de uma cristandade universal perpassou discursos e imaginários de diferentes áreas, incluindo os conhecimentos sobre o mundo natural e, mais especificamente, no que concerne à fauna e à flora.

Se parte dos saberes sobre a natureza tinha finalidades notadamente práticas, estas também não estavam dissociadas de uma perspectiva cristã e providencialista. O primeiro livro bíblico já reforçava a ideia de que o mundo e todas as espécies da superfície terrestre teriam sido criados para o benefício e o domínio humano: “Frutificai, disse ele [Deus], e multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a. Dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todos os animais que arrastam sobre a terra” (GÊNESIS, 1, 28). A ênfase no domínio dos homens e das mulheres sobre os animais e as plantas estava presente em textos teológicos diversos (católicos e protestantes), mas não restrita a este gênero, o *Discurso del Conde de Lemos sobre la Provincia de los Quijos* fazia justamente esta alusão, como apontamos antes. A leitura cristã do mundo natural envolvia mais do que os aspectos meramente utilitários da natureza, elementos simbólicos também faziam parte dessa visão de mundo e marcaram a forma como se produziu o conhecimento sobre as plantas e os animais americanos.

As obras de História Natural atendiam ao império ao revelar as possibilidades e os recursos disponíveis naquelas partes recém-conquistadas e, nesse sentido, também estavam atreladas a uma perspectiva bíblica de que a natureza servia ao homem. Além disso, a descrição dos aspectos naturais encontrados nos territórios ultramarinos era uma forma de evidenciar o domínio universal (ou quase planetário) da Monarquia Católica que cumpria não apenas a missão de levar a cristandade a todas as partes, mas também estava em consonância aos desígnios bíblicos de sujeição de todos os seres vivos a autoridade e aos usos humanos. Ademais, a natureza apresentava-se como portadora de mensagens providencialistas. Não eram exceções as interpretações que afirmavam que a abundância de metais preciosos cumpria o propósito divino, pois estimulava a ida dos cristãos àquelas terras, os quais levariam consigo a palavra divina e seriam responsáveis pela conversão de outros povos⁴¹.

Ainda em relação aos aspectos simbólicos envolvidos no conhecimento do mundo natural, não podemos esquecer que a natureza era encarada como portadora de verdades que seriam desveladas por meio de sua observação e seu estudo, fundamento este que pautava a ideia do “Livro da Natureza” e, muitas vezes, era o estímulo necessário para a investigação dos elementos físicos e dos seres vivos. Assim como a Bíblia, o mundo natural trazia as revelações dos preceitos e das intenções divinas; o conhecimento do mundo natural seria capaz de complementar os princípios e as verdades presentes nas sagradas escrituras. Mais que isso, a leitura tipológica do mundo natural⁴² também continha avisos políticos, conforme pontuou Cañizares Esguerra (2009, p. 53). A fruta romã, por exemplo, prefiguraria o ideal político de harmonia que caracterizaria a monarquia compósita. Logo, o patrocínio e as ações da Coroa visando a produção de saberes sobre os elementos naturais era um meio de louvar as ações de Deus e conhecer suas intenções.

Keith Thomas (1988, p. 73) afirma que é uma tendência do pensamento humano projetar no mundo natural “categorias e valores derivados da sociedade humana, para, depois, trazê-los de volta à ordem humana, que criticarão ou defenderão, justificando determinado arranjo social ou político”. Certamente, a natureza constituiu um espaço de projeção dos propósitos almejados pela Monarquia Hispânica, ao mesmo tempo em que ratificava estes

⁴¹ Uma passagem de *Historia Natural y Moral de las Indias*, do jesuíta José de Acosta, é bastante ilustrativa dessa ideia. Embora condenasse a cobiça dos homens nas Índias, acreditava que havia uma profunda sabedoria divina na abundância de minas nas terras mais distantes e habitadas com gente de menos política. Deus assim teria feito de modo a convidar os homens a buscar aquelas terras e, ao encontrá-las, comunicar sua religião aos que não conheciam, cumprindo assim a profecia de Isaías (ACOSTA, 2006 [1590], p. 160).

⁴² Para Cañizares Esguerra, a leitura tipológica do mundo natural estava associada à ideia do Livro da Natureza. Segundo o historiador, por meio da tipologia, muitos autores do início do período moderno acreditavam que os elementos do cosmos e todos os seres vivos haviam sido criados por Deus como prefigurações da narrativa da salvação cristã (CAÑIZARES ESGUERRA, 2009, pp. 50-51).

mesmos ideais. Retomemos a aspiração de universalidade que caracterizou as teorias e os projetos políticos conduzidos pelos monarcas da casa de Habsburgo na Espanha. Conforme foi pontuado, havia um anseio entre os espanhóis em recriar o sonho medieval de uma Roma unificada, um governante único apoiado pela fé verdadeira. Dentro de tal ambição universalista tanto o antigo quanto o novo orbe recuperariam a unidade (estariam fundidos) por meio do domínio de um soberano único e católico. Não por acaso, as obras que se propõem a relatar sobre a natureza dos territórios da Monarquia reforçam a ideia de unidade. O esforço em descrever e traduzir as diversas partes do mundo estava acompanhado do intento de incorporação das novas terras dentro do repertório de saberes disponível. Obras como *Geografía y Descripción Universal de las Indias*, escrita pelo primeiro cosmógrafo e cronista maior das Índias, Juan López de Velasco, refletem essa tendência já no título. No entanto, esta visão se mantém em seu conteúdo: nas centenas de páginas escritas foram abordados de forma bastante similar territórios afastados como Nova Granada, Filipinas, Brasil e as províncias do Rio da Prata. Em todas essas terras a narração dos elementos naturais se fez presente e, embora a natureza apresentasse sua diversidade enunciada por meio das descrições, havia a ratificação do pertencimento a um mesmo mundo.

O uso do binômio “história natural e moral” como modo de estruturar os escritos sobre o Novo Mundo, também é indicativo dessa busca por unidade. Pretendia-se apreender as novas terras em sua totalidade, abrangendo os elementos humanos e físicos em um mesmo trabalho (REBOK, 2001). O gênero, oriundo da tradição greco-latina, não marcou apenas obras hispânicas impressas e bastante difundidas, como a *Historia Natural y Moral de las Indias* de José de Acosta, estava presente também em ordenanças e determinações feitas pelo *Consejo de Indias* e em crônicas manuscritas; o binômio natural e moral coordenou inclusive o modo que Pedro de Valencia elaborou suas *Relaciones de Indias* – estando já figurado na descrição da Província dos Quijos, feita em 1608. Nestes escritos, havia uma perspectiva de que as obras da natureza e dos homens deveriam ser tratadas em conjunto (ainda que se reconhecesse a especificidade de cada um desses aspectos), que havia uma relação mútua, tal qual pontuava Plínio séculos antes. Porém a unidade não estaria somente no compartilhamento do mesmo mundo, mas também por serem frutos da mesma criação divina. Ora, esta visão de totalidade encontrada nas narrativas do período não pode ser desconectada das projeções políticas do período, da aspiração universalista da Monarquia Hispânica. As visões que se formavam da natureza estavam em consonância com a ideia de um império que se projetava e, simultaneamente, o legitimavam. Algumas das imagens de natureza

apresentadas pelos estudiosos e indivíduos vinculados à monarquia justificavam, mas também chegavam a naturalizar as práticas políticas engendradas pelo Estado.

Na citação de Cañizares Esguerra transcrita nos parágrafos anteriores, o autor equatoriano chama a atenção em relação ao caráter composto da monarquia como elemento importante na configuração dos vínculos entre império e ciência. Sem negar esta característica, não podemos esquecer que a Monarquia Hispânica constituía um império fragmentado e espalhado, sobretudo, em seu auge de extensão territorial. A dispersão em escala planetária gerou a necessidade de um conhecimento capaz de superar as distâncias geográficas, as quais, devido às formas de transporte e os mecanismos de comunicação, se convertiam em distâncias também temporais. A relevância deste aspecto era tão grande que em sua *Descripción de las Indias Occidentales* (o primeiro livro de que acompanhava suas *Décadas*⁴³), o cronista oficial Antonio de Herrera y Tordesillas reforçava o esquadrinamento das distâncias pontuando a média de tempo que levava entre as diferentes regiões do Novo Mundo e a península, como, por exemplo, ao relatar sobre a chamada *Carrera de Indias*:

La primera Navegación, que por más cursada, se llama Carrera de las Indias, se divide en dos: una para el Puerto de San Juan de Ulva, en Nueva España, hasta donde, desde Sevilla, se navegan como mil i setecientas leguas, en dos meses i medio; i otra para Nombre de Dios, i ahora para Portobelo, que es en el Reino, que llaman de Tierra-Firme, de mil i quatrocientas leguas, en dos meses largos (HERRERA Y TORDESILLAS, 1945, p. 60)⁴⁴.

As relações entre o conhecimento e o império que se constituíram no início do período moderno estavam sujeitas ao peso da distância e responderam, muitas vezes, às demandas originadas da configuração de uma monarquia separada por milhares de quilômetros, criando estratégias e mecanismos que garantiam o controle e o acesso a informações e saberes confiáveis. Obviamente, a distância entre os dois continentes não se alterou significativamente nos últimos séculos, porém os avanços tecnológicos minimizaram sua relevância, tornando o espaço temporal da viagem e da comunicação entre os dois lados do oceano Atlântico cada vez menor. Assim, pensar as especificidades do vínculo entre ciência e império é também levar em consideração as milhas e os meses que separavam o rei dos seus súditos e dos territórios ultramarinos. Não por acaso, o historiador John Law, ao estudar a expansão europeia no final do século XV e o início do século XVI, especialmente as ações envolvendo a coroa portuguesa, aponta as relações entre o estabelecimento de formas de controle à longa

⁴³ *Historia General de los hechos de los castellanos en las islas y Tierra Firme del mar oceano* também ficou conhecida como *Décadas* em razão de sua organização, como explicaremos mais adiante.

⁴⁴ “A primeira Navegação, que por ser mais utilizada, se chama *Carrera de Indias*, se divide em duas: uma para o Porto de San Juan de Ulva, na Nova Espanha, até onde, desde Sevilha, se navegam como mil e setecentas léguas, em dois meses e meio; e outra para Nombre de Dios, e agora para Portobelo, que é no Reino que chamam de Terra Firme, de mil e quatrocentas léguas em dois meses largos.”

distância e o desenvolvimento do imperialismo. Para Law (1986, p. 254), elementos como documentos (cartas de navegação, portulanos etc.), instrumentos (artefatos tecnológicos, como as caravelas) e pessoas treinadas e instruídas foram as peças-chave no estabelecimento do controle à distância das possessões do ultramar portuguesas. Elementos que em comum trazem o vínculo com a ciência e a tecnologia, ou seja, se o controle à longa distância se fazia cada vez mais necessário para o domínio imperial, a partir do final do século XV, ele somente se concretizava por meio do desenvolvimento tecnológico e científico do período. Ainda hoje o controle à distância é uma questão importante nas práticas imperialistas e seu vínculo com a tecnologia é inegável; *drones*, satélites e radares são prova irrefutáveis disso. O que pretendo sublinhar é que o problema era ainda mais palpável para os indivíduos do século XVI, que enfrentavam uma nova escala de distâncias até então desconhecidas e não imaginadas.

Configurava-se assim uma tensão: se por um lado o (re) estabelecimento da unidade imperial⁴⁵ seria possível graças, entre outros fatores, à obtenção de um conhecimento fiável de todas as partes sob o domínio da Monarquia – daí o anseio de se alcançar a *entera noticia* analisado por Brendecke (2012) –, o caráter fragmentado e separado de seus territórios exerciam uma pressão oposta, dificultando o acesso a informações e saberes sobre as diferentes regiões que compunham o império. Nos depoimentos coletados por Juan de Ovando durante sua visita ao *Consejo de Indias* no final da década de 1560, as testemunhas apontavam a distância, a demora para obter respostas relativas a questões indianas, somadas à ignorância dos conselheiros que permaneciam em Madrid, como os principais problemas a serem solucionados para governança das Índias. Uma das testemunhas, o frei Francisco Morales, por exemplo, relatava que o primeiro vice-rei da Nova Espanha, dom Antonio de Mendoza (1495-1552) teria advertido ao imperador Carlos V que não poderia governar de forma adequada até que o *Consejo* estivesse de fato nas Índias Ocidentais (POOLE, 2004, p. 119). Nos projetos conduzidos pela Monarquia Hispânica o conflito triangular entre a distância, o domínio e o conhecimento também se tornava evidente: a pretensão em conhecer a natureza do Novo Mundo (e outros aspectos) encontrava obstáculos. Esta tensão, junto com as soluções propostas, e a dispersão territorial marcaram as relações entre a ciência e o império nos séculos XVI e XVII e, mais propriamente, na Monarquia Hispânica. No entanto, foi a distância, ou melhor, a necessidade de sua superação, que impulsionou as iniciativas da Coroa que buscavam construir um conhecimento sobre as Índias Ocidentais. Da mesma

⁴⁵ Uma unidade nova, porém pensada como o restabelecimento de uma unidade anterior, seja imperial romana ou cristã, como mencionamos antes. Por isso, o uso da expressão (re) estabelecimento.

maneira que foi a distância um dos fatores essenciais na configuração dos mecanismos e métodos utilizados para constituição destes saberes.

Ainda que o modelo romano e o ideário cristão tenham servido de inspiração e alicerçado algumas das representações formuladas pela Monarquia Hispânica, parte das experiências vividas nos territórios incorporados a partir de 1492 não tinha precedente. Criar sistemas explicativos que dessem conta desses novos cenários e eventos era uma exigência. Assim, a elaboração e a valorização de outros dispositivos cognitivos, antes desconhecidos ou pouco empregados, foram ações necessárias. Muitos historiadores apontam a emergência, o reforço e a institucionalização de práticas empíricas para obtenção de conhecimentos diante das novas realidades que se depararam nas Índias Ocidentais (BARRERA OSORIO, 2006; BRENDECKE, 2012). Não se trata de atribuir às ações da Monarquia Hispânica a antecipação de práticas científicas, como o fazem De Vos e Barrera Osório, mas de examinar o impacto da experiência derivada do contato direto com os novos territórios como mecanismo de construção de saberes e de controle imperial. A empiria e outras estratégias cognitivas foram criadas para dar conta daquele mundo novo que surgia para os europeus: mais amplo, com distâncias maiores, com novas espécies de animais e de plantas, com povos e culturas desprovidos de referências entre os autores clássicos.

Assim, para compreendermos as relações entre ciência e império no início do período moderno, temos que somar diferentes fatores. Os interesses por recursos naturais capazes de gerar riquezas e as relações com as atividades comerciais foram fundamentais para fomentar determinadas iniciativas individuais e da Coroa espanhola. A necessidade de controle das possessões ultramarinas também gerou uma intensa atividade científica que pode ser visualizada por diferentes ações, tais como o incremento das práticas cosmográficas nas instituições de governo das Índias, o envio de questionários aos territórios ultramarinos a partir da década de 1570. Os laços entre a produção de conhecimentos e o império também eram marcados pela questão da distância e das estratégias cognitivas utilizadas. Porém não estavam restritos ao binômio recurso e controle, conforme parte da historiografia insinua. Os aspectos simbólicos tinham um papel central nos vínculos estabelecidos entre a ciência e o império, sobretudo se considerarmos as projeções imperiais formuladas no período. As aspirações universalistas e cristãs não estavam separadas da apreensão do mundo natural e dos conhecimentos produzidos sobre as Índias Ocidentais. Nesse sentido, compartilho da análise feita pelo historiador Juan Pimentel:

A visão ibérica do mundo colonial esteve sempre imbuída de uma concepção patrimonial e espiritual, quase messiânica. A colonização foi uma possessão

simbólica, uma possessão mais cobiçada que real, fortemente associada com suas dimensões católicas, seus propósitos ecumênicos. Além disso, o conhecimento científico do mundo natural exerceu um papel decisivo quando chegou o momento de implementar e representar a possessão⁴⁶ (PIMENTEL, 2001, p. 19).

Os conhecimentos sobre o mundo natural constituídos pela Monarquia Hispânica e por seus diferentes atores não podem ser entendidos em sua totalidade se considerarmos apenas uma perspectiva pragmática. É necessário recompor as camadas discursivas, os mecanismos e os modos de cognição da natureza (abarcando os animais e as plantas), conectando-os à retórica imperial que emergia e justificava a formação política que se configurava naquele momento. Neste sentido, o discurso formulado por Pedro de Valencia sobre a Província dos Quijos, os relatos sobre as diferentes partes das Índias, as histórias naturais e morais impressas e manuscritas, o retrato de Felipe II esboçado por Herrera y Tordesillas não podem ser vistos como fontes isoladas; elas expressavam (e formavam) um ideário político e cultural que marcou diferentes esferas do conhecimento no período. Ideário que se fazia ainda mais presente nos documentos oficiais que demandavam informações e notícias sobre o Novo Mundo e nas crônicas oficiais.

1.2 A construção do conhecimento sobre a natureza das Índias na primeira metade do século XVI

Continuando o seu *Discurso del Conde de Lemos sobre la Província de los Quijos*, Pedro de Valencia, em 1608, explicava que seguindo o exemplo romano, o *Consejo de Indias* havia enviado cartas

a las audiencias de las Indias pidiendo respuesta de un interrogatorio muy copioso que inquiera las provincias ciudades y vasallos que tiene su Magestad en todo el occidente, las haciendas, ocupaciones y comercio de los naturales la navegación de sus mares y otras cosas menudas deste género y bien se ve que de pesquisa menos cuydada no pueden resultar las noticias que son menester para unir con la prudencia regiones tan espaciosas y apartadas de la cabeça de su ympério⁴⁷.

⁴⁶ “The Iberian vision of the colonial world had always been imbued with a patrimonial and spiritual, almost messianic, conception. Colonization was a symbolic possession, a possession more sought-after than real, indissolubly associated with its Catholic dimension, its ecumenical purpose. Moreover, scientific knowledge of the natural world exercised a decisive role when it came time to implement and represent that possession”.

⁴⁷ “(...) às audiências das Índias pedindo resposta de um interrogatório muito copioso, que averigua as províncias, cidades e vassallos que tem sua Magestade em todo o Ocidente, as riquezas, ocupações e comércio dos naturais, a navegação de seus mares e outras coisas frequentes deste género. E bem se vê, senhor, que de

No excerto, o cronista referia-se a um questionário elaborado quatro anos antes, em 1604. Valencia reforçava a importância do envio desses extensos interrogatórios para as audiências, as províncias e as cidades das Índias Ocidentais, embora tal estratégia sofresse duras críticas naquele momento – entre elas a desatualização das informações, uma vez que entre o envio e o recebimento das respostas poderiam transcorrer anos. Segundo o autor, o conhecimento oriundo de tais inquirições era necessário para a união das regiões afastadas à cabeça do império, ou seja, para a manutenção do domínio e do controle à distância dos territórios ultramarinos pela Coroa. Nas frases anteriores, o cronista já havia apontado a importância do conhecimento para a governança, fazendo referência a um discurso teológico judaico cristão e a antecedentes romanos que legitimariam tais ações. Valencia, neste excerto e no seguimento do documento, não apenas ratificava um método de obtenção de conhecimento, mas também reafirmava a necessidade de que os saberes obtidos fossem incorporados às estruturas do *Consejo de Indias*⁴⁸.

Entretanto, seria essa estratégia de envio de interrogatórios algo recente nas práticas do *Consejo de Indias*? Quais eram as temáticas abarcadas pelos questionários? Como os conhecimentos sobre o mundo natural, e mais especificamente no que concerne aos animais e às plantas, eram tratados por esses interrogatórios e outros documentos produzidos pela instituição? Para responder estas questões, no entanto, é necessário compreender a estrutura burocrática e administrativa criada pela Monarquia Hispânica para governar os territórios do Novo Mundo e, sobretudo, a instituição chamada *Consejo Real y Supremo de las Indias*. Conforme salienta o historiador José Pardo Tomás, ainda que a empresa colonial seja caracterizada a partir de duas figuras protagonistas, o conquistador e o missionário, não é possível entender tal processo histórico sem acrescentar o burocrata a esse elenco de indivíduos cujos papéis foram decisivos na história da Índias Ocidentais (PARDO TOMÁS, 2002, p. 52). Opinião partilhada por John Leddy Phelan, ao afirmar que uma das principais características do império ultramarino espanhol foi a estabilidade social e política, garantida por duas instituições:

(...) Num período de comunicação lenta, a Espanha foi capaz de preservar seus vastos e dispersos domínios coloniais tanto na América quanto na Ásia em oposição às constantes ameaças estrangeiras e ocasionais revoltas internas. (...) Duas instituições foram essencialmente responsáveis pela manutenção do status quo que resistiu por três séculos. Foram elas a Igreja

pesquisa menos cuidadosa não podem resultar as notícias que são necessárias para unir com prudência regiões tão disperso e afastadas da cabeça de seu império.” (BRME, I.III.3).

⁴⁸ Pedro de Valencia menciona a necessidade de que os conhecimentos sejam atualizados a cada cinco anos de modo a servir para os funcionários do *Consejo de Indias* e abarcar eventuais mudanças que ocorreram naqueles territórios. (BRME, I.III.3)

Católica Espanhola – que era mais espanhola que romana – e a burocracia imperial⁴⁹ (PHELAN, 1998, pp. 1-2).

Pedro de Valencia, como cronista oficial, pertencia a esse grupo de pessoas que das antecâmaras e dos escritórios localizados em Madrid, tomavam decisões e expediam determinações que afetavam diretamente as vidas e as ações do outro lado do oceano. Além de letrado, era um burocrata (mesmo porque esses dois papéis, em geral, eram ocupados pelos mesmos sujeitos). De modo similar, aquilo que se passava a milhares de quilômetros, no continente americano, impactava a rotina e o modo de proceder daqueles que estavam na capital da Monarquia Hispânica, evidenciando um mundo conectado por papéis e decisões.

Compreendendo o funcionamento do *Consejo de Indias*, buscaremos apresentar algumas das práticas de recolhimento de informações e de construção de conhecimento formuladas pela instituição. Não se pretende fazer uma enumeração de todas as iniciativas anteriores ao início do século XVII que, supostamente, conformariam o envio de questionários mencionados por Valencia. Tenciona-se, no entanto, compreender o processo de formação do *Consejo de Indias*, como esta instituição elaborou respostas às demandas da administração dos territórios americanos, de que maneira a produção de conhecimentos foi estabelecida como uma das atividades do organismo e como as notícias e os saberes sobre animais e plantas se inseriram entre as áreas de interesse e vinculados à governança das Índias Ocidentais.

1.2.1 Consejo Real y Supremo de las Indias

O *Consejo de Indias* e a *Casa de Contratación* – fundada pelos reis católicos em 1503 na cidade de Sevilha – foram as instituições mais importante para a administração, o governo e o controle dos territórios hispânicos na América. Não existe uma cédula de fundação do *Real y Supremo Consejo de las Indias*⁵⁰, a data de criação é bastante debatida entre os historiadores, havendo consenso apenas no fato de que esse organismo já estava estabelecido na década de 1520. Segundo Ernest Schäfer (2003) a primeira cédula em que consta a menção ao *Consejo de Indias* estava datada em 1519, contudo, apenas no ano seguinte há um

⁴⁹ “(...) In an age of slow communications Spain was able to preserve her widely scattered colonial dominions in both America and Asia against frequent foreign threats and occasional internal revolts. (...) Two institutions were primarily responsible for the maintenance of social status quo that endured for three centuries. They were the Spanish Catholic Church – and it was more Spanish than Roman – and the imperial bureaucracy.”

⁵⁰ Neste trabalho, utilizaremos as designações *Consejo* ou *Consejo de las Indias* para fazer referência à instituição *Real y Supremo Consejo de las Indias*.

reconhecimento oficial deste órgão. O *Consejo de Indias* surge como um desdobramento de experiências administrativas que já ocorriam dentro do *Consejo de Castilla* por meio da *Junta de Indias*⁵¹. O aumento territorial e as novas questões relacionadas às terras no ultramar, juntamente com a reestruturação dos Conselhos e secretarias promovida por Carlos V, acarretaram a necessidade de criação de um novo órgão específico e subordinado diretamente à autoridade real, dessa forma, originou-se o *Consejo de las Indias*. Para Jesús Bustamante (2000, p. 37) a criação do órgão dedicado às Índias também estaria vinculada à conquista do México realizada anos antes por Hernán Cortés (1485-1547). A nomeação de seu primeiro presidente, frei García de Loaysa (1478-1546), ocorreu em agosto de 1524, data eleita, posteriormente, como o momento fundacional do organismo. Nas primeiras décadas, o *Consejo* era composto por quatro ou cinco conselheiros, dois secretários, um promotor fiscal, um relator, um oficial de contas, um porteiro, além de, obviamente, seu presidente (SCHÄFER, 2003, v.1, p. 66). Esse número de funcionários sofreu um incremento considerável ao longo do século XVI à medida que novas funções passam a ser atribuídas ao órgão.

Enquanto a *Casa de Contratación* concentrou suas atividades nas áreas de navegação marítima e de comércio⁵², o *Consejo* tinha como função assessorar o rei em assuntos relativos ao Novo Mundo, fazendo parte do sistema polissinodal⁵³ que caracterizava a administração espanhola. Cabia também a este órgão determinadas tarefas administrativas, políticas e jurídicas: a nomeação de governadores e de oficiais reais, a supervisão das dimensões e dos números de frotas, a legislação sobre o tratamento dos indígenas, as competências judiciais,

⁵¹ Nos primeiros anos após 1492, os assuntos relativos às Índias ficaram a cargo do *Consejo de Castilla*. A *Junta de Indias* teria surgido em 1511, não havia nomeações nem um número fixo de membros que a compunham.

⁵² A *Casa de Contratación*, criada em 1503, estava localizada em Sevilha e, inicialmente, era uma autoridade intermediária do comércio das Índias Ocidentais e do aparelhamento e despacho das frotas (SCHÄFER, 2003). Porém conforme as atividades ligadas ao território ultramarino se tornam mais complexas, outras tarefas ficam a cargo dessa instituição, tais como entradas e saídas de produtos, registros de barcos, licenças de passageiros, instruções para expedições, entre outras. Além disso, a *Casa de Contratación*, a partir de 1508, passou a contar com o cargo de piloto maior, o oficial responsável por examinar os pilotos que ambicionavam navegar pela *Carrera de las Indias*. Em 1523, foi criado o ofício de cosmógrafo, que era responsável, juntamente com o piloto maior, pelo estabelecimento do *padrón real* (conjunto de dados que serviriam de modelo para as cartas de navegação e para o caminho às Índias Ocidentais). O cosmógrafo também deveria confeccionar e supervisionar os mapas e os instrumentos de navegação. Já em 1552, diante da carência de pilotos para efetuar a *Carrera de las Indias*, foi instaurada a cátedra de cosmografia dentro da *Casa de Contratación* visando formar pilotos capazes de realizar a travessia atlântica (PORTUONDO, 2013, p. 118).

⁵³ Conforme pontua Marcelo Rocha (2010), nos séculos XVI e XVII a Monarquia Hispânica governava por meio de um sistema de instâncias ou conselhos que eram especializados nas diferentes áreas administrativas e subordinados uns aos outros, um sistema polissinodal. “(...) Esta estrutura conciliar refletia as diferentes esferas de governo que compreendiam vários componentes regionais semiautônomos, de sorte que, em função dos procedimentos de tramitação entre as diversas instâncias e do sistema de consultas, ao fim todas as decisões importantes partiam ou dependiam da apreciação do monarca ou de um pequeno círculo que gozava de sua confiança e a quem eram delegadas atribuições sobre determinadas questões” (ROCHA, 2010, p. 35).

como suprema corte em instâncias civis e criminais, e a organização administrativa (GONZÁLEZ GARCÍA, 1995, pp. 169-173). Havia uma dependência direta do *Consejo de Indias* em relação ao rei. A instituição era responsável por preparar a tomada de decisões do monarca e posteriormente implementá-las (BRENDENCKE, 2012, p. 232).

Durante as primeiras décadas após sua fundação, o *Consejo de Indias* não possuía uma sede permanente, acompanhando as estadias da corte, posteriormente, passou a se fixar no Alcázar Real de Madrid (antiga fortaleza moura convertida em palácio real). Foi regido inicialmente pelas ordenanças do *Consejo de Castilla* e por algumas disposições específicas referentes à sua composição, sua organização e suas competências. De maneira geral, o *Consejo de Indias* seguia as mesmas formas processuais comuns em Castela. Hierarquicamente, o *Consejo de Indias* apenas estava abaixo do *Consejo de Castilla* em relação ao prestígio que podia estar associado à ocupação do cargo de conselheiro.

Ainda que estivesse ativo desde a década de 1520, apenas em 1542, houve as primeiras iniciativas de modificações na estrutura do *Consejo de Indias* que resultaram no estabelecimento de contornos mais nítidos sobre as funções e as jurisdições específicas da instituição. Neste ano, o imperador Carlos V realizou uma visita de inspeção – ou seja, um procedimento de revisão e de controle das atividades administrativas – ao *Consejo*. Segundo Schäfer (2003, p. 78), não foi encontrado nenhum documento que evidenciasse as razões desta visita, porém entre os motivos possíveis estavam as constantes reclamações sobre as deficiências em questão de justiça, as acusações relativas ao tratamento dos indígenas e a ausência de um regimento próprio do órgão que teria levado a irregularidades e abusos. Além de condenações por corrupção e outros delitos, o principal resultado da visita foi a promulgação das primeiras ordenanças do *Consejo de Indias* e das instruções para as autoridades reais e para a defesa dos índios. As *Leyes y ordenanzas nuevamente hechas por S. M. para la gobernación de las indias, y buen tratamiento y conservación de los indios* foram promulgadas em 20 de novembro de 1542 e são conhecidas também como *Leyes Nuevas*. Estavam compostas por quarenta capítulos, dos quais os nove primeiros eram dedicados às determinações sobre a administração e a organização do *Consejo de Indias*. As ordenanças foram impressas (entre 200 e 300 exemplares) e enviadas às Índias Ocidentais; também deveriam ser traduzidas para os idiomas nativos pelos missionários que ali se encontravam. As *Leyes Nuevas*, apesar de não abarcar todas as questões que envolviam a administração das Índias Ocidentais, estabeleceram os parâmetros e as atividades do *Consejo* por quase trinta anos.

No entanto, algumas modificações importantes na estrutura do órgão administrativo ocorreram logo no início do reinado de Felipe II. Uma delas foi que a fazenda (o controle de rendas e impostos) das Índias Ocidentais passou a ser controlada pelo *Consejo de Hacienda*, o que acarretou em menor autonomia para o *Consejo de Indias* (SCHÄFER, 2003, p. 86). De forma geral, o reinado do rei Prudente se caracterizou por uma maior dedicação aos assuntos americanos⁵⁴, sobretudo se comparamos ao período de governo de Carlos V, no qual as questões europeias e mediterrânicas eram as protagonistas nas preocupações e interesses do imperador.

Assim, não é coincidência que para alguns autores a regulação que de fato constituiu o *Consejo* em todas suas atribuições e seus modos de atuação tenham sido as *Ordenanzas Reales del Consejo de las Indias* aprovadas em 24 de setembro de 1571 e ligadas ao processo de reestruturação do organismo iniciado anos antes (GONZÁLEZ GARCÍA, 1995, p. 176). Conduzidas por Juan de Ovando, juntamente com a ajuda de Juan de Ledesma e Juan López de Velasco, foram levadas a cabo novas reformas no *Consejo de las Indias*, evidenciadas nas tarefas de recopilação das leis e na tentativa de ampliar as bases de informação sobre as terras americanas. Segundo María M. Portuondo (2009, pp. 115-116), a visita e as consequentes mudanças sofridas pela instituição, foram motivadas pela má administração das Índias, pelos abusos que ainda eram submetidos os nativos e pelo crescente custo em governar o império, logo, não muito diferentes das razões que teriam ocasionado a primeira visita ao órgão. Para Juan de Ovando y Godoy, não havia uma codificação das leis efetiva, nem mesmo os conselheiros sabiam o suficiente para legislar adequadamente, daí a necessidade de reestruturação do organismo, como veremos no capítulo seguinte.

As *Ordenanzas Reales del Consejo de las Indias*, em seus 122 capítulos, descreviam e determinavam não apenas como deveriam ocorrer os processos e o funcionamento da instituição, definiam os cargos e as incumbências dos funcionários. Também traziam os princípios e os parâmetros que regeriam os trabalhos no *Consejo* e criavam novos ofícios necessários para o governo dos territórios ultramarinos⁵⁵. Alguns pontos deste documento serão abordados com detalhes mais adiante. Porém cabe salientar que foram estas ordenanças que regularam as rotinas da instituição até o reinado de Felipe IV (1605-1665), quando novas instruções foram elaboradas em 1636 – além da revisão dos principais pontos abordados pelo

⁵⁴ Não podemos ignorar que tal interesse também estava associado ao aumento da produção de metais preciosos, sobretudo prata, a partir da segunda metade do século XVI. Sobre as quantidades produzidas consultar o artigo de Bakewell (2008, pp.135-139).

⁵⁵ Para uma descrição completa dos conteúdos de todas as ordenanças e instruções que organizaram o trabalho do *Consejo de Indias*, a principal referência continua a ser a obra de Ernest Schäfer *El Consejo Real y Supremo de las Indias*, cuja primeira edição em espanhol foi publicada em 1935.

documento de 1571, nas novas determinações também houve a ampliação do número de capítulos com a incorporação de ordens que haviam sido promulgadas até aquele momento.

Entre o final do século XVI e o início do século XVII, algumas modificações significativas ocorreram na estrutura do organismo, tais como a criação da Câmara de Índias⁵⁶ (dissolvida em 1609) e das Juntas de Guerra e de Hacienda⁵⁷, bem como a separação regional das secretarias conforme os vice-reinos (BRENDCKE, 2012, pp. 234-235), porém os demais aspectos organizacionais se mantiveram os mesmos nas primeiras décadas dos seiscentos. Tendo em vista os recortes cronológicos desta investigação, as medidas posteriores a 1620 não serão abordadas. Analisando de modo panorâmico os cem primeiros anos do *Consejo de Indias*, nota-se que embora sua estrutura tivesse como modelo as experiências prévias de outros conselhos, como *Consejo de Castilla*, a configuração dos processos, das dinâmicas e até mesmo dos cargos da instituição foram se delineando conforme o passar das décadas e se transformando em razão do contato e das atividades de exploração e estabelecimento nos territórios do Novo Mundo. Assim, longe do imobilismo e da fixidez que são atribuídas tradicionalmente aos órgãos burocráticos, uma leitura mais profunda das atividades do *Consejo de Indias* deve focalizar em sua potencial flexibilidade e na capacidade de se adequar as demandas de determinado momento⁵⁸.

Possivelmente, devido a tais características, o *Consejo de Indias* tenha desenvolvido em sua própria estrutura estratégias, mecanismos e processos de produção de conhecimento capazes de responder a contextos cambiantes. As palavras de Pedro de Valencia ratificam esta asserção; para o cronista as investigações empreendidas e as notícias obtidas eram fundamentais para conservação de um império que se encontrava disperso. Segundo Arndt Brendcke (2012, p. 19), o domínio colonial aprofundou a necessidade de produzir descrições fiáveis de realidades longínquas, as quais não foram efetuadas (na Espanha) por cientistas,

⁵⁶ Era uma comissão responsável pelas propostas relativas à ocupação de cargos e distribuição de mercês.

⁵⁷ As juntas eram reuniões especiais que ocorriam quando as circunstâncias exigiam. Nelas participavam não apenas os conselheiros, mas indivíduos que pudessem dar um melhor aconselhamento ao rei, inclusive membros de outros conselhos. Em teoria eram reuniões ocasionais, mas algumas delas se tornaram permanentes. É o caso da *Junta de Guerra de las Indias*, criada em 1600, que visava tratar dos assuntos militares referentes aos territórios ultramarinos (TANZI, 1969). A Junta de Hacienda de las Indias foi reunida a partir de 1595 e buscava deliberar sobre os meios de aumentar as rendas de origem indiana (GONZÁLEZ GARCÍA, 1995, p. 178). Enquanto a *Junta de Guerra* foi bastante longeva (permaneceu na estrutura do *Consejo* até o século XVIII) a de *Hacienda* foi encerrada em 1604.

⁵⁸ Não se pretende aqui afirmar que não havia rigidez e conservação de dinâmicas muitas vezes inadequadas e ultrapassadas no *Consejo de Indias*. Obviamente foram características que fizeram parte da história dessa instituição. Contudo, ressalto que diante da novidade que representa administrar um território separado por um oceano, a instituição sofreu transformações a partir das experiências ocorridas nas Índias. O caso das *Leyes Nuevas* é bastante ilustrativo dessas respostas que alteram as funções e o funcionamento da instituição. O objetivo é justamente contrapor com uma ideia tradicional de imutabilidade das instituições burocráticas e de governança. Sobre a flexibilidade do *Consejo de Indias* e da estrutura administrativa estabelecida para o domínio colonial na América espanhola, o artigo de John L. Phelan (1998) traz contribuições importantes.

mas por funcionários régios (burocratas) ligados a instituições de administração e domínio dos territórios ultramarinos. Assim, seguindo a linha argumentativa de Brendecke, analisar as iniciativas de obtenção de informações e de construção de saberes realizadas pelo *Consejo de Indias* permite visualizar elementos importantes da cultura do conhecimento moderno, inclusive no que concerne ao mundo natural, que passou a fazer parte dos temas que deveriam ser averiguados.

1.2.2 *Consejo de Indias* e as informações sobre o mundo natural (1520-1570)

Ao longo das primeiras décadas desde sua criação, o *Consejo de Indias* constituiu-se como uma instituição cujas atribuições e ações giravam em torno da administração e da justiça dos territórios do Novo Mundo. Assim, como já pontuou Schäfer (2003, p. 351), não podemos considerá-lo como um órgão de caráter eminentemente científico do mesmo modo que eram as academias de ciências que se tornaram mais comuns no século XVII. Entretanto, se considerarmos o conceito de ciência de modo mais alargado, veremos que este organismo atuou e promoveu atividades ligadas à captação de informações e de produção de conhecimentos sobre as terras americanas, incluindo saberes sobre sua fauna e sua flora. Porém dois pontos devem ser considerados.

Em primeiro lugar, há que se diferenciar ciência e informação. No período analisado, como apontado antes, a definição de ciência se distinguia da mera obtenção de informações, estando ligada ao saber das causas (BRENDHECKE, 2012, p. 112). Obviamente, nem todas as iniciativas promovidas pelo *Consejo* resultaram na produção de um saber das causas de determinadas configurações encontradas nas Índias Ocidentais. Por exemplo, as cédulas que demandavam descrições sobre os animais encontrados nos novos territórios não exigiam que fossem especuladas as razões das diferenças corporais das espécies americanas em relação às europeias. Nesse sentido, esses documentos não faziam parte daquilo que era visto como ciência no período, estando circunscritos ao universo das informações empíricas e descritivas. No entanto, se considerarmos como conhecimentos científicos as explicações criadas pelos indivíduos para responder aos questionamentos derivados de seus contatos com o mundo (PESTRE, 1996, p. 8), as informações solicitadas e recebidas, bem como processadas dentro da estrutura do *Consejo de Indias* geraram um saber capaz de dar conta das necessidades

vinculadas à chegada, à ocupação e à colonização dos territórios ultramarinos, sendo, nesse sentido, científicos⁵⁹.

Além disso, a História e, por consequência, a História Natural não eram consideradas como formas de conhecimento causais e demonstrativas e sim saberes de ordem descritiva, como mencionado antes. Não obstante, tais disciplinas (sobretudo a História Natural) fazem parte daquilo que concebemos como áreas da ciência do período. Visando a descrição das terras, das espécies e dos povos pertencentes às Índias, algumas das iniciativas propostas pelo *Consejo* possuíam laços bastante estreitos com as concepções de História e História Natural do período. Ademais, como veremos adiante, os documentos produzidos pela instituição não traziam apenas ordens, também eram espaços discursivos de conceituação. Por fim, as informações coletadas, ainda que trouxessem apenas dados, serviam para fins diversos, inclusive, para a escrita das crônicas oficiais, que devem ser encaradas como obras que expunham determinados conhecimentos sistematizados sobre as Índias. Por essas razões, podemos considerar que o *Consejo de Indias* como um órgão também responsável pela construção de saberes sobre o Novo Mundo⁶⁰. Não se almeja cunhar o *Consejo de Indias* com o qualitativo científico, apenas pontuar que algumas das iniciativas hoje vistas como científicas estavam sob a responsabilidade da instituição.

O segundo ponto a ser levado em consideração está relacionado ao processo de coleta de informações e de construção de conhecimentos anteriores à criação do *Consejo de Indias*. Desde o final do século XV, a Coroa solicitava informes sobre as terras encontradas, sendo esta prática também um modo de controle das ações empreendidas por navegadores e conquistadores. Entre as notícias que se desejava obter, estavam as descrições das terras, em seus aspectos geográficos, mas também no que concerne aos seres vivos e aos benefícios possíveis por meio de sua exploração.

Conforme assinalou Raquel Álvarez Peláez, a partir de 1492 a Coroa elaborou documentos tornando explícito seu interesse em conhecer as novas terras onde aportou Cristóvão Colombo. Essa curiosidade também era somada a outras pretensões, muitas delas ligadas a fins comerciais e de possessão. A exigência de um físico (médico), um boticário e

⁵⁹ Possivelmente classificar os conhecimentos produzidos pelo *Consejo de Indias* como científicos ou não seja uma atitude muito mais pertinente à contemporaneidade que aos sujeitos envolvidos em tais iniciativas. Como dito antes, as repartições que organizam nossos modos de pensar e saber são historicamente construídas. Provavelmente, essa distinção entre atividades de governança e atividades de cunho mais científico (de produção de conhecimentos) não tivesse sentido entre os letrados/burocratas no desempenho de suas tarefas, vistas de modo indissociável.

⁶⁰ Por outro lado, refletir que o *Consejo de Indias* foi responsável por implementar atividades visando a produção de saberes e de informações sistematizadas evidencia a especificidade do órgão frente às instituições congêneres que compunham a Monarquia Hispânica.

um herbolário entre os indivíduos que deveriam ser levados às Índias, ordem presente nas instruções de 1497 dadas a Colombo para sua terceira viagem, segundo a historiadora uruguaia, seria indicativa de uma intenção dos monarcas em conhecer os aspectos naturais do Novo Mundo (ÁLVAREZ PELÁEZ, 1993, p. 156). Ela sugere também que esta medida seria uma solução às queixas presentes nos relatos anteriores de Colombo em relação a sua incapacidade de reconhecer as plantas que observava nas terras encontradas. Tendo em vista as funções ligadas às profissões mencionadas nas Instruções de 1497, é um pouco forçoso afirmar que se tratava de uma ação da Coroa visando um maior conhecimento dos elementos naturais daquelas partes. Mais provável que a requisição desses indivíduos estivesse associada a questões sanitárias e de saúde, uma vez que tanto no trajeto até as Índias quanto já em solo americano, havia uma alta taxa de mortalidade dos espanhóis derivada de doenças. Contudo é inegável que, compondo a tripulação da viagem e chegando ao Novo Mundo, esses homens seriam capazes de reconhecer as espécies encontradas, sobretudo de vegetais, diferenciá-las daquelas presentes na península e teriam as habilidades necessárias para atender os anseios europeus por notícias sobre a fauna e a flora existentes. Porém não existe um registro oficial que especifique demandas concretas a esses indivíduos enviados juntamente com Colombo, logo, pontuar qualquer interesse da Coroa ligado a essa medida permanece no terreno da suposição histórica.

Anos antes, em 1494, algumas informações sobre os animais e as plantas daqueles territórios já eram demandadas pelos reis católicos⁶¹, que também solicitavam ao almirante genovês o envio de falcões e aves das novas terras (BRENDHECKE, 2012, p. 268). De modo geral, a prática de coleta de informações e materiais, inclusive sobre a natureza, oriundos do Novo Mundo estava presente nas ações da Monarquia Hispânica nas primeiras décadas de conquista e colonização do Novo Mundo⁶², contudo, sem caracterizar uma ação sistematizada e consolidada. O caráter difuso e irregular dessas solicitações até 1520 deve ser atribuído a dois motivos essenciais: o fato de que as Índias Ocidentais não possuíam um organismo de governo próprio, estando vinculadas ao *Consejo de Castilla*, órgão que possuía outras demandas e prioridades; e também em função do desconhecimento em relação à extensão

⁶¹ Há que se adicionar a esse fato a presença do médico sevilhano Álvarez Chanca na segunda expedição de Colombo às Índias Ocidentais. Álvarez Chanca escreveu uma carta à autoridade de sua cidade (*cabildo*) em que narra alguns aspectos das novas terras como elementos da fauna e da flora e os povos que ali viviam. Esta carta, no entanto, permaneceu manuscrita até o século XIX (GERBI, 1992, p. 37).

⁶² Não apenas as ações diretas da Monarquia, muitos de seus oficiais nas Índias Ocidentais também visavam a obtenção de informações sobre as terras descobertas e sua natureza. Arndt Brendecke menciona o caso do governador de Cuba Diego Velázquez (1465-1524) que demanda a Hernán Cortés (1485-1547) um relato sobre os habitantes das ilhas e terras vizinhas, bem como acerca das árvores, frutas, ervas, aves, animais, ouro, pedras preciosas, pérolas, outros metais e especiarias (BRENDHECKE, 2012, p. 272).

dessas novas terras. Ainda que se especulasse sobre as dimensões territoriais das terras a oeste, algo que pode ser notado nas bulas papais de 1493 e 1494, não havia certezas sobre o tamanho e as possibilidades, dificultando até mesmo elaboração de inquirições sobre os territórios.

Obviamente, a curiosidade existia para além das estruturas burocráticas. Após o retorno de Cristóvão Colombo, as notícias circularam oralmente e de forma escrita (impresa e manuscrita) por toda Europa. Informações sobre as terras e os povos encontrados permearam diversos espaços, incluindo as cortes. As cartas e os opúsculos de Pedro Mártir de Anglería (1459-1526), os quais reunidos e impressos posteriormente formaram as chamadas *Décadas del Nuevo Mundo*, evidenciam o interesse letrado, da corte e mesmo entre os burocratas – Anglería foi um dos primeiros conselheiros a compor o *Consejo de Indias* – em conhecer os territórios do Novo Mundo e também as espécies de sua fauna e sua flora⁶³. No entanto, este interesse sobre o mundo natural não se mostra explícito e de forma metódica na documentação de caráter oficial disponível e anterior a 1520. Os esforços mais coordenados (ainda que não sistemáticos) visando obter um melhor conhecimento das Índias somente foram estabelecidos após a criação do *Consejo de las Indias*⁶⁴.

O ano de 1525, de acordo com Jesús Bustamante, foi significativo em relação à produção de um primeiro documento do *Consejo de las Indias* versando sobre a coleta de informes. Esta instituição determinava a Luis Ponce de León (-1526) que além de assegurar o bom tratamento dos indígenas e o favorecimento dos primeiros conquistadores e povoadores,

⁶³ Pedro Mártir de Anglería era natural de Arona (Itália) e a partir de seu contato com o embaixador espanhol d. Diego Hurtado de Mendoza passou a fazer parte da corte espanhola e estando sob a proteção da rainha Isabel, a católica, ocupou altos cargos, tendo acesso privilegiado às informações oriundas do Novo Mundo, seja por meio de entrevistas com os principais envolvidos, seja pelo contato com os documentos oficiais. Sua obra, *Décadas del Nuevo Mundo*, é composta por oito livros, cada um contendo dez capítulos escritos de forma epistolar. Segundo Gerbi (1992, pp. 87-89), ainda que Anglería estivesse mais interessado nos aspectos etnográficos dos territórios, também foi capaz de narrar sobre os animais e as plantas do Novo Mundo, porém sem excluir elementos maravilhosos e de fascinação de suas descrições. Sua posição nos círculos mais próximos do poder político permitiu a muitos historiadores considerá-lo como primeiro cronista oficial, atribuição equivocada, como veremos adiante. Ainda que houvesse menções à fauna e à flora em seus escritos, eles por si só não representam a postura oficial em relação à temática.

⁶⁴ Há algumas discordâncias em relação à classificação empregada neste primeiro momento entre os historiadores. Embora de forma geral, a criação do *Consejo de Indias* seja vista como o marco em relação às demandas por informações e descrições sobre o Novo Mundo de forma mais concreta, Duccio Sacchi (2000), por exemplo, ao estudar a coleta de dados e os questionários produzidos pela Monarquia Hispânica, divide sua análise em duas fases: um primeiro momento preparatório ocorrido entre 1494 e 1540, no qual, ainda que houvesse uma certa padronização não havia a elaboração de um questionário sistemático e impessoal. E um segundo momento caracterizado como fase de realização, em que se cria um instrumento capaz de responder às demandas dos novos cargos, entre eles, o de Cosmógrafo e Cronista das Índias. Esse novo mecanismo são os questionários, segundo Sacchi. Assim, mesmo tratando-se de documentos de cunho normativo ou solicitações, há um espaço razoável para interpretações. No entanto, como será demonstrado adiante, diferentemente de Duccio Sacchi, acredito que os documentos produzidos nas primeiras décadas após 1492 não devem ser vistos como preparatórios ou preliminares.

fizesse uma descrição detalhada da Nova Espanha: “(...) informar e saber particularmente as províncias que há na dita terra e das cidades e povoados delas, e da vizinhança e qualidade de cada um”⁶⁵. Porém como este juiz de residência faleceu logo no ano seguinte, não se sabe se de fato estas instruções se concretizaram.

Paralelamente às iniciativas voltadas para a coleta de informações diretamente nas Índias, em 1527, o *Consejo* expediu uma cédula ordenando a todos os mestres e pilotos que enviassem uma relação detalhada dos caminhos e dos descobrimentos aos cosmógrafos da *Casa de Contratación*.

Foi justamente na segunda metade da década de 1520, segundo Bustamante (2000, pp. 39-38), que se iniciou uma política de recolhimento de informação sobre toda a América espanhola. Em 1528, foram dadas instruções a Nuño de Guzmán (1490-1558) e à primeira Audiência do México, nas quais se reiteravam medidas anteriores (como as instruções dadas a Ponce de León) e adicionou-se uma provisão em que era apresentado um quadro mais completo do tipo de notícias e de dados que eram almejados. Ainda que fossem enfatizadas as questões de governo e de povoação, havia também espaço para indagações em torno de temas como a topografia das terras, as riquezas e os recursos minerais.

(...) Poniendo específicamente por capítulos lo que fuere tierra llana o montuosa, y la más o menos fértil en cada una de las dichas provincias; y los ríos y puertos y mar que en cada una de ellas hubiere. (...) informaos enteramente cuáles de las dichas provincias hay descubierta o se esperan descubrir minas de oro, o de plata o de otros metales o de piedras finas o pesquerías de perlas o de cuál de ellos se ha sacado hasta ahora provecho conocido y qué cantidad o qué costa⁶⁶ (PUGA, 1945).

Nesta determinação não há referência específica à descrição de aspectos da fauna e da flora americanas. Contudo, nota-se que os relatos sobre as terras e sua natureza serviriam para fins de governança – não somente a curiosidade sobre as terras longínquas coordenavam a solicitação. As informações visavam o conhecimento sobre recursos existentes, bem como em relação à posse territorial. A provisão de 1528 serviu de modelo para outros documentos enviados a outras partes da América (Terra Firme, Espanhola, Venezuela, Nova Granada, Nicarágua e Peru) nos anos seguintes, confirmando que o *Consejo* “não apenas mantinha sua

⁶⁵ “(...) informar y saber particularmente las provincias, que ay en la dicha tierra, y de las ciudades y pueblos dellas y de la venzindad y calidad de cada uno.” *Instrucción segunda al Licenciado Luis Ponce*. 04 de novembro de 1525. Esta instrução foi impressa originalmente em 1563 na obra de Vasco Puga (1945, p. 17).

⁶⁶ “(...) Colocando específicamente por capítulos o que for terra plana ou montanhosa, e mais ou menos fértil em cada uma das ditas províncias, e os rios e portos e mar que em cada uma delas houver. (...) indagar inteiramente quais das ditas províncias foi descoberto ou se espera descobrir minas de ouro, ou de prata ou de outros metais o de pedras finas ou de pescaria de pérolas ou de qual delas se tem retirado até agora proveito conhecido e que quantidade e qual costa”. *Provisión del Emperador don Carlos cerca de la orden que se mandó tener cerca de la descripción de las tierras y provincias de la Nueva España*. 05 de abril de 1528.

política de obter e centralizar a informação... senão que, além disso, havia percebido que era imprescindível coletá-la a partir de alguns critérios homogeneizadores mínimos.”⁶⁷ (BUSTAMANTE, 2000, p. 40). Ainda em 1528, no mês de novembro, foi expedida outra provisão em que se mandava averiguar a extensão territorial da Nova Espanha, de seus povoados e províncias⁶⁸. Não estando isolada das ações anteriores, observa-se na emissão deste pedido uma iniciativa de coleta de informações visando garantir o domínio e as demarcações territoriais de modo semelhante ao que havia sido feito meses antes.

Nem todas as medidas surtiram o efeito esperado. Nos anos seguintes, outros documentos solicitando informes sobre as Índias foram expedidos ou enviados novamente. Em 1530, com as instruções estabelecidas para a segunda Audiência da Nova Espanha, foi repetida a ordem de se fazer uma descrição do território, resultando na confecção de duas versões, em 1532, da esperada *Descripción de la Nueva España* (BRENDENCKE, 2012, p. 282).

Entre a documentação elaborada a partir de 1524 pelo *Consejo*, o primeiro escrito a solicitar relatos sobre a fauna foi a cédula real datada de 19 de dezembro de 1533, enviada tanto ao México quanto à Guatemala e, possivelmente, à Terra Firme. Para Jesús Bustamante, este documento representou um novo modelo mais claro, preciso e ordenado que os anteriores, uma vez que demandava por mais detalhamento, bem como introduzia novos temas, entre eles a História Natural, e novas formas de representação, como oferecer pinturas daquilo que fosse possível. Este historiador afirma que seria uma antecipação das investigações promovidas durante o período filipino (BUSTAMANTE, 2000, pp. 44- 46).

Porque queremos tener entera noticia de las cosas de essa tierra y calidades della, vos mando que [...] hagays hazer vna muy larga y particular relacion de la grandeza de essa tierra, así de ancho como de largo, y de sus limites, poniéndolos muy especificadamente por sus nombres propios...., y así mismo de las calidades y estrañezas que en ella ay, (...), y que animales y aues se crian en ella, y de que calidad son, y así hecha y firmada de vuestros nombres, la embiad ante nos al nuestro Consejo de las Indias⁶⁹ (CEDULÁRIO ENCINAS, I, 343).

⁶⁷ “Tal secuencia confirma que el Consejo de Indias no sólo mantenía su política de obtener y centralizar la información..., sino que además se había dado cuenta de que era imprescindible recogerla a partir de unos criterios homogeneizadores mínimos”.

⁶⁸ *Provisión de Su Majestad el Emperador Don Carlos, que manda averiguar la extensión de la Nueva España y sus pueblos y provincias*. 10 de novembro de 1528. CE, I, 342-43.

⁶⁹ “Porque queremos ter inteira notícia das coisas dessa terra e qualidades dela, vos mando que (...) façais uma muito longa e particular relação da grandeza dessa terra, assim da largura como do comprimento, e de seus limites, colocando muito especificadamente por seus nomes próprios (...), e assim mesmo das qualidades e maravilhas que nela há (...), e que animais e aves se criam nela, e de que qualidade são, e assim feita e assinada com vossos nomes, enviai perante nós ao nosso *Consejo de las Indias*.” *Cédula que manda se envíe relación de la extensión de la Nueva España y de sus límites y población y otras cosas que hay en ella*. Monzón, 19 de dezembro de 1533. CE, I, 343.

Embora fosse a primeira vez que constava a solicitação por informações sobre aves e animais em cédulas vinculadas ao *Consejo*, não se tratava de um novo interesse associado à Coroa. Além disso, em 1526, era publicado em Toledo o *Sumario de la Natural Historia de las Indias* de Gonzalo Fernández de Oviedo (1478-1557), obra escrita e dedicada ao imperador Carlos V, que versava sobre o Novo Mundo, cuja maior parte de seus capítulos descreve algumas das plantas e parte da fauna americana, sendo traduzida para o inglês, italiano e latim⁷⁰. De fato, tendo em vista as intenções do autor, *Sumario* pode ser considerado como a primeira obra a tratar de forma mais consistente os aspectos naturais americanos.

Seis anos mais tarde, em 1532, estando de volta à Espanha, este cronista também recebeu do monarca uma pequena remuneração para que continuasse a escrever uma obra consagrada às Índias Ocidentais, bem como foi permitido a Oviedo a solicitação de relações sobre as terras, os eventos e outras coisas a todos os indivíduos que estivessem nas Índias e ocupassem cargos oficiais (PARDO TOMÁS, 2002, p. 48). Em razão dessas concessões imperiais, alguns autores atribuem a Gonzalo Fernández de Oviedo o cargo de cronista oficial, no entanto, esta designação é equivocada. Ainda que recebesse uma comissão monetária e a permissão para requisitar documentos, Oviedo não fazia parte do corpo de funcionários do *Consejo de Indias* e o cargo de cronista maior das Índias somente foi criado décadas mais tarde. Certamente, por meio dos privilégios dados por Carlos V ao cronista, foram estabelecidos, ou melhor, fortalecidos os vínculos deste autor com o poder real – recordemos que Fernández de Oviedo era um funcionário real: foi escrivão, inspetor fiscal (*veedor*), governador de Cartagena e alcaide.

A primeira parte *Historia General y natural de las Indias* de Oviedo foi publicada três anos depois do recebimento da mercê. Nesta obra, o cronista aprofundava algumas das temáticas abordadas no *Sumario*, adicionando muitos outros elementos referentes à história e ao mundo natural das Índias. No entanto, a iniciativa de subsidiar sua obra, ainda que em consonância com as ações do *Consejo*, não estava diretamente ligada às atividades descritas nos parágrafos anteriores. Logo, o estímulo aos relatos sobre a flora e a fauna das Índias (como era solicitado pela Cédula de 1533) por parte da Coroa não era uma novidade.

⁷⁰ Em sua dedicatória a Carlos V, Oviedo remete a figura de Plínio, o Velho, como modelo de imitação. Também refere-se às terras encontradas a partir da viagem de Colombo como império ocidental, elemento significativo do tipo de história que desejava construir. Ainda que não se esteja dentro do recorte temporal desta investigação, vale destacar a importância dos escritos de Oviedo por inaugurarem um modelo de construção de saber sobre a natureza Americana e, mais especificamente, sobre os animais e as plantas dessa parte do mundo. Análises mais aprofundadas das obras de Oviedo se encontram nos trabalhos de Coello de la Rosa (2006) e Jesús Carrillo (2003).

Constituía, no entanto, algo novo a presença dessa solicitação dentro da estrutura administrativa do *Consejo de Indias*.

A requisição de 1533 estava ancorada no envio de informes por aqueles que se encontravam nos territórios ultramarinos, tendência que se desenvolveu ainda mais ao longo das décadas seguintes, como o excerto de Pedro de Valencia permite deduzir.

Também não podemos ignorar que a publicação do *Sumario* de Oviedo pode ter corroborado com o pedido de descrições sobre o mundo natural, uma vez que tal escrito centrava uma considerável parte de sua narrativa no relato das particularidades encontradas na natureza das Índias Ocidentais. Ademais, em determinados trechos de suas obras, o cronista reforçava a necessidade de gravuras para que aquilo que era descrito fosse de fato compreendido, adicionando, inclusive, alguns desenhos feitos por ele mesmo em sua publicação posterior de *Historia General y natural de las Indias*. Nesse sentido, a solicitação de relatos sobre os animais e as aves em uma cédula que também pedia pinturas, quando possíveis, não pode ser dissociada de um universo letrado mais amplo que envolvia também as obras impressas. As instituições administrativas hispânicas, ainda que atentas e focadas em problemas burocráticos e políticos próprios, não estavam fechadas aos diálogos e às ressonâncias daquilo que ocorria fora de suas esferas de domínio. A publicação e o sucesso do *Sumario* de Oviedo podem ter contribuído para o surgimento explícito da necessidade de informações de um novo tipo (sobre animais e aves), indicando, possivelmente, uma forma de circulação de ideias. E, inversamente, a ausência de relatos sobre a fauna e a flora pode ter sido percebida por Oviedo na execução de suas tarefas administrativas, motivando o cronista a escrever sobre esses tópicos.

Para além das suposições, a proximidade temporal entre as obras impressas e a iniciativa efetiva de coleta de dados sobre seres vivos pertencentes ao Novo Mundo indica que não se tratavam de universos cognitivos separados, ou seja, havia pontos convergentes nas preocupações, nos objetivos e nos interesses presentes em obras tipográficas e nas determinações do *Consejo*. Até porque, dada a estrutura estatal formada pela Monarquia Hispânica, os mesmos indivíduos letrados e que escreviam obras literárias e científicas eram (ou tinham a intenção de ser) funcionários régios. A própria definição de letrado corrobora para essa indissociação. De acordo com o *Diccionario de Autoridades*, o letrado poderia ser definido como “docto en las ciencias: que porque estas se llamaron letras, se le dio este nombre”⁷¹ (DICCIONARIO DE AUTORIDADES, 1734, t. IV) ou ainda como o especialista

⁷¹ “Letrado, o douto nas ciências: que porque estas se chamaram letras, foi dado esse nome”.

nas leis (*abogado*). Ocupavam uma posição bastante singular na Monarquia Hispânica, formavam parte do corpo administrativo que se desenvolvia, mas também foram eles àqueles que se dedicaram às letras e aos diferentes ramos do conhecimento. As letras, as leis e a governança permaneciam unidas não apenas na dependência recíproca de tais esferas, mas por serem manejadas pelos mesmos sujeitos históricos. Além de Oviedo, outros representantes do governo e militares, como o mexicano Diego Muñoz Camargo (1540?-1599) e Bernardo de Vargas Machuca (1555-1622) se tornaram especialistas nos novos territórios (GRUZINSKI, 2014, pp. 203-210). Mesmo dentro de Castela este cruzamento entre o mundo letrado e o burocrático também ocorria, por exemplo, o já mencionado dramaturgo Lope de Vega, em 1621, candidatou-se ao cargo de cronista do rei, mas não foi o escolhido (KAGAN, 2010, pp. 30-31). Tais considerações são importantes para estabelecermos os contornos do *Consejo de Indias*; as confluências evidenciadas acima podem sugerir que a instituição não deve ser encarada como um organismo cerrado, em que se primava pela política do segredo, mas talvez tenha sido um espaço importante de circulação de ideias. Novamente, nota-se que a imagem estereotipada de rigidez e isolamento dos órgãos burocráticos deve ser revisada.

Retomando a questão dos documentos que solicitavam informações sobre o mundo natural americano, em 1534, foi expedida outra cédula em que o rei dava instruções ao bispo Tomás de Berlanga (1487-1551) para realização de uma visita ao Peru (recém-conquistado). Neste documento, constava mais uma vez o pedido de informações sobre a fauna existente. O prelado deveria se informar “muy particularmente de las calidades y extrañezas della, y de los puertos y pueblos, ríos y montes y dehesas y animales que hay en ella”⁷². Para Álvarez Peláez (1993, p. 168), o conjunto de aspectos envolvidos nesta cédula (que também abarcava elementos relacionados aos costumes, às crenças e ao modo de vida dos nativos), evidenciaria uma maior clareza quanto aos fins pelos quais se coletavam informações. Uma análise bastante próxima foi feita por Bustamante (2000, p. 46) em relação à cédula de 1533, que, para esse autor, seria a culminação das normativas elaboradas pelo *Consejo de Indias* para obter e centralizar as informações, constituindo um modelo mais claro e ordenado que os anteriores (feitos entre 1524 e 1533) e antecipando os questionários da década de 1570. No entanto, no que concerne aos saberes sobre o mundo natural, e mais propriamente sobre os animais e as plantas, esse caráter ordenado e claro dos documentos deve ser relativizado, uma

⁷² “(...) detidamente das qualidades e estranhezas dela [da terra], e dos portos e povoados, rios e montes e padarias e animais que há nela” Cédula de 19 de julho de 1534. Transcrita na obra de Jiménez de la Espada (vol. I, 1897, pp. XL-XLI)

vez que há apenas menções sobre a descrição de animais, não ficando evidentes os objetivos e que tipo de espécies deveria ser relatado.

Nas chamadas *Leyes Nuevas*, promulgadas em 1542, não constava nenhuma menção à compilação de informações sobre o mundo natural, uma vez que essa legislação, atendendo demandas que se faziam patentes naquele momento, concentrava sua atenção em aspectos administrativos, na regulação do *Consejo de las Indias* e no tratamento dos nativos, assuntos que também eram centrais nos informes desse período.

Todavia, ao analisar a *Relación* das províncias de Honduras e Higueras feita pelo bispo Cristóbal de Pedraza, em 1544, Raquel Álvarez Peláez (seguindo a trilha já indicada antes por Jimenez de la Espada) reconstruiu as possíveis perguntas que coordenaram a escrita desse documento e que teriam sido enviadas da península, evidenciando que o interesse sobre a natureza das Índias, ainda que não explicitado nas *Leyes Nuevas* aprovadas dois anos antes, não tinha esmaecido por completo na década de 1540. Além da descrição da terra, dos portos, dos rios, dos mares e dos povos indígenas, constariam questões referentes ao mundo natural, como por exemplo, sobre os animais de criação e silvestres existentes; acerca das aves; em relação ao plantio de trigo, uvas e outras colheitas; sobre frutas e legumes originados da Europa ou nativos; relacionadas aos minerais, madeiras e outros materiais (ÁLVAREZ PELÁEZ, 1993, pp. 169-170).

A autora também cita as instruções enviadas anos depois ao vice-rei do Peru, Hurtado de Mendoza, em 1555, nas quais foram solicitados relatos sobre os povos indígenas (costumes, religião, governo etc.) seguidos de um pedido por informações referentes a metais, especiarias, drogas, plantas, árvores, ervas cultivadas e silvestres, bem como, seus usos e proveitos que poderiam ser obtidos (ÁLVAREZ PELÁEZ, 1989). Nestas instruções foram omitidas as requisições de relatos sobre os animais. Segundo a historiadora uruguaia, nas instruções a Hurtado de Mendoza, poderia ser observada uma separação entre os assuntos que pertenceriam a uma história moral daqueles ligados à história natural, característica cujos contornos seriam mais perceptíveis na década de 1570.

Tendo em vista as determinações e as requisições elaboradas nas primeiras décadas do século XVI pelo *Consejo*, apontadas nos parágrafos anteriores, é necessário matizar uma interpretação linear do desenvolvimento dessas demandas por informações, evitando atribuir uma racionalização a experiências com diferentes significados e objetivos. Havia uma tendência à inserção de temas ligados à fauna e à flora americana nas instruções e cédulas enviadas pela instituição, porém não se trata de uma prática contínua e progressiva – no sentido de exigir informações cada vez mais complexas e completas –, tampouco

sistemática⁷³. Sem negar o caráter cumulativo das experiências interrogatórias desenvolvidas no Novo Mundo, é preciso interpretar todas essas medidas administrativas ligadas ao *Consejo de las Indias* e à Coroa dentro de suas condições de produção, sem projetar nesses documentos anseios e perspectivas que nortearam determinações posteriores do organismo. Assim, o cuidado com o uso de certas expressões é fundamental, até mesmo o conceito de História Natural utilizado por alguns autores e que ainda não era citado pelas fontes, apesar das temáticas relacionadas a esse campo de saber estarem compreendidas entre as requisições.

Concordo com Brendecke em relação às transformações pelas quais passaram os documentos que demandavam informações nas primeiras décadas após a chegada de Colombo ao continente americano. Se, inicialmente, os pedidos feitos pelos monarcas expressavam uma curiosidade e dependiam de forma assimétrica daqueles que descreviam e conheciam as realidades locais, em médio prazo ocorreram iniciativas buscando reduzir a superioridade informativa destes indivíduos. As cédulas expedidas nos primeiros anos após a criação do *Consejo* estavam inseridas neste cenário em que houve um endurecimento da curiosidade. A Coroa passou a usar instrumentos, como a listagem de perguntas, através dos quais era informada daquilo que de fato lhe interessava e a comunicação se tornou um dever daqueles que estavam ou haviam estado em terras longínquas (BRENDECKE, 2012, pp. 267-270).

No entanto, no que concerne às informações sobre a fauna e a flora americanas, não podemos atribuir, nas primeiras décadas de atuação do *Consejo de Indias*, uma trajetória evolutiva ou transformações que signifiquem um ineditismo ou um evento que não se repetiu em outros momentos. Obviamente, a introdução dos animais e das plantas nos documentos oficiais seguiram as premissas estabelecidas por Brendecke em relação ao acesso da Coroa às informações como um todo. Porém, neste caso, acredito que a inserção destes assuntos se deva também a três fatores importantes. Em primeiro lugar, o maior contato e os relatos que chegavam sobre as plantas e os animais americanos não devem ser desprezados como elementos que contribuíram para o interesse oficial na primeira metade do século XVI. O comércio de produtos vegetais, seja enquanto fármacos, como para outros fins (alimentação e vestuário), representava uma importante parcela daquilo que era enviado das Índias para Europa. Ademais, até mesmo os animais não estavam isentos de comercialização, basta lembrar que, neste período, a família de banqueiros e mercadores alemã Fugger tinha o monopólio do guaiáco (*guaiacum*) e também movimentava considerável fonte de riquezas com o tráfico de animais. As narrativas sobre a natureza do Novo Mundo – como foi apontado

⁷³ A ausência de referências nas Leyes Nuevas e a omissão de solicitações relativas à fauna nas instruções de Hurtado de Mendoza são significativas neste sentido.

antes com o caso de Fernández de Oviedo –, algumas imagens (em quadros ou tapeçarias) de animais e plantas, as espécies vivas ou não e os produtos indianos que circulavam pela Espanha⁷⁴ podem ter sido peças fundamentais para que a fauna e a flora das Índias Ocidentais passassem a compor os temas das relações e das informações solicitadas nas cédulas.

O segundo fator a ser levado em consideração está vinculado ao desenvolvimento da História Natural enquanto área de estudo autônoma na Europa naquele momento, que comentamos na introdução. No início do período moderno, a História Natural se tornou um importante campo de conhecimento, conectado a diferentes setores da sociedade. De acordo com Paula Findlen (2006, p. 436), esta área do saber podia ser considerada como uma empresa coletiva com implicações políticas, econômicas e intelectuais. Graças à imprensa, também foi um dos campos científicos de maior difusão, envolvendo distintos indivíduos, desde médicos e boticários até mesmo nobres e letrados que compunham cortes como a do imperador Maximiliano V. Os praticantes desta disciplina estavam espalhados por toda Europa e muitos mantinham correspondências e trocavam objetos entre si. Findlen também aponta a relevância dos territórios não-europeus para o estímulo a este campo de investigação da natureza. Além de importantes transformações na disciplina de História Natural, entre os séculos XV e XVII, nota-se também o aumento do interesse nos assuntos relativos a animais, plantas e minerais. A inserção destas temáticas nas cédulas não ocorre de maneira isolada das mudanças e do crescimento da História Natural no mesmo período, uma vez esta área de estudo, muitas vezes, era cultivada por indivíduos que faziam parte ou estavam em contato com os círculos de governança. Estes dois fatores reforçam a imagem do *Consejo de Indias* enquanto um espaço de circulação de ideias e saberes.

Por fim, as relações entre a reorganização administrativa dos Estados modernos e o crescimento exponencial da produção de documentos escritos públicos ou parcialmente públicos, conforme pontuou Armando Petrucci, devem ser consideradas para compreendermos os significados das primeiras cédulas expedidas pelo *Consejo de Indias* e que se dedicavam à temática da fauna e da flora. No período analisado, a escritura se tornou

⁷⁴ Os historiadores J. Miguel Morán e Fernando Checa (1985, pp. 130-136), em sua obra sobre o colecionismo na Espanha, afirmam que havia uma curiosidade generalizada pelo tema americano, a qual originou um duplo afã colecionista: um “coleccionismo de fatos” caracterizado pelo interesse em relatos e descrições daquelas terras e um “coleccionismo de objetos exóticos” tanto naturais quanto artificiais ou antropológicos. No caso dos seres vivos e objetos da *naturalia* presentes nos territórios hispânicos durante o século XVI, os autores trazem exemplos dessa presença, como a popularidade de papagaios e macacos entre aqueles que voltavam das Índias Ocidentais, sendo encontrados em muitas casas ou as representações de animais exóticos americanos possuídas por alguns membros da nobreza. As práticas de colecionismo, apesar de mais comuns na segunda metade do século XVI e durante a centúria seguinte, é outro exemplo de que o contato com as espécies do Novo Mundo, não estava restrito a navegadores e exploradores, também estava se inserido no cotidiano das cortes, dos nobres e dos letrados europeus, grupo com poder e atuação nas instituições administrativas da Monarquia Hispânica.

uma peça essencial da práxis administrativa de um governo mais organizado e centralizado (CASTILLO GÓMEZ, 1997, p. 44). As cédulas, as instruções e as leis mencionadas eram documentos escritos e estavam vinculadas a este cenário; mesmo as relações que respondiam a tais demandas também eram escritas (embora algumas delas trouxessem imagens entre seus conteúdos). A opção pela forma de comunicação escrita não era desprovida de propósito: a escritura fixava as ideias de modo a dificultar distorções; tinha a capacidade de conservar temporalmente aquilo que estava expresso e podia difundir o texto, ou seja, ampliar o alcance espacial e de número de indivíduos, principalmente se estivesse impresso. Conforme pontuou Castillo Gómez (1997), durante a época de gestação do Estado Moderno, o escrito se converteu em um instrumento real e simbólico da ação política. Ao abordarem por meio da escritura determinadas temáticas e demandarem respostas também escritas, a documentação analisada não estava apenas reproduzindo uma estrutura burocrática que se consolidava e estava pautada na forma de comunicação escrita. O escrito, neste caso, se convertia em um mecanismo de domínio.

A inserção de animais e plantas em cédulas, instruções e relações representava que os saberes e as informações relativas a estes assuntos deveriam ser fixados, conservados e difundidos (mesmo que esta difusão estivesse restrita a um número pequeno de leitores com acesso ao material manuscrito). Os documentos produzidos pelo *Consejo* portavam uma retórica imperial que influenciava os modos de apreender e de se relacionar com o mundo natural americano. Acima de tudo, tal inclusão significava que a fauna e a flora eram espaços de atuação do poder, que eram conhecimentos que a Monarquia almejava e desejava impor seu controle e uma determinada representação. Conforme pontuou a historiadora Márcia Alvim (2014, p. 13), não interessava à Coroa apenas conhecer as potencialidades dos recursos naturais existentes, mas também controlar esse conhecer: “(...) a obtenção de informações, seu registro e conservação constituíram a estratégia mais importante de implantação da sociedade colonial e efetivação da colonização em seu período inicial”.

Como pontuado antes, as razões meramente pragmáticas não conseguem, no entanto, explicar de forma satisfatória o interesse e a inserção de relatos sobre o mundo natural, especialmente no que concerne aos animais e às plantas em cédulas e documentos oficiais. Recordemos os modelos que serviam de aparato ideológico e simbólico para as relações com o mundo natural, tão bem expressos no discurso de Valencia. A Adão, primeiro homem criado por Deus segundo a cosmologia cristã, foi lhe dado o poder de nomear todos os seres da terra: todos os animais dos campos, todas as aves do céu (GÊNESIS, 2, 18-20). A nomeação implicava também em submissão dessa natureza. “Impor um nome ou conhecer os nomes

implica, pois, um certo poder” (HARTOG, 2014, p. 272). O conhecimento almejado pelas cédulas da primeira metade do século implicava um nomear constante, seja por uma listagem simples ou uma descrição mais acurada, e alicerçava-se nessa reivindicação adâmica, na qual ao homem era outorgado o domínio sobre a natureza, ao europeu que chegava naquela parte antes incógnita nomear significava ratificar a possessão. As cédulas e as instruções analisadas, em suas múltiplas requisições, eram uma forma de inventariar um império que lentamente se constituía, como séculos antes já tentava Plínio em relação aos territórios de Roma. As informações sobre os animais e as plantas inserem-se como instrumentos simbólicos e concretos da ação do império sobre as novas terras.

O controle representado pelas demandas de informações e saberes que figurava nas solicitações dos primeiros decênios após a chegada dos europeus e as conquistas tornou-se ainda mais proeminente nas décadas seguintes. A partir da década de 1570 e as reformas conduzidas por Juan de Ovando no *Consejo de Indias*, a natureza e, conseqüentemente, os animais e as plantas passaram a constar em alguns dos principais documentos produzidos pela instituição. Não só isso, eram partes essenciais da crônica oficial das Índias, cujo intuito era a produção de um conhecimento para que houvesse o entendimento necessário e uma adequada governança. Não pretendo, como mencionei antes, atribuir um caráter progressivo às fontes examinadas, nem mesmo considerar as determinações elaboradas pelo *Consejo* entre as décadas de 1520 e 1560 como antecedentes, no sentido que traziam ideias embrionárias que conformariam as medidas posteriores. No entanto, muitos dos aspectos analisados nesta documentação também podem ser encontrados nas cédulas, nas ordenanças, nos questionários e nas instruções posteriores. Não como meras reproduções ou desenvolvimentos de modelos configurados décadas antes, mas como evidências da flexibilidade da instituição, uma vez que mostram como o *Consejo* criava e reelaborava mecanismos a partir das experiências acumuladas e das exigências para o governo das Índias. Também mostram um processo (lento e não evolutivo) de constituição de modos de conhecer e de validação de saberes e informações.

As reformas ovandinas e as iniciativas ocorridas na década de 1570 se converteram na tradução daquilo que anos depois defendia Pedro de Valencia no *Discurso sobre la província de los Quijos*: a necessidade de conhecimento para a conservação da monarquia. Neste momento que o conhecimento dos elementos naturais começa a se tornar mais efetivo nos documentos do *Consejo*. Não por acaso, nesta mesma época, segundo Fernández Albaladejo, que foram redefinidas as noções de império na Espanha. As ações empreendidas por Juan de Ovando e a crônica oficial de Juan López de Velasco serão os temas dos próximos capítulos.

CAPÍTULO II

As Reformas Ovandinas e a Crônica Oficial das Índias: a institucionalização dos saberes sobre os animais e as plantas das Índias Ocidentais

Em 06 de outubro de 1571, o humanista espanhol Benito Arias Montano (1527-1598), estando em Antuérpia para reedição da Bíblia Poliglota¹, escrevia uma longa e detalhada carta com congratulações para seu conterrâneo Juan de Ovando y Godoy que acabava de ser nomeado para o cargo de presidente do *Consejo de Indias*. Não se tratava da primeira vez que esses dois humanistas se comunicavam: desde o início da estadia de Arias Montano em Amberes, e mesmo antes, eles mantinham uma correspondência constante na qual eram relatadas as vivências do letrado nos Países Baixos e as experiências da impressão da Bíblia Régia. Em algumas ocasiões, Ovando também solicitava o envio de livros, pinturas e instrumentos disponíveis em Flandres (JIMÉNEZ DE LA ESPADA, 1891, p. 32).

Nesta carta, no entanto, além dos cumprimentos pela nomeação do amigo, Benito Arias Montano descreveu um episódio ocorrido em um dos encontros que teve com Fernando Álvarez de Toledo y Pimentel (1597-1582), o duque de Alba, então governador dos Países Baixos e um dos nobres de maior prestígio da Monarquia Hispânica daquele momento. O novo ocupante da presidência do *Consejo de Indias*, ou melhor, as qualidades necessárias para este cargo eram justamente os temas centrais desta conversa relatada. De acordo com as palavras de Arias Montano, o duque de Alba acreditava que o ofício de presidente do *Consejo* requeria um homem muito competente para as funções que teria como responsabilidade: não bastava ser um letrado que dominasse as leis, deveria primeiramente ser religioso e dotado de muita piedade e zelo em razão da Igreja que se estabelecia naquelas novas terras; deveria ser capaz de nomear indivíduos de bom exemplo e sem avareza e ter muito cuidado em estar informado sobre as coisas da religião. Além disso, o presidente da instituição deveria ter domínio das matérias de guerra e de milícia, não se atendo somente aos usos espanhóis, mas conhecendo as razões e as usanças das artes militares entre os nativos. Teria que ter erudição

¹ A primeira edição da Bíblia Poliglota foi realizada entre 1514 e 1521 sob a direção do cardeal Francisco Jiménez Cisneros (1436-1517), que foi responsável por convidar diferentes eruditos para preparar uma versão completa da Bíblia em várias línguas (grego, aramaico, latim, hebraico). Conhecida como Bíblia Poliglota Complutense, esta edição é composta de seis livros. Entre os anos de 1568 e 1573, sob o patrocínio de Felipe II, houve uma nova edição da Bíblia Poliglota, publicada desta vez em Amberes, com a supervisão de Benito Arias Montano.

em relação às leis e aos costumes de governo das nações indígenas. Deveria conhecer os aspectos mais importantes do comércio e da navegação. Ademais, entre as qualidades, os conhecimentos e as habilidades do presidente do *Consejo de Indias*, o duque de Alba teria dito que era necessário:

(...)También dize es necessario un ingenio que sepa imaginar líneas y medidas y angulos y puertos y campos y animales y plantas y naturalezas que no ha visto muchas ni conciertan con las de por aca y los usos y fines dellas por que acerca de todo esto hay gobierno y es materia del y los que están alla pueden engañar al que desde aca lo governa.².

Ao finalizar sua preleção, o duque ainda dizia que o presidente da instituição dedicada aos assuntos ultramarinos deveria ter muito cuidado, muita paciência e muitos e bons amigos em quem pudesse confiar e que o ajudassem, mas, sobretudo, deveria contar com o auxílio de Deus. Frente a esse quadro de exigências para o ofício, Benito Arias Montano dizia que após ter escutado atentamente as palavras proferidas pelo duque, respondeu apresentando não apenas os atributos e a formação do amigo que havia sido escolhido para função, mas também relatou muitas de suas experiências em assuntos administrativos, jurídicos e religiosos, assegurando a competência e a capacidade de Ovando para estar à frente do *Consejo de Indias*. A imagem de Ovando apresentada por Arias Montano unia o ideal humanista à posse de habilidades de governança (BRENDENCKE, 2012, pp. 480-481).

Ainda que as palavras do duque de Alba tenham sido postas em papel com a intermediação de Benito Arias Montano – existindo filtros discursivos que não podem ser ignorados³ –, elas nos trazem indicativos das responsabilidades, dos afazeres e dos qualitativos que eram esperados daquele que ocupasse o cargo de presidente do *Consejo*, considerado por muitos, incluindo o próprio Fernando Álvarez de Toledo, um dos mais importantes da Monarquia. O diálogo descrito na carta, mesmo que não esteja transcrito literalmente, foi realizado por dois indivíduos que compunham a esfera de maior poder no governo de Felipe II e reproduz muitas das concepções que eram partilhadas pelos burocratas

² “(...) um indivíduo dotado de engenho que saiba imaginar linhas e medidas e ângulos e portos e campos e animais e plantas e naturezas que não tenha visto muitas [coisas] nem se ajustam com as daqui e os usos e fins delas porque sobre tudo isso há governo e é matéria do [governo] e os que estão lá podem enganar ao que desde aqui governa.”. A carta de Benito Arias Montano foi transcrita e reproduzida integralmente por Marcos Jiménez de la Espada (1891, pp. 32-37)

³ A passagem de um ato comunicativo oral para a escritura já exigia uma transformação significativa em relação ao formato e às maneiras de enunciação. Lembremos que nos círculos cortesãos, a palavra falada era encarada como mais expressiva e menos enganadora que o escrito, ainda que em ambas as formas de comunicação fosse possível tratar de temas diversos (BOUZA, 2002, p. 122). Somado a isto, devemos considerar que a conversa relatada por Arias Montano estava diretamente vinculada ao destinatário da carta, ou seja, a Ovando. Este fato deve ser tomado em conta tanto para reavaliar as informações trazidas pelo remetente quanto aos possíveis silêncios. No processo de escrita da carta, certamente, houve uma seleção e uma reflexão acerca do que deveria ser narrado ao amigo. Seria ingênuo tratar a epístola de Arias Montano como uma transcrição literal das palavras do duque.

e nobres pertencentes a esse círculo. Além disso, a conversa expressa os temas mais relevantes que estavam associados às Índias Ocidentais: a religião, as leis, a guerra, o comércio, as formas de governo e a navegação. Não por acaso, constava nesta lista de requisitos do ofício a capacidade de imaginar os aspectos físicos e naturais dos territórios, abarcando explicitamente também os animais e as plantas, os quais o presidente dificilmente teria visto e nem eram parecidos com as espécies que existiam no velho continente. No capítulo anterior, vimos que esta temática permeava a documentação oficial da primeira metade do século XVI, no entanto, de forma não sistemática e sem especificações mais concretas sobre sua relevância. Na epístola de Arias Montano, escrita em 1571, a fauna e a flora, juntamente com outros aspectos do mundo natural, foram novamente relacionadas às práticas de governança.

Se o verbo imaginar originalmente no latim estava associado à ideia de representar algo na imaginação, ele também carrega, atualmente, o significado de “idear”, “conceber ideia de algo” ou ainda “pensar insistentemente” e “considerar” (HOUAISS, 2008, p. 1573). Para Covarrubias (1611, p. 501), no início do século XVII, imaginar era sinônimo de pensar; uma coisa que não passava pela imaginação era algo que não teria passado pelo pensamento. Assim, ao apontar a capacidade de imaginar os aspectos físicos, os quais não teria visto e diferentes daqueles conhecidos, estaria o duque de Alba defendendo a capacidade do presidente do *Consejo* de transpor as realidades palpáveis e acessíveis aos burocratas da península e, ao mesmo tempo, almejava que este indivíduo fosse capaz de pensar nestas temáticas (e nas demais apontadas antes), consideradas como essenciais para a administração do império ultramarino.

Não sabemos o impacto desta carta nos projetos e nas atividades empreendidas por Juan de Ovando. Tendo em vista aquilo que já havia feito o jurista até o ano de 1571, as ideias reproduzidas por seu amigo na epístola trazem elementos que estavam em consonância com as concepções de governo das Índias Ocidentais aspiradas por Ovando, incluindo a relevância dos temas sobre o mundo natural.

As reformas empreendidas por Juan de Ovando y Godoy no *Consejo de Indias* podem ser consideradas as mudanças mais significativas na instituição desde sua criação. Segundo David Goodman, a partir da década de 1570 (com a atuação de Ovando), houve uma transformação na solicitação e no modo de obtenção de informações sobre as Índias Ocidentais por parte da coroa. As novas investigações requisitadas diferiam das anteriores por sua escala, sua organização e pela forma de inquirição das informações, pautada, após 1577, em questionários (GOODMAN, 1990, p. 90). Conforme pontuamos anteriormente, as

transformações ocorridas na década de 1570 deram origem a novas ordenanças que passaram a regular o organismo. Também foi por meio desta iniciativa que foi criado o cargo de cosmógrafo e cronista maior das Índias, gerando a crônica oficial. Logo, compreender o impacto das reformas Ovandinas e seus aspectos que estavam relacionados ao mundo natural é fundamental para analisar o papel do conhecimento sobre os animais e as plantas americanos dentro das esferas administrativas e políticas entre o final do século XVI e o início do século XVII. Neste capítulo, serão analisadas as medidas e determinações elaboradas pelo *Consejo de Indias* na década de 1570. Ademais, examinaremos o conceito de crônica das Índias enquanto gênero do período, uma vez que foi neste momento que foi criado o ofício de cosmógrafo e cronista maior das Índias. Assim, estudaremos a concepção de crônica formulada pelas ordenanças e outros documentos oficiais.

2.1 Juan de Ovando e o *Consejo de Indias*

Juan de Ovando y Godoy foi um dos indivíduos mais importantes em relação à administração das Índias na segunda metade do século XVI. No entanto, informações biográficas que não estejam relacionadas aos cargos e às funções que ocupou nas estruturas administrativa e eclesiástica da Monarquia Hispânica são escassas. Sabemos que Ovando nasceu em Cáceres, provavelmente, em 1515. Frequentou o Colégio de San Bartolomé, em Salamanca, e nesta cidade obteve a licenciatura em leis⁴. Optou pelo sacerdócio e foi designado ao cargo de juiz diocesano do arcebispado de Sevilha. Foi nesta localidade, segundo Brendecke (2012, p. 320), que teria ingressado à rede de alianças e de patrocínio da qual também faziam parte importantes nomes como o já mencionado Arias Montano, Mateo Vázquez de Leca (?- 1591) e Diego Vázquez de Alderete⁵. Foi conselheiro da inquisição. Em 1564, foi nomeado por Felipe II como visitador da Universidade de Alcalá de Henares, realizando algumas reformas na instituição. Três anos mais tarde, com o apoio do cardeal

⁴ Sobre sua formação e os conhecimentos que detinha, o artigo de Fernando Bouza Álvarez e Alfredo Alvar Ezquerro (1984) traz informações biográficas e sobre os temas de interesses do autor a partir da análise de sua biblioteca. Chama a atenção que além de obras de juristas, de teologia e dos clássicos, encontravam-se entre seus livros alguns dedicados à história, sobretudo, das conquistas espanholas e portuguesas. Como uma biblioteca que mantinha laços estreitos com as ocupações profissionais de seu dono, o conjunto de livros de Juan de Ovando também evidencia um provável desvelo do jurista: após sua nomeação como visitador e presidente do *Consejo*, buscou conhecer mais sobre as possessões ultramarinas. Postura em consonância com o projeto que conduziu dentro do *Consejo de Indias*.

⁵ Poderíamos acrescentar a essa rede, posteriormente, o nome do cronista Pedro de Valencia em razão de suas ligações pessoais e letradas com Benito Arias Montano.

Diego de Espinosa (1513-1572), foi o escolhido para realizar a visita ao *Consejo de Indias*, que teve a duração de quatro anos. Para esta tarefa, Ovando contou com o auxílio de Juan de Ledesma e Juan López de Velasco. Em agosto de 1571, conforme nos conta Arias Montano em sua carta, foi nomeado presidente do *Consejo de Indias*, cargo que ocuparia até a sua morte, quatro anos mais tarde. Em 1574, também foi designado presidente do *Consejo de Hacienda* (FRANCISCO OLMOS, 1997, p. 386). Faleceu em 08 de setembro de 1575. Logo, o envolvimento de Ovando com as Índias Ocidentais iniciou-se apenas nas décadas finais de sua vida, embora, devido a sua estadia em Sevilha, não podemos ignorar o contato (não oficial) com as temáticas americanas.

Como visitador, entre os anos de 1567 e 1571, não apenas avaliou a conduta e o funcionamento do *Consejo de Indias*, mas realizou uma extensa investigação sobre as condições existentes nos territórios das Índias Ocidentais (POOLE, 2004, p. 117). Não coincidentemente, a visita foi realizada logo após a onda conspiratória ocorrida na Cidade do México, em 1566, e orquestrada pelo filho de Hernán Cortés, Martín Cortés Zuñiga (1533-1589)⁶. Assim, o interesse de Juan de Ovando em relação à situação das Índias (em obter conhecimento sobre suas principais características) não poderia ser considerado como um apêndice das atividades realizadas durante a visitação; era uma tarefa central para reformar a instituição e manter a governança e a posse dos territórios indianos. Interrogou (em segredo, conforme era de praxe) testemunhas confiáveis que estavam ou que estiveram na América. Entre os depoimentos e as relações recebidos, havia muitas denúncias de corrupção, de favorecimento de familiares e prevaricação, de mau tratamento dos nativos e falta de zelo dos funcionários reais na execução de suas funções. Também constavam sugestões de mudanças que deveriam ser estabelecidas.

Simultaneamente à visita, foi convocada, em 1568, uma Junta Magna⁷, comandada pelo então presidente do *Consejo de Castilla*, o cardeal Diego de Espinosa, para tratar das principais questões do governo das Índias e formular instruções ao novo vice-rei do Peru, Francisco de Toledo (1515-1582). Compunham a junta membros do *Consejo de Indias* e de outros conselhos. Toledo e Ovando também participaram do grupo reunido. Os principais pontos debatidos estavam ligados à perpetuidade das *encomiendas*, o pagamento de dízimos pelos indígenas, o recolhimento de impostos, o estabelecimento da inquisição, o patronato, as novas descobertas e os povoamentos (SCHÄFER, 2003, p. 169). Segundo Poole (2004, p.

⁶ Havia uma ameaça de separatismo e contestação da autoridade real no movimento liderado por Cortés Zuñiga, que inclusive era mencionada indiretamente nas recomendações feitas por Ovando ao monarca.

⁷ A recomendação da criação de uma Junta Magna e uma reforma no *Consejo de Indias* havia sido formulada anteriormente por Bartolomé de Las Casas (1474-1566) e Luis Sánchez.

138) as informações coletadas por Juan de Ovando durante a visita providenciaram o programa de ações da Junta Magna e ajudaram a direcionar o foco da política imperial. Ainda segundo este historiador, o impacto da visita ultrapassou as ações da Junta, uma vez que Ovando submeteu relatórios e recomendações ao rei.

Em 1569, Ovando enviou interrogatórios para as Índias Ocidentais⁸ que versavam sobre temas como a fazenda, a guerra, os novos descobrimentos e as mercês concedidas. Também requisitou documentos adicionais. Embora tenha como temas principais a verificação do estado da igreja e da missão, bem como abarque somente perguntas de cunho administrativo e demográfico, ou seja, não tenha abordado o mundo natural como área de interesse, a importância deste documento reside em dois aspectos. Em primeiro lugar, porque as respostas a essa solicitação, possivelmente, foram utilizadas por López de Velasco para elaboração de sua crônica, *Geografía y Descripción Universal de las Indias*. Além disso, com a cédula de 1569, os correspondentes americanos foram incluídos no processo de reforma realizado por Juan de Ovando, fornecendo informações sobre a situação daqueles territórios (BRENDENCKE, 2012, pp. 331-332). Tal estratégia também esteve presente nas determinações posteriores. Ovando apresentou, no começo da década de 1570, uma listagem de duzentas perguntas que deveriam ser respondidas por algumas pessoas da corte que tinham experiência nos assuntos americanos⁹ (POOLE, 2004, p. 141) de modo a obter conhecimento daquelas terras.

A partir das investigações realizadas durante a visita, por meio do estabelecimento de interrogatórios e da recopilação dos materiais existentes, Ovando detectou – e informou a Felipe II – que os principais problemas do *Consejo de Indias* residiam na ignorância e na má atuação (corrupção, ócio, suborno etc.) de seus conselheiros em relação aos assuntos que deveriam deliberar e na ausência de organização e de conhecimento sobre as leis existentes.

⁸ Entre os documentos que requisitavam informações sobre as Índias Ocidentais expedidos por Ovando em 1569 estava a *Real Cedula al arzobispo de México para que se cumplimenten las descripciones del licenciado Juan de Ovando*, de 23 de janeiro de 1569.

⁹ Este questionário foi mencionado por Marcos Jiménez de la Espada, que traçou as correspondências entre o documento (provavelmente produzido em 1571) e aquele elaborado posteriormente, em 1577. Segundo o estudioso espanhol, quase todos os temas abordados nas 200 perguntas foram sintetizados nas 50 questões, sendo que as temáticas ligadas ao mundo natural estavam compreendidas em ambos os interrogatórios. Utilizando as correlações estabelecidas por Jiménez de la Espada, podemos concluir que havia cerca de 39 questões ligadas diretamente ao campo da História Natural: o conjunto que compreendia as perguntas 32 a 37 faziam referência aos minerais existentes nas Índias Ocidentais; já as perguntas englobadas entre 53 a 85 demandavam informações sobre os animais e as plantas disponíveis no Novo Mundo e sua possível utilização (JIMÉNEZ DE LA ESPADA, 1897, pp CXIX- CXX). Há indícios que este documento não foi enviado à América e apenas utilizado para obter relatos daqueles que regressavam do continente. Segundo Campos y Fernández de Sevilla (1994, p. 392), as 200 perguntas foram reduzidas às 135 que estavam presentes nas ordenanças de 1573 que serão analisadas mais adiante. Outro ponto importante, atualmente não se conserva nenhum exemplar solto deste questionário. A reconstrução de seus itens, por Jiménez de la Espada e outros, somente foi possível a partir do cruzamento das poucas relações que foram feitas a partir dele.

Como forma de solucioná-los, defendia três medidas: uma reforma estrutural na instituição, a obtenção de informações rigorosas sobre o estado das Índias Ocidentais e a recopilação da legislação existente.

Após seu trabalho como visitador, Juan de Ovando y Godoy foi nomeado como presidente do *Consejo de Indias* e, de forma quase simultânea a sua designação, em 24 de setembro de 1571, Felipe II deu a aprovação real para as novas ordenanças que regulariam as atividades da instituição por mais de meio século: *Ordenanzas Reales del Consejo de las Indias*, confirmando a aceitação das recomendações feitas em razão da visita ao organismo.

2.1.1 Ordenanzas Reales del Consejo de las Indias de 1571, o cargo de cosmógrafo e cronista maior das Índias e conhecimento da fauna e da flora americanas

Como fruto das reformas realizadas por Juan de Ovando, como parte do projeto conhecido como *Recopilación de leyes de Indias*¹⁰, foram promulgadas as *Ordenanzas Reales del Consejo de las Indias*, as quais delimitavam as zonas de atuação do *Consejo de las Indias*, bem como estabeleciam os cargos e as funções associados à instituição. Tratava-se, portanto, de um documento bastante rico e minucioso no que concerne às suas determinações. Entre essas, logo nos parágrafos iniciais, encontrava-se o seguinte trecho:

(...)Porque ninguna cosa puede ser entendida ni tratada como debe, cuyo sujeto no fuere primero sabido de las personas que de ella hubieren de conocer y determinar. Ordenamos y mandamos que los de nuestro Consejo de las Indias, con particular estudio y cuidado, procuren tener hecha siempre descripción y averiguación cumplida y cierta de las cosas del estado de las Indias, así de la tierra como de la mar, naturales y morales perpetuas y temporales, eclesiásticas y reglares, pasadas y presentes, y que por tiempo serán sobre que puede caer gobernación, o disposición de ley, según la orden y forma del título de las descripciones, haciéndolas ejecutar continuamente con mucha diligencia y cuidado¹¹ (CONSEJO, 1585).

¹⁰ O projeto de *Recopilación de leyes de Indias* também é conhecido como código Ovandino (FERNÁNDEZ, 2010). Inicialmente, a recopilação seria formada por sete livros, os quais estariam subdivididos em títulos que estariam organizados da seguinte forma: o primeiro livro referente à governação espiritual (assuntos relativos à Igreja); o segundo livro sobre o governo temporal; o seguinte sobre aspectos da justiça; o quarto e o quinto tratariam, respectivamente, das repúblicas dos espanhóis e dos indígenas; o sexto da fazenda real; e o último abordaria a navegação e a contratação das Índias (BOUZA; ALVAR EZQUERRA, 1984, pp. 83-84). No entanto, apenas foram publicados alguns títulos dos dois primeiros livros. Faziam parte deste projeto de recopilação as *Ordenanzas Reales del Consejo de Indias* e *Ordenanzas para la formación del libro de las descripciones de Indias* de 1573. Ambas compunham o segundo livro.

¹¹ “Porque nenhuma coisa pode ser entendida, nem tratada como se deve cujo assunto não seja conhecido pelas pessoas que dela tiverem de conhecer e determinar. Ordenamos e mandamos que os de nosso *Consejo de las Indias*, com especial estudo e cuidado, procure ter feita sempre a descrição e a averiguação cumprida e certa das

O excerto acima é representativo do interesse da administração por informações acerca do Novo Mundo, visto como requisito para que determinado fato seja bem entendido e tratado, ou seja, para que haja um bom governo¹². Contudo, o conhecimento somente teria validade se estivesse acessível aqueles que deveriam saber e decidir, logo, não era qualquer caminho percorrido pela informação e pelos saberes legítimo ou útil à boa governança. Caberia ao *Consejo* a missão de constituir continuamente uma compilação de dados proveitosos, os quais permitiriam um panorama geral do *estado das Índias* para tais pessoas.

Com palavras como “cuidado”, “diligência”, “averiguação cumprida”, este trecho também reforça uma prudência metodológica, não apenas na coleta de notícias e descrições, bem como na produção de relatos sobre essas terras. Ademais, o excerto das *Ordenanzas Reales del Consejo de las Indias* define, ainda de que modo bastante generalista, as temáticas de interesses que deveriam se ocupar os integrantes da instituição: coisas “la tierra como de la mar, naturales y morales perpetuas y temporales, eclesiásticas y reglares, pasadas y presentes”. Nota-se a tentativa de obter mais informações inclusive sobre o mundo natural, terrestre e marítimo, das Índias Ocidentais. A necessidade e a curiosidade do *Consejo* frente aos conhecimentos sobre a natureza americana não eram novos, como vimos antes, algumas iniciativas anteriores da instituição se preocupavam com esta temática. No entanto, é importante ressaltar que em seu documento regulatório, o mais importante e completo desde sua fundação, o mundo natural passou a constar, juntamente com aspectos fundamentais para consolidação como as questões de governo e da Igreja, como um objeto em que o organismo deveria dirigir certa atenção de forma contínua e diligente, fato por si só significativo. No entanto, as menções a esse interesse não se encerram nesta parte das ordenanças.

Os primeiros capítulos das *Ordenanzas Reales del Consejo de las Indias* contêm disposições gerais sobre o *Consejo de Indias* tais como suas competências e os funcionários que faziam parte de sua composição. Entre os capítulos sete e dezesseis há especificações sobre as tarefas da instituição. As partes seguintes organizavam o trabalho do organismo de maneira coletiva, desde os horários e os dias das sessões até mesmo o processo de tramitação de mercês. O último bloco de capítulos tratava das funções e obrigações individuais de uma

coisas do estado das Índias, assim da terra como do mar, naturais e morais perpétuas e temporais, eclesiásticas e regulares, passadas e presentes... segundo a ordem e forma do título das descrições, fazendo-as executar continuamente com muita diligência e cuidado” (CONSEJO, 1585). Para esta investigação consultamos a versão das *Ordenanzas Reales del Consejo de Indias* publicada em 1585 pelo *Consejo* disponível na Biblioteca General Histórica da Universidad de Salamanca.

¹² Sendo um dos princípios que garantiriam a conservação do Estado, o conhecimento também estaria presente nas discussões acerca da razão de Estado que configuravam parte dos debates políticos do período. Para uma discussão mais aprofundada acerca dos debates em torno da razão de Estado na Monarquia Hispânica, consultar a obra de Marcella Miranda (2014).

parte dos funcionários do *Consejo*: presidente e conselheiros, fiscal, secretário, escrivães de câmara, receptor de penas de câmara e do cosmógrafo e cronista das Índias (SCHÄFER, 2003, pp. 140-142). É justamente na definição das atribuições deste último cargo que os aspectos relativos ao mundo natural retornam às ordenanças.

Foi por meio das *Ordenanzas Reales del Consejo* que o cargo de cosmógrafo e cronista maior das Índias foi criado. Como principal tarefa o ocupante do ofício deveria produzir a descrição contínua do espaço físico, natural e da história das Índias Ocidentais, conforme estabelecido no trecho transcrito anteriormente. Segundo Richard L. Kagan (2010, p. 217), o surgimento do cargo, promovido diretamente ao rei pela figura de Juan de Ovando, estava relacionado à contestação da soberania espanhola sobre as Índias, sobretudo aquela conduzida por outros poderes europeus, como a França e a Inglaterra, nações que não somente visavam invalidar as bulas de doações (1493 e 1494), mas também argumentavam que a crueldade dos espanhóis com os indígenas tornava ilegítima a posse dos territórios indianos pelos espanhóis. A ocupação de cosmógrafo e cronista teria sido criada para elaborar uma resposta frente às imagens desprestigiadas dos súditos e da monarquia hispânica que circulavam pela Europa em relação à temática do Novo Mundo (*Leyenda Negra*). Também deveria controlar as informações geográficas e históricas relevantes ao *Consejo*. Logo, tratava-se de um cargo vinculado diretamente às questões de posse e de representação do império. Também atuava no tratamento da informação e da comunicação.

Como se tratava de um novo ofício, houve um detalhamento das tarefas que o cosmógrafo e cronista maior deveria se ocupar; os seis capítulos finais das *Ordenanzas* eram dedicados a esta pormenorização das atividades. Por meio das descrições gerais e particulares, das relações e dos apontamentos enviados ao *Consejo*, o cosmógrafo e cronista deveria elaborar as tabelas cosmográficas das Índias Ocidentais, definindo a localização das cidades, vilas, mares, províncias, rios e montes, utilizando dados longitudinais e latitudinais, bem como através dos informes das léguas de distância. A partir destes dados, elaborar uma pintura, ou seja, uma representação cartográfica, um mapa. Também deveria orientar e coordenar o cálculo das longitudes por meio dos eclipses lunares (fornecendo instruções e instrumentos necessários) em diferentes partes do continente americano. Deveria recolher e recopilar todos os caminhos e as navegações que existissem entre o território americano e a Espanha. De forma a conservar os feitos memoráveis, o cronista era responsável por escrever a história geral das Índias “con la mayor precisión y verdad que se pueda, de las costumbres, ritos, antigüedades hechos y acontecimientos que se entendieren por las descripciones,

historias, y otras relaciones, y averiguaciones que se enviaren a nos en el consejo”¹³ (CONSEJO DE INDIAS, 1585). Tais narrativas elaboradas pelo ocupante do ofício somente poderiam ser publicadas com a autorização do *Consejo*, ou seja, ainda que o ocupante gozasse de autonomia na escrita de suas obras, estas seriam avaliadas por seus pares, ou seja, por outros componentes da instituição. Por todas as atribuições até agora descritas, evidencia-se, novamente, como o ofício lidava com a questão do trato de dados e de saberes sobre a América espanhola. Estava igualmente vinculado a uma rede de informações, por meio da qual poderiam não apenas ser utilizados documentos disponíveis nos arquivos do *Consejo* (ou em outras partes como Simancas), produzidos no passado por conquistadores e navegadores, mas também novos informes procedentes dos territórios americanos.

De modo semelhante, o capítulo 122 das *Ordenanzas Reales del Consejo de las Indias* definia a questão do segredo em relação aos documentos obtidos, assim como às descrições elaboradas: os papéis e escrituras que necessitasse e as descrições que o cronista tivesse ordenado deveriam ser guardados e mantidos em “secreto, sin comunicar, ni dejar ver a nadie, sino solo a quien por el consejo se le mandare”¹⁴. Nesse sentido, a comunicação (ou sua ausência, o segredo) também era um ponto chave do trabalho a ser realizado pelo cosmógrafo e cronista das Índias.

Contudo, uma das atribuições do ofício ainda não foi apresentada: um dos capítulos que definiam esse ponto era dedicado exclusivamente aos temas de História Natural.

Así mismo, porque las cosas naturales de las Indias sean sabidas y conocidas. El cronista cosmógrafo de Indias, recopile, y vaya siempre coligiendo la historia natural de las yerbas, plantas, animales, aves, y pescados, y otras cosas dignas de saberse, que en las provincias, islas, y mares, y ríos de las Indias hubiere, según que lo pudiere hacer, por las descripciones y avisos que se enviaren de aquellas partes, y por las más diligencias que con autoridad nuestra, y orden del consejo se podrán hacer¹⁵ (CONSEJO DE INDIAS, 1585).

Por meio da leitura deste trecho é possível elaborar algumas considerações. Primeiramente, ainda que não expresse o porquê e por quem, o capítulo transcrito explicita o fato de que a natureza do Novo Mundo deveria ser conhecida, sendo o responsável por tal

¹³ “(...) com a maior precisão e verdade que se possa, dos costumes, ritos, antiguidade e acontecimentos que se entendam pelas descrições, histórias, e outras relações e averiguações que forem enviadas ao *Consejo de Indias*”.

¹⁴ “(...) com segredo, sem comunicar, nem deixar ninguém ver, exceto a quem o *Consejo* mandar”.

¹⁵ “Assim mesmo, porque as coisas naturais das Índias sejam sabidas e conhecidas. O cronista cosmógrafo das Índias recopile, e vá sempre coletando a história natural das ervas, plantas, animais, aves, e pescados, e outras coisas dignas de se saber, que nas províncias, ilhas, e mares, e rios das Índias houver, segundo o que puder fazer, pelas descrições e avisos que se enviarem daquelas partes, e por as mais diligências que com nossa autoridade, e ordem do *Consejo* se poderão fazer” (CONSEJO DE INDIAS, 1585).

tarefa o cronista. No entanto, como componente do *Consejo de las Indias*, o ocupante do cargo residiria junto à corte, não tendo a possibilidade de viajar ao continente americano. Assim, para escrever sobre o mundo natural indiano deveria utilizar as descrições e os avisos já enviados daquelas regiões e, caso necessário, poderia também solicitar outros relatos às autoridades. As *Ordenanzas* ofereceriam, por conseguinte, uma solução aos empecilhos derivados da distância e da dificuldade de contato direto com os assuntos a serem tratados; enfatizariam a escritura como forma de transmissão e conservação do conhecimento, uma vez que o cronista se pautaria nos textos escritos para elaboração de sua crônica. Também ratificariam a possibilidade de estabelecimento de uma rede de informações, utilizando para tanto, novamente, a forma de comunicação escrita. Tais procedimentos de obtenção de dados e de conhecimentos tornariam possível o imaginar apontado pelo duque de Alba.

Além disso, as determinações tornam patente uma concepção específica de História Natural, que englobaria os vegetais e os animais e os categorizaria ao mesmo tempo. O fragmento das *Ordenanzas* corrobora para assinalar a importância do estudo da fauna e da flora para o governo das Índias, uma vez que a temática se fazia presente em um texto normativo, no marco regulatório das funções da instituição. A História Natural, dentro das estruturas da Monarquia Católica, ultrapassava o espaço tradicionalmente conferido ao científico, estando manifesta em discursos não relacionados à visão tradicional de uma comunidade de praticantes (ou seja, de possíveis naturalistas). Considerar esse fato é fundamental na análise da cultura epistêmica envolvendo o campo dos saberes sobre os animais e as plantas no território hispânico.

Em menos de um mês após a aprovação das *Ordenanzas Reales del Consejo de las Indias*, em 20 de outubro de 1571, Juan López de Velasco foi nomeado como primeiro cosmógrafo e cronista maior das Índias. Sua designação para o cargo seguia a recomendação feita por Juan de Ovando, que já ocupava a posição de presidente do *Consejo de Indias*, ao cardeal Diego de Espinosa. Para Ovando, López de Velasco já tinha o conhecimento necessário para executar as tarefas ligadas ao ofício, incluindo a experiência de algum tempo com os papéis das Índias (BERTHE, 1998, p. 150). Em sua nomeação foram reafirmadas algumas obrigações ligadas ao cargo, como recopilar e fazer a história das Índias, ordenar e colocar em forma conveniente as coisas tocantes à cosmografia e a descrição das Índias¹⁶.

¹⁶ “(...) Sirva el officio de chronista cosmographo mayor de los estados y Reinos de las Indias el qual entienda y occupe en recopilar y hazer la Historia General de las Indias y juntamente ordene y ponga en forma conveniente las cosas tocantes a la cosmografia y discripciones de las nuestras Indias...” AGI, INDIFERENTE,426, L.25, p. 126.

Ao analisar a criação do cargo de cosmógrafo e cronista das Índias durante o reinado de Felipe II, Richard Kagan (2010, pp. 231-232), aponta a apreensão do monarca em permitir a escrita de uma crônica oficial que tratasse dos territórios do Novo Mundo. Esse receio apenas foi minimizado com a instituição do cargo, que estava vinculado a uma empresa coletiva, na qual um comissário designado pelo *Consejo de Indias* deveria revisar a obra produzida pelo cosmógrafo e cronista, bem como os membros do órgão¹⁷ seriam responsáveis pela decisão de publicá-la ou não. Assim, os seis últimos capítulos das *Ordenanzas Reales del Consejo* estavam inseridas nesse intuito de delimitar e controlar o trabalho do cosmógrafo e cronista.

Ainda em relação às incumbências do cargo de cosmógrafo e cronista maior das Índias, Kagan acredita que seu papel se assemelhava ao de um juiz e censor. Tal como um árbitro, o cronista cosmógrafo deveria organizar e revisar os manuscritos sobre o Novo Mundo, extraindo informações importantes a serem incluídas em sua história geral. Também deveria fazer algo análogo em relação aos mapas e cartografias produzidos. Como censor, em suas avaliações, o ocupante deveria controlar aquilo que se publicava e difundia sobre as Índias Ocidentais, tendo em vista uma perspectiva estadística de história (KAGAN, 2010, pp. 236-343). Diferentemente de Kagan, acredito que as analogias às funções de juiz e de censor, embora definam muitas das atividades que deveriam ser executadas por este funcionário, não abarcam todos os encargos e as responsabilidades. Obviamente, as tarefas empreendidas pelo cosmógrafo e cronista maior das Índias envolviam o exame das fontes mais críveis e acuradas (dentro dos critérios de veracidade e credibilidade próprios daquela época), bem como alinhadas a um projeto político específico. No entanto, tal vinculação não era exclusividade da crônica oficial, mas uma característica do fazer historiográfico do período. Assim, opto por empregar os verbos “informar-se” e “comunicar” para sintetizar algumas especificidades do trabalho do cosmógrafo e cronista. “Informar-se” ligado à ideia de um tratamento de dados, de informações e de saberes acerca dos territórios americanos. “Comunicar” utilizado não apenas no sentido de difusão das notícias sobre as terras longínquas, mas também associado à noção de domínio dos conteúdos (o que) e de receptores (a quem se destinava) envolvidos no ato de comunicar, ou seja, remetendo a um controle sobre a comunicação. Simultaneamente, o cosmógrafo e cronista maior das Índias estava vinculado à criação de canais comunicativos entre os dois continentes. Juan López de Velasco e seus sucessores (os quais foram apenas cronistas ou cosmógrafos, uma vez que houve a separação das atividades após 1591)

¹⁷ E, obviamente, o monarca teria decisão de veto à publicação ou mesmo de restringir o acesso à obra do cronista oficial, atitude tomada por Felipe II diante da obra de López de Velasco, como veremos adiante.

deveriam recolher, compendiar, requisitar e seleccionar as notícias para suas histórias. Também eram responsáveis por conservar e tornar as informações acessíveis às pessoas que deveriam conhecer e determinar – retomemos o excerto transcrito anteriormente –, ou seja, os membros do *Consejo*. Eram encarregados de formular mecanismos para promover a coleta de dados, como os questionários, criando uma rede comunicativa. Estavam incumbidos da análise das narrativas relacionadas ao continente americano expressas em manuscritos que visavam à impressão, ou seja, examinavam aquilo que poderia ser comunicado a um público amplo e o que deveria ser omitido sobre as Índias Ocidentais. As noções de juiz e censor não abarcam todas essas tarefas por não considerar o cronista como um elemento criador de um canal comunicativo e de transmissão do conhecimento.

O trabalho executado pelo cosmógrafo e cronista maior das Índias e o gênero de escritos conhecido como crônica das Índias, do qual fazem parte os escritos produzidos pelos ocupantes do cargo criado em 1571, serão retomados e discutidos mais adiante. Por enquanto, é importante enfatizar que as informações sobre os aspectos relativos ao mundo natural, incluindo a fauna e a flora, ganharam espaço nos discursos normativos produzidos pelo *Consejo de India*, não sendo mais um elemento esporádico das cédulas e de instruções, como se apresentava décadas antes. O aparecimento da expressão história natural é significativo dessa transformação. No documento que regulou as atividades da instituição por mais de meio século, os saberes relacionados à história natural eram tidos como essenciais para o bom governo e passaram a compor as atribuições de um dos principais cargos do *Consejo*. Além disso, as ordenanças aprovadas em 1571 não devem ser desvinculadas de processos mais amplos que envolviam os setores letrados e burocráticos da Monarquia Hispânica. Elas estavam inseridas nos esforços de legitimação e de constituição de um novo modelo de império inaugurado com a ascensão de Felipe II, que foram comentados no capítulo anterior. As *Ordenanzas Reales del Consejo* ao mesmo tempo em que estabeleciam a estrutura e o funcionamento do órgão responsável pela governança de uma parte fundamental do império, também circunscreviam os elementos que deveriam ser conhecidos e poderiam compor uma determinada representação daqueles reinos, não somente esboçavam um projeto cognitivo em relação ao Novo Mundo, que abarcava diferentes saberes, mas também constituíam uma cultura epistêmica, tal qual pontuado na introdução.

O processo de institucionalização da história natural enquanto área de interesse e atuação do *Consejo de Indias* também pode ser observado nas determinações expedidas nos anos posteriores à aprovação das *Ordenanzas Reales del Consejo*.

2.1.2 A sistematização da coleta de informações: as *Ordenanzas para la formación del libro de las descripciones de Indias* (1573)

A estratégia de envio de cédulas e instruções requisitando informações sobre determinados temas (com uma estrutura similar a de um questionário ou uma listagem de temas) era empregada pela Monarquia Hispânica desde a primeira metade do século XVI, em algumas delas já constava a requisição de descrições sobre os vegetais e os animais dos territórios. Juan de Ovando também havia utilizado este dispositivo ainda como visitador: a *Real Cedula al arzobispo de México para que se cumplimenten las descripciones del licenciado Juan de Ovando* foi expedida 23 de janeiro de 1569 e, como apontamos antes, demandava descrições de aspectos eclesiásticos, demográficos e administrativos. Como presidente do *Consejo de Indias*, Ovando manteve esse recurso como um dos meios de se inteirar daquilo que ocorria nos territórios ultramarinos. Alguns autores, seguindo a proposta de Jiménez de la Espada, mencionam os envios de cédulas e de instruções anteriores à década de 1570 como antecedentes da sistematização de coleta de informações ocorridas no final do século (PONCE, 1991). Buscando evitar uma interpretação linear, optei por não empregar tal classificação nesse conjunto documental (como pode ser observado no primeiro capítulo). Os documentos anteriores a 1570 foram analisados enquanto expressões de uma tradição administrativa e cognitiva que estava presente no governo ultramarino estabelecido pela Espanha e não como precedentes das iniciativas posteriores, uma vez que cada documento foi produzido com objetivos específicos e, por isso, trazem idiosincrasias ligadas às condições de produção. Isso não significa negar que a partir de 1570 houve uma sistematização no modo de coleta e de obtenção de informes e saberes sobre as Índias Ocidentais, tarefa conduzida pelo *Consejo de Indias*; a criação do cargo de cosmógrafo e cronista maior e o estabelecimento de suas incumbências nas *Ordenanzas Reales del Consejo* tornam patente essa tendência que também figurará em medidas posteriores. Esse processo dialogava com as experiências cumuladas nas primeiras décadas do século XVI, sem, no entanto, poder ser considerado como uma evolução das práticas anteriores.

Outras tradições e outros projetos serviram como estímulos ou/e foram pontos de diálogos para as iniciativas de recolhimento de informações e produção de saberes promovidas por Ovando, uma vez que compartilhavam objetivos e modos de conhecer. Entre eles, destaca-se a documentação produzida por Alonso de Santa Cruz¹⁸ (1505-1567),

¹⁸ Nascido em Sevilha em 1505, Alonso de Santa Cruz era filho de um negociante da cidade e muito jovem embarcou na expedição de Sebastián Caboto rumo às ilhas Molucas que também almejava dar a volta no globo

sobretudo, o *Parecer sobre descubrimientos en las Indias*¹⁹, também conhecido como *Memorial de Santa Cruz*, elaborado em meados da década de 1550. Nesse documento, além de defender a ideia de que os novos descobrimentos deveriam ser conduzidos e financiados pela Coroa, o autor estabelecia uma listagem contendo instruções que deveriam ser mandadas aos capitães para recolher informações sobre os novos territórios. Eram dezessete pontos que abarcavam questões como a localização, a posição geográfica (estabelecendo a longitude e latitude), aspectos geográficos, como o relevo e o clima, a hidrografia, as demarcações territoriais e as descrições das cidades. Os modos de governança dos nativos, as religiões, os costumes, os aspectos militares e econômicos dos indígenas também estavam entre os itens a serem tratados. Ademais, não foram omitidos os temas ligados à história natural: quatro pontos do parecer versavam sobre os minerais, os animais e os vegetais encontrados, demandando descrições sobre suas particularidades e usos. Para alguns historiadores, o *Memorial de Santa Cruz* seria também visto como um antecedente da sistematização desenvolvida na década de 1570 (PONCE, 1991, p. XXVIII). É inegável a importância dessa documentação no desenvolvimento das atividades do *Consejo de Indias* no final do século XVI, uma vez que os papéis e os instrumentos de Santa Cruz, após sua morte, passaram a compor os documentos conservados pela instituição, sendo utilizados por Juan López de Velasco como uma das fontes de informação para composição de sua obra. No entanto, ao reconhecer que estes materiais foram usados pelos oficiais do *Consejo* não significa atribuir ao *Memorial* e outros escritos de Alonso de Santa Cruz a matriz cognitiva das ações desenvolvidas pelo organismo na década de 1570. As concepções formuladas por Santa Cruz em seus escritos faziam parte de tradições cartográficas e históricas que eram partilhadas por muitos de seus contemporâneos. Tanto é verdade que, quase simultaneamente (entre 1556 e 1559), Juan Páez de Castro formulava uma listagem de perguntas com um conteúdo que se aproximava em muitos aspectos do *Memorial de Santa Cruz*, porém voltado para o território

terrestre. A expedição fracassou, chegando apenas na região meridional da América do Sul, precisamente na desembocadura do Rio da Prata. Nesta viagem, Santa Cruz passou por Veracruz e Bahamas e reuniu dados cartográficos, geográficos e de história natural (CUESTA DOMINGO, 2004, p. 10). Após retornar à Espanha começou a se dedicar à cosmógrafa e temas correlatos. Em 1536 passou a ser cosmógrafo da *Casa de Contratación*. Passou a compor também a guarda de cem fidalgos que servia a casa do rei. Em 1545 viajou a Portugal, onde teve contato com especialistas e navegadores. Após seu retorno produziu diferentes escritos sobre cosmografia e cartografia. Em 1563, Santa Cruz foi nomeado assessor pessoal do rei em matéria cosmográfica (PORTUONDO, 2009, p. 69). Faleceu poucos anos depois, em 1567. Entre suas obras consta o *Islario General*, embora nenhum de seus escritos tenha sido publicado enquanto era vivo. Uma arca, contendo seus escritos e mapas, passou às mãos de López de Velasco que os utilizou. Para Portuondo (2009, p. 114), parte dos trabalhos de Santa Cruz constituiu um importante precedente do ambicioso projeto iniciado em 1570 pelo *Consejo de Indias*.

¹⁹ AGI, PATRONATO, 18, N.16, R.3. Também publicado na obra organizada por Jiménez de la Espada (1897b, pp. XVIII-XXI).

peninsular²⁰. Assim como o escrito do cosmógrafo sevilhano, o interrogatório elaborado por Páez de Castro é visto por alguns especialistas como o modelo para as instruções que serviram para realizar as relações topográficas da Espanha, as quais, por sua vez, serviram de inspiração para o questionário feito em 1577 e enviado as Índias (MUSSET, 2003, p. 138).

Esta busca por uma genealogia das fontes, no intuito de se obter a matriz de um sistema de coleta de informações e de construção do conhecimento, reside, contudo, um problema: ela torna-se um obstáculo na percepção da confluência das ideias e das práticas existentes no período e que caracterizariam uma cultura epistêmica envolvendo diferentes indivíduos que circulavam em variadas esferas (instituições de governo e eclesiásticas, corte, entre os letrados, nas Índias Ocidentais, na península Ibérica, em outras partes da Europa etc.). Ao buscar no passado um modelo original a partir do qual se constituíram as práticas na instituição, talvez, seja obliterado o fato de que esse conjunto de concepções e práticas provavelmente não possuam uma origem e inspiração única. Mais do que modelos ou precedentes (partindo de uma ideia de evolução linear), os escritos de Páez de Castro, Santa Cruz ou mesmo as cédulas e as instruções enviadas pelo *Consejo* na primeira metade do século XVI (e analisadas no capítulo anterior), ao refletirem experiências administrativas e cognitivas próprias de cada momento de produção, contribuíram na conformação de uma tradição que não apenas delimitava o que deveria ser conhecido, como os objetivos e os modos de conhecer. Não se trata de negar as vivências e os saberes cumulados nas décadas anteriores, mas entender a sistematização da coleta de informações e da produção de conhecimentos da década de 1570 em diálogo com uma cultura epistêmica do período, que abarcava esse conjunto de conhecimentos, estratégias e tradições cognitivas, mas reelaborando-o a partir de novas necessidades e novas experiências. Dentro desse cenário, no que tange ao conhecimento da fauna e da flora americanas, os documentos da década de 1570 forjam uma determinada concepção de História Natural – um projeto de como conhecer, mas também um conceito a ser utilizado para delimitar o que conhecer.

Assim, como parte desta sistematização, no ano seguinte à aprovação das *Ordenanzas Reales del Consejo* e da nomeação de Ovando como presidente da instituição, em 1572, foi enviada a diferentes partes do território americano – Nova Espanha, Quito, Peru, Panamá, Guatemala, Santo Domingo, Nova Galícia, Nova Granada, Chile e Charcas – a *Real Cedula para que se reúnan y envíen todas las descripciones memoriales, informes y cualesquier*

²⁰ Em 1575 foi enviado às cidades da península sob o governo de Felipe II um questionário contendo pontos que demandavam informações históricas, geográficas e econômicas de cada uma das localidades. Na carta enviada às autoridades civis e eclesiásticas, Felipe II afirmava que reforçava a necessidade de uma descrição particular dos povoados. As respostas a este interrogatório ficaram conhecidas como *Relaciones Topográficas de España*.

datos, de 16 de agosto de 1572, solicitando a reunião e o despacho de materiais que tivessem dados que abrangessem todos os eventos e as descobertas desde a chegada dos europeus e mesmo anteriores a esse acontecimento. Logo nas primeiras linhas do documento, foram ratificadas a necessidade de informações por parte do *Consejo* e a importância da conservação do conhecimento daquilo que ocorria ou que se encontrava nas Índias, aspectos que estavam associados ao cargo de cosmógrafo e cronista maior das Índias, recém criado.

Sabed que deseado que la memoria de los hechos y cosas en esas partes se conserva y que en el nuestro Consejo de las Indias haya noticia que debe haber de ellas y de las otras cosas de esas partes que son dignas de saberse, hemos proveído persona cuyo cargo sea recopilarlos y hacer historia de ellas...²¹.

Adiante, o texto requeria a coleta e a cópia de histórias, narrativas, comentários e relatos que contivessem informes variados sobre os territórios americanos. Entre esses documentos, também estariam aqueles que descrevessem “de la descripción de la tierra, naturaleza y calidades de cosas de ella”²². A cédula mandava que os presidentes e ouvidores solicitassem os materiais a pessoas que os tivessem em seu poder tais registros ou ainda buscassem em arquivos, ofícios e escritórios da governação onde pudessem ser encontrados. Os relatos e documentos solicitados deveriam ser feitos por escrito (enviados os originais ou cópias), atendendo não apenas a exigência de superar as distâncias, mas uma aspiração em conservar a memória dos feitos e das coisas das Índias, conforme o documento deixa explícito, garantindo que tais informações e saberes se mantivessem disponíveis ao longo do tempo. Os conhecimentos acerca do mundo natural estavam entre os assuntos que deveriam ser preservados através de sua escritura.

Para Brendecke (2012, p. 333), as consultas de 1569 e de 1572, realizadas sob o comando de Ovando, não pretendiam guiar uma observação empírica local, senão organizar a recopilação de documentos já existentes. No entanto, acredito que o afã recopilador envolvido nestas medidas do *Consejo de las Indias* estava associado à ambição de obter informações e, utilizando a fórmula presente nos documentos, ao desejo de “conservar a memória”, manter os documentos referentes aos territórios americanos reunidos, guardados e disponíveis nas arcas

²¹ “Sabeis que desejando que a memória dos fatos e coisas ocorridas nessas partes se conserve e que no nosso *Consejo de las Indias* se tenha a notícia que deve ter delas e das outras coisas dessas partes que sejam dignas de se saber, nomeamos uma pessoa cujo cargo seja recopilar e fazer história delas.” *Real Cedula para que se reúnan y envíen todas las descripciones memoriales, informes y cualesquier datos*, 16 de agosto de 1572. Este documento foi reproduzido na obra organizada por Solano (1988).

²² “(...) a terra, a natureza e qualidades das coisas delas.”

da instituição ou de seus próprios funcionários²³. Não por acaso, essas consultas tinham a escrita como forma de comunicação privilegiada, dada sua capacidade de fixação e preservação das ideias. Todo esse processo será corroborado pelas medidas posteriores – 1573 e 1577 –, como veremos a seguir.

Provavelmente elaboradas ainda em 1571, as *Ordenanzas Reales para la formación del libro de las descripciones de Indias*²⁴ foram sancionadas por Felipe II apenas dois anos depois. Assim como as medidas anteriores, as *Ordenanzas para formación de las descripciones* estavam relacionadas às reformas promovidas por Juan de Ovando, as quais contavam com a participação de Juan López de Velasco. Ao serem aprovadas pelo monarca, as ordenanças de 1573 passaram a ter caráter de lei perpétua²⁵ e a fazer parte do Livro II do projeto de *Recopilación de las Leyes* comandado por Ovando (PONCE, 1991, p. XXXIV). As *Ordenanzas para formación de las descripciones* tinham como objetivo central a padronização do sistema de coleta de informações e de averiguações sobre os territórios das Índias Ocidentais, as quais eram essenciais para produção do *libro de las descripciones*. O modelo proposto também previa atualizações contínuas, para que a governança se efetivasse da maneira mais adequada e a partir de informações acuradas. Segundo Pilar Ponce Leiva (1988b), ainda que houvesse tentativas de coleta de informações desde o século XV, apenas em 1573 houve uma sistematização de caráter mais geral e preciso.

De acordo com as *Ordenanzas para la formación de las descripciones*, eram necessárias averiguações, descrições e relações sobre o estado das Índias Ocidentais para que aqueles que governassem pudessem melhor compreender os territórios e, conseqüentemente, realizar uma governança mais acertada, ou seja, reproduzia-se uma retórica da necessidade de conhecimento para a administração daquelas partes. O documento, nos parágrafos iniciais, tornou a expressar algo já presente nas *Ordenanzas del Consejo*, ou seja, a necessidade de “inteira notícia” para o bom governo e destacou que esta não era uma iniciativa nova: anteriormente, teriam sido entregues “*instrucciones, cédulas y provisiones en que se ha*

²³ Ainda que Arndt Brendecke (2010) aponte a pequena significância operativa do arquivo para as atividades do *Consejo de Indias*, no caso dessas medidas voltadas para recopilação de materiais podemos pensar na relevância de sua posse como parte do arquivo necessário para a escrita da crônica das Índias.

²⁴ De forma a sintetizar o texto e facilitar a leitura, as *Ordenanzas para la formación del libro de las descripciones de Indias* serão designadas como *Ordenanzas*, de 1573, ou *Ordenanzas para formación de las descripciones*. Já as *Ordenanzas Reales del Consejo de las Indias* poderão ser denominadas como *Ordenanzas del Consejo*. Portuondo chama as *Ordenanzas* de 1573 como *Título de las Descripciones*. Utilizarei a versão publicada por Francisco de Solano (1988). Os originais podem ser consultados no *Archivo de Indias* (AGI, Indiferente General, 427, L. 29, fols 5-66) e digitalizados através do Portal de Archivos Españoles (www.pares.mcu.es).

²⁵ “(...) mandamos de lo suso dicho hacer ley general que obligue a toda persona y en todo tiempo y lugar y que se ponga em este nuestro libro...” (CONSEJO, 1988, p. 17)

ordenado y mandado a las nuestras justicias y gobernadores de las Indias, que hiciesen averiguación y descripción de la tierra y la enviasen al nuestro Consejo”²⁶ (CONSEJO, 1988 [1573], pp. 16-17). A ausência de informações era explicada pelo documento como resultado da falta de envio, por parte das autoridades indianas, daquilo que foi solicitado e/ou em razão da remessa de relatos incompletos ou descontínuos (esparso ao longo do tempo). Assim, simultaneamente, as entidades institucionais e as pessoas nelas envolvidas, no caso o *Consejo*, seus membros, a monarquia e o rei, eram eximidas de uma prática descuidada frente aos assuntos americanos e ressaltava-se a importância da realização de tais medidas para a administração acertada daquelas terras. A explicação para este juízo negativo em relação às informações disponíveis pelo *Consejo de Indias*, bem como no que concerne à atuação das autoridades locais em prover as informações necessárias, talvez esteja ligada ao trabalho que era executado por López de Velasco, que, na mesma época, escrevia sua crônica oficial e poderia estar encontrando dificuldades em obter informações nos papéis existentes na instituição, ainda que várias cédulas tenham sido expedidas por décadas solicitando tais dados. Também era apontado como um motivo para que houvesse tal iniciativa de recolhimento, de constituição de um conhecimento completo e atualizado continuamente e a produção de um livro descrevendo todos os aspectos das Índias o fato de que com a promoção para outros cargos ou/e a morte dos funcionários, muitos oficiais deixavam suas posições vacantes, sendo substituídos por novos funcionários, os quais obteriam *entera noticia* por meio da consulta dos livros e, conseqüentemente executariam suas tarefas de maneira mais fácil e efetiva.

Para evitar novamente o não cumprimento das solicitações, as *Ordenanzas para formación de las descripciones* evidenciavam não apenas a necessidade de informações sobre as Índias, mas, em seus 135 capítulos, determinavam a quem cabia recolher os dados exigidos, as temáticas abordadas, o modo de realização e a ordem que deveriam ser apresentados os livros das descrições, explicitavam também possíveis punições em caso de negligência²⁷.

Os primeiros capítulos da *Ordenanzas* de 1573 definem questões e objetivos gerais, bem como as pessoas (ou os cargos) responsáveis por executar as descrições e elaborar o livro com as relações. Entre aqueles apontados como encarregados de tais tarefas estavam não

²⁶ “(...) instruções, cédulas e provisões em que se ordenou e mandou a nossas justiças e nossos governadores das Índias que fizessem averiguación e descrição da terra e a enviassem ao nosso Consejo.”

²⁷ “(...) [as ordenanças] tratan tres cosas: la primera, de las personas que están obligadas a hacer las dichas descripciones; la segunda, de las cosas de que se ha de hacer descripción, averiguación y relación; la tercera, de la orden y forma que se ha de tener en la hacer.” (CONSEJO, 1988)

apenas os oficiais e indivíduos que as executariam diretamente, mas as autoridades que deveriam ordenar e supervisionar os trabalhos. Eram eles os membros do *Consejo*, os clérigos, os vice-reis, os governadores, os oficiais da fazenda, os fiscais, os visitantes, os juízes, os alcaides, as autoridades locais, os caciques, os capitães entre outros, em resumo: “*Cualquiera de nuestros súbditos y vasallos que estuvieren y residieren o anduvieren por cualquier parte de las Indias, que supieren y entendieren las cosas de ellas, les encargamos y mandamos que hagan relaciones ciertas y verdaderas, y las envíen.*”²⁸ (CONSEJO, 1988 [1573]). Segundo Ponce Leiva (1988a), muitos eram os informantes, os quais estavam organizados em uma estrutura piramidal de encaminhamento das informações, cujo cume seria o *Consejo de Indias*. Percepção compartilhada por Portuondo (2009, p. 126), que afirma que cada unidade administrativa do Novo Mundo era encorajada a conhecer seu próprio território e negócios, mas proibida de aprender sobre o todo. A distribuição da exigência de informar entre variados indivíduos, incluindo todos os súditos que tivessem capacidade e conhecimento, também estaria talvez associada à percepção da complexidade e amplitude de tal tarefa, que envolvia saberes e áreas diversas. A divisão poderia, ainda, ser uma estratégia visando o recebimento de informações, mesmo que de forma parcial (sem abarcar todos os aspectos). Uma explicação inversa também é possível: dentro de um cenário de segredos e espionagens, a separação da informação dificultaria o acesso de indivíduos indesejados ao conjunto total de dados a serem obtidos pela Coroa. No entanto, tendo em vista as iniciativas anteriores da instituição, acredito serem mais factíveis os dois primeiros aspectos²⁹. Outra característica almejada pela ordenança de 1573 – evidenciada, inclusive, em seu quarto capítulo – era a busca por uma abordagem que partisse do universal e chegasse ao particular de cada governação.

Os capítulos seguintes das ordenanças definiam as matérias que deveriam ser descritas: a cosmografia, a corografia, a hidrografia, os aspectos administrativos, legislativos, de fazenda e eclesiásticos, a história moral, dos descobrimentos e das conquistas e a história natural. Também deveriam ser relatados as cidades, as vilas e os povoados existentes, fossem eles ocupados por nativos ou espanhóis, bem como teriam que ser descritos os conquistadores, os povoadores e os indígenas que vivessem em cada localidade. Ademais, era

²⁸ “(...) quaisquer de nossos súditos e vassallos que estiverem e residirem ou andarem por qualquer parte das Índias, que saibam e entendam as coisas delas, o encarregamos e mandamos de que façam relações certas e verdadeiras, e as enviem.”

²⁹ Não se descarta aqui a questão do sigilo e do quão estratégicas eram as informações pretendidas pelas *Ordenanzas* para o governo hispânico, porém, o modelo proposto pelo documento está configurado de modo a estimular mais o envio de dados que a manutenção dos relatos em segredo de Estado.

obrigatória a investigação sobre as crenças dos nativos que ainda existissem e as obras pias a serem cumpridas.

A maior parte dos capítulos, cerca de 90 dos 135 totais, versava sobre o modo de realização da coleta e do relato das descrições, assim como sobre a ordenação de tais informes. Compartilhando das ideias de Pilar Ponce Leiva (1989), acredito que a ênfase nas formas de recolhimento e de organização das informações pode ser explicada pela pretensão das *Ordenanzas para formación de las descripciones* em estabelecer uma regra geral, um sistema, capaz de dar conta de uma grande quantidade de informantes e da necessidade de informações profundas e minuciosas sobre o continente americano.

Ainda que não ocupassem a maior parte das *Ordenanzas*, a definição das matérias a serem investigadas e descritas é central para o estabelecimento dos interesses do *Consejo de las Indias*. Como mencionei acima, entre esses assuntos estava a História Natural, descrita no capítulo 17:

(...) 17. La Historia Natural perpetua de cada región y provincia y de cada lugar, y especialmente las naciones de hombres que hay y las naturalezas y calidades de ellos, animales de la tierra, bravos y silvestres, y animales domésticos y mansos, aprovechamientos que tienen, cómo cazan, crían, benefician y podrían beneficiar, pescados de las aguas, utilidad de ellos; cómo los pescan, aprovechan y podrían aprovechar; aves bravas y domésticas, cómo las cazan, crían, aprovechan y podrían aprovechar; animales, insectos y serpientes y los aprovechamientos que de ellos sacan y los más que podrían sacar; árboles y plantas silvestres y de cultura para madera, leña, fructíferos naturales de la tierra y llevados de España y los aprovechamientos que cada uno tiene y los más que podrían tener; hierbas silvestres y de cultura, aprovechamientos que tienen, cómo las benefician y podrían beneficiar; mineros de oro, plata, hierro, acero, cobre, estaño y otros metales; sal, alumbre, colores y otros mineros y de piedras preciosas y pesquerías de perlas, lo que de cada cosa se beneficia y por qué orden y los más que podrían beneficiar; enfermedades que hay comúnmente, las medicinas, beneficios y remedios para ellas³⁰.

No que concerne ao estudo do mundo natural, nota-se que as *Ordenanzas para formación de las descripciones* estavam em consonância com as medidas elaboradas nas

³⁰ “(...)17. A História Natural perpétua de cada região e província e de cada lugar, e especialmente as nações de homens que há e as naturezas e qualidades deles, animais da terra, bravos e silvestres, e animais domésticos e mansos, aproveitamentos que têm, como os caçam, criam, benefician e poderiam beneficiar, pescados das águas, utilidade deles; como os pescam, aproveitam e poderiam aproveitar; aves bravas e domésticas, como as caçam, criam, aproveitam e poderiam aproveitar; animais, insetos e serpentes e os aproveitamentos que deles tiram e os que mais poderiam obter; árvores e plantas silvestres e de cultura para madeira, lenha, frutíferas naturais da terra e levados da Espanha e os aproveitamentos que cada um tem e os mais que poderiam ter, ervas silvestres e de cultura, aproveitamentos que têm, como as benefician e poderiam beneficiar; minerais de ouro, prata, ferro, aço, cobre, estanho e outros metais; sal, alumínio, cores e outros minerais e de pedras preciosas e pesca de pérolas, o que de cada coisa se beneficia e por qual ordem e como poderiam se beneficiar mais; enfermidades que há em cada terra comumente, os medicamentos, benefícios e remédios para elas.” O documento encontra-se disponível no Archivo General de las Indias (AGI, IG-427, L.29, f. 5v-66v) e foi publicado integralmente por Solando (1988).

Ordenanzas Reales del Consejo de Indias sobre o tipo de informação que deveria estar presente nas atividades do *Consejo*. De certa forma, as determinações de 1573 complementavam aquilo estabelecido dois anos antes, definindo parte dos instrumentos para que o cosmógrafo e cronista e outros funcionários pudessem produzir conhecimentos acertados e pertinentes sobre as Índias Ocidentais.

Envolvendo as características perpétuas de cada região, ou seja, aquelas não deixariam de existir ao longo do tempo, a História Natural reivindicada pelo documento oficial se encarregaria de tratar das qualidades físicas dos homens nativos das Índias, bem como descreveria os animais, as plantas e os minerais existentes naquela parte do globo. A perenidade daquilo que se encontrava na natureza era o caráter distintivo da História Natural e foi reforçada em um dos capítulos seguinte, em que se determinava que fossem descritas as coisas naturais e perpétuas das Índias, aquelas que não variam ou muito raramente se mudam³¹. Nesse sentido, nas *Ordenanzas* de 1573, estabeleceu-se um limite do que deveria tratar essa área do saber, isto é, aquilo do mundo que não pode sofrer alteração, excluindo-se assim o universo humano dos hábitos, da crença, das formas de organizar etc. A noção de História Natural expressa na delimitação proposta pela ordenança se aproximava, em muitos aspectos, das ideias bíblicas e teológicas de definição da natureza. A História Natural englobaria os elementos derivados da criação de Deus e, por isso, inalteráveis por meio da vontade humana. Mesmo que abarque os aspectos físicos dos indígenas, nota-se uma separação entre os assuntos próprios do homem em sociedade e os temas que eram encarados como relativos à natureza.

A concepção de História Natural envolvia as características invariáveis presentes no mundo natural e era corroborada pela definição de História Moral evidenciada no capítulo 18 das *Ordenanzas para formación de las descripciones*, que deveria tratar dos aspectos circunstanciais e variáveis. Para esse documento, os relatos sobre os descobrimentos e as conquistas de cada província, bem como as descrições dos povos nativos e aquilo que se relacionava a seus reinos, suas religiões, suas línguas, seus governos, seus alimentos e suas bebidas, suas moradias, seus tributos, entre outras características, eram encaradas como tema de estudo da História Moral. Nota-se uma divisão entre a história natural e a história moral, separação que também estava presente em outros escritos do período, inclusive intitulado obras como a já citada *Historia Natural y Moral de las Indias* de José de Acosta. Conforme

³¹ “(...) en esta ley mandamos poner el orden y forma que se ha de tener en describir las cosas naturales que en las Indias se hallan que tienen perpetuidad y no reciben variación o muy raras veces se mudan de que conviene tengan noticia los que gobiernan para saber lo que tienen de mandar y proveer acerca de ellas.” (CONSEJO DE INDIAS, 1573)

mencionado antes, remontando a tradições clássicas, com o uso deste binômio pretendia-se estabelecer um sentido de unidade no modo de compreender determinada região, uma visão de conjunto. Para Fermín del Pino (2000, p. 305), o primeiro escrito a distinguir esses dois campos e a ordenar a narrativa a partir dessa separação teria sido as *Ordenanzas para formación de las descripciones*. Segundo o historiador espanhol, o jesuíta Acosta, por meio de seu contato com os documentos oficiais e com os funcionários reais, como os vice-reis, teria reproduzido esse modelo em sua obra, dando longevidade ao tipo de narrativa. As considerações de Fermín del Pino reforçam a interpretação de que o *Consejo de Indias* não pode ser visto apenas como uma parte do aparelho burocrático e administrativo da monarquia, deve ser encarado também como um espaço de produção e circulação de saberes.

Além disso, as *Ordenanzas* de 1573 evidenciam como os documentos produzidos pela instituição constituíam conceitos e delimitavam campos cognitivos. Documentação que, para além dos deveres e determinações expressos, era apropriada por diferentes sujeitos, adquirindo novos sentidos e atribuições. O caso de José de Acosta é emblemático em razão do dilatado alcance geográfico e temporal e das possíveis influências de sua obra, ou seja, segundo a interpretação de del Pino, ao ter contato com as ordenanças o jesuíta difundiu sua conceituação através de sua obra – algo que também reconhecemos. Entretanto, sabe-se que as *Ordenanzas para formación de las descripciones* e outros questionários e documentos que continham concepções semelhantes foram impressos e distribuídos a uma vasta gama de indivíduos no continente americano. Circunscrever o impacto destes documentos oficiais apenas à obra de José de Acosta, atribuindo ao padre inaciano a gênese de uma escola literária-científica (que usa a ideia de uma história natural e moral), é ignorar outras ressonâncias dentro da cultura letrada hispânica. Em sentido inverso, creditar a origem do binômio às *Ordenanzas* de 1573 também é desconsiderar a imbricação de ideias presente no universo letrado do qual muitos dos funcionários do *Consejo de Indias* faziam parte. Ainda que *Ordenanzas para formación de las descripciones* tenham sido o primeiro documento a enunciar uma história natural e moral, assinalar um marco inicial não permite visualizar os amálgamas e as sobreposições que compunham as formas de conhecimento no período e eram partilhadas naquele momento.

Evitando a discussão sobre o pioneirismo das ordenanças de 1573, María M. Portuondo (2009) assegura que o estabelecimento das duas categorias (moral e natural), foi fundamental para que Ovando configurasse uma estrutura conceitual capaz de organizar eficazmente a informação sobre as Índias Ocidentais. Pilar Ponce (PONCE, 1991, p. XXXI), por sua vez, afirma que o gênero de História Natural e Moral proporcionou a pauta dos

interrogatórios. Ao considerar o homem como um elemento a mais da natureza, sendo o moral sustentado sobre o natural, as variadas temáticas almejadas pelos questionários seriam obtidas, sem que se tornassem temas desconexos. A visão de conjunto que fazia possível uma valorização reflexiva e explicativa das informações coletadas é vista por Ponce como elemento que garantiu o sucesso do binômio História Natural e Moral nas narrativas sobre o continente americano. No entanto, acredito que o gênero História Natural e Moral carregava uma retórica imperial que coordenou o modo de apreensão das Índias. Englobava em conjunto fatores distintos formando um quadro “total” dos territórios, porém nesse cenário cognitivo almejado, simultaneamente, também delimitava aquilo que deveria ser conhecido, fixava a cognoscibilidade. Não por acaso o gênero se faz presente em um texto normativo como as ordenanças de 1573.

O discurso jurídico nunca foi destituído de conceituação; o conceituar nas leis é um exercício de poder e uma tarefa necessária para estabelecer a norma e sua transgressão. Sem negar esse aspecto dos textos legais, nem mesmo o inverso, ou seja, a influência e a apropriação do modelo discursivo jurídico no estabelecimento de conceitos em diferentes área do saber, acredito que as *Ordenanzas para formación de las descripciones* evidenciam a existência de fronteiras fluídas, nas quais os conhecimentos científicos passaram a compor textos normativos. Talvez a formação e a experiência de Ovando como legislador sejam responsáveis por esta presença e tenham coordenado os modelos cognitivos do *Consejo* ou – explicação que creio ser mais válida – as categorias e as divisões que hoje separam os discursos jurídico e científico não tinham as mesmas configurações e impermeabilidades, sendo esferas que podiam se imiscuir. María M. Portuondo (2009, p. 136) afirma que as *Ordenanzas* de 1573 não escaparam da influência que a cultura jurídica exercia na sociedade espanhola do final do século XVI. Sem desconsiderar essa característica, se levarmos em conta que no período juristas, pensadores políticos e historiadores estavam envolvidos no mesmo projeto de construção de um modelo imperial para os territórios sob o domínio de Felipe II, conforme pontuou Fernández Albaladejo (1992), o permear dos discursos jurídicos e científicos (no caso a definição de áreas do saber que está presente nas ordenanças de 1573) deve ser pensado para além do amplo espaço que tinham as leis na Espanha quinhentista, necessita ser analisado como parte das projeções e representações forjadas naquele momento.

Retomando o conteúdo do capítulo 17 das ordenanças, apesar de uma perspectiva que pressupunha a compreensão das Índias em seu conjunto, a distinção entre o natural e o moral evidencia que os animais, as plantas e os minerais também eram encarados pela estrutura administrativa espanhola como elementos que configuravam uma área cognitiva dotada de

especificidades, motivando interesse e constituindo um campo de estudo particular que, no entanto, poderia ser essencial no condicionamento das ações e da colonização das novas terras. A preocupação com a fertilidade e com o tipo de vegetais encontrado era sintomática dessa percepção e relação.

O capítulo 17 das *Ordenanzas* de 1573 também enfatizava que a História Natural deveria tratar dos usos das diferentes espécies relatadas. Os verbos aproveitar e beneficiar foram constantes e indicavam um entendimento utilitário da natureza. A procura por mercadorias e recursos que pudessem gerar lucros à coroa ou ainda garantir uma ocupação efetiva era incentivada e a requisição de informações referentes a esses aspectos faziam parte de instruções e cédulas anteriores. A tônica utilitarista também estava presente em textos coetâneos que versavam sobre o mundo natural de outras partes do mundo, como demonstrou Keith Thomas (1988) em sua análise sobre a Inglaterra. Não obstante, as determinações contidas no registro de 1573 traziam elementos específicos relativos ao continente americano. Elas evidenciavam o impacto causado pelas espécies oriundas do Novo Mundo, as quais representavam simultaneamente desafios, uma vez que deveriam ser incorporadas ao conjunto de conhecimentos partilhados pelos europeus no período, e possibilidades, de geração de riqueza, de aproveitamento, não apenas à Coroa, mas a diferentes indivíduos, tais como estudiosos, conquistadores, comerciantes, boticários etc. Na tentativa de incorporação da fauna e da flora no repertório de conhecimentos do Ocidente, os proveitos e os benefícios obtidos das espécies poderiam ser caminhos para a cognição e a classificação dos animais e dos vegetais americanos. A pesquisa por recursos naturais era um dos objetivos almejados pelas ordenanças, mas as intenções do *Consejo* ao recolher informes sobre animais, plantas e minerais não podem ser circunscritos a essa motivação, dialogavam com outras práticas vigentes e relacionadas à História Natural.

Em seu título, as *Ordenanzas* de 1573 já tornavam patente o caráter descritivo do conhecimento almejado, inclusive no que concerne à História Natural. Dedicada a descrever os animais, as plantas e os minerais (assim como seus usos), a História Natural como foi apresentada pelas *Ordenanzas para formación de las descripciones* coloca em evidência um aspecto muitas vezes ignorado pelos estudiosos contemporâneos desse campo de saber, isto é, a sua conexão com o conceito de história, aspecto ainda mais visível ao relacionarmos o binômio natural e moral que separava e qualificava o tipo de história almejado pelas determinações. Este vínculo é ratificado quando são analisados os significados atribuídos ao termo história em alguns dicionários e obras do período. Em princípios do século XVII, Sebastián Covarrubias, em seu *Tesoro de la Lengua Castellana o Española*, afirmava que

poderia ser considerada uma história qualquer narração ou exposição de acontecimentos passados cujo autor tivesse sido testemunha ocular ou que pautasse suas narrativas e escrituras em bons originais e em autores fidedignos. Entretanto, a definição não se encerrava nessa descrição, Sebastián Covarrubias continuava: “*qualquiera narración que se cuente, aunque no sea con este rigor, largo modo se llama historia, como historia de los animales, historia de las plantas, etc. Y Plinio intituló su gran obra a Vespasiano emperador, debaxo del título de Natural historia*”³² (COVARRUBIAS, 2013 [1611]). Ainda no século XVII, o dicionário francês de Antoine Furetière – *Dictionnaire universel, contenant généralement tous les mots françois tant vieux que modernes, et les termes de toutes les sciences et des arts* (um dos primeiros do gênero) –, definia o verbete “História” como a descrição e a narração das coisas como elas são ou das ações como elas passaram ou poderiam ter passado. Era também “a descrição das coisas naturais, dos animais, vegetais, minerais etc.” e mencionava Plínio, Aldrovandi, José de Acosta, Aristóteles e Mattioli³³. Encarar a História Natural do início do período moderno em sua historicidade pressupõe evidenciar seu vínculo com o conceito de História. Assim, um primeiro sentido que pode ser atribuído à História Natural é o de narrativa das coisas da natureza. Entretanto, torna-se também evidente que a noção de História do período, e de História Natural por consequência, vinculava-se, segundo a estruturação aristotélica do conhecimento, a um tipo de saber descritivo, preparatório e inferior ao conhecimento demonstrativo e causal, que marcava a filosofia (KUSUKAWA, 2006, p. 76). Conforme pontuou Brian Ogilvie (2006, p. 7), diferentemente de períodos posteriores, a História Natural praticada no período renascentista, entre os séculos XV e XVI tinha a descrição como ponto central de preocupação; os naturalistas europeus se envolveram com problemas práticos e teóricos da atividade descritiva do mundo natural.

Neste sentido, as *Ordenanzas para formación de las descripciones* estavam em consonância com os princípios que coordenavam a construção dos saberes ligados à História Natural, sobretudo, ao demandar um saber descritivo da fauna, da flora e dos minerais encontrados nas Índias Ocidentais e se preocuparem com os meios de obtenção de tais relatos, definindo não somente os responsáveis, mas os mecanismos e métodos empregados na produção dos escritos e que deveriam ser enviados ao *Consejo de Indias*. Se a História

³² “(...) qualquer narração que se conte, ainda que não seja com este rigor, de modo geral se chama história, como a história dos animais, história das plantas etc. E Plínio intitulou sua grande obra a Vespasiano imperador debaixo do título de Natural História

³³ “(...) il se dit de la description de choses naturelles, des animaux, vegetaux, mineraux etc. Pline est le plus fameux auteur de l’ Histoire Naturelle. Il y a 18 volumes d’Aldrovandus de l’Histoire Naturelle. Acosta a écrit de Histoire Naturelle des Indes. Aristotle a écrit 10 livres de l’Histoire Naturelle des animaux. Mathiole a commenté de l’Histoire Naturelle de Dioscòride” (FURETIÈRE, 1690). Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k50614b> Acesso em: 20 Jun. 2013.

Natural renascentista era uma ciência da descrição, como define Ogilvie, a formação de um livro dedicado somente à descrição dos aspectos naturais das Índias Ocidentais, conforme previam as ordenanças, pode ser um elemento elucidativo deste anseio de reconhecimento e narração da diversidade de espécies dos reinos animal e vegetal, bem como os elementos minerais. Novamente, as *Ordenanzas* de 1573 evidenciam como o *Consejo* e seus membros estabeleciam diálogos com as tradições e as discussões científicas que lhes eram contemporâneas e marcavam o cenário letrado não apenas dentro dos territórios da Monarquia, mas da Europa como um todo.

Além disso, no documento de 1573, é possível perceber uma classificação das espécies, ainda que pautada nas relações humanas. A flora estava dividida entre árvores, plantas e ervas, que poderiam ser qualificadas como silvestres ou de cultura, naturais da terra ou trazidas da Espanha e segundo as possibilidades de usos relativas (frutíferos, para lenha). Um pouco mais complexa era a distribuição da fauna, segundo a ordenança, havia uma diferenciação entre animais terrestres, peixes, aves, insetos e serpentes. De certa forma, existia uma associação entre o modo de entender os seres vivos e suas relações com os ambientes em que viviam. Essa relação era bastante comum no período, presente inclusive em algumas crônicas das Índias, nas quais, por exemplo, muitas vezes os morcegos constavam em partes dedicadas às aves, bem como peixes-boi estavam agrupados junto aos pescados³⁴. Somada a essa classificação, estava a separação entre animais mansos e bravos, domesticados e silvestres. Portanto, parte do entendimento do mundo natural estava pautada em critérios antropocêntricos e nos espaços onde viviam as espécies descritas e não em sua constituição física, critério que se tornou fundamental nos períodos posteriores.

No que concerne aos minerais, partia-se da noção de riqueza. A determinação de 1573 enumerava elementos que deveriam ser descritos, sendo grande parte deles valiosa, tais como ouro, prata, pedras preciosas, cobre e pérolas, encaixada nessa categoria justamente por sua preciosidade.

Vale destacar que a frase final do capítulo 17 das *Ordenanzas para formación de las descripciones* apontava que as enfermidades de cada uma das terras e seus remédios e medicamentos – ou seja, a medicina – também eram interesses ligados à História Natural. O estudo do mundo natural, especialmente as investigações sobre os vegetais, nasceu vinculado à medicina e às potencialidades de cura dos vegetais. Obras como as de Dioscórides e Teofrasto foram publicadas e comentadas ao longo dos séculos XV e XVI, visando o

³⁴ Nas crônicas de López de Velasco e Pedro de Valencia, bem como nos escritos de Vargas Machuca esta percepção está presente em vários trechos.

conhecimento farmacêutico; algumas das obras que abordavam a natureza das Índias versavam justamente sobre as propriedades terapêuticas dos vegetais, como os escritos de Nicolás Monardes. Nesse sentido, a demanda de informações sobre as doenças e medicamentos existentes nas Índias presente nas ordenanças de 1573 pode ser conectada à tradição de estudos da flora e da botica no início do período moderno. Contudo, ainda que o laço entre o estudo da natureza e os saberes medicinais tenha permanecido, o espaço diminuto dado a essa temática nas determinações de 1573 evidencia, talvez, uma inversão e o fato de que esse campo de saber não estava mais inteiramente subordinada à prática médica. Isso ganha relevo especialmente se atentarmos que no mesmo período alguns naturalistas passaram a desvincular suas investigações da estrita utilidade à medicina (OGILVIE, 2006, p. 38). Assim, podemos afirmar que a concepção de História Natural presente neste discurso normativo sobre o Novo Mundo acompanhava o desenvolvimento da disciplina, ainda que não fosse uma pretensão a princípio e, tampouco, significava que havia uma correspondência temporal exata.

Ao analisar a viabilidade do projeto expresso pelas *Ordenanzas* de 1573, Pilar Ponce (1988b, p. LXXXIV) menciona as minuciosidades exigidas pelos diferentes capítulos que tornavam a tarefa de descrever sobre os temas propostos algo inviável. A historiadora espanhola exemplifica com o exame do décimo sétimo capítulo, afirmando que caso fosse cumprido integralmente teria originado verdadeiros compêndios de todos os conhecimentos daquelas partes no que concerne à botânica, zoologia, mineralogia e farmacopeia. Certamente os capítulos da lei de 1573 traziam exigências que muitas vezes ultrapassavam a capacidade material e humana dos territórios para os quais foi enviada, demandando conhecimentos específicos e aprofundados. Porém, no que tange à História Natural, não se tratava de uma demanda hercúlea, uma vez que este campo de conhecimento abarcava todos os pontos mencionados pelo capítulo 17. Escrever História Natural era debruçar-se sobre temas como a fauna, a flora, os minerais e os aspectos medicinais de tais seres e elementos, uma vez que as disciplinas dedicadas exclusivamente a estes assuntos – e que Ponce Leiva menciona – não existiam de forma independente.

Algumas das temáticas tratadas no capítulo 17 são reforçadas pelas *Ordenanzas para formación de las descripciones* no capítulo 20, que aborda a necessidade de descrições de cidades e vilas. Se inicialmente foram solicitados aspectos mais gerais relativos à História Natural, ainda que enfatizando a questão do proveito, no vigésimo capítulo os conhecimentos e informações sobre o mundo natural requisitados estavam circunscritos basicamente a dados que informassem sobre a possibilidade de agricultura e pecuária das terras. Depois de

especificar dados e relatos sobre a organização das cidades e vilas e os edifícios que as constituíam, solicitava-se que fossem mencionados os limites, os rios e elementos do relevo de cada território. As “terras de labor”, ou seja, férteis e agricultáveis deveriam ser descritas, determinando as espécies de sementes (cereais) e plantas adequadas. Da mesma forma os pastos e as terras de regadio teriam que ser narradas a partir das possibilidades, facilidades e dificuldades no estabelecimento de atividades econômicas. No capítulo também eram demandadas as descrições das “(...) las tierras que hay de monte y plantas, así silvestres como de cultura y la cantidad y calidad de la tierra, montes, árboles y plantas; y todas las otras cosas naturales de provecho que hay...”³⁵. Em uma primeira análise pode-se pensar que há uma sobreposição de informações nestes dois capítulos, uma vez que já haviam sido solicitadas notícias sobre as plantas e seus possíveis usos. Entretanto, tendo em vista o aspecto hierárquico da coleta (e dos indivíduos envolvidos), bem como a busca por uma informação que abarcasse tanto o geral quanto o particular, é possível concluir que não se tratava de uma redundância informativa³⁶. Além disso, se neste capítulo foram priorizados relatos que evidenciavam os elementos de cunho econômico extraídos do mundo natural, tal ênfase ou circunscrição apenas existia porque a concepção de História Natural delineada no capítulo 17 não se restringia às características utilitárias dos animais, plantas e minerais. Muitos dos historiadores que trabalharam com essa documentação reforçam que o interesse em descrições sobre a natureza das Índias Ocidentais estava intimamente condicionado à busca por recursos e proveitos que poderiam ser obtidos. Ainda que o utilitarismo seja um dos fios condutores das descrições demandadas no capítulo 17 das ordenanças de 1573, a concepção de História Natural presente era mais ampla. Sem negar a importância das informações sobre os recursos naturais disponíveis, não era apenas isso que estava em jogo na solicitação de notícias sobre animais, plantas e minerais. A necessidade de reforço dos temas e a separação da abordagem mais utilitária para outro capítulo são indicativas de uma visão abrangente de História Natural.

Nos capítulos 81 e 82, a temática é novamente abordada. Nesses apartados, determinava-se que os responsáveis por fazer a história natural seriam aqueles que recebessem salários de cronista, tanto aquele que ocupava o cargo no *Consejo de Indias* como os que residiam nas Índias e tinham esta função em suas províncias ou municípios. As ordenanças de 1573 ratificavam algo que já estava expresso nas *Ordenanzas Reales del*

³⁵ “terras de monte e plantas, assim silvestres como de cultura e a quantidade e a qualidade da terra, montes, árvores e plantas; e todas as outras coisas naturais de proveito que há...”

³⁶ Nem todos os indivíduos respondentes teriam que dar conta de todas as temáticas apresentadas, aliás, pressupunha-se a divisão entre diferentes súditos que fossem mais aptos para as solicitações de cada capítulo.

Consejo, ou seja, que cabia ao cronista escrever a História Natural dos territórios. Onde não houvesse cronista, deveriam tratar dos seres vivos e minerais os médicos ou protomédico pagos pelos concelhos; e caso não existissem ocupantes para estas funções, seria tarefa dos escrivães maiores das governações. Curiosamente, ainda que os médicos e protomédicos fossem apontados pelas *Ordenanzas para formación del libro de las descripciones de Indias* como responsáveis por relatar a história natural dos territórios, o mais notório dos físicos que estiveram nas Índias Ocidentais, Francisco Hernández, não foi envolvido nas iniciativas ligadas à coleta de informações e produção de saberes por parte do *Consejo de Indias*. Segundo Arndt Brendecke (2012, p. 375), apesar de Juan de Ovando conhecer Francisco Hernández – que conduziu uma expedição, com apoio e patrocínio da Coroa, aos territórios americanos visando obter mais informações sobre os vegetais, sobretudo medicinais, como mencionado anteriormente – não houve uma combinação das atividades, de modo que o protomédico se tornasse um dos correspondentes ou uma das fontes de informações da instituição e por consequência do cosmógrafo e cronista maior das Índias. Tendo em vista a simultaneidade dos projetos, é significativa esta separação. Não acredito, como Brendecke afirma, que Ovando via as tarefas de Hernández como uma área de trabalho *sui generis*. A justaposição de ações visando recolher informações e descrições da flora e da fauna americanas (Hernández também relatou sobre algumas espécies de animais) revela a importância deste campo dentro dos projetos políticos da Monarquia. A separação (e repetição do campo de investigação) das iniciativas também pode sugerir objetivos distintos visados na constituição de histórias naturais das Índias Ocidentais, ou seja, uma que serviria ao *Consejo* e para produção de uma crônica oficial, outra voltada para saberes médicos e de farmacopeia e que responderiam a outras demandas. Obviamente que haveria pontos de convergência entre as duas iniciativas, mas essa distinção das empresas também indicam modos de construção de conhecimento, possivelmente, diferenciados.

Ao tratarem dos modos de fazer a História Natural, os capítulos 81 e 82 também chamam a atenção por uma ausência. Diferentemente do que ocorre na abordagem de temas como a cosmografia, hidrografia e mesmo a história moral, as *Ordenanzas* de 1573 não mencionam a questão do segredo em relação aos aspectos que compunham a História Natural. Se para parte da historiografia das últimas décadas³⁷ a ciência desenvolvida pela Monarquia Hispânica seria caracterizada por seus aspectos burocráticos e pela questão de sigilo (que explicaria, inclusive, a ausência dos ibéricos nas narrativas sobre a Revolução Científica), a

³⁷ Entre eles Richard Kagan, María Portuondo e Jorge Cañizares-Esguerra.

determinação de 1573 evidencia a consciência de que o segredo não era irrestrito, aplicava-se a algumas áreas do saber, mesmo quando se tratava da elaboração de informes oficiais sobre as Índias.

María M. Portuondo (p. 156) considera que os capítulos dedicados à História Natural demandavam apenas a constituição de inventários dos recursos naturais. Um inventário poder ser definido como a enumeração dos elementos que compõem um determinado conjunto, isto é, uma lista, ou ainda como a descrição minuciosa deste mesmo conjunto. Levando em consideração tais definições, podemos concordar com a interpretação de Portuondo sobre os capítulos dedicados à História Natural nas *Ordenanzas* de 1573, porém sem negar a relevância do saber buscado pelo *Consejo de Indias*. Inventariar a natureza, longe de ser uma prática cognitiva menor, era uma ferramenta importante na constituição de saberes e representações sobre as espécies e elementos que compunham o mundo natural americano. Conforme pontuaram Salinero e Lebeau (2014) a época moderna foi um período de auge das listas, marcado pelo crescimento sem precedentes de seus usos, não apenas nos setores judiciários e fiscais, mas também em domínios intelectuais e culturais. De acordo com os autores, as listas constituem uma tecnologia intelectual sobre a qual se apoiavam o pensamento e a organização social³⁸, eram capazes de evidenciar ordenações, classificações, hierarquias, agrupamentos estabelecidos para tornar inteligível aquilo que era vivenciado e pensado pelos sujeitos. Não sendo, portanto, um mecanismo cognitivo inferior a outros empregados naquele período³⁹. De fato, ao analisarmos alguns dos escritos produzidos pelos cronistas oficiais entre 1570 e 1620, em relação a muitos aspectos, incluindo os naturais, às vezes, somente era elaborada uma listagem daquilo que estava presente em determinadas áreas, porém se os inventários podem elencar os recursos naturais efetivos ou potenciais como sugere María Portuondo (2009, p. 156), eles também trazem a noção de domínio e poder.

³⁸ Gregorio Salinero e Christine Lebeau definem as listas com um dos produtos privilegiados dos conflitos e das negociações. “(...) Indépendamment de son contenu et de la diversité de ses formes, elle [a lista] est toujours une énumération, hiérarchiquement ordonné ou non, ouverte ou close, et qui vise à un objectif explicite... Ce but recouvre généralement la forme de l’évidence tiut masquant des enjeux et des fonctions multiples.” (SALINERO ; LEBEAU, 2014, p. 10)

³⁹Portuondo sugere que as ordenanças de 1573 apenas visavam obter uma listagem contendo os recursos naturais do continente e os elementos históricos e culturais dos povos nativos. Ainda que não explicita, María Portuondo, em sua análise, tende a abrandar os aspectos referentes à História Natural e outras áreas que não pertenciam aos saberes cosmográficos. Ao classificar como um inventário o tipo de conhecimento sobre o mundo natural demandado pelas *Ordenanzas para formación del libro de las descripciones de Indias*, a autora almeja, implicitamente, enfatizar a importância da cosmografia, seu objeto de investigação, no cenário político e científico da Monarquia Hispânica. Embora concorde com a historiadora em muitos pontos de sua interpretação, discordo em relação a esta questão. Acredito que tanto a cosmografia quanto a História Natural tinham uma relevância similar como temas cujo domínio se fazia necessário por parte do *Consejo*. Contudo, alguns dos objetivos e parte das funções de cada uma das áreas elencadas tinham especificidades, a questão do sigilo seria uma delas.

Inventariar a História Natural das Índias era também mensurar a possessão e o domínio do monarca. A submissão dos demais seres vivos era uma prerrogativa humana esboçada no livro de Gênesis, argumento que legitimava a superioridade humana em relação às demais espécies. Estava também em Gênesis a ideia que, colocado num jardim por Deus, cabia a Adão cultivá-lo e guardá-lo. Era também ele o responsável pela nomeação das criaturas, nomes a partir dos quais seriam reconhecidos os animais, aves e outros seres. A superioridade de Adão era evidenciada por tais privilégios que lhe foram conferidos. A cognição do mundo natural americano não estava desprovida de tais leituras e imagens oriundas da tradição judaico-cristã. Se para Adão as tarefas de guardar, cultivar e nomear foram estabelecida por Deus e lhe garantiam domínio no jardim do Éden, ao monarca que acabava de conquistar um novo mundo, a cognição e a nomeação (nem que seja por meio de uma listagem) dos seres vivos e dos minerais ali presentes eram atos a simultaneamente simbólicos e de reafirmação de domínio. Reforçavam as linhas e os marcos divisórios presentes em mapas e cartas náuticas, ao indicar que como um novo Adão estava não apenas reconhecendo, mas guardando e submetendo as demais criaturas ao seu domínio e uso. Ao demandar as descrições dos animais, das plantas e dos minerais das Índias Ocidentais, estavam os membros do *Consejo de Indias* ratificando uma possessão; reafirmação que se dava em outras esferas – como a História Moral, a Cosmografia, a Hidrografia e os conhecimentos náuticos – porém, em relação à História Natural tal questão ganha significância. Além disso, o inventariar das plantas, animais e minerais também estabelecia conexões com outra tradição importante do pensamento do início do período moderno: as autoridades clássicas. Lembremos que Plínio, cuja obra era uma das principais referências para a disciplina nos séculos XV e XVI, desejava com seu livro inventariar, mensurar o patrimônio existente no império e que pudesse servir aos romanos. Os capítulos relativos à História Natural presentes nas ordenanças de 1573 não estava desconectados dessas tradições nas quais o domínio e o conhecimento do mundo natural estavam em simbiose.

Um último aspecto deve ser analisado: o predomínio (quase hegemônico) da forma de comunicação escrita nas *Ordenanzas para formación del libro de las descripciones de Indias*. Visando superar as distâncias, obter e conservar as informações (*entera noticia*), os membros do *Consejo* optaram pela escritura não apenas para abordar a fauna e a flora americanas, mas também as demais temáticas. Portuondo atribui esta característica ao projeto Ovandino de forma ampla, relacionando-a ao crescente papel dos letrados na administração e à forma de governo implementada por Felipe II:

O projeto de Ovando reflete o papel fundamental – e cada vez maior – da documentação no processo expansivo do império espanhol no século XVI, assim como o posto proeminente dos letrados na administração do mesmo. No reinado de Felipe II, houve um vertiginoso aumento no uso de consultas escritas por parte dos conselhos ou de indivíduos que necessitavam conhecer o parecer do rei sobre qualquer gênero de assunto, e, ainda que tal fenômeno se devia (em boa parte) à extensão do império, refletia também a inclinação do monarca pelo registro escrito das comunicações e por sua preferência em responder pessoalmente essas consultas (PORTUONDO, 2009, p. 139)⁴⁰.

Para além das idiosincrasias administrativas de Felipe II, as ordenanças de 1573 evidenciavam o aumento da confiança na escritura. Tais determinações também são provas do especial interesse que tinham as monarquias no início do período moderno na palavra escrita, servindo não somente para o recolhimento de informações territoriais, mas como suporte insubstituível na transmissão de ordens e requerimentos, conforme pontuou Bouza (1997, p. 12). As *Ordenanzas* estabeleciam um modelo de cognição, que como pôde ser analisado, marcou determinado modo de conceber a história (natural e moral) das Índias. Nas determinações do *Consejo* havia a primazia da escrita como meio adequado de transmissão do conhecimento e das informações sobre a natureza do continente americano. Não coincidentemente, grande parte dos livros e obras sobre os animais e as plantas americanos teve a palavra escrita como tecnologia empregada para construção dos saberes – ainda que outras formas de comunicação também fizessem parte da cognição da natureza do Novo Mundo. Não tenciono afirmar que as *Ordenanzas* estabeleceram uma metodologia de transmissão de saberes que posteriormente foi adotada por letrados que escreviam sobre as Índias Ocidentais. Pelo contrário, creio que as determinações de 1573 estavam inseridas em uma mesma cultura epistêmica, em que, de forma crescente, havia a valorização do escrito, inclusive para tratar das temáticas ligadas à História Natural.

As *Ordenanzas para formación del libro de las descripciones de Indias*, em suas determinações, reproduziram muitos dos requisitos, dos conhecimentos prévios e dos conselhos que o duque de Alba havia mencionado como atributos necessários ao presidente do *Consejo de Indias*. As áreas que Ovando deveria dominar, de acordo com a carta de Arias Montano sobre a conversa com o duque, convergiram em vários pontos com os temas que deveriam compor os livros contendo as descrições das Índias Ocidentais. Se não sabemos ao certo qual foi o impacto das palavras do nobre em Juan de Ovando, a julgar pelos projetos

⁴⁰ “Ovando’s Project was keeping with a generalized and increasing dependence on documents that accompanied the growth of Spanish empire during the sixteenth century and the prominent place letrados had in its administration. During the reign of Philip II there was a dramatic increase in the use of written consultations when councils or individuals needed to seek the king’s opinion or decision on any of wide range of matters. This was largely result of the size and extent of the empire, but it also reflected the king’s personal inclination toward written records and his preference for replying personally to these consultations.”

esboçados em seus anos no comando da instituição e pelos capítulos das *Ordenanzas* de 1573, houve uma sintonia entre as aspirações de Fernando Álvarez Toledo y Pimentel e as ações do presidente do *Consejo*. Correspondência que pode ser interpretada de duas maneiras: como um acatamento das sugestões do duque de Alba ou como um compartilhamento de ideais e formas de conceber o conhecimento, interpretação esta que nos parece mais plausível. Como integrantes da elite política e letrada do período, estavam comprometidos com as projeções imperiais que se consolidavam e com os modelos burocráticos e administrativos estabelecidos em diferentes partes da Monarquia Hispânica.

De forma geral, as *Ordenanzas para formación del libro de las descripciones de Indias* reforçam um discurso sobre a necessidade de informações e, conseqüentemente, de conhecimento sobre as terras americanas, circunscrevendo também aquilo que caberia relatar sobre os elementos naturais daquelas partes e sua metodologia, daí sua importância, embora escassos tenham sido seus resultados concretos. Alguns autores afirmam que dada a complexidade do projeto não houve respostas. Arndt Brendecke (2012, pp. 376-379) discorda e apresenta a exceção da Audiência de Quito, em que foi possível rastrear o caminho percorrido pelas *Ordenanzas* bem como algumas das respostas. Além do lento processo para que as respostas fossem elaboradas, o autor alemão também destaca que nenhum dos informes enviados ao *Consejo* cumpriu todas as exigências das *Ordenanzas* em sua extensão e detalhe. O conteúdo das respostas também era marcado pela incerteza e condicionalidade. As *Ordenanzas para formación del libro de las descripciones de Indias* representavam um projeto bastante ambicioso dada a configuração da monarquia no continente americano – uma grande extensão territorial dispersa e bastante afastada do centro de poder. Muitas vezes as informações demoravam anos para chegar. Mesmo em Quito já haviam passado três anos desde a aprovação da lei para que o informe estivesse pronto para enviar. Ainda em 1576, o arcebispo Pedro de Moya Contreras (1527-1591) reclamava ao *Consejo de Indias* que a elaboração das descrições conforme determinava as ordenanças era um trabalho muito laborioso e que tinha dificuldade em encontrar indivíduos capacitados para tais tarefas. Segundo pontua Maria Portuondo (2009, p. 158), apesar do esmero com que se definiam os conceitos, a linguagem empregada era, para maior parte da população que residia no continente americano, incompreensível, contribuindo para o abandono do projeto. Brendecke também aponta o limite das informações elaboradas por leigos como um dos fatores para não concretização do projeto das ordenanças. Ainda que tenha havido reclamações, de modo

geral, “a grande maioria das instâncias as que lhes escreveu não reagiram em absoluto”⁴¹ (BRENDENCKE, 2012, p. 380), seja pela pretensão não realista da proposta (demandar uma grande quantidade de informações sem estabelecer custos e funcionários dedicados a esta tarefa), seja pelo tamanho da investigação ou dos aspectos ambíguos e equivocados presentes na determinação. As poucas respostas que chegaram ao *Consejo* alcançaram seu destino somente depois do falecimento de seu principal idealizador, Juan de Ovando, em um momento em que o então cosmógrafo e cronista maior das Índias alterava os mecanismos de obtenção de informes e saberes, passando a utilizar questionários, como o de 1577.

2.1.3 Cédula, Instrucción y Memoria para la formación de las relaciones y descripciones de los pueblos de Indias (1577)

O fracasso na coleta de informações de 1573 não significou o malogro completo do projeto de Ovando e seu fim, porém, seguindo o traço marcante das ações empreendidas pelo *Consejo de Indias*, houve um redirecionamento e uma reconfiguração das iniciativas e das práticas da instituição a partir da experiência obtida. Mesmo após a morte de Juan de Ovando y Godoy, em 1575, o projeto de recopilación e recolhimento de informações e de saberes continuou, não obstante, em novos moldes.

Dentro deste quadro insere-se o documento *Cedula, Instrucción y Memoria para la formación de las Relaciones y descripciones de los Pueblos de Indias* elaborado em 1577, cujo autor, provavelmente, foi Juan López de Velasco. Esse conjunto de solicitações demandava informações referentes à administração, população, geografia, história, situação da Igreja entre outros temas já pontuados nas *Ordenanzas* de 1573, porém de forma mais simplificada e direta, por meio de cinquenta perguntas (ou itens). Não se tratava de uma prática recente: as listas de perguntas eram comuns em âmbitos jurídicos, administrativos e eclesiásticos durante o período moderno (tendo origens durante a época medieval) e já tinham sido utilizadas anteriormente pela Coroa e pelo *Consejo* para obtenção de dados sobre as Índias. No entanto, o questionário de 1577 trouxe uma nova dinâmica e um novo alcance para a requisição de informações por parte do *Consejo* e para os mecanismos de construção de saber empregados.

⁴¹ “(...) Aparentemente, la gran mayoría de las instancias a las que se les escribió no reaccionaron en absoluto.”

Como pontuado antes, as ordenanças de 1573 já traziam algumas características vinculadas à estrutura de um questionário. Contudo, seu detalhamento em relação aos conteúdos e a minuciosidade dos aspectos metodológicos envolvidos não permitem considerá-las propriamente como uma listagem de perguntas a serem respondidas pontualmente. A *Cedula, Instrucción y Memoria* se aproxima mais desta configuração.

Definindo um questionário como uma compilação de questões ou ainda como uma sequência de perguntas ou tópicos para servir de guias para uma investigação, há que considerar que os materiais desse gênero produzidos no período tinham funções diversas. Justamente partindo dessa multiplicidade de objetivos, Bredecke (2012, p. 385) afirma que havia, na Espanha do início do período moderno, uma ampla cultura da interrogação. Entretanto, segundo o historiador alemão, a palavra questionário não era usual em espanhol até o século XVIII e o termo interrogatório estava restrito ao espaço judicial. Assim, como pode ser observado no documento de 1577 e em outras fontes já citadas, a denominação empregada era mais circunstanciada, variando conforme a cédula e os propósitos buscados, o título dessas listagens de perguntas muitas vezes trazem um resumo de seu conteúdo, como por exemplo, a determinação de 19 de dezembro de 1533, cujo título atribuído no Cedulário de Encinas foi: *Cédula que manda se envíe relación de la extensión de la Nueva España y de sus límites y población y otras cosas que hay en ella*.

Conforme também pontua Arndt Bredecke (2009, p. 282), os questionários constituem um tipo de documentação importante para o estudo das relações entre o centro e a periferia, entre a autoridade e os subordinados, uma vez que, como meios de comunicação, eles carregavam duas características: estabilizavam a hierarquia entre o inquiridor e o respondente – o primeiro sendo responsável pela iniciativa de perguntar e o segundo estando obrigado a responder – e standardizavam as questões de modo a obter respostas igualmente estruturadas que garantiam o processamento serial e impessoal em contextos administrativos e científicos. Os questionários permitiam à Coroa e suas instituições direcionarem os relatos chegados das Índias de acordo com seus interesses, bem como as colocavam em superioridade comunicativa em relação aos seus súditos.

Para Duccio Sacchi (2000) os questionários eram instrumentos que não apenas coletavam informações, mas também eram dotados de capacidade de produzi-las. Dentro do *Consejo de Indias* um questionário poderia ser empregado de três formas: enviados às autoridades locais (governantes ou ocupantes de administrativos) que deveriam respondê-los; podiam ser usados por funcionários da instituição na corte para entrevistar pessoas que

pudessem ter algum conhecimento sobre as Índias; ou, ainda, podiam guiar na organização e coleta de informações nos documentos pertencentes ou disponíveis no *Consejo*.

No território peninsular, as listas de perguntas já haviam sido empregadas em 1575, para produção das chamadas *Relaciones Topográficas*, com a justificativa que esse instrumento economizaria tempo (BRENDÉCKE, 2012, p. 393). Para as Índias Ocidentais, o argumento para a utilização dos questionários estava pautado na distância. Analisando de forma global o uso das listagens de perguntas na Espanha da segunda metade do século XVI, Sacchi afirma que as proximidades temporais e as similitudes de conteúdos dos questionários enviados à península e ao continente americano evidenciam a continuidade desses projetos em relação aos anseios da Monarquia:

A sobreposição geral da composição e dos conteúdos dos questionários destinados para Castela e daqueles destinados para as Índias sugere, portanto, que a curiosidade histórica, geográfica e etnográfica da administração real durante o século XVI não estava unicamente conectada com a descoberta de novos povos no Novo Mundo, mas era parte de uma única estratégia de organização dos dados territoriais, e de forma mais geral, de uma única estratégia de organização do conhecimento do mundo, incluindo ambos os reinos, espanhol e americano (SACCHI, 2000, p. 297)⁴².

Ainda que tenha pontuado a especificidade de cada uma das cédulas e demandas da Monarquia e do *Consejo* por informações e recusado a ideia de antecedentes e de evolução nas determinações e pedidos, concordo com Sacchi no que concerne à contiguidade dos questionários (peninsular de 1575 e indiano de 1577), pois ambos estavam implicados no projeto de constituição de uma representação de império, abordada no capítulo anterior. Um império que não se resumia aos territórios peninsulares, bem como reservava às Índias Ocidentais um espaço significativo em suas aspirações e configurações. Conhecer todos os territórios que compunham a Monarquia Católica e criar mecanismos para representá-los estavam entre as aspirações da elite intelectual e da política associada aos Austrias, iniciativas não desvinculadas de uma perspectiva universal.

O chamado questionário de 1577 é constituído por três partes, divisão explícita já em seu título: *Cedula, Instrucción y Memoria para la formación de las Relaciones y descripciones de los Pueblos de Indias, que Su Majestad manda hacer, para el buen Gobierno y Ennoblecimiento delas*. Nele havia uma primeira parte enunciando as razões pelas quais eram demandadas descrições; continha também algumas recomendações sobre as

⁴² “The general overlapping composition and contents of the questionnaires destined for Castile and those destined for the Indies suggests, therefore, that the royal administration’s historical geographic and ethnographic curiosity during the sixteenth century are not uniquely linked to the discovery of new people in the New World, but are part of a single strategy of organizing territorial data, and more in general of a single strategy for organizing knowledge of the World, including both Spain and the American Kingdoms.”

responsabilidades das autoridades envolvidas e solicitava que a tarefa fosse cumprida com brevidade. A segunda parte tinha instruções sobre os procedimentos a serem realizados para responder os capítulos. Por fim havia a listagem de capítulos (ou tópicos) contendo as temáticas a serem respondidas. O título também continha indícios sobre os objetivos visados pelo documento: o bom governo e o enobrecimento dos territórios.

Logo no início da *Cedula, Instrucción y Memoria para la formación de las Relaciones y descripciones de los Pueblos de Indias* novamente era expressa a importância dos informes sobre as terras americanas: “*para mejor poder acudir a su buen gobierno, ha parecido ser cosa muy conveniente ordenar se hiviere descripción general de todo el estado de las dichas nuestras Indias, Islas y provincias de ellas, la más precisa y cierta que fuere posible*”⁴³. Não é possível avaliar com certeza até que ponto a repetição da necessidade de conhecimento sobre o Novo Mundo correspondia a um fato concreto originado da ausência de dados sobre aqueles territórios ou a uma retórica visando o cumprimento das medidas. Possivelmente, ambos os objetivos estavam presentes nesse reforço discursivo. Para Álvarez Peláez (1988), a *Cedula, Instrucción y Memoria* não era uma medida isolada, mas parte das ações que visavam organizar a legislação e uma forma de buscar um melhor conhecimento das terras que se desejavam legislar e explorar, ou seja, compunha o projeto de Ovando, que continuou em vigor mesmo depois de sua morte. Os resultados pouco satisfatórios das ordenanças de 1573 e das medidas anteriores podem ter corroborado para a ênfase na necessidade de informações, no entanto, é preciso matizar os argumentos relativos à ausência de informações e não circunscrever os objetivos de tais interrogatórios à busca por recursos e no estabelecimento de leis. Como aponta Brendecke (2012), a requisição de informações também era um meio de controle das decisões tomadas localmente, dos indivíduos que estavam afastados e de legitimação das decisões.

O questionário de 1577 (*Memoria de las cosas a que se ha de responder, y de que se han de hacer relaciones*) deveria ser impresso e enviado às autoridades que se encontravam em todas as partes das Índias Ocidentais. Eram especificados os caminhos, ou autoridades intermediárias, a serem percorridos pelo questionário de modo a atingir todo território das Índias Ocidentais: partindo dos vice-reis e presidentes das audiências até alcançar os povoados indígenas; as respostas também deveriam trilhar o mesmo percurso de volta. Ainda nas duas seções iniciais eram expostos os modos como deveriam ser respondidos os itens do

⁴³ “(...) para melhor poder manter a seu bom governo, pareceu ser coisa muito conveniente ordenar que se fizesse a descrição geral de todo o estado das ditas nossas Índias, ilhas e províncias delas, a mais precisa e certa que for possível.” *Cedula, Instrucción y Memoria para la formación de las Relaciones y descripciones de los Pueblos de Indias*. Para esta pesquisa utilizamos a transcrição publicada por F. Solano (1988).

questionário e quem deveria se ocupar do encargo. Primeiramente, era preciso datar e identificar o responsável, ou responsáveis, pela confecção da relação, bem como deveria constar o nome da pessoa para qual seriam enviadas as respostas. Cada capítulo da memória (a listagem de 50 perguntas) deveria ser lido e, em seguida, a instrução recomendava que os respondentes:

(...) escribirán lo que hubiere que decir a él, en otro capítulo por sí, respondiendo a cada uno por sus números, como van en la memoria uno tras otro. Y en los que no hubiere que decir, los dejarán sin hacer mención de ellos, y pasarán a los siguientes, hasta acabarlos de leer todos y responder lo que tuvieren que decir...⁴⁴

Na cédula de 1577, novamente, ressaltava-se o fato de que a comunicação se daria por meio da palavra escrita. Nos itens em que houvesse respostas possíveis e certas, essas deveriam ser registradas por escrito seguindo a numeração pré-estabelecida. Conforme pontuou Castillo Gómez (1997), a escritura foi um instrumento fundamental para o Estado que se constituía no início do período moderno, contribuindo para reforçar a autoridade e definir de forma precisa os conteúdos das determinações e as relações estabelecidas entre os sujeitos e o poder. A escolha da forma de comunicação escrita, além de um meio de superar as distâncias, permitia o melhor controle daqueles que respondiam e do que era respondido em razão da padronização estabelecida das questões e do modo de responder. A materialidade do documento – *Cedula, Instrucción y Memoria para la formación de las Relaciones y descripciones de los Pueblos de Indias* deveria ser impressa, de maneira que as cópias alcançariam a todas as partes das Índias de modo homogêneo – e a forma de racionalização do texto são indicativos das intenções envolvidas, da difusão e do controle almejados.

Somente algumas questões solicitavam dados enviados por outra forma comunicativa. As questões 10, 42 e 47 demandavam que fossem delineados os traçados (pintura) dos povoados, portos e das ilhas, respectivamente⁴⁵. O décimo capítulo solicitava informações sobre a localização dos povoados, bem como uma planta do assentamento. A questão 42 pedia

⁴⁴ “(...) escreverão o que houver de dizer a ele, em outro capítulo por si, respondendo a cada um por seus números como vão na memória um após o outro. E nos que não houver o que dizer, os deixarão sem fazer menção deles, e passarão aos seguintes até acabá-los de ler todos, e responder o que tiverem que dizer.” (*Cedula, Instrucción y Memoria para la formación de las Relaciones y descripciones de los Pueblos de Indias*. In: Solano, 1988, p. 81)

⁴⁵ A palavra pintura, no referido contexto da documentação designava a elaboração de mapas, representações cartográficas da província, cidade ou vila relatada (MANSO PORTO, 2012, p. 24). Fernández Christlieb e Garza Merodio (2006), afirmam que o termo pintura estava relacionado a uma representação gráfica do território. Os resultados das respostas a essas perguntas foram variados. Algumas regiões simplesmente não produziram nenhum tipo de pintura, enquanto outras elaboraram diferentes tipos de representações: desde mapas, paisagens, planos de cidades e até mesmo cartas náuticas (MANSO PORTO, 2012, p. 36). Portanto, ainda que as interpretações relativas ao conceito de pintura tenham variado, os materiais iconográficos recebidos, em sua maioria, lidavam com representações cartográficas dos territórios indianos.

figura e traçado em pintura dos portos e desembarcadouros existentes, que deveriam ser feitos em papel e permitissem ver a forma e o tamanho que tinham⁴⁶. Já o item 47, o desenho com o formato das ilhas era facultativo: “Los nombres de las islas pertenecientes a la costa, y por qué se llaman así, la forma y figura de ellas en pintura (si pudiera ser) y el largo y ancho...”⁴⁷. Frente ao total de capítulos, a exigência por informações que se pautassem na iconovisualidade era bastante circunscrita percentualmente e também em relação ao tipo de representação demandada, restrito às áreas da cartografia e da corografia. Uma explicação possível talvez resida na consciência do *Consejo* em relação às condições técnicas que envolviam esse tipo de pedido e a consequente limitação dos territórios indianos em superá-las. Havia um maior número de indivíduos que dominavam a escrita e a leitura que sujeitos capazes de elaborar desenhos e outras formas de representação visual das variadas temáticas abordadas pelo questionário de 1577. Ainda que iniciativas e experiências anteriores, como os textos de Oviedo ou a cédula de 1533, tenham ressaltado o impacto que poderia ser causado pela produção de imagens, no questionário somente pouco mais de 5% dos itens faziam menção explícita a essa forma de transmitir conhecimentos e saberes. O envio de materiais (objetos, espécimes ou exemplares) também não era um meio capaz de responder a todos os questionamentos presentes na cédula de 1577 – não havia, nesta cédula, esse tipo de pedido – e também envolvia uma questão logística complexa. Tendo em vista a necessidade de conservação e de padronização, os relatos orais se mostravam inadequados para essa iniciativa de construção do conhecimento. Naquele período, era impossível registrar a oralidade sem que se transformasse em palavra escrita. Se havia uma exclusão de outros mecanismos de comunicação e de transmissão de saberes por dificuldades de efetivação ou limitações que lhes eram inerentes, a escritura ganhava ainda mais relevância, por ser ela também o meio privilegiado nas práticas burocráticas e administrativas. Não por acaso a cognição do território americano empreendida pelo *Consejo de Indias* se efetuava tendo por base a escrita.

Ao avaliar o projeto, que atribuí inicialmente a Santa Cruz e, nesta fase, continuado por López de Velasco, Barbara Mundy (1996, p. 12) afirma que o objetivo de escrever uma crônica oficial (ou seja, a intenção do *Consejo* e de López de Velasco) pautando-se em respostas escritas era conservador, por outro lado, os planos de mapeamento eram inovadores e tinham por intenção fazer o Novo Mundo visível por meio da cartografia. Discordo de

⁴⁶ “Los puertos y desembarcaderos que hubiere en la dicha costa, y la figura y traza de ellos en pintura, como quiera que sea en un papel, por donde se queda ver la forma y talle que tienen.” (*Cedula, Instrucción y Memoria para la formación de las Relaciones y descripciones de los Pueblos de Indias*. In: Solano, 1988, p. 86).

⁴⁷ “Os nomes das ilhas pertencentes à costa, e por que se chamam assim, a forma e figura delas em pintura (se puder ser) e o comprimento e a largura ...” (*Cedula, Instrucción y Memoria para la formación de las Relaciones y descripciones de los Pueblos de Indias*. In: Solano, 1988, p. 86).

Mundy em relação ao conservadorismo atribuído ao projeto da crônica e sua relação com os questionários. Ainda que, como veremos adiante, a crônica fosse um gênero com considerável longevidade na Península Ibérica e bastante consolidado, a gestação da crônica das Índias trazia consigo determinadas especificidades e novidades frente ao formato tradicional das obras que eram assim designadas; o uso de listagens de perguntas como meios de obtenção de informações e da criação de documentos a serem utilizados pelo ocupante do cargo de cronista era uma dessas particularidades que tornavam as crônicas das Índias senão inovadoras - prefiro evitar esse termo em razão dos sentidos modernos que ele carrega - pelo menos portadora de alterações significativas na maneira de se narrar a história.

Entre os temas que figuravam nas cinquenta questões estavam a descrição dos povoados de espanhóis (nomeação, conquista e fundação, clima, relevo e condições do solo), os aspectos demográficos e características dos povoados nativos, os costumes e as línguas indígenas, a localização e distâncias das cidades e povoados indígenas e espanhóis e outros elementos cosmográficos, narrativas sobre a fauna, a flora e os minerais existentes, a descrição dos edifícios e construções existentes, as atividades econômicas praticadas, o estado da igreja, as estradas existentes, os portos, ilhas, lugares que foram abandonados pelos espanhóis. No último capítulo se pedia ainda que a relação fosse assinada pelas pessoas que a tinham elaborado e se reafirmava que o documento respondido deveria ser devolvido àquele que tinham enviado originalmente. Para Mundy (1996, p. 20), as questões evidenciavam o que López de Velasco e seus coetâneos acreditavam que deveria ser incluído em uma história moderna ou crônica. De fato, se compararmos a determinação de 1577, com medidas anteriores, como as ordenanças de 1571 e 1573, havia uma coesão temática que revela o que se concebia por história e que assuntos estavam sob a responsabilidade do cronista oficial. Segundo Walter Mignolo (1987, pp. 461-462), as perguntas se organizavam em um número reduzido de assuntos e detinham uma estrutura conceitual ajustada. As perguntas estavam configuradas a partir da ordem espacial, sendo ela um dos eixos centrais do questionário.

Em relação às temáticas ligadas à História Natural, havia um bloco com cerca de nove perguntas (entre a 22 e a 30) envolvendo especificamente os vegetais, os animais e os minerais. Assim, a cédula determinava que fossem feitos registros sobre:

22. Los árboles silvestres que hubiere en la dicha comarca comúnmente, y los frutos y provechos que de ellos y sus maderas se saca, y para lo que son o serían buenas.
23. Los árboles de cultura y frutales que hay en la dicha tierra, y los que de España y toras partes se han llevado, y si se dan o no se dan bien en ella.
24. Los granos y semillas y otras hortalizas y verduras que sirven o han servido de sustento a los naturales.

25. Las que de España se han llevado, y si se da en la tierra el trigo, cebada, vino y aceite en qué cantidad se coge, y si hay seda o grana en la tierra y en qué cantidad.
26. Las hierbas o plantas aromáticas con que se curan los indios, y las virtudes medicinales o venenosas de ellas.
27. Los animales y aves bravos y domesticos de la tierra, y los que de España se han llevado y cómo se crían y multiplican en ella ⁴⁸.

As questões 28, 29 e 30 referiam-se respectivamente às minas de prata, ouro e a outros minérios; às pedras preciosas e mármore; e às salinas.

Os animais e as plantas também eram mencionados no item 47. Depois de pedir pinturas que representassem o formato das ilhas, o documento solicitava informações sobre as árvores, os pastos, as aves e os animais insulares. Em outras questões se faz menção indireta a plantas (e também a animais) ao requerer dados sobre mantimentos, como por exemplo, o capítulo 4: “Si es tierra llana, o áspera, rasa o montuosa, de muchos o pocos ríos o fuentes, y abundosa o falta de aguas, fértil o falta de pastos, abundosa o estéril de frutos, y de mantenimientos”⁴⁹.

Segundo Alvarez Peláez (1988), as perguntas estariam centradas nos recursos animais e vegetais disponíveis, sejam como alimentos ou produtos de comércio. Acredito que esta interpretação não pode ser aplicada a toda a *Cedula, Instrucción y Memoria*. Havia questões que estavam diretamente voltadas para o indagar dos recursos, como é o caso dos itens 4 e 15 (que mencionam os mantimentos dos povoados espanhóis e nativos). Contudo, o conjunto que abarcava os capítulos 22 a 29, apesar de enfatizar alguns aspectos utilitários, traz mais que a busca por matérias-primas e bens que pudessem gerar proveitos; os itens também configuravam uma determinada concepção de História Natural, em consonância com a ideia de História que se pretendia estabelecer para as Índias Ocidentais.

Pela leitura integral do documento, nota-se a reprodução das diretrizes e das classificações expressas quatro anos antes nas *Ordenanzas* de 1573. A autoria provável de López de Velasco garantiu a continuidade das linhas gerais que sustentavam o projeto de

⁴⁸ “22. As árvores silvestres que houver na dita comarca comumente, e os frutos e proveitos e as madeiras que delas se retiram, e para o que são ou seriam boas .23. As árvores de cultura e frutíferas que há na dita terra, e as que são da Espanha e outras partes se têm levado, e se dão ou não se dão bem nela. 24. Os grãos e sementes e outras hortaliças e verduras que servem ou têm servido de sustento aos naturais. 25. As que da Espanha se têm levado, e se dá na terra o trigo, cevada, vinho, azeite em qual quantidade se colhe, e se há seda ou cochonilha [inseto do qual se extrai corante cor de carmim] na terra e em qual quantidade. 26. As ervas ou plantas aromáticas com que se curam os índios, e as virtudes medicinais ou venenosas delas. 27. Os animais e aves bravos e domésticos da terra, e os que da Espanha se levou e como se criam e multiplicam nela”. (*Cedula, Instrucción y Memoria para la formación de las Relaciones y descripciones de los Pueblos de Indias*. In: Solano, 1988, p. 84).

⁴⁹ “Se é terra plana ou áspera, lisa ou montanhosa, de muitos ou poucos rios ou fontes, com água abundante ou escassa, fértil, ou de falta de pastos, abundante ou estéril de frutos e mantimentos.” (*Cedula, Instrucción y Memoria para la formación de las Relaciones y descripciones de los Pueblos de Indias*. In: Solano, 1988, p. 81).

cognição do Novo Mundo formulado durante o período em que Juan de Ovando presidia o *Consejo de Indias*. Foram mantidas as temáticas principais, no entanto, no novo formato, os detalhes referentes aos métodos para responder à solicitação foram sintetizados e a disposição das informações requisitadas passou a ser feita em itens, aspectos que, possivelmente, tornaram o questionário de 1577 mais acessível àqueles que se encarregariam de responder às demandas do *Consejo* que o anterior. Além disso, conforme pontuou Sylvia Vilar (1970), o vocabulário empregado era mais simples: os termos eram aqueles mais comumente usados e algumas vezes eram usadas palavras complementares ou definições de modo a esclarecer ao máximo o que era pedido. A acessibilidade das requisições de 1577 pode ser comprovada pelo número de respostas enviadas à instituição, diferentemente do que ocorrera com as *Ordenanzas para la formación del libro de las descripciones*. Para Raquel Álvarez Peláez (1993, p. 208), cujas pesquisas se debruçaram diretamente na investigação do conhecimento do mundo natural obtido por meio da cédula de 1577, a alteração do formato se efetivou por meio da condensação de questões e foi feita por razões práticas, principalmente, em relação ao custo de impressão de tais materiais.

Tendo como objetivo alcançar um saber que atendesse às necessidades da administração dos territórios do ultramar, o questionário, ainda segundo a historiadora uruguaia, produziria um conhecimento básico, extensivo (abarcando uma grande extensão territorial), porém não aprofundado, uma vez que foi destinado a moradores, conhecedores da região e não especialistas. Essa avaliação era atribuída tanto aos aspectos mais técnicos como as informações astronômicas e cartográficas quanto à História Natural. Além do interesse utilitário, os animais e as plantas deveriam ser apreendidos apenas a partir de duas distinções centrais: selvagem ou de cultivo/ domesticado; próprios da terra ou originários da Espanha. Ao buscar o pragmatismo, segundo a autora, a Coroa excluía de sua esfera de interesses os conhecimentos estritamente zoológicos e botânicos. No entanto, tal rigor referente a áreas do saber mostra-se anacrônico. Como afirmamos anteriormente, não apenas a zoologia e a botânica eram disciplinas inexistentes no período, como a própria História Natural, que se dedicava ao estudo da fauna e da flora, não tinha fronteiras tão demarcadas em relação aos seus objetos de investigação e não estava totalmente dissociada de aspectos pragmáticos. Aliás, muitas das preocupações dos naturalistas, espanhóis ou não, estavam ligadas a aspectos da vida cotidiana e pragmáticos (FERNÁNDEZ PÉREZ, 1999), sendo os vínculos com a ciência médica um claro exemplo disso. Também discordo dos historiadores que atribuem à presença de questões sobre animais, plantas e minerais na determinação de 1577 como parte de preocupações notadamente econômicas (VILAR, 1970, p. 256; MUSSET, 2003, p. 151).

Assim, alguns pontos relativos ao conhecimento da fauna e da flora demandados pela *Cedula, Instrucción y Memoria para la formación de las Relaciones y descripciones de los Pueblos de Indias* merecem uma análise mais detida. Primeiramente, o fato de haver questões específicas ao mundo natural, segregadas daquelas que tratam dos povos e das sociedades das Índias. Novamente, ainda que o homem seja o ponto de referência para as perguntas, ou seja, havia um olhar antropocêntrico sobre a natureza, estabelece-se uma distinção entre o humano (moral) e o natural. Sendo o natural, cujo termo também englobaria os aspectos geográficos, um condicionante importante para a compreensão daquilo que era relativo ao humano. A grande quantidade de questões referentes aos ambientes encontrados nas Índias revela a importância de tais informações.

Um segundo elemento a se ressaltar é o maior detalhamento em relação aos vegetais em detrimento dos animais, algo explicado, talvez, pela maior possibilidade (e visibilidade) de aproveitamentos em termos econômicos e de subsistência encontrada nas plantas. Também poderíamos conectar a maior quantidade de informações e de espécimes de plantas disponíveis na península naquele momento⁵⁰. Outro ponto importante, o destaque, na questão 26, dos aspectos medicinais das plantas. Como foi mencionado, tal aspecto estava não apenas presente nos relatos sobre a natureza do Novo Mundo, mas era uma das características da História Natural do período. Entretanto, novamente, o espaço conferido a essa indagação é relativamente limitado por questionamentos de outra natureza, reafirmando, portanto, a hipótese de que os documentos produzidos pelo *Consejo*, em certa medida, dialogavam com as transformações dessa área de conhecimento no cenário europeu.

Ademais, também é fundamental ressaltar o papel do saber local dentro do questionário, especialmente os conhecimentos dos indígenas destacados nesta questão. O conhecimento nativo foi apropriado e traduzido pelos questionários, ainda que de forma circunscrita, em um processo que se assemelhava aquele descrito por Nieto Olarte (2006). A apropriação, a adaptação e a inserção dos saberes nativos no repositório cognitivo ocidental compunham não somente as medidas de coleta de informações empreendidas pelo *Consejo de las Indias*, eram peças essenciais para o projeto de posse do Novo Mundo.

As classificações sugeridas pela cédula reproduziam parte de uma visão tradicional e clássica de compreensão dos animais e das plantas. Ao mesmo tempo traziam elementos novos: a separação entre os animais espanhóis (europeus) e aqueles nativos refletindo não

⁵⁰ Não sendo também coincidência que as cinco questões que tratam diretamente das plantas sejam uma forma de reação do *Consejo de Indias* ao material obtido e produzido por Francisco Hernández que acabava de retornar de sua expedição à Nova Espanha. A abundância de plantas descritas pelo protomédico pode ter ecoado dentro da instituição administrativa e apontado algumas zonas de interesse.

apenas uma situação que se configurou após 1492 – que também conectou espécimes antes segregados geograficamente –, mas a percepção da especificidade das espécies americanas.

Os objetivos do questionário de 1577 vinculados à governança são frequentemente apontados pelos historiadores como norteadores do documento (entre tais estudiosos podemos citar Álvarez Peláez, Brendecke, Vilar, Ponce, Musset). Neste sentido, a leitura que fizeram das questões 22 a 29, bem como de outros conjuntos de capítulos, esteve pautada na consideração de que esses itens visavam uma prospecção de recursos ou de possíveis aproveitamentos da fauna, da flora e dos minerais americanos. Entretanto, o título do documento fazia menção direta a uma segunda intenção do documento e da iniciativa: o enobrecimento do território. O verbo enobrecer, no castelhano do início do período moderno, estava associado à ideia de obtenção de fama de um indivíduo por meio das armas, letras ou santidade. Porém também era possível gerar enobrecimento a um povoado ou localidade, para tanto, bastava adorná-lo de bons edifícios e memórias (COVARRUBIAS, 1611, p. 353). A cédula de 1577 não tinha entre seus objetivos a construção de novas catedrais ou prédios nas Índias Ocidentais, mas visava edificar um determinado tipo de memória, capaz de enfatizar as virtudes existentes nos territórios governados pela Monarquia Católica no continente americano. Se o conhecimento era capaz de gerar o entendimento devido para a boa governança, também era peça essencial na construção da representação de império que se almejava construir e engrandecer. Nesse sentido, a *Cedula, Instrucción y Memoria para la formación de las Relaciones* também estava vinculada às aspirações da monarquia e o enobrecimento poderia se dar por meio de informações e saberes menos pragmáticos que aqueles que normalmente são apontados como as reais intenções do documento. As questões relacionadas à História Natural devem, portanto, ser lidas para além da utilidade dos animais, plantas e minerais, podem ser entendidas também como parte da tarefa que se impunha aos letrados hispânicos do período: o imaginar (no sentido de pensar) um império cuja grandiosidade não estava restrita às ações humanas, mas também presente na natureza. Fazia parte das estratégias de reação às imagens negativas da Espanha e de seu império que circulavam pela Europa. A cédula de 1577 reproduzia, ainda que estruturada de forma distinta, preocupações, interesses, dinâmicas e modelos cognitivos já presentes nos documentos anteriores da década de 1570, estava inserido em um mesmo projeto de apreensão das Índias Ocidentais, em uma cultura epistêmica.

A incumbência de fornecer inteira notícia e adornar a memória das Índias Ocidentais cabia, prioritariamente, ao cosmógrafo e cronista maior. Assim, torna-se fundamental compreender o conceito de crônica, bem como retomar algumas ideias sobre os deveres

relacionados ao cargo de cronista oficial. Por fim, é importante notar que as instruções de 1577 também foram enviadas novamente às Índias Ocidentais em 1584, ainda no período em que López de Velasco atuava como cosmógrafo e cronista maior⁵¹ e resultaram na produção de centenas de relações que chegaram ao *Consejo de Indias* nos anos seguintes aos envios dos questionários.

2.2 Crônicas e Cronistas

Contemporâneo aos cronistas Juan López de Velasco, Pedro de Valencia e Antonio de Herrera y Tordesillas, Sebastián de Covarrubias y Orozco (1539- 1613) publicou, em 1611, sua obra *Tesoro de la Lengua Castellana o Española*, já citado antes, considerado o primeiro dicionário monolíngue em espanhol, no qual o autor buscava investigar a etimologia dos vocábulos castelhanos. Ainda que houvesse uma intenção de evidenciar os elementos etimológicos das palavras, Covarrubias, por vezes, abarcava outros objetivos, transformando sua obra em um repositório dos conhecimentos da época em torno dos conceitos selecionados (LOPE BLANCH, 1977, p. 298). Se a língua era a companheira do império, conforme sentenciava mais de um século antes Antonio de Nebrija (1441-1522), o *Tesoro* de Covarrubias estava inserido em uma perspectiva similar àquela que orientou a escrita da *Gramática de la Lengua Castellana*. Ao definir os significados das palavras, concepções de mundo e ideologias eram difundidas, bem como se estabelecia o que era cognoscível e os limites do que se podia atribuir a determinado termo.

Dentre os milhares de vocábulos cujas definições foram estabelecidas por Covarrubias y Orozco, encontram-se os termos crônica (*coronica*) e cronista (*coronista*)⁵². Para o autor, seria um cronista aquele que escrevesse uma história ou anais das vidas e façanhas dos reis. Já a crônica tinha uma explicação mais complexa, conforme transcrita a seguir:

Coronica, está corrompido el vocablo de chronica, chronicorum *annales five historiae, temporum memoriam conservantes, quibus scilicet res gestae, seruato temporum ordine digeruntur*⁵³. Vulgarmente llamamos coronica, la historia que trata de la vida de algun Rey, o vidas de Reyes, dispuestas por

⁵¹ Também cabe ressaltar que mesmo as perguntas voltadas para o território peninsular tornaram a ser enviadas no ano de 1578, mostrando a continuidade do projeto para além dos territórios indianos.

⁵² Estranhamente, Alfredo Alvar Ezquerria afirma que havia na obra de Covarrubias apenas a definição de historiador e história. Segundo Alvar (2000) não haveria no *Tesoro de la Lengua Castellana o Española* um “sitio para definir lo que es un cronista”. Utilizei para a pesquisa a versão digitalizada da obra disponibilizada pela Universidad de Sevilla e encontrei a definição de crônica e cronista conforme indicado a seguir.

⁵³ Uma tradução aproximada da citação em latim: “história feita de anais de modo a manter a memória dos tempos pelo qual se conhece os sucessos, preservando o tempo de modo linear”.

sus años, y discurso [sic] de tiempo: y así tomó nombre de la palabra griega χρόνος, chronos, tempus, e de allí chronica: y corruptamente coronica. Los Reyes y Príncipes deben leer, o escuchar las coronicas donde están las hazañas de sus pasados, y lo que deben imitar y huir... (COVARRUBIAS, 1611, p. 242)⁵⁴.

Para Covarrubias, portanto, estavam as crônicas vinculadas às biografias dos reis e ao relato cronológico e histórico dos fatos. Ao recuperar a etimologia, o autor também sublinhava a longevidade do gênero, cujas origens poderiam ser encontradas na Antiguidade. Além disso, tinham esses escritos uma finalidade pedagógica para os governantes, a história de seus antepassados deveria ser lida ou escutada e serviria como modelo de imitação ou como aquilo a se evitar. Com sua definição de crônica, Sebastián de Covarrubias delimitava igualmente o campo de atuação daquele que podia ser considerado cronista: a escrita sobre a vida dos reis. Entretanto, estariam as tarefas e os escritos dos cronistas limitados a essa temática?

As palavras de Pedro de Valencia, transcritas nas primeiras páginas do capítulo anterior, sugerem uma perspectiva diversa. O cronista oficial das Índias e de Castilla, ao retomar o exemplo de Roma, apontava a necessidade não propriamente de histórias dos reis, mas de uma descrição dos costumes dos povos e da natureza dos territórios sob o domínio da Monarquia. Os capítulos das *Ordenanzas Reales del Consejo* de 1571 que determinavam os deveres do ocupante do cargo de cosmógrafo e cronista maior das Índias também enfatizavam aspectos que não estão mencionados por Covarrubias. A análise das obras de Valencia, Herrera e López de Velasco, que será feita mais adiante, confirma essa não circunscrição dos escritos dos cronistas às biografias reais, porém também ratifica o caráter pedagógico das crônicas.

No entanto, a aceção proposta por Covarrubias, longe de estar equivocada, suscita questões relativas à constituição do gênero crônicas e suas especificidades no que concerne aos relatos sobre as Índias Ocidentais.

A vinculação entre a crônica e a noção de tempo foi apresentada em *Tesoro de la Lengua Castellana o Española*. Etimologicamente, o termo está ligado à palavra latina *chronica*, como sugeriu o autor toledano e, nesse sentido, à ideia de um relato em ordem cronológica, uma narrativa dos fatos em sucessão temporal. De acordo com Anderson Roberti

⁵⁴ “Crônica, está corrompido o vocábulo de chronica, chronicorum: *annales five historiae, temporum memoriam conservantes, quibus scilicet res gestae, seruato temporum ordine digeruntur*. Vulgarmente chamamos de crônica a história que trata da vida de algum Rei, ou vidas de Reis, dispostas por seus anos, e decurso do tempo: e assim tomou o nome da palavra grega χρόνος, chronos, tempus, e então chronica: y corruptamente crônica [coronica]. Os Reis e Príncipes devem ler ou escutar as crônicas onde estão as façanhas de seus passados, e o que devem imitar e fugir...”.

dos Reis e Luiz Estevam de Oliveira Fernandes (2006, p. 25), a concepção de crônica estaria muito próxima à “antiga aceção de História como mestra da vida, narração e exposição ‘verdadeira’ dos acontecimentos passados e de coisas memoráveis.”. Ainda segundo Reis e Fernandes, a origem da crônica seria incerta, porém sua consagração durante o período medieval estaria relacionada à literatura histórica cristã. Por meio das crônicas, diferentes ordens religiosas elaborariam registros escritos para guardar a memória das ações de seus membros, evidenciar o prestígio de suas instituições e exaltar a providência divina.

Para Walter Mignolo é necessário, no entanto, separar a definição daquilo que era entendido por história e o que era compreendido por crônica no século XVI. Para Mignolo, a palavra história nos quinhentos estava relacionada aos informes daquilo que foi visto e ou apreendido por meio de perguntas, não havendo a prerrogativa do componente temporal, incluindo, assim, as narrativas de eventos presentes. Já o termo crônica seria entendido como um relato sobre o passado ou a anotação de acontecimentos do presente fortemente estruturados pela sequência temporal, englobando também listas dos acontecimentos que se desejava guardar na memória.

No entanto, a historiografia das últimas décadas inclui sob o epíteto de crônicas muitas obras que trazem características que não permitem encará-las como meras narrativas sobre o passado, incluindo algumas que já no título possuem a designação de histórias (gerais, morais e naturais), como a obra de Gonzalo Fernández de Oviedo. Ademais, a própria definição proposta por Covarrubias, ainda que limitada à vida dos reis, evidencia as ambiguidades em torno do uso do termo ainda no período moderno: uma crônica poderia ser uma história. Possivelmente, uma definição de crônicas para além da etimologia se faz necessária, especialmente para uma reflexão em torno das chamadas crônicas das Índias.

Diferentes autores buscaram delimitar o que estaria enquadrado pela designação crônica das Índias. Uma das definições possíveis parte do caráter oficial da crônica, ou seja, da criação do cargo de cosmógrafo e cronista maior das Índias em 1571 e de suas funções. Neste sentido, seriam crônicas das Índias as obras produzidas pelos cronistas do *Consejo de Indias*, como Pedro de Valencia, Antonio de León Pinelo (1589-1660) e Gil González Dávila (1570-1658). Como vimos anteriormente, segundo as *Ordenanzas Reales del Consejo*, os cronistas maiores das Índias deveriam tratar de temáticas diversas, como a cosmografia, a geografia, a história natural e a própria história ocorrida no continente americano. Havendo, portanto, uma ampliação do sentido atribuído ao termo: as crônicas das Índias não estariam restritas às narrações das vidas de reis (como pontuava Covarrubias), nem mesmo aos relatos cronológicos (como indica a etimologia da palavra). No entanto, ao estabelecermos estes

parâmetros, ainda assim excluímos uma vasta gama de escritos que são considerados sob tal nomenclatura. Obras de diferentes formatos e conteúdos, com autorias e objetivos diversos, como *Historia Natural y Moral de las Indias* de José de Acosta, *Milicia y descripción de las Indias* de Bernardo de Vargas Machuca ou *Geografía y Descripción Universal de las Indias* de Juan López de Velasco, entre outras, fazem parte do conjunto tradicionalmente designado pelo termo crônica das Índias. Da mesma forma, recebem o qualitativo “cronista” indivíduos de profissões, formações e crenças variadas – desde soldados que participaram de ações no Novo Mundo a letrados que nunca cruzaram o oceano. Não por acaso, alguns especialistas enfatizam o caráter polissêmico e genérico dessa definição, características que dificultariam seu uso (FERNANDES; KALIL, 2012, pp. 47-48). Assim, como delimitar o conceito de crônica sem que se torne uma generalização improdutiva?

Mesmo em relação àqueles que eram designados como cronistas oficiais (por exemplo, de Castela, Aragão ou outro reino), por meio de uma nomeação real, restavam ainda ambiguidades: diferentemente do que ocorria com o cosmógrafo e cronista maior das Índias, para os demais não havia a especificação de suas funções em nenhum local, prevalecendo ainda traços arcaicos em parte dos escritos do gênero (ALVAR EZQUERRA, 2000, p. 303). A análise das trajetórias dos diferentes cronistas de Carlos V, por exemplo, sugere como a constituição de um modelo narrativo e mesmo a escolha temática dependiam das inclinações pessoais, políticas, acadêmicas e literárias dos cronistas (KAGAN, 2010; ALVAR EZQUERRA, 2000). Resulta, assim, difícil e pouco proveitosa a tarefa de se estabelecer contornos nítidos sobre os tipos de crônicas produzidas nos territórios da Monarquia Católica no século XVI. Contudo, existe um debate historiográfico em torno do que se convencionou considerar como crônica das Índias.

Tendo em vista a dimensão discursiva e literária, para Walter Mignolo, muitos dos textos considerados como crônicas, na verdade pertenceriam a outros tipos discursivos: as cartas relatoriais e as relações. É o caso das obras de Juan López de Velasco, que devido suas características pragmáticas e organizativas, bem como suas vinculações às solicitações da Coroa e ao anseio por informar, segundo Mignolo, deveriam ser classificadas como uma relação. Contudo, de acordo com o autor, por possuírem um referente e alguns limites cronológicos e ideológicos comuns, as crônicas, as cartas e as relações poderiam ser agrupadas em uma mesma família textual (MIGNOLO, 1998, p. 75). Ainda que pautadas em análises tipológicas e em algumas das designações coetâneas, as divisões propostas por Mignolo não consideram os textos em sua constituição enquanto gênero documental. González Boixo também critica tal classificação, afirmando que os três grupos apontados não

parecem estar marcados literariamente, nem o estudioso teria aludido a um bom número de obras que poderiam vincular-se à atividade literária (GONZÁLEZ BOIXO, 1999, p. 236).

José Carlos González Boixo (1999, p. 229) apresenta outra definição de crônica das Índias. Consciente das ambiguidades do termo ainda nos quinhentos – que equivaleria tanto ao conceito de história quanto de relação –, esse pesquisador as considera como obras de história, tendo em vista o significado deste conceito naquele momento. Também delimita as crônicas das Índias espacialmente àquelas obras que versavam sobre os territórios hispânicos na América e temporalmente entre os séculos XVI e XVIII. Afirma que muitos dos textos que hoje são enquadrados como crônicas não foram pensados tendo em vista a publicação, ainda que não os exclua do gênero textual. Não obstante, tende a considerar as crônicas, ainda que escritas em outros idiomas, como produto da cultura hispânica (GONZÁLEZ BOIXO, 1999, p. 233). É justamente este ponto que foi criticado por Kalil e Fernandes, pois ao considerá-las enquanto expressão da cultura hispânica há um reforço de uma perspectiva hispanista:

(...) É evidente que existe uma tradição narrativa cuja origem remonta à Europa e, mais especificamente, à Espanha. Também é evidente que essa tradição é múltipla: textos religiosos ou de conquistadores, por exemplo, respondem a lógicas diferentes. Contudo acreditamos que exista uma especificidade nas narrativas do e sobre o Novo Mundo que é obliterada quando interpretadas como mero reflexo de uma tradição cultural espanhola (FERNANDES e KALIL, 2012, pp. 60-61).

Mariano Cuesta Domingo (2007) também considera as crônicas das Índias como constituintes de um gênero literário narrativo marcado tanto pela variedade dos indivíduos que formam seu conjunto de autores, quanto pela diversidade de objetivos e intenções e modelos envolvidos na produção dos textos. Cuesta Domingo atribui às crônicas e aos cronistas a capacidade de “(...) explicar com certa minuciosidade o processo histórico protagonizado pelo mundo ocidental no processo de descobrimento, exploração e colonização de um novo [mundo] assim como sua posterior reordenação.”⁵⁵ (CUESTA DOMINGO, 2007, p. 116). Os primeiros escritos que tratavam das Índias Ocidentais e que atualmente são considerados como crônicas foram produzidos por indivíduos com objetivos e interesses próprios (respondiam à curiosidade crescente e à demanda por informações). No entanto, desde muito cedo a Coroa reconheceu a validade das informações disponibilizadas e apropriou-se do modelo narrativo para atender demandas oficiais. Se a crônica era o gênero predileto para contar a história dos reis e seus reinos, nas terras americanas, mesmo nas obras

⁵⁵ “(...) explicar con cierta minuciosidad el proceso histórico protagonizado por el mundo cristiano occidental en el proceso de descubrimiento, exploración y colonización de uno nuevo [mundo] así como en su posterior reordenación.”

produzidas pelos cronistas oficiais, o monarca e suas ações políticas cediam seu protagonismo para outros tópicos e atores, como conquistadores e missionários.

Neste sentido, as crônicas de Índias não poderiam ser circunscritas apenas à delimitação estabelecida por Covarrubias, mas devem ser definidas como um conjunto de registros escritos, produzido entre os séculos XV e XVIII, que procurava descrever as ações dos espanhóis (conquista, colonização, catequese), os povos nativos e o mundo natural americano, tendo como objetivos a incorporação e a tradução do Novo Mundo dentro do repositório de saberes ocidentais. Para Luiz Estevam de Oliveira Fernandes e Anderson Roberti dos Reis, essas fontes não devem ser encaradas apenas como relatos de ações ou reflexões sobre o Novo Mundo, mas também como expressões de projetos políticos (REIS; FERNANDES, 2006, pp.28-30). Assim, as crônicas oficiais ganham ainda maior relevância, cabiam a elas não somente reunir informações sobre o Novo Mundo, mas também documentar e legitimar conquistas e políticas expansionistas, bem como defender certas reivindicações em relação aos territórios e suas riquezas (KAGAN, 2010, p. 23). Segundo Richard L. Kagan, “a história das Índias era de importância central; tinha relação direta com a questão do Imperium e com a maneira com que os governantes espanhóis organizavam a conquista e a aquisição de terras longínquas”⁵⁶ (KAGAN, 2010, p. 39). Porém quais eram os aspectos que diferenciavam as crônicas oficiais das Índias dos demais escritos que partilhavam a mesma designação e são classificados no gênero crônica das Índias?

2.2.1 A Crônica oficial das Índias: alguns apontamentos e debates

O filólogo e bibliófilo Juan Páez de Castro (1510-1570) foi o último cronista oficial nomeado por Carlos V e, ao manter seu cargo após a coroação de Felipe II, foi o primeiro cronista do rei prudente. Em 1555, às vésperas da sucessão real, Páez de Castro escreveu um memorial intitulado *De las cosas necesarias para escribir la historia*⁵⁷, no qual traçava os parâmetros para escrever uma história da Espanha e digna do imperador. Em sua reflexão sobre a história, o autor revela concepções e princípios que orientavam o fazer historiográfico

⁵⁶ “(...) la historia de las Indias era de importancia clave; tenía relación directa con la cuestión del *Imperium* y con la manera con que los gobernantes españoles organizaban la conquista y la adquisición de tierras lejanas.”

⁵⁷ O texto de Paéz de Castro foi publicado de forma integral em dois números no periódico *La ciudad de Dios* no ano de 1892. Atualmente, ambos os números estão disponíveis online para consulta em: <https://archive.org/search.php?query=la%20ciudad%20de%20dios%201892> . Acesso em 03 Mar. 2015.

do momento, sobretudo aquele vinculado às instituições monárquicas, incluindo assim, as crônicas oficiais.

Páez de Castro comparava a escrita de livros, em especial os de história, à construção de edifícios⁵⁸. Se para a edificação de uma construção era preciso um bom arquiteto capaz de evitar os erros e avaliar as forças necessárias, para escrever uma história do reino era primordial um indivíduo dotado de determinadas qualidades para essa empresa.

Ainda que fizesse uma apologia ao soberano, afirmando que a simples nomeação para o cargo de cronista (o favor concedido) já produzia o efeito de conferir atributos e virtudes ao indivíduo que escreveria, Páez de Castro revelava suas iniciativas para suprir aquilo que lhe faltava no cumprimento de suas tarefas. Ao fazer isso, esse autor arrolava as características e os conhecimentos necessários para escrever uma história oficial. Primeiramente apontava o domínio de línguas clássicas e daquelas que originalmente foram escritos os textos sacros. Também afirmava que havia estudado direito e filosofia moral. O cronista revelava ainda que buscou “tener conocimiento de cosas naturales en particular, como son de animales, plantas, y minerales con harta curiosidad”⁵⁹ (PÁEZ DE CASTRO, [1555], 1892a, p. 607). Também se dedicou ao estudo da matemática.

Em seguida, Páez de Castro refletiu sobre a necessidade de conservar a memória dos feitos, pontuando os meios criados pelos diferentes grupos humanos para isso. Estabelecendo uma hierarquia, na qual os cantares e as pinturas eram tidos como inferiores à escrita (revelada por Deus e no topo da escala dos meios de comunicação), o autor afirmava que o fundamento da história seria não dizer coisa falsa ou escrever algo para dar prazer a alguns ou pesar a outros, mas narrar o que passa com espírito livre e sereno de todas as paixões.

Depois de discutir a importância da história, tida como necessária à vida, Juan Páez de Castro apresentava um esboço de como iria se estruturar sua obra, um modelo a ser cumprido. Primeiramente, faria uma descrição de toda a Espanha, seguindo suas costas, montes, rios e linguagens presentes. Dividiria em partes principais segundo a memória mais antiga e trataria em cada uma delas das cidades, dos trajes, leis, línguas, costumes e religiões. Também abordaria os reis dos diferentes estados, as linhagens e as nobrezas, as ordens de cavalaria, as cidades que se perderam e as novas, quem as fundou e quando. Descreveria o que era encontrado em “cada tierra de frutos, y animales, y minerales, y cosas hechas por artificio con más las personas memorables en letras, religión, y armas, y con los hechos dignos de memoria

⁵⁸ Lembremos que tanto os edifícios como a história poderiam enobrecer uma cidade, um território ou um reino.

⁵⁹ “(...) ter conhecimento de coisas naturais, em particular, como são de animais, plantas, e minerais com farta curiosidade”.

de aquellas ciudades y tierras.”⁶⁰. A história proposta por Páez de Castro não ficaria restrita ao território da península, abarcaria outras partes do império na Europa, na Ásia e na África, onde haviam chegado o estandarte e as armas de Carlos V. Além disso, afirmava que trataria dos novos mundos descobertos e desconhecidos dos antigos, que pintaria

(...) nuevo cielo nunca visto de nuestros pasados, nueva tierra nunca imaginada, con la extrañeza que tiene, donde no hallaremos cosa que parezca a las nuestras; nuevos árboles, yerba, fieras, aves y pescados; nuevos hombres, costumbres y religión; grandes acaecimientos en la conquista y la posesión de lo conquistado⁶¹ (PÁEZ DE CASTRO, [1555], 1892b, p. 34).

Juan Páez de Castro, como cronista oficial, pretendia escrever (ainda que tenha falhado nesta tarefa) não apenas uma história para e sobre os monarcas, mas uma história geral da Espanha que compreendesse todos os seus aspectos (KAGAN, 2010, p. 143) e que fosse contínua chegando ao momento em que vivia. Ambiciosa, a crônica planejada por Páez de Castro era parte de um projeto mais amplo vinculado às práticas de conservação da memória, bem como visava atender às aspirações de Carlos V. No ano seguinte à escrita de *De las cosas necesarias para escribir Historia*, Juan Páez de Castro escreveu um outro memorial, dessa vez dirigido à Felipe II no qual apresentava em programa historiográfico centrado em uma biblioteca real (KAGAN, 2010, p. 144)⁶².

Embora resistente em relação à escrita de uma história de seu reinado ou de períodos coetâneos, como recomendava Páez de Castro, Felipe II, provavelmente, seguiu muitas das sugestões do cronista, incluindo a construção de uma biblioteca (do Escorial) e de um arquivo (a reorganização de Simancas). Em seu projeto historiográfico, Juan Páez de Castro destacava a importância dos relatos sobre as Índias Ocidentais, desconhecidas dos antigos e que representavam uma grande façanha, um grande acontecimento que deveria ser conservado entre as memórias dos feitos da Monarquia. Também defendia a necessidade de descrever os aspectos naturais dos territórios hispânicos, não apenas peninsulares, mas também do Novo Mundo. Plantas, animais e minerais eram tidos como elementos dignos de serem conservados por meio de uma narrativa autorizada e oficial, sendo o domínio deste campo cognitivo um dos requisitos apontados por Páez de Castro como necessários ao cronista, ratificando o vínculo entre o saber histórico e a história natural que mencionamos antes.

⁶⁰ “(...) cada terra de frutos, e animais, e minerais, e coisas feitas por artificio com mais as pessoas memoráveis em letras, religião, e armas, e com os feitos dignos de memória daquelas cidades e terras” .

⁶¹ “(...) novo céu nunca visto de nossos passados, nova terra nunca imaginada, com a estranheza que tem, onde não encontraremos coisa que pareça às nossas; novas árvores, ervas, feras, aves e pescados; novos homens, costumes e religião; grandes acontecimentos na conquista e a possessão do conquistado”.

⁶² O Memorial del Dr. Juan Páez de Castro, dado al Rey Phelippe II al principio de su reinado foi publicado pela primeira na *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos* em 1883. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bne.es/results.vm?q=parent:0000000909&lang=en&s=197> Acesso 01/03/2015

Entretanto, a análise das ideias contidas em *De las cosas necesarias para escribir Historia* indicam também que o plano historiográfico de Páez de Castro talvez tenha tido uma longevidade, uma continuidade ou um diálogo em outras iniciativas da Monarquia Hispânica. Muitas das responsabilidades, tarefas e requisitos que eram esperados do ocupante do cargo de cosmógrafo e cronista maior das Índias, criado em 1571 nas *Ordenanzas Reales de Consejo*, assemelham-se aos atributos definidos (e autoproclamados) por Juan Páez de Castro. Da mesma maneira, as temáticas sugeridas pelo cronista de Carlos V e Felipe II para abordar o Novo Mundo encontram-se configuradas nas *Ordenanzas* de 1573: aquele que fosse compor uma história geral da Espanha tinha que ter habilidades e ser capaz de abordar assuntos como matemática, geografia, navegação, história natural, história e costumes dos povos dos reinos etc. Tal similaridade, se não indica uma apropriação, ao menos denota uma confluência de ideias sobre o que deveria compor as narrativas oficiais, bem como aquelas sobre os territórios ultramarinos. Logo, embora o cargo de cronista oficial apenas tenha sido criado em 1571, décadas antes já estavam esboçados parte dos objetivos e o que se esperava obter de uma crônica oficial que abordasse a Monarquia Hispânica e, mais especificamente, os territórios das Índias Ocidentais. Porém, recordemos, pontos semelhantes também foram mencionados pelo duque de Alba em sua conversa com Arias Montano em 1571, como descrevemos no início do capítulo, ou seja, havia um consenso em relação àquilo que era necessário conhecer das Índias Ocidentais, tanto pelos cronistas que se propunham a escrever sobre a região quanto pelos altos funcionários responsáveis pelas decisões administrativas que cabiam ao Novo Mundo. Essa concordância também estava delineada na legislação formulada pelo *Consejo de Indias* relativas às tarefas do cosmógrafo e cronista maior, nas *Ordenanzas* de 1573 e nos questionários de 1577 e 1584, assim como serão os eixos estruturantes das narrativas autorizadas, isto é, das crônicas oficiais das Índias até o início do século XVII.

A relação entre a escrita de crônicas sobre os territórios ultramarinos e a Coroa espanhola remontava aos primeiros anos após a chegada de Colombo ao continente americano. As cartas de Pedro Mártir de Anglería, que posteriormente se transformaram em suas *Décadas*, são significativas de tal vínculo. Ainda que não tenham sido patrocinadas diretamente pelos reis católicos, sua escrita foi facilitada dada a posição de Anglería na corte – como capelão da rainha Isabel, embaixador e um dos primeiros membros do recém-criado *Consejo de Indias* em 1524 –, que possibilitava acesso a documentos e a testemunhos de indivíduos ligados às navegações e à ocupação das terras no Novo Mundo. O autor italiano nunca foi designado cronista oficial das Índias, no entanto, suas obras foram responsáveis pela difusão das notícias daquelas partes por entre o público letrado europeu, uma vez que foram

impressas em diferentes edições e traduções. Representavam uma visão muito próxima do círculo de poder da monarquia que conduzia as navegações e as “descobertas” de novas terras.

Anos mais tarde, já no reinado de Carlos V, também sem ser nomeado explicitamente como cronista oficial, encontra-se Gonzalo Fernández de Oviedo. Conforme pontuamos antes, Oviedo recebeu do imperador um estipêndio para que escrevesse uma história dos territórios indianos e a permissão para que solicitasse relatos e/ ou documentos sobre outras partes do continente⁶³. O apoio real certamente conferia legitimidade às ações de Oviedo como cronista, inclusive dava respaldo para que pudesse tecer críticas a diferentes indivíduos que já tinham escrito sobre as novas terras, até mesmo Pedro Mártir de Anglería – um dos alvos de suas reprovações, sobretudo porque o autor italiano jamais teria pisado em solo indiano. A busca pela nomeação como cronista oficial e pelo apoio a suas obras foi uma tarefa constante de Oviedo, motivando muitas de suas idas e vindas à península. Por mais que a designação representasse uma segurança material e financeira almejada pelo cronista, ela também poderia significar a obtenção de determinado status (social e político) e atribuir um grau a mais de confiabilidade a suas narrativas. Tanto é que, algumas décadas depois da publicação de seu primeiro livro que se dedicava ao Novo Mundo – o *Sumario* –, Oviedo escreveu uma obra versando sobre os ofícios existentes na câmara real nos tempos de d. Juan de Aragão (1478-1497) intitulada *Libro de la Cámara Real del príncipe don Juan, oficios de su casa y servicio ordinário*, de 1548. Nele há um apartado dedicado à definição do ofício de cronista em que o autor ratificava a importância dessa ocupação no cenário da Monarquia, estabelecendo a analogia com um evangelista:

Historiadores e cronistas son en la Casa Real ofiçio muy preeminente, e el mismo título dize qué tal ha de sera e de qué habilidad el que tal ofiçio exerçitare, pues ha de escribir la vida e discursos de las personas reales —e sucesos de los tiempos— con la verdad e limpieza que se requiere. Ofiçio es de evangelista, e conviene que esté en persona que tema a Dios, porque ha de tractar de cosas muy importantes, e dévelas dezir, no tanto arrimándose a

⁶³ A consulta feita em 27 de maio de 1532 evidencia a posição de Oviedo em relação ao *Consejo de Indias*. Francisco Cobos, quem escreve a consulta, sugeriu ao imperador que em razão da capacidade, da experiência e do conhecimento do cronista para escrever sobre os assuntos sobre as Índias, que o apoiasse com um salário para os gastos e uma ajuda de custo anual (mercê). Para isso, Oviedo deveria recolher tudo que havia escrito e escrever mais sobre o que faltava em relação às propriedades de cada terra e ilhas e particularidades, também deveria apresentar as condições dos moradores e dos animais de cada uma das partes e fazer uma memória dos descobrimentos e do que havia passado nas Índias Ocidentais. O documento ainda afirma: “(...) *al Consejo parece que a éste se le mandase que juntase todo lo que tiene escrito, y discurriese por aquellas tierras donde no ha andado, para ver lo que no tiene visto, y de todo hiciese memoriales y los enviase a este Consejo, para que aquí se ordenase y pusiese en la crónica, y que Va. Mt. hiciese merced a Oviedo de alguna ayuda de costa cada año por el trabajo que en ellos ha de poner y para ayuda de un escribiente*”. Nota-se, portanto, que o *Consejo* não previa a incorporação de Gonzalo Fernández de Oviedo em seu quadro de integrantes, nem mesmo cogitava sua nomeação como cronista oficial, mas que seus escritos fossem incorporados na crônica da Espanha, ou seja, na crônica geral da Monarquia. Se o apoio da Coroa não pode ser negado, há que se matizar o título de cronista oficial atribuído pela historiografia a Oviedo.

la elocuencia e dulçura de las palabras, ni contentamiento de las orejas del vulgo e ornamento retórico, quanto a la medula, e puridad e valor de la verdad, llanamente, e sin rodeos ni abundancia de palabras supliendo la verdad donde les faltare la información... (OVIEDO Y VÁLDEZ, 2006 [1548], pp. 162-163)⁶⁴.

Se os evangelistas foram os responsáveis por narrar as ações de Jesus Cristo na terra, aos cronistas reais também caberia uma tarefa de grande responsabilidade e, por isso, a escrita de história e de crônicas deveria ser pautada na verdade e na simplicidade – argumento que foi reiterado posteriormente por Páez de Castro –, uma vez que as memórias conservadas por meio das palavras eram longevas e superavam a vida daqueles que eram descritos. Por isso, Oviedo reforçava o cuidado necessário com tal ofício, mesmo em relação àqueles que não ganhavam qualquer remuneração para escrever sobre os feitos e vidas dos monarcas e de seus domínios.

As considerações de Oviedo e Páez de Castro confirmam a interpretação de Luiz Costa Lima em relação às transformações sofridas pelo discurso histórico no início do período moderno. Segundo esse autor, durante o período medieval a escrita era posta a serviço do memorável, a subjetividade daquele que escreve não era colocada em questão; a verdade estava inscrita nas coisas por Deus – não havia distinção entre o discurso ficcional e o histórico. A partir do Renascimento, houve uma mudança, o cronista passou a ser visto como intérprete do passado; a palavra não era mais fiável simplesmente pelo ato de estar inscrita e havia o crescente combate à indiferenciação entre o ficcional e o tido como real⁶⁵. Nesse sentido, o historiador (e o cronista) seria “aquele que confronta os testemunhos, que coteja as fontes com o que outros escreveram, que não teria outro cuidado senão o de talhar na pedra do texto as letras da verdade” (LIMA, 2007, p. 239). Não por acaso, nota-se ao longo dos séculos XV, XVI e XVII uma preocupação crescente dos monarcas em relação à produção das crônicas oficiais. Conforme pontuou Richard Kagan (2010, pp. 23-30), nos reinos hispânicos e, praticamente, em toda a Europa Moderna⁶⁶, os cronistas vinculados à Coroa se tornaram

⁶⁴ “Historiadores e cronistas são, na Casa Real, um ofício muito preeminente, e o mesmo título evidencia que tamanho de ser e de que habilidade o que tal ofício exercer [deve ter], pois há de escrever a vida e os discursos de pessoas reais – e sucessos dos tempos – com a mesma verdade e limpeza que se requer. Ofício é de evangelista, e convém que esteja em uma pessoa que tema a Deus, porque há de tratar de coisas muito importantes, e as deve dizer, não tanto se apoiando na eloquência e na doçura das palavras, nem no contentamento das orelhas do vulgo e no ornamento retórico, quanto à medula e à pureza e ao valor da verdade, simplesmente, e sem rodeios, nem abundância de palavras, suprindo a verdade onde faltar a informação”.

⁶⁵ Combate este que repercutia até mesmo em ações concretas da Monarquia como o controle da circulação de livros ficcionais nos territórios americanos, em razão das confusões e equívocos que poderiam causar, sobretudo em relação à indiferenciação dos textos.

⁶⁶ Kagan também aponta algumas exceções, como é o caso britânico, que não contou com cronistas oficiais até cerca do início do século XVII.

importantes. Se atualmente olhamos com desconfiança e associamos a história oficial a um discurso forjado para distorcer o passado de modo a favorecer aqueles que detinham ou detém o poder, não podemos atribuir aos cronistas oficiais do início do período moderno um descompromisso com a verdade. A história autorizada e patrocinada pelo Estado era formulada para favorecer interesses dos dirigentes e mirava simultaneamente o presente e o futuro, no entanto, os escritores de tais narrativas não apenas as elaboravam tendo em vista os objetivos a serem alcançados, mas as situavam no território do verídico, se pautando em posturas metodológicas e historiográficas (próprias do período) que reafirmavam o comprometimento com aquilo que era tido como verdade⁶⁷. Mesmo Herrera y Tordesillas, ao elaborar suas *Décadas* visando criar uma representação positiva da Monarquia, uma resposta à *leyenda negra*, alicerçava seu relato nos documentos encontrados em arquivos e naquilo que já estava presente nas crônicas anteriores (REIS; FERNANDES, 2014, p. 746). Não havia uma invenção deliberada de modo a favorecer a Coroa, mesmo porque a separação entre o ficcional e o não ficcional já ganhava contornos, e a aceitação de uma história verdadeira pressupunha a manutenção de determinadas fronteiras.

Portanto, o aumento do número de histórias oficiais não era uma peculiaridade ibérica e nem estava dissociada da produção historiográfica do período. Ademais, para Kagan, a imprensa teve um papel decisivo nesse processo de desenvolvimento das histórias autorizadas:

(...) os cronistas oficiais se tornaram ainda mais importantes com a invenção da imprensa, que ampliou as possibilidades de que o que escrevessem chegassem a mais leitores e a maiores distâncias. O século XVI representou, nesse sentido, um ponto de máxima expansão para a história oficial um tempo no qual praticamente todas as igrejas, cidades e governantes contrataram os serviços de cronistas que podiam qualificar como próprios⁶⁸ (KAGAN, 2010, p.33).

No mesmo período, sobretudo nos territórios da Monarquia Hispânica, houve a consolidação de nomeações e a fixação de salários para os cronistas. O discurso histórico passou a ser visto como parte integrante da política e da governança: o domínio dos eventos passado era tido como elemento-chave para o bom governo do monarca (que deveria conhecê-los) e a história era encarada como legitimadora do poder. O aumento da importância das

⁶⁷ O termo verdade aqui mencionado associa-se a noção de vontade de verdade apresentada por Michel Foucault (2007) e não a uma maior objetividade ou racionalidade do discurso. Para esse autor, nosso pensamento estaria limitado pelo discurso dentro do qual ele se articula, sendo as noções de falso e verdadeiro válidas apenas com referência a uma formação discursiva específica.

⁶⁸ “(...) los cronistas oficiales se volvieron todavía más importantes con la invención de la imprenta, que amplió las posibilidades de que lo que escribieran llegase a más lectores y a más distancia. El siglo XVI representó, en ese sentido, un punto de máxima expansión para la historia oficial, un tiempo en que prácticamente todas las iglesias, ciudades y gobernantes contrataron los servicios de cronistas que podían calificar como propios.”

crônicas e dos cronistas para os monarcas do período deve ser associado processo de implantação de uma civilização da escrita que ocorria de forma simultânea. Conforme pontuou Fernando Bouza (1996), a escritura era o meio privilegiado por aqueles que almejavam deixar constância e fixar determinados registros; o vínculo entre a monarquia e os textos escritos passou a ser cada vez mais estreito. Se com as crônicas buscava-se conservar determinada memória de fatos, de descrições, de ações e de tudo aquilo que era tido como notável, era a palavra escrita, cuja presença tornava-se mais marcante, a forma de comunicação escolhida.

No entanto, mesmo sendo necessário marcar o espaço da verdade, distinguindo-a da ficção, e se grande era a responsabilidade que recaía sobre o cronista dedicado a escrever os feitos do reino ou de seus governantes, com raras exceções, as tarefas dos indivíduos nomeados como cronistas reais nos territórios hispânicos não eram especificadas. Segundo García Hernán (2006), embora o ofício não pudesse ser desconectado da burocracia estatal e os cronistas fossem servidores reais, nas nomeações não ficava especificado o alcance de suas funções, sugerindo uma relativa liberdade desses indivíduos no cumprimento de suas tarefas. A análise da produção efetiva, ou melhor, da ausência de escritos e de obras de alguns cronistas – mesmo dos cronistas oficiais das Índias – mostra a flexibilidade do cargo⁶⁹. Porém tal asserção deve ser matizada. Se não havia o controle constante das atividades realizadas pelo cronista e a não escrita de uma obra não significava, em parte dos casos, uma punição efetiva, não podemos creditar uma total liberdade em relação ao que era produzido. Além da censura institucional (Estado e Igreja), havia os limites ligados às redes de patrocínio e no que concerne ao que poderia ser dito sobre os grandes nomes e famílias nobiliárias dos reinos pertencentes à Monarquia. O exemplo da disputa entre o conde Puñonrostro (1542-1610) e Antonio de Herrera y Tordesillas⁷⁰ é significativo dos choques que poderiam ser causados por meio da publicação das crônicas oficiais e das tentativas de controle de sua escrita.

Dentro desse cenário de crescimento da importância do papel dos cronistas oficiais e da não regulamentação de suas atividades, as determinações compreendidas nos capítulos

⁶⁹ Richard Kagan (2010, pp. 120-141) descreve as diferentes iniciativas e nomeações do imperador Carlos V visando a produção de uma crônica sobre seu império e suas ações, bem como o fracasso de sua política. Mariano Cuesta Domingo também apresenta a pouca produção escrita de diferentes cronistas oficiais das Índias. Acumulando outras atividades e cargos, muitas vezes, os indivíduos nomeados relegavam suas tarefas a segundo plano ou adiavam a produção. Sendo assim, mesmo que a quantidade de indivíduos designados para o cargo tenha aumentado, os escritos que deveriam ser consequência das nomeações nem sempre se efetivaram.

⁷⁰ Segundo Mariano Cuesta Domingo (2006, p. 130), o conde Puñonrostro ao ter acesso aos manuscritos de Herrera y Tordesillas criticou a imagem de seu avô Pedrarias Dávila formulada pelo cronista e tentou evitar a publicação, exercendo influência entre os membros do *Consejo de Indias*, Herrera defendeu seu posicionamento, embora não tenha sido obrigado a modificar seu texto, argumentando que caso assim o fizesse comprometeria a verdade, teve que retirar uma ilustração considerada ofensiva.

finais das *Ordenanzas Reales del Consejo*, de 1571, ganham ainda mais relevância. Conforme vimos nas páginas anteriores, por meio delas foi criado o cargo de cosmógrafo e cronista maior das Índias e definidas suas atribuições. Ainda que, para alguns autores, possa ser conferida a designação de cronistas oficiais a Anglería e Oviedo e que sejam eles responsáveis por parte considerável da difusão de notícias, relatos e descrições sobre o Novo Mundo na primeira metade do século XVI, os dois indivíduos jamais foram nomeados para ocupar o cargo de cronista oficial das Índias. Se atualmente usamos o termo cronista das Índias para nos referirmos a sujeitos das mais variadas condições e formações, majoritariamente, religiosos, funcionários ligados à Coroa, militares e conquistadores que escreveram obras dedicadas às Índias Ocidentais, em realidade, apenas uma pequena parte deste grupo é constituída por cronistas oficiais. Entre eles estão: Tomás Tamayo de Vargas, Pedro de Valencia, Antonio de León Pinelo, Antonio de Herrera y Tordesillas, Juan Bautista Muñoz etc. O cargo existiu de maneira oficial até o século XVIII, quando a tarefa de escrever uma história oficial passou a ser responsabilidade da Real Academia de la Historia, fundada na década de 1730 e que gozava de proteção real.

Tendo como primeiro ocupante Juan López de Velasco, segundo Romulo D. Carbia, a criação do cargo de cosmógrafo e cronistas maior das Índias, em 1571, respondia a diferentes questões: primeiramente, uma reação às possíveis calúnias e fantasias que eram divulgadas sobre as Índias e sobre as ações ocorridas naquelas partes e também à oposição engendrada por outras monarquias contestando bulas e tratados que definiam a possessão hispânica. Respondiam ainda ao desejo de que o conhecimento gerado pela crônica oficial fosse capaz de garantir o bom governo, evitando repetições e erros, ou seja, aquilo que já afirmava Ovando em sua avaliação feita a partir da visita ao *Consejo*. Segundo o historiador argentino, inicialmente os relatos sobre as Índias Ocidentais tinham como protagonista a descrição da natureza, após a difusão das imagens propagadas pelo Frei Bartolomé de Las Casas em relação ao que ocorria naquelas partes, essa primazia foi alterada. O interesse dos monarcas passou a recair sobre o que ocorria no continente americano, em detrimento de narrativas sobre seus aspectos naturais, por isso a necessidade da nomeação de um cronista oficial. Discordo de Romulo D. Carbia, uma vez que como foi apontado antes, os elementos constitutivos da área de História Natural continuaram a compor o rol de objetos de investigação do cronista oficial, não sendo, portanto, um elemento relegado a segundo plano.

Ainda de acordo com Carbia, havia uma distinção entre aquele que ocupava o cargo criado com as *Ordenanzas Reales del Consejo* e os demais cronistas. “(...) Não se tratava já de um cronista mais, senão de um alto funcionário que, ilustrando com a verdade, colaboraria no

melhor governo das províncias longínquas. Sua missão era essa: assentar a exatidão histórica. Para consegui-la, devia ajustar-se a regras escritas.”⁷¹ (CARBIA, 1934, p. 98). Tais normativas estavam expressas nas determinações de 1571 e definiam, como analisado detalhadamente antes, que caberia ao cosmógrafo e cronista maior compilar dados cosmográficos, como longitude e latitude, definir a localização de determinadas localidades, ilhas, mares, rios, conservar os fatos memoráveis, descrever os ritos e costumes dos povos do Novo Mundo, bem como relatar sobre os elementos da natureza conhecidos (CONSEJO DE LAS INDIAS, 1988 [1571]).

Conforme assinalou Kagan, a história (crônica) oficial pode ser entendida como uma narrativa autorizada, auspiciada por uma determinada instituição, elaborada tendo em vista a criação de um registro que favoreça seus interesses e seus objetivos (KAGAN, 2010, p. 24). Assim, o cronista oficial receberia o apoio da Coroa, em forma de mercês e pecúnia, para elaborar um relato capaz de atender seus anseios tanto em relação à disponibilização de informações e conhecimentos necessários à administração e ao domínio desses territórios, quanto no que concerne à construção de uma determinada memória e um discurso político referente aos eventos e localidades narradas. Nesse sentido, todos aqueles que foram nomeados como cronistas das Índias pela monarquia tinham uma característica comum, almejaram o estabelecimento de um relato oficial que fosse capaz de atender as intenções da Monarquia.

Entretanto, em seu estudo sobre as crônicas oficiais, Romulo D. Carbia diferencia os cronistas oficiais entre “maiores” e “menores”. Para o autor a crônica maior era colaboradora do *Consejo de Indias*, utilizada para evitar equívocos no governo das Índias Ocidentais e garantir legitimidade. A crônica maior apenas passa existir após 1571 e sua escrita foi atribuída aos sucessores de López de Velasco. Já as crônicas menores poderiam ser de três tipos: “a que ordenaram para si os próprios monarcas, a que o Consejo dispôs que se formasse à margem da que se realizava de acordo com as ordenanças de 1571 e seus corroborantes posteriores e as que as autoridades do Novo Mundo criaram com diferentes finalidades”⁷² (CARBIA, 1934, p. 128). Essa interpretação não é consensual entre os historiadores. Ernest Schäfer, contemporâneo de Carbia e autor de um dos clássicos sobre o *Consejo de Indias*, foi

⁷¹ “(...) No se trataba ya de un cronista más, sino de un alto funcionario que, ilustrando con la verdad, colaboraría en el mejor gobierno de las provincias lejanas. Su misión era esa: assentar la exactitud histórica. Para lograrlo, debía ajustarse a reglas escritas”.

⁷² “(...) la que ordenaron para sí los propios monarcas, la que el Consejo dispuso que se formara al margen de la que se realizaba de acuerdo con las ordenanzas de 1571 y sus corroborantes posteriores y las que las autoridades del Nuevo Mundo crearon con diferentes finalidades. Todo ese conjunto es aquel al que denomino crónica menor.”

bastante crítico em relação a essa divisão (SCHAFER, 2003, p. 353), afirmando sua arbitrariedade. Entre os cronistas analisados neste trabalho, para Carbia Juan López de Velasco e Herrera y Tordesillas seriam classificados como cronistas maiores das Índias, enquanto Pedro de Valencia não estaria na mesma categoria e, por isso, não teria um vínculo direto com o *Consejo*. Tal separação, em minha opinião, é equivocada e parece se alicerçar em uma racionalidade anacrônica em relação às atividades administrativas e burocráticas do período. Ao estabelecer dois tipos de crônicas, o historiador argentino de certa forma nega a possibilidade de sobreposição e redundância em relação aos cargos e atividades existentes nas instituições da monarquia – uma vez que Valencia e Herrera y Tordesillas ocuparam os mesmos cargos simultaneamente. Em um cenário político marcado pelas concessões de mercês, títulos e privilégios como meios de garantir a lealdade e a obediência dos súditos necessárias para o governo do soberano, a distribuição de cargos nos diferentes organismos que compunham a monarquia era uma importante ferramenta política. Especialmente entre os séculos XVI e XVII, a inserção (e anseio) cada vez maior de letrados junto aos círculos de poder tornava os cargos como os de cronistas oficiais dos diferentes reinos bastante almejados. Frequentemente eram disponibilizados pelos monarcas de modo a reforçar alianças políticas. Assim, ainda que uma nomeação possa ser atribuída a uma mercê pessoal, como é alegado no caso de Pedro de Valencia (SCHAFER, 2003, p. 358), não haveria o porquê distingui-la de outras designações que aparentemente não se enquadravam nesse tipo de reconhecimento: de maneira geral, as nomeações estavam imersas na mesma configuração política e da sociedade de corte que se fortalecia na Espanha, não escapando da lógica das mercês. Os cronistas classificados por Carbia como maiores não estavam afastados das redes de alianças e das disputas pelo poder. Por isso, não estabeleço distinções entre aqueles que eram designados cronistas das Índias pelas instituições oficiais, mesmo porque, em suas nomeações, esses indivíduos – por exemplo, Herrera e Valencia – recebiam incumbências bastante similares.

Apontamos acima como as *Ordenanzas* de 1571 representavam uma exceção na definição das funções e responsabilidades do cargo de cronista oficial, uma vez que traziam normativas relativas à conduta e aos temas que deveria abordar o ocupante do cargo, sendo essa característica uma das especificidades da crônica oficial das Índias, porém existem outras idiosincrasias. Ao ser criado no início da década de 1570, o ofício de cosmógrafo e cronista das Índias estava conectado de um cenário mais amplo que envolvia a produção de crônicas no mesmo período. Conforme afirma Richard Kagan (2010, p. 190), o cargo fora criado em um momento de alteração da postura da Coroa em relação à história. Ainda que Felipe II se

mostrasse resistente à produção de relatos sobre o seu reinado ou períodos contemporâneos, em razão das imagens pejorativas, dos ataques e dos questionamentos em relação à soberania (*Imperium*) hispânica sobre as Índias, havia o imperativo de constituir uma história que narrasse o passado espanhol (pró pátria); uma contra-história em relação aos livros que circulavam na Europa – as obras de Benzoni (1519-1570), N. Le Challeux ou mesmo de Las Casas⁷³ – se fazia cada vez mais necessária (KAGAN, 2010, p. 230). Segundo García Cárcel (*apud*, GARCÍA HERNÁN, 2006, p. 136), a *Leyenda Negra* originada nos tempos de Carlos V se devia menos às ações difamatórias que à incapacidade da Monarquia Católica em consolidar um discurso legitimador sobre as ações ocorridas em seus territórios. Era justamente um relato capaz justificar as iniciativas espanholas que era buscado com a criação do cargo pertencente ao quadro do *Consejo de Indias*.

A relação entre o surgimento do ofício de cosmógrafo e cronista maior das Índias e as características pessoais de Felipe II é apontada por parte da historiografia. Segundo alguns autores – seguindo a ideia pontuada já no clássico de Ernest Schäfer – o maior interesse do *Consejo*, no que concerne a assuntos científicos, se devia à curiosidade e à atenção devotada pelo monarca às ciências, fato que contribuiu para seu fomento. Não desconsiderando o interesse de Felipe II em matérias científicas, há que se matizar essa interpretação: a produção de uma crônica das Índias não atendia apenas o gosto pessoal do rei, vinculava-se à posse e à manutenção dos domínios territoriais.

Além disso, vale lembrar que a concepção de história que coordenava a produção dos relatos sobre as Índias feitos pelos cronistas oficiais não era a mesma que a atual. A história era encarada como a descrição das coisas como eram ou se passaram anteriormente e não estava completamente segregada de ramos que hoje classificamos como ciências naturais, ou seja, a história natural. Assim sendo, a descrição de animais, plantas e minerais pertencia aquilo que era concebido como parte do discurso histórico. Não é de se estranhar que nas determinações de 1571 constasse a História Natural como uma das temáticas que deveria tratar o cosmógrafo e cronista. Poder-se-ia argumentar que essa inserção da fauna, flora e minerais entre as obrigações do cosmógrafo e cronista devia-se à dupla função do ofício. Contudo, se atentarmos para os elementos que compunham a cosmografia no período, veremos que esses assuntos escapavam daquilo que correspondia à disciplina (VOGEL, 2008, pp 469-471); ademais, os cosmógrafos ligados a outros organismos, como a *Casa de*

⁷³ Girolamo Benzoni (1519-1572) escreveu *Historia del Mondo Nuovo* em 1565. Nicolás Le Challeux escreveu, em 1566, *Discours de l'histoire de la Floride contenant la cruauté des Espagnols contre les sujets du Roy en l'an mil cinq cens soixante cinq*. Já a obra *Brevísima Relación de la Destrucción de las Indias*, de Bartolomé de las Casas (1474-1566) é datada de 1542.

Constratación, não se dedicavam às mesmas atividades pontuadas pelas *Ordenanzas* de 1571. Tratar da História Natural era responsabilidade do cronista, tanto que após a separação das funções originais cargo – após a saída de López de Velasco – a História Natural ainda constava nas obras e era parte das preocupações dos cronistas oficiais, como Pedro de Valencia, conforme mencionado no capítulo anterior.

A abertura a outros temas que não compunham os padrões narrativos clássicos das histórias oficiais é vista por Arndt Brendecke como uma das especificidades da crônica oficial das Índias:

Os padrões narrativos clássicos, como o da genealogia ou da biografia real (...) já não eram por si mesmos apropriados para captar de forma adequada as circunstâncias especiais desses territórios, o que por uma parte contribuiu para que a narração da História Colonial se abrisse a outros objetos e gêneros, como o da História Natural, a Antropologia ou a História Cultural⁷⁴ (BRENDECKE, 2012, p. 434).

José de Acosta, em sua dedicatória à infanta Isabel Clara Eugenia, dizia que por serem novas as terras das Índias havia muito ainda o que se considerar (ACOSTA, 2006 [1590], p. 9); mesmo um século depois da chegada de Colombo, restavam aspectos que mereceriam um relato seja por entretenimento, curiosidade ou a utilidade que o conhecimento poderia proporcionar. Era justamente parte da novidade que representava o continente americano que se apresentava como não redutível aos modelos narrativos usuais. A necessidade de apreender as novas terras e de inseri-las no repertório de saberes ocidental compeliu a introdução de novos temas, entre eles a História Natural que passou a configurar uma parte importante das crônicas (não apenas as oficiais) sobre os territórios americanos. No entanto, sua inclusão não significava a inserção de um elemento exógeno ao gênero, uma vez que, como apontamos antes, a História Natural compunha aquilo que era entendido como história.

Brendecke também pontua outra particularidade desses escritos: a emergência de novos protagonistas. Os conquistadores, os missionários e os funcionários que atuavam nas Índias passaram a ter papéis de destaque nessas narrativas, uma vez que eram responsáveis pela produção e preservação do domínio colonial. O historiador alemão também chama atenção para reciprocidade de interesse na constituição de uma crônica das Índias. Ao se elaborar uma memória oficial e autorizada pelo rei, esses indivíduos também viam a possibilidade de assegurar méritos pessoais, privilégios sociais e econômicos. Nesse sentido,

⁷⁴ “Los patrones narrativos clásicos, como el de la genealogía o la biografía real, no podían prender en esas circunstancias. ya de por sí no eran apropiados para captar de forma adecuada las circunstancias especiales de esos territorios, lo cual por una parte contribuyó a que la narración de la Historia Colonial se abriera a otros objetos y géneros, como el de la Historia Natural, la Antropología o la Historia Cultural”.

concordo com Brendecke, a crônica oficial tinha potencial de constituição de direitos e regulação social:

Tinha um carácter político em um duplo sentido: de um lado no macro político, podia justificar ideologicamente a conquista e a missão, e proteger assim pretensões e interesses dinásticos ou “nacionais”; e por outro, podia incidir nos assuntos cotidianos micropolíticos da pré-modernidade, entre os quais estavam a recompensa dos feitos dignos de mérito e a garantia da lealdade política⁷⁵ (BRENDECKE, 2012, p. 435).

A história pretendida pelo *Consejo* e levada a cabo pelos cronistas apresentava-se dentro do campo do político e, por isso, não isenta de tensões e contestações. O caso do conde Puñonrostro foi apontado antes para evidenciar os limites daquilo que poderia ser abordado pelos cronistas das Índias. Além disso, as atribuições do cargo e o modo como as atividades eram conduzidas por seu ocupante eram alvos de críticas severas. Demetrio Ramos (1963, pp. 92-94) apresenta as críticas elaboradas pelo frei Pedro de Aguado (1538- 1609) em relação à lentidão no processo de leitura e de censura de sua obra *Recopilación Historial* realizado pelo então cosmógrafo e cronista das Índias, Juan López de Velasco. Ademais, o fato de que os cronistas residiam na corte em Madrid e nunca estiveram nas Índias era um aspecto recorrente nas avaliações desfavoráveis às obras e, inclusive, à existência do cargo. Herrera y Tordesillas chega a responder diretamente às objeções a sua credibilidade para escrita de sua história.

Apoiados nos mecanismos criados pelo *Consejo de Indias*, sejam eles as requisições das histórias que circulavam sobre os territórios ultramarinos – como demandava a cédula de 1572, sejam eles as solicitações de informações diretamente dos habitantes daquelas partes – por meio das ordenanças de 1573 ou dos questionários posteriores –, bem como pelos materiais disponíveis (livros impressos e documentos de arquivos), os cronistas oficiais constituíram uma metodologia capaz de superar as distâncias geográficas e temporais e, simultaneamente, atender as exigências administrativas e constituir uma memória sobre as Índias. Diferentemente das crônicas dos outros reinos hispânicos, a história das Índias Ocidentais buscada pela Coroa era onicompreensiva, ou seja, deveria incluir em sua narrativa todos os aspectos daqueles territórios. Não apenas os feitos e eventos ocorridos, mas as descrições dos povos, das terras e recursos existentes faziam parte da história que deveria ser elaborada. Mesmo as *Décadas* de Herrera, que priorizavam os relatos dos fatos ocorridos durante as primeiras décadas de colonização europeia no continente americano, há espaço para descrição dos elementos físicos que compunham as Índias. *Descripción de las Indias*

⁷⁵ “Tenía carácter político em um doble sentido: por una parte, em lo macropolítico, podía justificar ideologicamente la conquista y la misión, y proteger así pretensiones e intereses dinásticos o “nacionales”; y por otra, podía incidir en los asuntos cotidianos micropolíticos de la premodernidad, entre los que estaban la recompensa de los hechos meritorios y el aseguramiento de la lealtad política”.

Ocidentales é inteiramente dedicada à descrição de cada uma das partes que compunham as audiências e vice-reinos hispânicos, enfatizando as características geográficas, naturais e as formas de organização social encontradas, como se fosse um cenário para a efetivação dos acontecimentos narrados.

Possivelmente tendo em vista as considerações elaboradas por Juan de Ovando durante sua visita ao *Consejo*⁷⁶, em 1571, Felipe II autorizou a criação do cargo de cosmógrafo e cronista das Índias, porém suas resistências e desconfianças em relação à produção de crônicas tiveram como consequência outra especificidade dos escritos oficiais sobre os domínios hispânicos no continente americano: tratava-se de uma empresa coletiva (KAGAN, 2010, p. 231). Embora a escrita da crônica oficial recaísse sobre o ocupante do cargo, o texto produzido deveria ser submetido a um comissário escolhido pelo *Consejo*, que revisaria e censuraria aquilo que fosse necessário. Em seguida, passaria pelo crivo dos membros da instituição, que decidiriam sobre a publicação ou não da obra. Com diferentes pareceres, controlava-se o tipo de informação que poderia ser divulgada, bem como as atividades do cronista oficial.

A crônica oficial das Índias imaginada pelas determinações do *Consejo*, de certa forma, abarcava os temas pontuados pelo duque de Alba que mencionamos no início do capítulo: geografia, história natural, assuntos eclesiásticos, divisões territoriais, costumes dos povos nativos etc. Se ao presidente do organismo era um imperativo dominar tais tópicos, também era preciso que eles se tornassem difundidos entre os demais membros e, inclusive, entre um público mais amplo (sobretudo a partir do reinado de Felipe III), uma vez que era a crônica também um instrumento político: assegurava e legitimava as possessões territoriais. Ainda que não fossem obras de História Natural, essa área de estudos constava entre as atribuições do cronista e fará, como veremos adiante, parte dos relatos elaborados por esses funcionários.

Foram nos escritos oficiais e autorizados sobre as Índias Ocidentais que as conexões entre o político e a ciência (no caso a História Natural) apresentam-se de forma mais patente. A descrição dos animais, das plantas, dos minerais, das paisagens e geografia do território indiano formava um inventário das possessões e, tal qual séculos antes ocorreu com a obra de Plínio, permitia a construção de uma representação da nova forma de império que se pretendia estabelecer, a Monarquia Hispânica. Os escritos elaborados pelos cronistas oficiais também contribuíram para o processo que já vinha se delineando com as medidas da década de 1570, a

⁷⁶ “Relación del estado en que tiene el licenciado Ovando la visita del Consejo de Indias”, publicado por Victor M. Maurtua (1906).

institucionalização dos saberes sobre a natureza e, mais especificamente relacionado a essa pesquisa, no que concerne à fauna e à flora do Novo Mundo. As crônicas (oficiais ou não) foram responsáveis pela produção de um determinado conhecimento sobre o continente americano, o qual foi recuperado e ressignificado ao longo dos séculos, sendo, por vezes e em relação a determinadas temáticas, as principais fontes de informação, de dados e de saberes sobre a América até o século XVIII. Por meio das solicitações presentes nas cédulas e questionários, bem como nas descrições apresentadas pelas crônicas oficiais informações e saberes sobre os vegetais e animais das Índias Ocidentais passaram a permear as instituições da monarquia, sobretudo, o *Consejo de Indias*, passando a compor o rol de assuntos importantes para a governança.

Com a nomeação de Juan López de Velasco se iniciou uma genealogia de cronistas-burocratas⁷⁷ que perdurou até os setecentos com a designação de Juan Bautista Muñoz (1745-1799). Após sua morte, a tarefa de escrever uma história oficial dos reinos americanos da Monarquia Espanhola ficou sob a responsabilidade da Real Academia de Historia. Assim como a História, enquanto disciplina, não constitui um campo isento de disputas e dissociado do poder, também não será a crônica oficial e a ocupação do cargo livres de contendas e desconectados de questões políticas. As tramas da história do cargo e dos escritos produzidos por seus ocupantes entre o final do século XVI e o início do XVII são exemplos de tais vínculos.

⁷⁷ Não podemos esquecer que os cronistas oficiais das Índias, ainda que vinculados ao universo letrado do período eram burocratas, compunham o quadro de funcionários do *Consejo de Indias*.

CAPÍTULO III

Juan López de Velasco: a escritura como mecanismo de conhecimento e governança

3.1 Papéis e silêncios: aspectos biográficos do primeiro cosmógrafo e cronista maior das Índias

Na data de 20 de outubro de 1571, Juan López de Velasco era designado para o recém-criado cargo de cosmógrafo e cronista maior das Índias, compondo, assim, o corpo de funcionários do *Consejo de Indias*. No documento de nomeação formal, eram reiteradas algumas das atribuições do cargo em diferentes trechos:

(...) seais nuestro chronista y cosmógrafo mayor de los estados y reinos de las Yndias, islas, y tierra firme del mar oceano e que como tal os ocupeis y entendáis en hazer y recopilar la estoria general, moral y particular de los hechos e casos memorables que en aquellas partes ovieren acaecido e acaescieren, de las cosas naturales dignas de saberse que en ellas oviere y veais y examinéis las que ya otras personas hizieren. E asimismo entendáis en ordenar e poner en forma y execución las cosas de las cosmographia e de descripciones de ls dichas Yndias¹.

Na designação, também eram enfatizadas as questões relativas ao sigilo ligado às atribuições do cargo e ao acesso do cronista aos diferentes materiais oriundos das Índias, tais como histórias, memórias, relações, cartas etc. As diversas funções e as responsabilidades atribuídas ao ofício de cosmógrafo e cronista maior demandavam um profissional com uma formação ampla e consistente em diferentes campos do conhecimento, tanto ligados à história quanto à cosmografia. Entretanto, poucos são os dados disponíveis sobre o grau de instrução que detinha López de Velasco e em quais campos era especialista. Pelo contrário, sua biografia evidencia sua versatilidade em ocupar cargos distintos e seu forte vínculo com a burocracia da Monarquia.

Nascido em Vinuesa (província de Soria) em 1530, sua família possivelmente tinha uma origem humilde. Conforme apontam seus biógrafos, Juan López de Velasco detinha um

¹ “(...) será nosso cronista e cosmógrafo maior dos estados e reinos das Índias, ilhas e Terra Firme do Mar Oceano e que como tal ocupará e entenderá em fazer e recopilar a história geral, moral e particular dos feitos e coisas memoráveis que naquelas partes houver ocorrido ou ocorrerem, das coisas naturais dignas de se saber que nelas houver e verá e examinará as que já outras pessoas fizeram. E assim mesmo entenderá em ordenar e colocar em forma e execução as coisas da cosmografia e descrições das ditas Índias.” (AGI, INDIFERENTE, 426, L.25, f. 122).

bom nível de educação, entretanto, há dificuldade em precisar se frequentou uma das universidades espanholas ou um dos colégios maiores devido à ausência de indícios ou de documentação (BERTHE, 1998).

As primeiras fontes biográficas encontradas estão datadas entre 1563 e 1567, época que López de Velasco já era secretário pessoal de alguns dos presidentes do *Consejo de las Indias*, tendo trabalhado desde então com os registros desse organismo. Em 1567, passou a auxiliar Juan de Ovando y Godoy durante sua visita à instituição, aumentando ainda mais o contato com os papéis e os negócios relativos ao Novo Mundo. A ligação com esse visitador pode ser considerada o elemento-chave para entender sua nomeação como cosmógrafo e cronista maior das Índias². Ainda que alguns autores especulem sobre seus estudos realizados de forma autodidata em cosmografia (BERTHE, 1998, p. 146), os escassos dados disponíveis sobre sua formação permitem atribuir poucos aspectos além dos laços pessoais para a indicação ao cargo em 1571. Os vínculos com Ovando também colocavam o cronista como participante da rede de alianças e patrocínios, mencionada antes, da qual faziam parte nomes como Mateo Vázquez e o cardeal Diego de Espinosa, explicando assim sua conservação entre os círculos de poder e no ofício mesmo após a morte de Juan de Ovando, em 1575.

Ao ocupar o cargo, López de Velasco passou a ter como salário 100.000 maravedis – além disso, ao longo de sua carreira como cronista, recebeu mercês e remunerações extras (PORTUONDO, 2009, pp. 147-154). Para Brendecke, a capacidade compilatória de López de Velasco, evidenciada nos anos anteriores da visita, foi decisiva na escolha para o ofício, uma vez que a função havia sido projetada “de tal modo que o cronista pudesse permanecer em Madrid, como uma espécie de ‘observador imóvel’, já que todos os materiais necessários estariam à disposição”³ (BRENDECKE, 2012, p. 356). Acredito que as habilidades obtidas por Juan López de Velasco devido à interação e à proximidade com a estrutura burocrática e

² Uma carta de Ovando a d. Diego de Espinosa evidencia a indicação de López de Velasco pelo presidente do *Consejo de Indias*. Nela, Juan de Ovando y Godoy atribui a experiência com os papéis das Índias como fato decisivo para que Juan López de Velasco fosse designado como cronista das Índias: “Illmo. Señor. Suplico a V[uestra] S[eñoría] Illfustrísima] sea servido q[ue]el oficio de cosmógrafo y coronista de las cosas de Indias se provea en Ju[an] de Velasco porq[ue]lo sabrá bien hazer y tiene hecho mucho en estar también en los papeles de indias y es necesario q[ue] se ponga luego en execución. Ill[ustrí]mo Señor besa las manos de Vfuestra] S[eñoría] Ill[ustrí- si]ma. El licen[cia]do Ju[an]de Ovando” (IVDJ, Envio 25, n. 528) publicado por Jean-Pierre Berthe (1998). Para Portuondo (2009) a ausência de qualificações inerentes às tarefas cosmográficas evidenciarão que Ovando não as considerava como necessárias ao cargo. Analisando o mesmo documento sob outro prisma, creio que Ovando visse o domínio da documentação da instituição como um ponto essencial na tarefa do ofício, mais do que determinados conhecimentos humanistas. Além disso, a escrita (ou seja, os papéis) era vista como uma tecnologia para a administração do império. Como burocrata, humanista e letrado, López de Velasco preenchia os requisitos para as tarefas ligadas ao novo cargo. O conhecimento dos papéis das Índias também foi essencial, em sua crônica, para apresentar as descrições do mundo natural americano.

³ “Y él había proyectado el cargo de tal modo que el cronista pudiera permanecer en Madrid, como una especie de ‘observador inmóvil’, ya que todos los materiales necesarios se le pondrían a disposición.”

os papéis do *Consejo* foram fundamentais para sua nomeação, embora, provavelmente, não fosse um humanista vinculado às universidades e nem possuísse um amplo domínio em matéria cosmográfica – como posteriormente ficou evidenciado nas críticas formuladas à *Geografía y Descripción Universal de las Indias*.

Conforme mencionei antes, o cargo de cosmógrafo e cronista maior das Índias envolvia práticas ligadas a duas ações, “informar” e “comunicar”, nas quais López de Velasco tinha experiência acumulada ao longo dos anos de trabalho na instituição. Não podemos também esquecer que o ofício de cosmógrafo e cronista das Índias, ainda que apresentasse tarefas de cunho científico e/ou letrado, estava intimamente associado às atividades administrativas e burocráticas da instituição. Seu percurso profissional como burocrata ao longo dos anos que antecederam a criação do cargo de cosmógrafo e cronista maior lhe dotou de atributos que não eram compartilhados pelos humanistas das universidades espanholas ciência do período.

Juan López de Velasco foi o cosmógrafo e cronista maior das Índias até o ano de 1591 e, conforme apontado anteriormente, essa função congregava diferentes responsabilidades, sendo as principais iteradas no ato de sua nomeação oficial: a elaboração de histórias morais e naturais das Índias, o exame dos escritos oriundos daquelas partes, a produção e a disponibilização de saberes cosmográficos para o rei e os membros do *Consejo*. No entanto, o cronista esteve envolvido em outras atividades. Participou do projeto de recopilação e publicação das obras de Isidoro de Sevilha (ZARCO CUEVAS, 1924, p. XXXII), foi redator de pareceres acerca do ensino nas escolas espanholas (REDONDO, 1999), redigiu alguns breves estudos sobre filologia, atuou na compra de livros para biblioteca do Escorial, foi censor e editor, tendo obtido alguns privilégios de impressão (BERTHE, 1998). Escreveu uma obra sobre a língua castelhana, *Orthografía y pronunciación castellana*, publicada em 1582⁴. Para Berthe (1998, p. 145), López de Velasco figurava entre os homens de confiança do rei Filipe II. O breve currículo descrito não nega essa ligação, especialmente se nos atentarmos para o fato de que todas as atividades empreendidas pelo cronista estavam associadas à constituição de um império, ou ao menos elementos fundamentais para o estabelecimento de uma ordem imperial, cujo domínio também deveria se fazer presente na língua, no ensino e no saber, justamente as áreas nas quais atuou.

⁴ *Orthografía y pronunciación castellana* está disponibilizada em: <http://www.proyectos.cchs.csic.es/humanismoyhumanistas/juan-lopez-de-velasco/ortograf%C3%ADa-y-pronunciaci%C3%B3n-castellana> Acesso em 15 Out. 2015.

As iniciativas de Juan López de Velasco na projeção e na construção de uma representação da Monarquia Hispânica também se apresentavam em outro campo do conhecimento: a história. Além da descrição das coisas memoráveis das Índias que deveria ser feita pelo autor no cumprimento das diretrizes de seu cargo, um documento de sua autoria revela o desejo de tornar a atividade historiográfica uma empresa coletiva. Por volta de 1571, López de Velasco escreveu memorial dirigido ao rei e intitulado *Orden para escribir la historia de su majestad*, no qual defende o estabelecimento de uma junta de historiadores que deveria compor uma história de Felipe II⁵. Em razão da necessidade de censura de dados referentes aos tempos recentes, bem como devido ao receio do monarca em escrever uma história sobre sua vida, o grupo formado por letrados deveria trabalhar em equipe e reunir um corpus documental que permitisse elaborar uma narrativa sem que ameaçasse nenhum segredo de Estado. Também eram propostas duas versões para a história a ser elaborada, uma em castelhano e outra em latim, que poderia contar com a colaboração de estrangeiros. Além de ser produzida de forma coletiva, a obra também contaria com a supervisão do próprio monarca. Para Fabián Montcher (2013), a junta seria um órgão diretor de um programa historiográfico, bem como a iniciativa de Velasco se aproximava do modelo de cronista político que se configurou posteriormente, sobretudo com Herrera y Tordesillas. Ainda que não tratasse especificamente das Índias Ocidentais, o memorial de Juan López de Velasco não deve ser visto como um documento à parte, desvinculado das tarefas do cargo que ocupava e das demais iniciativas que se encarregou ao longo das últimas décadas do século XVI. Em conjunto, os escritos e atividades realizadas pelo cronista revelam a proeminência de letrados nos meios burocráticos e o anseio desse setor em constituir uma nova ideia de império, abarcando diferentes áreas e campos do saber.

Atuando como cosmógrafo e cronista oficial, no *Consejo de Indias*, participou da elaboração de diferentes documentos visando a obtenção de informações e dados: as *Ordenanzas para la formación del libro de las descripciones* e os questionários de 1577 são exemplos dessa documentação. Também foi responsável pela preparação de instruções para observação de eclipses que foram enviadas às Índias (*Instrucción y advertimiento para observación de los eclipses de la luna, y cantidad de sombras*). Ademais, escreveu duas obras: *Geografía y Descripción Universal de las Indias*, elaborada entre 1571 e 1574 e *Sumario ou Demarcación y División de las Indias*, produzido por volta de 1580. Em relação a este último trabalho, alguns historiadores o consideram como um resumo de *Geografía y*

⁵ O memorial *Orden para escribir la historia de su majestade* foi editado e publicado por Alvar Ezquerro (2000, p. 251-254).

Descripción Universal de las Indias (PORTUONDO, 2009, p. 193 e BERTHE, 1998, p. 163). Ainda que esteja de acordo com tais análises, acredito que há especificidades de *Demarcación* que devem ser consideradas.

Além de *Geografía* e *Sumario*, que serão analisadas mais adiante, existem outros documentos (manuscritos) cuja autoria lhe foi atribuída. Entre eles, *Epítome y breve suma del tratado de los tres elementos*, manuscrito pertencente ao acervo da Real Biblioteca del Monasterio de El Escorial (CAMPOS Y FERNÁNDEZ, 1993). Provavelmente foi escrito por López de Velasco no início da década de 1570, contudo, devido às similaridades com a obra de Tomás López Medel, *De los tres elementos*, acredita-se que o manuscrito seria uma síntese, feita pelo cronista, das ideias da obra de Medel depositada na biblioteca do Monastério do Escorial. De qualquer maneira (sendo um resumo de uma obra alheia ou não), o documento traz ideias fundamentais para entender a concepção de História Natural envolvida nas tarefas do cosmógrafo e cronista das Índias, merecendo também uma análise mais pormenorizada.

Ainda em relação aos dados biográficos de López de Velasco, possivelmente, foi censor dos textos relativos ao Novo Mundo e atuou no confisco de obras como os manuscritos de Sahagún (1499-1590). Entre os anos de 1579 e 1586, recebeu as centenas de respostas aos questionários enviados em 1577 e 1584, entretanto, nesse mesmo período, suas atividades no *Consejo de Indias* foram mais restritas. Para Jean-Pierre Berthe (1998), muitas foram as falhas de López de Velasco no cumprimento dos deveres do cargo que ocupava, especialmente no que diz respeito à cosmografia. Em 1591, descontente em relação a alguns encaminhamentos de suas iniciativas dentro do *Consejo* e dos territórios indianos, demandou sua saída da instituição e foi nomeado secretário do rei no *Consejo de Hacienda*, deixando o posto de cosmógrafo e cronista maior. Juan López de Velasco nunca se casou (embora diferentes documentos contivesse entre seus argumentos para o recebimento de mercês seu desejo em contrair matrimônio) e, alguns anos depois de sua nomeação para o *Consejo de Hacienda*, faleceu em maio de 1598.

3.2 “(...) No se pudiera creer que veynete figuras pocas más de letras tan fáciles y sencillas pudieran dar noticia (como la dan) de quanto Diós tiene criado y el entendimiento humano comprehende”: obras e manuscritos de López de Velasco. Escritura e noção de império.

Geografía y Descripción Universal de las Indias e Demarcación y División de las Indias foram as obras produzidas por Juan López de Velasco derivadas de sua atuação como cosmógrafo e cronista maior das Índias. No entanto, a escritura era uma constante em suas funções e não estava restrita à composição das crônicas oficiais. Como vimos a partir de seus dados biográficos, López de Velasco publicou uma obra sobre gramática e teria um memorial promovendo a ideia de uma história oficial a Felipe II. Nesta seção, iremos analisar três escritos do cronista visando compreender as noções de império e de governança que permeavam suas obras referentes a diferentes temáticas, tentando estabelecer o papel da escritura no desempenho de suas funções e como tecnologia de construção do conhecimento.

Orthografía y pronunciación castellana foi a única obra impressa de Juan López de Velasco. Sua publicação ocorreu em Burgos, no ano de 1582, enquanto ainda era cosmógrafo e cronista das Índias⁶. Buscando unificar os critérios linguísticos e de escrita, o cronista dava continuidade à tradição inaugurada por Antonio de Nebrija no século anterior. Também estava em consonância com a tendência de crescimento do número de tratados sobre ortografia, os quais não marcavam apenas o cenário dos estudos sobre a língua castelhana, mas eram fenômenos comuns entre outras línguas vernáculas, como o francês e o italiano (POZUELO YVANCOS, 1981, p. 5). Segundo alguns especialistas, apesar da pouca relevância que foi conferida à *Orthografía* pelos estudos linguísticos contemporâneos, a obra foi uma das mais importantes do período, tendo impacto na ortografia castelhana em épocas posteriores, como nos setecentos⁷. Sua preocupação em relação à situação de decadência da língua – enfraquecimento evidenciado, de acordo com López de Velasco, na falta de uniformidade na escrita, sendo até mesmo os profissionais das letras descuidados e culpados em relação à

⁶ A ausência do nome na portada somada ao fato de que se apresenta na dedicatória como um recopilador foram encarados como indícios de que a obra não seria de autoria de López de Velasco e sim uma reunião de textos de outros filólogos. No entanto, o termo recopilador já havia sido empregado pelo cronista em seu escrito anterior, *Geografía y Descripción Universal de las Indias* (CAYUELA, 2013). Ainda que pese a apropriação de materiais alheios na composição de uma obra, tratava-se de uma prática comum dos modelos de escrituras vigentes no período. Ademais, há que se recordar da concepção de autoria do período moderno que englobava as figuras do *scriptor*, do compilador, do glosador e, obviamente, o autor. Nesse sentido, a discussão da autoria tendo em vista somente tais aspectos torna-se um preciosismo de poucos frutos para compreensão da obra.

⁷ Segundo Baltasar González Pascual (2009, 118), o livro de López de Velasco terá uma repercussão fundamental nas teorias ortográficas do século XVIII, sobretudo nas obras formuladas pela Real Academia Española.

desordem que se apresentava a língua naquele momento – o fez escrever *Orthografía* para melhorar e enobrecer a língua castelhana. Para López de Velasco, a escrita deveria ser compatível à fala e à pronúncia e as variadas formas de escrita de uma mesma palavra indicariam a deformação da língua. Tendo em vista os objetivos desta pesquisa, não é necessário um aprofundamento nos conteúdos e na estrutura da obra – que versavam sobre temas como pontuação e uso de algumas letras –, basta, no entanto, que nos centremos em algumas de suas colocações presentes no prólogo e nas conexões com as projeções imperiais que envolviam os letrados ligados à Monarquia naquele momento.

O título *Orthografía y pronunciación castellana* já é indicativo de uma perspectiva em relação à língua e ao império. Conforme pontua Anne Cayuela (2013), a escolha da palavra castelhana em detrimento de vulgar ou espanhola, indicava uma preeminência do termo sobre os demais, sendo a vontade de difundir a obra pelo resto do reino também significativa do afã centralizador que coordenava seu olhar sobre a língua e outros aspectos da monarquia, incluindo a geografia dos diferentes territórios que governava Felipe II⁸. Não por acaso a obra é dedicada ao monarca. Seguindo as pegadas de Nebrija (que dedicou sua gramática à Isabel, a católica), os diferentes projetos nos quais se envolveu, evidenciam um empenho de Juan López de Velasco na constituição de um império que se projetava nas grandes extensões territoriais, cujo conhecimento também era necessário em relação à língua, sendo preciso controlá-la e uniformizá-la ao menos em seus usos escritos.

É da intersecção entre os anseios imperiais (e universais) e a língua que se compreende a apologia à escrita presente no prólogo de *Orthografía*. Segundo o autor, sem as letras careceríamos de ciências e artes, também não teríamos a história (e todos seus benefícios para a prudência e as virtudes humanas), faltar-nos-ia a memória das coisas do passado e seríamos como brutos (LÓPEZ DE VELASCO, 1582, ffls. 2-3). Conforme afirma Ana Paula Torres Megiani (2009, p. 159), a segunda metade do século XVI, sobretudo a partir do reinado de Felipe II, caracterizou-se como um momento de intensa busca pela fixação da memória, sendo a escrita encarada como um dos mecanismos capazes de conservá-la, superando o esquecimento e possibilitando, conseqüentemente, o conhecimento humano⁹. Neste sentido, as considerações do cosmógrafo e cronista maior das Índias não estavam isoladas de um

⁸ Lembremos também que um dos seus sucessores, Antonio de Herrera y Tordesillas, intitulou sua obra sobre as Índias Ocidentais de *Historia General de los Hechos de los Castellanos em las Islas, y Tierra-Firme de el Mar Oceano*, significativo, portanto, de uma posição de Castela frente aos demais reinos.

⁹ Ainda que a escrita tenha um papel proeminente neste cenário de fixação da memória, é necessário matizar a afirmação, reforçando que essa forma de comunicação não se encontrava isolada e soberana. Junto com o aumento da confiança na escritura, outras práticas ligadas à preservação da memória emergiram no mesmo momento. Megiani (2009) também salienta o papel do colecionismo e da criação de instituições guardiãs pela nobreza dos reinos ibéricos como um fenômeno partícipe do processo de consolidação e retenção da memória.

processo de consolidação de memórias e conhecimentos levado a cabo pelas camadas letradas da Monarquia Hispânica.

Para López de Velasco, “el escribir, por sí, sin más, en razón de invención, es la más alta que ha podido descubrir la industria humana.”¹⁰. Seria a escritura simples em sua essência (poucos símbolos combinados) e poderosa em seu alcance e possibilidades; o cronista avançava em sua análise percebendo que por meio das letras não apenas se conhecia todas as obras divinas (mesmo aquelas que se encontravam distantes) como também era essa forma de comunicação capaz de garantir o entendimento humano: “(...)No se pudiera creer que veynte figuras pocas más de letras tan fáciles y sencillas pudieran dar noticia (como la dan) de quanto Diós tiene criado y el entendimiento humano comprehende.”¹¹. A percepção da importância da escrita não era recente e fazia-se aguda para aqueles que, assim como o cronista oficial, deviam escrever sobre os territórios distantes. Neste mesmo momento, José de Acosta (2006 [1590], p. 321), que teceu considerações muito similares às de López de Velasco em sua análise das formas de escrita dos japoneses e chineses, destacava a superioridade da escrita alfabética e a impossibilidade de ciência em sua ausência, como apresentamos na introdução. Décadas antes, Pedro Cieza de León (1518-1554) já destacava esse fato no prólogo de sua obra, utilizando para tanto referências antigas:

(...) El antiguo Diodoro Sículo, en su proemio, dice que los hombres deben sin comparación mucho a los escritores, pues mediante su trabajo viven los acaescimientos hechos por ellos grandes edades. Y así, llamó a la escritura Cicerón testigo de los tiempos, maestra de la vida, luz de la verdad. Lo que pido es que, en pago de mi trabajo, aunque vaya esta escritura desnuda de retórica, sea mirada con moderación, pues a lo que siento, va tan acompañada de verdad¹² (CIEZA DE LEÓN, 1553).

Tal qual pontuou Cieza de León, para Juan López de Velasco, era a palavra escrita capaz de superar o tempo, conservar a memória e garantir a perpetuidade da civilização entre aqueles que a dominavam. Também era por meio dela que os homens poderiam assegurar a veracidade daquilo que era narrado, mesmo sem a eloquência retórica que possuíam os antigos. Assim, explica-se a preocupação do cronista em relação à ortografia da língua castelhana: era a condição para o bem escrever. A ortografia unificada também refletia o

¹⁰ “(...) o escrever por si, sem mais, em razão de invenção, é a mais alta que pode descobrir a indústria humana.”

¹¹ “(...)Não se poderia creer que vinte figuras poucas mais de letras tão fáceis e simples pudessem dar notícia (como a dão) de quanto Deus tem criado e o entendimento humano compreende”.

¹² “(...) O antigo Diodoro Sículo, em seu prólogo, diz que os homens devem muito sem comparação aos escritores, pois mediante seu trabalho vivem as coisas que acontecem feitos por eles grandes idades. E assim, Cícero chamou à escritura de testemunho dos tempos, mestra da vida, luz da verdade. O que peço é que, em troca de meu trabalho, ainda que esta escrita esteja nua de retórica, seja visra com moderação, pois de acordo com o que sinto, vai acompanhada de verdade”. Essa mesma citação também foi empregada posteriormente por Antonio de Herrera y Tordesillas, cronista das Índias. A crônica de Cieza de León encontra-se disponível em: http://cdigital.dgb.uanl.mx/la/1080012353_C/1080012354_T2/1080012354_097.pdf Acesso 15 Nov 2015.

desenvolvimento das letras e dos aspectos que conferiam civilidade aos povos, uma vez que das “palabras mal entendidas y mal pronunciadas a nacido la variedad y confusión de los lenguages. Y por esto entre los Barbaros sin letras, en cada comarca y parentela ay su lengua propia, y todas cortas y desventuradas como ellos”¹³ (LÓPEZ DE VELASCO, 1582, fl. 1v).

Segundo Anne Cayuela (2013, pp. 4-5), era o texto escrito (manuscrito e impresso) onipresente na vida cotidiana de López de Velasco, tanto em seu trabalho como filólogo quanto em seus labores no *Consejo de Indias*; eram as letras o laço de união entre as diferentes atividades que executava. Como humanista, com interesses e responsabilidades que tocavam diferentes áreas do saber, a leitura e a escrita constituíam tarefas essenciais em sua rotina e evidenciam o impacto da chamada civilização escrita entre os homens do período. Conforme pontua Castillo Gómez, a escrita convertia-se em um instrumento real e simbólico da ação política, aspecto que pode ser exemplificado na figura e nas considerações de López de Velasco. Nesse sentido, a descrição do continente proposta em suas duas obras produzidas como parte de seu ofício de cosmógrafo e cronista e *Orthografía y pronunciación castellana* não podem ser encaradas como facetas segregadas: eram partes da mesma visão de mundo que se buscava instituir.

Neste mesmo cenário, estavam também inseridos os documentos produzidos por Juan López de Velasco que davam instruções para a observação dos eclipses em diferentes partes dos territórios da Monarquia. Nas *Ordenanzas Reales del Consejo* de 1571 já constavam entre as obrigações do cosmógrafo e cronista maior calcular e averiguar os eclipses da Lua e outros sinais que existissem para tomar a longitude das terras e enviar

(...) memoria de los tiempos y horas en que se haya de observar en las Indias, a los gobernadores de ellas, con la orden e instrumentos necesarios, para que en las ciudades y cabezas de las provincias donde la longitud no este averiguando, la observen hasta que lo este, y como se fuere averiguando se vaya atentando en el libro de las descripciones¹⁴.

Assim, no início de 1577, portanto, após a conclusão de sua obra *Geografía y Descripción Universal*, López de Velasco elaborou uma série de instruções para cumprir com tais deveres do ofício aproveitando das condições astronômicas favoráveis – isto é, a previsão de dois eclipses lunares visíveis tanto na Europa quanto na América e que fariam possíveis medições simultâneas em ambos os continentes. Em razão de atrasos burocráticos, *Instrucción*

¹³ “(...) palavras mal entendidas e mal pronunciadas havia nascido a variedade e a confusão de linguagens”, sendo que entre os bárbaros “sem letras, em cada comarca e família há sua língua própria, e todas curtas e desventuradas como eles.”

¹⁴ “(...) memória dos tempos e horas em que se deva observar nas Índias, aos governadores delas, com a ordem e instrumentos necessários, para que nas cidades e cabeças de províncias onde a longitude não esteja averiguada, a observem até que o esteja, e conforme se for averiguando se vá incorporando no livro das descrições.”

*y advertimiento para la observación de los eclipses de luna y candidades de las sombras que S. M. mande haver este año de 1577 y 1578*¹⁵ apenas chegou à Nova Espanha em setembro desse ano, poucas semanas antes do fenômeno astronômico e, lamentavelmente, no Peru somente depois do eclipse ter ocorrido (PORTUONDO, 2009, p. 231).

Tratava-se de um conjunto de folhas impressas (*pliego*) que continham informações sobre o fenômeno, de como proceder a medição e dando orientações de como construir instrumentos capazes de auxiliar na tomada de medidas durante o evento astronômico. Além do texto impresso, elaborado em 1577, foram enviados, ao longo dos anos, instruções para outros quatro eclipses que ocorreriam em 1581, 1582, 1584 e 1588¹⁶, os quais traziam algumas alterações frente ao texto publicado originalmente¹⁷ – por isso, consideramos *Instrucción y advertimiento* um grupo documental e não uma fonte isolada – mas que, de modo geral, mostram uma constância em relação àquilo que se almejava e no que concerne às práticas instituídas para cognição dos territórios ultramarinos¹⁸.

Mais uma vez a escrita foi a forma de comunicação empregada para elaborar este pequeno manual rico em detalhes sobre como realizar as medições astronômicas. A escolha não era fortuita, devia-se justamente à imprescindibilidade de que as informações chegassem a um considerável número de pessoas que estavam a milhares de quilômetros de distância e permanecessem inalteradas em seus pormenores, uma vez que seriam recebidas por leigos que executariam os procedimentos somente a partir do conteúdo escrito.

Instrucción y advertimiento para la observación de los eclipses de luna expressa como a escritura, enquanto forma comunicativa, se tornou ferramenta fundamental para a cognição e para a posse desses territórios. Buscava-se com as diretrizes apresentadas por López de Velasco no documento não apenas solucionar a questão da longitude, mas, conseqüentemente, localizar corretamente nos mapas e nas cartas náuticas os povoados, as cidades, as fronteiras e os itinerários de navegação. Tais informações e os produtos resultantes delas, sejam eles

¹⁵ BNE, MSS/3035. O manuscrito encontra-se disponível para consulta online por meio da página da Biblioteca Digital Hispânica (que contém grande parte dos manuscritos da Biblioteca Nacional de España digitalizados): <http://www.bne.es/es/Catalogos/BibliotecaDigitalHispanica/Inicio/index.html>. Acesso em 15 Jan 2015.

¹⁶ AGI, INDIFERENTE, 427, L.30, ff. 374v-375v.

¹⁷ A historiadora Maria Portuondo apresenta com detalhes todos os procedimentos presentes em *Instrucción y advertimiento para la observación de los eclipses de luna*. Além disso, analisa cada uma das alterações que surgiram nas instruções enviadas em diferentes anos. Seu estudo é bastante minucioso ao evidenciar como os procedimentos empregados respondiam a uma determinada concepção cosmográfica e que as alterações não foram casuais. No entanto, para nossos objetivos, os pormenores da documentação são secundários, sendo os objetivos e a forma usada para transmissão das informações mais relevantes.

¹⁸ O envio de *Instrucción y advertimiento para la observación de los eclipses de luna* também estava em consonância com o envio de questionários realizado em 1577 e 1584. Tanto os *Cuestionários* quanto a *Instrucción* utilizavam, em essência, a mesma estratégia cognitiva, contando com o respaldo de não-especialistas que viviam naquelas partes, porém especificando os conteúdos que se pretendia saber e as metodologias adequadas para esse fim.

mapas ou descrições cosmográficas mais acuradas, eram fundamentais para administração política e para a defesa de interesses diplomáticos e comerciais, bem como eram formas simbólicas de apropriação. A escrita se transformou em uma tecnologia essencial para a administração do vasto e complexo império sob o domínio de Felipe II e as iniciativas e atividades executadas por López de Velasco, a partir de seu gabinete, evidenciam essa importância.

O terceiro documento analisado, *Epítome y breve suma del tratado de los tres elementos*, é um manuscrito que atualmente faz parte do acervo da Real Biblioteca de San Lorenzo de El Escorial (L.I.12), trazendo em seus 5 fólios (10 páginas) algumas ideias sobre aspectos do mundo natural e considerações mais específicas sobre a natureza das Índias Ocidentais. Segundo o *Catálogo del Fondo Manuscrito Americano de la Real Biblioteca del Escorial* organizado por F. J. Campos y Fernández de Sevilla (1993), ainda que anônimo, a provável autoria do documento pode ser atribuída a Juan López de Velasco. O primeiro fólio conta com a anotação: “Relación del tiempo de la visita”, certamente fazendo referência à visita de Ovando ao *Consejo de Indias*, sendo indicativo da autoria de Velasco. Também consta outro título (ou descrição) no fólio 154: “Relação breve de muitas coisas de Índias”. Segundo o catálogo, *Epítome y breve* pode ser considerado um programa para a escrita de uma História Natural das Índias Ocidentais acompanhada de alguns dados relativos às colônias de espanhóis e indígenas, de relatos sobre os abusos cometidos contra os nativos e de uma descrição da organização eclesiástica.

Entretanto, o próprio título dado ao manuscrito já revela que não se trata de um plano ou programa específico, mas de um resumo de uma obra. A palavra epítome congrega significados ligados à ideia de síntese: pode ser entendida enquanto resumo de um livro científico, literário; uma narração breve (sinopse); um resumo de uma teoria. Tendo em vista esses significados, em sua análise da obra *De los tres elementos* de Tomás López Medel, a historiadora Berta Ares Queija (1990, pp. XXII-XXIII) acredita que o manuscrito presente na Real Biblioteca del Escorial é um resumo elaborado por algum funcionário do *Consejo* – provavelmente López de Velasco – a partir da leitura da cópia manuscrita que se conservava na instituição (e que foi destruída no incêndio ocorrido na biblioteca em 1671). Não obstante, a autora conecta *De los tres elementos* ao projeto de Juan de Ovando y Godoy. A presença do registro “Relación del tiempo de la visita” reforça seu argumento, uma vez que trataria do mesmo tipo de nota presente em outros escritos referentes à averiguação comandada por Ovando – também reforça a ideia de que se trata de um manuscrito elaborado por López de Velasco. Sendo escrita por volta de 1570, *De los tres elementos* estava relacionada às

solicitações feitas entre 1569 e 1570 durante a visita ao *Consejo de Indias*: seria uma das obras enviadas para atender às demandas por informações – conforme as cédulas que mencionamos antes. Ares Queija sugere que Ovando, ao requerer informes de pessoas que estivessem na corte e conhecessem os assuntos indianos, poderia ter pedido pessoalmente a López Medel a escrita da obra.

Em razão das similitudes encontradas entre o manuscrito *Epítome y breve suma del tratado de los tres elementos* (L.I.12) e a forma de organização da obra *De los tres elementos*, acredito que não se trata, como indica o catálogo de manuscritos americanos presentes na biblioteca do monastério, de um projeto para constituição de uma História Natural das Índias, mas de um resumo da obra do ouvidor López Medel. Contudo, o fato de ser um resumo não retira a importância do documento. Possivelmente, *De los tres elementos* foi usado por López de Velasco na composição de sua crônica sobre os territórios nas Índias Ocidentais¹⁹ e serviu para seu projeto de apreensão do continente. Não houve uma apropriação textual literal do texto original, o resumo esboçado em *Epítome* permite visualizar diferentes estratégias de leituras, bem como as informações e os conhecimentos que constavam na obra de Medel e que o cosmógrafo e cronista considerava mais pertinentes, indicando também traços da concepção de História Natural que nortearam a escrita das obras de López de Velasco.

Em *Epítome y breve suma del tratado de los tres elementos*, de maneira geral, a divisão e os títulos dos capítulos que constavam em *De los tres elementos* foram conservados: de forma literal, resumindo as ideias centrais ou ainda parcialmente. Esses itens estavam acompanhados de uma breve descrição do que tratava cada capítulo. Por exemplo, o capítulo quinto da primeira parte foi intitulado originalmente na obra de Tomás López Medel como “Em que se trata dos Ares e dos Ventos das Índias e especialmente dos Furacões e Terremotos”. Em *Epítome* aparece a seguinte descrição: “Tratase aqui de los vientos y aires de las Yndias y de los que principalmente reinan en cada región y parte de aquel nuevo mundo y particularmente de los furacanes que en las yslas [?] en algunas vezes”²⁰. Já nos capítulos que trazem informações sobre localizações, latitudes e aspectos geográficos há uma descrição mais detalhada dos tópicos encontrados, sendo diferentes informações transcritas

¹⁹ Um aspecto a ser considerado na análise está relacionado à conservação dos manuscritos de *De los tres elementos*. Além da cópia que se mantinha na biblioteca escorialense, havia um outro manuscrito guardado no monastério dos jerônimos de Santiponce, uma cidade próxima à Sevilla, na Espanha. No século XVIII, o manuscrito foi copiado (e em algumas partes suspeita-se que foi editado) por Juan Bautista Muñoz. O original de Santiponce encontra-se, atualmente, perdido. Resta apenas a cópia de Muñoz que faz parte do acervo da Real Academia de História (Coleção Juan Bautista Muñoz).

²⁰ “Trata-se aqui dos ventos e ares das Índias e dos que principalmente reinam em cada região e parte daquele novo mundo e particularmente dos furacões que nas ilhas há [?] algumas vezes.” RBME, L.I.12, f. 152.

integralmente, é o caso do segundo capítulo da primeira parte e também do primeiro capítulo da terceira parte.

Em outros apartados o resumo apresentado em *Epítome y breve suma del tratado de los tres elementos* traz alguns exemplos daquilo que era relatado no conteúdo do capítulo. O nono capítulo da segunda parte enquadra-se nessa categoria. O título original era “Em que se trata de algumas particularidades e considerações, dignas de saber, de alguns dos peixes e animais aquáticos das Índias Ocidentais, que servirá também para solução de algumas coisas que esquecemos”, na versão do manuscrito L.I.12 foi apresentado como “En el nono y final capítulo se tratan algunas particularidades y consideraciones buenas de algunos pescados como son del pece temblador que los españoles vulgarmente llaman así y del pece volador”²¹. Não apenas parte do título é omitida, como foi adicionada uma menção a uma das espécies descritas no capítulo. Merece destaque ainda o capítulo 21 do terceiro livro que foi transcrito praticamente de forma literal, especialmente as listagens de povoados, bispados e audiências existentes nas ilhas e na Terra Firme do Novo Mundo.

Assim como as determinações formuladas pelo *Consejo de Indias* no mesmo período – as ordenanças de 1571 e 1573 – em *De los tres elementos* e em *Epítome* havia a separação dos temas relativos aos costumes e ações humanas (dos grupos nativos, sobretudo) daquilo que era visto como vinculado ao mundo natural. As descrições dos povos indígenas, seus hábitos, suas religiões, bem como do processo de conquista e das formas de organização administrativa e eclesiástica das Índias Ocidentais constam nos capítulos finais do terceiro livro dedicado ao elemento terra, como um assunto que deveria constar separadamente.

Além disso, *Epítome y breve suma del tratado de los tres* evidencia o interesse no mundo natural americano por parte do cronista, uma vez que em *De los tres elementos* as descrições de espécies nativas da fauna e da flora e de elementos físicos ocupavam parte considerável do relato. A atenção despendida por López de Velasco na obra revela que sua temática motivou a leitura e a elaboração de apontamentos, os quais poderiam servir como fonte posteriormente. O manuscrito L.I.12 indica que, embora sua formação, provavelmente, não contemplasse todos os temas arrolados como parte de suas obrigações, o cronista buscou na documentação do *Consejo* se munir do conhecimento necessário para atuar no ofício, incluindo a História Natural.

As apropriações de modelos de organização e de alguns excertos de *De los tres Elementos* (usos amplos e textuais, segundo Arias Queijas) nos escritos de López de Velasco

²¹ “No nono e final capítulo se tratan algunas particularidades e considerações boas de alguns pescados como são do peixe que treme que os espanhóis vulgarmente chamam assim e de peixe voador.” RBME, L.I.12, f. 153.

– não apenas em *Epítome*, mas também em *Geografía y Descripción Universal de las Indias* – se não podem ser consideradas como a constituição um plano para uma História Natural (algo que de fato não foi), nos sugerem uma concordância de ideias. Um projeto comum de cognição dos territórios ultramarinos que não estava restrito às atividades ligadas às instituições da Monarquia e seus funcionários. Relembremos as palavras do duque de Alba transcritas por Arias Montano em sua carta a Ovando: alguns dos aspectos que o presidente do *Consejo de Indias* deveria ser capaz de imaginar figuravam não somente nas tarefas que cabiam ao cosmógrafo e cronista maior das Índias, também faziam parte das fontes por ele consultadas, entre elas o trabalho de López Medel. Concordo com Arias Queija (1990), *De los tres elementos*, da mesma forma que outras obras contemporâneas, respondia às demandas e aos anseios do período por conhecimento e informações sistematizadas e breves sobre a natureza e o homem americano. Sendo feito a pedido ou não de Juan de Ovando, o escrito de Tomás López Medel compartilhava com as iniciativas do *Consejo* uma determinada forma de apreender as Índias Ocidentais: o que deveria ser conhecido e também as configurações de tais conhecimentos. Havia uma cultura epistêmica presente tanto nas determinações oficiais quanto em manuscritos como *Epítome* de López de Velasco e *De los três elementos* de López Medel.

Os três escritos de Juan López de Velasco analisados não podem ser considerados como crônicas oficiais das Índias, ainda que dois deles tivessem uma profunda relação com a composição de seu relato – a *Instrucción* e *Epítome*. No entanto, eram textos que apresentavam materialidades diferentes: *Orthografía y pronunciación castellana* foi um livro impresso; as instruções para observação de eclipses, ainda que também impressas, eram folhetos a serem distribuídos em diferentes partes do território americano; *Epítome y breve suma del tratado de los tres elementos* conservou seu formato manuscrito até os dias atuais, tendo uma difusão bastante limitada. Também tinham objetivos distintos: se o primeiro tinha fins pedagógicos e de normatização da língua; o segundo grupo, ainda que também visasse estabelecer regras, servia mais como manual de orientação para execução de uma determinada tarefa (a observação dos eclipses e por meio delas determinar o cálculo correto das longitudes); já o último era composto de anotações feitas, possivelmente, tendo em vista a escrita de sua crônica, algo comparável aos nossos atuais fichamentos que consultamos para realização de nossas investigações. Entretanto, os três grupos documentais, para além da autoria de López de Velasco, possuíam outra conexão: todos eles, de alguma maneira, dialogavam e faziam parte das projeções imperiais que a Monarquia Hispânica construía para si mesma. *Orthografía, Instrucción y advertimiento* e *Epítome* são exemplos daquilo que

Nieto Olarte (2013, p. 245) descreve: a necessidade da atividade científica na construção de um império, ordenando a sociedade e a natureza sob os mesmos códigos e estabelecendo controle e domínio. A língua, o território e o mundo natural eram espaços de projeção e fixação do império, deveriam ser conhecidos, dominados e organizados a partir de uma determinada lógica imperial. Essa necessidade de construção e de ordenação também esteve presente nas duas outras obras do cosmógrafo e cronistas das Índias voltadas para os territórios americanos.

3.3 Geografía y Descripción Universal de las Indias

3.3.1 História do Manuscrito e Fontes

Escrita entre 1571 e 1574, *Geografía y Descripción Universal de las Indias* permaneceu manuscrita até o século XIX. Durante os quase trezentos anos que se passaram entre sua produção e sua publicação, poucas cópias foram feitas, provavelmente menos de dez, e, na maior parte do tempo, ficaram restritas ao uso dos membros do *Consejo de las Indias*.

Os manuscritos existentes no século XIX e que deram origem à publicação – um deles fazia parte do acervo Biblioteca Provincial de Toledo e o outro estava em posse de um livreiro de Madrid – encontram-se atualmente perdidos. Conforme salienta Jean-Pierre Berthe, as duas edições impressas também contêm imprecisões. A edição de 1894, utilizada neste trabalho²², foi elaborada a partir de um esboço que se encontrava em Toledo e ainda que o editor, Justo Zaragoza, tenha consultado a versão passada a limpo (revisada), copiando, inclusive, a dedicatória em sua nota preliminar, não a utilizou para correções, fato criticado na época por Marcos Jimenez de la Espada (BERTHE, 1998, p. 152). A edição de 1971 faz parte da coleção “Biblioteca de Autores Españoles” e reproduz quase totalmente publicação do século anterior, porém contém um equívoco em sua portada ao atribuir a edição a Jimenez de la Espada²³. Embora tenha consciência dos limites da versão disponível, a ausência dos originais não permite invalidar a edição de 1894. Obviamente que as críticas elaboradas na época da

²² A edição de 1894 está disponível para leitura em: <http://archive.org/details/sixteenthcent00lboprich> Acesso em 15 Mar 2011.

²³ Ainda que o americanista Jiménez de la Espada tenha criticado Justo Zaragoza, ele não foi responsável por elaborar uma nova edição. Além disso, a edição de 1971 ocorreu mais de 70 anos após sua morte.

impressão serão levadas em conta, porém a utilizarei enquanto versão final (uma vez que é a única existente) de *Geografía y Descripción Universal de las Indias*.

A obra foi produzida por López de Velasco a partir da documentação disponível no *Consejo de Indias*, que incluía desde respostas às solicitações de cédulas anteriores a 1571 a narrativas de viagens, conquistas e descobrimentos, feitas por capitães, conquistadores e outros indivíduos que retornavam da América. Juan López de Velasco estava familiarizado com essa documentação e, ocupando o cargo de cosmógrafo e cronista, podia ter acesso aos arquivos da instituição e solicitar outras informações, sempre que necessário. Segundo Brendecke (2012, pp. 414-415), um dos elementos distintivos da função de cronista oficial era seu acesso privilegiado às fontes de informação, característica que atingiu seu ápice com a criação do cargo de cosmógrafo e cronista maior das Índias, uma vez que o ocupante do ofício não apenas podia contar com os registros disponíveis no *Consejo*, como também todos os funcionários americanos estavam obrigados a lhe enviar informações, segundo as determinações das *Ordenanzas* de 1573. Incluíam-se nesse tipo de demandas as listas de perguntas enviadas em 1577 e 1584. Entretanto, as respostas a esses questionários – que chegaram ao *Consejo* entre o final da década de 1570 e os anos 1580 e formam parte das chamadas *Relaciones Geográficas* – não foram utilizadas para composição de *Geografía* e, provavelmente, tampouco foram empregadas para escrita de *Sumario*.

Entre os documentos oficiais utilizados por López de Velasco, encontram-se as respostas às solicitações de 1569, como foi apontado anteriormente, e as descrições pedidas às audiências por diferentes cédulas. María Portuondo (2009) realizou um minucioso estudo, porém mais uma vez centrado nas questões cosmográficas, sobre as apropriações das relações e dos informes recebidos pelo *Consejo de Indias* e seu uso por López de Velasco. Em alguns casos há reproduções completas, em outros omissões e alterações de dados e em algumas situações adaptações das narrativas recebidas às estruturas textuais de sua obra. Estratégias comuns àquelas presentes na confecção de *Epítome* a partir do manuscrito de Medel²⁴.

Além dessa documentação, o cronista também tinha à disposição os papéis, as anotações, os mapas e as obras que teriam pertencido ao cosmógrafo Alonso de Santa Cruz, dos quais obteve muitas informações e referências para elaborar *Geografía y Descripción Universal de las Indias*. Justamente pela posse dessa documentação, pode-se notar a coesão entre as propostas do cosmógrafo sevilhano, pontuadas antes, e algumas das ideias presentes nas obras e na documentação expedida pelo *Consejo de Indias* na década de 1570.

²⁴ Trechos reproduzidos e adaptações da obra de López Medel também estavam presentes em *Geografía y Descripción Universal de las Indias*.

Juan López de Velasco ainda utilizou escritos impressos de outros cronistas, como os de Gonzalo Fernández de Oviedo e de Cieza de León (GONZÁLEZ MUÑOZ, 1971, p. XIV). Sua documentação também era composta de manuscritos enviados ao *Consejo de Indias*, como, por exemplo, de alguns relatos e documentos de Bartolomé de las Casas, trasladados do Colégio de San Gregorio de Valladolid, em 1571. Em alguns casos, López de Velasco chegou a solicitar explicitamente o envio de determinado escrito para que pudesse escrever sua crônica. Foram também suas fontes os papéis e as cartas de Juanote Durán (BERTHE, 1998, p. 155). Com exceção de raros trechos, não houve menções diretas a outros autores e escritos, mesmo as fontes citadas acima são cogitadas a partir do material disponível nos arquivos do *Consejo* e da comparação textual²⁵.

Entre as responsabilidades do cargo de cosmógrafo e cronista das Índias estava a avaliação e a censura dos escritos que descreviam ou narravam acontecimentos dos territórios ultramarinos e que buscavam a impressão. Desde 1556, a licença para impressão de livros que abordassem as Índias Ocidentais (*imprimatur* – que em latim pode ser traduzido como “permita que se imprima”) era monopólio do *Consejo de Indias* (BAUDOT, 1995, p. 516). Parte considerável dos manuscritos de crônicas e de outras obras sobre o continente americano passou pelo exame de Juan López de Velasco, prática que estava em harmonia com a política de Felipe II de controle da informação. Principalmente a partir de 1577, com o confisco da crônica do frei franciscano Bernardino de Sahagún (1499-1590) e o início de uma nova etapa em relação à circulação de informações acerca do Novo Mundo – sobretudo, no que concerne aos costumes e às religiões existentes nos territórios indianos antes de 1492 (FERNANDES, 2004, p. 61) –, o acesso do cronista oficial a materiais de missionários e de indivíduos que atuavam nas Índias passou a ser mais intenso²⁶. Assim, dado o monopólio das fontes conferido ao cronista oficial, presume-se que López de Velasco tenha lido e se

²⁵ A utilização dessas fontes sem as devidas citações não deve ser encarada como plágio, mas como parte da cultura escrita do período. Segundo Kevin Perromat Augustín (2008, p. 2) a apropriação textual sem marcas, a adaptação ou a paráfrase eram tendências do discurso historiográfico do período. Mesmo quando enfatizavam a experiência pessoal, tais autores não se desvinculam da tradição clássica e a repetição de tópicos e ideias longe de desqualificar a obra, poderia gerar uma maior confiabilidade em relação àquilo que era descrito.

²⁶ Entre abril e maio de 1577, Felipe II enviou cartas ordenando que os livros de Sahagún fossem recolhidos e enviados ao *Consejo* e proibindo a escrita de obras que abordassem os modos de vida e as superstições dos indígenas em qualquer língua (BAUDOT, 1995, p. 504). Certamente as mudanças derivadas do Concílio de Trento estão na base desta determinação de Felipe II. Em seu zelo religioso, almejava não apenas ampliar a fé católica, mas expurgar resquícios das antigas crenças. Alguns autores atribuem essa atitude do monarca somente ao vínculo com a Igreja e ao engajamento nos princípios da contrarreforma. Sem negar esse aspecto, não podemos esquecer que o chamado sequestro da crônica era uma forma de controle da memória que se almejava difundir, bem como da representação de império que se erigia, ou seja, consolidava a imagem de uma Monarquia Católica. Para José Alves de Freitas Neto (2004, p. 22), era desejada a construção de uma memória convertida em detrimento dos traços pagãos da população nativa. Se no início da década de 1570, Felipe II se mostrava reticente em relação à constituição de uma história autorizada, as medidas tomadas nos anos seguintes reforçam a autoridade e a importância da crônica oficial das Índias.

apropriado de informações contidas em uma grande quantidade de registros que somente foram publicados nos séculos posteriores²⁷.

Obviamente que esta tarefa não era executada sem oposições: durante o período em que foi cronista, López de Velasco sofreu críticas, inclusive em relação à demora na elaboração de pareceres por Pedro de Aguado, como vimos antes. No entanto, parece inegável que sua posição era privilegiada: mesmo à distância (em Madrid) detinha ferramentas que lhe permitiam ter acesso a variadas informações, muitas das quais inacessíveis mesmo aos letrados que residiam nas colônias. Os manuscritos que passavam pelo *Consejo* possibilitavam entrar em contato com diferentes visões sobre os acontecimentos e as características da terra. Em posse dessas opiniões, López de Velasco poderia escrever para ratificá-las ou refutá-las (inclusive impedindo suas impressões). No que concerne às informações que não constavam nos papéis da instituição, ainda poderia requisitar informes ou planejar estratégias para preencher o vazio comunicativo, utilizando para tanto toda a estrutura administrativa que se encontrava na península e nas Índias. Se a crítica aos cronistas oficiais em relação a nunca terem pisado em solo americano era contumaz, o arsenal informativo despendido para realização de suas tarefas formava uma barreira metodológica a tais acusações de desconhecimento que garantiam a estabilidade e fiabilidade do texto.

Em relação às informações e aos saberes relativos ao mundo natural e mais especificamente no que concerne à fauna e à flora das Índias Ocidentais, observa-se uma predominância de fontes escritas (os materiais que estavam guardados nas arcas do *Consejo*, os livros impressos e as respostas às solicitações), sendo que as descrições de animais e plantas apresentadas em *Geografía y Descripción Universal de las Indias* estabeleciam diálogos com a documentação elegida. Simultaneamente à escrita de sua crônica, ocorria a expedição de Francisco Hernández aos territórios da Nova Espanha e do Peru. Conforme pontuamos antes, Ovando, ainda que próximo do protomédico não integrou suas atividades às iniciativas informativas e cognitivas que eram efetivadas dentro do *Consejo*. Após a morte de Juan de Ovando, a separação ou, pelo menos, a consciência dos limites dos dados obtidos por Hernández na satisfação dos objetivos administrativos buscado pela instituição e por seu cronista torna-se mais latente. Tanto é que em duas ocasiões, 1577 e 1578, López de Velasco propôs que fosse solicitado o envio dos escritos do protomédico do Peru, Antonio Sánchez de Renedo, sobre história natural daquelas partes e lhe ofertado uma remuneração para que

²⁷ No entanto, no caso de *Geografía y Descripción Universal*, temos que matizar o impacto dessas obras no trabalho final apresentado ao *Consejo*, uma vez que sua conclusão se deu em 1574, antes das medidas mais severas de proibição (sequestro da crônica).

continuasse a empreitada²⁸. Portuondo (2009, p. 169) afirma que houve uma aprovação no pedido, no entanto, a autora não soube precisar o que ocorreu com os escritos de Sánchez²⁹. De qualquer forma, a petição de López de Velasco evidencia que a História Natural constituía um ponto de interesse do cronista e, assim como em outras temáticas, procurou e requisitou materiais já existentes, estimulando, inclusive, a continuidade da produção.

Após terminar *Geografía y Descripción Universal de las Indias*, Juan López de Velasco a submeteu à avaliação dos membros do *Consejo de Indias*. Foram sugeridas modificações e supressões em alguns trechos da obra que versavam sobre demarcações, jurisdições administrativas e algumas considerações polêmicas – como a passagem em que abordava os espanhóis nascidos na América que já trazia algumas considerações pejorativas e deterministas (PORTUONDO, 2009, p. 185). A edição de 1894 trouxe algumas marcas dessas alterações, uma vez que um dos manuscritos consultados, adquirido no século anterior pelo Cardeal Francisco Antonio de Lorenzana (1722-1804) e conservado em Toledo, era um rascunho da obra.

Em razão do desconhecimento dos membros do *Consejo de Indias* em relação aos aspectos cosmográficos, a obra ainda passou pelo julgamento do cosmógrafo Juan Bautista Gesio, que elaborou uma série de comentários contendo críticas ao trabalho cartográfico do cosmógrafo e cronista maior das Índias³⁰. Na versão final de *Geografía*, enviada ao rei, as críticas de Gesio não foram levadas em consideração por Juan López de Velasco. A avaliação da instituição a respeito da obra foi bastante positiva, o parecer elaborado ao rei em dezembro de 1576 a considerava uma obra muito boa e conveniente para a posse do rei e do *Consejo* “para cosas que cada día se ofrecen, de que podrá tomar mucha luz”³¹, ou seja, era considerada como um texto que auxiliaria nas tarefas e nas decisões que cabiam ao rei e ao organismo de governo das Índias, um instrumento para o bom governo. Por esse parecer era sugerida uma mercê de 400 ducados pela obra, gratificação que foi concedida.

²⁸ AGI, INDIFERENTE, 1086, L. 6, f. 200v.

²⁹ Também não encontrei documentação que pudesse esclarecer sobre os desdobramentos desta iniciativa.

³⁰ María Portuondo, a partir da transcrição feita por Jiménez de la Espada, relata todas as críticas elaboradas por Gesio. Tendo em vista os objetivos desse trabalho, não cabe aqui detalhar essas objeções. Para mais informações, além da obra da historiadora norte-americana, recomenda-se a leitura dos comentários de Juan Bautista Gesio disponibilizados na obra de Marcos Jiménez de la Espada. As detalhadas e bastante mordazes críticas elaboradas por Gesio são exemplos das conexões entre o poder, as formas de patrocínio e a ciência. Conforme pontua Portuondo, na tentativa de obter uma nomeação real, o italiano buscava enfatizar sua capacidade em comparação às do cronista maior das Índias. Mais do que erros que por ventura López de Velasco tenha cometido, com seus comentários o cosmógrafo italiano buscava sua inserção na rede de letrados e estudiosos apoiados pelo monarca.

³¹ “(...) é uma obra muito boa e conveniente, para que vossa majestade a tenha, e também o Consejo, para coisas que cada dia se ofrecen, das quais poderá tomar muita luz” AGI, INDIFERENTE, 738.

No entanto, posteriormente, os manuscritos de *Geografía y Descripción Universal de las Indias* tiveram seu percurso redirecionados. Em 1582, após um novo pedido de mercê de Juan López de Velasco, o rei alterou suas ponderações acerca da obra:

(...) me ha parecido que por ser de la calidad que son, y por el inconveniente que se podría seguir si anduviesen en muchas manos, como podría ser faltando alguno de los que los tienen o mudándose de ese Consejo, pues para solos los dél son a propósito, sería bien que todos se recogiesen en el Consejo y se pusiesen en algún cajón cerrado, adonde, cuando se ofreciese necesidad, los pudiese tomar...³²

As preocupações reais em relação à circulação da obra do cosmógrafo e cronista maior das Índias eram evidentes. Os poucos exemplares existentes, em consequência da ordem real, passaram a ser guardados em uma arca. Mantinham-se, ainda, como instrumentos de consulta dos membros do *Consejo*, mas não estariam mais disponíveis em locais de amplo acesso, como salas de reuniões da instituição. Arndt Brendecke (2012, p. 448) acredita que *Geografía y Descripción Universal de las Indias* seria um exemplo da prática de manutenção de determinadas obras em segredo (e, em alguns casos, esquecidas) dentro do arquivo do *Consejo de las Indias*³³. Schäfer (2003, p. 255) atribuiu à política externa (os corsários e as ameaças de invasões dos territórios pelas potências estrangeiras, sobretudo, a Inglaterra) as razões para o escrúpulo em relação à difusão dos conhecimentos contidos na obra. Paradoxalmente, os escritos do cronista oficial sofreram do mesmo zelo informativo que anos já tinha atingido outras crônicas sobre as Índias e no qual López de Velasco foi partícipe de maneira ativa.

No entanto, há que se matizar o segredo como condutor dessa “restrição de circulação” do monarca. Ainda que *Geografía* contivesse conhecimentos que não poderiam cair nas mãos de súditos e informantes das monarquias rivais, nem tudo que estava ali narrado tinha o caráter de *arcana imperii*. Muitos dos conhecimentos presentes na obra de Velasco não eram segredos de Estado, eram informações acessíveis em obras publicadas, algumas das quais foram as fontes do cronista, ou ainda circulavam por outras vias comunicativas. Nem tudo que foi descrito por Juan López de Velasco podia ser considerado uma ciência secreta. Ao enfatizar a política de sigilo que marcaria a Monarquia Hispânica, sobretudo em relação à

³² “(...) pareceu-me que por ser da qualidade que são e pelo inconveniente que poderia seguir se passassem por muitas mãos, como poderia ser faltando algum dos [exemplares] que os têm ou se mudando desse *Consejo*, pois somente para os dele servem, seria bom que todos [os exemplares] fossem recolhidos no *Consejo* e se pusesse em uma gaveta [ou caixa] fechada, onde quando houvesse necessidade, os pudessem tomar...”. AGI, INDIFERENTE, 740. Utilizamos aqui a transcrição realizada por Schafer (2003, p. 355)

³³ Em outro artigo, o historiador alemão destaca a pouca significância operativa do arquivo nos negócios do *Consejo* (BRENDECKE, 2010, p. 272). Assim, ao determinar que *Geografía* passasse a ser guardada nas arcas da instituição, o rei diminuía, evidentemente sua circulação e também sua importância enquanto fonte de informação.

produção de conhecimentos, a historiografia oblitera espaços, aspectos e temáticas que circulavam e que estavam em diálogo com outras esferas não oficiais do saber³⁴. A História Natural era um dos temas que deveria se dedicar o cosmógrafo e cronista maior, constava nas determinações de 1571 e 1573, bem como nos questionários enviados em 1577 e 1584. Ao contrário de outros campos de saber, ao abordarem a necessidade de se obter conhecimentos referentes aos animais e às plantas, em nenhum desses documentos há menção específica para a questão do segredo de tais informações. Assim, não é inesperado que muitas das descrições sobre animais, plantas e minerais presentes na obra de López de Velasco também fizessem parte de outras narrativas, como as obras de José de Acosta e Bernardo de Vargas Machuca³⁵, publicadas nas décadas seguintes.

Além disso, o segredo também se alterou ao longo das décadas: a informação confidencial que Felipe II almejava manter nas arcas do *Consejo* perdeu o status de sigilo. Muitos dos saberes cosmográficos e cartográficos de *Geografía y Descripción de las Indias* passaram a constar nas *Décadas* de Herrera y Tordesillas, bem como estavam acessíveis, entre o final do século XVI e o início do seguinte, a outros cronistas. Ainda que tenham existido o zelo informativo e a restrição da circulação em relação à obra de Juan López de Velasco, como a ordem do rei prudente nos evidencia, não é possível expandir as conclusões para explicar silêncios mais amplos, como por exemplo, a ausência dos ibéricos nas narrativas sobre a chamada Revolução Científica³⁶.

Os diferentes destinos das cópias das obras de *Geografía y Descripción de las Indias* são ignorados. Apenas sabemos que, no século XVIII, uma cópia foi adquirida pelo arcebispo Francisco Antonio de Lorenzana. Cesáreo Fernández Duro (1895), ao avaliar a primeira edição impressa da obra, sugeria que apesar das reservas do *Consejo de Indias*, possivelmente uma cópia escapou de sua vigilância, passando tempos depois às mãos do religioso. Essa

³⁴ Fernando Bouza chama a atenção para o fato de que a Monarquia Hispânica passou a constituir um espaço de transversalidade, no qual modelos e formas culturais passam a circular, revelando continuidades que ultrapassam as distâncias continentais. Tais ideias estão presentes na palestra proferida pelo Prof. Dr. Bouza intitulada "Entre el archivo, la biblioteca y las prensas: modernos usos de medievales letras". Disponível em: <http://ehutb.ehu.es/es/video/index/uuid/5118ca4413899.html> acesso em 23 Jun 2015.

³⁵ Sobre as informações relativas ao mundo natural presentes na obra de Vargas Machuca, é possível consultar o artigo que escrevi em 2014 sobre o tema.

³⁶ Diálogo aqui com o artigo de Jorge Cañizares Esguerra. O autor traça aspectos importantes que marcaram a chamada Revolução Científica e já faziam parte das práticas cognitivas hispânicas nos quinhentos. Equivoca-se, no entanto, ao enfatizar a política de sigilo como aspecto central para explicar o silêncio nas narrativas sobre a gênese da modernidade (CANIZARES ESGUERRA, 2006, p. 23). Não ignoro o impacto que a restrição da circulação impressa teve na difusão de conhecimentos oriundos do Novo Mundo ou que faziam parte dos saberes dos letrados e especialistas de diferentes áreas que viviam nos territórios da Monarquia Católica. O caso da cartografia e da navegação é exemplar dessa política de manutenção do sigilo como uma ferramenta do Estado. Questiono, contudo, considerar a cultura de *arcana imperii* como uma chave explicativa englobando toda a ciência hispânica, ou ibérica, como Cañizares sugere. A História Natural estava fora dessa perspectiva de sigilo, parte das obras sobre a temática foram traduzidas e publicadas em territórios do norte da Europa.

informação não pode ser validada, uma vez que não contamos com os manuscritos originais. Apenas podemos assegurar, conforme descreve Justo Zaragoza que havia dois exemplares no século XIX. Jean-Pierre Berthe chama a atenção para necessidade de uma nova edição crítica da obra, levando em consideração os materiais e as fontes que López de Velasco dispunha. De qualquer forma, no século XXI, a versão impressa da obra de 1894 encontra-se disponível digitalizada integralmente graças à Universidade da Califórnia. Embora seja um personagem muito citado e a obra referende afirmações variadas sobre diversas partes das Índias Ocidentais, poucos são os estudos dedicados exclusivamente à sua análise – destacando-se como exceções Berthe e Portuondo –, inclusive em relação ao modo de estruturação do escrito.

3.3.2 Organização de *Geografía y Descripción Universal de las Indias*

Envolvido no processo de reformas no *Consejo de Indias* e de sistematização da coleta de informações evidenciado nas ordenanças de 1571 e 1573, Juan López de Velasco reproduz os princípios norteadores destas ações em sua obra. A dedicatória presente na versão final (provavelmente aquela enviada também ao monarca) de *Geografía y Descripción Universal de las Indias* contém algumas das ideias fundamentais que reforçam a manutenção da unidade discursiva entre a obra e as medidas regulatórias mencionadas anteriormente.

Por entender lo mucho que ynporta que este Real Consejo aya Relación cierta y particular de las cossas de las yndias para enderecar el buen Gobierno dellas: he recopilado con la mayor brebedad que he podido desde el año de setenta y uno que fui provehido en mi oficio esta Geographia general de las yndias que a V. Al. presento: en la qual se hallará relación cumplida, quanto se a podido hauer de lo que son las yndias generalmente y particular de cada tierra y prouincia de lo descubierto y poblado, con los pueblos y las otras cosas necesarias en materia de gouernacion. A V. Al. supplico la reciba en seruicio y la fauorezca con tenerla presente, para que los que de aquellas partes vinieren informando de las cosas dellas con relaciones enderecadas solo al fin de sus pretensiones: no den ocasión a qué este Real Consejo se ordene o prouea cosa que no sea tan del seruicio de Dios y de su Al." como V. Al." Desea. En Madrid primero de setiembre de MDLXXIV Años. (LÓPEZ DE VELASCO, 1894 [1574], pp. VI – VII)³⁷

³⁷ “Por entender o muito que importa que este Real Conselho tenha relação certa e particular das coisas das Índias para endereçar o bom governo delas: recopilei com a maior brevidade que pude desde o ano de 1571 que fui nomeado em meu ofício esta geografia geral das Índias que apresento a Vossa Alteza: na qual se encontrará relação cumprida em relação ao que são as Índias, em geral e em particular de cada terra e província que foi descoberta e povoada, com os povos e outras coisas necessárias em matéria de governação. A Vossa Alteza suplico a receba em serviço e a favoreça em tê-la presente, para que os que daquelas partes vierem informando

Pela leitura do excerto, é possível notar que López de Velasco reafirmou a necessidade de conhecimento dos assuntos das Índias por parte dos membros do *Consejo* para que pudessem efetuar uma boa governança daquelas terras, uma retórica que validava todo seu empenho em elaborar o escrito. Ademais, acreditava que sua obra fosse fundamental para evitar que os conselheiros atendessem aos interesses e pretensões particulares em razão do desconhecimento da realidade americana. O cosmógrafo e cronista maior chamava atenção para o que possivelmente era uma prática comum entre os indivíduos oriundos do Novo Mundo: a elaboração de relatos tendenciosos, descrições que favoreciam a aprovação de determinadas medidas proveitosas àqueles que narravam, ou seja, a vinculação de vantagens às relações feitas. López de Velasco estava ciente daquilo que Brendecke (2012) designa como contaminação da comunicação com interesses particulares e via em sua *Geografía* uma alternativa para atenuar esta prática. Por outro lado, o trecho também torna manifesto o caráter monopolizador da crônica oficial, que serviria não apenas para relatar o que deveria ser conhecido, mas também serviria como elemento balizador de outras narrativas. A crônica apresentava-se assim como um instrumento da política imperial, por meio do qual era possível validar narrativas e controlar os súditos à distância, uma vez que os pedidos, as queixas, as solicitações de mercês entre outras demandas oriundas dos territórios ultramarinos deveriam dialogar e serem validados por meio da confrontação com o relato oficial lido pelos membros do *Consejo*.

Parte dos estudos sobre as crônicas oficiais, sobretudo no que concerne aos escritos de Juan López de Velasco, enfatiza o caráter utilitário que estruturaria as narrativas autorizadas: como mecanismo de governo ou de sua legitimação. No entanto, a dedicatória *Geografía y Descripción* permite desvelar outras camadas que não estavam restritas aos fins políticos e administrativos tão destacados. Ao colocar sua obra a serviço do rei e de Deus, o cronista evidencia a perspectiva providencialista que coordenava seu relato: descrever as Índias serviria a glória do monarca, para a consolidação de possessões, mas também fazia parte dos desígnios de Deus: o predomínio e o conhecimento humano sobre as obras da criação, a expansão da fé para diferentes recantos do planeta, cumprindo aquilo que estava traçado nas Escrituras. Mauricio Nieto Olarte também destaca essa estreita relação entre a expansão religiosa e imperial e o desenvolvimento de estudos científicos com pretensões globais:

(...) A história da regulamentação da administração colonial se combina de maneira indissolúvel com a história da ciência. Assim pois, os temas de

das coisas delas com relações endereçadas só ao fim de suas pretensões: não deem ocasião a que este Real Conselho ordene e dê provisão coisa que não seja tão do serviço de Deus e de sua Alteza.”

ordem comercial, jurídico, náutico, cartográfico, de história moral e história natural devem ser entendidos como elementos de uma mesma empresa política e religiosa. O Estado imperial católico foi uma organização técnica e científica, e a ciência e a tecnologia, um assunto de governo a serviço tanto do rei como de Deus (NIETO OLARTE, 2013, p. 261)³⁸.

Em *Geografía y Descripción Universal de las Indias* a junção desses elementos ocorre de maneira ainda mais acentuada, uma vez que, além de ser uma obra que buscava apreender e transmitir determinados saberes sobre o Novo Mundo, portanto, um escrito de cunho científico, era também produto desta estrutura burocrática, imperial e com pretensões universalistas associadas também à expansão da fé.

Ainda na dedicatória ao monarca, também podem ser visualizadas as duas principais divisões de *Geografía y Descripción Universal de las Indias*: a primeira abordando aspectos gerais das terras americanas e a segunda tratando das questões específicas de cada região das Índias, uma corografia.

Intitulada “Descripción Universal de las Indias y Demarcación de los reyes de Castilla”, a primeira parte relatava sobre os limites geográficos, as demarcações e as longitudes das Índias. Também discorria acerca da situação eclesiástica e religiosa dos territórios, abordando aspectos como a conversão dos indígenas, a organização da Igreja, os indivíduos tributários, entre outros, e as primeiras povoações dos nativos – refletindo sobre como teriam chegado aquelas partes e sobre a possibilidade de descobrimentos anteriores a 1492. O cronista também fez nesta parte uma breve explanação sobre os tratados e demarcações existentes e sobre os cálculos utilizados na obra. López de Velasco descreveu o clima e as condições gerais da terra, tais como relevo e ventos, os elementos da flora e da fauna e os minerais. Apresentou considerações generalistas sobre os indígenas, seus costumes, religiões, formas de organização política, cultura, bem como sobre o processo de conversão ao cristianismo. Além disso, esta seção inicial abarcava informações acerca da estrutura administrativa e de governo relacionadas às Índias e da organização da Igreja. Ademais, tratava dos povoados e dos habitantes espanhóis, mestiços e negros que viviam no território.

Em seguida, há um apartado dedicado à hidrografia, “Hidrografia General de las Indias y Declaraciones de la carta de marear precedente”, que aborda os mares, correntes e navegação. Para Berthe (1998), os textos dedicados à hidrografia podem ser considerados uma terceira parte da obra. No entanto, acredito que “Hidrografia General” está associada à

³⁸ “(...) La historia de la reglamentación de la administración colonial se combina de manera indisoluble con la historia de la ciencia. Así pues, los temas de orden burocrático, comercial, jurídico, náutico, cartográfico, de historia moral e historia natural deben ser entendidos como elementos de una misma empresa política y religiosa. El Estado imperial católico fue una organización técnica y científica, y la ciencia y la tecnología, un asunto de gobierno al servicio tanto del rey como de Dios.”

“Descripción Universal de las Indias y Demarcación de los reyes de Castilla” por tratar de assuntos de maneira mais ampla, não específica. Assim como na documentação elaborada pelo *Consejo* na mesma década, a obra de López de Velasco parte de um olhar generalista para uma visão mais particularizada de cada região ou povoado.

A segunda parte da obra era composta por diversas corografias³⁹, as quais estavam divididas em dois grupos geográficos, “Indias del Norte” e “Indias del Mediodía”, cujo ponto de divisão era o Panamá:

Naturaleza parece quiso dividir y cortar el continente y tierra descubierta de las Indias, por el istmo ó angostura que hay de tierra desde el Nombre de Dios á Panamá, dejando la mitad de las Indias á la parte del norte, y la otra mitad al mediodía; que aunque lo descubierto y poblado de la parte de Tierra firme y Pirú, es mucho más, en comparación, que lo de la parte del norte, la tierra que está por descubrir para Quivira y parte setentrional, se va ensanchando de manera que parece ó debe ser tanta como la del mediodía⁴⁰. (LÓPEZ DE VELASCO, 1894 [1574], pp. 89-90)

Pertenceriam às Indias del Norte o vice-reino da Nova Espanha, a audiência de Espanhola, as ilhas de Cuba e dos Lucayos, Venezuela e Nova Andaluzia a Florida, Terra Nova e Bacallaos, Nova Galícia e Guatemala. Estariam entre aquelas que compunham as Indias del Mediodía, as audiências do Panamá, de Nova Granada, de Charcas, o vice-reino do Peru e as províncias do Chile e do Rio da Prata.

Ainda constavam em *Geografía* algumas corografias de outras regiões que não faziam parte, no período, da monarquia espanhola, como o Brasil, ou não pertenciam ao continente americano⁴¹, como a China, as ilhas Filipinas e Molucas, Nova Guiné e ilhas Salomão. A presença desses territórios na obra pode ser atribuída à ocupação e às relações de tais terras com a Espanha ou ainda por disputas de demarcações. O caso da descrição do Brasil é bastante reveladora:

³⁹ Segundo Ptolomeu (90-168), enquanto a geografia trataria das regiões e dos seus traços mais gerais, caberiam aos estudos corográficos analisar as particularidades de cada localidade; para alguns autores do período era o mesmo que topografia. Segundo Kagan (1995, pp. 49-50), a corografia deve ser encarada como um gênero literário de sucesso no século de ouro cuja marca era a combinação de histórias locais e descrições topográficas. A corografia teve amplo alcance nos setores administrativos da Monarquia Hispânica durante o reinado de Felipe II, sendo incorporada aos grandes projetos geográficos e históricos do monarca, como as *Relaciones de Indias*. Posteriormente, perdeu espaço para as histórias gerais em razão das pretensões imperiais e universalistas que marcaram os governos dos sucessores ao trono espanhol. No entanto, preservou sua continuidade ao ser patrocinada pelas próprias cidades e localidades que almejavam suas descrições e narrativas.

⁴⁰ Naturaleza parece quiso dividir y cortar el continente y tierra descubierta de las Indias, por el istmo ó angostura que hay de tierra desde el Nombre de Dios á Panamá, dejando la mitad de las Indias á la parte del norte, y la otra mitad al mediodía; que aunque lo descubierto y poblado de la parte de Tierra firme y Pirú, es mucho más, en comparación, que lo de la parte del norte, la tierra que está por descubrir para Quivira y parte setentrional, se va ensanchando de manera que parece ó debe ser tanta como la del mediodía ó más.

⁴¹ É importante lembrar que regiões como as Filipinas estavam vinculadas administrativamente ao *Consejo de Indias*. Sua presença na obra não constituía uma anomalia ou exceção.

(Aunque) la provincia y tierra del Brasil, (es de los Reyes de Portugal, la noticia dellas, por algunas cosas concernientes a las Indias y su descripción, no vendrá fuera de propósito en este lugar: esta provincia) por la (otra) parte del oriente se termina en la costa de la mar que llaman del Brasil, (...) por la parte del occidente tiene diferente situación, por causa de la diferencia de la demarcación entre Castilla y Portugal⁴²... (LÓPEZ DE VELASCO, 1894 [1574], p. 564)

Os excertos sublinhados foram riscados no original – marcação conservada pela edição de 1894 –, provavelmente, após a leitura dos censores responsáveis no *Consejo de Indias* e marcam o cuidado em retirar do texto indicativos de posse por parte dos reis portugueses.

Dessa forma, *Geografía y Descripción Universal de las Indias* não pretendia apenas apresentar os territórios do Novo Mundo sob o domínio espanhol, mas dar conta de toda uma gama de conhecimentos que poderiam ser necessários para decisões e medidas relacionadas às terras encontradas e ocupadas nas décadas precedentes. Também evidencia a crônica como um espaço de legitimação de possessões – em 1574, Portugal seguia governado por d. Sebastião e ainda havia a contestação das linhas demarcatórias derivadas das bulas papais do século anterior. Se a crônica de López de Velasco não apresentava até este momento os parâmetros que configuravam os vínculos entre a história e a prática política que marcaram, por exemplo, as obras de Herrera y Tordesillas, sua escritura, no entanto, já estava conectada a reivindicações e aspirações coetâneas, que poderia impactar, inclusive as relações diplomáticas.

A perspectiva de escrever uma obra com o qualitativo universal em seu título e que compreendia mais do que os territórios hispânicos no ultramar, revela as projeções universalistas que se configuravam no seio da Monarquia Hispânica. Conforme pontua Gruzinski, a dominação filipina buscou apoiar suas pretensões universais sobre sua extensão geográfica. Não por acaso o cosmógrafo e cronista maior tinha um apetite voraz em relação a medidas, informações, nomes e algarismos. Era necessário quantificar e nomear os novos espaços e as novas possibilidades de mobilização (GRUZINSKI, 2014, p. 86).

Nesta segunda parte, López de Velasco apresentou as informações sobre os territórios das Índias seguindo de perto a organização administrativa e eclesiástica: os vice-reinos, as audiências, as províncias, as governações, os bispados e os povoados (*pueblos*). Tendo em vista o significado da palavra corografia – descrição de país, região ou localidade por meio de mapa e convenções bem estipuladas (AULETE, 2015) –, é possível aplicar tal designação à

⁴² “Ainda que a província e terra do Brasil seja dos reis de Portugal, a notícia delas, por algumas coisas concernientes às Índias e sua descrição, não virá fora de propósito neste lugar: esta província, por outra parte do oriente se termina na costa do mar que chamam de Brasil, (...) pela parte do occidente tem diferente situação, por causa da diferença da demarcação entre Castilha e Portugal...”

segunda parte da obra do cosmógrafo e cronista maior das Índias. Em primeiro lugar, porque originalmente os textos eram acompanhados por representações cartográficas das regiões relatadas. Além disso, a descrição de cada território das Índias Ocidentais seguia um conjunto de regras, continha determinados elementos característicos, os quais se assemelhavam com aqueles que compunham a descrição geral do continente. Normalmente, o texto se iniciava com a menção dos aspectos localizadores, como longitude e latitude e léguas de distância entre os povoados, rios ou mares. Logo depois, eram apresentados dados demográficos (número de habitantes, espanhóis e indígenas) e as estruturas de governo e da Igreja existentes na localidade. Em seguida, López de Velasco, geralmente, incluía o histórico de fundação e a origem do nome, para passar a descrever as condições climáticas e de solo encontradas, bem como as árvores, as plantas (domésticas e silvestres), os animais (de criação ou selvagens) e os minerais da terra. Finalmente, havia informações acerca dos indígenas, desde seus costumes a explicações relativas à mortalidade nativa. Eram comuns variações nessa forma de estruturar o texto e a adição de outras temáticas em algumas regiões, como por exemplo, a relação das atividades econômicas usuais, informes tributários, condições das casas e das cidades etc. Acompanhava também, nas narrativas de alguns povoados e províncias, uma descrição da hidrografia e da costa, quando se tratava de ilha ou cidade litorânea.

O apartado dedicado a La Trinidad, localizada na audiência da Guatemala, é ilustrativo dessa forma de organização. Inicialmente, López de Velasco apresenta a localização, para depois mencionar o número de habitantes, os oficiais de governo e o conjunto de órgãos ligados à igreja:

(...) tendrá cuatrocientos vecinos españoles, mercaderes y tratantes en el cacao y otras cosas, y ninguno dellos encomendero, (...) es una de las alcaldías mayores que se proveen en el distrito de la audiencia de Guatemala (...), y en lo espiritual es del obispado de Guatemala; es doctrina de clérigos, y curado muy rico: hay en él un monesterio de frailes de Santo Domingo⁴³. (LÓPEZ DE VELASCO, 1894, p. 296)

Em seguida, elaborou uma narrativa sobre o povoamento iniciado em 1552 por Pedro Ramirez de Quiñones (?-1570) e da importância econômica do cacau para aquelas partes, também citou as origens dos nomes da comarca e do rio. Depois disso, descreveu as condições de relevo, clima e das habitações encontradas:

(...) tiene su asiento en un llano barrancoso en que hay huertas buenas de hortalizas y melones escogidos; hay muy buenas casas de teja y adobes

⁴³ “possui quatrocentos vizinhos espanhóis, mercadores e comerciantes de cacau e outras coisas, e nenhum deles encomendero, (...) é uma das alcaldias maiores que se proveem no distrito da audiência da Guatemala, (...) no espiritual é do bispado da Guatemala, é paróquia de clérigos e muito rica: há nele um monastério de freis de Santo Domingo.”

porque no hay buenos materiales; eran al principio de paja, y por haberse quemado dos veces se dio orden como fuesen de teja los tejados. La tierra de su comarca es muy caliente; caen muchos rayos en ella, y hay grandes truenos, y es muy fértil de frutos de la v/ tierra y de España, y señaladamente de cacao, más que otra tierra ninguna, (...) hay caza en ella de conejos, (...) y en el río molindas y buen pescado⁴⁴ (LÓPEZ DE VELASCO, 1894, p. 296).

Por fim, finaliza com informações sobre os caminhos e rios da região e menciona um povoado indígena.

A estruturação de ambas as partes, as descrições geral e particulares das Índias, assemelha-se às diretrizes encontradas nas *Ordenanzas para formación del libro de las descripciones* (1573) e mesmo às perguntas formuladas posteriormente no questionário de 1577 – *Cedula, Instrucción y Memoria para la formación de las Relaciones y descripciones de los Pueblos de Indias*. Poderíamos afirmar que unidade textual se daria em razão da autoria de Juan López de Velasco, envolvido na produção de todos esses documentos. Obviamente não podemos ignorar que essas determinações e a obra de López de Velasco foram produzidas simultaneamente, permitindo tal coesão. No entanto, as similaridades entre os modelos definidos por esse conjunto documental também estavam ligadas às pretensões cognitivas do *Consejo de las Indias*. A presença, em *Geografía y Descripción Universal de las Indias*, de temáticas e ordenações semelhantes àquelas encontradas na legislação da década de 1570 é indicativa de um modo de construir e garantir a legitimidade dos conhecimentos sobre as Índias que perpassava os documentos produzidos pela instituição e é reveladora padrões cognitivos que eram partilhados pelos sujeitos envolvidos nas atividades burocráticas coloniais.

Comparada a outros autores, a crônica de Juan López de Velasco é bastante sintética, permitindo, porém, um panorama geral e específico das Índias e suas regiões. O exemplo de La Trinidad evidencia essa sintenticidade; a descrição apresentava uma enumeração de muitas características, às vezes sem o apoio de analogias, comparações e referências externas aos dados daquelas partes. Os elementos de cunho geográfico e cosmográfico eram enfatizados, bem como a presença de dados numéricos, tais como a somatória de habitantes. A preocupação em localizar espacialmente o leitor foi constante, manifesta tanto pelas

⁴⁴ “(...) tem seu assento em um plano cheio de barrancos em que há hortas boas de hortaliças e melões escolhidos; há casas muito boas de telhas e adobes porque não há bons materiais, eram ao princípio de palha, e por haver quemado duas vezes se deu ordem que fossem de telhas os telhados. A terra de sua comarca é muito quente, caem muitos raios nelas, e há grandes trovões, e é muito fértil de frutos da terra e da Espanha, principalmente de cacau, mais que nenhuma outra terra (...), há caça nela de coelhos, (...) e no rio moinhos e bons pescados.”

coordenadas de longitude e latitude quanto pela menção da distância entre as regiões, cidades, províncias e localidades; algo que, provavelmente, era reforçado pela presença de mapas, atualmente perdidos. Em certas partes, há listagens com o nome dos povoados indígenas e a porção de nativos tributários⁴⁵, evidenciando esse teor quantitativo da narrativa. Durante a leitura de diferentes passagens, sobre localidades diversas, tem-se a impressão de estar realizando uma observação panorâmica da cidade ou povoado, na qual além de seu posicionamento geográfico foram destacados alguns aspectos mais proeminente que cada área.

Para Portuondo, *Geografía y Descripción Universal* foi uma tentativa de síntese limitada à compilação de toda informação empírica. “Sua aproximação foi ao mesmo tempo abrangente em termos de cobertura territorial e dentro das fronteiras conceituais e temáticas definidas pelo seu cargo e pelas Ordenanzas de 1573”⁴⁶ (PORTUONDO, 2009, p. 178). Para Menendez Pidal (1944), Juan López de Velasco teria elaborado uma das principais sínteses do Novo Mundo – juntamente com José de Acosta e Bernardo de Vargas Machuca – ao abarcar todos os territórios em múltiplos aspectos. Ainda segundo este autor, apresentava um repertório de dados que serviriam ao governo e por isso fugia daquilo que não fosse preciso e sistemático.

Sem negar essa tentativa de reunião e de sumarizar as informações e os conhecimentos disponíveis, a compreensão da obra de López de Velasco se torna mais completa ao recuperarmos suas palavras contidas na dedicatória, transcrita nos parágrafos anteriores. Com seus escritos, o cosmógrafo e cronista pretendia fornecer um repertório de saberes que tornasse o rei e os conselheiros capazes de tomar decisões sobre o governo das Índias; buscava disponibilizar informações que revelassem relatos tendenciosos; de certa forma, encarava sua *Geografía* como uma ferramenta cognitiva. Assim, apresentava os conteúdos dispostos de forma direta e quase didática, de modo que o leitor pudesse realizar uma consulta sobre uma audiência, uma província ou até mesmo uma localidade específica sem ter que ler o restante da obra. Não havia espaço para longas narrativas acerca do processo de ocupação e de colonização daqueles territórios pelos espanhóis, nem mesmo para inúmeras descrições detalhadas, inclusive porque a obra buscava criar uma visão geral de todas as regiões das Índias Ocidentais. Sua história também apresentava-se como elemento balizador de discursos

⁴⁵ Como exemplo destas listagens, podemos citar a relação feita dos povoados indígenas da cidade de San Miguel, no qual são citados mais de setenta localidades, a maior parte com o número de índios tributários (LÓPEZ DE VELASCO, 1894, pp. 297-299)

⁴⁶ “History approach was at once comprehensive in terms of territorial coverage and within the conceptual and thematic boundaries defined by história post and by the Instructions.”

não oficiais, ou seja, era atribuída à sua crônica uma função similar à de um tribunal, paralelo que posteriormente será enunciado explicitamente por Herrera y Tordesillas.

Outro ponto que devemos retomar são os tipos de fontes utilizadas, as quais foram fundamentais na configuração da obra. Ao usar, entre outros documentos, as listas de perguntas, sobretudo aquelas anteriores a 1573, seu relato estava parcialmente restrito ao que foi indagado inicialmente. Observa-se, ainda, que López de Velasco procurou tornar *Geografía* compatível às *Ordenanzas para la formación de los libros de las descripciones*, fato que circunscreve suas descrições, sem, no entanto, invalidar a obra, uma vez que muitas foram as temáticas demandas pelo documento de 1573.

Diferentemente de outros cronistas oficiais, o cosmógrafo e cronista das Índias era responsável por escrever sobre variados assuntos, incluindo desde o processo de conquista até mesmo seus dados geográficos. Como pontuamos antes, as condições do Novo Mundo, quando comparadas ao modelo original da crônica, eram anômalas para tal incumbência, uma vez que faltavam o monarca e as principais linhagens. Assim, a abertura a novos temas que dessem conta da especificidade do continente e dos feitos ali ocorridos foi necessária (BRENDENCKE, 2012, p. 434). Entre os novos objetos que foram alvos da crônica das Índias estava a História Natural. Juan López de Velasco, assim como outros cronistas contemporâneos, não constituiu uma exceção, abordou temáticas ligadas a essa área do saber tanto em sua descrição geral, como nos relatos particulares, algo que veremos a seguir.

3.3.3 *Geografía y Descripción Universal de las Indias* e a História Natural

Geografía y Descripción Universal de las Indias não pode ser considerada uma obra dedicada inteiramente à História Natural. Como pode ser observado por meio da análise de sua estrutura, de seus objetivos e mesmo da dedicatória, seus conteúdos eram mais amplos, tentavam dar conta de todos os aspectos que envolviam as Índias Ocidentais; reduzi-la a um campo de estudo seria inclusive anacrônico, tendo em vista a própria configuração do conhecimento no período, cujas segmentações eram flexíveis e mais abrangentes. Contudo, *Geografía y Descripción* também era um dos resultados das tarefas empreendidas pelo cosmógrafo e cronista maior das Índias. Conforme as *Ordenanzas* de 1571, entre os temas a serem tratados pelo ocupante desse cargo estavam os assuntos ligados ao estudo do mundo natural.

Assim, em ambas as partes de sua obra, Juan López de Velasco abordou temas relativos à História Natural; em diferentes trechos encontram-se menções, descrições e relatos que envolvem animais e plantas. No apartado inicial de sua obra, foram traçadas algumas características gerais da fauna e da flora americanas, elementos que o cronista recuperou nos relatos de quase todas as localidades do continente, nos quais elencava os animais, em geral os domésticos, e os vegetais, sobretudo os cultivados, presentes nas diferentes regiões do continente. Entretanto, assim como as demais partes da crônica, as narrativas sobre a natureza americana são marcadas pela sinteticidade. Segundo María Portuondo, a descrição do cosmógrafo e cronista maior sobre o clima, os rios, as terras e os recursos naturais retrata abundância e fertilidade, no entanto, evitando exageros e elementos fantásticos (PORTUONDO, 2009, pp. 174-175). Outras crônicas do período também estavam desprovidas dos elementos maravilhosos que caracterizaram os primeiros relatos sobre o Novo Mundo. Passadas oito décadas de contato, o espaço conferido a aspectos fabulosos da natureza americana havia diminuído, porém não desapareceram por completo e seguiam legitimando determinadas compreensões da fauna e da flora.

Seguindo as diretrizes presentes nas *Ordenanzas* de 1573, em *Geografía y Descripción Universal de las Indias*, López de Velasco procurou separar as temáticas relativas aos homens, daquelas ligadas ao mundo natural, tanto em sua descrição geral quanto no relato sobre partes específicas. O autor congregou as descrições ou a enumeração das plantas, dos animais e dos minerais daquelas terras (especialmente seus usos e recursos) em determinados trechos reservados da narrativa, ainda que não existisse uma seção especial para essas temáticas, uma vez que sua obra estava estruturada a partir das divisões espaciais e administrativas das Índias.

Em “Descripción Universal de las Indias”, o cosmógrafo e cronista maior iniciou seu relato de temáticas ligadas à História Natural após descrever as condições climáticas e de solo do território das Índias. As seções que tratam do assunto e que estão agrupadas são intituladas, na versão impressa de 1894, da seguinte forma⁴⁷: “De la fertilidade y frutos de la tierra”; “De los árboles de las Indias”; “De los granos y semillas”; “De las yerbas y hortalizas”; “Animales”; “De las aves de Indias”; “De los pescados”. Havia também um apartado dedicado aos minerais. Após isso, foram tratados os temas relativos aos indígenas – seus

⁴⁷ Em razão da ausência do manuscrito original, não podemos afirmar com segurança que esta divisão em seções foi pensada por López de Velasco. Alguns especialistas defendem parte das segmentações existentes na edição do século XIX foram realizadas pelo editor Justo Zaragoza, não correspondendo a uma intenção do autor (BERTHE, 1998). Por isso, ao pensarmos em seções dedicadas à História Natural estamos nos referindo mais a conjuntos de parágrafos e de informações congregados que poderiam denotar essa separação que à própria divisão do estabelecida pela versão impressa.

costumes, religiões, governo etc. – e espanhóis que viviam no Novo Mundo, confirmando, assim, a separação mencionada no parágrafo anterior, a qual indica a História Natural como um campo distinto das ações humanas, ao mesmo tempo em que revela que constituía um ponto relevante para o conhecimento daquelas terras.

Contudo, a forma de organização das seções também evidencia a maior atenção dada aos vegetais e uma forma de ordenação dos animais e das plantas. O espaço reservado à flora é maior que aquele destinado à fauna, sinalizando um interesse mais profundo sobre esse tópico, que, provavelmente, pode ser associado ao comércio, sobretudo de produtos medicinais e alimentícios, mas também à maior disponibilidade de informações sobre os vegetais – os quais eram mais facilmente transportados e encontrados na Europa que os animais (embora seu tráfico também fosse constante).

Em relação à ordenação, nota-se que a fauna era dividida de acordo com o meio em que o espécime estava inserido, dessa forma, há uma seção dedicada aos animais terrestres, como lhamas, tigres e gambás, outra vinculada às aves, englobando desde galinhas a morcegos e abelhas, por fim uma destinada aos pescados, entre eles enguias, peixes-boi e tartarugas. Classificação tradicional dos animais, mas que também não pode ser dissociada das fontes consultadas pelo cronista, entre elas a obra de Tomás López Medel que divide sua narrativa e, conseqüentemente, a descrição das espécies americanas, tendo por base a separação entre os elementos (ar, água e terra). As plantas, em *Geografía y Descripción Universal de las Indias*, estavam dispostas conforme seus atributos físicos e usos: árvores, ervas, grãos, sementes, hortaliças etc.

Uma das formas de narrar e conseqüentemente de dividir as espécies encontradas no Novo Mundo era a distinção entre aquelas próprias do território e as oriundas da Espanha, conforme a legislação já havia determinado anteriormente. Ao descrever, por exemplo, as árvores das Índias, Juan López de Velasco distinguia aquelas que eram também encontradas na Europa daquelas que eram do Novo Mundo:

(...) los [arboles] de la tierra no vistos por acá [España] son ébano en Cuba y otras partes y brasil y muchos árboles de maderas de colores y jaspeadas, ceivos de que se hacen las canoas, guayacan ó palo santo que es de madera sólida, pesada y incorruptible y medicinal para las búas⁴⁸... (LÓPEZ DE VELASCO, 1894 [1574], p. 16).

⁴⁸ “(...) as [árvores] da terra não encontradas aqui [Espanha] são o ébano de Cuba e de outras partes e brasil e muitas árvores de madeira de cores com manchas, corticeiras que se fazem canoas, *guayacán* ou pau santo que tem uma madeira sólida, pesada e incorruptível, e medicinal para as inflamações dos bulbos [provavelmente referindo-se à sífilis]...”

Distinguir as diferentes espécies encontradas era uma das tarefas que se impunham aqueles que descreviam o mundo natural americano. De maneira geral, uma geografia da semelhança e da diferença era um dos critérios classificatórios empregados pelas crônicas na tentativa de apreender a fauna e a flora do Novo Mundo (Oviedo anos antes também utilizou essa estratégia em seu *Sumário de la Natural Historia de las Indias*). Por um lado apresentava os animais e as plantas que eram comuns ou que haviam sido levados pelos espanhóis e de outro eram evidenciadas as singularidades daquelas partes, ordenando a narrativa de modo que as particularidades não sejam dissociadas das similaridades que aproximavam os dois lados do Atlântico. É possível observar esta característica na descrição geral das aves (“De las aves de Indias”), na qual o cronista relatou, em um primeiro momento, as aves do velho continente que eram encontradas nos territórios indianos e, em seguida, tratou daqueles que eram específicos da terra. Esta estratégia discursiva e cognitiva não estava presente apenas na primeira parte da obra de Juan López de Velasco, diferenciar os animais e as plantas *de la tierra* e os *de España* era uma fórmula comum nas corografias das diversas regiões abordadas, entre elas na descrição da Flórida:

Frutas de la tierra, moras de morales y de zarza, nísperos, madroños y nueces, y castañas buenas y bellotas, y muchas uvas que maduran y se hace vino, y son mejores que las de acá se han llevado; hay muchos melones y pepinos y berengenas, y la tierra parece dispuesta para darse en ella bien todas las frutas y hortalizas de España; y así se da el trigo, aunque hasta agora no se siembra⁴⁹... (LÓPEZ DE VELASCO, 1894 [1574], p. 160).

Evidenciar as espécies comuns à Europa e que existiam nas Índias Ocidentais reforçava a ideia de unidade da natureza oriunda da criação divina; coesão que poderia ser transposta na reflexão sobre a unidade da monarquia: territórios distantes que não apenas compartilhavam o governo do mesmo soberano católico, mas traziam elementos naturais comuns, os quais eram, inclusive, garantias de pertencimento cultural – lembremos da importância de determinados alimentos e animais para a religião cristã e a cultura ocidental. Mesmo quando determinadas espécies não existiam no ultramar essa unidade se conservava: as plantas e os animais poderiam se adaptar em diversas regiões, mostrando a generosidade do criador. Não por acaso eram enfatizadas as possibilidades de cultivo de determinadas hortaliças, cereais e frutas, tais como trigo e vinho, bem como a presença de animais domésticos típicos da Europa no Novo Mundo. Em uma leitura providencialista da natureza,

⁴⁹ “Frutos da terra, amoras caquis, morangos e nozes, e boas castanhas e bolotas e muitas uvas que maduram e se faz vinho e são melhores do que as que daqui [Espanha] se tem levado, há muitos melões, pepinos e berinjelas e a terra parece disposta a dar bem todas as frutas e hortaliças da Espanha, e assim se dá o trigo, embora até agora não se semeou...”

essa benignidade da terra podia ser interpretada como parte do plano divino que favorecia o projeto (e a ideia de civilização) conduzido pelos espanhóis:

Estaba la tierra inculta casi en todas partes, y tan poco ejercitada con cultura que, como sujeto desnudo, no daba otras plantas ni semillas más de las que naturaleza producía; y así recibió tan bien las que de España se han llevado, que casi ninguna se ha dejado de dar bien en todas ó en las más partes, con aventajada abundancia y mejoría en la calidad y grandeza⁵⁰ (LÓPEZ DE VELASCO, 1894, p. 18)

A terra inculta é comparada ao homem nu, ou seja, ao bárbaro. Categoria que também era atribuída aos indígenas⁵¹. O solo a partir das ações dos espanhóis se transformaria, segundo López de Velasco, em fecundo e abundante, assim como o bárbaro obteria civilização e a salvação por meio do cristianismo. As ideias imbricadas em passagens como essas (que se reproduzem em outros momentos do texto) extrapolam a simples análise dos recursos agrícolas existentes, como uma interpretação que reforça o caráter utilitário da crônica oficial poderia presumir. A retórica utilizada faz da natureza um espaço para outras reflexões.

Geografía y Descripción de las Indias, como produto do trabalho do cosmógrafo e cronista ligado ao *Consejo de Indias*, ainda que possuísse especificidades inerentes do objeto a ser descrito, não foge à intenção final das crônicas oficiais (sejam elas das Índias ou da Monarquia como um todo): a legitimação do poder em vigor. Mesmo os “novos temas” – que eram próprios da crônica das Índias como a História Natural – serviam como meio para alcançar esse propósito maior. Logo, esta geografia da similitude e da diferença⁵² foi uma escolha narrativa proposital e fundamental para a representação de império que alicerçava as concepções de López de Velasco. Apresentava-se como uma ferramenta discursiva eficaz na validação da ordem vigente ao realçar a unidade e mostrar elementos positivos das ações dos súditos da monarquia nos territórios conquistados (uma espécie de *leyenda rosa*). Política, religião e ciência (nesse caso a História Natural) se imiscuíam na constituição de uma ideia de império ultramarino.

⁵⁰ “Estava a terra inculta quase em todas as partes, e tão pouco exercitada com cultivo que, como sujeito nu não dava outras plantas nem sementes mais das que a natureza produzia, e assim recebeu tão bem as que foram levadas da Espanha, que quase nenhuma deixou de dar bem em todas ou em as mais partes com avantajada abundância e melhoria na qualidade e grandeza”.

⁵¹ A atribuição do adjetivo bárbaro aos indígenas foi utilizada, inclusive, por López de Velasco em diferentes momentos. Em sua descrição da província de Cumaná (parte oriental da atual Venezuela), ao mencionar os povos nativos também associava sua suposta barbaridade à terra inculta: “(...) y lo que en general se sabe es, que en la demarcación de estas gobernaciones hay muchas y diferentes naciones de indios, y todos bárbaros, y por la mayor parte valientes y guerreros, sin orden ni gobierno; y la tierra, aunque en partes fértil de maíz y casi toda con muestras de oro, es generalmente pobre y de poca codicia” (LÓPEZ DE VELASCO, 1894, p. 150).

⁵² Que também não destoava das formas de conhecer do período, conforme pontuou Foucault (2007).

Entretanto, também era necessário evidenciar o novo e o diverso; as distinções entre o cá e o lá serviam para apontar as espécies próprias das Índias que eram desconhecidas e muitas vezes causavam assombro, como é o caso do peixe-boi, cuja descrição transcrevemos integralmente. Com muitos pontos de convergência com aquilo que havia descrito López Medel, que provavelmente foi sua fonte de informação sobre esse animal⁵³, o relato mistura elementos físicos, comportamentais e proveitos que poderiam ser obtidos:

(...) entre otras especies de pescados no vistas, manatíes en los rios caudalosos de tierra caliente, no lejos de la mar, tamaños como un ternero de tres o cuatro meses, y la carne del muy buena, semejante a la de ternera, porque se sustenta de las yerbas de las riberas que sale a pacer desde el ri , y su concepto dicen que es en el vientre, y que siempre nacen juntos macho y hembra...⁵⁴ (LÓPEZ DE VELASCO, 1894 [1574], p. 22).

O autor destaca, logo no início de sua descrição, o fato de se tratar de um pescado⁵⁵ não visto, ou seja, não conhecido. A singularidade do manati (peixe-boi) apresentava como razão para estar presente na crônica oficial, era sua especificidade e o desconhecimento dos indivíduos europeus de sua existência e suas características físicas que tornava essencial a narrativa sobre a espécie. Sua descrição inseria-se naquilo que anos antes já demandava o *Consejo* em suas ordenanças: mesmo em sua particularidade fazia parte do que deveria ser conhecido e averiguado para uma boa governança das terras a que pertencia, era parte da *entera noticia* almejada. Se o animal pertencia a uma espécie não vista por aqueles que deveriam conhecer, cabia ao relato escrito torná-lo visível.

Plantas específicas do continente, também compunham *Geografía*, afinal, elas também eram dignas de saber, conforme enunciava a ordenança de 1571, cuja ênfase recaía nos aspectos utilitários, mas não somente neles. Em muitas das corografias havia a menção e uma breve descrição de plantas pertencentes à determinada província e os usos que se faziam. Ao descrever, por exemplo, a possibilidade de cultivo de olivas nas províncias do Chile, Juan López de Velasco apresentou outra espécie com potencial de produção de óleo semelhante,

⁵³ A descrição dos peixes-boi consta no capítulo VIII da segunda parte da obra de López Medel (2007). Intitulado “Dos peixes e animais aquáticos das Índias, que não se conhecem nem foram vistos por aqui”, esse capítulo traz a descrição de todos os aspectos apontados por López de Velasco, além de outros não mencionados. Pela leitura integral da narrativa, percebe-se um esforço de síntese e de adaptação feito pelo cronista oficial. Não se tratava de plágio, uma vez que essa apropriação textual era uma prática comum no período, como mencionado em outro momento, contudo parece evidente o diálogo das fontes, que se torna ainda mais patente quando levamos em consideração o manuscrito *Epítome* mencionado antes.

⁵⁴ “(...) entre outras espécies de pescados não vistas, os peixes-boi nos rios caudalosos da terra quente, não longe do mar, tamanhos como de um bezerro de três ou quatro meses, e a carne dele muito boa, semelhante à de vitela, porque se sustenta das ervas das ribeiras que sai a pastar desde o rio e sua concepção dizem que é no ventre, e que sempre nascem juntos macho e fêmea...”

⁵⁵ A ideia de que o peixe-boi era um pescado e não um mamífero, concepção que se conserva na nomenclatura utilizada em português, relacionava-se ao fato de que o animal habitava meios aquáticos, como os rios.

porém não circunscreveu sua narrativa a esse aspecto, buscou dar mais informações sobre as características próprias da planta que pudessem diferenciá-la das demais:

(...) una semilla que se llama mady⁵⁶, que es a manera de semilla de lechugas, el cual es bueno para comer y alumbrarse con ello, y se entiende que valdrá para la lana de que hay mucha cantidad, y así se comienzan a hacer ya frazadas y sayales, y colores muy finos que se hacen ya.⁵⁷ (LÓPEZ DE VELASCO, 1894 [1574], p. 516).

A *mady* era apresentada a partir da comparação com uma semente já conhecida, por meio da qual o leitor poderia imaginá-la, porém também mostrava caracteres que fugiam tanto daquilo que definia o uso da oliveira quanto o do alface – a possibilidade de se obter tecido –, evidenciando o espaço do próprio, da singularidade que marcava as novas terras.

Contudo, ainda que seja tentador, é equivocado atribuir a identificação e a diferenciação de animais e plantas como uma tarefa exclusiva dos cronistas (e escritores) das Índias, embora tais iniciativas fossem bastante proeminentes nos relatos sobre os novos territórios ocupados pelos europeus a partir do século XV. A descrição das particularidades de espécies da fauna e da flora era um trabalho realizado também pelos naturalistas que se dedicavam a diferentes partes do continente europeu na mesma época. Se no início do século XVI, os estudiosos de História Natural concentravam suas atenções na recuperação das obras oriundas da Antiguidade Clássica e no reconhecimento das espécies descritas por autores como Plínio e Dioscórides, em meados dos quinhentos tal perspectiva se mostrava limitada, as plantas e os animais presentes nos escritos de gregos e romanos não abarcavam a variedade encontrada, mesmo dentro do território europeu – especialmente em relação aos territórios não mediterrânicos. Assim, era preciso o estabelecimento de um novo catálogo da natureza, no qual seriam acrescentados os animais e as plantas desconhecidos dos antigos. Para tanto, eram necessárias descrições rigorosas e extensivas, em que fossem mencionados os detalhes de sua composição física e sua localização (OGILVIE, 2006, p. 139). Tarefa semelhante a que se impunha às histórias naturais que versavam sobre o Novo Mundo. Mesmo não sendo um livro de História Natural, *Geografía y Descripción Universal de las Indias* também enfatizava essa distinção entre as espécies conhecidas (europeias) e aquelas que passaram a fazer parte do saber ocidental havia poucas décadas (americanas), embora não houvesse uma descrição aprofundada como aquela encontrada nas obras de naturalistas europeus.

⁵⁶ A planta também aparece em outras referências grafada como *madi*. Trata-se de um vegetal cujo nome científico atribuído atualmente é *Madia Sativa*, sem tradução para o português.

⁵⁷ “(...) uma semente que se chama *mady*, que é do modo da semente de alface, a qual é boa para comer e iluminar-se com ela, e se entende que vale a pena como lã de que há muita quantidade, e assim se começam a fazer já cobertores e sacos, e cores muito finas que se fazem já...”

Em relação à fauna do Novo Mundo, um interessante parágrafo presente na primeira parte de *Geografía* revela uma determinada ordenação dada aos animais terrestres por López de Velasco, para além da diferenciação com as espécies europeias:

Halláronse en la tierra, generalmente en todas partes, cuando los españoles fueron á ella , dos ó tres especies de venados de los de Europa, osos, tigres y leoncillos pardos, dan tas, adives, que son como lobos, zorras, gatos cervales, tajugos , ardillas de muchos colores , y muy grande diversidad de monos y gatillos, y el animal que mete sus hijos en una bolsa que tiene en la barriga , y otro que llaman armado ; liebres como en España, y conejos generalmente, y comadrejas y hurones también en partes⁵⁸ (LÓPEZ DE VELASCO, 1894 [1574], p. 20)

Após esse trecho, o cronista ainda mencionou o gambá, o tatu, as lebres, os coelhos, as doninhas e os furões. Em seguida, descreve os animais domésticos e os animais prejudiciais ao homem ou à criação (como cobras, lagartos e escorpiões). Mesmo que a classificação não fosse um objetivo de López de Velasco e tampouco era uma meta para a História Natural do período, nota-se que havia um ordenamento em que os animais eram aproximados por suas semelhanças físicas – por exemplo, tigres e leões; adives, raposas; texugos e esquilos –, por suas relações com os humanos ou ainda pela percepção de sua singularidade (gambá e tatu).

Até mesmo a simples enumeração, bastante característica da sinteticidade de López de Velasco, não o exime de um intento classificatório. A listagem, enquanto tecnologia cognitiva e intelectual, era um poderoso mecanismo de hierarquização e de estabelecimento de uma ordenação⁵⁹ bastante difundido e utilizado no início do período moderno, como mencionamos antes. A sequência de animais feita pelo cronista oficial expressava uma determinada tradução e gradação; a proximidade textual poderia significar similitudes e possibilidades comuns de apreensão daquele conjunto de seres vivos. Daí a relevância do inventário da fauna e da flora americanas, ou seja, da constante enumeração a qual María Portuondo imputa um caráter secundário.

Se retomarmos a primeira citação de López de Velasco sobre as plantas das Índias Ocidentais, notaremos que em suas descrições também havia menções aos caracteres físicos das plantas: “madeira sólida, pesada e incorruptível”, “madeira de cores com manchas”. Não se tratava de uma narrativa extensiva dos elementos físicos das espécies, mas de aspectos

⁵⁸ “Encontraram-se na terra, geralmente em todas as partes, quando os espanhóis foram a ela, dois ou três espécies de veados da Europa, ursos, tigres, leões pardos, antas, adives, ... raposas, gatos servais [espécie de felino pardo], texugo, esquilos de muitas cores, e uma grande diversidade de macacos e gatos.”

⁵⁹ O estabelecimento de uma ordenação, tal qual pontuou Foucault, constitui uma prática arbitrária e não se pauta em sua racionalidade crescente ou no progresso em direção a uma maior objetividade. As classificações e ordenações, como eram as listagens formuladas por López de Velasco, estavam enraizadas em sua positividade e suas condições de possibilidade.

significativos e marcantes. Essas características permitiriam ao leitor reconhecer ou pelo menos estabelecer paralelos que possibilitariam o ato cognitivo. No caso dos animais, os relatos de comportamentos e de modos de vida eram somados às características físicas: ao descrever o gambá (sem nomeá-lo) o cronista diz tratar-se de um animal que colocava os filhos em uma bolsa que tinha na barriga; as iguanas não seriam venenosas, mas eram anfíbios da água e da terra (LÓPEZ DE VELASCO, 1894 [1574], p. 160).

Juan López de Velasco destacava em todas as descrições a exposição das possibilidades de uso das espécies. Os vegetais eram descritos em relação a sua potencialidade como medicamentos, madeira, alimentos e decoração; os animais vistos a partir de seu emprego para o transporte de carga, para a caça ou a comida etc. A diferenciação e a conseqüente classificação das plantas e dos animais descritos pautavam-se menos nas partes físicas – ainda que essas constassem e fossem elementos importantes da narrativa – que nos benefícios e riscos que poderia oferecer aos homens. Uma perspectiva antropocêntrica e utilitária coordenava a narrativa de López de Velasco. Algo não exclusivo à sua *Geografía*, estava presente em outras crônicas e documentos relativos à natureza das Índias, como evidenciei em outras partes. A compreensão dos animais e das plantas do Novo Mundo se tornava também possível a partir da relação material (como medicamentos, alimentos, força de trabalho etc.) e simbólica que esses espécimes possuíam com os homens e as mulheres. Por isso, a serventia e os riscos (para aquelas espécies venenosas ou perigosas) eram destacados nos relatos sobre a fauna e a flora americanas. Entretanto, também não podemos atribuir esse enfoque como algo característico dos relatos sobre a América, mas como um elemento que esteve presente na constituição da História Natural enquanto campo de saber destinado a estudar os animais e plantas, sendo um dos mecanismos que tornavam os espécimes cognoscíveis para os leitores europeus.

Ainda em relação ao processo de formação da História Natural enquanto disciplina, é importante salientar sua ligação aos saberes médicos durante o início do período moderno. A História Natural, especialmente o ramo dedicado ao estudo das plantas, nasceu vinculada à medicina e à investigação sobre potencialidades de cura dos vegetais. A identificação das espécies narradas pelos autores da Antiguidade era buscada justamente para prover os cirurgiões, médicos e boticários de remédios para as moléstias que assolavam a população. Segundo Brian Ogilvie (2006), essa preocupação em relação à utilidade terapêutica do mundo natural coordenou a História Natural europeia até meados do século XVI, somente no quarto final dos quinhentos os estudos deixaram de priorizar os aspectos medicinais, corroborando assim para o desenvolvimento da disciplina enquanto campo de saber independente, não mais

vinculado à medicina. No entanto, ainda na década de 1570, essa vinculação permanecia sólida. Não por acaso, um dos principais autores quinhentista sobre a flora do Novo Mundo, cuja obra foi traduzida e utilizada por muitos naturalistas coetâneos, como Carolus Clusius (1525-1609), o sevilhano Nicolás Monardes (1493-1588), escrevia justamente sobre as propriedades terapêuticas dos vegetais americanos. Nesse sentido, a preocupação no reconhecimento de plantas medicinais fazia parte da tarefa dos estudiosos da natureza e também foi uma preocupação presente na obra de López de Velasco, como evidencia o trecho que trata de Santiago (Província do Chile):

(...) y en cierta parte de su comarca nacen unas yerbas altas de un jeme, que se llaman sedecho, sobre las cuales el rocío del cielo se cuaja y vuelve como sal molida, y también la ceniza dellas, en agua, se convierte en sal; y junto á la ciudad hay unas matas que dan de sí gran cantidad de resina, más clara que la Tecamaca, y muy medicinal para muchas cosas (LÓPEZ DE VELASCO, 1894 [1574], p. 523)⁶⁰.

O interesse do cronista pelas plantas medicinais vinculava-se também a aspirações e possibilidades comerciais, das quais deveriam estar cientes os membros do *Consejo de las Indias*. Segundo José María López Piñero, os laços entre a História Natural, especialmente o conhecimento dos vegetais, e as atividades mercantis eram mais estreitos:

As plantas medicinais e alimentícias americanas se converteram em objeto de grandes empresas comerciais. Basta recordar como exemplo significativo as atividades mercantis de Monardes relacionadas com o Novo Mundo, assim como a direta conexão que Clusius, principal tradutor de sua obra, manteve com os Fugger, que tinham o monopólio do guaiaco e de outros produtos americanos utilizados no tratamento da sífilis e davam comissões aos médicos que os recomendavam⁶¹ (LÓPEZ PIÑERO, 1990, p. 19).

Essa atenção às possibilidades comerciais também pode ser observada na ênfase dada aos animais de criação tanto nas descrições gerais e quanto nas particulares. A preocupação mercantil também era partilhada por outras crônicas contemporâneas. Em um curioso trecho de *Milicia y Descripción de las Indias*, Bernardo de Vargas Machuca se queixava da falta de uso do couro das antas. A possibilidade de encontrar espécies lucrativas ou transplantar determinadas plantas no continente americano era também uma chance de obter novas riquezas e estava conectado a um projeto monárquico. Não por acaso, as ordenanças e

⁶⁰ “(...) e em certa parte de sua comarca nascem umas ervas altas de cerca de 12 centímetros, que se chamam *sedecho*, sobre as quais o orvalho do céu se congela e volta como sal do solo, e também a cinza delas, em água se converte em sal; e junto à cidade há umas matas que dão grande quantidade de resina, mais clara que a Tecamaca e muito medicinal para muitas coisas.”

⁶¹ “Las plantas medicinales y alimenticias americanas se convirtieron en el objeto de empresas comerciales de primer rango. Basta recordar como ejemplo significativo las actividades mercantiles de Monardes relacionadas con el Nuevo Mundo, así como la directa conexión que Clusius, principal traductor de su obra, mantuvo con los Fugger, que tenían el monopolio del comercio del guayaco y de otros productos americanos utilizados en el tratamiento de la sífilis y daban comisiones a los médicos que los recomendaban.”

interrogatórios enviados à América demandavam esse tipo de informações. O conhecimento sobre o mundo natural não pode ser encarado como algo restrito aos gabinetes de letrados, desvinculado das necessidades materiais e comerciais presentes em diferentes sociedades. As crônicas, em sua polissemia, representam possibilidades de articulação do saber sobre a natureza e as pressões econômicas e de poder vivenciadas no período.

Da mesma forma que a descrição era uma das marcas da História Natural no início do período moderno, também era o recurso por meio do qual a natureza americana se fazia conhecer em terras europeias, muitas vezes com detalhes bastante precisos sobre as espécies. Em suas descrições, os cronistas utilizavam, sobretudo, a comparação como meio de tornar inteligíveis as plantas e os animais relatados. López de Velasco elabora menos comparações, quando fazemos paralelos a outros escritos como os de Acosta e de Oviedo, uma vez que em seu relato opta por enumerar as espécies mencionando muitas vezes apenas o nome e alguns atributos físicos ou utilitários. Entretanto, apesar disso, é possível observar comparações em determinados excertos.

Para descrever o bicho-de-pé (nígua) o cosmógrafo cronista maior o compara à pulga (tamanho), os *adives* (tipo de raposa) são equiparados aos lobos (LÓPEZ DE VELASCO, 1894 [1574], pp. 20-23). A comparação não era apenas dispositivo narrativo dos cronistas, era um mecanismo utilizado para tornar inteligíveis os animais e as plantas, era uma tecnologia literária que permitia aproximar a descrição dos referenciais europeus e, ao mesmo tempo, distinguiu e ordenava os seres vivos relatados. Tratava-se de um recurso que garantia a fiabilidade⁶².

Um dos traços singulares da obra de Juan López de Velasco é sua capacidade de síntese das características daquelas partes, como mencionamos antes. Ao abordar todas as regiões sob o governo da Monarquia Católica nas Índias, pouco espaço havia para descrições

⁶² Utilizo aqui o conceito de tecnologia literária formulado por Steven Shapin e Simon Schaffer. Em *El Leviathan y la bomba de vacío*. Shapin e Schaffer afirmam que Robert Boyle utilizava em seu programa experimental três tecnologias (que, no entanto, não podem ser consideradas como categorias segregadas): uma tecnologia material que envolvia a construção e a operação da bomba de vácuo; uma tecnologia social ligada às convenções utilizadas pelos filósofos experimentais em suas relações com os outros indivíduos e para considerar os enunciados cognoscitivos; e uma tecnologia literária através da qual os fenômenos eram dados a conhecer às pessoas que não foram testemunhas diretas (SHAPIN; SCHAFFER, 2005, p. 57). A tecnologia literária envolvida estaria articulada para assegurar a aceitação, a confiança daqueles que estiveram ausentes dos experimentos e, assim, ampliar os testemunhos da veracidade dos fatos. Segundo eles, o uso do termo tecnologia visava enfatizar que, assim como as máquinas, as práticas sociais e literárias deveriam ser consideradas como ferramentas para a produção de conhecimento (SHAPIN; SCHAFFER, 2005, p. 57). Ao empregar determinadas estratégias e recursos narrativos e retóricos, Velasco e outros cronistas, tornavam o Novo Mundo assimilável aos leitores europeus. Por isso, tais estratégias podem ser consideradas tecnologias literárias, tal qual definiram os autores britânicos, e garantiam a confiabilidade naquilo que era narrado, produzindo um testemunho virtual necessário para validar as representações presentes no relato.

mais acuradas e extensas que marcavam outras narrativas sobre o continente. De certa maneira, López de Velasco elaborou um inventário amplo dos territórios, que, por vezes, assemelha-se a uma relação ou listagem. Assim, as especificidades das espécies americanas, em alguns momentos, são obscurecidas em favor de uma compreensão geral do estado que se encontravam as Índias. A descrição dos animais nocivos de Michoacán é bastante ilustrativa: “(...) y criáanse en esta tierra muchos animales nocivos y ponzoñosos, como son leones, tigres, víboras grandes, venenosas y mortíferas”⁶³ (LÓPEZ DE VELASCO, 1894, p. 240). As singularidades físicas dos animais de Michoacán não eram postas em relevo, pois suas relações com os homens, no caso os perigos que representavam, eram, talvez, mais importantes de serem relatadas aos conselheiros naquele momento. E para que fosse possível a compreensão, inclusive do próprio López de Velasco que nunca esteve na América, era necessário reduzir as espécies àquelas que já eram conhecidas pelos europeus, tanto pelas características físicas que talvez os répteis e mamíferos em questão partilhassem, quanto pelas similaridades naquilo que representavam aos homens. Não havia detalhes sobre as principais características dos leões e dos tigres encontrados Michoacán – tratando-se, provavelmente, de jaguares e diferentes espécies de onças – bastando, no entanto, que fossem nomeados para que os elementos físicos e simbólicos associados aos animais conhecidos dos europeus fossem evidenciados. Logo, ao mesmo tempo em que a obra de Velasco figurava como uma possibilidade de apreensão da natureza do Novo Mundo, também apresentava limites cognitivos, materiais, espaciais para essa tarefa.

Curiosamente, nos territórios onde não havia sido realizada uma ocupação efetiva e os conhecimentos acerca dos povoamentos e de outros aspectos eram mais escassos, as descrições sobre os aspectos naturais, incluindo a fauna e a flora, ganhavam relevo. É o caso da descrição das províncias do Estreito de Magalhães ou mesmo das Províncias do Rio da Prata.

O capítulo dedicado à região do Estreito de Magalhães inicia-se com uma descrição das tentativas (e fracassos) do povoamento da região. O cosmógrafo e cronista também descreveu seu clima, para, em seguida, tocar na questão da fertilidade e começar seu relato das plantas e dos animais daquelas partes:

“(...) no han hallado en ella maíz, ni otro género de granos que sirva de mantenimiento, ni frutas buenas de las que se hallaron en las otras partes de las Indias, sino sean algunas endrinas silvestres y algunas pocas raíces muy amargas, aunque en algunas partes se ha visto un poco de simiente muy menuda que entre unos indios de aquella tierra se halló: hay muchos árboles,

⁶³ “(...) e criam-se nesta terra muitos animais nocivos e peçonhentos, como são leões, tigres, víboras grandes e venenosas.”

robles, cipreses, y otros árboles de ma dera colorada y amarilla, todos silvestres, y aunque están verdes dicen que arden muy bien poniéndolos al fuego: hánse visto en aquellas costas dantas y venados, y utias, que son como lobos y su orina huele muy mal á los que van tras ellos: hay muchos avestruces, ánsares marinas blancas de picos y pies colorados, y en la mar ballenas que mueren en la costa de la mar del Norte, toninas, marrajos, tiburones, merluzas, mucha sardina y anchua, y muchas ostias y otros géneros de marisco⁶⁴ (LÓPEZ DE VELASCO, 1894 [1574], pp. 539-540).

Nota-se que a dificuldade em estabelecer um povoamento na região conduziu as preocupações iniciais de López de Velasco, inclusive no que concerne à flora do estreito: desejava marcar os alimentos e os recursos disponíveis e, muito provavelmente, evidenciar a viabilidade ou não de um projeto de colonização da região. No entanto, ao apresentar a fauna, além da nomeação das espécies existentes e sua divisão entre animais terrestres, aéreos e aquáticos, há a tentativa de descrever algumas características dos animais próprios da terra, como é o caso das utias comparadas aos lobos como meio de evidenciar o parentesco e a apreensão. Não obstante, em relação a essa espécie, também foi apontada uma singularidade: sua urina fedia muito. Essa estratégia discursiva ultrapassa enumeração dos recursos e revelando interesses mais profundos que uma intenção utilitária.

O mesmo tipo de descrição mais detalhada se apresenta na corografia do Rio da Prata. As inúmeras informações sobre os vegetais e os animais do território contrastam com o espaço reduzido dado a esse tipo de saber e informação nos relatos de outras províncias do continente onde a ocupação europeia se concretizava de forma mais efetiva. Aspectos geográficos, que já possuíam considerável relevo nas demais narrativas, somados às notícias e descrições de animais, plantas e minerais, compõem grande parte do texto apresentado. Nas províncias do Rio da Prata, após apresentar as plantas da terra, nomeando e ressaltando alguns de seus traços distintivos – como era o caso do angico branco (*Anadenanthera colubrina* – *curupay* em espanhol), cuja madeira iluminada foi destacada por López de Velasco – e aquelas que existiam na Espanha, o cronista iniciou um relato sobre um caso de um tigre que, na região de Buenos Aires, havia matado um homem e sua esposa e causado uma grande movimentação com objetivo de acabar com aquela ameaça (LÓPEZ DE VELASCO, 1894, p.

⁶⁴ “(...) não foi encontrado nela milho, nem outro gênero de grãos que sirva de alimento, nem frutas boas das que se encontraram em outras partes das Índias, senão sejam alguns abrunhos selvagens [espécie de ameixa – *Prunus spinosa*] e algumas raízes muito amargas, ainda que em algumas partes se tem visto um pouco de semente muito ligeira que entre uns índios daquela terra se encontrou: há muitas árvores, carvalhos, ciprestes e outras árvores de madeira vermelha e amarela, todas silvestres, e ainda que estejam verdes dizem que queimam muito bem colocando-as ao fogo; tem-se visto naquelas costas antas e veados, e *utias*, que são como lobos e sua urina cheira muito mal aos que vão em busca deles, há muitas avestruzes, gansos marinhos brancos de bicos e pés vermelhos, e no mar baleias que morrem na costa do mar do Norte, golfinhos, tubarões-mako, tubarões, merluzas, muita sardinha, anchovas e muitas ostras e outros gêneros de marisco.”

553). Após contar sobre tal episódio extraordinário⁶⁵, passou a descrever diferentes aspectos da fauna da região:

(...) Hay asimismo leones, aunque na bravos; hay algunas onzas, monos grandes con barbas y manos como personas, y puercos que tienen el ombligo en el espinazo, y de los animalitos que meten á sus hijos en una bolsa que tienen para llevarlos de una parte á otra; venados de tres suertes, nutrias, y otros aforros azules y blancos para estimar, muchas antas y liebres déla tierra, avestruces no muy grandes, gavilanes, águilas, perdices, codornices, patos, palomas, garzas, mucho número de unas garzotas blancas marinas que se sustentan de pescado, y ponen grande infinidad de huevos en la marina, cuervos, grúas, zorzales, y unos morciélagos que muerden las cabezas de los dedos, y narices, sin sentirlo; muchas gallinas de Castilla, palomas duendas, y de las bravas grande infinidad, que las cazan con unas redes y las engordan con maíz hasta que de gordas se le cae la pluma, y patos mansos; grande abundancia y variedad de pescados en la mar y en los ríosy lagunas.⁶⁶ (LÓPEZ DE VELASCO, 1894, p. 554).

Após esse trecho, termina suas considerações tratando das cobras, dos animais peçonhentos, os répteis e dos insetos, como mosquitos, vespas e abelhas. É possível observar que juntamente com a listagem de animais mencionados pelo cronista, havia breves descrições e comparações de características físicas, comportamentos e relações com os homens (macacos com barbas e mãos como dos humanos, animais que carregam os filhotes nas bolsas do abdômen, morcegos que mordem os dedos das pessoas de modo que elas não sentem a dor etc.). Repete-se também o padrão já estabelecido de divisão dos animais de acordo com o ambiente em que vivem (terrestres, aéreos e aquáticos), porém acrescentando a esses critérios elementos como a domesticidade e aspectos que definem seus contatos com os grupos humanos. Assim, a apreensão dos animais parte de categorias já existentes e dominadas por aqueles a quem se destinava a narrativa.

⁶⁵ William B. Ashworth Jr. (1990) evidencia como a história natural dos quinhentos ainda era marcada por visão emblemática e simbólica dos animais e das plantas. Adágios, mitologias, emblemas e significados ocultos faziam parte de uma tradição marcante entre naturalistas do período, inclusive Gesner (1516-1565) e Aldrovandi (1522-1605). Nesse sentido, a presença de relatos extraordinários como o caso do leão na região de Buenos Aires era um dos aspectos que tornavam a descrição inteligível e próxima dos modelos consagrados de história natural europeus do período. Era um mecanismo que conferia legitimidade – ou como mencionamos antes uma tecnologia literária.

⁶⁶ “(...)Há, dessa forma, leões, embora não bravos; há algumas onças, macacos grandes com barbas e mãos como pessoas, e porcos que tem o umbigo nas costas, e dos animaizinhos que colocam seus filhos em uma bolsa que têm para levá-los de uma parte à outra; veados de três tipos, lontras... muitas antas e lebres da terra, avestruzes não muito grandes, gaviões, águilas, perdizes, codornizes, patos, pombas, garças, muito número de umas garças brancas marinhas que se sustentam de pescado, e põem grande infinidad de ovos na marina, corvos, grous, tordos, e uns morcegos que mordem as cabeças dos dedos, e narizes, sem senti-lo; muitas galinhas de Castela, pombas mansas, e das bravas grande infinidad, que as caçam com umas redes e as engordam com milho até que de gordas lhes caem as penas, e patos mansos; há grande abundância e variedade de pescados no mar e nos rios e lagoas.”

Como mencionamos em outras partes, nem Juan López de Velasco era um naturalista – sendo sua formação desconhecida – tampouco era *Geografía y Descripción Universal de las Indias* uma obra de História Natural. Em ambas as partes da obra não há menção ao termo “história natural”, denotando uma ausência de preocupação do autor em relação à conceituação. Como cosmógrafo e cronista maior essa não era uma tarefa que lhe cabia na elaboração de sua crônica, uma vez que a definição do que compreendia a História Natural das Índias Ocidentais já havia sido estabelecida anos antes, com as *Ordenanzas para la formación del libro de las descripciones*. No entanto, os temas relativos a esse campo de conhecimento, conforme tinham sido delimitados pela lei de 1573, figuravam entre os pontos mais comuns de sua narrativa, tanto na seção destinada à descrição geral das Índias quanto nas corografias. A descrição dos animais e das plantas ocupava um espaço restrito da obra quando comparamos com outras temáticas como aquilo que tangia à geografia ou localização dos territórios, mas ainda assim constava entre aquilo que era digno de escrita. Se retomamos o papel da crônica oficial, a presença de relatos sobre a fauna e a flora não era algo surpreendente ou anômalo: eram parte de um projeto político, que envolvia a legitimação de possessões e de determinada imagem do império. Conforme pontua Antonio Sánchez (2013, p. 37), a ciência no âmbito da Coroa de Castela esteve dominada por uma concepção utilitarista do conhecimento, mas não reduzida a esse aspecto, respondia a pretensões políticas, religiosas e ideológicas.

Essa interpretação, na qual utilitarismo e outras pretensões fazem parte prática científica de forma equivalente e articulada (como os lados de uma moeda) também pode ser aplicada às crônicas oficiais das Índias Ocidentais. Eram as obras dos cronistas do *Consejo* espaços por excelência nos quais as intenções da Monarquia se configuravam juntamente com os saberes por ela reivindicados. Se a História Natural se apresentava como um conhecimento necessário e útil para compor a *entera noticia* e para a governança, era ela também expressão de um projeto político, e por tais razões constava na crônica das Índias.

Ademais, a percepção de História Natural presente em *Geografía y Descripción Universal de las Indias*, assim como a legislação mencionada no capítulo anterior dialogava com a tradição desse campo de conhecimento compartilhada por humanistas (e naturalistas) contemporâneos. Ratificando assim a ideia de que o *Consejo de Indias* também constituía um espaço de circulação de ideias e concepções sobre o mundo.

Nas páginas anteriores, evidenciamos como a escrita se configurava como ponto de convergência das iniciativas conduzidas por López de Velasco ao longo de sua carreira. Em *Orthografía* o cronista já havia exaltado o poder da escrita como mecanismo de garantia do

entendimento humano. Essa relação com a escritura não esteve ausente em suas narrativas sobre o continente americano, tampouco em relação à fauna e a flora daquelas partes. Assim como as *Ordenanzas* de 1573 e o questionário de 1577, *Geografía y Descripción Universal de las Indias* representou uma tentativa de inserir no universo escrito e institucional as informações e os saberes acerca do mundo natural das Índias Ocidentais. A fauna e flora americanas, por meio da obra de Velasco e de outros autores, passaram a compor o repertório de conhecimentos disponíveis através da escritura. A escrita era o meio de comunicação privilegiado, ao estabelecer determinados mecanismos cognitivos para apreensão dos animais e das plantas do Novo Mundo. Conforme pontuaram Schaffer e Shapin (2005, p. 57), as práticas literárias associadas às atividades científicas não devem ser vistas de modo autônomo, nem mesmo como mera descrição daquilo que acontecia no laboratório ou campo de pesquisa. Foram ferramentas fundamentais para a produção do conhecimento. No caso dos saberes sobre animais e plantas das Índias Ocidentais, a escritura se converteu no instrumento essencial para cognição das diferentes espécies, devido, sobretudo, à distância – fator que se torna ainda mais preponderante no caso do cosmógrafo e cronista das Índias que realizava suas tarefas estando na corte e por meio dos papéis oficiais. Nesse sentido, não havia uma contradição entre as tarefas de filólogo e burocrata executadas por López de Velasco e a compilação e a produção de saberes que tocavam o campo da História Natural, em ambos os casos a escritura definia as possibilidades e os limites do cognoscível. A História Natural presente em *Geografía y Descripción Universal* esteve pautada na escritura, era por meio da palavra escrita que López de Velasco tinha acesso às informações sobre o mundo natural americano e era por meio da escritura que fazia a fauna e a flora simultaneamente inteligível e em conformidade com as projeções imperiais da monarquia.

3.4 Sumario ou Demarcación y División de las Indias

3.4.1 História do Manuscrito e Organização da obra

Demarcación y División de las Indias, também conhecida como *Sumario* foi a segunda obra produzida por Juan López de Velasco como cosmógrafo e cronista maior das Índias. Provavelmente, foi escrita por volta de 1580. Existem duas versões manuscritas conservadas (nenhuma autógrafa de López de Velasco): o manuscrito MSS/2825 da Biblioteca Nacional de España e o manuscrito pertencente a John Carter Brown Library. A

versão mantida pela instituição norte-americana contém, além do texto, quatorze representações cartográficas elaboradas⁶⁷ por López de Velasco e que, posteriormente, foram utilizados por Antonio de Herrera y Tordesillas. Os mapas são compostos de linhas demarcatórias (tanto referentes a tratados quanto as que indicavam as medições de latitudes e longitudes), indicações de localidades (povoados ou missões religiosas) e dados relativos a aspectos geográficos e hidrográficos (como montanhas, rios, lagoas e oceanos), conforme é possível visualizar na figura 5.



Fig. 5 - Demarcación y Navegaciones de Yndias. Mapa do Norte e do Sul da América mostrando as rotas espanholas, indicando os oceanos e algumas linhas imaginárias de latitude e de demarcações papais, bem como alguns rios existentes. Representação cartográfica que compõe o manuscrito *Demarcación y División de las Indias* conservado na John Carter Brown Library. Imagem disponível em: http://jcb.lunaimaging.com/luna/servlet/detail/JCBMAPS~1~1~1100~102700001:-Demarcacion-y-nauegaciones-de-Yndi?sort=normalized_date%2Cfile_name%2Csource_author%2Csource_title&qvq=q:demarcacion;sort:normalized_date%2Cfile_name%2Csource_author%2Csource_title;lc:JCBMAPS~1~1&mi=2&trs=31
Acesso em 15 Abr. 2015

⁶⁷ Portuondo (2009) acredita que os 14 mapas disponíveis hoje na coleção da John Carter Brown eram um subconjunto dos 23 que compunham originalmente *Geografía y Descripción*.

As representações cartográficas, provavelmente, serviam de apoio para as narrativas e informações que constavam no texto escrito, complementando os dados já mencionados pelo autor. A estratégia discursiva usada reforça essa interação, uma vez que, em determinados trechos da obra, López de Velasco empregava algumas descrições e enumerações que conduziam ao mapeamento narrativo de caminhos, rotas ou territórios. Como, por exemplo, o relato sobre a carreira das Índias continha as rotas e os principais pontos de parada, os quais estariam também esboçados no mapa da figura 5. Ou ainda o trecho que aborda a divisão administrativa das Índias, enfatizando a composição do território da parte norte (figura 4):

Assí como Naturaleza parece qisso dividir las Indias Ocidentales em dos partes iguales por el isthmo ó angostura que ay del Nombre de Dios á Panamá, ha venido a ser necesario para el buen gobierno dellas, que en cada parte aya un Virey y la mitad de las Audiencias, Gobernadores y Obispados que ay en entrambas en las Indias del Norte el virey de la Nueva España, y quatro audiencias que son: la de la Isla Española, la de la Nueva Galizia, la de Guathemala y parte de la de Panamá⁶⁸ (LÓPEZ DE VELASCO, 1871 [1582], p. 418-419).

Um dos mapas que constam no manuscrito pertencente à Biblioteca John Carter Brown estava intimamente associado a essa descrição. Trata-se do mapa intitulado *Descripción de las Indias del Norte* (figura 7). Além de títulos similares (o texto transcrito estava acompanhado da designação *Indias del Norte*), há a duplicação das informações e dos dados que já constavam no texto escrito. Repetição que pode ser entendida como corroboração daquilo que já estava expresso.

⁶⁸ “Assim como a natureza parece que quis dividir as Índias Ocidentais em duas partes iguais pelo istmo ou estreito que há no Nome de Deus ao Panamá, foi necessário para o bom governo delas que em cada parte haja um vice-rei e a metade das audiências, governadores e bispados que há em ambas, nas Índias do Norte, o vice-rei da Nova Espanha e quatro audiências que são: a da ilha Espanhola, a da Nova Espanha, a da Nova Galícia, a da Guatemala e parte do Panamá”.

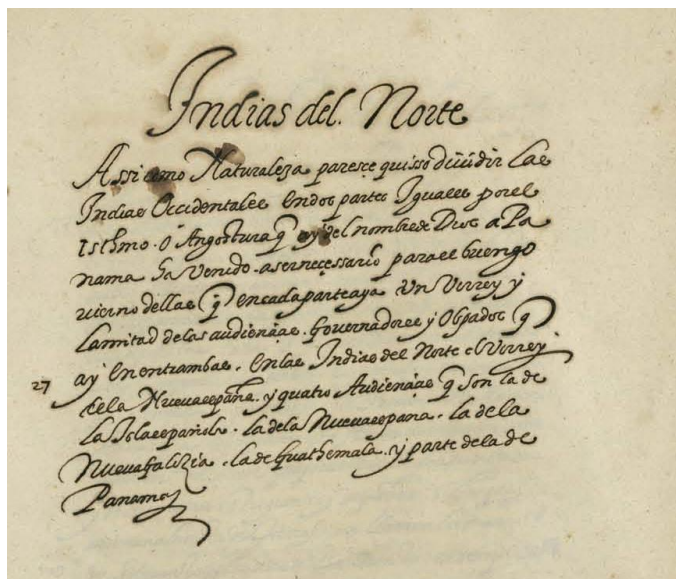


Fig. 6 - Trecho de *Demarcación y División de las Indias* conforme o manuscrito MSS/2825 da Biblioteca Nacional de España. Disponível em: <http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000116629&page=1> Acesso 24 Mar. 2014.



Original in the John Carter Brown Library at Brown University

Fig. 7 - Descripción de las Indias del Norte. Mapa das chamadas Índias do Norte, com as divisões das audiências que compunham o vice-reino da Nova Espanha. Representação cartográfica que compõe o manuscrito *Demarcación y División de las Indias* conservado na John Carter Brown Library. Imagem disponível em: http://jcb.lunaimaging.com/luna/servlet/detail/JCBMAPS~1~1~1689~102700002?qvq=q:demarcacion:sort:normalized_date,file_name,source_author,source_title;lc:JCB~1~1,JCBBOOKS~1~1,JCBMAPS~1~1,JCBMAPS~2~2,JCBMAPS~3~3&mi=7&trs=31# Acesso em 15 Abr. 2015

De forma geral, todas as imagens que fazem parte do manuscrito da John Carter Brown, que são as únicas disponíveis atualmente, têm esse perfil cartográfico e de combinação entre a representação iconográfica e o texto da obra.

Assim como *Geografía y Descripción Universal de las Indias*, no século XIX, *Demarcación y División de las Indias* ganhou uma versão impressa, realizada a partir do manuscrito MSS/2825 da Biblioteca Nacional de España, portanto, sem os mapas ou representações cartográficas similares. *Demarcación* foi publicada em 1871 como parte do tomo XV da *Collección de Documentos Inéditos, relativos al descubrimiento, conquista y organización de las antiguas posesiones españolas de América y Oceanía, savados de los Archivos del Reino y muy especialmente del de Indias*. O tomo XV traz documentos variados sobre *repartimientos*, capitulações e memórias de descobrimentos de diferentes partes do continente americano. *Demarcación y División de las Indias* é o último documento que consta nesse tomo da coleção. No entanto, o texto não apresenta a menção à autoria de Juan López de Velasco, não portando qualquer indicativo a respeito de quem escreveu a obra. Provavelmente isso ocorra em razão da fonte manuscrita a partir da qual a obra foi transcrita para impressão. Embora haja anotações atribuindo a autoria ao cosmógrafo e cronista maior na segunda folha do manuscrito MSS/2825, tais indicações foram feitas posteriormente – segundo o catálogo da Biblioteca Nacional de España por A. Arocena⁶⁹.

Segundo María Portuondo (2009), *Demarcación y División de las Indias* foi elaborado para servir de instrução geral à geografia física e administrativa do Novo Mundo para membros recém-incorporados ao *Consejo de Indias*. Não se tratava de um livro de cosmografia renascentista, mas de uma obra de consulta a respeito de temas que esses indivíduos deveriam conhecer e deliberar. Seria uma versão resumida da obra anterior de Juan López de Velasco, na qual se suprimiram algumas temáticas.

Seguindo o modelo já definido em *Geografía y Descripción Universal de las Indias*, o cosmógrafo e cronista maior das Índias organizou seu relato a partir de unidades geográficas, administrativas e eclesiásticas. Inicialmente procurou localizar o território compreendido pelas ilhas e Terra Firme, tanto em relação a sua extensão quanto sua posição e distância em relação à Europa. Também descreve com relativo cuidado os mares e as rotas de navegação existentes. Em seguida, passou a abordar as Índias do Norte, suas audiências e províncias. Também enumerava e relatava características dos bispados e das unidades eclesiásticas existentes – temas de interesse dos funcionários do *Consejo* tendo em vista a política de padroado existente na Monarquia Hispânica. Após descrever todas as audiências e províncias da parte setentrional, Juan López de Velasco apresentou os territórios que compunham as Índias do Meio-dia, ou seja, a porção sul dos territórios espanhóis na América, usando os

⁶⁹ Cf. <http://catalogo.bne.es/uhtbin/cgisirsi/0/x/0/05?searchdata1=a4758894> Acesso em 24 Mar. 2014.

mesmos critérios de ordenação da parte anterior de seu texto. Contudo, sua narrativa não se encerrava nas terras que estavam sob o domínio dos Austrias. Da mesma maneira que em *Geografía*, abordou territórios como o Brasil, China, Japão, Filipinas, Ilhas Salomão entre outras áreas ultramarinas que não necessariamente eram governadas ou estavam sob a influência espanhola, porém cujo conhecimento relacionava-se intimamente aos interesses do *Consejo de Indias*.

Em cada uma das províncias ou localidades descritas eram mencionados a localização (incluindo tamanho e distâncias), o clima e a fertilidade do solo, as principais atividades econômicas existentes – e, nesse ponto, eram mencionados plantas e animais utilizados na agricultura e na pecuária –, os povoados espanhóis e o número de habitantes (em algumas ocasiões especificando o número de encomenderos) e as instituições eclesiásticas e administrativas de cada região, bem como seus funcionários. Também eram apontados as igrejas e monastérios e o número de índios tributários. Geralmente, eram enumerados, com breves descrições, cada um dos povoados existentes. Havia poucas variações nessa estrutura, em alguns casos também eram apresentados eventos históricos relevantes, aspectos hidrográficos e explicações sobre questões de interesse, como por exemplo, a diminuição aguda da população indígena em algumas regiões. As ausências também eram comentadas, especialmente caso se tratasse de uma região sem povoados de espanhóis. A descrição da província de Verapaz, ainda que sintética comparada às narrativas de outras partes, é ilustrativa do tipo de narrativa formulada por López de Velasco. Ao tratar da audiência da Guatemala, ele descreve os pontos fundamentais de cada uma das províncias e governações, incluindo Verapaz:

La provincia de la Verapaz también mediterránea entre los términos de Soconusco, Chiapa, Yucatan, Honduras, Guathemala, de veinte y cinco o treinta leguas de travesia y otras tantas de Sanctiago de Guathemala; tierra húmeda y por esto mejor para el maíz, que se dá en ella dos veces al año, que para trigo. Ay algodón y algún cacao y muchas aves, de las que dan las plumas de colores para las pinturas que hacen los indios, que es grangeria de esta provincia, en que no ay pueblo ninguno de españoles, y aunque es diózessi de Obispado, no está erigida la Cathedral ni ay en ella más que un monasterio de frailes Dominicos, en un pueblo de indios, de diez y siete o diez y ocho pequeños que ay en ella; y en todos como quatro mil tributarios: no ay Governador sino un alcade mayor proveiro por el Audiencia⁷⁰ (LÓPEZ DE VELASCO, 1871 [1582], p. 467).

⁷⁰ “A província da Verapaz, também mediterrânica, entre os términos de Soconusco, Chiapa, Yucatan, Honduras e Guatemala, de vinte cinco ou trinta léguas de travessia e outras tantas de Santiago de Guatemala; terra úmida e por isso melhor para o milho, que se dá nela duas vezes ao ano, que para trigo. Há algodão e algum cacau e muitas aves das que dão plumas de cores para as pinturas que fazem os índios, que é a atividade lucrativa desta província, em que não há povoado nenhum de espanhóis, e ainda que seja diocese de bispado, não está erguida a Catedral nem há nela mais que um monastério de dominicanos, em um povoado de índios, de dezessete ou

Embora Verapaz não contasse com povoados habitados por espanhóis, fato que reduzia os pontos que eram apontados pelo autor em suas descrições das províncias – mesmo porque cada lugarejo espanhol também contava com um breve relato particular –, o cronista apresentava as informações essenciais que dispunha o *Consejo de Indias* sobre a localidade, porém sem muitos detalhes e sem avançar em relação aos elementos elencados antes como característicos de sua narrativa.

Ainda que escrita no final da década de 1570, López de Velasco não incorporou em *Demarcación* os dados oriundos dos questionários e instruções enviados em 1577 aos territórios indianos. Possivelmente, porque poucas eram as respostas que haviam chegado a suas mãos no momento da composição dessa obra.

A sinteticidade do relato não abria espaço para aquilo que não fosse essencialmente necessário e ligado às tarefas burocráticas e administrativas da instituição. Pode-se pensar *Demarcación y División de las Indias* enquanto um resumo, um catálogo geral daquilo que era característico de cada uma das partes das Índias Ocidentais. Ademais, podemos cogitar se na elaboração da obra, ao sintetizar ideias que já estavam contidas em seu escrito anterior, López de Velasco aventava a ideia de sua complementação por meio da leitura de *Geografía y Descripción Universal de las Indias*, ou seja, caso um dos novos integrantes do *Consejo* desejasse saber mais, bastava ir à sala de reuniões da instituição e buscar mais informações na relação produzida em 1574, que neste momento ainda não havia sido posta em estado de circulação restrita, algo que somente ocorreu em 1582, conforme pontuamos antes.

Mais uma vez o escrito de Juan López de Velasco foi submetido à avaliação de Juan Bautista Gesio. Novamente as severas críticas de Gesio incidiram sob a obra do cosmógrafo e cronista das Índias. Segundo o italiano, os mapas estavam mal traçados (sem nenhum sistema de projeção conhecido) e entravam em contradição entre si, bem como as distâncias estavam mal calculadas (PORTUONDO, 2009, pp. 197-199). Juan Bautista Gesio reproduzia algumas das críticas formuladas antes, como em relação aos cálculos da longitude, e elaborava outras referentes a pontos específicos⁷¹. Seu veredicto era negativo, afirmava que não se tratava de um livro de geografia, apenas uma abreviação de história e de comentário (BERTHE, 1998, p. 164). Ainda segundo Maria Portuondo, parte das observações de Gesio foi acatada por López de Velasco. Quando se compara as duas versões manuscritas existentes, é possível notar

dezoito pequenos que há nela; e em todos como quatro mil tributários: não há governador, senão um alcaide maior provido pela Audiência.”

⁷¹ María Portuondo elabora uma análise detalhada dessas críticas no quinto capítulo de sua obra enfatizando os aspectos geográficos e cosmográficos que marcaram os debates entre López de Velasco e Gesio.

alterações. Em outros pontos, o cronista manteve seu posicionamento apesar das reprimendas do autor italiano.

Assim como ocorreu com *Geografía*, novamente Juan López de Velasco solicitou uma recompensa pela produção de sua nova obra. Entretanto, dessa vez, seu pedido foi recusado: o *Consejo* alegava que *Demarcación* nada trazia de novo, sendo apenas um resumo daquilo que já estava em sua outra obra, não merecendo, portanto, um estipendio extra além do que já era pago em sua função como cosmógrafo e cronista maior das Índias e das outras mercês que já lhe haviam sido concedidas⁷². Foi justamente neste momento (setembro de 1582) e por meio deste documento que o rei apontou a necessidade de cautela em relação à circulação de *Geografía*, conforme pontuamos antes. Logo, a permanência de modelos e conteúdos, ou seja, a não alteração na segunda obra produzida representou danos e fracassos ao próprio autor: além da reiteração das críticas, do não recebimento da gratificação, os conteúdos de suas obras passaram a ser vistos como informações cuja difusão era perigosa e deveria ser contida. Suas palavras ficavam assim ainda mais restritas a um pequeno círculo de pessoas ligadas ao órgão dedicado à administração dos territórios americanos.

Demarcación y División de las Indias permaneceu manuscrita e passou a fazer parte dos arquivos do *Consejo de Indias*. Contudo, paradoxalmente, as informações e os saberes contidos nas páginas do manuscrito tiveram longevidade: foram fontes de informação (e apropriadas) para a *Descripción de las Indias Occidentales* de Antonio de Herrera y Tordesillas (BERTHE, 1998), obra que além da publicação em castelhano, teve traduções para outros idiomas.

3.5 A História Natural presente em *Geografía* e *Demarcación y División de las Indias*: uma comparação

Juan López de Velasco e suas obras são frequentemente citados para referenciar alguma informação ou ainda para evidenciar as ações de Felipe II na tentativa de constituir atividades científicas ligadas à governança (GOODMAN, 1990), porém raramente são feitos estudos voltados para análise completa dos conteúdos e estruturas contidos nos escritos do

⁷² Cf. AGI, INDIFERENTE, 740, N. 91.

cosmógrafo e cronista maior das Índias. Exceções a essa asserção são os trabalhos de Berthe (1998) e de Porutondo (2009), principais interlocutores em relação a essa temática.

De modo consensual, os especialistas concordam que *Demarcación* era uma versão abreviada de *Geografía Descripción Universal de las Indias*. Jean-Pierre Berthe foi enfático ao destacar que a obra era um resumo da anterior. Segundo María Portuondo (2009, p. 193), *Demarcación y División de las Indias* conservava muitas das informações já apresentadas antes, porém operava algumas alterações tendo em vista as críticas feitas por Gesio em relação à *Geografía*. Além disso, omitia as seções sobre os habitantes nativos, a história natural e os acidentes geográficos menos significativos.

As análises das estruturas e das formas de organização das duas obras confirmam os fortes laços que as uniam: o mesmo trajeto narrativo-geográfico foi feito em ambos os textos. A divisão das Índias em duas partes (Norte e Meio-dia); o início das corografias partindo da ilha de espanhola e terminando com ilhas localizadas no oceano Pacífico; a maior parte das divisões internas dos vice-reinos também foi preservada e estava contida em *Demarcación*. Não obstante, a somatória de mais de 600 páginas (na versão impressa de 1892) de *Geografía*, foi reduzida a cerca de 150 páginas no *Sumario*. Para que essa drástica diminuição se efetivasse, uma restritiva seleção de conteúdos também teve que ser concretizada. Praticamente toda a primeira parte de *Geografía* – intitulada “Descripción Universal de las Indias y Demarcación de los reyes de Castilla” –, que continha descrições gerais das Índias em relação a diferentes aspectos e abrangendo todos os territórios indianos, foi suprimida. Em *Demarcación* a narrativa sobre os aspectos gerais ficou circunscrita às definições de limites e das rotas de navegação utilizadas pelos espanhóis. Relatos vinculados à história, às hipóteses de origem dos nativos americanos, descrições de animais e plantas, de aspectos culturais e políticos dos indígenas e dos espanhóis que ali se estabeleciam foram suprimidos. Também foram sintetizadas as descrições das rotas das navegações empreendidas por espanhóis e a hidrografia das Índias.

Em relação aos conteúdos de cada uma das descrições das localidades das Índias Ocidentais, observa-se que houve a manutenção de muitos itens que figuravam na obra anterior, tais como a localização (ênfaticamente em ambos os escritos), a enumeração das principais atividades econômicas, a existência de instituições administrativas e eclesiásticas e os povoados existentes. Porém todos esses elementos se apresentavam de modo mais sintetizado. Também foram eliminados alguns dos aspectos que faziam parte das corografias elaboradas por López de Velasco em *Geografía y Descripción Universal de las Indias*. O exemplo de Verapaz, cujo trecho de *Demarcación* foi transcrito anteriormente, ilustra a

tendência de cortes do autor. Em *Geografía*, o primeiro parágrafo do texto é praticamente idêntico àquele que estará presente na obra posterior: foram enunciadas a localização da província e suas distâncias em relação a outras vizinhas; mencionava a inexistência de povoados espanhóis e a quantidade de povoados indígenas; salientava que se tratava de um bispado, porém sem catedral. A alteração do texto somente é perceptível a partir da leitura do segundo parágrafo da obra de 1574:

(...) Fundóse en esta provincia un pueblo que se llamó Munguia y después se volvió á despoblar: el temple de esta provincia es participante en partes de frió y de calor, y el suelo casi todo montoso y de muy continuas lluvias: cógese en ella maíz, y en los mas pueblos dos veces al año; hay frisóles, algodón, y en algunas partes cacao, pastel, copal y liquidámbar y zarzaparrilla, pero no buena por ser de tierra húmeda : críanse gallinas de la tierra y de Castilla en gran cantidad. Hubo antiguamente en esta provincia muchos pueblos de indios, más de los que hay agora, los cuales se ocupan en hacer cal, teja, ladrillo y loza, y en cazar por los montes unos pájaros de que se sacan plumas de colores, que contratan en otras provincias para hacer las imágenes de pluma que los indios hacen, y después de haber pelado los pájaros que toman los vuelven á soltar porque no se disminuya la granjería.⁷³ (LÓPEZ DE VELASCO, 1894 [1574], p. 305).

Na primeira obra de López de Velasco havia uma grande preocupação em definir alguns aspectos naturais presentes nas diferentes províncias, mesmo que fosse para evidenciar os produtos lucrativos que poderiam ser cultivados ou criados. Em *Demarcación* ainda há essa intenção em circunscrever as principais atividades econômicas de cada uma das localidades, mas o espaço conferido à enumeração das espécies e seus usos é bastante restrito. Do mesmo modo, as indicações sobre os costumes e as atividades dos nativos foram minimizadas em sua segunda obra.

Outro exemplo bastante significativo da supressão de determinados pontos refere-se à província do Rio da Prata e as terras do estreito de Magalhães. Em sua primeira obra houve um considerável espaço para descrições e comparações das espécies de animais e plantas e a menção aos gigantes que ali habitavam, uma vez que se tratava de uma área de fronteira e pouco conhecida dos espanhóis. Já em *Demarcación* esses itens foram suprimidos, restando

⁷³ “(...) Fundou-se nesta província um povoado que se chamou Munguia e depois voltou a se despovoar: o clima desta província é participante, em partes de frio e de calor, e o solo quase todo montanhoso e de muitas contínuas chulas: colhe-se nela milho, e nos mais povoados duas vezes por ano; há feijão, algodão e em algumas partes cacau, anil [*Isatis tinctoria*], copal, liquidámbar, salsaparrilha, mas não boa por ser de terra úmida; criam-se galinhas da terra e de Castela em grande quantidade. Houve antigamente nesta província muitos povoados de índios, mais do que há agora, os quais se ocupam de fazer cal, azulejo, ladrilhos e faianças, e em caçar pelos montes uns pássaros de que se tiram plumas de cores, que contratam outras províncias para fazer as imagens de plumas que os índios fazem, e depois de haver pelado os pássaros que tomam voltam a soltar porque não se diminua a atividade econômica.”

apenas menções às cidades existentes, portos e hidrografia, bem como a localização e as fronteiras.

Isso não significa que os animais e as plantas do Novo Mundo foram completamente retirados da obra. Eles estavam presentes, na maior parte das vezes, quando representavam possibilidades de aproveitamento como fonte de riqueza ou de recursos. Um dos trechos da descrição do Brasil evidencia justamente isso:

(...) es la tierra caliente y llobiossa, muy cerra da de árboles y nieblas, y assi mal sana y lle na de sabandijas ponzoñosas; fértil para pas tos y ganados, y no para trigo ni maiz que no lo ay, ni oro, ni plata; el principal mantenimiento es de caza que hacen, y la mayor contratacion azúcar y algodón y palo de Brassil⁷⁴ (LÓPEZ DE VELASCO, 1871 [1582], p. 527).

María Portuondo havia mencionado que *Geografía* apenas fazia uma listagem de recursos naturais em sua abordagem de cada uma das províncias. Discordo da autora, a natureza, em geral, a fauna e a flora, em específico, não faziam papel de figurantes no plano discursivo da obra. Porém, creio que essa caracterização se encaixa melhor na narrativa produzida posteriormente em *Demarcación*.

Poderíamos pensar que as alterações elaboradas no final da década de 1570 significariam uma reavaliação da importância da História Natural dentro do *Consejo de Indias* e, mesmo sob a ótica de López de Velasco, poderia ter perdido o prestígio. Devido às circunstâncias de produção da obra, elaborada tendo em vista os novos integrantes da instituição, somadas ao fato de que *Geografía* ainda fazia parte dos documentos não guardados nas arcas de arquivos, assim disponíveis para consulta dos funcionários do *Consejo*, creio que essa não deva ser a explicação mais razoável para tais cortes. Ademais, de modo simultâneo à escrita de *Demarcación*, Juan López de Velasco enviava aos territórios indianos o questionário de 1577 (que foi reproduzido e novamente mandado em 1584), no qual constavam questões específicas que indicavam interesse em relação aos vegetais, aos animais e aos minerais americanos.

O exame dos títulos das duas obras, talvez, possa colaborar para o entendimento das diferenças apresentadas. Em *Geografía y Descripción Universal de las Indias* almejava apresentar saberes cosmográficos e uma visão (descrição) universal (compreendendo tudo) das Índias, ou seja, por mais que fosse desenhada para ser um instrumento útil às tarefas dos conselheiros e funcionários do *Consejo*, havia uma representação que se pretendia construir

⁷⁴ (...) é a terra quente e chuvosa, muito fechada de árvores e neblina, e assim pouco saudável, cheia de animais peçonhentos; fértil para pastos e gados, e não para o trigo nem milho que não há, nem ouro, nem prata; o principal mantimento é de caça que fazem e a maior contratação açúcar e algodão e pau-brasil.”

com a obra, a qual, em sua intenção de totalidade, encarava o mundo natural como parte integrante e fundamental. Em *Demarcación y División de las Indias*, o título já enunciava outro propósito: fixava-se mais naquilo que poderia localizar os leitores em relação às fronteiras, demarcações e localizações das terras sobre as quais deveriam razeir.

Ainda assim havia um saber sobre os animais e as plantas que permeava as páginas de *Demarcación*, contudo, era um saber mutilado. Talvez as avaliações negativas da obra estejam ligadas não tanto à repetição dos conteúdos, mas a mutilação de uma tradição discursiva sobre o Novo Mundo.

3.6 O ofício e a crônica das Índias após 1591

Os registros existentes contendo informações e escritos de Juan López de Velasco revelam uma diminuição das atividades ligadas diretamente às obrigações do cargo de cosmógrafo e cronista maior das Índias durante a década de 1580. Desde 1584, segundo uma carta enviada a Mateo Vázquez, secretário do monarca, López de Velasco já expressava seu descontentamento com a posição ocupada. Solicitava que fosse nomeado a outro cargo que lhe fosse mais adequado, inclusive em relação aos aspectos financeiros, permitindo um possível matrimônio (PORTUONDO, 2009, p. 153). O pedido apenas foi atendido em 1588, com sua nomeação para o cargo de secretário real do *Consejo de Hacienda*, cujo salário era o dobro daquele recebido anteriormente. Juan López de Velasco, como mencionamos antes, permaneceu nessa posição até sua morte, no final da década de 1590.

Curiosamente, na carta a Mateo Vázquez⁷⁵, na qual demonstrava seu descontentamento em relação ao cargo de cosmógrafo e cronista das Índias, Juan López de Velasco também apontava alguns dos qualificativos que caracterizavam o ofício que ocupou por mais de dezessete anos e apresentava suas iniciativas para cumprir com o devido rigor suas obrigações:

[C]on fin y deseo de ocuparme en algun exercicio de papeles attendiendo siempre el estudio de lenguas y ciências que fuera de universidades se pueden professar no tanto por valerme de ellas como por hallarme con mas suficiencia para lo que de papeles se me encargase...⁷⁶ (LÓPEZ DE VELASCO, *apud*, PORTUONDO, 2009, p. 152).

⁷⁵ A carta, atualmente, faz parte do conjunto de correspondências do secretário Mateo Vázquez que se conserva no acervo de manuscritos da British Library. Para este trabalho, utilizamos a descrição e transcrição da missiva feita por María Portuondo.

⁷⁶ “Com finalidade e desejo de me ocupar em algum exercício de papéis e atendendo sempre o estudo de línguas e ciências que fora das universidades se podem professar não tanto para me valer delas como por me encontrar

López de Velasco estava consciente de que as tarefas envolvidas no cargo cosmógrafo e cronista maior das Índias envolviam saberes específicos que muitas vezes não estavam circunscritos aos conhecimentos universitários, uma vez que muitas das características dos territórios americanos ainda se apresentavam como novidades não incorporadas no quadro de informações e saberes que compunham as cátedras universitárias ou as disciplinas dos colégios maiores, por isso mencionava “ciências que fora das universidades se pode professar”. Além disso, também mostrava-se ciente de que sua função lidava majoritariamente com papéis, ou seja, com materiais escritos conectados à burocracia colonial. O reconhecimento desse requisito por parte de Juan López de Velasco vai ao encontro daquilo que definimos sobre as habilidades que dispunha esse personagem para que fosse nomeado para o ofício. O *Consejo* buscava um indivíduo capaz de dialogar com os saberes humanistas, mas que ao mesmo tempo dominasse os meandros e os documentos da administração das Índias, sobretudo porque o ato cognitivo (isto é, a apreensão das Índias Ocidentais) dar-se-ia, apesar da distância (e em razão dela), por meio da escritura.

Não podemos deixar de reconhecer que parte dos requisitos que Páez de Castro havia apontado décadas antes como necessários para escrever uma história também foi buscada pelo cronista oficial das Índias. De modo similar a Paéz de Castro que autoproclamou seu empenho em adquirir habilidades para a escrita de uma história da monarquia, Juan López de Velasco também se dedicava ao estudo das línguas e das ciências para dar conta das incumbências do cargo. Se as palavras de López de Velasco refletiam a tentativa de cumprir com o que era definido nas ordenanças de 1571, elas também podem ser colocadas em diálogo com as características apontadas pelo duque de Alba na conversa que travou com Arias Montano. No círculo de letrados, burocratas e homens de poder, no qual Juan López de Velasco também estava inserido, havia o compartilhamento de perspectivas e modelos cognitivos. Como aponta Antonio Sánchez (2013, p. 31), os impérios ibéricos (incluindo assim a Monarquia Hispânica) representaram uma colossal empresa científica e técnica; porém, igualmente, a ciência na época moderna não pode ser entendida sem considerá-la enquanto uma empresa comercial e política. Como cosmógrafo e cronista, López de Velasco enfatizava que suas tarefas involucravam o conhecimento e a ações de governança, ainda que a efetividade dessa relação seja difícil de avaliar. Da mesma forma, não é possível isolar López de Velasco de um cenário mais amplo, nobres e letrados, homens como Fernando Álvarez de Toledo y Pimentel e Juan de Ovando, partilhavam não somente saberes, mas aspirações e projetos. A apreensão

com mais suficiência para o que de papéis me era encarregado.” *Carta de López de Velasco a Mateo Vázquez, 25 de abril de 1584.*

da natureza, e do Novo Mundo como um todo, servia a essas pretensões, estava configurado de modo a respondê-las.

As obras de Juan López de Velasco foram multifacetadas, porém conectadas a seu compromisso com a monarquia. Dentre as facetas que caracterizaram seus escritos estava a presença de elementos ligados à História Natural, especialmente na obra *Geografía y Descripción Universal de las Indias*. Obviamente, não se pode atribuir ao cronista a escrita de uma obra eminentemente de História Natural, como configurou a reputação de *Historia Natural y Moral de las Indias* do jesuíta Acosta. No entanto, os animais e as plantas estiveram presentes em suas tentativas de compreensão das terras americanas.

A valoração da palavra escrita como meio de conhecer todas as coisas, aspecto que permeava suas obras, também se concretizava ao tratar da fauna e da flora americanas. Era por meio da escritura que se superava a distância entre Madrid e os territórios ultramarinos; era o escrito detentor de determinadas estratégias cognitivas capazes de fazer os animais e as plantas assimiláveis aos leitores europeus (mais especificamente, aos membros do *Consejo de Indias*). Eram os papéis que López de Velasco deveria dominar e a partir deles elaborar uma minuciosa descrição dos territórios das Índias, a qual abarcava a História Natural. Essa propensão e essa valorização do escrito não estavam restritas aos seus estudos ligados à História Natural. María Portuondo, ao dedicar suas investigações à cosmografia nos trabalhos do cronista maior – e, de certo modo, obliterando outros aspectos que faziam parte das práticas e das obras do autor –, destaca o vínculo de Juan López de Velasco com a palavra escrita:

(...) Suas inclinações pessoais e sua trajetória profissional levaram, não obstante, a sentir-se mais cômodo entre as palavras do que entre os números. De tal modo que, em *Geografía*, mostra seu talento na pesquisa em arquivos, extraindo grandes quantidades de informações de numerosos documentos legais e organizando coerentemente os materiais... Suas tabelas ou mapas não eram documentos a serem estudados com o compasso e a régua em mãos, tinham como propósito auxiliar na orientação dos leitores no que concerne às relações espaciais entre unidades governamentais no Novo Mundo (PORTUONDO, 2009, pp. 208-209)⁷⁷.

A descrição universal proposta por López de Velasco era, antes de tudo, feita por meio das palavras escritas.

⁷⁷ “(...) História personal inclination and career however made him more comfortable among words than among numbers. In the *Geografía* Velasco displayed his talent for doing archival research, extracting vast amount of information from myriad legal records, and organizing the material cohesively... His *tablas* or maps were intended as visual aids to orient the reader to the spatial relationships between governing units in the New World, not as documents to be studied with compass and ruler hand.”

As estreitas relações com os papéis e a escrita não eram idiossincrasias do cosmógrafo e cronista das Índias. O próprio Felipe II ficou conhecido como o “rei papelheiro” e seu vínculo com o mundo por escrito tornou-se um dos tópicos da historiografia sobre seu governo (BOUZA, 1997, p. 77). Mesmo entre seus coetâneos, seu afincamento na leitura e na escrita era uma das características mais destacadas do rei. As posturas convergentes do cronista e do monarca não eram casualidades, elas evidenciam a constituição de uma *civilização da escrita* no início da época moderna (BOUZA, 1997; CASTILLO GÓMEZ, 1997), discutida na introdução deste trabalho. Esta valorização da escrita tornou-se ainda mais latente a partir do momento que os europeus, espanhóis e portugueses em específico, chegaram ao Novo Mundo, pois era ela uma tecnologia capaz de garantir a conservação, a difusão e até mesmo a autoridade ao que era narrado.

As obras de López de Velasco dialogam com tais elementos: o protagonismo da escrita não estava restrito à sua gramática e ortografia. A escritura era vista como meio privilegiado para a cognição dos domínios da monarquia, permitindo assim, segundo sua interpretação, a boa governança e seu enobrecimento. Em um memorial ao rei datado de outubro de 1583, afirmava:

Habiéndose juntado en su majestad el primero todos los Reinos de España no se podría hacer en su tiempo obra más honrada en letras o para todos ellos ni más conveniente para guiar el Gobierno que una buena descripción que por pintura muestre los lugares de los pueblos y por escrito de relación de lo que hay notable en ellos⁷⁸.

A governança e o engrandecimento concretizados por meio da escrita já se faziam presentes no questionário de 1577 foram ratificadas por López de Velasco: as pouco mais de vinte figuras fáceis e simples eram capazes de garantir não apenas o entendimento humano das coisas criadas por Deus, davam as ferramentas necessárias para que o rei governasse com prudência e pudesse conduzir seus súditos de acordo com a providência divina.

É necessário, no entanto, matizar algumas considerações acerca do impacto de tais informações e saberes para o governo. A crônica oficial das Índias estava, certamente, ligada às tarefas administrativas do *Consejo* e das instituições coloniais, uma vez que o cronista fazia parte do corpo de funcionários da instituição. Também é patente, por meio da leitura dos documentos selecionados nesta pesquisa, o anseio por relatos e informes sobre o que havia e

⁷⁸ “Havendo-se juntado em sua majestade o primeiro os Reinos da Espanha não pode fazer em seu tempo obra mais honrada em letras para todos eles nem mais conveniente para guiar o Governo que uma boa descrição que por pintura mostre os lugares dos povoados e por escrito dê relação do que há de notável neles”. *Memorial de Juan López de Velasco datado de 26 de outubro de 1583*. O texto foi transcrito e publicado por Ezquerria, García Guerra e Vicioso Rodríguez (1993). Mais uma vez cabe recordar que o termo pintura estava vinculado à ideia de representação visual cartográfica.

ocorria nas Índias. Repetidas vezes eram enfatizadas a importância do conhecimento, inclusive em relação aos elementos naturais, para a administração do vasto império de Felipe II.

Não obstante, os usos destas informações e de tais conhecimentos são difíceis de rastrear, até mesmo porque tendemos a enquadrá-los em uma racionalidade que é contemporânea. Atualmente, as tomadas de decisões pelas diferentes instâncias governamentais estão pautadas em dados, relatórios e notícias, levando o Estado a promover pesquisas e estudos. Uma lógica apregoada, ratificada e creditada por discursos científicos e políticos dos últimos duzentos anos. Contudo, essa racionalidade não pode ser transplantada para o início do período moderno. Ainda que as informações obtidas pela obra de López de Velasco ou pelas medidas do *Consejo* pudessem ser utilizadas para o governo dos territórios das Índias Ocidentais, isso não ocorreu necessariamente. Concordo com Brendecke (2012), no sentido de que muitas das informações solicitadas visavam também o controle daqueles súditos que viviam distante, ou seja, demandava-se informes não em razão de seus conteúdos, mas pelas potencialidades de domínio que esse tipo de iniciativa implicava.

Além disso, devemos nos indagar se a ênfase atribuída à necessidade de conhecimento não seria também uma estratégia visando legitimar as próprias ações dos sujeitos envolvidos nestas iniciativas. Conscientemente ou não, os letrados que no período tinham um papel proeminente nas esferas de poder da Monarquia, ao realçar a importância dos saberes por eles produzidos ou recopilados fortaleciam simultaneamente sua função nesse cenário, construíram uma retórica de afirmação de necessidade de suas atividades.

No caso específico das informações sobre o mundo natural, o conhecimento da fauna e da flora não resultou em medidas práticas imediatas, mesmo em relação a produtos muito valiosos como era o caso da Cochonilha. Por isso, podemos encarar *Geografía* como um inventário de possibilidades e recursos naturais disponíveis⁷⁹, que faria parte do repertório de conhecimentos e ao mesmo tempo poderia servir como uma ferramenta para tomada (ou legitimação⁸⁰) de decisões se alguma situação tornasse isso necessário. Desta forma, sem

⁷⁹ A busca por recursos não deve ser entendida aqui como *commodities* para um comércio lucrativo ou a geração de matérias-primas que configurou o olhar para o mundo natural nos séculos posteriores. A menção aos recursos naturais circunscreve-se a aspectos menos abrangentes. Duas palavras bastante presentes nas fontes (e também na obra de López de Velasco) revelam essa: *provecho* e *mantenimiento*.

⁸⁰ Quando menciono a legitimação por meio do “estar ciente” não significa o mesmo que dizer que determinado saber ou informação conduziu a medidas específicas. Concordo com Brendecke (2012) ao sugerir que a posse do conhecimento como legitimação de ações não significava uma alteração de um posicionamento do monarca. Ao explicitar sua ciência sobre situações ou condições de seus territórios, o rei concedia força argumentativa e respaldava a decisão, independentemente se ela fosse tomada em razão desse saber. Em outras palavras, a decisão, muitas vezes, prescindia do conhecimento obtido pelas cédulas e crônicas, porém uma vez em posse de saberes relativos ao tema da deliberação, eles se tornavam mecanismos de justificação.

negar uma intenção subjacente (evidenciada na própria expressão “dar inteira notícia”), pretendo reforçar que tais fontes não foram produzidas com fins concretos e metas políticas declaradas, como ocorre em situações análogas nos dias de hoje. É preciso ainda considerar o alcance da empiria nas crônicas de López de Velasco. Embora as respostas às instruções e às cédulas pudessem partir de uma atividade empírica de observação e relato (algo nem sempre efetivado), a crônica, em sua estrutura, reproduzia modelos narrativos e formatos que nem sempre estavam acomodados às práticas empíricas. Muitos dos conhecimentos presentes na *Geografía* de Velasco derivavam de um repertório de imagens e relatos sobre o Novo Mundo. Nesse sentido, não é estranha a constatação de que as respostas aos questionários não foram usadas pelo cronista em seus escritos.

Também acredito que tanto em *Geografía* quanto nas demais obras e escritos produzidos por López de Velasco existiam intenções que escapavam do mero pragmatismo de busca de recursos. No caso dos relatos vinculados ao campo da História Natural é necessário evidenciar a possessão simbólica e o providencialismo relativos à constituição desse saber. A capacidade de descrever e de conhecer os aspectos naturais das partes que compunham o orbe, era um dos requisitos para seu domínio, para que aquele que desejava se tornar um novo Adão pudesse estabelecer os critérios de sua ordenação conforme uma determinada visão de mundo. As obras de Juan López de Velasco revelam, antes de mais nada, que a cognição do Novo Mundo, em seus variados aspectos, era uma empresa científica, política e religiosa.

Juan López de Velasco deixou o cargo de cosmógrafo e cronista maior das Índias em 1591. Com sua saída, o vacante ofício sofreu uma divisão: as tarefas descritas em 1571 foram separadas, sendo ocupadas por Pedro Ambrosio Ondériz (? – 1595), como cosmógrafo, e Arias de Loyola (professor de matemática na Academia de Madrid), como cronista⁸¹. Ao último caberiam as tarefas de relatar os eventos ocorridos nas Índias, bem como a missão de fazer a história natural e a história moral daquelas partes. Arias de Loyola não cumpriu com suas obrigações e como solução inicial houve uma reunificação dos cargos (em 1593), sob a responsabilidade de Ambrosio Ondériz (SCHAFFER, 2003, p. 256). Fato não duradouro, uma

⁸¹ “Habiendo vacado los officios de cosmógrafo coronista mayor de las Indias por la promoción de Juan López de Velasco a la secretaría de hacienda, dividió un de los officios entre Pedro Ambrosio Onderiz Y el doctor Arias de Loyola...” (AGI, INDIFERENTE, 743, 209).

vez que o cosmógrafo faleceu pouco tempo depois, em 1595. No ano seguinte, optou-se, novamente, pela divisão do cargo. Andrés García Céspedes tornou-se o cosmógrafo maior das Índias e Antonio de Herrera y Tordesillas o cronista das Índias, inaugurando assim uma nova etapa e um novo estilo na produção da crônica oficial das Índias Ocidentais, que serão abordados no próximo capítulo.

CAPÍTULO IV

A crônica oficial: um território de tensões. Antonio de Herrera y Tordesillas e Pedro de Valencia, disputas e formas de representar as Índias Ocidentais

Em 1596, em uma consulta elaborada pelo *Consejo de Indias*, estabeleceu-se que o cargo de cosmógrafo e cronista das Índias, criado décadas antes, deveria ser novamente dividido, uma vez que as atividades ligadas à cosmografia demandavam muito tempo e já estava Andrés García de Céspedes (1560-1611) atuando em questões vinculadas aos padrões e aos instrumentos náuticos e cartográficos. Além disso, a consulta apontava que para fazer história era necessário um homem desocupado e com muito particular zelo¹. O documento ainda mencionava os três candidatos ao cargo de cronista (responsável por escrever a história das Índias) e seus principais atributos: Esteban de Garibay y Zamalloa (1533-1600) era um historiador basco que já havia sido nomeado cronista do rei anos antes e foi justamente sua experiência com as narrativas históricas apontada como distintiva em sua indicação. O segundo candidato era o poeta e historiador Bartolomé Leonardo Argensola (1562-1631). As relações entre poesia e história (na Antiguidade) eram evidenciadas para descrever esse candidato. Por fim, o documento trazia informações sobre Antonio de Herrera y Tordesillas. Além de iniciativas anteriores ligadas à produção historiográfica, a consulta destacava o fato de que Herrera havia escrito sobre os tumultos ocorridos na França em 1585, ajudando os católicos no zelo da fé.

Curiosamente, entre os indicados para o cargo, o escolhido não era um homem desocupado, como sugeria o documento. O eleito foi Antonio de Herrera y Tordesillas, letrado, com uma vasta produção e ativo em questões políticas daquele momento. Em 15 de maio de 1596, foi nomeado para o ofício de cronista maior das Índias (SCHAFFER, 2003, p. 357), cargo que ocupou por mais de 30 anos, atravessando os reinados de três monarcas distintos: Felipe II, Felipe III e Felipe IV.

Em sua nomeação eram reiteradas as necessidades de recopilação e de produção de uma história geral das Índias que abarcasse os feitos notáveis e os aspectos morais e naturais

¹ AGI, INDIFERENTE, 743, N209. A definição de desocupado refere-se à disponibilidade de tempo e não à falta de tarefas. Mesmo sendo o fazer historiográfico atual distinto daquele praticado no final dos quinhentos, o documento nos recorda o quanto nosso trabalho é artesanal e demanda tempo.

daquelas terras². Com muito afã, logo nos anos seguintes à sua designação já havia escrito parte de sua monumental obra sobre o continente americano, *Historia general de los hechos de los castellanos*, também conhecidas como as *Décadas*. Sua produção prolífica e variada fez com que ganhasse o cognome de “Príncipe dos Historiadores”³.

No entanto, o espaço da crônica oficial, como mencionamos antes, não era isento de tensões e de disputas. Suas narrativas históricas estavam associadas ao cenário político daquele momento. As complicadas relações estabelecidas entre o cronista e os círculos de poder permitiram que, anos depois de sua nomeação, fosse aberto espaço para um discurso dissonante: em 1607, Pedro de Valencia foi designado para funções equivalentes às de Herrera. Entre 1607 e 1613 constituiu-se um momento ímpar para evidenciar controvérsias e pontos de vistas distintos em torno da história oficial (tendo em vista o sentido amplo do tema) sobre o Novo Mundo. Richard Kagan (2010, p. 275) apresenta esse momento como um duelo de cronistas. Mas em que consistiu essa contenda para além das disputas de poder e prestígio na corte? Seria possível visualizar maneiras distintas de representar as Índias Ocidentais?

Tanto Herrera quanto Valencia, ao assumirem a posição de cronista oficial das Índias estavam sujeitos às determinações estabelecidas nas ordenanças de 1571. Assim, entre suas obrigações constava a escrita de crônicas segundo os parâmetros já fixados décadas antes, como foi exposto no segundo capítulo. Também contavam com acesso similar às fontes de informação. Não obstante, os escritos produzidos por esses dois cronistas, que ocuparam cargos semelhantes, diferem não apenas no que tange ao conteúdo, mas também em relação à estruturação: enquanto as *Décadas* de Herrera apresentavam uma organização cronológica, as *Relaciones* de Valencia estruturavam-se a partir de uma lógica geográfica. Pode-se afirmar, tal qual o fez Walter Mignolo (1998, p. 58), que se tratavam de textos de tipos discursivos distintos – relações e crônicas⁴ – e, portanto, com características distintas. No entanto, essa análise apenas toca a superfície do problema, uma vez que examina somente as estruturas

² AGI, INDIFERENTE, 426, L.28, 249v.

³ Ao publicar o testamento de Herrera, em 1894, Cristóbla Pérez Pastor aconselhava a Academia Real de Historia da Espanha a difundir sua obra e o declarava como príncipe dos historiadores das Índias (PÉREZ PASTOR, 2015).

⁴ Na análise dos dois autores, o uso da diferenciação de Walter Mignolo (1998) entre crônica e relação se mostra acertado em alguns aspectos. Se na crônica o componente temporal é um traço marcante e estruturante, as *Décadas* de Herrera poderiam ser encaradas como exemplo mais significativo desse modelo. Ao mesmo tempo, segundo Mignolo, seriam caracterizadas como relatos, informes solicitados pela Coroa que atendiam às necessidades institucionais, como eram as *Relaciones* de Valencia. No entanto, a obra de Herrera y Tordesillas não se separa radicalmente de uma solicitação e de uma necessidade da Coroa, como veremos adiante. Não sendo possível traçar essa linha de diferenciação de forma tão nítida e definitiva. Além disso, se o componente temporal não se apresenta como estruturante na obra de Valencia, ele também não esteve ausente, complicando ainda mais qualquer classificação generalista que não leve em consideração as condições de produção da obra.

textuais das obras. As *Relaciones* de Pedro de Valencia e as *Décadas* de Antonio de Herrera y Tordesillas devem ser encaradas enquanto modelos de como narrar, de modo oficial e autorizado, as Índias Ocidentais. As escolhas de cada um dos autores têm implicações metodológicas e estruturais, mas também resultam em diferentes formas de representação do continente e dos ideários políticos que se sustentava a Monarquia.

Tendo em vista essa distinção, o objetivo desse capítulo é evidenciar como os conhecimentos sobre o mundo natural estavam inseridos (ou ausentes) nessas crônicas oficiais produzidas entre os últimos anos do século XVI e o início do século XVII. Além disso, pretende-se mostrar como tais cronistas contribuíram para a cognição do Novo Mundo e para as projeções imperiais que se delineavam. As diferentes formas de tratar o mundo natural em suas obras evidenciam também os conflitos narrativos (e possivelmente políticos) envolvidos.

Arbitrariamente, como quase todas as escolhas, optou-se por apresentar os cronistas e suas obras de modo cronológico. Logo, o foco recairá, primeiramente, em Antonio de Herrera y Tordesillas para, em seguida, abordarmos Pedro de Valencia.

4.1 Antonio de Herrera y Tordesillas: História, Política e o Mundo Natural como cenário para os *hechos* dos castelhanos.

4.1.1 Príncipe dos historiadores ou colecionador de trechos e feitos?

No final do século XVIII, em 1793, Juan Bautista Muñoz publicava o primeiro (e único) volume de sua *Historia del Nuevo Mundo*. Após mais de uma década de análise das fontes documentais e das obras até então existentes sobre a temática, Bautista Muñoz finalizava um trabalho monumental de síntese, o qual não poderia estar desprovido de uma reflexão sobre tudo aquilo que havia sido escrito anteriormente sobre a mesma temática, inclusive porque, um dos objetivos da obra era expurgar a imagem negativa associada aos espanhóis que circulava na Europa havia mais de dois séculos. Paradoxalmente, não foram os escritores protestantes, que tanto preocupavam os castelhanos dos quinhentos, os alvos de seu exame. Foram os autores espanhóis aqueles que Bautista Muñoz despendeu mais atenção. Gonzalo Fernández de Oviedo, Francisco López de Gómara e Pedro Mártir de Anglería foram

alguns deles⁵. Também constava nessa lista o cronista maior das Índias, Antonio de Herrera y Tordesillas. Foi na apreciação desse cronista de Bautista Muñoz gastou mais energia, talvez porque desde aquela época já era conhecido pelo epíteto de “príncipe dos historiadores das Índias”. Juan Bautista Muñoz considerava a *Historia General de los hechos de los castellanos* como uma junção de extratos retirados de diferentes narrações e ordenados cronologicamente. Também imputava uma série de equívocos ao cronista maior das Índias, os quais eram explicados pela rapidez que organizou sua narrativa – e não pela ausência de formação, conhecimento e sensatez. Ainda assim, a imagem final de Herrera y Tordesillas elaborada no final dos setecentos não era em todo negativa: “Fortuna que era hombre docto y juicioso; sino fueron innumerables los errores de esta sus memorias, según la precipitación con que las ordenó”⁶ (BAUTISTA MUÑOZ, 1793, p. XXV). Elogiava também a iniciativa do cronista oficial de consultar materiais disponíveis nas instituições oficiais, como o *Consejo de Indias*, fato que lhe permitiu estabelecer erros das narrativas anteriores. As avaliações divergentes não foram elaboradas apenas por Bautista Muñoz. Mariano Cuesta Domingos (2007, p. 126) elenca diferentes visões sobre a obra herreriana, mencionando desde autores como Jiménez de la Espada a Menéndez Pelayo.

Personagem cuja memória é bastante contraditória, de príncipe dos historiadores das Índias a plagiador, Antonio de Herrera y Tordesillas foi capaz, como poucos de sua época, de congrega a história e a política de modo a satisfazer as aspirações da Coroa e de permanecer entre sujeitos que faziam parte dos círculos de poder daquele momento – embora, como veremos, nem sempre isso foi uma constante.

Nascido em Cuellar, em 1549, Antonio de Herrera y Tordesillas era filho de um conselheiro (*regidor*) de Segóvia e pertencia a uma família de cristãos velhos (CUESTA DOMINGOS, 2015). Seus primeiros estudos foram realizados ainda em seu povoado natal. Aos 14 anos acompanhou o duque de Albuquerque, Gabriel de la Cueva (1515-1571), em sua estadia em Milão, onde permaneceu até 1575. Nesse ano, retornou à Espanha já a serviço de Vespasiano Gonzaga Colonna (1532-1591), que havia sido nomeado vice-rei de Navarra. Durante sua estadia na Itália, adquiriu experiência em assuntos administrativos e de governança, bem como aprendeu diferentes idiomas e passou a se interessar sobre história e política. Sob a proteção de Gonzaga Colonna e, posteriormente, de Juan de Idiáquez (1540-

⁵ Para mais informações acerca da avaliação de Juan Bautista Muñoz consultar a introdução de minha dissertação de mestrado intitulada *Entre o fabuloso e o verossímil: crônicas e epistemologia no processo de cognição da América*.

⁶ “Por sorte, era um homem douto e judicioso, senão seriam inumeráveis os erros destas suas memórias, segundo a precipitação com que as ordenou.” A obra *Historia del Nuevo Mundo* de Juan Bautista Muñoz está disponível em: <https://archive.org/details/historiadelnuev00mugooq>. Acesso em 12 Jul. 2015.

1614) – conselheiro de Felipe II –, Herrera passou fazer parte das esferas próximas ao rei e, por consequência, teve uma rápida ascensão em sua carreira burocrática (VIDAL, 2015, p. 1).

Em 1579, ainda trabalhando para Gonzaga Colonna, estabeleceu-se na corte, em Madrid, para tratar dos assuntos de interesse do vice-rei. Foi justamente Vespasiano Gonzaga o responsável por apresentar Herrera a Felipe II, elogiando-o por sua capacidade intelectual (CUESTA DOMINGOS, 2015). A partir desse momento e buscando crescimento profissional e estabilidade financeira, Antonio de Herrera y Tordesillas iniciou um processo de cultivo de relações, dedicando, inclusive, seus escritos a diferentes personalidades cortesãs e ligadas ao governo filipino.

Antes de tornar-se cronista oficial das Índias, escreveu uma série de obras sobre eventos ocorridos durante o reinado de Felipe II, como uma história da vida de Maria Stuart (1542- 1587)⁷ ou dos acontecimentos que se passaram na França em 1585⁸, dedicando-as a personagens importantes da monarquia. Também realizou traduções, entre elas a obra de Giovanni Botero (1544-1617) *Diez libros de la razón de Estado* e os cinco primeiros livros dos *Anais* de Cornélio Tácito, demonstrando suas vinculações teóricas políticas e historiográficas.

Impactado pelas ideias de Justus Lipsius (1547-1606) e Botero, reforçava a necessidade de que o príncipe conhecesse todos seus domínios, demandando informes e memórias, os quais eram apresentados como peças fundamentais na preservação da autoridade do governante e da integridade dos reinos (VIDAL, 2015, p. 1). Antonio de Herrera y Tordesillas via a escrita de uma obra de história um dos meios de consolidar as possessões e aumentar seu poderio. Diferentemente de antecessores, não julgava a efetividade do governante como algo intrínseco às suas características pessoais, mas como dependente de seus conhecimentos em relação às partes que reinava (VIDAL, 2015, p. 6). Herrera y Tordesillas fazia, portanto, eco às ideias que circulavam entre diferentes autores e mesmo em textos normativos das décadas precedentes que defendiam a necessidade de “*entera noticia*” para razão de Estado.

Na década de 1590, Antonio de Herrera y Tordesillas figurava entre os membros letrados que circulavam na corte gozando de proteção e prestígio, assim como mostrava-se

⁷ *Historia de lo sucedido en Escocia e Inglaterra, en cuarenta y cuatro años que vivió María Estuardo, Reyna de Escocia.*

⁸ *Historia de los sucesos de Francia, desde el año de 1585, que comenzó la Liga Católica, hasta el año 1594.* Herrera também publicou *Cinco libros de Historia de Portugal y conquista de las islas Azores, en los años de 1582 y 1583*, cujo conteúdo vinculava-se à legitimação da união das Coroas ibéricas.

atrelado às concepções políticas e a um programa de escrita de história que justificavam a aspiração e a indicação ao cargo de cronista maior das Índias.

Ao ser nomeado em 1596, Herrera buscou fortalecer o papel do ofício dentro da estrutura administrativa e as prerrogativas que lhe eram outorgadas, como o monopólio do conhecimento sobre as Índias Ocidentais. Já no ano seguinte solicitava ao rei que ratificasse a exclusiva autoridade do *Consejo de Indias* para examinar e aprovar obras cujo conteúdo tratasse dos territórios americanos. Posteriormente, sob o reinado de Felipe III, convenceu o monarca a reforçar a legislação, exigindo a revisão de qualquer obra sobre as Índias pelo *Consejo* (KAGAN, 2010, p. 244). A estratégia não era inocente, frente ao vazio que caracterizou as atividades de seus antecessores (sobretudo, após 1583), muitas narrativas não-oficiais foram publicadas na península, promovendo discursos alternativos e alcançando um considerável sucesso, como é o caso de *Historia Natural y Moral de las Indias* de José de Acosta, cuja aprovação para a publicação foi concedida pelo Conselho de Castela, transgredindo a norma estabelecida. Antonio de Herrera buscava manter sob controle as informações que circulavam sobre o Novo Mundo e impedir a difusão de visões destoantes acerca dos acontecimentos naquelas partes. Preocupação que se justificava tendo em vista a imagem pejorativa dos espanhóis presentes em obras de autores não ibéricos, mas que tinham como fontes os dados e as informações presentes nos relatos autores peninsulares – sendo o caso mais emblemático a leitura dos escritos de Las Casas por autores do norte da Europa, protestantes ou adversários da Monarquia Hispânica. A preocupação também evidenciava a tentativa de subjugar ou solapar discursos divergentes aos dos escritos oficiais.

Na opinião de Arndt Brendecke (2012, p. 419), Herrera foi o primeiro cronista do *Consejo de Indias* a apresentar efetivamente uma obra de história. De fato, nos primeiros anos após sua designação como cronista maior das Índias, trabalhou intensamente e já em 1601 foram publicados os primeiros tomos de sua *Historia General de los hechos de los castellanos en las Islas i Tierra Firme del Mar Oceano* juntamente com a *Descripción de las Indias Occidentales*. No entanto, se a história e a política estavam imbricadas para Herrera e se ele foi o primeiro cronista oficial a escrever uma história das Índias, qual o conceito de história que se apoiava esse autor? Estaria essa concepção em consonância com as delimitações estabelecidas anos antes ou ainda dialogava com o conceito de crônica?



Fig. 8 - Portada do livro *Descripción de las Indias Occidentales* de autoria de Antonio de Herrera y Tordesillas. Além de uma representação cartográfica do continente americano (indicando nomes como América, Brasil e Peru), constavam elementos relativos às práticas devocionais indígenas e aos acontecimentos ligados à chegada dos europeus no continente. Destaca-se o retrato de Herrera no canto esquerdo inferior (com inscrições no medalhão reforçando a identidade do retrato). O autor foi representado com trajes que evidenciam seu prestígio.

4.1.2 A narrativa histórica na obra de Herrera

Antonio de Herrera y Tordesillas foi um escritor prolífico, com considerável atividade na escrita de obras de história, tendo publicado dezenas de obras durante as décadas nas quais foi cronista. No entanto para refletir sobre o conceito de história que permeava seus trabalhos, alguns de seus discursos que permaneceram manuscritos são bastante reveladores, pois

sintetizam ideias e teorias historiográficas e projetos constituídos pelo autor em relação a esse campo de conhecimento, bem como evidenciam os diálogos e as matrizes de seu pensamento.

Não se tratam de textos que abordam diretamente o continente americano, mas compreender parte desses discursos auxilia no entendimento da configuração e das escolhas elaboradas pelo cronista maior das Índias. Para Vidal (2015), são textos que mostram o olhar de Antonio de Herrera y Tordesillas acerca da teoria historiográfica e sobre diversas questões políticas. Dos discursos e tratados de Herrera apenas seis foram publicados no século XIX (HERRERA Y TORDESILLAS, 1804); outros vinte e três permaneceram manuscritos e estão atualmente disponíveis *online*⁹. Alguns abordam temas nitidamente historiográficos, como análises de obras de historiadores da Antiguidade, outros usam a história para refletir sobre alguns temas específicos (como a crueldade na tática militar). Há ainda discursos que tocam em assuntos de governo e Estado e outros que podem ser entendidos enquanto espelhos de príncipes (KAGAN, 2013, pp. 205-206). Logo, podemos assinalar os conteúdos desses escritos nos campos da história e da política majoritariamente.

Entre os discursos escritos por Herrera y Tordesillas estava o *Discurso sobre los provechos de la historia, qué cosa es, y de cuántas maneras: del oficio del historiador, y de cómo ha de inquirir la fé y verdad de la historia, y cómo se ha de escribir*. Publicado apenas no século XIX, foi elaborado entre 1601 e 1626 e trazia algumas considerações em relação à utilidade da história, apoiando-se, majoritariamente, em autores clássicos, como Tácito e Cícero. Logo no início, afirmava:

(...) y no es la historia provechosa solamente para el gobierno político y doméstico, sino que con mucha razón se puede decir que es rustico el que no se exercita en ella, porque demás de muchos bienes que por ella se consiguen, es gran ayuda para los teólogos contra los enemigos de nuestra Santa Fe Católica...¹⁰ (HERRERA Y TORDESILLAS, 1804 [séc. XVII], pp. 1-2).

Em um único trecho sobre o proveito do saber histórico congregavam-se os governos temporais e as motivações devocionais – como a luta contra aqueles tidos como inimigos da fé – enquanto principais beneficiários do conhecimento do passado. Se à Monarquia Católica eram atribuídas as incumbências de governar um vasto território e ser protetora e difusora da fé católica, era a história um instrumento valioso para atingir tais objetivos.

⁹ MSS/1025 da Biblioteca Nacional de España, disponível por meio da Biblioteca Digital Hispánica. <http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000013558&page=1>. Acesso em 10 Ago. 2015.

¹⁰ “(...) não é a história proveitosa somente para o governo político e doméstico, senão que com muita razão se pode dizer que é rústico o que não se exercita nela, porque demais de muitos bens que por ela se conseguem, é de grande ajuda para os teólogos contra os inimigos de nossa Santa Fé Católica.”

Conforme era evidenciado no título conferido ao discurso, também pretendia Herrera definir aquilo que tratava por história e não apenas sua utilidade. Para tanto recorre a toda uma tradição autores e pensadores cujas obras eram tidas como histórias, entre eles Platão, Aristóteles, Dioscórides e Estrabão. Em sua definição apresentava as divisões (ou maneiras) existentes no gênero:

Débese poner en primer lugar tratando de historia la divina, que se contiene en el viejo y nuevo Testamento, y luego la eclesiástica que comprehende las cosas de nuestra religión y el gobierno de la Iglesia. Después sigue la natural, de la qual han tratado Griegos y Latinos, Christianos y Gentiles. Y débese entender historia humana aquella que contiene las cosas publicas ó particulares, y las que comprehenden varias formas de repúblicas imperios y reynos , y qualquiera otro principado, y por eso se reducen aquí varias cosas de la sciencia de las leyes...¹¹ (HERRERA Y TORDESILLAS, 1804 [séc. XVII], pp. 3-4)

Nota-se que a divisão da história explicitada por Herrera tinha pontos bastante próximos daqueles delineados pela *Ordenanza para la formación del libro de las descripciones de Indias* de 1573. Havia uma separação entre aquilo que era relativo ao humano e o que estava vinculado à História Natural. Apesar de não utilizar a mesma nomenclatura (o binômio história natural e moral), a divisão entre os temas relativos ao universo dos homens e aqueles naturais fora conservada. Apresentava, porém, diferenças, acrescentava a história divina (mais propriamente a Bíblia) entre os tipos de história e distinguia a história humana daquela protagonizada pela religião. Nesse discurso, também foi reforçado o caráter descritivo que fazia parte do discurso histórico¹². Embora Herrera defendesse que as motivações dos eventos narrados tinham que ser explicitadas, em outro texto, também diferenciou a história e a filosofia, como áreas específicas, que possuíam termos próprios, cuja mescla e a intromissão em campos alheios não eram válidas¹³. Os filósofos tratariam das coisas universais (estabelecendo princípios e preceitos), enquanto aos

¹¹ “Deve-se colocar em primeiro lugar tratando da história divina, que está contida no velho e novo Testamento, e logo a eclesiástica que compreende as coisas de nossa religião e o governo da Igreja. Depois segue a natural, da qual trataram gregos, latinos, cristãos e gentis. (...) E deve-se entender por história humana aquela que contém as coisas públicas ou particulares, as que compreendem várias formas de repúblicas impérios e reinos, e qualquer outro principado, e por isso se reduzem aqui várias coisas da ciência e das leis...”

¹² Há de se notar que a divisão estabelecida em relação ao saber histórico não era uma exclusividade dos documentos e obras produzidos pelo *Consejo de Indias* e seus funcionários, sendo uma discussão comum e de longa tradição entre os humanistas do período. Outro exemplo dessa segmentação que se estabelecia em relação ao discurso historiográfico e que englobava a História Natural pode ser encontrada na obra de Cristóbal Suárez de Figueroa (1629), intitulada *Plaza Universal de todas ciências y artes*.

¹³ “(...) Lo referido se entiende que ha de ser de tal manera, que en la narración histórica no se mezclen preceitos filósofos, porque para cada artificio están establecidos sus ciertos y propios términos, fuera de los cuales no es lícito salir ni entrar en ágenos confines”. *Discurso y tratado que el medio de la Historia es suficiente para adquirir la prudencia*. (HERRERA Y TORDESILLAS, 1804, p. 26). Para Herrera o estabelecimento de causas e princípios filosóficos desfiguraria o discurso histórico.

historiadores caberiam as matérias particulares, tais como pessoas, monumentos, inclinações e coisas singulares (HERRERA Y TORDESILLAS, 1804 [séc. XVII], p. 10).

O cronista maior das Índias também via a história como um tribunal, capaz de evidenciar aqueles que foram justos. Portanto, ao historiador recaía uma grande tarefa e era preciso possuir determinadas qualidades: deveria ser honesto, amigo da verdade e apresentar os acontecimentos tais como se passaram sem proteger a ninguém, nem mesmo aos indivíduos amados.

(...) Así que, tal se requiere que sea el historiador que nada atribula al odio ni al enemistad, no perdonando, no teniendo compasión, sin empacho ni respetos, siendo igual Juez y tan apacible con todos, quanto lo pide el no atribuir á nadie cosa contra razón: y que en los libros sea huésped y pelegrino, no sujeto al señorío ni voluntad de nadie, sin imaginar ni pensar en que ha de dar gusto, sino representando las cosas como sucedieron¹⁴ (HERRERA Y TORDESILLAS, 1804 [séc. XVII], p. 13).

Como tribunal, caberia à história um papel central no momento em que Herrera escrevia: era seu estudo uma forma de contestar as visões pejorativas e as descrições que circulavam na Europa acerca das ações da Monarquia Hispânica em relação aos períodos anteriores, mostrando que eram de representações distorcidas e falsas dos acontecimentos. Revelando, ainda, que os reis espanhóis sempre haviam governado com justiça e cumprido com seus deveres e suas responsabilidades – entre eles aqueles expressos nas bulas papais. A história, usada como arma pelos inimigos da Coroa, também era o lugar por excelência, segundo Herrera, para desconstrução de tais imagens negativas e para a validação (julgamento) de uma representação da Monarquia que se visava instituir em diferentes campos.

Somados a esses fatores era preciso considerar outros elementos: a atualidade do passado e o poder normativo da história na sociedade do período. Como apontou Fabien Montcher (2012), havia uma ideia de continuidade histórica entre o presente (início do século XVII) e os períodos precedentes (especialmente épocas posteriores ao século XII) que marcava a historiografia castelhana. Em uma sociedade arraigada no valor da tradição, o passado emergia como força importante para constituição do presente e seu domínio representava uma peça política fundamental tanto para os indivíduos quanto para as instituições.

¹⁴ “Assim que, tal se requer que seja o historiador que nada atribua ao ódio nem à inimizade, não perdoando, não tendo compaixão, sem aborrecimentos nem respetos, sendo igual juiz e tão suave com todos, quanto o pede o não atribuir a ninguém coisa contra razão: e que nos livros seja hóspede e peregrino, não sujeito ao senhorio nem vontade de ninguém, sem imaginar nem pensar que há de dar gosto, senão representando as coisas como sucederam”.

Se em *Discurso sobre los provechos de la historia, qué cosa es, y de cuántas maneras* já destacava o proveito da história para os governos e instituições, em *Discurso y tratado que el medio de la Historia es suficiente para adquirir la prudencia*, seus benefícios são ainda mais acentuados. Herrera y Tordesillas acreditava que por meio da leitura sobre os tempos precedentes, os indivíduos e, sobretudo, os príncipes seriam capazes de adquirir a prudência. Sendo a vida do homem breve, a virtude da prudência não seria obtida nesse reduzido espaço de tempo, uma vez que nem todas as experiências poderiam ser vivenciadas por um só indivíduo em algumas dezenas de anos. Como remédio a essa impossibilidade e imperfeição da vida, segundo Herrera, havia a escrita e sua capacidade de conservar a memória de fatos distantes temporalmente. Mais uma vez, era a escritura louvada como meio de comunicação e de construção do conhecimento; como mecanismo cognitivo capaz de fazer o homem superar suas limitações. A prudência almejada por Herrera e obtida por meio da escrita da história não era apenas uma virtude moral, mas uma qualidade política essencial na conservação do Estado (fazia parte da Razão de Estado). Assim, a história configurava-se como uma escola política, cuja principal tarefa era apresentar exemplos que garantiam um entendimento e providenciavam o conhecimento necessário para acontecimentos antes não vistos.

(...) con razón es llamada maestra de la vida, á la qual debemos acudir para hallar los preceitos de bien vivir, y de gobernar á nosotros mismos, nuestras cosas , las ciudades y reynos enteros; porque de los muchos y varios acontecimientos que en ella se hallan, se saca con la esperiencia el verdadero gusto del bien y del mal, de tal manera, que vemos que se consigue tanto fruto de la historia como de las leyes¹⁵ (HERERRA Y TORDESILLAS, 1804[séc. XVII], pp. 23-24).

Para Herrera a história teria uma vantagem em relação às leis, confirmaria a doutrina (o ensinamento moral) por meio de exemplos, os quais teriam mais força para estimular os sujeitos a abraçarem o justo e o melhor. A história ensinaria aos homens o bem viver. Além disso, a prudência necessária nos príncipes para fomentar o bem público, de acordo com Herrera, seria obtida por meio da leitura dos escritos dos historiadores (KAGAN, 2013, p. 208). Mais uma vez ratificava a importância do ofício, sobretudo, a posição que ocupava como cronista oficial que lhe conferia um papel político ainda mais significativo.

No entanto, nem todo historiador era digno da mesma credibilidade e relevância. Herrera apresenta três tipos de historiadores: primeiramente aqueles que se limitam à descrição das coisas e eventos; em segundo lugar – e a opção defendida por Herrera – os que

¹⁵ (...) com razão [a história] é chamada mestre da vida, à qual devemos recorrer para encontrar os preceitos de bem viver e de gobernar a nós mesmos, nossas casas, as cidades e reinos inteiros; porque dos muitos e vários acontecimentos que nela se encontram, se tira com a experiência o verdadeiro gosto do bem e do mal, de tal maneira que vemos que se consegue tanto fruto da história como das leis...”

escreviam sobre os aspectos que consideravam os mais dignos do passado, aqueles cujo conhecimento permitiria extrair ensinamentos morais e prudência política (uma história que não era meramente descritiva), sendo Guicciardini o modelo a se inspirar; por fim, os maus historiadores que resumiam os fatos de modo a diminuir seus aspectos morais e políticos. Herrera y Tordesillas também defendia o comprometimento do historiador com a narrativa verdadeira e para tanto o historiador deveria se manter informado (MONTCHER, 2012). Julgando a si próprio enquanto agente ativo nos assuntos do Estado, Herrera não considerava a história como um exercício simplesmente humanístico ou intelectual. Como recorda Kagan (2013, p. 210), via a história como “um componente integral da matéria do Estado e em um momento determinado a definiu como um guia de ação, cuja importância igualava a de um exército forte e um grande tesouro”¹⁶.

Sendo a História Natural parte integrante do discurso histórico, que papel tinha esse conhecimento para Antonio de Herrera y Tordesillas? Evidentemente não era descartada sua importância. Em seu *Discurso sobre los provechos de la historia, qué cosa es, y de cuántas maneras* faz uma relação das autoridades que escreveram obras de História Natural e seus conteúdos, evidenciando assim as áreas que estavam abarcadas nesse campo de saber: coisas do céu, terra, animais, saúde, plantas e minerais, localização e geografia, incluindo também os que trataram das matemáticas (HERRERA, 1804, pp. 3-4).

Embora não tenha segregado a História Natural daquilo que compunha a História, Herrera expôs abertamente uma de suas escolhas: o estudo daquilo que definiu como história humana (“la historia humana, de la qual especialmente yo trato”¹⁷). Era das coisas públicas e particulares dos homens que o cronista almejava narrar e essa preferência, que estava em consonância com sua concepção de história, permeou todas as suas obras, inclusive suas *Décadas*. No entanto, ainda assim, para introduzir a história do Novo Mundo, Herrera y Tordesillas optou por fazer uma descrição dos territórios das Índias Ocidentais, relato que se encaixaria mais adequadamente naquilo que havia definido como História Natural. O porquê de tal recurso narrativo e as características desse livro serão analisados a seguir.

¹⁶ “(...) la miraba como un componente integral de la materia del estado y en un momento determinado la definió como una ‘guía de acción’, cuya importancia igualaba a la de un ejército fuerte y un gran tesoro.”

¹⁷ “(...) a história humana, da qual especialmente eu trato...” (HERRERA Y TORDESILLAS, 1840, p. 4).

4.1.3 *Historia General de los Hechos de los Castellanos en las Islas, y Tierra-Firme de el Mar Océano e Descripción de las Indias Occidentales.*

Historia General de los Hechos de los Castellanos foi produzida entre 1596 e 1615. Em 1599, os primeiros quatro livros juntamente com *Descripción de las Indias Occidentales* já haviam sido escritos e eram apresentados ao *Consejo de Indias* como fruto de seu trabalho na condição cronista maior das Índias. Na consulta do *Consejo*, que resultou na aprovação de sua obra, eram reafirmadas as obrigações do cargo e as características esperadas de uma crônica oficial:

El oficio de cronista mayor de las Indias que al presente sirve Antonio de Herrera, habrá treinta uno años que se instituyó para reconocer las historias que muchas personas escriben y ver si son verdaderas y escusar muchos inconvenientes y para escribir la crónica de aquella parte, porque no pereziese la memoria de los descubrimientos y hechos notables que pasaron en ellos, y el dicho Antonio de Herrera con mucho cuidado e inteligencia, habiendo visto los papeles y libros que hay en este Consejo y otros muchos verdaderos y de crédito, ha escrito desde su principio hasta el año de 531 la dicha crónica, la cual han visto y censurado el regente Bruñol y los licenciados Beltrán de Guevara... y Francisco de Anuncibay...y últimamente el licenciado Molina de Medrano de este Consejo..., y porque ésta es obra verdadera y digna de que salga a luz, especialmente habiendo libros de muchos errores que se derogarán con ella, ha parecido que conviene que se imprima luego, como se hará, siendo vuestra Majestad dello servido¹⁸.

O monopólio sobre a história das Índias conferido ao cronista maior era ratificado na aprovação. Não apenas Herrera y Tordesillas deveria (e assim o fez, de acordo com os membros do *Consejo* que elaboraram o documento) escrever uma história verdadeira, mas também cabia a ele o controle das informações por meio da censura e do reconhecimento da veracidade dos escritos de outros indivíduos, sendo a crônica um dos meios para alcançar tais intentos. Tendo como objetivo central a conservação da memória, a obra de Herrera deveria abarcar os descobrimentos e os fatos notáveis e ser feita a partir dos papéis do *Consejo* e outros escritos dignos de crédito. Também evidencia que, ainda que escrita por Herrera y Tordesillas, a crônica oficial continuava a ser uma empresa de caráter coletivo, nos moldes

¹⁸ “O oficio de cronista maior das Índias que no presente serve Antonio de Herrera, terá 31 anos que se instituiu para reconhecer as história que muitas pessoas escrevem, e ver se são verdadeiras, e dispensar muitos inconvenientes e para escrever a crônica daquela parte, porque não percesse a memória dos descobrimentos e fatos notáveis que passaram neles, e o dito Antonio de Herrera com muito cuidado e inteligência, havendo visto os papéis e livros que há neste *Consejo* e outros muito verdadeiros e de crédito, escreveu desde seu princípio até o ano de 531 [1531] a dita crônica, a qual viram e censuraram o regente Bruñol e os licenciados Beltrán de Guevara... e Francisco de Anuncibay, e o mestre frei Diego de Ávila... e ultimamente o licenciado Molina de Medrano deste *Consejo*, a quem se cometeu, e porque esta é obra verdadeira e digna de que saia à luz, especialmente havendo alguns livros de muitos erros que serão anulados com ela, pareceu que convém que se imprima logo, como se fará, sendo Vossa Majestade disso servido.” AGI, Indiferente, 745.

aceitos e impostos pelo antigo monarca Felipe II: sua censura foi feita por diferentes sujeitos que determinaram a possibilidade de impressão¹⁹.

Escrita no final do século XVI, *Historia General de los Hechos de los Castellanos* estabelecia uma distância temporal segura: os eventos abordados nos primeiros livros avaliados em 1599 chegavam até 1531. Herrera continuou sua narrativa nos demais volumes da obra, que somente foram publicados em 1615, abarcando fatos ocorridos até 1554²⁰. Para Esteve Barba o afastamento temporal se explicava em razão da atribuição de sentido no ato de recuperar o passado. Contando com o distanciamento, o historiador seria capaz de compreender a importância relativa dos fatos e das condições e por meio de

(...) suas repercussões no futuro, [o historiador] discerne os fatos decisivos dos que não conseguiram transcendência. Engrenagem da roda do mundo em que vive, o historiador somente é livre para opinar quando o mundo que ocupa sua pluma está afastado de sua própria vida até o ponto de que nenhum interesse imediato o limite ou o desorienta. Tal é o caso de Antonio de Herrera y Tordesillas no que concerne a suas *Décadas*²¹ (ESTEVE BARBA, 1992, p. 129).

A interpretação de Esteve Barba, influenciada por determinada concepção de história que atribuí aos relatos sobre o passado uma imprescindível neutralidade, oblitera, no entanto, que a opção pelo recorte temporal na obra de Herrera não foi casual. Se a escolha de fatos ocorridos na primeira metade do século permitia ao autor acompanhar os desdobramentos e desfechos de tais ações, escolhendo os acontecimentos mais importantes a serem relatados – ou seja, dotava-lhe de uma consciência temporal e de uma “atitude historiadora”, conforme apontam Reis e Fernandes (2014) –, o sentido que se desejava atribuir àquela história esboçada pelo cronista oficial já estava posto desde seu início: escrever uma história que exaltasse a memória dos feitos dos castelhanos juntamente com os reis católicos e seu sucessor Carlos V. Desta forma, concordo com Kagan (2010, p. 246), a história de Herrera servia menos para descobrir e apresentar novidades relativas ao passado que para adequar e reinterpretar velhas informações de maneira que servissem a fins políticos. Afirmar que a escolha de Herrera por narrar as primeiras décadas após a chegada dos europeus ao continente americano se dava por uma concepção de história, na qual o sentido dos fatos somente era

¹⁹ A versão impressa do século XVIII que utilizamos como base traz as aprovações dos seguintes indivíduos, todas elas datadas de 1599: Andres Garcia de Cespedes, Juan Beltran, Frei Diego de Avila, Estevan de Garibaty Zamalloa, Francisco de Anuncibay e don Gracia de Silva y Figueroa. Todos eles mencionam as razões pelas quais deveria a história de Herrera ser publicada.

²⁰ A escolha por 1554 também não foi casual, coincidia com o final do reinado de Carlos V.

²¹ “(...) por sus repercusiones y el futuro, discierne los hechos decisivos de los que no consiguieron transcendencia. Engranaje de la rueda del mundo en que vive, el historiador sólo es libre para opinar cuando el mundo que ocupa su pluma está alejado de su propia vida hasta el punto de que ningún interés inmediato lo coarte o lo desorienta. Tal es lo caso de Antonio de Herrera por lo que respecta a sus *Décadas*.”

desvelado a partir de um afastamento temporal, explica parcialmente a postura do cronista. Lembremos que Herrera y Tordesillas também havia escrito (e continuou a escrever) obras históricas de acontecimentos de um passado bastante recente, como os eventos ocorridos na França em 1585.

Logo, o distanciamento temporal, apontado na cédula de aprovação, deve ser entendido em razão de diferentes fatores. Ao mesmo tempo que conferia ao cronista uma perspectiva onisciente das ações ocorridas (em diferentes territórios do continente), também possibilitava a seleção afinada do que deveria e poderia ser narrado tendo em vista os objetivos políticos que se pretendia alcançar. Além disso, a escrita de uma história sobre os acontecimentos ligados aos ditos descobrimentos e às conquistas rebatia diretamente parte considerável das narrativas detratoras dos castelhanos que circulava pela Europa. Eram esses os eventos mobilizados pelos inimigos da Monarquia em suas contestações e ataques, sendo justamente os que deveriam ser relatados de modo “verdadeiro”. O afastamento temporal também se dava de maneira consoante com a prática historiográfica estabelecida ainda por Felipe II: o zelo (e recusa) em abordar temas e situações recentes. Por fim, a seleção da primeira metade do século XVI ainda era um mecanismo de proteção de seu lugar político dentro da Monarquia Hispânica, permitia ao cronista tecer críticas a determinados sujeitos que atuaram nos territórios ultramarinos sem o risco de atacar diretamente alguns contemporâneos que porventura poderiam ainda pertencer aos círculos mais próximos da Coroa²². Se para Herrera a história e a política estavam imbricadas, era por meio de seus escritos que ele poderia obter prestígio e garantir determinada estabilidade. Assim, equilibrava-se numa gangorra na qual muitas vezes a atribuição de uma má conduta a determinados homens contribuía para atingir seus objetivos (a construção de uma imagem de uma Monarquia zelosa contrastando com a visão pejorativa que circulava), no entanto, dependendo o personagem a ser criticado, o cronista poderia se colocar em uma posição frágil. O distanciamento temporal significava a possibilidade de minimizar riscos nesse cenário de relações pessoais e apoios políticos.

Ainda em relação à consulta de aprovação de *Historia General de los Hechos de los Castellanos* pelo *Consejo de Indias*, é importante fazer algumas considerações acerca da parte final transcrita: “(...) y porque ésta es obra verdadera y digna de que salga a luz, especialmente habiendo libros de muchos errores que se derogarán con ella,...”. No trecho, a

²² Ainda assim, o distanciamento temporal não impediu que Herrera se visse livre de contendas. O caso do conde de Puñonrostro mencionado nos capítulos anteriores situa bem o cenário político e de disputas em torno da memória que se inseria Herrera.

história é encarada como um espaço de disputas de narrativas. A ideia de que seria também um tribunal capaz de julgar as ações mais uma vez é reproduzida. O uso do termo jurídico derogado (anulado) enfatiza essa percepção. Não apenas reforça a existência uma intensa influência da cultura jurídica na sociedade castelhana do período, mas, por outro ângulo, mostra também como o permear dos discursos jurídicos e de outras áreas do conhecimento (como a história) era comum para tais humanistas, uma vez que eram esferas ligadas às suas tarefas cotidianas – o cronista maior era um letrado, mas também um funcionário, burocrata do *Consejo*²³. A crônica oficial, da mesma maneira que um instrumento jurídico, como as ordenanças, seria capaz de invalidar narrativas destoantes e legitimar aquilo que estava em conformidade com o que era relatado. É justamente nesse aspecto que reside o poderio da história oficial das Índias: era a expressão e a concretização de um projeto político e deveria se tornar o parâmetro para balizar todas as narrativas que porventura existissem ou viessem a existir. No que concerne à história ultramarina o papel político, exemplar e avaliativo das crônicas oficiais foi percebido e manejado por Antonio de Herrera y Tordesillas de forma magistral em suas *Décadas*.

Tendo como modelo de inspiração o historiador romano Tito Lívio (59 a.C. – 17 d.C.), Herrera y Tordesillas almejava escrever uma obra de síntese, na qual seria narrada a construção de um império desde suas origens, elaborada, essencialmente, a partir das crônicas e relatos de viagens (MALAVIALLE, 2008, p. 4). Também foi influenciado pelo historiador coetâneo João de Barros (1496-1570)²⁴.

Historia General de los Hechos de los Castellanos foi estruturada de forma cronológica. Estava dividida em oito volumes compostos por dez livros cada²⁵, os quais, por sua vez, se dividiam em capítulos. Foram agrupados em uma mesma unidade narrativa (ou seja, nos mesmos livros e volumes) eventos que ocorreram em territórios bastante distantes entre si e aparentemente sem conexões diretas, em razão, basicamente, de sua simultaneidade. Assim, na primeira Década, foram abordados, por exemplo, as viagens feitas por Cristóvão Colombo, a chegada de Ponce de León ao território de Porto Rico e à Flórida, a passagem de Hernán Cortés às Índias e o estabelecimento de Francisco Pizarro na região de San Sebastián de Uraba, entre outros acontecimentos. Se o olhar diacrônico em relação ao passado permitia

²³ Sobre a importância do discurso jurídico na cultura hispânica (peninsular e colonial), Roberto González Echevarría (2001) traz algumas reflexões importantes. Para o autor a importância dos documentos legais conduziu ao desenvolvimento de uma retórica notarial, que impactou os escritos históricos e de ficção sobre o continente americano.

²⁴ Recordemos, como apontou Marcocci (2015), que João de Barros foi um dos autores que procurou estabelecer continuidades entre o modelo imperial romano e as empresas portuguesas no início do século XVI.

²⁵ Em razão de sua divisão decimal, cada um dos volumes que compunham *Historia General de los hechos de los castellanos* era chamado de *Década* e o conjunto dos oito volumes ficou conhecido como *Décadas*.

a compreensão de determinado processo histórico específico, a perspectiva sincrônica possibilitava uma visão coordenada do todo, das Índias em sua integralidade, bem como da ação das instituições monárquicas em relação àquelas partes. Além disso, ao tratar dos feitos dos castelhanos de modo cronológico, Herrera se aproximava da noção clássica de crônica, ou seja, da narrativa de eventos estruturada a partir da sucessão temporal²⁶.

Segundo Rénaud Malavialle (2012), a opção pela sincronia tinha um duplo significado: buscava exaltar o zelo do projeto empreendido pela Monarquia nas Índias Ocidentais e ao mesmo tempo celebrar a harmonia dessa ação no espaço imperial. Nos mesmos livros eram tratados eventos separados geograficamente, mas que faziam parte de um projeto coerente de conquistas e feitos levados a cabo pelos castelhanos. A sincronia também revelava-se nas intenções de Herrera em relação a sua história das Índias. Em uma carta a Felipe III, o cronista oficial dizia:

El principal intento que se ha llevado en la Historia general de Indias que se mandó escribir fue mostrar el intento y cuidado que los Católicos Reyes nuestros antecesores y Vuestra Alteza han tenido y tienen de cumplir con la bula del Pontífice y assentar la policia espiritual y temporal con toda piedad con grandísimo gasto de la real hacienda y trabajo de sus consejos para quitar el engaño que las naciones extranjeran tienen de que no se ha atendido sino a disfrutar de las Indias.²⁷ (HERRERA Y TORDESILLAS, apud. KAGAN, 2010, p. 252).

Em outro documento, uma carta enviada ao então presidente do *Consejo de Indias*, Paulo de Laguna, Herrera reafirmava sua posição assegurando que a crônica servia justamente para honrar os bons e vituperar os maus (HERRERA Y TORDESILLAS, 1944, p. 51). Neste sentido, a diacronia empregada por outras crônicas anteriores e pelos autores estrangeiros não permitia a visão de totalidade e simultaneidade dos acontecimentos, não possibilitando, assim, honrar os bons (a monarquia) e repreender e desprezar os maus, ou seja, não era capaz de tornar a história o tribunal almejado por Herrera y Tordesillas.

Não por acaso, a maneira que *Historia General de los Hechos de los Castellanos* estava estruturada e os objetivos pelos quais foi escrita estavam intimamente relacionados com a construção de uma representação imperial ligada à universalidade e ao caráter católico

²⁶ A crônica se consolida enquanto gênero de escrita nos relatos de ordens monásticas e de instituições eclesiásticas que buscavam estabelecer suas origens e legitimar práticas por meio da narrativa de acontecimentos anteriores. Adequado pelas dinastias da Idade Média e Moderna na validação de suas reivindicações, a crônica também será readaptada para as necessidades oriundas das novas possessões. Nesse sentido, a narrativa em sequência temporal servia para instaurar a origem do império espanhol que se configurava no início do século XVII e justificar ações e acontecimentos.

²⁷ “O principal motivo que conduziu a *Historia General de Indias* que se mandou escrever foi mostrar a tentativa e o cuidado que os Católicos Reis nossos antecessores e Vossa Alteza tiveram e têm de cumprir com a bula do Pontífice e assentar a policia espiritual e temporal com toda piedade com grandíssimo gasto da real fazenda e trabalho de seus conselhos para tirar o engano que as nações estrangeiras têm de que não se atendeu senão a aproveitar das Índias.”

da Monarquia Hispânica, sendo o continente americano peça fundamental em tal concepção de império (FERNÁNDEZ ALBALADEJO, 1992, p. 65). A consciência das múltiplas ações da monarquia em diferentes espaços e seu empenho em defesa e difusão da fé, ambos elementos marcantes no relato de Herrera, são provas desse pertencimento. Conforme pontua González Echevarría (1990), o discurso histórico era uma das formas pelas quais o Novo Mundo se incorporava ao Estado, sendo a criação do cargo de cosmógrafo e cronista maior parte desse processo:

(...) escrever a história não era uma atividade inocente e o Estado espanhol, sempre cuidadoso do domínio de seus vastos territórios, esforçava-se por controlar essa empresa. Construiu-se um aparato ideológico que abarcava tudo para justificar e ratificar os direitos territoriais espanhóis²⁸. (GONZÁLEZ ECHEVARRÍA, 1990, p. 60)

A história, assim como os mapas e outros dispositivos de representação do império, era mobilizada para fins políticos e de garantia de posse.

A aprovação do licenciado Francisco de Anuncibay reforçava a ideia de que missão da crônica oficial das Índias estava associada à constituição de determinada imagem da Coroa Espanhola. O advogado acreditava que *Historia General de los hechos* trazia informações úteis sobre os territórios desde sua origem e que deveria ser impressa para que fosse entendido “el valor de la nación Castellana, i lo mucho que sus reies han puesto de su parte, por el bien Espiritual i Temporal de aquel Nuevo Orbe, i que se entienda quan caro nos cuesta”²⁹ (HERRERA Y TORDESILLAS, 1944 [1601], p. 55). Ora, por meio da história de Herrera seria possível visualizar o quanto de investimento (não estamos aqui manejando apenas conceitos monetários, mas todo empenho e dedicação à empresa colonizadora) havia sido aplicado pelos reis hispânicos e seus súditos nos novos territórios, validando, portanto, seus direitos. No entanto, não se tratava de uma tarefa apenas conduzida por Herrera, essa representação da Monarquia era ela apoiada e compartilhada por diferentes letrados hispânicos.

Conforme pontuou Richard Kagan (2010, p. 252), a obra de Herrera pode ser vista como uma larga defesa do império hispânico no Novo Mundo. Não ocultava as ações violentas que ocorreram no processo de conquista dos territórios americanos, contudo, atribuía esses eventos às condutas individuais de homens corrompidos pela ganância e de difícil controle pelas instituições oficiais. Também amenizava esses episódios violentos

²⁸ (...) the writing of history was no innocent activity, and the Spanish State, ever jealous of its hold on its vastly increased territories, was at pains to control it. An overarching ideological construct was erected to justify and ratify Spanish territorial rights.”

²⁹ “(...) o valor da nação castelhana e o muito que seus reis colocaram de sua parte, para o bem espiritual e temporal daquele Novo Orbe, e que se entenda quanto caro nos custa”

evidenciando as iniciativas da Coroa para corrigir os abusos, transcrevia ordens e instruções reais que versavam sobre o bom governo das Índias. Sua metodologia e seus recortes convergiam com seus objetivos finais.

No que concerne às fontes, embora Antonio de Herrera y Tordesillas tivesse acesso a documentos do *Consejo de Indias* e àqueles depositados no arquivo de Simancas, bem como materiais que permaneceram manuscritos, sua obra trazia poucos dados novos. De certa forma, reuniu, organizou e recopilou informações de diferentes escritos, desde testemunhos oculares dos eventos relatados até outras obras de cronistas oficiais, como López de Velasco³⁰. Seu acesso privilegiado a determinadas fontes, fez com que alguns dos testemunhos presentes em sua obra fossem únicos, uma vez que os originais que foram as bases para as asserções encontram-se perdidos atualmente. Acusado de plágio por alguns autores (por exemplo, por J. Natalicio Gonzalez no prefácio para edição paraguaia de 1944), esse qualitativo tem sido revisto pela historiografia recente. Não somente porque as apropriações textuais têm sido encaradas a partir da concepção de autoria do período³¹, como também pela própria tarefa de cronista das Índias muitas vezes ser considerada como um trabalho coletivo de construção de uma memória oficial³².

Richard Kagan (2010, p. 249) também destaca o cuidado de Herrera em citar determinadas fontes nominalmente, como forma de garantir a autoridade de fiabilidade de seu relato. Para o historiador – cuja a imagem do cronista oficial é bastante positiva, quase uma defesa – há um exagero na atribuição de plágio a Herrera, que, segundo sua avaliação, estaria apenas atuando como um historiador judicioso, selecionando suas fontes com cuidado. Acredito que a interpretação de Kagan é bastante simpática em relação ao cronista e devemos matizar os qualitativos de sensatez e discernimento a partir das práticas historiográficas do período e das condições de produção da obra (tempo escasso, multiplicidade de materiais por

³⁰ Curiosamente, na mesma carta da Paulo de Laguna, Antonio de Herrera y Tordesillas menciona Ovando e seu trabalho de recopilação. Da maneira como foi composta, tem-se a impressão de que o cronista, em 1601, encarava suas iniciativas como continuadoras daquelas realizadas por Ovando décadas antes. No entanto, a figura de López de Velasco permanece ignorada na missiva.

³¹ No entanto, ao pensarmos na figura do autor no início do período moderno é necessário compreender a noção de autoria presente ainda no período medieval. Conforme pontuou Fernando Bouza, em curso ministrado em 2013, eram considerados autores aqueles que eram responsáveis pela escritura (*scriptor*); os que compilavam textos distintos em um novo lugar (compilador); os que elaboravam comentários em textos escritos por outros (glosador); e, finalmente, aqueles que escreviam textos com base na leitura de outros autores (autor). Com a imprensa, ao longo dos séculos, houve a eliminação das três primeiras figuras na noção de autoria. Porém, para o período analisado, essa compreensão ainda permanecia em vigor, fazendo com que determinadas ideias e classificações, como a questão do plágio, sejam, de certa forma anacrônicas.

³² A noção de uma história das Índias como um trabalho coletivo estava presente entre os contemporâneos, como foi comentado no capítulo anterior com as sugestões de López de Velasco. Daí a continuidade entre as ações empreendidas por Ovando na década de 1570 e o trabalho de Herrera, entendido como desdobramentos de uma ideia de “junta de historiadores” que teria surgido com as reformas ovandinas (MONTCHER, 2013, p. 274).

um lado, desconhecimento do território de outro etc). Caso contrário, perdemos de vista a historicidade de tais escritos e conferimos ao cronista uma sensibilidade histórica anacrônica. De qualquer forma, podemos afirmar, sem sentimento de culpa ou injustiça, que Herrera y Tordesillas se serviu de uma vasta gama de obras impressas e manuscritas para compor suas *Décadas*³³. O caso mais manifesto, que também coloca alguns limites na ideia de apropriação, certamente foi o uso feito por Herrera do *Sumario* de Juan López de Velasco em sua *Descripción de las Indias Occidentales*.

A. Descripción de las Indias Occidentales e os relatos sobre os animais e plantas americanos

Apontamos antes que a noção de história de Herrera y Tordesillas primava pelos aspectos humanos, foram eles seu foco de atenção. O próprio título da obra evidenciava essa escolha, *Historia General de los Hechos de los Castellanos*, eram as ações humanas que deviam compor a narrativa. Ademais, tendo em vista seus objetivos – a exaltação da monarquia, a censura daqueles que eram responsáveis pelas barbáries ocorridas do outro lado do Atlântico e a desconstrução de uma série de imagens pejorativas em torno dos espanhóis –, o cuidado com a descrição das atitudes de indivíduos, sejam eles conquistadores, religiosos, encomenderos, soldados, era uma preocupação constante. Contudo, o primeiro livro que compunha sua história *Descripción de las Indias Occidentales* parecia destoar das pretensões gerais da obra e das estratégias criadas por Herrera³⁴. Em linhas gerais, *Descripción de las Indias* pode ser considerada um relato detalhado dos aspectos físicos, geográficos e naturais, de cada uma das partes do território ultramarino que compunham a Monarquia Hispânica. Se eram os “hechos de los castellanos” o foco do relato, por que apresentar uma descrição pormenorizada de cada uma das unidades administrativas e eclesiásticas das Índias Ocidentais?

As respostas a essa indagação vinculam-se tanto às tradições discursivas já consolidadas em relação ao Novo Mundo, quanto às funções do cargo que ocupava Herrera. Lembremos que na crônica das Índias, em razão da ausência dos elementos consagrados do gênero, outras temáticas passaram a compor os relatos (BRENDENCKE, 2012). Entre eles a

³³ Uma listagem cuidadosa foi elaborada por Cuesta Domingo no prefácio à edição *Historia General de los hechos de los Castellanos* impressa em 1991.

³⁴ *Descripción de las Indias Occidentales* não fazia parte de nenhuma das *Décadas* que compunham a *Historia General* de Herrera, era um livro à parte, que foi publicado juntamente com as quatro primeiras *Décadas*.

História Natural e a própria geografia passaram a ter um espaço considerável nas narrativas. Tornou-se um lugar discursivo comum nesse tipo de obra a descrição dos aspectos naturais. Era necessário apresentar e localizar os leitores em relação aos territórios onde as ações dos espanhóis se desenrolavam. *Descripción* cumpria justamente esse papel, especialmente em razão das informações sobre as posições geográficas das vilas, governações e audiências, e dos mapas que compunham o livro. Para Mariano Cuesta Domingo (2015, p. 45), Herrera iniciou suas *Décadas* com um marco geográfico que auxiliava na compreensão da história: “(...) localizando os lugares principais, oferecendo a configuração do território como teatro de operações em que tiveram lugar os feitos, que é o importante para o autor”³⁵. Seguindo uma tradição anterior que primava pelo acúmulo de dados relativos à navegação, ao mapeamento e à descrição do estado que se encontravam as Índias Ocidentais (a qual também pertenciam Juan López de Velasco e Alonso de Santa Cruz), em *Descripción* Herrera y Tordesillas apresentava um quadro geral contendo as informações primordiais disponíveis até então sobre o continente, bem como aspectos necessários para entender os acontecimentos ocorridos ali.

Não podemos obliterar que as determinações das ordenanças de 1571 ainda vigoravam e, conseqüentemente, a crônica de Antonio de Herrera y Tordesillas não poderia se furtar de conter informações que auxiliassem também o bom governo das Índias (ou seja, ao menos em teoria, era um instrumento para alcançar a *entera noticia* almejada pelo *Consejo*). Em *Descripción* as ações do passado ficavam em segundo plano frente ao detalhamento das condições e das formas de organização das diferentes províncias. Logo, estaria mais vinculada às tarefas administrativas e de governança (por apresentar um cenário geral das condições existentes) que à história humana propriamente dita, embora o uso de tais dados pelo *Consejo de Indias* seja difícil de rastrear.

Entretanto, essa característica de *Descripción de las Indias Occidentales* também não era fortuita. Ao embasar-se nos trabalhos anteriores, feitos por López de Velasco e que buscavam atender determinadas demandas do *Consejo de Indias*, mais do que fazer uma história das ações dos espanhóis naquelas partes, Antonio de Herrera y Tordesillas acabou por tomar a estrutura e parte dos conteúdos que compunham *Demarcación y División de las Indias* – também conhecido como *Sumario*. A mesma disposição dos capítulos, a partir de um eixo geográfico, coordenou os relatos de ambos os cronistas. A separação entre Índias do Norte e Índias do Meio-dia também foi a principal linha divisória de *Descripción de las Indias Occidentales*. As narrativas de cada uma das unidades administrativas e eclesiásticas

³⁵ “(...) localizando los lugares, ofreciendo la configuración del territorio como teatro de operaciones en que tuvieron lugar los hechos, que es lo importante para el autor”.

seguem a mesma distribuição na obra, começando pelas ilhas como Santo Domingos, Espanhola e Cuba, terminando com as chamadas ilhas do poente. A comparação das duas obras torna inegável a apropriação textual feita por Herrera.

Não apenas os arranjos de capítulos (ou divisões textuais) eram similares. Herrera também reproduziu em sua descrição os mapas que constavam no *Sumario* de Velasco, muitos dos quais ainda se conservam na versão manuscrita da biblioteca John Carter Brown. Nas figuras 6 e 7 estão reproduzidas as representações cartográficas da Audiência de Charcas – cujo território faz parte, atualmente, da Bolívia, da Argentina e do Chile – presentes respectivamente nas obras de Juan López de Velasco e Antonio de Herrera y Tordesillas. Trata-se do mesmo mapa, com pequenas alterações em razão de suas materialidades – *Demarcación y División de las Indias* e seus mapas permaneceram manuscritos, enquanto *Descripción de las Indias Occidentales* foi impressa ainda em 1601.

As similaridades também são perceptíveis na maneira como foram estruturadas as descrições de cada uma das partes que compunham as Índias Ocidentais (as corografias). Assim como fizera López de Velasco décadas antes, Herrera y Tordesillas optou por enfatizar a localização de cada uma das audiências e províncias. Fazia algumas referências ao clima e ao relevo da região, bem como às possibilidades de cultivo e de pecuária. Mencionava os povoados de espanhóis e as instituições temporais e eclesiásticas existentes. Também tecia algumas considerações acerca dos povoados indígenas e pontuava o número de índios tributários. Em alguns casos, relatava brevemente a história da fundação ou detalhava os acidentes geográficos da costa (quando se tratava de uma área litorânea).



Fig. 9 - Descrição (representação cartográfica) da Audiência de Charcas de *Demarcación y División de las Indias* de Juan López de Velasco. Disponível em: <http://jcb.lunaimaging.com/luna/servlet/detail/JCBMAPS~1~1~1699~102710002:-Descripcion-de-la-Audiencia-de-los?qvq=q:%3D%22Demarcacion%2By%2Bdiuision%2Bde%2Blas%2BYndias%22;lc:JCB~1~1,JCBBOOKS~1~1,JCBMAPS~1~1,JCBMAPS~2~2,JCBMAPS~3~3&mi=21&trs=27> Acesso em 28/07/2015.

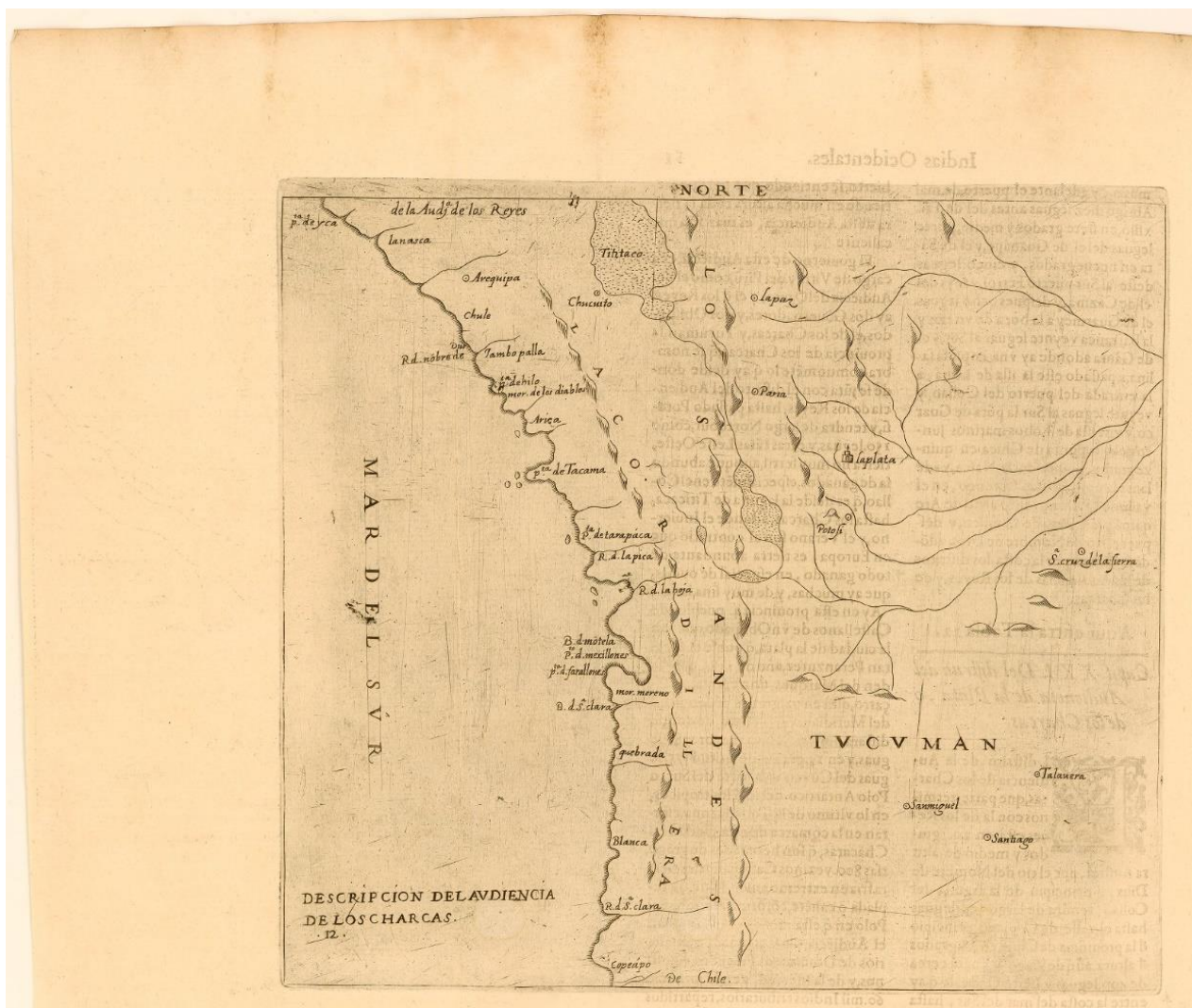


Fig. 10 - Descrição (representação cartográfica) da Audiência de Charcas de *Descripción de las Indias Occidentales* de Antonio de Herrera y Tordesillas. Disponível em: <http://jcb.lunaimaging.com/luna/servlet/detail/JCBMAPS~1~1~4369~102436:Descripcion-del-audiencia-de-los-Ch?qvq=q:%3D%22Demarcacion%2By%2Bdiuision%2Bde%2Blas%2BYndias%22;lc:JCB~1~1,JCBBOOKS~1~1,JCBMAPS~1~1,JCBMAPS~2~2,JCBMAPS~3~3&mi=16&trs=27> Acesso em 28/07/2015.

Comparando os trechos dos dois autores sobre o mesmo território, percebe-se com clareza as adaptações, os acréscimos e os cortes feitos por Herrera. Tomemos como exemplo a descrição da Província e Governação de Veragua. Juan López de Velasco inseriu a descrição dessa área logo após apresentar seu relato sobre a Audiência do Panamá, iniciando a narrativa da seguinte maneira:

La provincia y Gobernación de Veragua que confina con Costa Rica por el Poniente, tendrá de largo Este Oeste como cuarenta ó cincuenta leguas, y de ancho veinte y cinco ó treinta; tierra montuosa y cerrada de malezas, sin pastos ni ganados, trigo ni cebada, poco maíz y pocas hortalizas; pero castrada de oro y de muchos nacimientos y minas rica en los ríos y quebradas: ay pocos indios y los que ay, de guerra; y en ella quatro pueblos de españoles.³⁶ (LÓPEZ DE VELASCO, 1871 [1582], p. 477).

Em seguida descreveu cada um dos povoados de espanhóis – Concepción, Villa de Trinidad, Sancta Fé e Ciudad de Carlos – pontuando a localização, o número de moradores e as instituições e oficiais presentes em cada uma delas. Depois, apontou alguns aspectos relativos à costa da região, como baías, ilhas e rios, encerrando assim sua narrativa sobre Verágua e passando à descrição de Sancta Fé.

O percurso estabelecido Herrera y Tordesillas foi essencialmente o mesmo, reproduzindo, inclusive, palavras e expressões. A descrição de Veragua consta no capítulo XV de *Descripción de las Indias Occidentales*, que trata do distrito da Audiência do Panamá. Depois de abordar os povoados do Panamá, o cronista descreveu a Província de Veragua:

La provincia de Veragua, que está en algo más de 10 grados, confina con Costarica, por el Poniente: tendrá de largo, Leste Oeste, 50 Leguas, i de ancho 25, Tierra monstruosa, cerrada de maleças, sin Pastos, ni Ganados, Trigo, ni Cebada, poco Maíz, i pocas Hortalizas; pero lastrada de Oro, con muchos nacimientos de ello, i Minas ricas en los Rios, i Quebradas: i los Indios que hai, están de Guerra...³⁷ (HERRERA Y TORDESILLAS, 1944 [1601], p. 106).

Em seguida, apresentou os quatro povoados de espanhóis. Na parte final do relato, Herrera utilizou algumas das informações apresentadas por López de Velasco em sua descrição dos aspectos geográficos da costa da região. No entanto, diferencia-se ao inserir no meio do relato dados históricos como aqueles relativos aos “descobrimientos” feitos por espanhóis e outras

³⁶ “A província e governação de Veragua que faz divisa com Costa Rica pelo ponente, terá de comprimento leste-oeste como quarenta ou cinquenta léguas e de largura vinte e cinco ou trinta; terra montanhosa e fechada de arbustos e ervas daninhas, sem pastos nem gados, trigo nem cevada, pouco milho e poucas hortalizas; mas castrada de ouro e de muitos nascimentos e minas ricas em todos os rios e quebradas, há poucos índios e os que há, são de guerra; e nela [há] quatro povoados de espanhóis.”

³⁷ “A província de Veragua que está algo mais que 10 graus, tem fronteira com a Costa Rica, pelo ponente: terá de comprimento, Leste Oeste, 50 léguas, e de largura 25, terra montanhosa, fechada de arbustos e ervas daninhas, sem pastos, nem gado, trigo nem cevada, pouco milho, e poucas hortalizas, mas impregnada de ouro, com muitos nascimentos dele, e minas ricas nos rios, e quebradas: e os índios que há, estão de guerra”

datas que considerava importante, evidenciando adaptações feitas pelo cronista tendo em vista seus objetivos. Em outros trechos da obra, é possível ver a mesma configuração de apropriações e usos a partir da obra matriz *Demarcación y División de las Indias*.

Obviamente não podemos acusar Antonio de Herrera y Tordesillas de plágio, seria não apenas anacrônico – tendo em vista os padrões de autoria do período que comentamos antes –, como também uma visão restritiva de sua obra. No entanto, afirmar que o cronista era um historiador cuidadoso que apenas selecionava suas fontes, conforme o fez Kagan (2010, p. 249), tampouco permite avaliar as práticas de leitura e apropriações textuais de maneira adequada. Concordo com o historiador anglo-saxão no que concerne ao trabalho coletivo ligado à crônica oficial. Os usos da obra de López de Velasco por Herrera, provavelmente, foram estabelecidos por meio dessa lógica (a apropriação não era vista de maneira indevida uma vez que ambos os escritos foram promovidos pelo *Consejo*, havia uma continuidade entre as iniciativas dos cronistas que garantia a legitimidade na reprodução de excertos e da estrutura de *Demarcación*). Entretanto, quando analisamos com cuidado as duas obras, não percebemos uma seleção de fontes feita por alguém que não tinha sido testemunha ocular dos fatos: houve uma cópia de frases, ideias e modos de conceber uma descrição das Índias Ocidentais, e acréscimos de outras informações ausentes no texto inicial.

A apropriação textual de Herrera y Tordesillas, que há muito já é tema recorrente no estudo de sua obra (CUESTA DOMINGO, 1991, p. 58), traz, não obstante, dois aspectos que merecem ser postos em relevo. Primeiramente, embora a historiografia sobre Herrera acentue o caráter inédito de seus escritos sobre a América, por se constituir como a primeira história oficial impressa (com um discurso eminentemente histórico em suas *Décadas*), de fato, o rompimento com a tradição anterior se deu de forma bem menos brusca que um olhar inicial pode asseverar. A consciência de participação de uma empresa coletiva de construção de memória e o compartilhamento de determinados modos de se escrever sobre o Novo Mundo são evidenciados nas práticas do cronista e colocam em questão o ineditismo da perspectiva histórica, que é atribuído a Herrera por alguns autores.

O segundo aspecto refere-se à política de sigilo que marcaria a atitude dos Austrias frente aos conhecimentos oriundos dos territórios ultramarinos. Comentamos no capítulo anterior as ideias de alguns historiadores que destacam esse aspecto como o fator que restringiu o alcance das práticas científicas ibéricas dos séculos XVI e XVII. As trajetórias dos manuscritos de López de Velasco mostrariam que a prática de manter certas informações protegidas de um público mais amplo – *arcana imperii* – atingiu diferentes tipos de documentos, especialmente sob o reinado de Felipe II. Tanto *Geografía* quanto *Demarcación*

y *División* passaram a fazer parte de conjuntos documentais controlados e de circulação reduzida a partir da década de 1580. Muitos atribuem esse processo ao conteúdo das informações contidas em ambas as obras, sobretudo, no que concerne aos mapas, dados de localização de cidades, vilas e portos. Não obstante, *Demarcación* – que sintetizava as ideias contidas em *Geografía* – foi praticamente reproduzida integralmente duas décadas mais tarde por Herrera e, posteriormente, foi impressa e traduzida para outros idiomas. Isso nos coloca em face a uma constatação quase óbvia: os segredos se transformam. Portuondo (2009, pp. 295-296) afirma que ocorrera uma mudança na política de confidencialidade das informações sobre o ultramar, refletida na presença dos mapas antes secretos de López de Velasco na versão impressa da *Descripción* de Herrera. Aquilo que deveria permanecer nos baús do *Consejo*, no final dos quinhentos deixou o espaço do sigiloso, sendo sua impressão incentivada pelos membros da instituição: “que se puede mui bien imprimir, i que de la impresión resultará mucha utilidad, i honra a la Nación Castellana”³⁸. Logo, o impacto do sigilo na ausência de circulação de saberes ligados a diferentes campos científicos deve ser matizado ou ao menos colocado em diálogo com cenários distintos, que variam ao longo do tempo³⁹.

Se *Descripción de las Indias Occidentales* teve várias edições ainda no período moderno, foi traduzida para o alemão, inglês, holandês, latim e francês, ainda no século XVII (CUESTA DOMINGO, 2014, pp. 27-28), o tipo de representação das Índias presente em suas páginas torna-se significativo, uma vez que constituía um conhecimento autorizado que se difundia para além das fronteiras da monarquia. Nesse sentido, e tendo em vista os objetivos dessa pesquisa, torna-se fundamental entender como figuravam e qual o papel dos saberes relativos aos animais e às plantas americanos nessa obra.

Do mesmo modo como havia se configurado *Demarcación* de Juan López de Velasco, o conhecimento sobre os animais e as plantas contidos na *Descripción* de Herrera y Tordesillas é bastante circunscrito. Em geral, há breves enumerações dos gêneros agrícolas e

³⁸ “(...) que se pode muito bem imprimir, e que da impressão resultará muita utilidade, e honra à Nação Castelhana”. Aprovação do Cosmógrafo Maior das Índias Andres García Céspedes datada de 03 de janeiro de 1599 (Cf. HERRERA Y TORDESILLAS, 1944, p. 54).

³⁹ Um cenário muito distinto tomou forma na política da Monarquia Hispânica no início do século XVII. O envolvimento hispânico em diferentes guerras europeias, que caracterizou o reinado de Felipe II, deu lugar à tentativa de estabilização das relações exteriores orquestrada por Felipe III e, principalmente, por seu valido, o Duque de Lerma. Obviamente, as tentativas de pacificação caminhavam juntas com as transformações em relação ao que deveria ser escrito, bem como os conteúdos que agora faziam parte do território do sigiloso. Assim, será que o sigilo seria a razão para uma ausência de circulação de materiais hispânicos de diferentes campos do saber? Em realidade, será que houve tal ausência de circulação? Atribuir a ausência de circulação derivada do sigilo não escamotearia outras questões de fundo mais amplo, como a falta de unidade naquilo que se pode chamar como ciência europeia ou o nascimento de uma ciência ocidental?

das práticas pecuaristas existentes em cada região. Por exemplo, no capítulo X sobre os bispados de Guaxaca, Michoacán e Yucatán, em suas considerações sobre Michoacán Herrera afirmava: “Toda la tierra de Mechoacán es abundantísima de trigo, i de maíz, i de todo genero de frutas de Castilla, i de ganados, de mucho pescado: tiene grana, cochinilla, algodón, y la gente es ubdustriosa, i dada a trabajar”⁴⁰ (HERRERA Y TORDESILLAS, 1944, p. 90). Observa-se que a menção às plantas e aos animais existentes estava vinculada à ideia de trabalho, de ocupação dos habitantes daquelas partes, por isso, apenas foram mencionadas as espécies que geravam benefício e riqueza: milho, trigo, gado, peixes e a cochonilha (*Dactylopius coccus*)⁴¹, todos eles enumerados e aproximados em razão de suas relações com os grupos humanos que ali viviam. Subentendida em tais enumerações está a ideia de *granjería* (ou granjearia, em português), termo cujo significado está associado ao benefício obtido nas fazendas com os frutos produzidos, com a criação de gado ou ainda com o lucro e proveitos que pode ser obtido por meio dos negócios e do comércio. Na maior parte das descrições da obra de Herrera y Tordesillas, a fauna e a flora (do Novo Mundo e mesmo das espécies espanholas transplantadas em terras americanas) foram apresentadas tendo em vista tal perspectiva. Em Cartagena, por exemplo, o cronista destacava a ausência de sementes e cereais, mas apontava a existência de licores e resinas terapêuticas. Na Jamaica, eram

⁴⁰ “Toda terra de Michoacán é abundantíssima de trigo, e de milho e de todo gênero de frutas de Castela, e de gados, de muito pescado, tem grana, cochonilha, algodão, e a gente é muito industriosa, e dada a trabalhar”. Ainda que parte da descrição do bispado de Michoacán possa ser rastreada – e encontradas as similaridades textuais – na obra de Velasco, curiosamente o trecho transcrito não se trata de um excerto que originalmente foi composto pelo primeiro cosmógrafo e cronista oficial das Índias. Provavelmente, tais informações foram obtidas de outras fontes ou ainda (por se tratar da cochonilha) dados bastante conhecidos pelos contemporâneos. Nota-se, portanto, que o cronista adicionava dados quando considerava insuficiente a descrição apresentada por Juan López de Velasco.

⁴¹ Ainda no que se refere ao excerto sobre Michoacán transcrito no parágrafo anterior, uma breve digressão deve ser feita. Embora o grande centro de produção da cochonilha no período colonial estivesse localizado em Oaxaca, a menção à produção da grana é significativa, sobretudo se pensarmos na importância de tal produto como fonte de renda para a Monarquia. Como demonstrou Amy Butler Greenfield (2010), a cochonilha tornou-se um dos principais produtos oriundos das Índias a ser importado pelos mercadores europeus. A possibilidade de extrair desse pequeno inseto uma tintura de um tom de vermelho perfeito chamava atenção não apenas daqueles que comercializavam com os produtores indianos, mas também de comerciantes estrangeiros, que almejavam maximizar seus lucros, apoiados por suas monarquias de origem. Assim, os relatos sobre a cochonilha (onde encontrar, como eram produzidas, maneira de se recriar em outras partes) eram buscados por tais inimigos da coroa castelhana. Dentro de uma lógica de sigilo, que segundo parte da historiografia dominava a produção de saberes vinculadas às instituições monárquicas, como era o caso do *Consejo de Indias* e de sua crônica oficial, era de se imaginar que a menção ao produto e, sobretudo, onde poderia ser encontrado constituíam relatos que deveriam se manter longe das mãos de adversários e, por isso, controlados por meio da conservação em formato manuscrito. Não obstante, as informações sobre a cochonilha não somente fizeram parte da crônica oficial, foram também traduzidas e impressas em outras nações europeias interessadas na cor obtida com o pequeno animal (que, no período, muitos acreditavam se tratar de uma semente da planta tuna). Ora, essa informação confirma nossa hipótese: a política de sigilo não dominou todos os campos cognitivos nos quais a Monarquia se envolveu e que tinha uma função significativa em suas aspirações. Algumas áreas permaneceram abertas à circulação de saberes, entre elas a história natural. Se o segredo não esteve, de forma determinante, em todos os campos científicos, não é possível estabelecer como fator primordial para explicação de determinadas características do conhecimento científico ibérico no período.

elencados os mantimentos e as criações disponíveis, enfatizando as provisões de mandioca, algodão, cavalos e porcos utilizados nos descobrimentos.

Em outros trechos, no entanto, eram apontados os animais silvestres existentes, que não necessariamente gerariam benefícios ou eram úteis aos homens. Na descrição da vila de Santa Ana (governança de Popayán), Herrera y Tordesillas afirmava que não possuía trigo, nem sementes de Castela, que ainda que fosse uma terra sã e temperada, não havia ouro, nem criações de gados. Ademais a vila possuía muitas serras, nas quais se criavam “muitos leões, tigres, ursos, e antas, e porcos monteses”⁴² (HERRERA Y TORDESILLAS, 1944 [1601], p. 121). Os animais de Santa Ana não eram mencionados em razão de seu proveito, porém tampouco eram apresentadas suas características específicas, sendo abordados a partir de termos genéricos, cujos referenciais eram animais europeus. Essas nomenclaturas, no entanto, eram suficientes para torná-los inteligíveis aos leitores europeus da obra⁴³.

Os animais e as plantas também surgiam na *Descripción* de Herrera como uma maneira de comparar o novo e o velho mundo.

(...) porque como en estas Indias no havia trigo, ni cebada, ni mijo, ni paniço, ni ninguna simiente del pan de Europa, i no conocían sino otros generos de grano, i de raíces, de lo qual era el principal el maíz que se halló casa en todas las Indias, los naturales han gustado mucho de ellos, i lo han recebido bien en las partes adonde se dá, porque el maíz nos es tan fuerte, ni dá tanta substancia, como el trigo: es mas grueso, i caliente, i engendra sangre, nace en cañas, i lleva una, o dos maçorcas, i lo comen algunos castellanos adonde no pueden⁴⁴ (HERRERA Y TORDESILLAS, 1944 [1601], p. 127).

Se o objetivo inicial era indicar os mantimentos e as plantas cultivadas em Santiago de los Valles, a descrição do milho e sua comparação com o trigo serviam para ratificar, na visão de Herrera, uma superioridade daquilo estava disponível no velho mundo, bem como da cultura por trás do trigo e do pão, e que deveria ser transplantada no Novo Mundo. A natureza servia de aporte para construções simbólicas que extrapolavam as características físicas e a utilidade das espécies envolvidas⁴⁵.

⁴² “(...) en las cuales se crien muchos leones, tigres, osos, i dantas, i puercos monteses”.

⁴³ Segundo Michel Foucault (2007, pp. 23-25), a *epistémê* do período renascentista era dominada pelas relações de semelhanças, as quais seriam responsáveis pela construção do saber. A imagem de um mundo enrolado sobre si mesmo foi a que o filósofo utilizou para definir o saber desta época. Neste sentido, bastava a menção aos animais já conhecidos (ou seja, semelhantes) aos europeus para se fundar o conhecimento acerca das espécies americanas.

⁴⁴ “(...) porque como nestas índias não havia trigo, nem cevada, nem meixoeira, nem painço, nem nenhuma semente do pão da Europa, e não conheciam senão outros gêneros de grãos, e de raízes, do qual era o principal o milho, que se encontrou quase em todas as Índias, os nativos gostaram muito dele, e o receberam bem nas partes onde se dá, porque o milho não é tão forte, nem dá tanta substância como o trigo: é mais grosso, e quente, e engendra sangue, nasce em canas, e leva uma, ou mais sabugos, e o comem alguns castelhanos onde não podem dispensá-lo.”

⁴⁵ Ashworth Jr. (1996) ressalta a importância dos elementos simbólicos nas histórias naturais renascentistas. Segundo esse autor, havia um complexo sistema que envolvia o conhecimento da natureza, que tinha como

Os animais e, sobretudo, as plantas também surgiam no relato de *Descripción de las Indias Occidentales* em trechos que abordavam hábitos e modos de viver das populações nativas. É o caso da referência à coca no capítulo XX sobre a Audiência dos Reis:

(...) en todas las partes de estas Indias tienen los Indios gran gusto, en traer en la boca de ordinario, raíces, ramos, o iervas; i lo que mas usan en todo el Perú, es la coca: porque según dicen, sienten poco el hambre, i se hallan con gran vigor mascándola siempre, aunque mas parece costumbre, o vicio heredado: esta cosa se planta, i dá pequeños arboles, que se cultivan, i regalan, i dán la hoja como Arrayán, i seca en cestos, se lleva à vender, i se saca mucho dinero de ella.⁴⁶ (HERRERA Y TORDESILLAS, 1944 [1601], p. 130).

O centro da narrativa não era a planta em si, mas o hábito de mascar coca das populações indígenas. No entanto, em meio a suas considerações, Herrera y Tordesillas elabora uma breve descrição da erva, contendo suas características físicas e suas formas de cultivo, de comércio e de consumo. Mais uma vez, uma perspectiva antropocêntrica, coordenada pela noção de granjearia, pautava a percepção sobre determinada espécie.

Os relatos dos animais e das plantas americanos apresentados por Antonio de Herrera y Tordesillas, seguindo a tendência do *Sumario* de López de Velasco, foram sintéticos e mais enumerativos. No entanto, algumas espécies mereceram uma descrição mais acurada. São exemplos o relato sobre a queixada no capítulo sobre a Audiência de Guadalajara – chamadas de vacas da terra, o autor destacava a corcova nas costas (a glândula próxima à cauda que excreta um cheiro desagradável), bem como os chifres menores que as vacas europeias⁴⁷ – e a descrição do peixe-boi no capítulo que abordava a Guatemala:

hai allí pescados grandísimos, i en especial el manatí, que es el becerro marino, que nada con tanta delicadeça, que con ser mui grande, no hace ruido, siente de lejos, huie, i se vá al fundo, i se embravece contra los que le buscan, i dá grandes golpes, i es su carne gruesa como de vaca⁴⁸ (HERRERA Y TORDESILLAS, 1944 [1601], pp. 99-100).

Diferentemente do relato sobre a coca, ao tratar do peixe-boi, o centro da narrativa é o animal, suas características e comportamentos. Mesmo a menção a sua carne somente é feita em

pretensão delinear o lugar dos seres vivos na cultura humana. Da mesma forma, como apontou Keith Thomas, o mundo natural servia de aporte para justificativas e compreensões do mundo social e cultural.

⁴⁶ (...) em todas as partes dessas têm os Índios grande prazer, em trazer na boca comumente, raízes, ramos, ou ervas; e do que usam em todo o Peru, é a coca: porque segundo dizem, sentem pouco a fome, e se encontram com grande vigor mascando-a sempre, ainda que mais parece costume, ou vício herdado: esta coisa se planta, e dá pequenas árvores, que se cultivam e dão de presente, e dão a folha como arrayán [espécie da família Myrtaceae], e seca em cestos, se leva a vender, e se tira muito dinheiro dela.”

⁴⁷ “(...) i de las vacas de la tierra, que tienen una corcova en el espinaço, i maior pelo en la parte anterior, los cuernos menores que las nuestras, i en ellas consiste la maior parte de la substancia de la gente, porque de la piel visten, i calçan, i hacen cuerdas, comen la carne, i hacen herramientas de los huesos.” (HERRERA Y TORDESILLAS, 1944, p. 96).

⁴⁸ “(...) Há ali pescados muito grandes, e em especial o manatí, que é o bezerro-marinho, que nada com tanta delicadeza, que ainda que seja muito grande, não faz barulho, sente de longe, foge, e se vai ao fundo, e se embravece contra os que lhe buscam, e dá grandes golpes, e é sua carne grossa, como de vaca.”

comparativo com a vaca, sem que seja feita qualquer referência aos usos dos animais pelos habitantes. A descrição do peixe-boi é minuciosa justamente por tentar enfatizar as singularidades⁴⁹ do animal, distinto daqueles encontrados na Europa e, por isso, digno de um lugar diferenciado na narrativa (se comparamos com outras menções a animais e a plantas de *Descripción*).

De maneira geral, Antonio Herrera y Tordesillas reproduziu os parâmetros e as tendências que guiaram a apreensão da fauna e da flora realizada por López de Velasco em seu *Sumario*: o espaço conferido a esses temas na narrativa foi reduzido e as menções, em geral, estavam associadas à noção de granjearia. No entanto, ao se pautar na estrutura da obra de Velasco, observa-se que em *Descripción de las Indias Occidentales*, Herrera dialogou, ainda que de forma limitada, com as perspectivas que coordenaram a produção dos documentos do *Consejo de Indias*. Características e princípios que nortearam tanto as *Ordenanzas Reales del Consejo de Indias* (1571) quanto as *Ordenanzas para la formación del libro de las descripciones de Indias* (1573) e a *Cedula, Instrucción y Memoria para la formación de las Relaciones y descripciones de los Pueblos de Indias* (o questionário de 1577) podem ser aproximadas das descrições elaboradas pelo cronista oficial. A perspectiva antropocêntrica e utilitária; a atenção conferida aos produtos medicinais (como ervas e resinas); a concepção de proveito no cultivo de determinadas plantas; a distinção entre as espécies próprias da terra e aquelas que eram originárias de Castela; a ênfase na adaptabilidade de determinadas espécies em solo americano; a distinção entre a fauna terrestre, aquática e aves; e a separação dos animais em categorias como domésticos e silvestres, entre outros, eram aspectos que, em maior ou menor grau, já faziam parte da documentação produzida décadas antes pela instituição responsável pela administração dos territórios ultramarinos e que constavam em determinados excertos da obra. Como evidenciamos no segundo capítulo, esses aspectos que conduziam a apreensão do mundo natural nos documentos do *Consejo* também dialogavam com tradições cognitivas de percepção da natureza americana e com aquilo que estava vinculado à área do saber da história natural.

Logo, ainda que mutilados (como fora também o *Sumario* de López de Velasco), os conhecimentos que poderiam ser associados à história natural não estavam ausentes do relato de *Descripción de las Indias Occidentales*. Não custa reafirmar que não se tratava de uma obra

⁴⁹ As singularidades apontadas por Herrera, ainda assim estavam sustentadas a partir de suas referências aos animais europeus, vacas e bois, uma vez que embora apontasse o diverso, essa percepção se ancorava na similitude, característica que estruturava o conhecimento europeu no período.

de história natural, no entanto, os saberes sobre a fauna e a flora americanas faziam parte de um repertório de informações e conhecimentos já estabelecidos nos relatos sobre as Índias Ocidentais. Além de ser uma obrigação – expressa nas ordenanças de 1571 – do cronista oficial abordar tais aspectos, eles conferiam legitimidade ao relato. Por isso, a presença⁵⁰ de partes dedicadas à temática não eram casualidade ou um elemento supérfluo da narrativa. A descrição (geográfica, física, natural e das condições encontradas) das Índias apresentava-se como requisito, como um preâmbulo necessário para familiarizar os leitores com os cenários onde se desenrolaram os feitos dos castelhanos, a história humana que tanto preocupava Herrera y Tordesillas. Ademais as diferentes edições e idiomas das traduções de *Descripción de las Indias Occidentales* revelam a importância e o interesse despertado em relação aos temas que a compunham para os leitores europeus⁵¹.

B. *Historia General de los hechos de los castellanos* e os relatos sobre os animais e plantas americanos

No entanto, estariam os relatos sobre os animais e as plantas do Novo Mundo elaborados por Antonio de Herrera y Tordesillas, circunscritos àqueles presentes em *Descripción de las Indias Occidentales*? A *Historia General de los hechos de los castellanos em las Islas, y Tierra Firme del Mar Oceano* constituiu uma obra monumental: milhares de páginas dedicadas ao período entre 1492 e 1554, ou seja, às décadas nas quais ocorreram os contatos iniciais dos espanhóis com os territórios americanos e as conquistas. Não apenas pela importância dos elementos que compunham a natureza americana, mas também pelas próprias fontes consultadas (e muitas vezes apropriadas) pelo cronista maior, as referências aos animais e às plantas (bem como outros aspectos naturais, tais como minérios, rios, relevo etc.) não se cessaram em *Descripción*. Os saberes e as informações vinculados ao campo da história natural continuam a fazer parte das páginas das oito décadas compostas.

⁵⁰ Ainda que se possa atribuir a presença de determinadas passagens às apropriações textuais efetuadas por Herrera da obra de López de Velasco, essas não eram feitas de maneira literal e desatenta, partiam de opções, seleções prévias do cronista, as quais não podem ser ignoradas.

⁵¹ Segundo Cuesta Domingo (2015, pp. 27-28), *Descripción de las Indias Occidentales* foi traduzida para o alemão (1631), holandês (1622), francês (1622), inglês (1625) e latim (1622). No entanto, no século XVII, as *Décadas* de Herrera apenas foram traduzidas integralmente para o francês em 1660 e 1671. As demais traduções foram feitas já no século XVIII. Isso evidencia o quanto as descrições gerais das Índias ainda tinham apelo entre os editores e os leitores estrangeiros. Tais informações, antes secretas, passaram a compor um repertório de saberes europeus sobre os territórios ultramarinos hispânicos.

Contudo, se comparamos o espaço conferido a esse tema, mais uma vez confirmamos a noção de História e as escolhas feitas por Herrera y Tordesillas. Os animais e as plantas surgem em momentos específicos da narrativa. Embora haja um considerável número de passagens que tocam a temática dos animais e das plantas existentes no continente americano (seja abordando uma espécie específica ou o a fauna e a flora de determinada região), quando comparadas ao conjunto da obra, observa-se uma diminuta atenção conferida a esse assunto. Cabe aqui, no entanto, assinalar algumas tipologias e alguns excertos para compreensão do papel da História Natural na crônica de Antonio de Herrera y Tordesillas. Não serão esgotadas as possibilidades de análise, apenas serão mostrados exemplos que evidenciam a percepção e a função atribuída a esses conhecimentos pelo cronista em sua obra.

Uma primeira categoria de apresentação do mundo natural por Herrera y Tordesillas estava estreitamente vinculada a seu objeto central de reflexão: “los hechos” dos castelhanos. Sendo o continente americano o espaço de ação dos castelhanos, foram frequentes as menções aos animais e às plantas que eram encontrados durante os feitos de tais homens, como parte do que viram ou interagiram. Por exemplo, na descrição do mercado de Tenochtitlán, Herrera se esforçou por relatar e caracterizar algumas das espécies comercializadas⁵², como a doninha apresentada com seu nome em nahuatl: *cuzatli*. Em outra passagem, no nono livro da década primeira, Antonio de Herrera y Tordesillas contava sobre a tentativa de encontrar ouro na província de Dabayba. No caminho percorrido pelos soldados de Vasco Nuñez de Balboa, teriam sido encontradas redes feitas pelos nativos para caçar os animais da região. Nessa oportunidade, o cronista aproveita para apresentar parte da fauna e caracterizá-la brevemente:

(...) hallaron los castellanos muchas redes de caçar animales, como venados, y puercos que tienen el ombligo en el espinaço, y por allí orinan, y otros animales menores que los puercos, cuya cabeça dicen que pesa tanto como todo lo demás, y no tienen hiel. Y pensando que aquellas redes eran de pescar, le llamo el río de las Redes⁵³. (HERRERA Y TORDESILLAS, 1601, p. 301)

Ainda que animais como a queixada (que já figurava em *Descripción de las Indias Occidentales*), um pequeno porco e os veados sejam nomeados e parte deles com algumas características apontadas, suas menções não tinham justificativas ligadas ao campo da história natural ou tampouco eram objetos da inquirição. A presença desses quadrúpedes se dava em razão da necessidade de explicar o nome conferido ao rio daquela região das Índias, por onde

⁵² Os capítulos XV e XVI do libro VII da segunda década de Herrera y Tordesillas foram dedicados à descrição dos mercados mexicanos. Neles é possível encontrar referências à plantas (ervas, sementes, hortaliças) e animais que eram vendidos nesses espaços e algumas breves descrições.

⁵³ (...) encontraram os castelhanos muitas redes de caçar animais, como veados e porcos que têm o umbigo nas costas, e por ali urinam, e outros animais menores que os porcos, cuja cabeça dizem que pesa tanto como todo o demais, e não têm biliar. E pensando que aquelas redes eram de pescar, chamou o rio de as Redes.”

passaram os espanhóis. Alguns dos excertos que mencionam animais e plantas americanos seguem essa lógica discursiva. A fauna e a flora figuram e auxiliam a compreender “los hechos”.

Em outros momentos, os animais e as plantas eram descritos em capítulos dedicados ao relato das práticas e dos costumes dos nativos, especialmente em relação a seus hábitos dietéticos e religiosos. Na terceira década, por exemplo, após apresentar alguns aspectos relativos aos sistemas de crenças dos habitantes de Castilla de Oro, o cronista oficial abordou suas atividades frequentes, entre elas a caça. Nesse momento, insere algumas informações sobre os animais e as árvores da região, inclusive uma descrição bastante interessante do gambá, mencionando seu hábito de comer galinhas e de trazer os filhotes em suas bolsas no ventre (HERRERA Y TORDESILLAS, 1601, p. 25). Ainda que trouxessem informações mais detalhadas que a simples menção de gêneros agrícolas ou a nomeação de espécies encontradas durante os feitos castelhanos, nesses casos, as narrativas sobre o mundo natural ainda ocupavam um papel complementar dentro do capítulo, cujo foco eram as ações e os costumes, não dos castelhanos, mas dos nativos – que, contudo, visavam legitimar as atitudes dos primeiros.

Não obstante, alguns capítulos foram elaborados com intenções distintas, tinham como objetivo complementar as informações já constantes em *Descripción de las Indias Occidentales* e traziam relatos acerca das condições de determinadas regiões, abarcando aspectos geográficos e as espécies ali encontradas. Geralmente, estavam esses apartados em meio à narrativa de algum “descobrimento” ou conquista, de determinada fundação de uma vila ou de uma ação de castelhanos em territórios ainda não expostos pelo cronista. Poderiam apresentar-se como capítulos dedicados exclusivamente à narrativa das particularidades da terra ou constar em meio a um capítulo que versava sobre outros temas. Porém, nesse último caso, as descrições da fauna e da flora estavam segregadas da narrativa – como uma parte específica do texto. Diferentemente do que ocorria no exemplo anterior, em que os espécimes da fauna e da flora americanas surgiam como um adendo ao acontecimento de modo a elucidar ou acrescentar informações que auxiliavam no entendimento do evento. Nos capítulos ou trechos dedicados à narrativa das particularidades de determinadas regiões, as descrições dos animais e das plantas eram mais cuidadosas, traziam comparações, analogias e dados referentes às características físicas (e comportamentais) das espécies. Também evidenciavam os usos, os benefícios e as relações estabelecidas entre os homens e tais seres vivos. Como exemplo, podemos citar o capítulo que trata da fundação de Coquimbo (região da Serena), no Chile, narrada no livro IX da Década VII. Após mencionar a fundação da

cidade por Pedro de Valdivia (1497-1553), Herrera y Tordesillas apresentou alguns dados referentes à localização, ao relevo e à hidrografia. Em seguida, relatava sobre a fertilidade da terra, sendo possível cultivar espécies de legumes, hortaliças e frutas. Segundo o cronista, ali também estavam disponíveis peixes para o sustento da população e em um morro próximo onde poderia ser explorada a mineração de ouro. Por fim, apresentava uma descrição minuciosa do carneiro das Índias (as lhamas)

(...) en todo el Reyno de Chile ay un genero de ovejas mansas, y montesses de hechura de camellos, y mayores que las de Castillas, su cuerpo de una vara de largo comúnmente, el cuello de tres quartas de vara, y más altas que las de Castilla, el labrio de arriba hendido, con el qual espelen su espuma contra quien las enoja, no tienen corcoba como camellos, y su carne es un poco mas seca que la del carnero de Castilla, su pasto es yerua, sus colores son comúnmente blancas, o negras, y algunas son zenicientas; las ovejas montesses son bermejas, un rubio aburielado claro, sus lanas son largas, blandas, lisas, lustrosas, y de mas precio que las lanas castellanas... desta lana de las ovejas de la tierra se hazen mantas que parecen chamelotes, lustrosas que las visten los ricos, enfrenanse en las orejas, en las cuales hazen un agujero, y meten un cordel delgado como tomiza, del qual tirando van a donde llevar⁵⁴... (HERRERA Y TORDESILLAS, 1615, pp. 246-247)

Não era a primeira vez que as lhamas surgiam na obra de Antonio Herrera y Tordesillas, em outras passagens os ruminantes andinos – vicunhas, lhamas, alpacas etc – já tinham sido citados e descritos, muitas vezes por meio de comparações aos carneiros, ovelhas e camelos (com destaque para menção no livro IV da quinta década que mencionaremos adiante)⁵⁵. Contudo, para abordar a fauna dessa região chilena, o cronista volta a tratar do animal, talvez, por encará-lo como elemento característico (particular) do cenário que se desenrolava as ações⁵⁶.

O capítulo seguinte, o terceiro do nono livro da década VII, intitulado “Que se prossegue nas particularidades da terra da Serena no Chile”, Herrera continuou a apresentar temas relativos ao campo da história natural: descreve o cultivo de cereais, sobretudo da

⁵⁴ “(...) em todo o reino do Chile há um gênero de ovelhas mansas e montesas do tamanho de um camelo e maiores que as de Castela, seu corpo de uma vara de extensão [pouco mais que um metro] comumente, o pescoço de três quartos de vara e mais altas que as de Castela. O lábio de cima cindido com o qual expelem uma espuma contra quem as irrita, não têm corcova como os camelos, e sua carne é um pouco mais seca que a do carneiro de Castela, seu pasto é erva, suas cores são comumente brancas, ou pretas, e algumas são cinzentas; as ovelhas dos montes são douradas, um amarelo amarronzado claro, suas lãs são longas, brandas, lisas e lustrosas, e mais caras que as de Castela, (...) desta lã das ovelhas da terra se fazem mantas que parecem os tecidos feitos com pele de camelo, lustrosas que as vestem os ricos, colocam freios nas orelhas, nas quais colocam uma corda fina... da qual disparando vão onde as querem levar ...”

⁵⁵ As lhamas são mencionadas desde a primeira década. Quando Nuñez de Balboa teve acesso às primeiras notícias sobre a região do Peru, além do ouro daquelas partes, também foram mencionados os animais de carga da região, denominados como ovelhas da terra. (HERRERA Y TORDESILLAS, 1601, v.1, p. 337).

⁵⁶ Não podemos também ignorar, que a presença da lhama no relato de Herrera se explique, talvez, em razão da fonte de informações utilizada pelo cronista. No entanto, não conseguimos rastrear os documentos utilizados por Herrera para escrever tais capítulos.

teca⁵⁷, e uma das plantas da região de Serena, a murtila (*Ugni molinae*). Embora a história de Herrera não possa ser classificada como uma obra de História Natural, as descrições de espécies como as lhamas ou a murtila evidenciam as conexões entre a escrita historiográfica e os diferentes tipos de história – como foi exposto na divisão elaborada pelo cronista, mencionada antes. Ainda que a História pudesse ser separada em diferentes ramos, o saber histórico abarcava não apenas as ações dos homens, mas a narrativa das coisas naturais, como definia Covarrubias na mesma época. A opção pela história humana feita por Herrera y Tordesillas encontrava seus limites, uma vez que o discurso histórico do período aglutinava aspectos que não eram essencialmente humanos.

Também são exemplos dessa abordagem da fauna e da flora por Antonio de Herrera y Tordesillas alguns capítulos da *Década III* dedicados às particularidades da Nicarágua e da Guatemala, nos quais há descrições de frutas, árvores, animais terrestres e aquáticos, aves etc. Tais passagens eram vistas como partes integrantes da história elaborada pelo cronista, sendo um dos itens a constar na construção de sua visão sobre cada território ultramarino da Monarquia. Ao tratar da ilha de San Juan, Herrera reconhecia que eram os animais, as plantas e os minerais partes integrantes de sua narrativa: “Y aviendose dicho acerca de la Historia natural, lo que ocurre de las otras partes de las Indias, también será a propósito dezir en este lugar, lo que ofrece de la isla de San Juan, a la qual dieron este apellido por Juan Ponce de Leon su primero pacificador...”⁵⁸ (HERRERA Y TORDESILLAS, 1601, p. 102). O cronista oficial admitia ter escrito sobre a História Natural de outros territórios, ou seja, que seus capítulos e excertos sobre as particularidades poderiam ser considerados como relatos de história natural, bem como ratificava a importância desse tema ser tratado para a região em questão. Logo, ainda que a história humana seja sua escolha, frente aos desafios de narrar sobre o Novo Mundo, o mundo natural inseria-se na narrativa como um dos quesitos para inteligibilidade desses territórios.

Após fazer tal asserção sobre a História natural da ilha de San Juan, apontou a localização de seus povoados, descreveu o clima e algumas condições para a pecuária e fez um relato detalhado sobre um fruto, a goiaba. Mencionou de algumas características dos povos nativos e dedicou o restante do capítulo a tratar da cidade de Porto Rico, elencando, entre as informações sobre essa localidade, informações sobre plantas cultivadas e árvores

⁵⁷ Segundo Torrejón e Cisternas (2002), a teca seria um cereal tradicional entre os mapuches, do qual se extraía uma farinha (Herrera apontava justamente essa característica da espécie), que, no entanto, deixou de ser cultivado no século XVIII.

⁵⁸ “(...) E tendo dito sobre a História Natural, o que ocorre em outras partes das Índias também será a propósito dizer neste lugar, o que se oferece a ilha de San Juan, à qual deram esse nome por Juan Ponce de Leon, seu primeiro pacificador...”

encontradas. Curiosamente, essa sequência de informações, a que Herrera y Tordesillas atribuía a designação de História Natural, assemelhava-se àquelas elaboradas por López de Velasco décadas antes. Não estamos aqui sugerindo uma apropriação textual como fizemos antes no caso de *Descripción*, o que destacamos são as similitudes organizativas ou de concepção em relação àquilo que deveria constar em uma história natural. Ora, ao analisarmos as tipologias existentes no texto de Herrera que tratam dos animais e das plantas americanos, notamos que há pontos de convergência com uma tradição de História Natural. Senão à tradição conectada aos estudos que se desenvolviam no continente europeu nesse campo de saber⁵⁹, ao menos estavam intimamente vinculadas aos parâmetros cognitivos já esboçados antes pelo *Consejo de Indias*, tanto nas ordenanças de 1573 quanto nos questionários de 1577. Havia, ainda que não explicitamente, na obra de Herrera, continuidades nos mecanismos e nos modos de conhecer as Índias Ocidentais. Neste sentido, o projeto iniciado na década de 1570 não pode ser considerado abandonado por completo: prosseguimentos podem ser percebidos na obra de Velasco e também nos escritos sobre o Novo Mundo de Herrera.

Ainda tratando das tipologias que podem ser traçadas em relação aos trechos sobre os vegetais e os animais das Índias Ocidentais encontrados em *Historia General de los Hechos de los Castellanos*, é necessário acrescentar mais uma à listagem já esboçada até aqui. Apesar de pouco frequentes, nas *Décadas* de Herrera também são encontrados capítulos dedicados exclusivamente à narrativa de alguma espécie ou ainda de animais e plantas de determinadas regiões. Os capítulos VIII e IX do quarto livro da Década Quinta são significativos desse modo distinto de tratar o assunto. O oitavo capítulo estava intitulado da seguinte maneira “O que eram os mitimaes do Peru, e como se serviam os incas deles, e em que, e de outras coisas naturais do Peru”. Apesar do capítulo VIII iniciar com uma caracterização da prática dos mitimaes no Peru⁶⁰, em sua parte final, o cronista propunha abordar os temas ligados à História Natural. Obviamente que a presença de trechos dedicados à flora em um mesmo capítulo com práticas nativas de organização populacional e dos modos de trabalho indicam que se tratava de um capítulo sobre as particularidades daquelas terras. No entanto, o modo como inicia sua abordagem sobre os vegetais sugere que ali se configura uma tipologia distinta.

⁵⁹ Como esboçamos antes, a História Natural europeia quinhentista e do início do século XVII caracterizava-se por seu aspecto descritivo. A tentativa de identificar e reconhecer o maior número de espécies possíveis por meio da descrição também conecta a obra de Herrera aos parâmetros que norteavam esse campo do saber no período (OGILVIE, 2006).

⁶⁰ Durante o período anterior à chegada dos Europeus, nas regiões sob o domínio inca, era comum a transferência compulsória de famílias de uma região para outra tendo como objetivo a prestação de atividades militares, agrícolas, pesqueiras etc. Essa prática era conhecida como *mitimay* (em quéchua).

Não há qualquer conectivo que ligue o tema dos mitimaes à História Natural, o que sugere que a organização num mesmo capítulo foi bastante casual ou relacionada às suas fontes de informação. Para iniciar sua abordagem sobre os vegetais peruanos, Herrera recorreu ao silêncio dos autores antigos como modo de justificar a validade de tais informações em sua narrativa: “Plinio, Dioscorides, y Theofrasto, ningun conocimiento tuvieron de la diversidad de frutas del Pirú, y de flores y otras cosas: y pues ha avido curiosos que han hecho tratados desto brevemente se tocan algo dello”⁶¹ (HERRERA Y TORDESILLAS, 1615, p. 121). Não por coincidência, foram enunciados pelo cronista as mesmas autoridades que, posteriormente, constaram em seu discurso sobre a utilidade da história – analisado nos parágrafos anteriores –, ou seja, autores greco-romanos que formavam a base dos saberes sobre História Natural durante o período renascentista. Eram esses escritores integrantes e expoentes de uma tradição compartilhadas pelos humanistas do século XVI, da qual Herrera se via também como herdeiro. A falta de referências nos clássicos da Antiguidade em relação ao mundo natural peruano (e americano como um todo) abria uma senda que deveria ser explorada, ainda mais porque o tema até então tinha sido tratado, segundo o cronista maior das Índias, apenas por curiosos.

A parte final do capítulo oitavo foi dedicada às árvores e demais plantas do Peru. Antonio de Herrera y Tordesillas mencionava algumas árvores, como cajá, pacay e luconia, cujas madeiras poderiam ser utilizadas. Em seguida, descreveu os cocos, palmas e árvores de amêndoas. Por fim, apresentava as flores, em especial a adaptação de algumas espécies europeias em solo americano. De maneira geral, o capítulo mescla a listagem de espécies com descrições acuradas, as quais envolvem comparações com espécies e referenciais do velho continente, atribuição de características físicas, menção dos modos de obtenção e dos possíveis usos. Algo que já se configurava nos demais relatos sobre a flora das diferentes localidades. Contudo, diferentemente de outros trechos, por congregarem mais espécies sendo relatadas, no capítulo é possível perceber mais claramente divisões e classificações esboçadas pelo autor⁶²: árvores e flores são duas categorias. Os vegetais também eram entendidos e

⁶¹ “Plinio, Dioscórides, e Teocrasto, nenhum conhecimento tiveram da diversidade de frutas do Peru, e de flores e outras coisas: e pois tendo havido curiosos que fizeram tratados disto, brevemente se tocarão algo disso.”

⁶² François Hartog (2014, p. 281) evidencia como a descrição também constitui uma introdução do taxonômico na narrativa, que não recorre à competência lógica, mas para a competência lexical e metalinguística do leitor. As descrições apresentadas tanto por López de Velasco, quanto por Herrera, podem ser entendidas dentro desse procedimento classificatório. Não atribuí aos autores a elaboração de um sistema de classificação tal qual, posteriormente, fora formulado por Lineu e outros naturalistas entre o final do século XVII e início do XVIII. Ao transpor os animais e as plantas para o papel, os cronistas oficiais também os ordenavam de modo a fazer sentido para os leitores a que se destinavam suas obras. Essas ordenações expressavam modos de entender a natureza, os quais dialogavam intimamente com as classificações das espécies esboçadas pela História Natural do período.

ordenados a partir de seus usos (madeira, alimentação, decoração) e origens (americanos ou europeus).

Ademais, o oitavo capítulo ganha uma relevância maior como uma parte concreta dedicada aos temas de História Natural ao analisarmos sua continuidade no capítulo nono, dedicado exclusivamente aos animais e aves do Peru. Sem nenhum preâmbulo ou introdução, Antonio de Herrera y Tordesillas iniciou esse apartado com a descrição dos micos dos Andes, que considerava como pertencente da “casta” dos macacos, embora com características diversas, como o rabo. Não se pode atribuir ao cronista a elaboração de um sistema de taxonomia propriamente dito – afirmação que seria um tanto anacrônica – porém é inegável a aproximação feita, de modo a tornar assimilável aqueles animais aos leitores. Ainda no que concerne aos micos, Herrera descreve seus comportamentos, especialmente o modo como esses animais se movimentavam por entre as árvores: os micos uniriam seus rabos de modo a formar uma corrente e superar distâncias maiores por meio do balançar, ou seja, seriam como trapezistas. A imagem formada pela narrativa, bastante inverossímil atualmente, nos recorda que o maravilhoso fazia parte mesmo do relato oficial, sendo também um componente que garantia certa legitimidade à história.

O segundo animal tratado no capítulo foi a vicunha. Foram descritas as características físicas (tamanho, pelo e cores), comportamentos, onde viviam e usos medicinais e de vestuário possíveis. Também descreveu as *tarigas* (ou tarugas, um tipo de cervo dos Andes) enfatizando características corpóreas e a virtude de suas pedras bezoares. Em seguida, dedicou-se a apresentar, novamente, as lhamas. Reiterou algumas informações já apontadas antes, como o tamanho, características da lã e da carne e utilidade para os grupos humanos. No entanto, foi seu uso como animal de carga o aspecto destacado neste relato sobre a espécie, diferentemente do exemplo mencionado anteriormente. Houve um esforço do cronista não apenas em quantificar a capacidade de carga e as distâncias percorridas, mas em apontar as vantagens desse animal. Além disso, neste trecho uma inversão interessante ocorre. Se na maior parte das vezes, os relatos sobre os animais e plantas são inseridos na narrativa como meio de elucidar os *hechos* dos castelhanos, no nono capítulo, a menção do sequestro de Atahualpa (1502-1533), serve para explicar um comportamento da espécie – a fuga de um animal carregado com o ouro dos incas exemplifica o que Herrera afirmava sobre os quadrúpedes americanos. Após o relato sobre as lhamas, o cronista maior ainda abordou os pacos, outra espécie dos Andes, enfatizando aspectos relativos ao seu comportamento.

Associadas às espécies descritas antes, Herrera y Tordesillas prosseguiu seu capítulo apresentando as pedras bezoares⁶³: onde se encontravam, características, tipos e virtudes, bem como a tendência de alguns nativos em falsificar esse produto em razão da estima que havia entre os espanhóis.

Após suas considerações sobre as bezoares, o cronista passou a tratar das aves com breves descrições das espécies encontradas

(...) ay en el Piru los Tominejos, tan pequenos que son paxaros y se duda, si son abejas, o mariposas, los condores son grandísimos, que tienen tanta fuerza, que abren una ternera y se la comen: las auras o gallinazas son generos de cuervos, son ligeras y de aguda vista, hazen noche en el campo, y las mañanas van a la ciudades, y desde los más latos edificios atalayan para hacer presa: las huacamayas son mayores que los papagayos son preciados por la lindeza de sus plumas...⁶⁴ (HERRERA Y TORDESILLAS, 1615, p. 124).

Descreve ainda o guano produzido pelas aves em algumas ilhas e seu uso como adubo na agricultura, tal qual já havia sido feito antes por Acosta. Tanto nas descrições dos macacos, quanto dos quadrúpedes e das aves, nota-se que os referenciais estabelecidos pelo autor por meio de comparações, aproximações e menções eram europeus. Em sua História Natural, já no início do século XVII, portanto passados mais de cem anos dos contatos iniciais, havia ainda a tentativa de inserção de tais espécies no repertório de saberes ocidentais, porém a partir de parâmetros que permaneciam oriundos do velho continente. Conforme pontua a historiadora Janice Theodoro (1992, p. 63)⁶⁵:

O olhar do europeu sobre a natureza apesar de procurar o novo – realiza-se enquanto unidade discursiva, estruturando velhas significações. As referências europeias constituem-se no centro organizador da descrição que ordena as espécies. Assim o imaginário europeu permite à natureza americana ser reconhecida e hierarquizada segundo padrões estabelecidos pela metrópole.

⁶³ Sólidos petrificados que se forma no estômago e intestinos dos quadrúpedes, que no período eram consideradas como antídotos aos venenos.

⁶⁴ “(...) há no Peru os beija-flores tão pequenos que são pássaros, e se duvida se são abelhas ou mariposas, os condores são grandísimos, que têm tanta força, que abrem uma vitela, e a comem: os urubus são do gênero dos corvos, são rápidas, e de visão aguda, fazem noite no campo, e às manhãs vão para as cidades, e desde os altos edifícios observam para fazer presa, as araras são maiores que papagaios, são apreciados pela beleza de suas plumas

⁶⁵ Uma explicação bastante próxima também estabelece Peter Dean (2007, 1992) ao analisar a História Natural e o entendimento das espécies americanas. Para o autor, os conhecimentos eram levados de volta à Europa e incluídos no compendio de verdades que constituía o legado do saber europeu. Todas essas novidades não alteravam verdades universais, sendo saberes ligados a particularidades das espécies, na visão dos estudiosos do período.

Logo em seguida a sua explanação sobre as aves, Herrera se deu por satisfeito em sua abordagem da História Natural do Peru. Porém, antes de seguir seu relato⁶⁶, fez uma confissão que nos ajuda a entender o papel dos relatos sobre os animais e as plantas em sua *Historia General de los hechos*: “(...) y esto baste por cumplir con la Real Instrucción que manda, que se trate en esta historia de cosas naturales de las Indias, pues muchos han escrito particulares tratados dellas”⁶⁷ (HERRERA Y TORDESILLAS, 1615, v.3, p. 124). Quais seriam essas instruções que deveriam ser cumpridas?

Certamente, Herrera estava referindo-se às ordenanças de 1571 e 1573 – que tinham caráter de lei e ainda vigoravam (as ordenanças de 1571 apenas foram alteradas em 1636). Em ambas as determinações, definia-se como responsabilidade do cronista maior escrever a história natural das Índias Ocidentais. Tal tarefa havia sido conduzida por Juan López de Velasco em suas obras. No capítulo anterior, evidenciamos como os mesmos parâmetros e conceitos que delimitavam os saberes sobre a fauna, a flora e os minerais estavam presentes em *Geografía y Descripción Universal* e na documentação produzida pelo *Consejo de Indias*, caracterizada pelo projeto ovandino de reestruturação da instituição. O excerto de Herrera e mesmo suas considerações sobre os animais e as plantas analisados antes mostram que essa obrigação não cessou, continuava a ser uma incumbência do cronista maior da Índias. Observa-se, portanto, uma continuidade no modelo de História Natural estabelecido décadas antes.

Antonio de Herrera y Tordesillas deixava claro que aquilo que compreendia como História Natural estava presente em sua obra, porém não o fazia por vontade ou escolha teórica, mas por dever relacionado ao cargo que cumpria. Neste sentido, duas questões devem ser formuladas: qual o papel e como se configurava a História Natural nas obras de Antonio de Herrera y Tordesillas sobre o continente americano? Por que essa “antipatia”, ou melhor, essa visão pouco interessada nos temas ligados à História Natural?

Para responder a primeira pergunta, é necessário sintetizar algumas das considerações já esboçadas. Primeiramente, as informações relativas aos animais, às plantas e aos demais aspectos do mundo natural das Índias Ocidentais surgiam, sobretudo, de modo a caracterizar um cenário onde se desenrolavam os *hechos* dos castelhanos. Era preciso apresentar aqueles

⁶⁶ O capítulo IX não se encerra com essa passagem transcrita. Depois dessa “confissão”, Herrera y Tordesillas elabora uma reflexão sobre a presença de determinados animais, sobretudo os terrestres e silvestres, nas Índias Ocidentais. Sua conclusão se aproxima das considerações elaboradas, décadas antes, por López de Velasco e José de Acosta, deveria existir uma ligação entre o velho e o novo mundo, pela qual passaram tais animais. O cronista finaliza seu capítulo tecendo apontamentos acerca da adaptação e cultivo de plantas castelhanas em solo americano, bem como da criação de animais domésticos oriundos da Espanha.

⁶⁷ “(...) e isto é suficiente por cumprir com a Real Instrução, que manda que se trate nesta história das coisas naturais das Índias, pois muitos escreveram tratados particulares delas.”

territórios aos leitores, de modo a torná-los familiares aos que, como Herrera, nunca haviam pisado no continente americano. As breves descrições, acompanhadas de informações sobre a localização das províncias, das audiências e dos vice-reinados cumpriam esses objetivos e por isso constavam na *Descripción de las Indias Occidentales* e explicavam as apropriações do autor na elaboração (reprodução) dessa obra.

Um segundo ponto já mencionado refere-se ao fato de que as descrições de animais e de plantas pertenciam a uma tradição discursiva ligada às narrativas sobre o Novo Mundo. Herrera y Tordesillas em diferentes momentos afirmou que as particularidades e a História Natural de alguns dos territórios americanos já tinham sido alvo de interesse e de escrita de outros autores corrobora essa asserção. Eram as descrições da fauna e da flora (em suas comparações, analogias, aproximações, identificações, atribuições de usos etc.) componentes essenciais dos relatos sobre a quarta parte do mundo, eram procedimentos que compunham aquilo que Hartog (2014, p. 242) definiu como retórica da alteridade, meios pelos quais os narradores traduziam e fabricavam o outro (nesse caso, um continente distinto daquele conhecido pelos europeus). Presentes já nas primeiras crônicas que narravam os acontecimentos ultramarinos – como é o caso de Anglería –, as descrições de animais e plantas tornavam a narrativa não somente mais assimilável, mas aumentavam seu grau de confiabilidade, inseriam as *Décadas* de Herrera em um conjunto de obras e saberes sobre a América já referendados e consolidados. Assim, a inserção desses aspectos estava, na maior parte das vezes, vinculada à legitimação discursiva do que aspectos pragmáticos concretos, como a busca por novos recursos naturais.

O modo como se configuravam as menções e as descrições dos animais e das plantas americanos também e o seu papel podem estar estreitamente vinculados às fontes utilizadas pelo autor. Sabemos que as apropriações textuais de Herrera foram constantes, bem como de que havia um entendimento da crônica oficial enquanto uma tarefa de cunho coletivo, em que o cronista nomeado em 1596 se via como continuador do trabalho desenvolvido por seus antecessores. No entanto, é difícil precisar todas as suas fontes de modo a esboçar uma arqueologia das descrições da fauna e da flora e do conceito de História Natural. É inegável, no entanto, as convergências que podem ser estabelecidas entre as obras de Velasco e Herrera, que indicam, evidentemente, apropriações textuais, mas também o compartilhamento de um mesmo projeto de História Natural. Se houve apropriações evidenciadas ou implícitas, como apontam alguns especialistas (CUESTA DOMINGO, 2015, p.47), estas foram importantes na configuração dos saberes sobre os animais e as plantas contidos em *Historia General de los Hechos de los Castellanos*.

Em quarto lugar, não podemos esquecer que se tratava do cumprimento de uma ordem já estabelecida décadas antes. Era dever do cronista recopilar e coletar

(...) la historia natural de las yerbas, plantas, animales, aves, y pescados, y otras cosas dignas de saberse, que en las provincias, islas, y mares, y ríos de las Indias hubiere, según que lo pudiere hacer, por las descripciones y avisos que se enviaren de aquellas partes, y por las más diligencias que con autoridad nuestra, y orden del consejo se podrán hacer⁶⁸ (CONSEJO DE INDIAS, 1585)

Com requinte ou não, Herrera sujeitava-se a tal tarefa e a realizava de acordo com aquilo que a lei determinava.

Por conseguinte, a História Natural cumpria diferentes papéis nas histórias de Herrera, porém em todos os casos apresentava um caráter legitimador da narrativa (seja porque estava cumprindo com determinações vinculadas a suas funções, seja porque era um elemento essencial e característico da crônica das Índias). Também era a História Natural necessária para tornar os relatos ali presentes inteligíveis aos leitores a que se destinavam as *Décadas*.

A segunda questão não pode ser respondida adequadamente sem retomarmos algumas de suas asserções presentes nos discursos. Lembremos que Antonio de Herrera y Tordesillas almejava escrever uma história cuja inspiração vinha das obras de Guicciardini. Dizia, como pontuamos antes, que existiam três tipos de história: aquelas escritas por maus historiadores que sintetizavam os fatos de modo a distorcer seus aspectos morais; as que se limitavam a descrever as coisas e eventos; e as que escreviam sobre os acontecimentos importantes do passado, não apenas descrevendo aquilo que ocorrera, mas também explicando e, por isso, permitindo que a leitura da história também fosse um mecanismo para obtenção de prudência e ensinamentos. Era o último tipo de História a que perseguia Herrera, um tipo de narrativa que permitia a aquisição de experiência política por meio da leitura dos eventos do passado, mas que também era em si mesmo um objeto de ação político. Toda sua história havia sido escrita com objetivos políticos claros e com a tentativa de construção de uma representação das ações da Monarquia Hispânica condizentes com as aspirações da Coroa. Por isso a escolha da história humana, evidenciada já nos seus discursos.

Por outro lado, a História Natural estava marcada pelo seu caráter descritivo; Covarrubias e outros contemporâneos já haviam destacado esse aspecto. Por ser essencialmente descritiva, esse ramo da História era vista por Antonio de Herrera y

⁶⁸ “(...) a história natural das ervas, plantas, animais, aves, e pescados, e outras coisas dignas de se saber, que nas províncias, ilhas, e mares, e rios das Índias houver, segundo o que puder fazer, pelas descrições e avisos que se enviarem daquelas partes, e por as mais diligências que com nossa autoridade, e ordem do *Consejo* se poderão fazer”.

Tordesillas como inferior ou secundário em relação às narrativas que propunha estabelecer. Isso explica, em certa medida, a negligência e o pouco espaço conferido pelo cronista ao mundo natural (enquanto objeto de investigação). Também explica porque Herrera reforçou que determinados trechos ali constavam para cumprir uma ordem, como funcionário não poderia ser totalmente negligente às suas funções, uma vez que dependia também das mercês que lhe poderiam ser conferidas.

Portanto, embora possamos traçar uma continuidade entre as determinações e projetos estabelecidos na década de 1570 em relação à História Natural, aquilo que realizou Antonio de Herrera y Tordesillas foi bastante aquém do que era esperado inicialmente. Poderíamos, então dizer que a História Natural das Índias no início do século XVII não despertava mais interesse dos letrados e leitores, bem como da Monarquia? Certamente não, a própria trajetória de *Descripción de las Indias Occidentales* refuta tal afirmação. Suas diferentes edições e traduções mostram que os aspectos naturais do continente americano (como um todo) despertavam atenção para além das fronteiras sob o governo dos Austrias. Além disso, medidas posteriores tomadas pelo *Consejo de Indias* evidenciam que os animais, as plantas e os minerais ainda eram objetos de interesse, cujo saber deveria estar inserido nas estruturas burocráticas da instituição.

No início do capítulo, foi mencionado que a crônica oficial erigia-se como um espaço de disputas, sobretudo, a partir da nomeação de Pedro de Valencia. O papel conferido às informações e aos saberes relativos ao mundo natural talvez sejam caminhos para entender tais combates e visões que diferentes grupos almejavam construir em torno das Índias Ocidentais.

No entanto, deixemos os cronistas em espera. Antes de analisarmos as oposições que permeavam a história oficial, dediquemos nossas atenções ao primeiro questionário enviado ao continente americano no século XVII. Por meio de seu exame será possível avaliar se os animais e as plantas ainda faziam parte dos interesses do *Consejo de Indias* (e da Monarquia, por consequência).

4.2 Interrogatorio para todas las ciudades, villas y lugares de españoles y pueblos de naturales de las Indias Occidentales (1604)

Antonio de Herrera y Tordesillas dispunha de acesso a uma vasta quantidade de documentos depositados no *Consejo de Indias*, os quais foram parcialmente utilizados na composição de seus escritos sobre os territórios ultramarinos. No entanto, ao contrário de seu antecessor, Herrera não se preocupou com a requisição e a produção de informes que servissem de auxílio para o cumprimento de suas obrigações, especialmente no que concerne à escrita de sua crônica. Nas décadas de 1570 e 1580 foram diversos os pedidos de envio de documentos, notícias e relações pelas autoridades indianas. Porém a última requisição de informações por meio de questionários padronizados enviados a diferentes partes das Índias Ocidentais havia ocorrido em 1584, ou seja, ainda durante o período em que Juan López de Velasco atuava como cosmógrafo e cronista maior. O documento impresso e enviado em 1584 reproduzia quase que por completo as orientações e demandas do questionário de 1577, como foi analisado no segundo capítulo. Desde o final da década de 1570 e, sobretudo, ao longo da década de 1580, o *Consejo de Indias* recebeu as respostas originadas dessas duas iniciativas. Milhares de páginas oriundas de diferentes localidades americanas, compostas por autores com formações diversas, contendo informações variadas sobre diferentes aspectos das Índias Ocidentais, chegaram à corte. Essa documentação – conhecida como *Relaciones Geográficas* ou *Relaciones de Indias* –, ainda que massiva, permaneceu como papéis acumulados no *Consejo* durante séculos, não sendo utilizada nem por López de Velasco, tampouco por Herrera y Tordesillas⁶⁹.

Em relação aos conhecimentos sobre os animais e as plantas que estavam presentes nessas respostas enviadas, a historiadora Raquel Álvarez Peláez (2000) realizou um estudo, ainda que de caráter essencialmente descritivo, das principais características, saberes e informações relativos à natureza e medicina das *Relaciones de Indias*. Por meio da leitura de algumas dessas respostas é possível perceber que as perguntas relativas à temática de História Natural foram respondidas em considerável parte das relações. O papel e a função de tais

⁶⁹ Não é possível afirmar com certeza que Herrera não consultou essas fontes para a composição de sua obra, uma vez que teve à sua disposição o arquivo do *Consejo de Indias*. No entanto, tendo em vista a forma como estavam estruturadas suas menções sobre os animais e as plantas, se o cronista fez uso dessas fontes, foi em casos bastante limitados e a cognição da natureza americana se dava mais em diálogo com um repertório de saberes já compartilhados pelos leitores europeus que na inclusão de novidades, como pontuamos antes.

respostas dentro da estrutura administrativa ainda são difíceis de precisar, especialmente, se buscamos finalidades pragmáticas para essa documentação⁷⁰.

De qualquer forma, as *Relaciones de Indias* passaram a compor o arquivo do *Consejo de Indias*, contudo, com o transcorrer dos anos, tornaram-se obsoletas. Não eram capazes de fornecer mais a *entera noticia* esperada e vista como indispensável para resolver os assuntos das Índias. Passados vinte anos, um novo questionário, provavelmente elaborado pelo cosmógrafo maior das Índias Andrés García de Céspedes (VILAR, 1970, p. 258), foi escrito em 1604, ficando conhecido por *Interrogatorio para todas las ciudades, villas y lugares de españoles y pueblos de naturales de las Indias Occidentales, islas y Tierra Firme: al cual se há satisfacer, conforme las preguntas siguientes, habiendolas averiguado em cada Pueblo com pontualidade y cuidado*. Esse documento foi impresso e continha a assinatura do então presidente do *Consejo de Indias*, o Conde de Lemos y Andrade.

Para Sylvia Vilar teria sido a leitura das respostas obtidas anteriormente com os questionários de 1577 e 1584 o motivo para a elaboração dessa nova solicitação, uma vez que elas se mostravam falhas e lacunares nos saberes necessários pelo *Consejo de Indias*. A argumentação exposta por Pedro de Valencia no *Discurso del Conde de Lemos sobre la Provincia de los Quijos*, analisada no primeiro capítulo da tese, corrobora para a interpretação de Vilar. Valencia admitia a desatualização dos conteúdos das respostas enviadas, porém dizia que ainda assim os questionários eram estratégias essenciais para manutenção da unidade das diversas e afastadas regiões sob o domínio da Monarquia Hispânica (“las noticias que son menester para unir com la prudência regiones tan espaciosas y apartadas de la cabeça de su Imperio”⁷¹).

Outra perspectiva é apontada pelo historiador Francisco de Solano: ao analisar a significação e a tipologia dos diferentes questionários enviados entre o século XVI e XVIII pela coroa espanhola, esse historiador afirma que diferentemente do que ocorrera nos quinhentos, quando as informações solicitadas pelos questionários visavam atender necessidades administrativas e, por isso, eram mantidas circunscritas às esferas burocráticas, as demandas dos séculos XVII e XVIII foram utilizadas para obtenção de conhecimentos cujos objetivos também envolviam sua divulgação para além das instituições de governança,

⁷⁰ A análise do vasto material que compõe as *Relaciones*, formadas pelas respostas dos questionários de 1577 e 1584, ainda que contribua para nossa pesquisa, não faz parte de nossos objetivos. O cerne de nossa investigação são as representações e conhecimentos constituídos pelas crônicas oficiais, nesse sentido, as relações têm relevância secundária, apenas como fontes dos cronistas das Índias. Uma revisão da análise de Raquel Álvarez ainda é necessária, a partir das reflexões recentes da historiografia da ciência.

⁷¹ “(...) as notícias que são necessárias para unir com prudência regiões tão dispersas e afastadas da cabeça de seu império” (BRME, I.III.3).

como uma forma de prover informações e saberes que serviam de base para constituição de uma imagem da monarquia e de suas possessões. Logo, refletindo também a mudança da política de sigilo que já havia impactado a crônica oficial. A ausência de qualquer menção à questão de segredo, no que concerne às respostas, corrobora essa interpretação.

Não há como se estabelecer as razões precisas que motivaram o envio desse novo questionário, uma vez que não foram expressas na documentação. No entanto, é inegável uma iniciativa de reestruturação, frente aos modelos anteriores, representada pelo questionário de 1604.

O *Interrogatorio para todas las ciudades, villas y lugares de españoles y pueblos de naturales de las Indias Occidentales, islas y Tierra Firme*, assim como seus antecessores, foi enviado às diferentes partes das Índias Ocidentais. Continha 355 questões referentes aos mais variados assuntos: sobre a constituição das cidades, vilas e povoados, bem como os ofícios e tributações existentes; relativas aos povoados indígenas; sobre aspectos geográficos e militares, relativos às atividades produtivas; e sobre as atividades eclesiásticas e universitárias das províncias e vice-reinos. O *Interrogatorio* de 1604 era composto por perguntas mais objetivas, fechadas e quantitativas se compararmos aos modelos anteriores. Exigia, portanto, uma menor capacidade descritiva e narrativa do indivíduo que o respondesse.

Seu título completo revela algumas das intenções e das divisões essenciais que estruturavam o documento, bem como evidencia as instruções de como proceder em relação às respostas. Estava destinado não apenas aos povoados, vilas e cidades habitados por espanhóis, mas também aos congêneres indígenas – a segmentação povoados espanhóis e povoados indígenas parece ser o eixo fundamental para a cognição daquelas partes. As respostas deveriam ser cuidadosas e confirmadas, replicando exatamente aquilo que era estabelecido pelas perguntas contidas no documento.

A análise da organização do questionário evidencia que as perguntas não estavam agrupadas ao acaso, porém não eram reunidas em conjuntos temáticos evidenciados e específicos. Em um primeiro momento abordavam-se características mais gerais da vila ou da cidade, aspectos relativos à sua situação (geográfica, histórica, jurisdicional, demográfica e de organização). Em seguida, questionava-se sobre os funcionários régios presentes, sobre as encomendas e as formas de tributação dos nativos. Depois sobre os elementos relacionados à propriedade das terras em conjunto com algumas perguntas sobre características culturais dos povos indígenas. As questões seguintes eram demográficas, versavam sobre os diferentes grupos étnicos que habitavam cada região. Logo adiante, eram os ofícios a que se dedicavam os homens os alvos da inquirição. Na metade do questionário eram abordados aspectos

vinculados à geografia e ao mundo natural americano – não apenas a descrição daquilo que existia, mas de seus possíveis proveitos. Perguntas relativas à defesa e às artes militares vinham em seguida, sucedidas por aquelas sobre os novos descobrimentos e a mineração (incluindo a exploração de outros recursos minerais além da prata e do ouro). O questionário de 1604 encerrava-se com as questões voltadas para os assuntos eclesiásticos, educacionais e de conversão dos gentios. Abordavam-se, assim, os aspectos mais essenciais relacionados à ocupação, colonização, administração e exploração dos elementos naturais e humanos existentes nas Índias Ocidentais.

No que concerne às questões relativas ao mundo natural, as perguntas estavam agrupadas de acordo com as atividades humanas relacionadas às espécies. Não foram reunidas em um conjunto temático específico, como ocorrera em 1577, estavam distribuídas entre diferentes atividades econômicas ou de acordo com o ambiente em que o ser vivo estava inserido. Por exemplo, ao abordar a fertilidade das terras e os montes existentes, o *Interrogatorio* indagava sobre alguns vegetais:

- 134. Qué géneros de árboles se crían en ellos;
- 135. Que bellota o fruta silvestre en los árboles;
- 136. Que provecho se saca de todo, y de la madera y leña⁷² (CONSEJO DE LAS INDIAS, 1988 [1604]).

Logo em seguida, perguntava-se sobre o clima e as enfermidades e, novamente eram retomadas as questões sobre as plantas, especialmente, ervas usadas como remédios.

- 142. Qué yerbas, raíces, piedras, fuentes o baños medicinales;
- 143. Qué género de enfermedades se curan con cada cosa de éstas⁷³ (CONSEJO DE LAS INDIAS, 1988 [1604]).

Outras indagações acerca da flora somente seriam feitas ao tratar de temas ligados à agricultura.

- 169. Quais sementes se semeiam e colhem neste povoado, e com quais cultivos e benefícios;
- 170. Como chegam o trigo, milho, cevada e os demais legumes;
- 171. Que hortaliças e frutas naturais das Espanha se colhem;
- 172. Que outras frutas se colhem da própria terra e qual qualidade e virtude se encontra nelas;
- 173. De que gênero de frutas e sementes tem maior fertilidade e abundância⁷⁴ (CONSEJO DE LAS INDIAS, 1988 [1604]).

⁷² “134. Quais gêneros de árvores se criam neles [nos montes]; 135. Que bolota ou fruta silvestre [há] nas árvores; 136. Que proveito se obtêm de todo, e da madeira e lenha.”

⁷³ “142. Quais ervas, raízes, pedras, fontes ou banhos medicinais; 143. Qual tipo de doenças são curadas com cada coisa dessas”.

⁷⁴ “169. Qué semillas se siembran y cogen en este pueblo, y con qué labranza y beneficio; 170. A cómo acuden el trigo, maíz, cebada y las demás legumbres; 171. Qué hortaliza y frutas naturales de España se cogen; 172. Qué otras frutas se cogen de la propia tierra, y qué calidad y virtud se halla en ellas; 173. De que género de frutos y semillas tiene mayor fertilidad y abundancia.”

Com relação à fauna, o *Interrogatorio* de 1604 também apresentava a mesma dispersão. Os animais aquáticos, por exemplo, foram abordados em três diferentes momentos: nas questões sobre os rios, naquelas acerca das lagoas e ainda nas perguntas ligadas ao mar (149, 158, 211 e 212, respectivamente).

149. Qué pescados se crían en él [río] y de qué calidad y provecho;
 (...) 158. Qué pescados se crían en ellas [lagunas], y de qué calidad y género;
 (...) 211. Qué género de pescados se crían [mar] conforme a los de España;
 212. Si hay ballenas grandes o pequeñas, y si las matan y sacan algún aceite y aprovechamiento de ellas (CONSEJO DE LAS INDIAS, 1988 [1604])⁷⁵.

Continuando a listagem de perguntas, a 213 versava sobre os instrumentos de pesca utilizados pelos espanhóis e indígenas. Nota-se, sobretudo na questão 211, que a referência para compreensão dos pescados ainda estava centrada no continente europeu. A utilização do termo pescado, recorrente também em outros documentos produzidos pelo *Consejo* designava o conjunto de espécies que habitavam ambientes aquáticos (oceanos, mares, rios, lagoas etc.). Assim, as baleias (sua caça e o óleo retirado de seu corpo), embora mamíferos, eram tratadas junto com os pescados marinhos. Em documentações similares, também eram enquadrados sob a designação de pescados tartarugas, jacarés, crocodilos, caranguejos etc. O emprego de uma categoria ampla como “pescados” possibilitava respostas que abarcassem uma variedade considerável de seres vivos.

Questionamentos sobre demais animais foram feitos em uma parte dedicada a quantificar os gados e outros quadrúpedes relacionados à pecuária e em um apartado destinado às espécies venenosas (incluindo as ervas e frutas).

203. Qué mulas y caballos se crían en este pueblo y su distrito, y de qué calidad, bondad y precio;
 204. Qué caza de volatería y montería mayor y menor tiene este pueblo en su distrito, en tierra, monte o llano;
 205. Qué aves y animales hay en este pueblo y su distrito, conforme a los de España;
 206. Cuáles disconformes y diferentes, bravos o domésticos;
 207. Qué animales y sabandijas ponzoñosas hay en este pueblo y su distrito;
 208. Qué yerbas y frutas ponzoñosas;
 209. Qué contrayerbas y remedios.⁷⁶ (CONSEJO DE LAS INDIAS, 1988 [1604]).

⁷⁵ “149. Quais pescados criam-se nele e de que qualidade e proveito; (...)158. Quais pescados se criam nelas e de que qualidade e gênero; (...)211. Que tipo de pescados se cria conforme aos da Espanha; 212. Se há baleias grandes ou pequenas, e se as matam e tiram algum óleo e aproveitamento delas.”

⁷⁶ “203. Quais mulas e cavalos se criam neste povoado e seu distrito, e de que qualidade, bondade e preço; 204. Que caça de aves e de animais maiores e menores tem este povoado em seu distrito, na terra, monte ou plano; 205. Quais aves e animais há neste povoado e seu distrito, conforme aos da Espanha; 206. Quais são os diversos e diferentes, selvagens ou domésticos; 207. Quais animais e insetos peçonhentos há neste povoado e seu distrito; 208. Quais ervas e frutas venenosas; 209. Que ervas são antídotos e remédios.”

Havia uma distribuição dos elementos de inquirição de acordo com os ambientes a que pertenciam determinadas espécies, sendo os animais terrestres e aqueles com capacidade de voar reunidos num mesmo conjunto de questões. Essa não era uma estratégia recente nas práticas do *Consejo de Indias*. Recordemos que em *Epítome y breve suma del tratado de los tres elementos* Juan López de Velasco já delineava, inspirado por Tomás López Medel, uma separação da fauna e da flora americanas de acordo com o ambiente em que se inseriam. Era um entendimento recorrente em relação à natureza, referendado, inclusive, por argumentos religiosos: entre os primeiros versículos que compõem o livro Gênesis, uma classificação inicial foi estabelecida, pautada na ordem da criação, mas também nos espaços que viveriam os seres criados. Obviamente, ao compor o *Interrogatorio*, Céspedes provavelmente não estaria consultando a Bíblia para esboçar classificações e entendimentos, porém tratava-se de uma divisão consagrada e compartilhada pelos sujeitos responsáveis pela elaboração das respostas, tornando as perguntas inteligíveis, sendo um elemento a mais para um possível êxito das intenções – os questionários dos séculos XVI e XVII eram enviados a não especialistas, sendo que o sucesso ou o fracasso desse mecanismo estava diretamente vinculado à linguagem e à estrutura da lista de perguntas, como apontou Vilar (1970).

Além da separação por ambiente, as plantas e os animais estavam também divididos de acordo com suas relações com os homens. Repetem-se critérios como doméstico/selvagem, oriundos da Espanha (Europa)/próprios da terra, que já constavam em outras demandas e documentos produzidos pelo *Consejo*, inclusive, presentes nas crônicas oficiais. O adjetivo venenoso (peçonhento) é adicionado nessa classificação, uma vez que não constava nenhum tipo de especificação relativa à peçonha de animais e de plantas nos modelos anteriores. Talvez esse acréscimo seja resultado de mais informações disponíveis sobre as espécies existentes no continente americano, incluindo seus malefícios e perigos⁷⁷.

No que concerne às plantas, havia a separação entre árvores, ervas, hortaliças, sementes e legumes, um entendimento já presente em outras determinações e pautado parcialmente nas características físicas dos vegetais, em parte em sua utilidade. Algumas plantas de grande valor econômico eram mencionadas nominalmente em determinadas perguntas. Nessa categoria se enquadram a cana-de-açúcar, o algodão, o agave e o cânhamo; todos eles produtos de interesse comercial para a Monarquia. A fauna, por sua vez, também

⁷⁷ Outra possibilidade interpretativa em relação ao aparecimento dessa nova categoria de percepção da natureza está conectada às leituras religiosas da natureza. Segundo Keith Thomas (1988, p. 25), durante o século que se seguiu às Reformas religiosas fora enfatizado o estado decadente e miserável do mundo natural. Salientando o pecado original, a natureza era vista como obstáculos que Deus tinha colocado no caminho dos homens e estava longe de ter uma feição ideal. Essa visão bastante pejorativa do mundo natural, encarado como empecilho humano, pode ter colaborado para o destaque dado no questionário aos animais venenosos.

repetia essa compreensão: estava repartida em animais, aves, pescados e insetos, também havia a diferenciação entre aqueles de rebanho e os que eram objeto de caça. Se a História Natural, enquanto disciplina autônoma e consolidada no século XVIII, tinha uma motivação inicial de teor prático e utilitário; o controle da natureza por meio do conhecimento, visando seu uso em benefício humano, era um argumento usual daqueles que são tidos pela historiografia tradicional como referências da chamada Revolução Científica (THOMAS, 1988, pp. 32-33). Os documentos expedidos pelo *Consejo de Indias*, ainda que tivessem fins bastante específicos, não permaneciam descolados de um cenário cognitivo que mediava as relações entre o homem e o mundo natural. Uma perspectiva utilitária coordenava o *Interrogatorio*, fazendo com que as espécies fossem compreendidas por meio de suas relações e benefícios aos humanos, como já ocorria nas versões anteriores desse tipo de documentação.

Embora este olhar antropocêntrico seja predominante, ou seja, eram as atividades dos grupos humanos que coordenavam a apreensão dos animais e das plantas, é importante ressaltar que o conhecimento sobre a fauna e a flora americanas ainda constava entre os interesses da monarquia. Não é explicitado, como anteriormente foi feito (1573), uma concepção de História Natural, no entanto, no questionário elaborado em 1604, havia a coleta de dados e de informações específicas desse campo de saber⁷⁸ que foram fundamentais para que os cronistas das Índias – mais propriamente Pedro de Valencia – elaborassem suas obras e construíssem um saber sobre o mundo natural americano.

A leitura dos três documentos (1573, 1577 e 1604), traz o reconhecimento de uma mudança de orientação nesta última determinação. As áreas de conhecimento se dissolveram nas práticas humanas envolvidas no cotidiano das Índias, o que não significa que não houve a produção de um saber sobre diferentes campos cognitivos, muito pelo contrário. Observando a quantidade e mesmo a meticulosidade das perguntas (provavelmente ligadas aos diferentes indivíduos a que se destinava o interrogatório), é possível concluir que não houve um abandono das temáticas ligadas à História Natural, por exemplo, mas um redirecionamento tendo em vista as pretensões do *Consejo de las Indias* e da Monarquia Católica.

Ao contrário dos questionários, cédulas e ordenanças analisados anteriormente, poucos são os estudos que se propõem a refletir sobre o questionário de 1604. Parte da historiografia segue a interpretação formulada por Jiménez de la Espada, no século XIX: tratava-se de uma continuidade da tradição inaugurada décadas antes, sendo que o questionário formulado no

⁷⁸ Incluindo questões acerca da atividade mineradora, nas quais, além de perguntas administrativas e econômicas, havia indagações sobre metais e minérios encontrados nos territórios indianos. Lembremos que a História Natural do período também envolvia o conhecimento acerca dos elementos minerais.

início do século XVII trazia apenas uma diluição e uma especificação daquilo que já estava presente antes (VILAR, 1970, p. 259).

Sylvia Vilar discorda desse posicionamento. Para a autora, a leitura do documento de 1604 permite reconhecer novos elementos e uma maior afinação com as questões econômicas, administrativas e jurídicas, sendo que tais características eram derivadas de um conhecimento mais aprofundado no que concerne à realidade americana. O número elevado de questões, apresentadas de forma mais sintética, indicaria a preferência por respostas mais precisas. A autora também analisa o vocabulário empregado no documento, o qual acredita que evoluiu frente aos anteriores, uma vez que apresentava uma gama mais variada de termos para designar a diversidade de realidades existentes no continente americano e que deveriam ser compreendidas. Para a autora, não havia no *Interrogatorio* de 1604 um agrupamento das questões expresso na estrutura do documento, mas é possível notar uma classificação por temas ou preocupações norteadoras, tais como a religião, determinados aspectos econômicos, a administração, problemas militares, entre outros (VILAR, 1970, pp. 260-261). Segundo Sylvia Vilar, do mesmo modo que o questionário de 1577, o *Interrogatorio* também tinha como objetivo tornar as decisões do *Consejo de Indias* mais fáceis por meio da disponibilização de informações e saberes acerca de suas áreas de jurisdição. No entanto, as demandas de 1604, pela primeira vez, abrem-se a certos problemas: “aqueles que nasceram do estabelecimento de instituições sobre um certo sistema social e econômico. Pela primeira vez, e com uma precisão surpreendente, coloca-se questões sobre a estrutura e a crença da população e sobretudo acerca da produção e das trocas”⁷⁹.

Outra leitura recorrente destaca a descontinuidade da prática de envio de questionário durante o século XVII. A ideia de uma escassez da informação sistemática e acessível é pontuada por essa historiografia e, muitas vezes, explicada a partir de argumentos ligados à suposta decadência vivenciada pela Espanha no período (PONCE LEIVA, 1991, p. XXXVII). A historiadora Pilar Ponce Leiva questiona essa perspectiva ao apontar a existência de outros questionários regionais, muitas vezes ignorados, e ao ressaltar o processo de crítica sofrido por esse mecanismo cognitivo. Ainda que a posição do *Consejo de Indias*, representado pela figura do Conde de Lemos por meio do discurso sobre a Província dos Quijos, defendesse a

⁷⁹ “(...) ceux qui naissent de la mise en place des institutions sur un certain système social et économique. Pour la première fois, et avec une précision étonnante, on se pose des questions sur la structure et la croissance de la populations et surtot sur la production et les échanges.”

validade e a utilidade dos questionários⁸⁰, havia vozes dissonantes que enfatizavam as limitações desse tipo de solicitações. As razões para o descrédito dos questionários no início do século XVII, segundo Ponce, podem ser explicadas pelas discrepâncias entre as expectativas criadas em relação às possibilidades do mecanismo e os resultados obtidos, principalmente em relação ao questionário de 1604. A historiadora espanhola também aponta que nos períodos posteriores, não somente foram limitados os envios de interrogatórios diretos, como optou-se por empregar outros métodos de recolhimento de informação, como as visitas gerais e a solicitação de informes pontuais sobre determinados temas⁸¹ (PONCE LEIVA, 1991, p. XXXIX). Ponce Leiva ainda conecta os interrogatórios do século XVII a uma transformação dos interesses em relação às Índias Ocidentais: não mais visando a elaboração de relatos gerais, estavam voltados para aspecto mais pontuais e ligados aos usos de recursos disponíveis, possivelmente porque “já se dispunha de uma visão panorâmica do conjunto americano, visão que não se tinha no século XVI e se quis revisar no XVIII”⁸² (PONCE LEIVA, 1991, p. XL).

Uma interpretação bastante próxima foi elaborada por María Portuondo (2009, pp. 292-293). A autora acredita que os objetivos para a confecção do questionário de 1604 estavam vinculados à busca por fontes de riquezas americanas que permaneciam sem explorar. Nesse sentido, suas perguntas enfocavam mais informações quantificáveis voltadas a fundamentar decisões administrativas. Para a historiadora norte-americana, o redator do questionário não se preocupava em fazer das respostas recebidas uma fonte para a elaboração de uma descrição cosmográfica completa, tal qual havia se configurado os modelos anteriores (1573, 1577 e 1584). Portuondo acredita que juntamente com outros documentos – o *Regimiento de navegación e hydrografía* e as *Relaciones de Indias* de Valencia, que será examinado adiante – o questionário de 1604 assinala a ruptura com a herança cosmográfica humanística engendrada pelas reformas de Ovando. Em razão de seu foco analítico centrado na cosmografia, a historiadora norte-americana enfatiza a ruptura e uma desintegração da

⁸⁰ Recordemos-nos das vantagens oferecidas pelos questionários: como pontuou Brendecke eles estabilizavam a hierarquia e estandardizavam as respostas, colocando as instituições centrais em superioridade comunicativa. Não era por acaso que o Conde de Lemos desejava manter a tradição iniciada três décadas antes.

⁸¹ A instauração de visitas é explicada pela autora como fruto da reestruturação da política em relação às Índias conduzida pelo Conde Duque de Olivares, já no reinado de Felipe IV (1621-1665). Visando sanar as finanças espanholas, sobretudo, por meio do controle das riquezas oriundas do continente americano, houve mudanças no sistema burocrático colonial, optou-se pelas visitas como forma mais efetiva de obter tal intento e como complemento havia as ordens pontuais para o envio de informações sobre determinadas regiões ou acontecimentos (PONCE LEIVA, 1991, p. XL).

⁸² “Lo que interesaba por entonces y ante todo era tener información puntual sobre aquellos aspectos que permitieran llevar adelante una utilización efectiva de los recursos que América ofrecía, y no tanto recibir información general, posiblemente porque ya se disponía de una visión panorámica del conjunto americano, visión que no se tenía en el siglo XVI y quiso revisar en el XVIII.”

disciplina, sem matizar que outros saberes que já estavam presentes nos documentos da década de 1570 se tornaram mais significativos.

Como foi pontuado antes, o *Consejo*, enquanto entidade de governança responsável pelos assuntos relativos a essa quarta e, em alguns assuntos, desconhecida parte, adaptou seus anseios e mecanismos cognitivos em razão das experiências vivenciadas previamente. O declínio da cosmografia, não pode ser traduzido como expressão de uma desintegração de outros campos de conhecimento (os quais são vistos pela autora como constitutivos da visão holística cosmográfica). A História Natural e, mais especificamente, os saberes sobre os animais e as plantas continuaram a fazer parte do questionário e da obra de Valencia (que foi elaborada a partir das respostas recebidas).

Assim, não é possível estabelecer, tal qual definia Jiménez de la Espada, que o questionário de 1604 é uma mera continuidade dos anteriores. Há elementos que o distinguem, especialmente devido aos objetivos a serem alcançados, bem como em razão das mudanças da estrutura do documento percebidas pelas experiências prévias. Por outro lado, a continuidade entre esse interrogatório e aqueles, analisados no segundo capítulo, não pode ser ignorada. Valencia já evidenciava, por meio do discurso do Conde de Lemos, que os questionários ainda apresentavam-se como ferramenta fundamental para conhecer as Índias Ocidentais, embora tivessem que se manter atualizados constantemente. No menear entre duas interpretações conflitantes (rupturas versus continuidades), a ideia de uma ressignificação de um velho instrumento apresenta-se como perspectiva mais sólida: eram novos os cenários e novos os objetivos, mas ainda buscando o alicerce em modos de criação e de validação já consagrados pelas iniciativas anteriores.

O documento de 1604 e seus congêneres produzidos em 1573, 1577 e anteriores à década de 1570 eram escritos regulatórios, uma vez que estavam vinculados a uma ordem das instâncias superiores que deveria ser cumprida. Os interesses que coordenavam essa imposição informativa eram diversos, entre eles temas vinculados ao conhecimento sobre o mundo natural, fato que evidencia que as fronteiras dos saberes abarcados pela História Natural eram mais amplas, não congregando somente aquilo que era produzido por uma determinada comunidade formada por estudiosos, mas também parte de discursos normativos. Além disso, essas fontes devem ser encaradas como tecnologias literárias – tendo em vista o sentido conferido a essa expressão por Shapin e Schaffer –, uma vez que eram ferramentas na produção de conhecimento. As ordenanças e os questionários estavam pautados em

procedimentos empíricos⁸³, conforme apontou Brendecke (2012), e pretendiam ofertar informações e descrições aos membros do *Consejo* e ao monarca sem que esses necessitassem observar diretamente o que era narrado, desse modo, ofereciam uma determinada visão do Novo Mundo, um saber sobre aqueles territórios. Os questionários construía um determinado conhecimento sobre o continente americano, ao direcionarem percepções e interesses, e ao mesmo tempo, se configuravam enquanto instrumentos capazes de garantir credibilidade ao que era enunciado.

Ademais, as solicitações feitas pelo *Consejo de las Indias* entre o final do século XVI e o início do século XVII reforçam a ideia do desenvolvimento de um processo de cognição da natureza centralizado na escrita, uma vez que essa era a forma de comunicação privilegiada naquele período para fixação e conservação (através do tempo) dos relatos sobre o mundo natural, capaz também de superar a distância entre os dois continentes. Não apenas as perguntas, mas as respostas a esses questionários e ordenanças seriam realizadas através do escrito, como pontuamos antes. Dessa maneira, um determinado conhecimento sobre o mundo natural (demandado pelas diferentes perguntas nos questionários, listagens e ordenanças analisados) seria constituído por meio da palavra escrita: saberes antes próprios da oralidade e da visualidade, especialmente aqueles ligados ao uso de espécies de vegetais na medicina pelos indígenas, passaram a figurar por meio da escritura; ainda que algumas das determinações solicitassem imagens, a visualidade teria como função auxiliar aos relatos escritos (sobretudo em relação aos conhecimentos cartográficos)⁸⁴.

Poucas foram as respostas do *Interrogatorio para todas las ciudades, villas y lugares de españoles y pueblos de naturales* que chegaram ao *Consejo de Indias*, estima-se que cerca de trinta incluindo a Nova Espanha e a porção meridional do continente (PORTUONDO, 2009)⁸⁵. A escassez de respostas conduziu muitos historiadores a atribuírem um fracasso à medida. Obviamente, o descumprimento da medida por grande parte dos territórios indica os limites do poder central em impor sua vontade comunicativa e curiosidade, também evidencia

⁸³ O que não significa dizer que a empiria era uma característica inerente das ações do *Consejo* e da Monarquia ou que todas as ações ligadas à obtenção de saberes sobre o Novo Mundo fossem pautadas em métodos empíricos.

⁸⁴ Para uma análise dos mapas que acompanhavam as *Relaciones Geográficas*, especialmente as que foram enviadas ainda no século XVI, o trabalho de Barbara Mundy (1996) ainda se apresenta como uma importante referência. Em sua comparação entre os mapas produzidos por nativos e aqueles feitos por espanhóis, a autora propõe uma interpretação bastante interessante. Na Nova Espanha, as imagens eram vistas como territórios dos indígenas – sobretudo devido à escrita logográfica e pictórica de alguns dos grupos de ameríndios – em oposição à escrita alfabética, referente ao reino dos espanhóis. “(...) The Relación Geográfica corpus reflects the anti-image bias of the responding colonists (copiar texto p. 30)

⁸⁵ Arndt Brendecke (2012, p. 398) apresenta um número ainda menor de respostas enviadas e conservadas, 12 e 5 respectivamente.

as limitações desse tipo de instrumentos (os questionários) na construção de um conhecimento à distância, como bem pontuou Brendecke (2012, p. 398). Contudo, não podemos esquecer que as respostas que chegaram permitiram a um dos ocupantes do cargo de cronista oficial no período, Pedro de Valencia, a elaboração de sua obra. Dentro do cenário de disputas políticas que representou a nomeação de Valencia, como veremos adiante, a escrita das *Relaciones* desse cronista não permite que taxemos o questionário de 1604 como um projeto falido. A confecção dessas narrativas, ainda que tenham permanecido manuscritas⁸⁶, evidenciam a continuidade de um projeto político e informativo configurado com o *Interrogatorio* de 1604.

4.3 Pedro de Valencia e as *Relaciones de Indias*

Pedro de Valencia nasceu em Zafra (província de Badajoz, Espanha) no ano de 1555, filho de Melchor de Valencia, cuja família, provavelmente, era de origem judaico conversa. Seus estudos iniciais ocorreram na cidade natal, porém ainda durante sua infância a família se muda para Córdoba, onde passa a estudar no colégio dos jesuítas dessa localidade. Em 1572, mudou-se para Salamanca para frequentar a universidade, dedicando-se aos estudos de leis (sem, no entanto, obter o título de licenciado). Em 1576, após a morte de seu pai, alguns anos antes, voltou a viver em Zafra. Foi nesse momento que Valencia conheceu Benito Arias Montano, reconhecido humanista, incumbido da tarefa de produzir a Bíblia Poliglota que comentamos no segundo capítulo. Desse contato nasce uma amizade e uma relação bastante próxima (GARCÍA GUTIERREZ, 2002). Casou-se em 1587 e teve sete filhos. Entre 1598 e 1607, Valencia passou por grandes dificuldades financeiras, até ser nomeado como cronista oficial das Índias e de Castela. Durante sua estadia na corte, teve contato e contou com apoio de importantes membros da nobreza e do grupo de letrados ligados aos círculos de poder (PANÁGUA PEREZ, 1996). Escreveu obras sobre diferentes assuntos, desde temas como a crise econômica e a bancarrota vivenciada pela Monarquia Hispânica no início do século, até mesmo se posicionando contra a expulsão dos mouriscos do território peninsular. Faleceu em 1620.

Nas listagens e nas análises referentes aos cronistas oficiais das Índias, nem sempre constou a figura de Pedro de Valencia. Se para abordar as histórias autorizadas e auspiciadas pela coroa nas primeiras décadas do século XVII, o nome de Herrera y Tordesillas reinava

⁸⁶ Manuscrito BNE, Ms. 3064.

soberano, Valencia raramente surgia nos estudos sobre o continente americano. Como herdeiro de uma tradição humanística e sendo discípulo de Benito Arias Montano, o autor zafrense era visto como um nome importante relacionado às traduções de obras clássicas, à autoria de tratados políticos, econômicos e sociais e de escritos arbitristas. Nos séculos XVIII e XIX, foram produzidos alguns estudos que abordavam as iniciativas de Valencia e parte de seus escritos que ainda permaneciam manuscritos foram publicadas, no entanto, nesse período, não foram aprofundadas suas relações com a crônica oficial das Índias

Em *La crónica oficial de las Indias Occidentales*, Romulo de Carbia (1934) não ocultava que Pedro de Valencia havia ocupado o posto de cronista das Índias, porém lhe outorgava uma posição inferior àquela ocupada por Antonio de Herrera y Tordesillas. Classificada como uma crônica “menor” das Índias, para o estudioso argentino a nomeação de Valencia teria sido executada por ordem direta do rei e, por isso, suas obras teriam um caráter distinto (inclusive no que concerne ao tipo de narrativa empregado) daquele que configurava o trabalho do cronista maior das Índias, no caso de Herrera. A separação estabelecida pelo historiador argentino talvez seja resultado da nomeação bastante controversa de Valencia ao cargo de cronista das Índias (e de Castela).

Contemporâneo a Carbia, Schäffer (2003) contestava essa divisão entre as crônicas oficiais, como já pontuamos antes. No entanto, atribuía a nomeação de Valencia não a suas qualidades de formação humanística, mas a motivações pessoais e à lógica de distribuição de cargos, típicas daquele momento, cujo comando recaía nas mãos do Duque de Lerma. Em *Historiografía Indiana* (1992), não há qualquer menção a Valencia, nem no apartado dedicado a Antonio de Herrera y Tordesillas, tampouco nos seguintes. O silêncio historiográfico em relação ao seu posto como cronista oficial apenas foi modificado na década de 1990 com os estudos de Gaspar Morocho Gayo e Jesús Paniagua Pérez. Ambos estiveram dedicados à edição e à publicação da documentação envolvendo Pedro de Valencia e a historiografia oficial das Índias Ocidentais, incluindo as relações escritas pelo cronista. Ainda que os trabalhos elaborados por esses estudiosos por vezes incidam em um tom panegírico, são inegáveis suas contribuições no sentido de apresentar a crônica como um espaço de vozes múltiplas e de disputas de poder – uma vez que a nomeação de Pedro de Valencia coincide com o período no qual Herrera já estava na posse do cargo. As contribuições de Morocho e Paniagua também foram fundamentais para o estabelecimento da autoria das *Relaciones de Indias*, a partir das quais se desenvolveram outras discussões tanto relativas à crônica oficial (KAGAN, 2010) quanto do saber institucionalizado pela Monarquia Hispânica

(PORTUONDO, 2009). Ainda assim, persiste a ausência de estudos sobre o cronista, principalmente conectando-o a um cenário mais amplo das iniciativas do *Consejo de Indias*.

Em 1607, estando na corte, Pedro de Valencia foi apresentado ao Conde de Lemos por seu conterrâneo, o bispo d. García Figueroa. Esses dois personagens foram fundamentais para sua nomeação ao ofício de cronista das Índias e de Castela. Reconhecido enquanto humanista, especialmente em razão de sua filiação a Arias Montano, passou a receber o apoio do então presidente do *Consejo de Indias* para sua permanência na corte. Para que sua estada em Madrid se tornasse efetiva, era necessária a posse de um cargo capaz de gerar rendas para sua manutenção pessoal e de sua família. Foram cogitadas algumas posições, mas o cenário que se estabelecia em relação ao papel da história oficial na monarquia espanhola contribuiu para que fosse designado como cronista oficial das Índias e de Castela.

Richard Kagan (2010) traça um quadro bastante detalhado das contendas que envolviam as políticas cortesãs e a história oficial. Segundo o historiador, Herrera y Tordesillas mostrou-se contrário à prática do valido de Felipe III de nomear cronistas pautados em suas relações pessoais e em seus círculos de poder, tecendo críticas e se aliando a opositores do favorito do rei. Diante dessa postura, o duque de Lerma, durante os primeiros anos do século XVII, empreendeu diferentes iniciativas visando isolar o cronista maior das Índias, entre elas, a tentativa de nomear um cronista geral (ou como define Kagan, um super cronista) para supervisionar os trabalhos historiográficos existentes. O nome de Pedro de Valencia surgiu em tal panorama político, como uma indicação para ocupar esse posto. Ainda que a ideia tenha sido rechaçada, uma vez que não foi aceito o título geral, Valencia foi nomeado como cronista das Índias e de Castela, assim como Herrera. Não apenas a designação equivalente, mas o salário mais alto do humanista de Zafra representou um duro golpe a Antonio de Herrera y Tordesillas (KAGAN, 2010, pp. 273-274)⁸⁷. A nomeação de Pedro de Valencia para o cargo de cronista das Índias foi despachada pelo monarca Felipe III em 04 de maio de 1607:

Teniendo consideración a las muchas letras, erudición, lectura, ynteligencia de lenguas, continuo estudio y curiosidad en ynquirir y saber la scriptura sagrada, doctores y istoriadores y otras muchas y buenas partes que concurren en vos, el licenciado Pedro de Valencia, y considerando lo mucho que ymporta que semejantes personas se ocupen en hazer las historias, por el crédito, autoridad y verdad, que con su escritura se ha de conservar en la memoria de las jentes, he tenido y tengo por bien, de haceros mi chronista ystoriógrapho general de las Yndias Occidentales, para que podays escriuir la istoria general, moral y natural, assí del decubrimiento de las dichas Yndias,

⁸⁷ Herrera não permaneceu passivo frente a esse ataque. Paniagua Pérez (1996) apresenta algumas das solicitações do cronista ao *Consejo* nas quais ele deixava expresso o que considerava como tratamento injusto se comparado ao que recebia Valencia.

su pacificación y población, echos y cossas memorables que en ella vbieren sucedido y sucedieren, como de las costumbres, ritos y gouierno, y demás cosas dignas de sauerse de sus naturales, propiedades de las tierras, yerbas, plantas y animales, lagunas, fuentes y ríos, y otras cossas tocantes y pertenecientes a la dicha istoria general, así començándola de nuevo como prosiguiendo lo escrito, como mejor os pareciere que conuiene a su perfección; lo vno y lo otro conforme al horden que se os diere por mi Consejo de las dichas Yndias y así lo quiero y es mi voluntad; y mando que lo podays hacer y hagais, según como lo hazen, pueden y deuen hacer los otros mis chronistas historiográfhos destes reynos y de las dichas Yndias, y que goceys y se os guarden todas las honrras, gracias, mercedes, franqueças, libertades, preminencias, prerrogatibas e ynmunidades, que por rraçón del dicho officio debeys hauer y gozar⁸⁸ (AGI, INDIFERENTE GENERAL, 874)

Em sua continuação, o documento afirmava que Valencia deveria ter acesso a histórias, relações, memoriais, pinturas, cartas e descrições que existirem em secretarias e arquivos e que forem necessárias para a execução de suas tarefas⁸⁹. Também eram estabelecidos os salários a que tinha direito, bem como a contrapartida do posto, ou seja, o que era exigido que Valencia executasse (não somente que deveria escrever histórias, mas também a questão do segredo em relação a determinados aspectos).

Se por um lado o documento de designação de Pedro de Valencia ao cargo de cronista das Índias evidencia que a nomeação se deu por uma vontade régia, corroborando a tese de Carbia, por outro também deixa explícito que teria o humanista os mesmos reconhecimentos e honorarias que os demais cronistas dos reinos da Monarquia, ou seja, não havia uma hierarquia na qual estaria Valencia em um patamar inferior a Herrera. A nomeação também estabelecia seu vínculo com o *Consejo de Indias*, instituição a qual deveria responder. Outro ponto

⁸⁸ “Tendo consideração a muitas letras, erudição, leitura, inteligência de línguas, contínuo estudo e curiosidade em inquirir e saber a escritura sagrada, doutores e historiadores e outras muitas e boas partes que concorrem em vós, o licenciado Pedro de Valencia, e considerando o muito que importa que semelhantes pessoas se ocupem em fazer as histórias, pelo crédito, autoridade e verdade, que com sua escritura se há de conservar na memória das gentes, tive e tenho por bem, de fazê-lo meu cronista e historiógrafo geral das Índias Ocidentais, para que possa escrever a história geral, moral e natural, assim do descobrimento das ditas Índias, sua pacificação e povoação, feitos e coisas memoráveis que nela tiver ocorrido e ocorrer, com os costumes, ritos, governos, e demais coisas dignas de se saber de seus naturais, propriedades de terra, ervas, plantas e animais, lagoas, fontes e rios, e outras coisas tocantes e pertencentes à dita história geral, assim começando-a de novo como prosseguimento o escrito, como melhor parecer que convém a sua perfeição, o um e o outro conforme a ordem que lhe der por meu Consejo das ditas Índias e assim quero é minha vontade.; e mando que poderá fazer, segundo como fazem, possam e devam fazer os outros meus cronistas historiógrafos destes reinos e das ditas Índias e que goze e guarde todas as honras, graças, mercês, franquezas, liberdades, preeminências, prerrogativas e imunidades que por razão do dito officio deve ter e gozar.” Utilizamos aqui a transcrição do documento original efetuada por Jesús Paniagua Pérez (1996).

⁸⁹ Sobre as consultas de Pedro de Valencia a arquivos das instituições, apenas consta um documento em que o cronista solicitava acesso ao Archivo de Simancas para obter informações e materiais para sua história de Felipe III, que naquele momento escrevia (embora atualmente não localizada). No que concerne às atividades vinculadas ao *Consejo de Indias* não se tem notícia dos materiais consultados além das respostas recebidas do questionário de 1604 e de papéis relativos à província do Chile, região que devia elaborar uma história. Para mais informações sobre sua consulta ao arquivo de Simancas ver AGS, Estado, 1494. A transcrição do documento também foi disponibilizada no artigo de Morocho Gayo (1987, pp. 1149-1150).

importante do despacho de Felipe III: eram reiteradas as obrigações do cronista das Índias. A repetição dos deveres do cargo pouco diferia daquilo que, cerca de uma década antes, havia sido apontado para Herrera y Tordesillas. Eram retomadas as tarefas já estabelecidas nas *Ordenanzas Reales del Consejo* de 1571: a história elaborada pelo cronista deveria abarcar aspectos humanos (ou morais – tais como os descobrimentos, conquistas, características das culturas nativas) e naturais (geografia, hidrografia, a história das plantas e dos animais). Havia uma reafirmação de que a História Natural das Índias estava contida naquilo que se concebia como sua História Geral. Narrar o sucedido no continente americano implicava em tratar de seus elementos físicos e das espécies que ali se encontravam. A nomeação de Valencia ratificava um *tópos* discursivo que deveria compor as narrativas sobre os territórios americanos, uma fórmula em que constavam saberes sobre a fauna e a flora.

No dia 22 de maio do mesmo ano, Pedro de Valencia também foi designado como cronista de Castela, passava, portanto, a ter as mesmas prerrogativas que Herrera y Tordesillas⁹⁰.

Pedro de Valencia aceitou o ofício, especialmente, porque por meio dele gozava da proteção do Conde de Lemos. No entanto, Paniagua Pérez (1996, p. 240) pontua que o ofício, ao contrário do que fora para Herrera, não era algo almejado por Valencia, cujos vínculos com os temas e com a própria ideia de história não eram estreitos e aprofundados. Estava mais interessado em se ocupar da exegese bíblica que das questões indianas ou da história do reino de Castela. Durante o período em que Pedro Fernández de Castro y Andrade foi presidente do *Consejo de Indias*, não foram muitas as atividades de Valencia relacionadas ao cargo, ainda assim, recebia os salários que lhe correspondiam. Com a nomeação do Conde de Lemos como vice-rei de Nápoles, em 1609, Valencia perdeu alguns dos privilégios que detinham em razão de seu protetor e foi obrigado a apresentar resultados mais concretos de seu labor como cronista. Dessa situação, originaram-se as *Relaciones de Indias* e algumas iniciativas em torno da escrita de uma história do Chile. Seus biógrafos também apontam que o cronista escrevia uma história do reinado de Felipe III.

As *Relaciones de Indias* fazem parte dos manuscritos MSS/594 e MSS/3064⁹¹ da Biblioteca Nacional de España. Essa documentação já havia sido publicada no século XIX, porém sem a menção da autoria de Pedro de Valencia (PANIAGUA PÉREZ, 2001a, p. 230). Apenas recentemente, parte das *Relaciones de Indias* preservada foi identificada e a autoria

⁹⁰ Conforme AGS, Quitaciones de Corte, 38. Na cédula além da designação eram estabelecidos os montantes pagos, os quais superavam a quantia recebida por Antonio de Herrera y Tordesillas.

⁹¹ O manuscrito MSS/3064 da BNE também encontra-se disponibilizado na Biblioteca Digital Hispánica: <http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000023116&page=1> acesso 15 Jan. 2015.

atribuída ao cronista das Índias e de Castela⁹², sendo publicada no conjunto de obras completas de Pedro de Valencia. No entanto, a forma de organização dos dois volumes das *Relaciones de Indias* publicados recentemente não segue a mesma disposição dos manuscritos originais. Os editores optaram por separar as *Relaciones* de acordo com uma ordenação geográfica. No primeiro volume estavam as relações de territórios do vice-reino do Peru e de Nova Granada. Já o volume seguinte abarcava as relações de regiões da Nova Espanha (México). No manuscrito 3064 não havia uma separação territorial. As relações eram unidades autônomas, provavelmente dispostas de forma aleatória no momento de encadernação do manuscrito. Por exemplo, a primeira relação trata da localidade de Pánuco, seguida pela descrição de Tampico, ambas no território mexicano. Já a terceira está dedicada ao Panamá e a quarta a Nossa Senhora dos Zacatecas (México novamente). As relações também apresentam diferentes caligrafias⁹³, sendo a descrição de Nombre de Dios autografa de Valencia, fato que corrobora para ideia de que cada uma delas poderia ser encarada enquanto uma unidade autônoma, cujo conjunto apenas se torna perceptível por compartilharem a mesma estrutura organizativa. Uma característica enciclopédica, no sentido de que cada relação poderia ser consultada individualmente, tal como um verbete, pode ser visualizada na forma de organização do manuscrito.

Junto com as diferentes relações, logo nas primeiras folhas do manuscrito, constam também três outros documentos intitulados “*Memorial dirigido a S.M. por un vasallo y ministro suyo, contra los portugueses que están en Indias*” (fólios 1 a 6v), “*Memoria de los papeles que tengo para la descripción de las Indias*” (fólios 7-8v) e “*Relación del sitio y puerto de Panamá*” (fólios 13-14) cuja autoria não é atribuída a Valencia. Sobre “*Memoria de los papeles*” provavelmente a última redação foi feita pelo cronista Antonio de León Pinello (1595-1660) e contém uma listagem de obras com datações variadas, provavelmente as fontes que esse personagem reuniu e consultou para compor sua obra. Nesta lista, há a menção de obras desaparecidas, cujas datações apontadas, muito próximas daquelas feitas por Valencia, sugerindo que poderiam compor, originalmente, as *Relaciones de Indias* (PANIAGUA,

⁹² Paniagua Pérez e Morocho Gayo destacam um documento encontrado no *Consejo de Indias* na qual Valencia afirmava entregar as relações elaboradas até aquele momento, 1613. Esse documento, juntamente com a análise do corpus documental de ambos os manuscritos, que trazem, além de uma relação autografa do cronista, a já mencionada *Descripción de la provincia de los quijos*, permitiram aos pesquisadores atribuir a autoria do documento.

⁹³ As diferentes caligrafias existentes devem ser entendidas a partir das ideias de autorias da idade moderna que comentamos antes, sobretudo por meio da figura do *scriptor*. Conforme pontuam os editores das *Relaciones*, provavelmente, os originais compostos por Valencia passaram por diferentes copistas.

2001b, p. 77)⁹⁴. No entanto, como na documentação do *Consejo de Indias* em que Valencia comunicava a produção de suas relações não há qualquer especificação sobre o conteúdo e a quantidade dessas narrativas, as fontes disponíveis ainda são as dezoito relações e corografias encontradas nos manuscritos 3064 e 594.

Tendo em vista que ao cronista oficial cabia a elaboração da história das Índias, como foi reafirmado na nomeação de Pedro de Valencia, pouco foi o espaço conferido aos “hechos” dos espanhóis no continente americano em suas *Relaciones de Indias*, indicando uma concepção de história distinta daquela formulada por Antonio de Herrera y Tordesillas. Na maior parte das vezes, os eventos e ações protagonizados pelos espanhóis estavam restritos aos trechos que se referiam as fundações de vilas, cidades e povoados e às descrições dos aspectos militares das vilas e cidades (sobretudo se a região tivesse vivenciado conflitos com indígenas ou outra forma de ataque). No restante do texto, predominavam descrições de diferentes aspectos das regiões relatadas, mesmo que fossem relativos aos hábitos e formas de organização dos espanhóis na América. É o caso da relação sobre a cidade de Jaén e seu distrito (nordeste do Peru): as menções a fatos históricos e ações propriamente ditas estão restritas à questão da fundação, que é bastante resumida. Na mesma relação há passagens com descrições sobre determinados animais – como o tatu – que são muito mais elaboradas e extensas que a narrativa fundacional (VALENCIA, 2001, pp. 395-399).

Paniagua Pérez (2001b, p. 232) afirma que a concepção de História de Valencia estava fundada na busca da verdade, na qual nada poderia ser ocultado, sem emissão de juízos. Uma história efetivada por meio do acúmulo de informações, contrastando, segundo o autor, com o elogio fácil e a épica que realizava Herrera. No entanto, como vimos antes, o autor das *Décadas* também considerava seu trabalho como portador de um discurso pautado no verdadeiro e comprovado pela documentação.

Quando comparadas, a obra de Pedro de Valencia e as de seu contemporâneo Herrera evidenciam as profundas diferenças nos modelos narrativos empregados, as quais não podem ser entendidas por um maior ou menor apego ao elogio ou à verdade. Contrastes que tampouco são completamente explicados por serem os escritos desses cronistas oficiais representantes de tipos discursivos distintos, tal qual afirma Mignolo (1998) – o que não significa descartar as análises das formações textuais enquanto peças importantes na compreensão de tais textos. A opção por determinado formato de texto estava vinculada aos objetivos e às fontes usadas. Ambos os cronistas pretendiam compor uma crônica oficial,

⁹⁴ O fato de que na encadernação do documento e na catalogação do manuscrito pela Biblioteca Nacional de España constarem a menção “Vol. I” é encarada como um sinal de que haveria outras relações, hoje perdidas.

porém as razões que os levavam a escrever e os materiais usados para concretizar essa tarefa foram distintos. Tais escolhas impactaram diretamente a estrutura formal do texto.

Antonio de Herrera y Tordesillas tinha intenção de constituir uma representação que legitimasse as ações da Monarquia Hispânica e de seus súditos nos territórios ultramarinos, ao mesmo tempo em que desconstruía a visão negativa que se tinha em relação à Espanha, por isso, a ênfase em uma narrativa dos acontecimentos. Para tanto, utilizou diferentes crônicas (impressas e manuscritas) e documentos que pertenciam às instituições da Monarquia.

O propósito, ao menos aqueles que estavam expressos em o *Discurso del Conde de Lemos sobre la Provincia de los Quijos*, de Pedro de Valencia era outro. Como analisado no primeiro capítulo, a crônica oficial a ser escrita era almejada enquanto ferramenta para subsidiar as ações do monarca e de suas instituições. O conhecimento das Índias Ocidentais visava fornecer informações para a tomada de decisões, bem como legitimá-las. Fatores que implicavam na construção de uma determinada representação das possessões hispânicas nas Índias Ocidentais, focalizada nos recursos e na situação que se encontravam os territórios. Elaborados a partir do questionário de 1604, embora tenha rearranjado temáticas e disposições, os escritos de Pedro de Valencia sobre as Índias responderam a determinados pedidos da Coroa e, como aponta acertadamente Mignolo (1998), havia um direcionamento da observação. Não por acaso, a estrutura textual de Valencia se aproximava muito mais do modelo de crônica oficial elaborado por Juan López de Velasco décadas antes, que aquele empregado por seu coetâneo Herrera. Contudo, apesar das diferenças⁹⁵, havia uma tradição cognitiva (ou o que poderíamos chamar de cultura epistêmica) que permeava os escritos desses cronistas, como veremos adiante.

Assim, se recuperarmos a divisão da História proposta por Herrera y Tordesillas examinada nas páginas precedentes, possivelmente, as *Relaciones de Indias* de Pedro de Valencia recairiam no primeiro tipo de história: aquelas que apenas descreviam o ocorrido e visto. Ora, era esse tipo de narrativa também alvo das críticas de Herrera. Concordo com Kagan (2010) no uso da expressão duelo de cronistas. De fato, as diferentes cartas e petições em que o autor de *Historia General de los Hechos* denunciava a pouca produtividade de Valencia como cronista oficial evidenciam uma disputa entre ocupantes do mesmo cargo – ou pelo menos o desagravo de Herrera y Tordesillas diante da situação. Porém o combate

⁹⁵ Se para López de Velasco aspectos relativos à localização, bem como, à cosmografia eram elementos preponderantes no relato oficial, para Pedro de Valencia eram secundários. Como veremos, a descrição dos aspectos naturais, relevo, hidrografia, clima, minerais, espécies de seres vivos etc., tem primazia frente às coordenadas geográficas, o que talvez explique o termo desintegração da cosmografia usado por Portuondo (2009) para se referir ao início do século XVII. Se ambas as obras são classificadas como de caráter eminentemente mais geográfico, o tipo de geografia que cada uma delas enfatiza era distinto.

também pode ser visualizado nas opções de modelos narrativos e conteúdos privilegiados de cada um dos cronistas. Se esse duelo apresentava-se nestes aspectos, será que também estava configurado no papel atribuído aos saberes ligados à História Natural? Como veremos, a diferença na função dos conhecimentos sobre o mundo natural e, mais especificamente sobre as plantas e os animais, é sintomática dessa disputa narrativa.

Retornando à estrutura apresentada por Pedro de Valencia em suas *Relaciones*, pode-se afirmar que, embora os textos completos tenham sido entregues ao *Consejo de Indias* apenas em 1613, em 1608 já estava fixado como deveria se estruturar as narrativas a serem elaboradas a partir das respostas do questionário de 1604. O autor do discurso, figurado como o Conde de Lemos, afirmava que tinha tomado a responsabilidade de dar forma e estilo conveniente às respostas que chegavam das Índias, também assegurava que uma vez aprovada a descrição dos Quijos pelo monarca, esta serviria de modelo para outras relações (VALENCIA, 2001, vol.1, p. 111). De fato, as divisões textuais essenciais das relações já eram expressas em 1608. Uma primeira separação era estabelecida a partir de critérios jurisdicionais. Inicialmente, foram narrados aspectos gerais relativos à Província dos Quijos para, em seguida, o autor se deter nas particularidades de cada uma das cidades (a corografia). Por sua vez, a descrição geral da província era composta de quatro seções que abordavam aspectos naturais, morais e políticos, eclesiásticos e militares (intituladas “en lo natural”; “en lo moral”; “en lo eclesiástico”; “en lo militar”). As corografias repetem (sem ter seções) a ordenação e os assuntos abordados na descrição geral. De maneira geral essa forma de organização está presente em quase todas as *descripciones* apresentadas por Valencia. Há algumas pequenas variações na estruturação de algumas relações, sobretudo no que concerne às partes dedicadas aos aspectos eclesiásticos e militares: às vezes estavam ausentes, em outras com a ordem invertida da disposição original da descrição da Província dos Quijos (ou seja, os aspectos militares antecedendo os eclesiásticos). Algumas das relações não continham divisões explicitadas, como é o caso da *Descripción de Santa Maria de Leiva* (atual território da Colômbia), porém seguiam a mesma lógica e sequência na disposição dos temas.

Cada uma das seções congregava temas bem delimitados. “En lo natural” geralmente se dedicava a localizar a região por meio da menção de dados como longitude, latitude e distâncias. Também eram descritos o clima, algumas características geográficas e os rios. As plantas, os animais (próprios do continente ou ainda aqueles trazidos pelos europeus) e as minas também constavam nessa seção, muitas vezes com descrições minuciosas e referências às atividades produtivas ligadas a determinadas espécies (como a pecuária, o extrativismo e a agricultura). “En lo moral” abarcava uma grande quantidade de informações ligada à

fundação, aos dados demográficos, à quantidade de cidades da província, aos edifícios e elementos de infraestrutura existentes, à tributação, às instituições e ofícios, a alguns costumes dos nativos e às enfermidades mais comuns⁹⁶. Nas seções intituladas “En lo eclesiástico” eram enumeradas e brevemente descritas as paróquias e reduções existentes, o número de religiosos, as instituições ligadas à Igreja (conventos, hospitais, escolas, tribunais etc.). Já em “lo militar” eram apontadas as condições de paz ou violência que se vivenciavam na região, bem como a estrutura de proteção (fortificações) e os armamentos disponíveis. Em algumas das relações, havia ainda marginálias que indicavam os principais temas de cada parágrafo ou trecho. Nas figuras 6 e 7 foram reproduzidas duas páginas do manuscrito 3064 referentes à *Descripción de los Pueblos de la Provincia de Panuco*, nas quais é possível observar parte das seções que haviam em cada descrição, bem como as anotações nas margens laterais que auxiliavam a leitura e facilitavam a busca por informações específicas⁹⁷.

Outro ponto importante que pode ser observado também nas imagens são os títulos conferidos a cada descrição. Em alguns dos cabeçalhos constam os responsáveis por fazer e enviar as relações originárias das Índias, ou seja, os sujeitos que responderam ao questionário de 1604. “Descripción de los pueblos de la provincia de Pánuco sacada de las relaciones hechas por Pedro Martínez, capitán y alcade mayor de la provincia”, por exemplo, trazia informações importantes sobre a fonte usada por Valencia. A legitimidade e a confiabilidade para tratar de tais temas residiam justamente na autoridade desses informantes, não propriamente porque eram testemunhas oculares daquilo que relatavam, mas em razão da posição social de quem escrevia (CAÑIZARES ESGUERRA, 2007, p. 48). Apontar que seus escritos sobre a região se baseavam nas respostas dadas pelo capitão e alcaide da província agregava credibilidade à sua crônica.

⁹⁶ As enfermidades, em algumas relações, também eram tratadas na seção dedicada aos aspectos naturais, sobretudo, quando associadas às plantas medicinais.

⁹⁷ Acredito que as anotações laterais, tal qual se apresentam no texto de Pedro de Valencia, tinham funções específicas e permitem deduzir que as relações foram pensadas de modo a se tornarem instrumentos de consulta dos membros do *Consejo de Indias*. Com a síntese que era elaborada na marginália, era possível localizar com facilidade uma informação específica sobre determinada região. O caráter enciclopédico que caracterizou a obra da López de Velasco se mantém aqui não tanto pelo volume de informações e pelas regiões analisadas, mas em razão da consulta poder se efetivar sem a leitura integral das *Relaciones*.

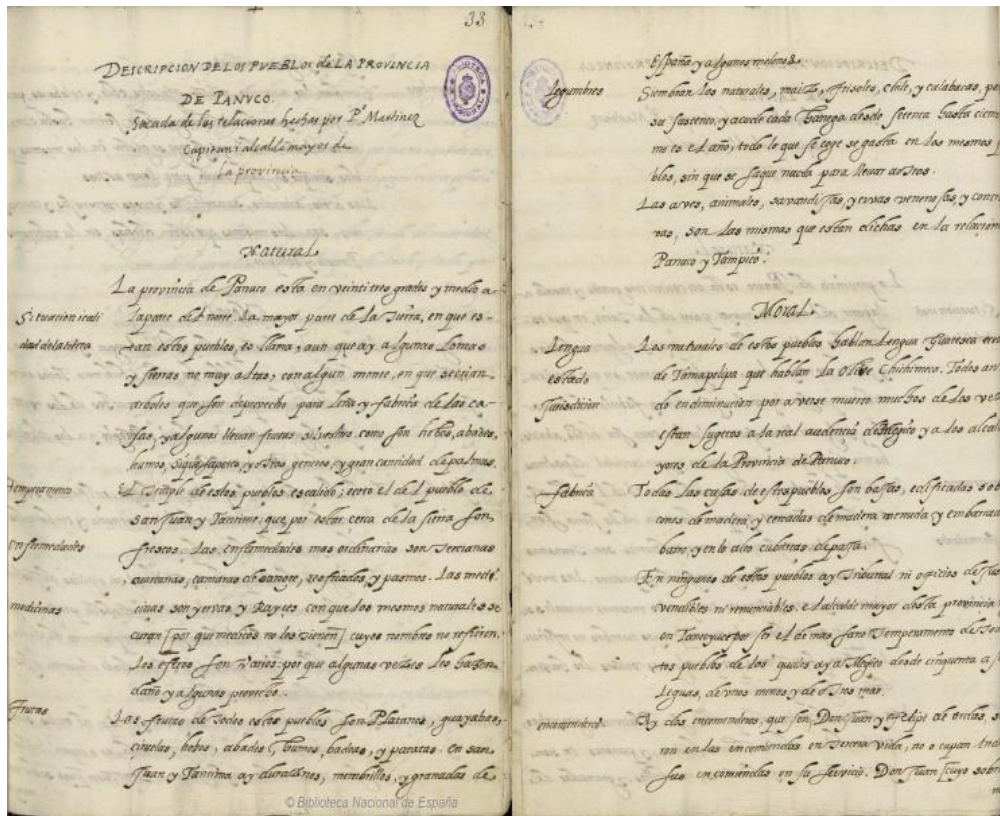


Fig. 11- Páginas do Manuscrito 3064 da Biblioteca Nacional de España.
Fonte: Biblioteca Digital Hispánica.

Além disso, o título já permitia antever que não se tratava de uma mera reprodução das respostas recebidas nos anos anteriores e sim algo elaborado a partir delas – estratégia importante, tendo em vista que Pedro de Valencia era cobrado por seus escritos e não pela cópia de informações que já continha o *Consejo*. Fato confirmado pela análise da estrutura de organização das *Relaciones de Indias*, na qual há uma completa reordenação dos temas elencados no questionário de 1604 a partir dos quatro eixos já mencionados. As 335 perguntas passaram a compor o escrito do cronista oficial por meio das respostas, os temas que faziam parte, porém de uma maneira completamente distinta daquela formulada originalmente, revelando um determinado modo de representação das Índias Ocidentais, bem como evidenciando quais eram os conhecimentos, ou ao menos as áreas, que Pedro de Valencia julgava pertinentes para compor sua crônica oficial.

Ao reordenar as questões, o cronista estabeleceu hierarquias em relação aos saberes sobre o continente americano. Neste sentido, a primazia das descrições dos aspectos naturais –

que eram as primeiras a serem apontadas e que em algumas relações estavam bastante detalhadas – denotam um papel muito diferente daquele que conferido por Herrera aos conhecimentos ligados à História Natural. Se a história formulada por Valencia estava pautada no caráter descritivo desse saber, o espaço das Índias e os seres que ali viviam ganham importância na narrativa, não sendo meros apêndices aos “hechos de los castellanos”.

4.3.1 As *Relaciones de Indias* e os conhecimentos sobre a fauna e a flora dos territórios americanos

Em *Discurso del Conde de Lemos sobre la Provincia de los Quijos*, por meio dos exemplos retirados da Bíblia e da História de Roma, o conhecimento da natureza figurava como essencial na sujeição, na conquista e na manutenção de possessões e domínios pelos homens. Deter saberes acerca de animais e plantas não era visto como uma tarefa vã ou supérflua e estava imbricada às iniciativas que deveriam ser deflagradas para conservação do governo (razão de Estado). No primeiro capítulo, as ideias de Pedro Valencia elaboradas no ano de 1608 serviram de guias para as discussões historiográficas e conceituais. Aqui elas também são o estopim para refletirmos sobre o papel dos conhecimentos relativos à fauna e à flora presentes em suas relações.

A descrição da Província dos Quijos, como primeira a ser elaborada, também foi o modelo empregado por Pedro de Valencia nas demais narrativas. Assim como nessa descrição, a seção destinada “ao natural” esteve presente em todas as relações, sendo a primeira a constar entre os aspectos a serem narrados. Nelas se reuniu a maior parte das informações e saberes sobre os animais e as plantas do Novo Mundo. O fato de principiar todas as relações é bastante significativo, indica a importância do conhecimento dos aspectos naturais para o entendimento dos territórios ultramarinos, ou nas palavras de Valencia, “para la buena expedición de los negocios”⁹⁸. Os diferentes elementos que compunham a natureza americana eram vistos como determinantes daquilo que se desenrolava no território, tanto dos fatos passados quanto das possibilidades futuras. Em razão dessa percepção, muitas vezes a

⁹⁸ “(...) para a boa expedição dos negócios” (BRME, I.III.3).

seção “en lo natural” ocupa um espaço na narrativa similar aquele dedicado aos aspectos morais (políticos e culturais).

Para Paniagua Pérez (2001b, p. 65), Valencia demonstrava uma inquietude com as questões geográficas e naturais, considerando-as como “se essas fossem... o condicionante essencial para compreender tudo o que se manifesta em continuação”⁹⁹. Se os elementos naturais eram cenários onde se desenvolviam as ações dos castelhanos na *Historia General* de Herrera, essa relação foi invertida nas *Relaciones* de Pedro de Valencia, sendo a natureza determinante para a forma de organização, bem como para as iniciativas que foram estabelecidas ou que viessem a se estabelecer. Tal mudança de orientação e prioridade tem consequências na forma de representação das Índias Ocidentais constituída e defendida pelo cronista. O conhecimento do mundo natural não se apresentava de forma inocente. Da mesma forma que mapas e saberes cosmográficos, sua circulação, no início do século XVII, dava-se de maneira estratégica (PORTUONDO, 2009): evidenciar os elementos do mundo natural que faziam parte do Novo Mundo era também um mecanismo de reafirmação de suas possessões no ultramar. Ademais, a primazia dos aspectos naturais revelava as possibilidades e as riquezas disponíveis à nação espanhola, ainda que a factibilidade dessas características bem como o uso dessas informações em iniciativas concretas sejam difíceis de serem rastreadas, é inegável que elas reforçavam a imagem de grandeza do império, a qual aludia Valencia já no discurso que teria proferido o Conde de Lemos.

O destaque aos aspectos naturais também pode ser entendido por meio de outra chave interpretativa. Em um interessante estudo sobre Gonzalo Fernández de Oviedo, Alexandre Coello de la Rosa (2006), evidencia como o discurso empírico-naturalista e a fascinação em torno da natureza presentes na obra do cronista quinhentista escamoteava a violência e o imperialismo da expansão que se engendrava naquele momento (primeira metade do século XVI). Ora, a ênfase nos aspectos naturais não constituía uma escolha casual, também ocultava outros elementos que compunham o universo americano. Na construção de uma imagem da Monarquia Hispânica expurgada das acusações que lhe eram feitas, Herrera optou por rebater diretamente, evidenciando as ações da coroa no sentido inverso ao que era lhe era imputado. Valencia, por sua vez, alcançava esse intento mostrando outras facetas das Índias Ocidentais, nas quais a violência poderia permanecer ignota. A natureza em suas potencialidades e no fascínio que causava despertava interesse e motivava a escrita, ao mesmo tempo em que servia de pretexto para tornar latentes outras questões.

⁹⁹ “(...) como si éstas fueran consideradas el condicionante esencial para comprender todo lo que se manifiesta a continuación...” (BRME, I.III.3).

Na descrição da Província dos Quijos, as informações sobre a localização, o clima e dados geográficos ocupavam cerca de um terço da seção dedicada ao natural, o restante do texto sobre “o natural” da região era consagrado ao relato de plantas (principalmente) e animais daquelas partes. Primeiramente foram tratadas as árvores que se dividiam em frutíferas (da terra e comuns à Espanha) e silvestres. Diferentes espécies como os plátanos, mamões, cedros, carvalhos vermelhos, trepadeiras e palmas foram elencadas. Havia também trechos destinados à descrição minuciosa das espécies de destaque na flora da região. É o caso do maracujá, cujos dois tipos - comuns e específicos dos quijos (*Passiflora popenovii*) – foram apresentados.

La granadilla [de los quijos], fruta marauillosa y particular de esta provincia (a cuya causa se llaman de los Quijos), dan agradable testimonio de las grandezas del Artífice, pues, auindose recogido en ellas todas las excelencias de las otras frutas sacaron suave eminencia en cada calidad. (...) Son no mayores que camuesas, algo más ahobadas, de color amarillo; la cáscara un poco gruesa y blanda, muy conueniente al uso de las conseruas; (...) dentro se encierran unas pepitas blancas, y copiosas de carne tan fuyda que, siendo manjar, se beue a sorbos; el sabor es dulce y mézclase con un agrio admirable, cuya conformidad regalada sobrepuja la imaginación del apetito. Mas porque no le falte bondad ni requisito proporcionado al gusto humano, ofrece todo esto con el olor más perfeto que pudieron confeccionar unidos el arte y los aromas de mayor precio y suauidad. Sus calidades ocultas son benignas, porque es muy fresca y sana esta fruta, y un hombre de caluroso estómago puede comerla en mucha cantidad sin que padezca la salud y¹⁰⁰.

Em seguida, o cronista se detinha no relato sobre o maracujá comum, sobretudo de suas flores (todo processo de floração foi narrado). As cores e os formatos das pétalas e dos elementos que compunham as flores do maracujá eram esmiuçados e, reforçando uma representação já constituída sobre a fruta, o paralelo com a paixão de Cristo era retomado. “(...) No se podrá negar que la naturaleza quiso descubrir su piedad anticipando en esta flor misteriosa o figura natural la memoria y sagradas señales que oy conserua de la pasión de Christo.”¹⁰¹

A descrição do maracujá, sobretudo da espécie nativa da província, efetiva-se justamente por ser uma das plantas particulares da terra, de grande importância, refletida

¹⁰⁰ “Os maracujás, fruta maravilhosa e particular desta província (motivo pelo qual chama dos quijos), dão agradável testemunho das grandezas do Artífice, pois havendo guardado nelas todas as excelências das outras frutas, tiraram suave eminência em cada qualidade. (...) São maiores que camuesas [espécie de maçã silvestre], um pouco mais côncavo, de cor amarela; a casca um pouco grossa e branda, muito conveniente ao uso de conservas (...) dentro se mantêm umas pepitas brancas e copiosas de carne tão fluída que, sendo manjar, se bebe a sorvos; o sabor é doce e mesclado com um azedo admirável, cuja conformidade dada se sobrepõe à imaginação do apetite. Mas porque não lhe falte bondade nem requisito proporcionado ao gosto humano, oferece tudo isso com o cheiro mais perfeito que puderam confeccionar unidos a arte e os aromas de maior preço e suavidade. Suas qualidades ocultas são benignas, porque é muito fresca e são esta fruta, e um homem de estômago caloroso [com queimação ou azia] pode comê-la em muita quantidade sem que padeça a saúde...” (BRME, I.III.3).

¹⁰¹ “Não se poderá negar que a natureza quis revelar sua piedade antecipando nesta flor misteriosa ou figura natural a memória e os sinais sagrados que hoje conserva da paixão de Cristo” (BRME, I.III.3).

inclusive no nome conferido à região. Na descrição, as características físicas do fruto e das flores foram exaltadas em detrimento de aspectos que caracterizariam o vegetal como um todo. Também foram enfatizados os sabores e aromas presentes. Em ambas as descrições, havia trechos em que juntamente com as características das espécies estava imiscuído um discurso religioso e simbólico. Não apenas a flor do maracujá permitia uma leitura tipológica da natureza, como o próprio fruto do maracujá dos quiijos era uma prova da grandeza de Deus. Passagens como essas em uma crônica oficial revelam a dificuldade de compartimentar os saberes em categorias estanques; ao mesmo tempo, evidenciam que os escritos promovidos pelas instituições da Monarquia não podem ser entendidos somente por meio de uma perspectiva pragmática. A crônica oficial servia para informar, exaltar a diversidade e grandeza dos reinos sob o domínio do rei e, conseqüentemente, louvar a Criação. Conhecimento, governança e religião estavam imbricados na escritura de uma história oficial das Índias.

Após descrever as duas espécies de maracujá, o cronista também apresenta uma descrição rica em detalhes acerca de uma trepadeira chamada *bexuco*. Considerada como árvore pelo cronista, além de relatar sobre seu crescimento e suas propriedades, apontava seus usos pelos indígenas. Em seguida, enumerava as hortaliças existentes (couves, salsas, cebolas, alhos, alface etc.), as sementes (cereais, feijões e raízes, como batata, mandioca e milho etc.). Por fim listava os animais de montanha (silvestres, veados, tatus, antas, porcos monteses, macacos e coelhos) e as aves existentes (entre elas paxis, faisões, perdizes, patos, papagaios, araras e morcegos). A seção “en lo natural” foi finalizada com menção ao vulcão que se encontrava no território sob jurisdição da província e que havia entrado em erupção anos antes.

A *Descripción de la Provincia de los Quijos* reproduzia uma estrutura de apreensão dos elementos físicos e geográficos das Índias bastante similar àquela presente em *Geografía y Descripción Universal de las Indias* de López de Velasco, contudo com maior espaço para as narrativas sobre a fauna e a flora existentes. Poderíamos pensar, como foi estabelecido por alguns historiadores na análise do questionário de 1604, que essa reorientação estaria vinculada à busca por recursos que caracterizava a política indiana do início dos seiscentos. Evidentemente, não se pode negar que havia um interesse em espécies que pudessem ser aproveitadas economicamente ou, ao menos, para o sustento dos povoamentos. Porém a narrativa também apresenta informações que fogem do escopo da mera utilidade.

Em todas as relações disponíveis atualmente, há menções aos animais e às plantas, em alguns casos de forma bastante sintéticas, apenas elencando espécies – às vezes somente

associadas à noção de granjearia – em outros com descrições minuciosas de determinadas espécies. A relação de Miguatlán exemplifica o primeiro caso, há menções às árvores de madeira (como azinheiras, alfarrobeiras, pinheiros), aos animais de criação (oriundos da Europa) e aos animais de caça (por exemplo, coelhos) e algumas aves. Além dos nomes e da localização, estão ausentes outros tipos de informações. A relação da cidade de Jaén de Bracamoros, no entanto, apresenta um quadro muito distinto. Nela diferentes espécies de árvores, ervas, raízes, vegetais diversos, animais terrestres, peixes e aves são mencionados e muitos deles descritos cuidadosamente. Por exemplo, o tatu:

Hay otros animales a que los indios llaman de puercos pero no lo son, ni en el comer ni en el hozar la tierra ni en los miembros de su cuerpo. Su tamaño es de un lechón de seis meses, armados desde el pescuezo hasta la punta de la cola con unas conchas como con escamas de dragón o coracinas que sólo le quedan sin armas la cabeza, pies y manos, y estas partes encogen y meten entre las armas en viéndose presos. La cabeza, pies y manos cubiertas del cuero, que continuado nace con el fin de la las conchas. Los pies y manos semejantes a las de tejón, con cinco uñas en cada uno. La cola es muy larga y gruesa en su nacimiento, y que va adelgazando hasta el fin, donde serenata en una punta como uña¹⁰² (VALENCIA, 2001, p. 397).

O cronista ainda menciona comportamentos do animal – como andar em bando, cavar a terra e reprodução – e menciona os usos de suas partes corpóreas como medicamento para algumas moléstias.

Certamente, as diferenças no formato das narrativas sobre os vegetais e os animais encontradas nas *Relaciones de Indias* de Valencia estão vinculadas às fontes que dispunha o cronista, ou seja, ao conjunto de respostas que chegaram das Índias Ocidentais. O informante de Jaén, provavelmente, forneceu mais dados acerca da fauna e da flora que o responsável pelas respostas de Miguatlán. No entanto, uma vez acessíveis a Pedro de Valencia, tais descrições eram incorporadas em sua crônica oficial, fazendo parte do conjunto de saberes que deveriam fazer parte dos papéis do *Consejo*.

Nas corografias presentes em algumas das relações, também eram encontradas menções às espécies nativas e oriundas da Espanha existentes em cada uma das vilas. No entanto, nessa porção da narrativa focalizava-se muito mais aquelas que possibilitariam ou que eram já utilizadas na agricultura, pecuária e demais atividades econômicas (granjearia).

¹⁰² “Há outros animais a que os índios chamam de porcos, mas não são, nem no comer nem no roçar a terra nem nos membros de seu corpo. Seu tamanho é de um leitão de seis meses, armados desde o pescoço até a ponta do rabo com umas conchas como com escamas de dragão ou pequena couraça, que somente permanece sem armas a cabeça, pés e mãos, e estas partes se encolhem e metem entre as armas ao se verem presos. Os pés e mãos semelhantes aos de um texugo, com cinco unhas em cada um. O rabo é muito comprido e grosso em seu nascimento, e que vai diminuindo até o fim, onde se arremata em uma ponta como unha.”

A análise das seções “en lo natural” que compunham as *Relaciones de Indias* de Pedro de Valencia, permite visualizar alguns aspectos que configurariam os saberes ligados à História Natural. Primeiramente estão congregados aspectos geográficos que compunham o meio físico, como já mencionado. A parte final da seção estava dedicada ao campo da História Natural: abordava os vegetais, os animais e as informações sobre minerais. Ainda que no questionário de 1604 as perguntas sobre a mineração ocupassem um considerável espaço do documento (cerca de trinta itens), na obra de Valencia não havia uma equivalência. Em geral, após tratar dos animais peçonhentos de cada região, o cronista mencionava as minas e os minérios retirados delas, sobretudo se havia ouro ou prata e sua localização. As salinas também eram citadas. Os relatos eram curtos, ocupando um ou dois parágrafos da relação. Se compararmos com o destaque dado no *Interrogatorio*, notaremos que há uma inversão de importância: os animais e as plantas, que eram coadjuvantes no questionário, tornaram-se protagonistas na crônica de Valencia em detrimento dos minerais. Talvez a redução das informações sobre as minas e minérios seja reflexo dos poucos dados encontrados nas respostas enviadas, especialmente daquelas regiões onde não havia atividade mineradora. No entanto, também poderíamos explicar a diminuição do espaço por uma opção de Valencia, que se mostrava contrário ao excesso de interesse e zelo dos espanhóis em relação às riquezas minerais, energia que poderia ser despendida com melhores resultados no conhecimento da flora e em seu uso para geração de gêneros agrícolas ou medicinais¹⁰³. De qualquer modo, ainda que de forma restrita, os minerais¹⁰⁴ fazem parte da descrição dos aspectos naturais e estão reunidos e relatados junto com os demais elementos que compunham o que se concebia por História Natural no período, os animais e as plantas. Nesse sentido, *Relaciones de Indias* dialogava com uma tradição cognitiva ocidental, bem como com os documentos das décadas anteriores que ratificavam a aproximação desses aspectos para constituição de uma história das coisas naturais das Índias Ocidentais.

Diferentemente do que ocorria nas *Décadas* de Herrera, as informações sobre os animais e as plantas podem ser encontradas em uma mesma seção na obra de Valencia, possibilitando assim estabelecer mais facilmente critérios de percepção e, conseqüentemente, de classificação que foram esboçados pelo autor. A diferenciação entre vegetais e animais era

¹⁰³ “(...) Dicen que hay otros muchos géneros de yerbas medicinales, con que los indios se curan, pero que no son conocidas de los españoles ni le saben los nombres, porque, aunque los indios las aplican, no quieren dar noticia de ellas; cierto es que los españoles no les han apretado tanto para que las descubran como para el oro.”

¹⁰⁴ Informações sobre as minas existentes e as condições que eram submetidos os trabalhadores também podem ser encontradas na seção “en lo moral” e nas corografias. Porém com enfoque distinto daquele estabelecido pela História Natural, ou seja, nesses casos eram enfatizados aspectos produtivos e econômicos em detrimento da descrição dos elementos minerais encontrados.

estabelecida na ordenação do texto. Em geral, as informações sobre a flora vinham antes daquelas sobre a fauna. As plantas eram entendidas a partir de determinadas categorias, por meio das quais eram estabelecidas similitudes e proximidades: árvores de madeira (ou infrutíferas), árvores frutíferas, hortaliças, sementes (cereais), ervas, flores e plantas venenosas (essas poderiam estar junto às descrições de animais peçonhentos). Essas separações ainda podiam conter outras subdivisões. As árvores frutíferas podiam ser silvestres, mansas e originadas da Espanha. A distinção entre as espécies americanas e europeias também era comum em hortaliças e sementes. As ervas também poderiam ser entendidas como medicinais e as árvores de madeira a partir de sua qualidade robusta ou branda.

Os animais, por sua vez, estavam novamente ordenados a partir de critérios como ambiente em que viviam e as relações estabelecidas com os humanos. Valencia elencava em conjunto os animais terrestres e, às vezes, os subdividia em espécies de rebanho (gado, cavalos, porcos e outros animais usados pela pecuária), mansos (domésticos), silvestres (que poderiam ser de monte, ou seja, os que eram caçados, ou feras, que representavam perigo). As aves eram apresentadas de forma segregada: essencialmente divididas entre aquelas que eram próprias do continente americano e as que também existiam na Espanha/Europa. Os peixes, ou pescados, eram uma categoria que englobava outros animais como camarões, caranguejos, tubarões. Dividiam-se entre os das Índias Ocidentais e os comuns com o velho continente. Por fim, a fauna também era entendida a partir de seus riscos, aos animais considerados peçonhentos cabia uma separação em relação aos demais. Nessa divisão encontravam-se mosquitos, sapos, cobras, iguanas, serpentes etc.

Em essência eram categorias similares àquelas já utilizadas por outros ocupantes do cargo de cronista das Índias, sobretudo, López de Velasco e Herrera y Tordesillas. Porém, o modo como Pedro de Valencia organizou sua narrativa, essa classificação surge de maneira mais sistematizada e perceptível ao leitor, tornando a fauna e a flora americanas adaptáveis a um modo de apreender a natureza já partilhado por seus contemporâneos e essencialmente antropocêntrico.

Como mencionado, nas relações as menções aos animais e às plantas poderiam estar circunscritas a simples enumeração das espécies ou ainda conter descrições bastante minuciosas. Nesse último caso, as descrições se apoiavam, sobretudo, na comparação com um referencial europeu. Muitas vezes a analogia e os paralelos eram estabelecidos de acordo com as partes dos animais e das plantas que se desejava relatar ou ainda partindo de seus usos. Juntamente com as categorias estabelecidas por Pedro de Valencia, as comparações, as

analogias e os paralelos definiam “lugares” para as espécies no repertório de conhecimentos europeu marcado pela similitude, eram estratégias discursivas e cognitivas. Os modos de apreensão pautados na tradição letrada do período eram os fundamentos a partir dos quais eram estabelecidos os saberes sobre o mundo natural americano, mesmo que os conhecimentos fossem oriundos da empiria e da observação (GRUZINSKI, 2014, p. 237). Em *Relaciones de Indias* as descrições das espécies americanas derivavam dessa aparente incompatibilidade, por um lado procurou-se relatar as espécies desconhecidas sem menções ou conhecimentos anteriores nas autoridades clássicas ou nos autores modernos, porém para efetivar a compreensão dos animais e das plantas americanos empregava-se referenciais e modelos já consagrados e partilhados pelos europeus. Por exemplo, na relação de Santiago de la Frontera (região da Bolívia), a descrição dos animais silvestres (feras), Valencia procurou adequar as espécies daquela província aos parâmetros europeus de inteligibilidade.

Hay en esta provincia venados grandes llamados taragas; hay otros menores que se llaman urinas. Hay puercos de monte, de los de ombligo en el lomo; hay muchos tigres fieros, leones de poca fortaleza, corzos y unas que llaman sanguayas, a manera de lobos; hay algunos guanacos, hay monos de cola larga, bischacas, erizos y unos osos que no tienen boca, sino un agujerito por donde sacan la lengua, muy larga y redonda, con que solo comen hormigas, y por esto se llaman hormigueros, y hay las que llaman chachaques, que son como zorras y tienen una bolsa en la falda donde meten los hijos cuando huyen¹⁰⁵ (VALENCIA, 2001, pp. 442-443).

Os animais já categorizados como terrestres e silvestres foram aproximados de espécies do velho continente, consideradas similares pelo cronista. Assim as taragas são veados, as queixadas são porcos e os tamanduás são ursos. A expressão “são como”, usada na descrição do gambá, traz em seu bojo o princípio da comparação, ou seja, o segundo termo pertence ao saber compartilhado pelas pessoas a quem se dirige o cronista (HARTOG, 2014, p. 255). A categorização e o estabelecimento de semelhanças e de diferenças tornavam compreensível o mundo se contava e, simultaneamente, definiam classificações. Nesse sentido, a descrição por meio da comparação, paralelos e aproximações de espécies, era um mecanismo de ordenação do mundo, segundo uma lógica que era europeia.

Ainda que possa ser observado na descrição o uso de nomes nativos, não podemos afirmar que se tratava da incorporação completa dos saberes indígenas, esses apenas foram apropriados pelo autor buscando dissipar ambiguidades. A nomeação, nesse sentido, era uma

¹⁰⁵ “Há nesta província veados grandes chamados *taragas*, há outros menores que se chamam veados mateiros. Há porcos de monte dos de umbigo no lombo; há muitos tigres ferozes, leões de pouca fortaleza, gazelas e umas que chamam *sanguaya*, semelhantes a lobos; há alguns guanacos, há macacos de rabo comprido, vizcacha [lebres andinas], ouriços e uns ursos que não têm bocas, senão um buraco por onde tiram a língua, muito comprida e redonda, com que somente comem formigas, e por isso se chamam formigueiros, e há as que chamam *chachaques*, que são como raposas e têm uma bolsa no colo onde colocam os filhos quando fogem.”

das estratégias de apreensão e de domínio da fauna e da flora americanas. O uso dos nomes em língua nativa estava associado a exemplares europeus, vínculo que tinha como função de torná-los familiares aos leitores da obra e pouco revelavam dos conhecimentos indígenas e das especificidades de cada um dos seres relatados. As comparações nas descrições também podiam se dar por meio das partes que compunham as espécies ou de seus usos, como no relato sobre o mamão papaia:

Arboles grandes y altos son los que llevan las papayas, fruto a modo de melones y muy tierna y fría; pero sus pepitas son calientes, negras y que saben a mastuerzo. No tienen uso en la medicina, más de que algunos las comen por el gusto y por templar con ellas la frialdad de la fruta. Desgajadas de la papaya, cuando está verde se hace conserva como calabazate¹⁰⁶ (VALENCIA, 2001, p. 209).

Os aspectos físicos e os usos eram pontos a partir dos quais a fruta se tornava assimilável. Também refletiam a percepção antropocêntrica do mundo natural que permeava as descrições e as classificações. O mamão papaia poderia ser entendido a partir do amálgama entre melões, agriões e abóboras, um mecanismo cognitivo pautado em aproximações e processos que nos causam estranhamentos. No entanto, eram estratégias discursivas legítimas e buscadas no processo de apreensão do mundo natural. Conforme pontua Nieto Olarte, as descrições, as nomeações e classificações das plantas e dos animais do Novo Mundo faziam parte de um processo de domesticação, no qual os naturalistas e escritores transformam o desconhecido em algo familiar, sendo a História Natural “uma forma de incorporar dentro de um marco de referência próprio o alheio, algo sobre o qual se pode proclamar domínio”¹⁰⁷. Nomear, descrever e categorizar eram premissas básicas que coordenavam a história das coisas naturais das Índias, eram elas também processos que garantiam a posse.

Alguns estudiosos da obra Pedro de Valencia enfatizam seu aspecto mais “realista” ou “racional”, caracterizado pelo pouco espaço para o fantasioso (PANIAGUA PÉREZ, 2014). De fato, as estratégias utilizadas pelo cronista para se acercar do mundo natural americano afastavam o maravilhoso de sua narrativa. Enfatizando os usos, as relações estabelecidas entre as espécies e os homens e os pontos de similitudes e de diferenças entre os animais e as plantas do velho e novo continente, as informações e saberes contidos em *Relaciones* não apresentavam muitas conexões com o simbolismo atribuído à natureza. Relatos duvidosos eram motivos para aflorar o lado irônico do autor, como é o caso da descrição da árvore

¹⁰⁶ “Árvores grandes e altas são as que levam as papaia, fruta de modo aos melões e muito macia e fria, mas suas sementes são quentes, pretas e que lembram a agrião. Não têm uso na medicina, mais de que alguns as comem por gosto e por temperamento com elas a frialdade da fruta. Tiradas da papaia, quando se está verde, faz-se conserva como doce de abóbora.”

¹⁰⁷ “(...) la historia natural es una forma de incorporar dentro de un marco de referencia propio lo ajeno, algo sobre lo cual se puede proclamar dominio.”

yagualachi que teria a propriedade de inchar o homem (ou sua parte do corpo) que permanecesse embaixo de sua copa. Sendo o tratamento para esse “envenenamento” a cauterização da parte atingida, Valencia se perguntava o que fariam com o sujeito que se colocasse inteiro embaixo dessa planta: queimá-lo-iam por completo ou somente as regiões afetadas (VALENCIA, 2001, p. 167)? Obviamente, a pergunta evidencia um desdém acerca desse tipo de informação. Do mesmo modo que tenta, na relação de Portobelo mostrar que os sapos que surgiam das chuvas não eram oriundos das gotas d’água, mas provavelmente seus ovos se vivificariam com a água (VALENCIA, 2001, p. 214).

Mas será que poderíamos atribuir um caráter racionalista a sua obra distinto de aspectos simbólicos? Tal afirmação não pode ser aplicada ao conjunto de *Relaciones*. Na mesma descrição sobre Portobelo, o cronista descreve a preguiça como um animal peçonhento cujas unhas, no entanto, teriam poderes de cura de males cardíacos (VALENCIA, 2001, p. 213). Além disso, na descrição da província dos Quijos essa segregação dos elementos simbólicos não parece tão clara. O caso do maracujá é significativo e a leitura tipológica da flor conferia legitimidade ao relato, uma vez que era uma prática comum – o Livro da Natureza era um dos meios que Deus se fazia revelar aos homens (CAÑIZARES ESGUERRA, 2009). A leitura tipológica do mundo natural não está restrita somente a essa passagem. Ao relatar sobre os animais peçonhentos existentes em Guayaquil, Pedro de Valencia elabora uma digressão acerca das vespas, utilizando para tanto referências bíblicas. Os animais relatados pelo cronista confirmariam o que as Sagradas Escrituras diziam sobre Deus ter enviado vespas contra os cananeus e hititas no deserto, expulsando-os e eliminando a ameaça contra o povo de Israel (conforme Êxodo, 23:28 e Josué 24:12). Guayaquil era relatada como deserta e povoada de animais venenosos como as vespas. Nesse caso, o povo de Israel era substituído pelos cristãos que levavam a palavra de Deus às regiões inóspitas (VALENCIA, 2001, p. 369). A natureza servia aos desígnios divinos e imperiais, revelando a legitimidade das ações espanholas por meio da confirmação do que já havia ocorrido antes.

Em *Relaciones de Indias*, o fabuloso cedia espaço não para uma racionalização difícil de estimar, mas para os relatos da prodigalidade e benignidade de alguns territórios, nos quais as plantas europeias se adaptavam e chegavam a ter melhor produção que no seu continente de origem. O elemento “maravilhoso” (ou o fetiche pela natureza) não fora extirpado, mas readaptado e servia aos propósitos da Monarquia. A abundância nas coisas naturais das Índias, uma vez identificadas e reconhecidas, como o fazia Valencia, corroborava para a constituição de uma representação de um governo soberano, cristão e universal, uma vez que

até mesmo os territórios longínquos e com uma natureza tão particular estavam sob seu domínio.

Se os elementos simbólicos vinculados aos animais e às plantas reforçavam a ideia de um domínio imperial, o conhecimento que era instituído pelas *Relaciones de Indias* estava pautado na palavra escrita. Nebrija no século anterior havia afirmado que a língua era companheira do império, do mesmo modo, a escrita (como uma das formas de representação da língua) também poderia ser considerada uma parceira das iniciativas imperiais e permeava diferentes espaços. Assim como Herrera y Tordesillas, era a escritura a forma comunicativa empregada para cognição dos animais e das plantas americanos. A escrita, capaz de superar as distâncias por meio dos questionários, em suas possibilidades e seus limites, configurava a percepção das espécies americanas. Como em outros documentos e crônicas produzidos, é inegável a preocupação e o interesse que havia nas *Relaciones* de Valencia no que concerne aos saberes ligados ao campo da História Natural, não obstante, esse conhecimento e todos os seus usos que poderiam ser estabelecidos pela Monarquia, estavam fundados na palavra escrita.

As *Relaciones* de Valencia apresentavam-se como um discurso oficial alternativo à história de Herrera, porém estavam as obras desses cronistas tão distantes?

4.4 Um duelo de cronistas?

Ao comparar as obras de Antonio de Herrera y Tordesillas e Pedro de Valencia, em conjunto com o questionário de 1604, documentos que foram analisados neste capítulo, nota-se que os conhecimentos relativos à História Natural estavam presentes em todos eles. Ademais, em seus formatos e conteúdos, partilhavam algumas características. O entendimento da natureza, incluindo os animais e as plantas, era considerado fundamental tanto para compreender os fatos passados, como para governar e enobrecer o império.

Certamente, a importância o “lugar” que ocupavam os saberes sobre o mundo natural variaram conforme a fonte e o autor analisado. Se para Herrera os *hechos* humanos eram preponderantes em suas narrativas, Valencia optou por destacar os elementos físicos e seres vivos, bem como as formas de organização, que estavam presentes nas novas terras. Se atentarmos para o papel da História Natural nas narrativas dos dois cronistas, notaremos posições divergentes e, portanto, a constituição de um duelo. No entanto, ainda que distintas, as representações forjadas por Pedro de Valencia e Antonio de Herrera y Tordesillas

corroboravam na construção de um mesmo projeto de legitimação de um império próprio, pautado na grandeza de suas ações, de seus monarcas, de seu passado e de seus territórios. Suas crônicas eram facetas que evidenciavam a importância das possessões americanas dentro da Monarquia Hispânica.

A comparação da História Natural contida nas crônicas oficiais das Índias do início do século XVII revela que, apesar das diferenças, havia um conjunto de práticas e estratégias comuns na apreensão do mundo natural, o qual estava calcado na escritura enquanto forma de comunicação.

María Portuondo (2009) afirma que, no início dos seiscentos, houve um processo de desintegração dos modos de conhecer estabelecidos no século anterior por meio de uma cosmografia renascentista de enfoque holístico, que abarcava tanto a geografia, quanto a etnografia, a história natural e a história. Discordo da autora em relação ao processo de dissipação das formas de conhecimentos criadas antes. As análises do questionário e das crônicas permitem visualizar continuidades de estratégias e princípios cognitivos, ao menos no que tange à História Natural.

Ao contrário do que afirma a historiografia tradicional (ÁLVAREZ PELÁEZ, 2007; BUSTAMANTE GARCÍA, 1998; PUERTO, 2003) – que enfatiza o contraste entre as realizações “grandiosas” e “inéditas” ocorridas durante o reinado de Felipe II e um suposto declínio na produção de estudos sobre História Natural no século XVII –, acredito que uma cultura epistêmica que adquiriu consistência conceitual, nos procedimentos de construção e de validação dos saberes dentro do *Consejo de Indias* na década de 1570, persistiu ao longo das décadas, como é possível perceber nos escritos de López de Velasco, e esteve presente nos modos de conhecer do início do século XVII. A História Natural, cujos contornos e a importância foram definidos pela *Ordenanzas* de 1573, seguiu tendo espaço nas crônicas e nos documentos oficiais. Ainda que diferenças possam ser notadas em razão de novas políticas de patrocínio e de segredo, bem como devido a novos tipos de conhecimentos demandados pelas autoridades, os princípios que ordenavam os saberes sobre o mundo natural produzido pelos funcionários régios mantiveram-se presentes nesses escritos.

Pedro de Valencia morreu em 1620, para seu cargo não houve nomeação de um novo ocupante, uma vez que Herrera y Tordesillas seguia desempenhando uma função similar. Cinco anos depois, já no reinado de Felipe IV, faleceu Antonio de Herrera y Tordesillas. Tanto Valencia como Herrera pertenceram a um círculo de letrados que conectava sujeitos diversos como Arias Montano, Ovando, López de Velasco, Duque de Alba e o Conde de Lemos, uma rede sustentada no apoio e proteção oferecidos por aqueles próximos ao

monarca, mas também caracterizada pelo compartilhamento de determinadas percepções e projetos políticos e cognitivos. Eram partícipes do conjunto de letrados imbuídos na constituição de uma projeção imperial cujo papel da América tornou-se fundamental, conforme pontuou Fernández Albaladejo.

Na sucessão de Herrera y Tordesillas treze nomes, inicialmente, foram aventados. Desses quatro foram considerados dignos do cargo, Eugenio Narbona, Luis Tribaldos de Toledo (1558-1634), Tomás Tamayo de Vargas (1589-1641) e Gil González e Ávila (1577-1658). Tribaldos foi o escolhido em 1625, em razão de sua proximidade com conde-duque de Olivares, mas seu falecimento alguns anos mais tarde deu oportunidade que Tamayo assumisse o cargo (SCHAFER, 2003, p. 360). Porém também não permaneceu muito tempo como cronista maior das Índias, falecendo em 1641. González, que já constava na listagem de 1625, então passou a ser o ocupante do ofício. Os três cronistas que sucederam Herrera y Tordesillas pouco produziram e aquilo que escreveram não tinha como pretensões abarcar descrições relativas à fauna e à flora daquelas partes.

A análise do vazio representado pela crônica das Índias durante o reinado de Felipe IV é uma questão que ainda merece ser melhor abordada. No entanto, ao contrário do que um olhar mais superficial pode supor, o interesse em relação à História e mais especificamente no que concerne à História Natural das Índias Ocidentais seguiu por outros caminhos, como as próprias edições das obras de Acosta e Herrera podem indicar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na introdução, afirmei que quatro questões guiariam as investigações realizadas nesta pesquisa. Acredito que, mesmo não explícitas em todos os momentos, elas estiveram presentes nas páginas deste trabalho. No entanto, para concluir, retomarei tais indagações, buscando estabelecer uma visão de conjunto dos quatro capítulos, bem como examinar o alcance de minha hipótese.

A primeira questão formulada referia-se aos conteúdos presentes nas crônicas e nos documentos oficiais relacionados às temáticas da fauna e da flora, ou seja, *o que* era narrado, o que era objeto de interesse. No primeiro capítulo, tentei evidenciar como os animais e as plantas passaram a fazer parte de documentos oficiais – cédulas, instruções e ordenanças – e outros escritos vinculados à Coroa e, por meio deles, mostrar quais eram os aspectos que interessavam às instituições de governança. A partir da leitura dessas fontes, nota-se que as perguntas e a curiosidade em relação à fauna e à flora do continente estiveram presentes desde as primeiras décadas, porém sem uma sistematização, especialmente no período em que os próprios organismos administrativos, como o *Consejo de Indias*, estavam se consolidando. Além disso, ainda que direcionassem suas solicitações por informações e conhecimentos em relação a alguns aspectos, as cédulas, cartas e instruções estavam em consonância com as percepções e os interesses expressos em outras fontes não oficiais, impressas e manuscritas, ou seja, refletiam a curiosidade, às vezes difusa, em relação às terras antes ignotas, bem como eram evidências do trânsito de saberes.

O reconhecimento de que existiam espécies desconhecidas e distintas daquelas que compunham a fauna e a flora do velho continente ou que haviam sido narradas pelas autoridades clássicas, motivava a apreensão. Tarefa efetivada para além dos documentos oficiais, como demonstram as crônicas de autores como Anglería, Cieza de León e Oviedo. Com o transcorrer das décadas e em razão do maior contato com o mundo natural das Índias, em meados do século XVI, havia um conjunto de espécies já bastante conhecidos pelos espanhóis e europeus, o qual estava presente em diferentes narrativas sobre aquelas partes. Tatus, gambás, lhamas, milho, mandioca, palo santo (guaiaco), salsaparrilha e goiaba eram exemplos de espécimes descritos em variadas fontes do período (PARDO TOMÁS; LÓPEZ TERRADA, 1993; FRESQUET FEBRER, 1992).

Na década de 1570, no entanto, como vimos no segundo capítulo, houve um empenho em sistematizar as informações acumuladas¹, bem como em gerar informes em relação a novas espécies e novos minérios. As determinações e as ordenanças, produzidas naquele momento, evidenciam que a fauna e a flora continuaram a despertar atenção das instituições oficiais, contudo, a partir de então, buscava-se delimitar e controlar ainda mais o tipo de dados e de saberes que chegavam à Madrid e que poderiam ser úteis – tendo em vista uma perspectiva de utilidade própria do período – à governança e ao enobrecimento da Monarquia. O cronista das Índias era peça essencial nessa tarefa. As *Ordenanzas* de 1573 e o questionário de 1577 refletiram o esforço de delimitação e de ordenação do saber ligado à História Natural e outras áreas. As crônicas oficiais, como produtos desse comprometimento, nas décadas finais do século XVI e nos anos iniciais do século XVII, em meio aos relatos sobre as características dos territórios e às narrativas sobre os feitos passados, inseriam saberes e informações sobre o mundo natural, como uma parte essencial (ou ao menos obrigatória) daquilo que se deveria conhecer no que concerne às Índias Ocidentais.

As especificações trazidas pelas determinações da década de 1570 e os conteúdos das crônicas mostram uma perspectiva pragmática e antropocêntrica que coordenava o que era descrito. Espécimes alimentícios, medicinais, de tinturaria ou ligados à produção têxtil etc. eram enfatizados. Também havia a predileção por descrever os animais e as plantas a partir das relações estabelecidas com os grupos humanos. No entanto, a compreensão da natureza americana não estava circunscrita a esses aspectos. Mesmo nas crônicas oficiais, muitas vezes caracterizadas como meros inventários de recursos naturais disponíveis, havia espaço para elementos simbólicos que eram agregados às espécies de animais e plantas. Aspectos que reforçavam, inclusive, uma perspectiva providencialista que justificava as ações dos espanhóis².

Ainda em relação ao que era narrado, embora os cronistas oficiais tivessem acesso a informações privilegiadas em relação ao que se passava no Novo Mundo, no que se refere aos saberes sobre a fauna e a flora, é possível notar que, mais do que novidades e espécies desconhecidas, as descrições presentes nas crônicas das Índias ratificavam um conjunto de saberes já compartilhado, reproduzindo e adicionando relatos sobre animais e plantas que já

¹ Vale a pena salientar novamente, a sistematização das informações não pode ser considerada como um desenvolvimento ou uma evolução daquilo que estava sendo praticado décadas antes. As análises que enfatizam a evolução de um processo, vendo as ações anteriores como antecedentes do projeto desenvolvido a partir de 1570 (como os artigos de Álvarez Peláez) equivocam-se ao atribuir uma racionalização anacrônica ao período.

² Embora concorde com Ashworth Jr. (1990) no que se refere à ausência de significância emblemática nas espécies americanas, havia um esforço em conferir camadas de simbolismo às novas espécies. Os emblemas, leituras tipológicas e simbolismo eram mais restritas, mas ainda assim tinham um papel importante na apreensão do mundo natural pelas crônicas oficiais.

constavam em outras obras, incluindo aquelas impressas, como as de Oviedo. Obviamente, havia seres vivos que eram pela primeira vez narrados em uma crônica, sobretudo, as espécies nativas de regiões remotas ou pouco conhecidas mesmo pelas autoridades e pelos europeus. No entanto, a maior parte do que era descrito referendava o que já existia em outras obras – descrições de tatus, bicho-preguiça, mamão papaia etc. A ausência de novidade também é evidenciada no fato de que as crônicas oficiais apresentavam as espécies a partir de categorias europeias, apagando assim eventuais singularidades – por exemplo, as inúmeras menções à existência de tigres em territórios americanos diversos. Esta reprodução dos mesmos saberes já adquiridos pode ser entendida como um efeito da *epistémê* renascentista pautada nas relações de semelhança, na qual o mundo enrolava-se sobre si mesmo, como definiu Foucault (2007, p. 23-24). Por outro lado, sugere um saber compartilhado e validado pelos letrados, expresso em diferentes obras, incluindo as crônicas oficiais das Índias. Neste sentido, abordar a natureza americana não pressupunha ineditismo, mas abarcar um repertório de saberes comuns, os quais eram parte dos caracteres de legitimação daquele discurso³.

A segunda questão proposta incidiu nos mecanismos utilizados para a obtenção de informações e de conhecimentos sobre os animais e as plantas das Índias Ocidentais pelo cronista oficial, ou seja, *como* eles sabiam o que sabiam. Páez de Castro, cuja frase foi transcrita na epígrafe, proclamava, em meados do século XVI, que um novo céu e uma nova terra com coisas distintas seriam pintados por meio da crônica. No entanto, essa “pintura” não seria realizada nas novas partes onde havia chegado o estandarte hispânico, ou seja, não seria feita no Novo Mundo, mas no centro do império, em Madrid, onde estavam os cronistas do rei. Como “pintar” (narrar) um novo céu, uma nova terra, animais distintos, árvores e ervas novas, sem nunca os ter visto? A superação da distância para realização dessa “pintura” era um dos desafios da elaboração de uma crônica oficial das Índias. Daí a importância das fontes para o cronista.

Os documentos produzidos desde o início do século XVI, cujas cédulas que os demandavam foram analisadas no primeiro capítulo, constituíram um acervo de escritos

³ A reprodução de conteúdos que já faziam parte de outras obras publicadas e bastante difundidas também abre espaço para refletirmos sobre uma possível política do sigilo relacionada à produção de crônicas oficiais e outros documentos. Como enfatizei em outras partes, acredito que afirmações em relação a esse aspecto não podem ser generalizadas. Se de fato existiu uma tendência a manter em segredo determinados saberes sobre o Novo Mundo, isso deve ser avaliado a partir das especificidades e condições de produção de cada documento. Ainda que centre suas análises nas práticas ligadas à navegação e cartografia, algumas das considerações elaboradas por Alison Sandman (2008) podem ser aplicadas também à História Natural. Provavelmente, se havia aspectos secretos envolvendo o conhecimento dos animais e das plantas, eles não eram os saberes que se avolumavam nas crônicas oficiais. Sem generalizar as considerações acerca da ciência hispânica, seria mais adequado pensar em uma escala de segredos, em que diferentes aspectos devem ser considerados para que possamos taxar o quão sigiloso era determinado conhecimento.

pertencentes ao *Consejo de Indias* e disponibilizados aos cronistas posteriormente. Também eram fontes para o ocupante do cargo a massa documental derivada das práticas burocráticas, administrativas e de controle⁴ da instituição. Além disso, durante as reformas conduzidas por Ovando e na década seguinte, houve um esforço em conduzir o processo de apreensão vinculado às crônicas por meio das ordenanças e do envio de questionários e de cédulas com solicitações específicas. Houve a constituição de todo um aparato cognitivo que visava a um só tempo possibilitar o trabalho do cronista (fornecendo materiais), bem como garantir e legitimar a veracidade daquilo que era descrito. Formava-se, assim, um conjunto de fontes de informações disponíveis e válidas (no sentido de trazer dados críveis) ao cronista oficial, sendo a maior parte delas de caráter predominantemente escrito.

Ainda que outras fontes de conhecimento, como imagens que já circulavam pela Europa, conversas com recém-chegados das Índias e o contato com espécies traficadas dos territórios ultramarinos, não possam ser descartadas, as tarefas dos cronistas, como letrados que eram, estavam alicerçadas na escrita. Era na capacidade da escritura em dar a conhecer, em pintar um novo mundo apesar das léguas de distância, que se apoiava o labor do cronista oficial. Mais do que práticas empíricas de conhecimento, as atividades vinculadas ao ofício de cronista maior das Índias envolviam a recopilação e a seleção de escritos. A confiança na escritura sustentava o conhecimento produzido pelos cronistas oficiais. Os animais e plantas passaram a compor o universo dos papéis, foram inseridos ao conjunto de documentos que fazia parte do *Consejo* e, assim, foram fixados (conservados na memória) por meio das crônicas oficiais.

A terceira pergunta também pode ser respondida tendo em vista a confiança na escrita e a tradição letrada que se constituía em relação aos territórios americanos. Nenhum dos escritos dos cronistas oficiais analisados, impressos ou manuscritos, era composto por imagens, com exceção de mapas e representações cartográficas de determinadas localidades. Mesmo quando apoiada em mapas, a localização dos territórios, por exemplo, apenas se realizava na junção com as informações textuais. As descrições dos animais e das plantas não eram acompanhadas de imagens, apesar do apelo a esse tipo de estratégia ser datado da primeira metade do século XVI, com Gonzalo Fernández de Oviedo, e de iniciativas

⁴ Lembremos que desde 1556, o *Consejo de Indias* tinha o monopólio de licença de impressão dos livros que abordavam as Índias Ocidentais. Assim, somam-se a essa massa documental uma grande quantidade de manuscritos, muitos dos quais foram censurados ao longo das décadas.

paralelas, mais especificamente das atividades de Francisco Hernández que empregava desenhos e pinturas em sua história natural⁵.

Nas crônicas oficiais das Índias, o conhecimento da natureza era predominantemente escrito, determinando uma conformação ao tipo de saber encontrado e delimitando os mecanismos empregados. Para tornar assimiláveis os animais e as plantas americanos, estratégias como a nomeação, a descrição, a comparação, a tradução, a hierarquização e a classificação estavam presentes nos textos e eram as ferramentas que garantiam a cognição e tornavam possível a construção de uma retórica da alteridade (HARTOG, 2014). No caso das crônicas oficiais, além de estabelecer diferenças e similitudes, esses mecanismos situavam as informações e os saberes sobre as espécies em um repertório de conhecimentos já existente. Um processo que retirava o ser vivo de seu lócus original, ainda que apenas de forma discursiva, para ressitua-lo na teia de sentidos e de percepções europeias, bem como inserindo-o em um texto cuja tradição discursiva era anterior à chegada dos europeus no continente americano. Assim, a ponderação em torno do impacto de práticas empíricas e dos aspectos inéditos, ao menos no caso das crônicas oficiais, é necessária. Elementos retóricos tornavam-se, por vezes, tão fundamentais na composição da obra quanto os relatos derivados da observação direta que eram fontes ao cronista.

As obras de López de Velasco, Herrera y Tordesillas e Valencia apresentam diferentes estruturas. Os textos de Juan López de Velasco e Pedro de Valencia têm mais similaridades em relação ao enfoque e às configurações assumidas. No entanto, nos três conjuntos de obras, como foi possível perceber ao longo dos dois últimos capítulos, a História Natural e, mais especificamente, os animais e as plantas surgiram enquanto temáticas que compunham suas crônicas. Os vínculos entre a História e a História Natural explicam, em parte, essa presença e trazem uma determinada configuração às obras. Escrever uma crônica das Índias Ocidentais (seja ela intitulada como história, relação ou descrição) era abordar sua natureza, não apenas em razão das determinações e ordenanças que regiam o cargo. Ainda

⁵ Francisco Hernández, ainda que patrocinado pela Coroa, pode ser visto como uma exceção que confirma a regra. Sua monumental obra congregava imagens e textos que se associavam na apreensão de plantas e animais americanos. Embora tenha trazido de sua expedição materiais para impressão, sua obra somente foi publicada, na Europa, em meados do século XVII pela academia italiana *Linnei*. Rubiés (2008) atribui a não impressão (ainda no século XVI) às limitações tecnológicas hispânicas no período, bem como a ausência de um público para a compra desse tipo de material. A expedição visando o recolhimento de informações sobre a flora e a fauna americanas, onerosa do ponto de vista financeiro e humano (envolvendo não apenas Hernández, mas outros sujeitos no continente americano), não se tornou a repetir nos quinhentos ou seiscentos. Por outro lado, práticas de conhecimento pautadas na forma de comunicação escrita tiveram longevidade por meio das crônicas oficiais das Índias. Não se trata classificar tais iniciativas em razão de seu impacto ou efetividade, mas de perceber um alcance temporal mais estendido em relação às estratégias vinculadas às crônicas oficiais, bem como salientar o fato de que não havia um “projeto” único de História Natural, conforme salientamos na introdução.

que não fossem naturalistas, os cronistas das Índias acabaram por produzir saberes sobre a fauna e a flora daqueles territórios. Apesar de suas especificidades, inerentes de suas condições de produção, pude mostrar que tanto em relação aos seus conteúdos, quanto nas configurações assumidas, estavam esses conhecimentos contidos nas crônicas em diálogo com parte das transformações, das preocupações e dos princípios que orientavam as práticas de outros estudiosos europeus da História Natural.

Alguns autores qualificam as descrições e as menções aos elementos naturais, aos animais e às plantas presentes nas crônicas oficiais das Índias como meros inventários de recursos, como pontuamos nos parágrafos acima. De fato, muitos dos trechos dedicados à temática se resumem a um listado de espécies e minerais. Da mesma forma, havia uma ênfase em aspectos que pudessem ser proveitosos (*provecho*) ou garantir a manutenção (*mantenimiento*) dos grupos humanos. No entanto, há outros excertos com descrições bastante complexas e que envolviam saberes pouco utilitários ou voltados para aproveitamentos. Creio que poderíamos pensar na História Natural presente nas crônicas oficiais como inventários, se concebermos por inventários uma noção próxima àquela de Plínio, discutida no primeiro capítulo, ou seja, uma forma de mensurar, organizar e celebrar aquilo que estava sob o domínio da Monarquia Católica. Esse inventariar do mundo natural feito por meio da escrita engendrava uma ordem, que se tornava explícita na crônica oficial.

Por fim, a pergunta que permeia todas as demais, o porquê: por quais razões as temáticas relativas aos animais e às plantas do continente americano se tornaram pertinentes para constar em documentos e crônicas oficiais? Parte da historiografia (BARRERA OSÓRIO, 2006; ÁLVAREZA PELÁEZ, 1993) interpreta o interesse das instituições monárquicas pela natureza a partir de uma chave explicativa centrada na busca por recursos e na empiria, ou seja, pretendia-se conhecer aquilo que gerasse uma forma de riqueza e para tanto o saber estava apoiado na experiência direta. É inegável, como mostramos ao longo dos capítulos, que os documentos produzidos pelo *Consejo* traziam uma perspectiva utilitária em suas formas de entender e descrever os animais e as plantas americanos. No entanto, o pragmatismo não era uma exclusividade das histórias naturais produzidas em território hispânico e sob os auspícios da Monarquia. Conforme pontuam especialistas como Brian W. Ogilvie (2006) e Keith Thomas (1996), a valorização dos usos práticos de cada espécie caracterizava o conhecimento europeu da fauna e da flora no início do período moderno. Neste sentido, não é possível atribuir um caráter revolucionário (ou o início da Revolução Científica) a esses documentos e outros que se encontravam no *Consejo de Indias*. Ao enfatizar aspectos antropocêntricos e proveitosos estavam reproduzindo uma configuração já

estabelecida em relação à área de conhecimento. Tampouco devemos pensar que as descrições dos animais e das plantas eram demandadas e estavam presentes nas crônicas com o intuito de localizar novas *commodities*. Como discutido no primeiro capítulo, esse tipo de leitura é anacrônica e transplanta para os quinhentos e seiscentos parâmetros que se estabeleceram posteriormente. O próprio conceito de utilidade deve ser historicizado: o que era visto como útil nos séculos XVI e XVII correspondem a nossa lógica de pragmatismo?

Poderíamos argumentar, apoiados nos documentos, que os conhecimentos sobre o mundo natural eram necessários para boa governança. De fato, as cédulas, as ordenanças e as próprias crônicas ressaltavam essa união. Entretanto, duas considerações devem ser feitas: ao enfatizarem a importância dos saberes para o governo das partes da Monarquia, cronistas e letrados reforçavam seus papéis e a validade de suas atividades nas instituições e perante à Coroa – da mesma maneira que pontuou Sandman (2008) em relação aos cosmógrafos das instituições monárquicas. É ingênuo interpretar tais fontes literalmente, especialmente quando avaliamos os usos restritos (ou pelo menos pouco acentuados) das informações coletadas nas iniciativas administrativas do império ultramarino. Em segundo lugar, muito provavelmente, os vínculos entre governo e conhecimento se estabeleciam de maneiras menos diretas do que a historiografia parece esboçar.

A compreensão das razões pelas quais os conhecimentos sobre o mundo natural estavam inseridos nas crônicas oficiais parte, primeiramente, da restituição dos vínculos entre História e História Natural e das funções do discurso histórico para as instituições de governança e a Coroa. As crônicas oficiais, enquanto histórias autorizadas, foram pensadas como mecanismos de construção de memórias, que legitimavam ações, ambições e projetos daqueles que governavam. Eram narrativas de poder. A História Natural, como vimos, era parte do saber histórico. Ao estar presente em histórias oficiais também compartilhava desses mesmos pressupostos, sobretudo na Espanha da segunda metade do século XVI, quando juristas e historiadores estiveram envolvidos na constituição e na legitimação de um projeto de império próprio e universal, que se configurava nas projeções estabelecidas para a Monarquia Católica.

Obviamente que a legitimação oferecida pela História Natural diferia daquela proporcionada pelos relatos dos eventos passados. Primeiramente, devemos apontar que os conhecimentos dos animais e das plantas, bem como de outros aspectos do mundo natural, como a geografia dos territórios hispânicos, eram considerados como a representação de um domínio, de uma possessão. Mesmo que a conquista, a ocupação e a colonização estivessem longe de serem efetivas, a nomeação e a descrição presentes nas crônicas garantiam um

domínio discursivo daquelas partes, evidenciavam o alcance das terras sob o governo do monarca e poderiam ser usadas como argumentos em relação a disputas territoriais – recordemos as menções às terras do Brasil na obra de López de Velasco. Também era um meio, retomando a ideia de Plínio, de enobrecer (celebrar), evidenciando a grandiosidade do império. Ainda em relação a aspectos simbólicos, as tradições judaico-cristãs e clássicas reforçavam o predomínio do humano sobre o mundo natural. Escrever sobre os animais e as plantas era também recuperar tais referências que continuavam a ser a base do pensamento ocidental. Dominar também partia do ato de conhecer.

Por outro lado, não podemos esquecer que a História Natural passou a ser um dos componentes essenciais dos relatos sobre o Novo Mundo, como apontamos antes, sua presença fortalecia a fiabilidade daquilo que era narrado.

Os saberes relativos aos animais e às plantas compunham um conjunto de conhecimentos que criavam uma ordem ao Novo Mundo que encontraram, tal ordenação se acomodava aos princípios e anseios econômicos, sociais, políticos, religiosos e simbólicos do período. Conforme pontuou Nieto Olarte (2013, p. 9), a História Natural e outras práticas tecno-científicas permitiram a apropriação europeia do Novo Mundo e a construção de uma nova ordem global.

A conexão entre conhecimento (do mundo natural) e a governança relaciona-se a esta ordenação. A História Natural era necessária para o governo das Índias porque por meio dela engendrava-se (e confirmava-se) uma ordem em que o domínio hispânico e sua legitimação se faziam possíveis.

As respostas às quatro indagações iniciais, bem como as análises feitas ao longo dos capítulos, confirmam a hipótese de constituição de uma cultura epistêmica própria das iniciativas conduzidas pelo *Consejo de Indias* visando apreender as Índias Ocidentais. Nas páginas precedentes, foi analisado o processo de formação de um conjunto de mecanismos e arranjos que possibilitaram e garantiram a produção de um determinado conhecimento expresso nas crônicas oficiais. As iniciativas conduzidas por agentes, como López de Velasco e Herrera y Tordesillas, ao mesmo tempo em que criavam conhecimentos – ao definir estratégias e modos de apreensão – também asseguravam sua validade.

A noção de projeto mostrou-se insuficiente para entender o fenômeno. Em primeiro lugar, porque vinculava todas as iniciativas à figura de um monarca – no caso, principalmente, a Felipe II e seus projetos científicos. Como pudemos observar havia uma continuidade em relação aos conceitos e práticas de História Natural que perpassava reinados e não estava condicionada ao soberano. Além disso, a ideia de projeto traz em seu bojo uma noção de

planejamento e uma racionalidade não condizentes com aquilo que se desenvolveu nas instituições oficiais. Havia, nas obras e documentos analisados, compartilhamentos de determinadas percepções, da atribuição de importância a alguns temas, de princípios, de modos de fazer e de organização e divisão do saber, explícitos e implícitos, que derivavam não de um planejamento prévio, mas da necessidade e de condições históricas específicas. Daí a razão do emprego do conceito formulado por Karen Knorr-Cetina.

Defendo a existência de cultura epistêmica que evidencia as especificidades do conhecimento formulado nas instituições ligadas à governança das Índias – derivadas das singularidades da cognição à distância de um mundo antes ignoto – mas que também manifesta as convergências com outras formas de História Natural do período. Era a cultura epistêmica presente no *Consejo* constituída pelas práticas e pelo reconhecimento de um grupo específico de sujeitos (ou peritos, retomando o termo usado originalmente por Knorr-Cetina): os letrados. De seus interesses, redes de relações e vinculações políticas derivavam a validação de determinados saberes e sua circulação. A valoração conferida por esse grupo à importância da palavra escrita, expressa na frase de López de Velasco transcrita no terceiro capítulo – os 24 símbolos por meio dos quais conhecia-se todas as obras de Deus –, foi um fator fundamental no estabelecimento dos modos de conhecer dos documentos oficiais. Não por acaso, era por meio de papéis e letras que animais e plantas “alcançavam” o *Consejo*.

Certamente, a tese abre espaço para novos questionamentos e novas pesquisas. A documentação analisada, bastante investigada individualmente, quando examinada em conjunto permitiu um novo olhar sobre a cognição do mundo natural americano. Por serem fontes bastante conhecidas, muitas vezes interpretações tradicionais se cristalizam, incidindo um único olhar sobre o tema. Muitas perguntas ainda podem ser feitas a esse conjunto documental. A pesquisa também permite pensar em uma cultura epistêmica para além do *Consejo de Indias* e outras esferas oficiais. Pensar em uma cultura epistêmica presente em outros espaços vinculados ao grupo dos letrados e à construção de um conhecimento à distância. Questionamentos em relação às obras manuscritas e impressas que versavam sobre a temática da História Natural merecem uma investigação detalhada em conexão com as práticas desenvolvidas pela instituição dedicada à administração das Índias Ocidentais. Além disso, se faz necessário uma vinculação entre os estudos sobre a cultura escrita e a história da ciência no período.

Animais e plantas peregrinos circularam pelas páginas da tese e, ao longo dos anos do doutorado, me encantaram. Sintéticos ou elaborados, objetivos ou cheio de referências simbólicas, os relatos presentes nas fontes sempre me divertiram (como advertia Marc Bloch

em relação à vocação) e me permitiram reflexões sobre as formas de conhecer. Que este trabalho possa (re) avivar outras curiosidades e outros encantamentos.

FONTES DE PESQUISA E BIBLIOGRAFIA

ARQUIVOS E INSTITUIÇÕES

Archivo del Real Jardín Botánico (Madrid)

Archivo General de Indias (Sevilha)

Archivo General de Simancas (Simancas)

Archivo Histórico Nacional (Madrid)

Biblioteca “Florestan Fernandes” – FFLCH USP (São Paulo)

Biblioteca do Instituto de Estudos – USP (São Paulo)

Biblioteca General Histórica – Universidade de Salamanca (Salamanca)

Biblioteca Nacional de España (Madrid)

Biblioteca Real del Monastério El Escorial (San Lorenzo de El Escorial)

Biblioteca Tomás Navarro Tomás – CCHS – CSIC (Madrid)

Real Academia de la Historia (Madrid)

ACERVOS DIGITAIS CONSULTADOS

Biblioteca Ayacucho Digital

<http://www.bibliotecayacucho.gob.ve/fba/index.php?id=103>

Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin

<http://www.brasiliana.usp.br/bbd>

Biblioteca Digital Hispánica

<http://www.bne.es/es/Catalogos/BibliotecaDigitalHispanica/Inicio/index.html>

Biblioteca Mundial Digital

<http://www.wdl.org/pt/>

Biblioteca Virtual Menéndez Pelayo

http://www.larramendi.es/menendezpelayo/en/cms/elemento.cmd?id=ms/menendezpelayo/paginas/m_pelayo_presentaciones.html

Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes

<http://www.cervantesvirtual.com/>

Botanicus Digital Library

<http://www.botanicus.org/browse>

Hathi Trust – Digital Library

<https://www.hathitrust.org/home>

Internet Archive

<https://archive.org/>

The John Carter Brown Library Online

<http://www.brown.edu/academics/libraries/john-carter-brown/jcb-online>

FONTES PUBLICADAS

ACOSTA, José de. *Historia Natural y Moral de las Indias*. México: FCE, 2006 [1590].

ACUÑA, René (edit.). *Relaciones Geográficas del siglo XVI*. 8 tomos. México: UNAM, 1986.

ANGLERÍA, Pedro Mártir de. *Décadas del Nuevo Mundo*. Madrid: Ediciones Polifemo, 1989.

BARONA, Josep Lluís e GÓMEZ FONT, Xavier (org.). *La correspondencia de Carolus Clusius con los científicos españoles*. Valencia: Seminari d'estudis sobre la ciència, 1998.

BÍBLIA. Português. *Bíblia Sagrada*. São Paulo: Editora Ave Maria, 1984.

CIEZA DE LÉON, Pedro de. *Crónica del Peru*. Madrid: Calpe, 1922.

CLUSIUS, Carolus. *Descripción de algunas plantas raras encontradas en España y Portugal*. León: Junta de Castilla.

COLÓN, Cristóbal. *Diarios de Colón*. Alicante: Biblioteca Miguel de Cervantes, 2006.

CONSEJO DE LAS INDIAS. *Cédula, Instrucción y Memória para la formación de las relaciones y descripciones de los pueblos de Indias (1577)*. In: SOLANO, Francisco de. *Cuestionarios para la formación de las Relaciones Geográficas de Indias. Siglos XVI/XIX*. Madrid: CSIC, 1988.

_____. *Interrogatorio para todas las ciudades, villas y lugares de Españoles, y Pueblos de Naturales de las Indias Occidentales, islas y Tierra Firme (1604)*. In: SOLANO, Francisco de. *Cuestionarios para la formación de las Relaciones Geográficas de Indias. Siglos XVI/XIX*. Madrid: CSIC, 1988.

_____. *Ordenanzas para la formación del libro de las descripciones de Indias (1573)*. In: SOLANO, Francisco de. *Cuestionarios para la formación de las Relaciones Geográficas de Indias. Siglos XVI/XIX*. Madrid: CSIC, 1988.

_____. *Ordenanzas Reales del Consejo de Indias*. Madrid: Casa de Francisco Sanchez, 1585.

COVARRUBIAS OROZCO, Sebastián de. *Tesoro de la lengua castellana o española*. Madrid: Luis Sanchez, 1611. Disponível em: <http://fondosdigitales.us.es/fondos/libros/765/16/tesoro-de-la-lengua-castellana-o-espanola/> Acesso em 12 Jun. 2013.

y León, 2005.

DIDEROT, D. e D'ALEMBERT, J. (edit.). *Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts e des métiers* [séc. XVIII]. Disponível em : <http://encyclopedia.uchicago.edu/> Acesso em 15 Jun. 2013.

ENCINAS, Diego de. *Cedulario Indiano*. [s.l.], [s.n.], 1596.

FERNÁNDEZ DE OVIEDO Y VALDÉS, Gonzalo. *Historia general y natural de las Indias (Parte I)* [1535]. Disponível em: <http://www.ems.kcl.ac.uk/content/etext/e026.html#d0e6984> . Acesso em: 05 Nov. 2011.

_____. *Libro de la Cámara Real del Príncipe Don Juan, Oficios de su Casa y Servicio Ordinario* [1548]. Valencia: PUV, 2006)

_____. *Sumario de la natural historia de las Indias*. México, DF: FCE, 1996.

FURETIÈRE, Antoine. *Dictionnaire universel, contenant généralement tous les mots français tant vieux que modernes, et les termes de toutes les sciences et des arts*. Haye : A. et R. Leers, 1690. Disponível em : <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k50614b/f405.image> Acesso em 23 Jun. 2013.

GARCIA-GALLO, Alfonso. *Cedulario de Encinas*. Madrid: Cultura Hispánica, 1990.

HERNÁNDEZ, Francisco. *Quatros libros de la naturaleza y virtudes medicinales de las plantas y animales de la Nueva España*. Barcelona: Escuela de Artes, 1838.

HERRERA Y TORDESILLAS, Antonio de. *Descripción de las Indias Occidentales*. In: HERRERA Y TORDESILLAS, Antonio de. *Historia General de los Hechos de los castellanos en las islas i Tierra-Firme del Mar Océano*. Tomo I. Assunção: Editorial Guaranía, 1944.

_____. *Discursos morales, políticos e históricos inéditos de Don Antonio de Herrera*. Madrid: [s.n.], 1804. Disponível em: https://bibliotecadigital.jcyl.es/i18n/consulta/resultados_navegacion.cmd?id=5001&posicion=2&forma=ficha Acesso em 23 Ago. 2015.

_____. *Historia General de los Hechos de los castellanos en las islas i Tierra-Firme del Mar Océano*. Décadas I, II, III e IV. Madrid: Emplenta Real, 1601. Disponível em: <http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-643.html#documentos> Acesso em 25 Ago. 2015.

_____. *Historia General de los Hechos de los castellanos en las islas i Tierra-Firme del Mar Océano*. Décadas V, VI, VII e VIII. Madrid: Juan Cuesta, 1615. Disponível em: <http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-643.html#documentos> Acesso em 25 Ago. 2015.

JIMÉNEZ DE LA ESPADA, Marcos (edit.). *Relaciones Geográficas de Indias*. Madrid: Real Academia Española, 1887-1897. Disponível em: <http://catalog.hathitrust.org/Record/001269805> . Acesso 10 Jun. 2013.

LÓPEZ DE VELASCO, Juan *Demarcación y División de las Indias*. In: PACHECO, Joaquín Francisco, CÁRDENAS Y ESPEJO, Francisco e TORRES DE MENDOZA, Louis (edit.). *Colección de Documentos Inéditos Relativos al descubrimiento, conquista y organización de las antiguas posesiones españolas de América y Oceania sacados de los archivos del Reino y muy especialmente del de las Indias*. Madrid: Imprenta de José María Pérez, 1871.

_____. *Geografía y Descripción Universal*. Madrid: Establecimiento Tipográfico de Fortanet, 1894.

_____. *Orthografía y Pronunciación Castellana*. Burgos: [s.n.], 1582. Disponível em: <http://www.proyectos.cchs.csic.es/humanismoyhumanistas/sites/proyectos.cchs.csic.es/humanismoyhumanistas/files/JLV%20y%20su%20Orthographia.pdf> Acesso em 23 Jun. 2015.

LÓPEZ MEDEL, Tomás. *Dos três elementos*. São Paulo: Escala, 2007.

MAURTUA, Victor Manuel. *Antecedentes de la Recopilación de Yndias*. [s.l.] [s.n.], 1906.

MONARDES, Nicolás. *Primera y segunda y tercera partes de la Historia medicinal, de las cosas que se traen de nuestras Indias Occidentales, que siruen en Medicina*. Sevilla: Alonso Escrivano, 1574. Disponível em: http://books.google.com.br/books/about/Primera_y_segunda_y_tercera_partes_de_la.html?id=pEHeQNiTzA0C&redir_esc=y Acesso em: 04 Abr. 2013.

MUÑOZ, Juan Bautista. *Historia del Nuevo Mundo*. Madrid: Viuda de Ibarra, 1793. Disponível em: <https://archive.org/details/historiadelnuev00mugooq> Acesso 13 Jun. 2015.

PÁEZ DE CASTRO, Juan. “De las cosas para escribir la historia”. In: *Ciudad de Dios*, 28, 1892a.

_____. “De las cosas para escribir la historia”. In: *Ciudad de Dios*, 29, 1892b.

POMAR, Juan Bautista de. “Relación de la ciudad y provincia de Tezcoco”. In: ACUÑA, René (edit.). *Relaciones Geográficas del siglo XVI: Mexico*. Tomo III. México, UNAM, 1986.

PONCE LEIVA, Pilar (ed.). *Relaciones Historico-Geográfica de la Audiencia de Quito (Siglo XVI-XIX)* Madrid: CSIC, 1991.

PUGA, Vasco de. *Provisiones, cédulas, instrucciones para el gobierno de la Nueva España*. México: Pedro Ocharte, 1563.

SUÁREZ DE FIGUEROA, Cristóbal. *Plaza Universal de todas las ciencias y artes*. Madrid: Luis Sanches, 1615. Disponible en: <https://bibliotecadigital.jcyl.es/i18n/consulta/registro.cmd?id=4774> Acceso em 13 Jun. 2015.

VALENCIA, Pedro de. *Obras Completas V. Relaciones de Indias: México*. León: Secretariado de Publicaciones de la Universidad, 1993.

_____. *Obras Completas V. Relaciones de Indias: Nueva Granada y Virreinato de Perú*. León: Secretariado de Publicaciones de la Universidad, 1993.

VARGAS MACHUCA, Bernardo. *Milicia y descripción de las Indias*. Madrid: Librería de Victoriano Suárez, 1892. Disponible en: <http://www.archive.org/details/miliciaydescrip00goog> Acceso em 15 Jun. 2012.

FONTES MANUSCRITAS

Descripción de Indias. Tomo I. BNE – MSS/ 3064.

Descripción de la gobernación y provincia de los quijos. BNE – MSS/594

Építome y breve suma del tratado de los tres elementos. RBME – L.I.12.

Instrucción y advertimiento para la observación de los eclipses de luna. BNE – MSS/3035

CISNERO Y TAGLE, Juan de (recop.). *Libro que trata de la naturaleza de las aves, de los animales quadrupedes y terrestres, de los acuáticos, marinos, de los pescados del mar, de las conchas de las yeruas. Plantas, legumbres y semillas, de árboles y sus frutas, de los minerales, metales que en ellos se hallan, de las piedras preciosas y de menos valor, de sus daños y provecho, virtudes, propiedades para remedio de todas las enfermedades, según uso de medicina* (1622). RAH- Colección Salazar y Castro F-26.

HERRERA Y TORDESILLAS, Antonio de. *Primera parte de las varias epístolas, discursos y tractados a diuersos claros varones, las quales contienen muchas materias útiles para el gouieno político y militar, con un Elogio de la vida y hechos de el Lizenciado Christoual*

Vaca de Castro, del Consejo Supremo y Governador de los Reynos del Piru. BNE-MSS/3011.

LÓPEZ DE VELASCO, Juan. *Demarcación y División de las Indias*. BNE – MSS 2825.

ROBLES CONEJO, A. *Examen de los simples medicinales que son usuales en las boticas según antiguos y modernos griegos, árabes y latinos*. Archivo del Real Jardín Botánico de Madrid (ARJB).

SAN JOSEPH, Diego. *Facultades de las plantas colegiadas de historia natural* (1619). RAH-11-8543.

OBRAS DE REFERÊNCIA

ALDEN, John (edit.). *European Americana a chronological guide to works printed in Europe relating to the Americas, 1493-1776*. New York : Readex Books, 1980.

AULETE. *iDicionário Aulete*. Disponível em: <http://aulete.uol.com.br/> Acesso em 15 Jul. 2015.

CHECA Cremades, José Luis. *Bibliografía Fundamental sobre Botánica e Historia Natural (siglo XV-Siglo XVIII). Las plantas del mundo vistas a través de 250 impresos prelinneanos*. Madrid: Libris, 2004.

COLMEIRO, Miguel. *La Botánica y Los Botánicos de la Península Hispano-Lusa*. Madrid: M. Rivadeneyra, 1858.

LÓPEZ PIÑERO, J. M.; BĂGUENA CERVELLERA, María-José; FRESQUET FEBRER, J. S. et allí. *Los impresos científicos españoles de los siglos XV y XVI*, vols. I, II, III e IV. Valencia: Cátedra de Historia de la Medicina/ Universidad de Valencia, 1986.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIRRE, Esperanza e BIEDMA. *Felipe II: el Rey íntimo. Jardín y Naturaleza en siglo XVI*. Madrid: Sociedad Estatal para la conmemoración de los centenários de Felipe II e Carlos V, 1998.

ÁLVAREZ PELÁEZ, Raquel. “El cuestionario de 1577. La instrucción y memoria que se han de hacer para la descripción de las Indias de 1577.” In: SOLANO, Francisco de.

Cuestionarios para la formación de las Relaciones Geográficas de Indias. Siglos XVI/XIX. Madrid: CSIC, 1988.

_____. “Etnografía e Historia Natural em los cuestionarios oficiales del siglo XVI”. *Asclepio*, Vol. 41 (2), 1989, pp. 103-125.

_____. “Felipe II, la Ciencia y el Nuevo Mundo”. In: *Revista de Indias*, vol. LIX, núm. 215, 1999.

_____. “La Historia Natural en Tiempos del Emperador Carlos V. La importancia de la conquista del Nuevo Mundo”. In: *Revista de Indias*, vol. LX, núm. 218, 2000.

_____. “Un Nuevo Mundo para la ciencia: el descubrimiento de la naturaleza americana”. In: NAVARRO BROTONS, Victor e EAMON, William (orgs.). *Más allá de la Leyenda Negra. España y la Revolución Científica*. Valencia: Instituto de Historia de la Ciencia y Documentación López Piñero, 2007.

_____. *La conquista de la naturaleza americana*. Madrid: CSIC, 1993.

_____. *La Historia Natural en los Siglos XVI y XVII*. Madrid: Ediciones Akal, 1991.

ALVAR EZQUERRA, Alfredo. “La historia, los historiadores y el Rey en la España del Humanismo”. In: ALVAR EZQUERRA, Alfredo (coord.). *Imágenes históricas de Felipe II*. Madrid: Centro de Estudios Cervantinos 2000.

ALVAR EZQUERRA, Alfredo; GARCÍA GUERRA, María Elena e VICIOSO RODRIGUEZ, María de los Angeles. *Relaciones Topográficas de Felipe II*. Madrid: CSIC, 1993.

ALVES, Abel A. *The Animals of Spain: an introduction to imperial perceptions and human interaction with others animals, 1492-1826*. Leiden: Brill, 2011.

ALVIM, Márcia Helena. “Conhecimento e Políticas Colonizadoras no século XVI Novo-Hispano”. In: ALVIM, Márcia Helena (org.). *Conhecimento, cultura e circulação de ideias na América Colonial Luso-Hispânica*. Santo André: UFABC, 2014.

AÑON, Carmen e SANCHO, José Luis. *Jardín y Naturaleza en el reinado de Felipe II*. Madrid: Doce Calles, 1998.

ARBER, Agnes. *Herbals: their origin and evolution. A chapter in the history of Botany (1470-1670)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1953.

ARIAS QUEIJA, Berta. “Estudio Preliminar”. In: LÓPEZ MEDEL, Tomás. *De los tres elementos: tratado sobre la naturaleza y el hombre del Nuevo Mundo*. Madrid: Quinto Centenario, 1990.

ARMITAGE, David. “Introduction”. In: ARMITAGE, David (edit.). *Theories of Empire (1450-1800)*. Aldershot: Ashgate, 1998.

ARRIZABALGA, Jon. “El libro científico en la primera imprenta castellana (1485-1520). In: GARCIA BALLESTER, L. *Historia de la ciencia y de la técnica en la corona de Castilla*, Vol. II. Madrid: [Junta de Castilla y León](#), [Consejería de Educación y Cultura](#), 2002.

ASHWORTH JR., William B. “Natural history and the emblematic world view”. In: LINDENBERG, David C. e WESTMAN, Robert S. *Reappraisals of Scientific Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. “Emblematic natural history of Renaissance”. In: In: JARDINE, N., SECORD, J. e SPARY, C. *Cultures of Natural History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

ASÚA, Miguel de e FRENCH, Roger. *A new world of animals: early modern Europeans on the creatures of Iberian America*. Burlington: Ashgate, 2005.

BAKEWELL, Peter. “A Mineração na América Espanhola Colonial”. In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina. América Latina Colonial Vol. II*. São Paulo: Edusp, 2008.

BARONA, Josep L. “Clusius’ exchange of botanical information with Spanish scholars”. In: *Carolus Clusius Royal Netherlands Academy of Arts and Sciences*, 2007.

BARRERA OSORIO, Antonio. “Experiencia y empirismo em el siglo XVI: reportes y cosas del Nuevo Mundo”. In: *Memoria y Sociedad*, vol. 13, 2009.

_____. “Empire and Knowledge: Reporting from the New World”. In: *Colonial Latin American Review*, vol. 15, n. 1, 2006.

_____. “Local Herbs, Global Medicines: commerce, knowledge, and commodities in Spanish America”. In: SMITH, Pamela H. e FINDLEN, Paula (edits.). *Merchants & Marvels. Commerce, Science, and Art in Early Moderne Europe*. Nova York/Londres: Routledge, 2002.

_____. “Nature and Experience in the New World: Spain and England in the making of the New Science”. In: NAVARRO BROTONS, Victor e EAMON, William (orgs.). *Más allá de la Leyenda Negra. España y la Revolución Científica*. Valencia: Instituto de Historia de la Ciencia y Documentación López Piñero, 2007.

_____. *Experiencing Nature: The Spanish American Empire and the Early Scientific Revolution*. Austin: University of Texas Press, 2006.

BAUDOT, Georges. *Utopia and History in Mexico: The First Chronicles of Mexican Civilization, 1520-1569*. Niwot: University Press of Colorado, 1995.

BELTRÁN, Maria H. Roxo. “História da Ciência e História do livro: O papel da imagem como registro de conhecimentos sobre a natureza e as artes na primeira modernidade.” In: *Circumscribere*, 15, 2015.

BEER, Jeanett M. A. *Narrative Conventions of Truth in the Middle Ages*. Geneve: Librairie Droz, 1981.

BELTRÁN RÓZPIDE, Ricardo. *Americana en tiempo de Felipe II según el Cosmógrafo-cronista Juan López de Velasco*. Madrid: Imprenta del Patronato de Huérfanos de Intendencia e Intervención Militares, 1927.

BERTHE, Jean-Pierre. “Juan López de Velasco (Ca. 1530-1598), cronista y cosmógrafo mayor de las Indias: su personalidad y su obra geográfica”. In: *Relaciones* 75, vol. XIX, 1998.

BLACK, Jeremy. *Mapas e História : construindo imagens do passado*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BLEICHMAR, Daniela, DE VOS, Paula, HUFFINE, Kristin e SHEEHAN, Kevin. *Science in the Spanish and Portuguese Empires (1500 -1800)*. Stanford: Stanford University Press, 2009.

BLEICHMAR, Daniela. “The trajectories of Natural Knowledge in the Spanish Empire (ca. 1550-1650)”. In: NAVARRO BROTONS, Victor e EAMON, William (orgs.). *Más allá de la Leyenda Negra. España y la Revolución Científica*. Valencia: Instituto de Historia de la Ciencia y Documentación López Piñero, 2007.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando J. *Del escribano a la biblioteca: la civilización escrita europea en la alta edad moderna (siglos XV – XVII)*. Madrid: Editorial Síntesis, 1997.

_____. “Comunicação, conhecimento memória na Espanha dos séculos XVI e XVII”. In: *Cultura* 14, 2002.

_____. “Escribir en la corte. La cultura de la nobleza cortesana y las formas de comunicación en el Siglo de Oro”. In: BENASSAR PERILLIER et. al. *Vivir el Siglo de Oro. Poder, Cultura e Historia en la época moderna*. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 2003.

_____. *Imagen y propaganda: capítulos de Historia Cultural del reinado de Felipe II*. Madrid: Akal, 1998.

_____. *Papeles y opinión: políticas de publicación en el Siglo de Oro*. Madrid: CSIC, 2008.

_____. “Para qué imprimir. De autores, público, impresores y manuscritos en el Siglo de Oro. In: *Cuadernos de Historia Moderna*, n. 18, 1997.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando e ALVAR EZQUERRA, Alfredo. “Apuntes biográficos y análisis de la biblioteca de un gran estadista hispano del siglo XVI: el presidente Juan de Ovando”. In: *Revista de Indias*, Vol. 44, N° 173, 1992.

BOXER, Charles R. *O império marítimo português*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRENDECKE, Arndt. “ ‘Arca, archivillo, archivo’: the keeping, use and status of historical documents about the Spanish Conquista. In: *Arch Sci*, n. 10, 2010.

BRIGGS, Asa e BURKE, Peter. *Uma História Social da Mídia: de Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

_____. *Imperio e información: funciones del saber en el dominio colonial español*. Madrid: Iberoamericana/ Vervuet, 2012.

_____. “Informing the Concl. Central Institutions and Local Knowledge in the Spanish Empire”. In: Blockmans, W. (edit.). *Empowering Interactios: Politicals Cultures and the Emergence of State in Europe, 1300-1900*. Burlingto: Ashgate, 2009.

BURBANK, Jane e COOPER, Frederick. *Impérios: Una Nueva Visión de la Historia Universal*. Barcelona: Critica, 2011.

BURKE, Peter. “America the Rewriting of World History”. In: KUPPERMAN, Karen Ordahl. *America in the European Consciousness 1493-1750*. London: Institute of Early American History and Culture, 1995.

_____. *Uma História Social do Conhecimento: de Guttenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahr, 2003.

BURKE, Peter e PO-CHIA HSIA, R. (org.). *A tradução cultural nos primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Unesp, 2009.

BUSTAMANTE GARCÍA, Jesús. “El conocimiento como necesidad de Estado: las encuestas oficiales sobre Nueva España durante el reinado de Carlos V”. In: *Revista de Indias*, vol. LX, n. 218, 2000.

_____. “Francisco Hernández, Plínio del Nuevo Mundo: tradición clásica y sistema terminológico indígena en una obra renacentista”. IN: ARES QUEIJA, Berta e GRUZINSKI, Serge. *Entre dos mundos: fronteras culturales y agentes mediadores*. Sevilla: CSIC, 1997.

_____. “La empresa naturalista de Felipe II y la primera expedición científica en suelo americano: la creación del modelo expedicionario renacentista.”. In: MARTÍNEZ MILLÁN, José (dir.). *Felipe II (1598-1998), Europa dividida, la monarquía católica de Felipe II* (Universidad Autónoma de Madrid, 20-23 abril 1998). Madrid: Parteluz, 1998.

_____. “Los círculos intelectuales y las empresas culturales de Felipe II: Tiempos, lugares y ritmos del humanismo en la España del siglo XVI. In: BUSTAMANTE GARCÍA, J. e QUIJADA M. (eds.). *Élites intelectuales y modelos colectivos: mundo ibérico (siglos XVI – XIX)*. Madrid: CSIC, 2002.

BUTZER, Karl W. “From Columbus to Acosta: Science, Geography, and the New World”. In: *Annals of the Association of American Geographers*, vol, 82, 1992.

CABRERO FERNÁNDEZ, Leoncio. *Historia de las Relaciones Geográficas de Indias: Nueva España siglo XVI*. Madrid: Facultad de Filosofía y Letras, 1967.

CAMPOS Y FERNÁNDEZ DE SEVILLA, F. J. Catálogo del fondo manuscrito americano de la Real Biblioteca del Escorial. San Lorenzo de El Escorial: Ediciones Escorialenses, 1993.

_____. “Las Relaciones Topográficas de Felipe II: perspectivas de unas fuentes históricas monumentales sobre Castilla la Nueva en el siglo XVI”. In: *La Ciencia en el Monasterio del Escorial. Actas del Simposium*. San Lorenzo del Escorial, 1994.

CAÑIZARES ESGUERRA, Jorge. "Iberian Colonial Science". *Ísis*, vol. 96 (1), 2005.

_____. "Typology in the Atlantic: Early Modern Readings of Colonization". In: BAILYN, Bernard (edit.). *Soundings in Atlantic History*. Harvard: Harvard University Press, 2009.

_____. *Nature, Empire and Nations: explorations of the History of Science in the Iberian World*. California: Stanford University Press, 2006.

CARBIA, ROMULO D. *La crónica oficial de las Indias Occidentales: estudio histórico acerca de la historiografía mayor de Hispano-América en los siglos XVI a XVIII. Con una introducción sobre la crónica oficial en Castilla*. Buenos Aires: Imprenta López – Perú, 1934.

CARDIM, Pedro. "La presencia de la escritura (siglos XVI-XVIII). In: CASTILLO GÓMEZ, Antonio de (edit.). *Historia de la Cultura Escrita: del Próximo Oriente Antiguo a la Sociedad Informatizada*. Madrid: TREA, 2002.

CARRILLO CASTILLO, Jesús. Naming Difference: The Politics of Naming in Fernández de Oviedo's *Historia General y Natural de las Indias*. In: *Science in Context*, vol. 16, n. 2, 2003.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. *Escrituras y Escribientes: Prácticas de la cultura escrita en una ciudad del Renacimiento*. Las Palmas de Gran Canarias: Gobierno de Canarias, 1997.

CASTILLO MARTOS, Manuel. "Ciencia y Humanismo en Sevilla y América en los siglos de la revolución científica y tecnológica". In: GUTIÉRREZ ESCUDERO, Antonio (coord.). *Ciencia, Economía y Política en Hispanoamérica colonial*. Sevilla: CSIC, 2000.

CAVALLO, Guglielmo e CHARTIER, Roger. *História da Leitura no Mundo Ocidental*. São Paulo : Ática, 1997.

CAYUELA, Anne. "La lengua castellana entre 'escriptores', 'escriuanos' y 'escriuientes' : el prólogo de *Orthographía y pronunciación castellana* (Burgos, 1582)". In: *Corpus Eve*, 2013. Disponível em: <http://eve.revues.org/879>. Acesso em 31/05/2015.

CEARD, J. "Voyages et Voyageurs a la Renaissance". In: CEARD, Jean e Margolin, Jean-Claude. *Voyageur a la Renaissance*. Paris : Maisonneuve de Larose, 1987.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro : Forense, 2011.

CHABRÁN, Rafale. « Andrés Laguna y Francisco Hernández. Humanismo y Ciencia". In: GARCÍA HOURCADE, Juan Luis e MORENO YUSTE, Juan Manuel (coord.). *Andrés Laguna. Humanismo, Ciencia y Política en la Europa Renacentista*. Valladolid: Junta de Castilla y León/ Consejería de Educación y Cultura, 2001.

CHARTIER, Roger. "História Cultural do autor e da autoria". In: FAULHEBER, Priscila e LOPES, José Sérgio Leite (org.). *Autoria e história cultural*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012.

_____. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002.

_____. *Libros, lecturas y lectores em la Edad Moderna*. Madrid, Alianza Editorial, 1994.

CHARTIER, Roger e MADERO, Marta. “Posfacio. Poderes de la Escritura. Escrituras del Poder”. In: *Anales de Historia Antigua, Medieval y Moderna*, vol. 34, 2011.

CHECA, Fernando e MORÁN, J. Miguel. *El coleccionismo em España: de la cámara de maravillas a la galería de pinturas*. Madrid: Cátedra, 1985.

CHIAPPEL, Fredi (edit). *First Images of America: the impact of the New World on the old*, vol I. Los Angeles/ London/ Berkley: University of California Press, 1976.

COELLO DE LA ROSA, Alexandre. “Historias Naturales y Colonialismo: Gonzalo Fenández de Oviedo y José de Acosta”. In: *Illes i Imperis*. Estudis d’història de les societats en el món colonial i post-colonial. Departament d’Humanitats. Universitat Pompeu Fabra (UPF), 8, 2006.

COOK, Harold. “Physicians and natural history”. In: JARDINE, N., SECORD, J. e SPARY, C. *Cultures of Natural History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

_____. “Global Economies and Local Knowledge in the East Indies: Jacobus Bonitus Learns the Facts of Nature”. In: SCHIEBINGER, L. e SWAN, C. (edit.). *Colonial Botany. Science, Commerce, and Politics in the Early Modern World*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2005.

CORDERO DEL CAMPILLO, Miguel. *Crónicas de Indias: ganadería, medicina y veterinaria*. Valladolid: Junta de Castilla y León, Consejería de Educación, 2001.

CROSBY, Alfred W. *Imperialismo Ecológico: a expansão biológica da Europa 900-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CUESTA DOMINGO, Mariano. “Juan López de Velasco y su obra geográfica (área Andina). IN: VARELA MARCOS, Jesús (coord.). *Descubrimientos y cartografía II. Seminario Iberoamericano de Descubrimientos y Cartografía*. Tordesillas: Instituto de Estudios de Iberoamérica y Portugal, 1998.

_____. “Alonso de Santa Cruz, cartógrafo y fabricante de instrumentos náuticos de la Casa de Contratación”. In: *Revista Complutense de Historia de América*, n. 30, 2004.

_____. *Estudio Crítico – Antonio de Herrera y Tordesillas*. Madrid: Fundación Ignacio Larramendi, 2015.

_____. “Los cronistas oficiales de Indias. De López de Velasco a Céspedes del Castillo”. In: *Revista Complutense de Historia de América*, vol. 33, 2007.

CUNNINGHAM, Andrew. “The Culture of Gardens”. In: JARDINE, N., SECORD, J. e SPARY, C. *Cultures of Natural History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

DASTON, Lorraine e GALISON, Peter. “The image of Objectivity”. In: *Representation*, n. 40, 1992.

_____. *Objectivity*. New York: Zone Books, 2007.

DASTON, Lorraine e PARK, Katherine. *Wonders and the Order of Nature (1150-1750)*. New York: Zone Books, 2001.

DEAN, Peter. *La Revolución de las ciencias. El conocimiento europeo y sus expectativas 1500-1700*. Madrid: Marcial Pons, 2007.

DEL PINO DÍAS, Fermin. La Historia Natural y Moral de las Indias como género: orden y génesis literaria de la obra de Acosta. In: *Histórica*, vol. 24, n. 2, 2000.

DE VOS, Paula. "An herbal El Dorado: the quest for botanical wealth in Spanish Empire". *Endeavour*, vol. 27, n. 3, 2003.

_____. "Natural History and the Pursuit of Empire in the Eighteenth-Century Spain". In: *Eighteenth-Century Studies*, vol. 40, n.2, 2007.

_____. "The Science of Spices: Empiricism and Economic Botany in the Early Spanish Empire". In: *Journal of World History*, Vol. 17, n. 4, 2006.

DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente*: São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DRAYTON, Richard. *Nature's Government. Science, Imperial Britain, and the 'Improvement' of the World*. New Haven: Yale University Press, 2000.

DURANT-FOREST, Jacqueline. "Aperçu de l'histoire naturelle de la Nouvelle-Espagne d'après Hernández, les informateurs indigènes de Sahagún et les auteurs du Codex Badianus". In: CHENU, Jeanne et al. (orgs.). *Nouveau Monde et Renouveau de l'Histoire Naturelle*. Paris: Service des publications Université de la Sorbonne Nouvelle, Paris III, 1985.

EAMON, William. "From the secrets of nature to public knowledge". In: LINDENBERG, David C. e WESTMAN, Robert S. *Reappraisals of Scientific Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

EISENSTEIN, Elisabeth. *A Revolução da cultura impressa: Os primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Ática, 1998.

_____. "AHR Forum. An Unacknowledge Revolutions Revisited". In: *American Historical Review*, 107, n. 1, 2002.

ELLIOTT, J. H. *España, Euroa y el mundo de ultramar [1500-1800]*. Madrid: Taurus, 2009.

_____. *España y su mundo 1500-1700*. Madrid: Alianza Editorial, 1991.

_____. "Europa y América en la época Moderna." In: SANCHEZ MONTES, F.; ELLIOTT, J. H. Et all. (org). *La incorporación de las Indias al Mundo Occidental en Siglo XVI*. Granada: Universidad de Granada, 2000.

_____. "Final Reflections: The Old World and the New Revisited". KUPPERMAN, Karen Ordahl. *America in the European Consciousness 1493-1750*. London: Institute of Early American History and Culture, 1995.

_____. *Imperial Spain (1469-1716)*. New York: Penguin, 2002.

_____. *O Velho Mundo e o Novo 1492-1650*. Lisboa: Editorial Quercó, 1984.

ENENKEL, Karl A. E. “Introduction – The transformation of Classics. Practices, Forms, and Functions of Early Modern Commenting”. In: ENENKEL, Karl A. (edit.). *Transformations of the Classics via Early Modern Commentaries*. Leiden: Brill, 2014.

ESTEBAN PIÑERO, Mariano. “La Ciencia en el siglo XVI español”. In: GARCÍA HOURCADE, Juan Luis e MORENO YUSTE, Juan Manuel (coord.). *Andrés Laguna. Humanismo, Ciencia y Política en la Europa Renacentista*. Valladolid: Junta de Castilla y León/ Consejería de Educación y Cultura, 2001.

ESTEVE BARBA, Francisco. *Historiografía Indiana*. Madrid: Gredos, 1992.

EVANS, R. J. W. e MARR, Alexander. *Curiosity and Wonder from the Renaissance to the Enlightenment*. Burlington: Ashgate, 2006.

EWAN, Joseph. “The Columbian Discoveries and the growth of Botanical Ideas with Special Reference to the Sixteenth Century”. In: ALLEN, M. e BENSON, R. e L. (edits). *First Images of America: The Impact of the New World on the Old*. Berkeley, Los Angeles, Londres: University of California Press, 1976.

FERNANDES, Luiz Estavam de Oliveira e KALIL, Luís Guilherme. “A historiografia sobre as crônicas americanas: a criação de um gênero documental”. In: KARNAL, Leandro et al. (orgs). *Cronistas do Caribe*. Coleção Ideias. Campinas: IFCH/Unicamp, 2012.

FERNANDES, Luiz Estavam de Oliveira. *Histórias de um silêncio: as leituras de história eclesiástica indiana de Frei Jerônimo de Medietá*. Campinas: [s.n.], 2004.

FERNÁNDEZ ALBALADEJO, Pablo. *Fragmentos de Monarquía: trabajos de historia política*. Madrid: Alianza Editorial, 1992.

FERNÁNDEZ DURO, Cesáreo. Geografía y descripción universal de las Indias, recopilada por el cosmógrafo-cronista, Juan López de Velasco, desde el año de 1571 al de 1574, publicada por D. Justo Zaragoza. In: *Boletín de la Real Academia de la Historia*, tomo 26, 1895.

FERNÁNDEZ PERES, Joaquín. “La Historia Natural y la vida cotidiana”. In: MARTÍNEZ RUIZ, Enrique (org.). *Felipe II, la ciencia y la técnica*. Madrid: Actas Editorial, 1999.

FERNÁNDEZ, Rafael Diego. “La visita al Consejo de Indias de Juan de Ovando y la Nueva España”. In: *Revista Chilena de Historia del Derecho*, n. 22. Tomo I, 2010.

FINDLEN, Paula. “Courting nature”. In: JARDINE, N., SECORD, J. e SPARY, C. *Cultures of Natural History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

_____. “Francis Bacon and the Reform of Natural History in the seventeenth century”. In: KELLEY, Donald (edit.). *History and the Disciplines: The Reclassification of Knowledge in Early Modern Europe*. Rochester: University of Rochester Press, 1997.

_____. “Inventing Nature. Commerce, Art, and Science in the Early Modern Cabinet of Curiosities”. In: SMITH, Pamela H. e FINDLEN, Paula (edits.). *Merchants & Marvels. Commerce, Science, and Art in Early Moderne Europe*. Nova York/Londres: Routledge, 2002.

_____. “Natural History”. In: PARK, K. e DASTON, L. *The Cambridge History of Science*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

_____. “The Formation of a Scientific Community: Natural History in Sixteenth-century Italy”. In: GRAFTON, A. e SIRAI, Nancy. *Natural Particulars: Nature and disciplines in Renaissance Europe*. Cambridge: MIT Press, 1995.

FLECK, Ludwik. *Gênese e Desenvolvimento de um fato científico*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

FLORENZANO, Modesto. “Notas sobre tradição e ruptura no Renascimento e na Primeira Modernidade”. In: *Revista de História*, vol. 135, 1996.

FONSECA, Pedro Carlos Louzada. *Bestiário e discurso do gênero no descobrimento da América e na colonização do Brasil*. Bauru, SP: Edusc, 2011.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FRANCISCO OLMOS, José María. *Los miembros del Consejo de Hacienda (1722-1838) y Organismos Económico-Monetarios*, Madrid, Castellum, 1997.

FREITAS NETO, José Alves de. “O resgate da crônica, questões sobre etnia e a identidade na América Hispânica do século XIX”. In: *Idéias*, Ano 11 (1), 2004.

FRENCH, Roger. *Ancient Natural History: histories of nature*. New York/ London: Routledge, 1994.

FRESSQUET FEBRER, José Luis. “Los Inicios de la asimilación de la materia médica americana por la terapéutica europea”. In: LÓPEZ PIÑERO, José M. (coord.). *Viejo y Nuevo Continente: la medicina en el encuentro de dos mundos*. Madrid: Saned, 1992.

FUDGE, Erica (edit.). *Renaissance Beasts of Animals, Humans, and Other wonderful creature*. Chicago: University of Illinois Press, 2004.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Juan. “Arias Montano y Pedro de Valencia: histos de una amistad”. In: *Revista de estudios extremeños*, vol. 58, n. 1, 2002.

GARCÍA HERNÁN, Enrique. “La España de los Cronistas Reales en los siglos XVI y XVII”. In: *Norba. Revista de Historia*. Vol, 19, 2006.

GARCÍA HOURCADE, Juan Luis e MORENO YUSTE, Juan Manuel (coord.). *Andrés Laguna: Humanismo, ciencia y política en la Europa Renacentista*. Valladolid: Junta de Castilla y León, Consejería de Educación, 2001.

GARIN, Eugenio. *Ciência e vida civil no Renascimento italiano*. São Paulo: Unesp, 1996.

GARROTE PEREZ, Francisco, *Naturaleza y Pensamiento en España en los siglos XVI y XVII*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1981.

GERBI, Antonello. *La naturaleza de las Indias Nuevas*. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1992.

_____. *O Novo Mundo: História de uma polêmica (1750-1900)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GIVENS, Jean A., REEDS, Karen M. e TOUWAIDE, Alain (edits.). *Visualizing Medieval Medicine and Natural History, 1200-1550*. Vermont: Ashgate, 2006.

GÓMEZ, Susana. “*Lucifera y Fructifera: ciencia y utilidad en las colecciones naturalistas de la España de los Austrias*”. In: NAVARRO BROTONS, Victor e EAMON, William (orgs.). *Más allá de la Leyenda Negra. España y la Revolución Científica*. Valencia: Instituto de Historia de la Ciencia y Documentación López Piñero, 2007.

GOMIS, Alberto. “*Andrés Laguna y el mundo natural*”. In: GARCÍA HOURCADE, Juan Luis e MORENO YUSTE, Juan Manuel (coord.). *Andrés Laguna. Humanismo, Ciencia y Política en la Europa Renacentista*. Valladolid: Junta de Castilla y León/ Consejería de Educación y Cultura, 2001.

GONZÁLEZ BOIXO, José Carlos. “*Hacia una definición de las crónicas de Indias*”. In: *Anales de la literatura hispanoamericana*, 28, 1999.

GONZÁLEZ ECHEVARRÍA, Roberto. *Myth and archive. A theory of Latin American narrative*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

GONZÁLEZ GARCÍA, Pedro. *Archivo General de Indias*. Barcelona: Lunwerg D.L., 1995.

GONZÁLEZ MUÑOZ, María del Carmen. “*Estudio Preliminar*”. In: LÓPEZ DE VELASCO, Juan. *Geografía y Descripción Universal de las Indias*. Madrid: Ediciones Atlas, 1971.

_____. “*Science, Medicine, and Technology in Colonial Spanish America: New Interpretations, New Approaches*”. In: BLEICHMAR, Daniela, DE VOS, Paula, HUFFINE, Kristin e SHEEHAN, Kevin. *Science in the Spanish and Portuguese Empires (1500 -1800)*. Stanford: Stanford University Press, 2009.

GONZÁLEZ PASCUAL, Baltasar. *Edición y Estudio de la Orthografía Española de la Real Academia Española (1741). Antecedentes y Consecuentes*. [Tese de doutorado]. Almería: [s.n.], 2009.

GONZÁLEZ SÁNCHEZ, Carlos Alberto. “*Abismos de la memoria: escritura y descubrimientos oceánicos. Una aproximación metodológica*”. In: *História Unisinos* 18 (2), 2014.

GOODMAN, David. *Poder y penúria. Gobierno, tecnología y ciência em la España de Felipe II*. Madrid: Alianza Editorial, 1990.

GRAFTON, Anthony. *New worlds, Ancients texts. The Power of traditions and shock of Discovery*. Massachusets : The Belknap Press of Harvard University Press, 1992.

GREENFIELD, Amy Butler. *Un Rojo Perfecto. Imperio, espionaje y la búsqueda del color del deseo*. Valencia : PUV, 2010.

GRUZINSKI, Serge. *Les quatre parties du monde: histoire d'une mondialisation*. Paris : Éditions de La Martinière, 2004.

_____. *As Quatro Partes do Mundo*. São Paulo/ Belo Horizonte: Edusp / Editora UFMG, 2014.

HADDAD, Thomás A. S. e GONÇALVES, Carlos H. B. “Algumas observações sobre fontes jesuíticas para a História da Astronomia”. In: *Circumscribere* 4, 2008.

_____. “Diálogos entre a história da ciência e a história do livro : Considerações preliminares”. In: *Circumscribere*, 15, 2015.

HARTOG, François. *O espelho de Heródoto – Ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.

JAVIER, Francisco e FUENTE FERNÁNDEZ, Jesús. “Edición Crítica”. In: VALENCIA, Pedro de. *Obras Completas – Relaciones de Indias*. Vol. V. León: Secretariado de Publicaciones de la Universidad, 2001.

JOHNS, Adrian. “Natural history as print culture”. In: JARDINE, N., SECORD, J. e SPARY, C. *Cultures of Natural History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

_____. “Science and the Book in Modern Cultural Historiography”. In: *Studies in Philosophy of Science*. Vol. 29, n. 2, 1998.

_____. “How to acknowledge a revolution.” In: *American Historical Review*, 107, 2002.

KAGAN, Richard L. “Arcana Imperii: mapas, ciencia y poder en la corte de Felipe IV”. In: FELIPE PEREDA, Fernando M. (edit.). *El atlas del Rey Planeta. La "descripción de España y de las costas y puertos de sus reinos" de Pedro Texeira (1634)*. Madrid: Nerea Editorial, 2002.

_____. “El cronista oficia ¿Historiador o consejero? El caso ejemplar de Herrera y Tordesillas”. In: ANTONIO SALAS, José e SERRANO, Eliseo (coords.). *Revista de Historia Jerónimo Zurita*, 2013.

_____. “La corografía en la Castilla Moderna. Género, Historia, Nación”. In: *Studia Historica. Historia Moderna*, vol. XIII, 1995.

_____. “La Luna de España: Mapas, ciencia y poder en la época de los Austrias”. In: *Pedralbes*, n. 25, 2005.

_____. *Los cronistas y la Corona: la política de la historia en España en las edades media y moderna*. Madrid: Centro de Estudios Europa Hipánica/ Marcial Pons Historia, 2010.

_____. *Students and Society in early modern Spain*. Baltimore/London: The John Hopkins University Press, 1974.

KAUFMANN, Thomas DaCosta. "Questions of Representation". In: SMITH, Pamela H. e FINDLEN, Paula (edits.). *Merchants & Marvels. Commerce, Science, and Art in Early Moderne Europe*. Nova York/Londres: Routledge, 2002.

KELLEY, Donald R. "The Problem of Knowledge and the Concept of Discipline". In: KELLEY, Donald (edit.). *History and the Disciplines: The Reclassification of Knowledge in Early Modern Europe*. Rochester: University of Rochester Press, 1997.

KNORR-CETINA, Karin. "A comunicação na ciência". In: GIL, Fernando (ed.). *A ciência tal qual se faz*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1999a.

_____. *Epistemic Cultures. How the Sciences Make Knowledge*. Massachusetts: Harvard University Press, 1999b.

KOERNER, Lisbet. "Carl Linnaeus in this time and place". In: JARDINE, N., SECORD, J. e SPARY, C. *Cultures of Natural History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/ Ed. PUC Rio, 2006.

KUPPERMAN, Karen Ordahl. "Introduction". In: KUPPERMAN, Karen Ordahl. *America in the European Consciousness 1493-1750*. London: Institute of Early American History and Culture, 1995.

KUSUKAWA, Sachiko. *Picturing the Book of Nature. Image, Text, and Argument in Sixteenth-Century Human Anatomy and Medical Botany*. Chicago/ London: The University of Chicago Press, 2012.

_____. "The uses of pictures in the formation of learned knowledge: the cases of Leonhard Fuchs and Andreas Vesalius". In: KUSUKAWA, Sachiko e MACLEAN, Ian. *Transmitting Knowledge: words, images, and instruments in early modern Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

LAFUENTE, Antonio e MOSCOSO, Javier (org.). *Madrid, Ciencia y Corte*. Madrid: CSIC, 1999.

LAFUENTE, Antonio e VALVERDE, Nuria. "Linnaena Botany and Spanish Imperial Biopolitics". In: SCHIEBINGER, L. e SWAN, C. (edit.). *Colonial Botany. Science, Commerce, and Politics in the Early Modern World*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2005.

LANDAU, David e PARSHALL, Peter. *The Renaissance Print*. New Haven/ London: Yale University Press, 1994.

LATOUR, Bruno e WOOLGAR, Steve. *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LAW, J. "The Methods of Long Distance Control: Vessels, Navigation, and the Portuguese Route to India" In: LAW, John (edit.). *Power, Action and Belief: A New Sociology of Knowledge?* Henley: Routledge, 1986.

LEDEZMA, Domingo e MILLONES FIGUEROA, Luis. “Introducción: los jesuítas y el conocimiento de la naturaleza americana”. In: LEDEZMA, Domingo e MILLONES FIGUEROA, Luis. *El saber de los jesuítas, historias naturales y el Nuevo Mundo*. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuet, 2005.

LEDEZMA, Domingo. “Historia natural y discurso idiosincrásico del Nuevo Mundo: Los Problemas y secretos maravillosos de las Indias, del médico novohispano Juan de Cárdenas”. In: *The Colorado Review of Hispanic Studies*, vol. 7, 2009.

LIMA, Luiz Costa. *Trilogia do Controle*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

LONG, Pamela O. “Objects of Art/Objects of Nature: visual representation and the investigation of nature”. In: SMITH, Pamela H. e FINDLEN, Paula (edits.). *Merchants & Marvels. Commerce, Science, and Art in Early Moderne Europe*. Nova York/Londres: Routledge, 2002.

LOPE BLANCH, Juan M. “Los indoamericanismo en el *Tesoro* de Covarrubias”. In: *Nueva Revista de Filología Hispánica*, 26, n. 2, 1977.

LÓPEZ PÉREZ, Miguel e REY BUENO, Mar. “Simón de Tovar (1528 – 1596): redes familiares, naturaleza americana y comercio de maravillas en Sevilla del XVI”. In: *Dynamis: Acta Hisp. Med. Sci. Hist. Illus*, n. 26, 2006.

LÓPEZ PIÑERO, José María (edit.). *El códice de Jaume Honorat Pomar (c. 1550 – 1606). Plantas y animales del viejo mundo y de America*. València: Ajuntament de Valencia, 2000.

LÓPEZ PIÑERO, José María. *Ciencia y Técnica en la sociedad española de los siglos XVI y XVII*. Barcelona: Labor Universitaria, 1979.

_____. *Medicina e Historia Natural em la sociedad española de los siglos XVI e XVII*. València: Publicaciones de la Universidad de Valencia, 2007.

LOPEZ PIÑERO, José Maria e PARDO TOMÁS, José. *La influencia de Francisco Hernández (1512-1587) en la constitución de la botánica y la materia médica modernas*. Valencia: Universitat de València, 1996.

LOWOOD, Henry. “The New World and the European Catalogo f Nature”. In: KUPPERMAN, Karen Ordahl. *America in the European Consciousness 1493-1750*. London: Institute of Early American History and Culture, 1995.

LUPHER, David A. *Romans in a New World: classical models in the sixteenth-century Spanish America*. Michigan: University of Michigan Press, 2003.

LUZ AYALA, María de la. “La Historia natural en el siglo XVI: Oviedo, Acosta y Hernández”. In: *Estudios Del Hombre*. Disponível em: <http://148.202.18.157/sitios/publicacionesite/ppperiod/esthom/esthompdf/esthom20/19-37.pdf> Acesso em 12/05/2013.

LYONS, Martyn. *Historia de la Lectura y de la Escritura em el mundo occidental*. Buenos Aires: Editoras del Calderón, 2012.

MAC CORMACK, Sabine. *On the wings of the time: Rome, the Incas, Spain, and Peru*. Princeton: Princeton University Press, 2007.

MALAVIALLE, Renaud. “La geste castillane et la construction de l’espace impérial hispanique dans la *Historia de los hechos de los castellanos en las Islas y Tierra firme del mar océano* d’Antonio de Herrera y Tordesillas (1549-1625)”. In: *e-Spania*, n. 14, 2012. Disponível em: <https://e-spania.revues.org/21948?lang=pt#quotation> . Acesso em 03 Ago. 2015.

MALDONADO POLO, Jose Luis. *Las huellas de la razón: la expedición científica de Centroamérica (1795-1803)*. Madrid: CSIC, 2001.

MANSI PORTO, Carmen. “Los mapas de las Relaciones Geográficas de Indias de la Real Academia de la Historia”. In: *Revista de Estudios Colombinos*, n. 8, jun. 2012.

MANZANO MANZANO, Juan. *Historia de las Recopilaciones de Indias*. Madrid: Instituto de Cooperación Iberoamericana/ Gráfica 82, 1991.

MARCOCCI, Giuseppe. “Construindo um império à sombra de Maquiável”. In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes e BAGNO, Sandra (org.). *Maquiavel no Brasil: dos descobrimentos ao século XXI*. Rio de Janeiro: FGV/ Faperj / Companhia das Índias, 2015.

MARTÍNEZ MILLÁN, José. *Felipe II (1527-1598) Europa y la Monarquía Católica*. Madrid, Editorial Parteluz, 1998.

MARTÍNEZ RUIZ, Enrique (org.). *Felipe II, la ciencia y la técnica*. Madrid: Actas Editorial, 1999.

MASON, Peter. *Before Disenchantment: Images of Exotic Animals and Plants in the Early Modern World*. London: Reaktion Books, 2009.

MEGIANI, Ana Paula Torres. “Memória e conhecimento do mundo: coleções de objetos, impressos e manuscritos nas livrarias de Portual e Espanha, séculos XV-XVII”. In: *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, vol. 17, n. 1, Jan.- Jun, 2009.

MENÉNDEZ DE LUARCA, Luis Ramón Laca. “Las Plantas Vasculares de la península Ibérica en la obra de Clusio: Envío de Semillas de Sevilla a Leiden. In: *Annales Jardín Botánico de Madrid*, vol. 55, 1997.

MENENDEZ PIDAL, GONZALO. *Imagen del Mundo hacia 1570 según noticias del consejo de Indias y de los tratadistas españoles*. Madrid: Consejo de la hispanidad, 1944.

MIGUEL ALONSO, Aurora. “Las ediciones de la obra de Dioscórides en el siglo XVI. Fuentes Textuales e iconográficas”. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/obra/las-ediciones-de-la-obra-de-dioscrides-en-el-siglo-xvi-fuentes-textuales-e-iconograficas-0/> Acesso em 27/05/2015.

MIGNOLO, Walter. “Cartas, crónicas y relaciones Del descubrimiento y la conquista”. In: MADRIGAL, Luís Iñigo (coord.). *Historia de la literatura hispanoamericana*. Tomo I. Madrid: Cátedra, 1998.

_____. “El lado más oscuro del Renacimiento”. In: *Universitas Humanística*, n. 67, jan./jun., 2009.

_____. “El Mandato y la ofrenda: la Descripción de la Ciudad y Provincia de Tlaxcala, de Diego Muñoz Camargo, y las Relaciones de Indias.” In: *Nueva Revista de Filología Hispánica*, Tomo XXV, 1987.

MILLONES FIGUEROA, Luis. “Indianos problemas: la Historia Natural del Doctor Juan de Cardenas”. In: BUSTAMANTE GARCÍA, J. e QUIJADA M. (eds.). *Élites intelectuales y modelos colectivos: mundo ibérico (siglos XVI–XIX)*. Madrid: CSIC, 2002.

_____. “La intelligentsia jesuítica y la naturaleza del Nuevo Mundo. In: LEDEZMA, Domingo e MILLONES FIGUEROA, Luis. *El saber de los jesuítas, historias naturales y el Nuevo Mundo*. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuet, 2005.

MIRANDA, Marcella F. G. Moreira de. *Aspectos práticos de uma teoria absoluta: a monarquia e as Cortes na Espanha de Felipe II (1556-1598)*. São Paulo: [s.n.], 2014. Dissertação de Mestrado.

MONTCHER, Fabián. *La Historiografía real em el contexto de interacción hispano-francesa*. Madrid: [s.n.], 2013. Tese de Doutorado.

_____. “Acquérir, partager et contrôler l’information sous le règne de Philippe III d’Espagne. Le cas de l’historiographe royal Antonio de Herrera (1549-1626)”. In: *Circé. Histoires Cultures & Sociétés*, n. 1, 2012.

MORALES, Antonio e MARIANO, Esteban (orgs.). *¿Alma de España? Castilla en las interpretaciones del pasado Español*. Madrid: Marcial Pons, 2005.

MORALES FOLGUERA, José Miguel. *La construcción de la utopía: el proyecto de Felipe II (1556-1598) para Hispanoamérica*. Madrid: Universidad de Málaga/ Biblioteca Nueva, 2001.

MORA MÉRIDA, José Luis. “Legislación Técnico-Científica para la América Española (siglo XVI)”. In: GARCÍA HOURCADE, Juan Luis e MORENO YUSTE, Juan Manuel (coord.). *Andrés Laguna. Humanismo, Ciencia y Política en la Europa Renacentista*. Valladolid: Junta de Castilla y León/ Consejería de Educación y Cultura, 2001.

MOROCHO GAYO, Gaspar. “Una historia de Felipe III escrita por Pedro de Valencia. In: *Homenaje al professor Juan Torres Fontes*, vol. II. Murcia: Universidad de Murcia/ Academia Alfonso X, el Sabio, 1987.

MUCHEMBLED, Robert. *Uma história do diabo*. Rio de Janeiro: Bom texto, 2001.

MUNDY, Barbara. *The mapping of New Spain. Indigenous cartography and the maps of the Relaciones Geográficas*. Chicago: University of Chicago, 1996.

MUÑOZ CALVO, Sagrario. “Andrés Laguna, observador de la naturaleza castellana”. In: GARCÍA HOURCADE, Juan Luis e MORENO YUSTE, Juan Manuel (coord.). *Andrés Laguna. Humanismo, Ciencia y Política en la Europa Renacentista*. Valladolid: Junta de Castilla y León/ Consejería de Educación y Cultura, 2001.

MUSSET, Alain. “Décrire pour gouverner. Les Relations qui doivent être faites pour la description des Indes de 1577” In: *Enquête*. Paris, EHESS, 2003.

NAVARRO BROTÓNS, Victor e EAMON, William. “Spain and the Scientific Revolution: Historiographical questions and conjectures”. In: NAVARRO BROTÓNS, Victor e EAMON, William (orgs.). *Más allá de la Leyenda Negra. España y la Revolución Científica*. Valencia: Instituto de Historia de la Ciencia y Documentación López Piñero, 2007.

NIETO OLARTE, Mauricio. “Ciencia, império, modernidad y eurocentrismo: el mundo atlántico del siglo XVI y la comprensión del Nuevo Mundo”. In: *Historia Crítica*, nov. 2009, pp. 12-32. Disponível em: <http://historiacritica.uniandes.edu.co/view.php/615/index.php?id=615> Acesso em 10/09/2012.

_____. “La Comprensión del Nuevo Mundo: Geografía e Historia Natural en el siglo XVI.” Disponível em: <http://historiadela-ciencia-mnieto.uniandes.edu.co/publicaciones.html> Acesso em 20/10/2012.

_____. *Las máquinas del imperio y el reino de Dios. Reflexiones sobre ciencia, tecnología y religión en el mundo atlántico del siglo XVI*. Bogotá: Uniandes, 2013.

_____. *Remedios para el imperio. Historia Natural y la apropiación del Nuevo Mundo*. Bogotá: Uniandes/Ceso, 2006.

O’GORMAN, Edmundo. “Prólogo”. In: ACOSTA, José de. *Historia Natural y Moral de las Indias*. México: Fondo de Cultura Económica, 1985.

OGILVIE, Brian W. “The many books of nature: Renaissance naturalists and information overload”. In: *Journal of the History of Ideas* Vol. 64, No. 1, Jan., 2003.

OLIVEIRA, Flávia Preto de Godoy. *Entre o fabuloso e o verossímil: crônicas e epistemologia no processo de cognição da América*. Campinas: [s.n.], 2010.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Terra à vista. Discurso do Confronto: velho e novo mundo*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

_____. *The science of describing: natural history in Renaissance Europe*. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

PAGDEN, Anthony. “From empire to federation”. In: SAUER, E. e RAJAN, B. (edit.). *Imperialisms: Historical and Literary Investigations*. Palgrave McMillan, 2004.

_____. *Lords of all the World: Ideologies of Empire in Spain, Britain and France c.1500-c.1800*. New Haven: Yale Press, 1995.

PANIAGUA PÉREZ, Jesús. “Estudios Introdutórios”. In: VALENCIA, Pedro de. *Obras Completas – Relaciones de Indias*. Vol. V. León: Secretariado de Publicaciones de la Universidad, 2001a.

_____. “El humanismo español y la crónica oficial de Indias de Pedro de Valencia”. In: *Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien*, n. 76-77, 2001b.

_____. “Lo fantástico en las ‘Relaciones de Indias’ de Pedro de Valencia. In: NETO IBÁÑEZ, J. María (coord.). *Humanismo y tradición clásica en España y América II*. León: Universidad de León, 2004.

_____. “Pedro de Valencia, cronista e historiógrafo oficial de las Indias (1607-1620)”. *Anuario de estudios americanos*, Vol. 53, n. 2, 1996.

PAPAVERO, Nelson e TEIXEIRA, Dante M. “Os viajantes e a biogeografia”. In: *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, vol. III (suplemento), 2001.

PARDO TOMÁS, José e LÓPEZ TERRADA, María Luz. “Alimentos, drogas y medicamentos em las primeras relaciones y crónicas de Indias”. In: LÓPEZ PIÑERO, J. M. *Viejo y Nuevo Continente: la medicina en el encuentro de dos mundos*. Madrid: Multprint Iberica, 1992.

PARDO TOMÁS, José. *El tesoro natural de América: Colonialismo y Ciencia en el siglo XVI*. Madrid: Novatores, 2002.

_____. “Escrito em la rebotica. Coleccionismo naturalista y practicas de escritura en el gabinete de curiosidades de la familia Salvador. Barcelona, 1626-1857.” In: *Cultura Escrita & Sociedade*, n. 10, 2010.

_____. “La difusión en la Italia del siglo XVI de las obras españolas sobre historia natural y materia médica americanas”. In: LÓPEZ PIÑERO, José M. (coord.). *Viejo y Nuevo Continente: la medicina en el encuentro de dos mundos*. Madrid: Saned, 1992.

_____. “La expedición de Francisco Hernández a México”. In: MARTÍNEZ RUIZ, Enrique (coord.). *Felipe II, la ciencia y la técnica*. Madrid: Actas, 1999.

PARKER, Geoffrey. *Imprudent King a New Life of Philip II*. New Haven/ London: Yale University Press, 2014.

PÉREZ MALLAÍNA, Pablo E. “Botânica e cartografia: a explosão da ciência”. In: SHAW, Carlos. *Sevilha, século XVI: De Colombo a D. Quixote, entre a Europa e as Americas - o coração e as riquezas do mundo*. Lisboa: Terramar, 1992.

PÉREZ PASTOR, Cristóbal. “Testamento de Antonio de Herrera”. In: *Boletín de la Real Academia de la Historia*. Tomo 25, 1894. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor-din/testamento-de-antonio-de-herrera-0/html/> Acesso em 03 Ago. 2015. k

PERROMAT AUGUSTÍN, Kevin. “Las ‘reglas de la historia’: cronistas de Indias, apropiaciones legítimas y plagios en el discurso historiográfico renacentista y barroco”. In: *Actas del Séminaire Amérique Latine du Centre de Recherches Interdisciplinaires sur les Mondes Ibériques Contemporains* (Université de la Sorbonne, Paris IV). Disponível em: <http://www.crimic.paris-sorbonne.fr/actes/sal4/perromat.pdf> acesso 30/04/2015.

PESTRE, Dominique. “Por uma História Social e Cultural das Ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens”. In: *Cadernos IG/Unicamp*, vol. 6, número 1, 1996.

PETRUCCI, Armando. *Libros, escrituras y bibliotecas*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2011.

_____. “Pouvoir de l’écriture, pouvoir sur l’écriture dans la Renaissance italienne”. In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, n. 4, 1988.

PHELAN, John Leddy. “Authority and Flexibility in the Spanish Imperial Bureaucracy.”. In: BURKHOLDER, Mark. *Administrators of Empire*. Aldershor: Ashgate, 1999

PIMENTEL, Juan.

_____. “La naturaleza representada: el gabinete de maravillas de Franco D’ávila”. In: BUSTAMANTE GARCÍA, J. e QUIJADA M. (eds.). *Élites intelectuales y modelos colectivos: mundo ibérico (siglos XVI–XIX)*. Madrid: CSIC, 2002.

_____. “Qué es la Historia Cultural de la Ciencia?”. In: *Arbor. Pensamiento y Cultura*, CLXXXVI, 2010.

_____. “The Iberian Vision: Science and Empire in the Framework of Universal Monarchy, 1500 – 1800”. *Osiris*, Vol. 15, 2001.

_____. *El Rinoceronte y el Megaterio: un ensayo de morfología histórica*. Madrid: Abada Editores, 2010.

PONCE LEIVA, Pilar. “Las Ordenanzas sobre descripciones (1573), su aplicación en la Real Audiencia en Quito” In: SOLANO, Francisco de. *Cuestionarios para la formación de las Relaciones Geográficas de Indias. Siglos XVI/XIX*. Madrid: CSIC, 1988b.

_____. “Los cuestionarios oficiales: ¿un sistema de control de espacio?” In: SOLANO, Francisco de. *Cuestionarios para la formación de las Relaciones Geográficas de Indias. Siglos XVI/XIX*. Madrid: CSIC, 1988a.

_____. “Estudio introductorio”. In: PONCE LEIVA, Pilar (ed.). *Relaciones Historico-Geograficas de la Audiencia de Quito. S. XVI – XIX*. Tomo I (S. XVI). Madrid: CSIC, 1991.

POOLE, Stafford. *Juan de Ovando: Governing the Spanish Empire in the reign of Philip II*. Norman: University of Oklahoma Press, 2004.

POZUELO YVANCOS, José Marái. *López de Velasco en la teoría gramatical del siglo XVI*. Murcia: Universidad, 1981.

PORTUONDO, Maria M. “Cosmography at the *Casa, Consejo* and *Corte* during the century of discovery”. In: BLEICHMAR, Daniela, DE VOS, Paula, HUFFINE, Kristin e SHEEHAN, Kevin. *Science in the Spanish and Portuguese Empires (1500 -1800)*. Stanford: Stanford University Press, 2009.

PORTUONDO, Maria M. *Secret Science: the Spanish cosmography and New World*. Chicago: University of Chicago Press, 2009.

PRATT, Mary L. *Olhos do Império*. Bauru: Edusc, 1999.

PRIETO, José Manuel. *La cultura escrita*. Madrid: CSIC, 2013

PUERTO, Javier. *La Leyenda Verde: naturaleza, sanidad y ciencia en la corte de Felipe II (1527-1598)*. Valladolid: Junta de Castilla y León, Consejería de Educación, 2003.

PUIG-SAMPER, Miguel A. e PELAYO, Francisco. “Las expediciones botánicas al Nuevo Mundo durante el siglo XVIII. Una aproximación histórico-bibliográfica”. In: SOTO ARANGO, Diana, PUIG-SAMPER, Miguel e ARBOLEDA, Luis C. (editores). *La Ilustración en América Colonial*. Madrid: CSIC, 1995.

RABASA, José. *Inventing A-m-e-r-i-c-a. Spanish Historiography and the formation of Eurocentrism*. London/ Norman: University of Oklahoma Press, 1993.

RAMOS, Demetrio. “La institución del cronista de Indias combatida por Aguado y Simón”. In: *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, 1963. Disponível em: <http://www.revistas.unal.edu.co/index.php/achsc/article/view/29624> Acesso em 20/03/2015.

RAMOS, DemetriO e MIJARES, Lucio (org.) *Estructuras, gobierno y Agentes de administración en la América Española (Siglos XVI, XVII e XVIII)*. Valladolid: Instituto de Cooperación Iberoamericana, 1984.

REBOK, Sandra. “Alexander von Humboldt y el modelo de la Historia Natural y Moral”. In: *International Review for Humboldtian Studies*, vol. II, ano 3, 2001. Disponível em: <http://www.uni-potsdam.de/u/romanistik/humboldt/hin/rebok-HIN3.htm> Acesso em 30/04/2013.

REDONDO, Agustín. “Exaltación de España y preocupaciones pedagógicas alrededor de 1580: las reformas preconizadas por Juan López de Velasco, cronista y cosmógrafo de Felipe II”. MARTÍNEZ MILLÁN, José (org.). *Europa dividida: la Monarquía Católica de Felipe II*. Madrid, 1999.

REEDS, Karen Meier. “Renaissance humanism and botany”. In: *Annals of Science*, 33, 1976.

REEDS, Karen Meier e KINUKAWA, Tomomi. “Natural history from the twelfth through the fifteenth centuries”. In: LINDBERG, David e SHANK, Michael. *The Cambridge History of Science*. Vol. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

REIS, Anderson Roberti dos e FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira. “1492: partos do fecundo oceano. Relatos históricos sobre o descobrimento da América em dois tempos (as Décadas de Anglería e de Herrera)”. In: *Varia Historia*, vol. 30, n. 54, 2014.

_____. “A crônica como gênero e documento histórico”. In: *Idéias*, Ano 13 (2), 2006.

RICHARDSON, J. S. “Imperium Romanum: empire and the language of power”. In: ARMITAGE, David (edit.). *Theories of Empire (1450-1800)*. Aldershot: Ashgate, 1998.

ROBERTS, Lissa. “A World of Wonders, a World of One”. In: SMITH, Pamela H. e FINDLEN, Paula (edits.). *Merchants & Marvels. Commerce, Science, and Art in Early Moderne Europe*. Nova York/Londres: Routledge, 2002.

ROCHA, Marcelo. *Papéis Selados. Carreira Jurídica, estégias de reputação e poder na Nova Espanha (1580-1730)*. Rio de Janeiro: Mauad/ Faperj, 2010.

RODILLA LEÓN, María José. “Bestiarios del Nuevo Mundo: Maravillas de Dios o Engendros del Demonio”. In: *Destiempos*, Ano 3, n. 14, 2008.

ROSSI, Paolo. *A ciência e a filosofia dos modernos*. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

_____. *Naufrágios sem espectador: a ideia de progresso*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

RUBIÉS, Joan Pau. “Imagen mental e imagen artística en la representación de los pueblos no europeos. Salvajes y civilizados, 1500-1650”. In: PALOS, Joan Lluís e CARRIÓ-INVERNIZZI, Diana (orgs.). *La historia imaginada*. Barcelona: CEEH, 2008.

SACCHI, Duccio. “Gathering, Organization and Production of information in the sixteenth century in Hispanic America”. In: *Fernand Braudel Center*, vol. 23, n. 2, 2000.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SALABERT FABIANI, Vicente I. “La imprenta y la difusión y comunicación científica de los saberes y las técnicas (1561-1600)”. In: MARTÍNEZ RUIZ, Enrique (org.). *Felipe II, la ciencia y la técnica*. Madrid: Actas Editorial, 1999.

SALINERO, Gregorio e LEBEAU, Christine, “Présentation”. In *Mélanges de la Casa de Velázquez*, n., 2 (Tome 44), 2014. Disponível em: www.cairn.info/revue-melanges-de-la-casa-de-velazquez-2014-2-page-9.htm. Acesso 03/03/2015.

SÁNCHEZ, Antonio. *La Espada, la cruz y el Padrón. Soberanía, fe y representación cartográfica en el mundo ibérico bajo la Monarquía Hispánica, 1503-1598*. Madrid: CSIC, 2013.

SANDMAN, Alison. “Mirroring the World: sea charts, navigation, and territorial claims in sixteenth-century Spain”. In: SMITH, Pamela H. e FINDLEN, Paula (edits.). *Merchants & Marvels. Commerce, Science, and Art in Early Moderne Europe*. Nova York/Londres: Routledge, 2002.

_____. “Controlling Knowledge. Navigation, Cartography, and Secrecy in the Early Modern Spanish Atlantic.” In: DELBOURGO, James e DEW, Nicholas. *Science and empire in the Atlantic world*. London: Routledge, 2008.

SAUER, Jonathan D. “Changing perception and exploitation of New World Plants in Europe, 1492-1800”. In: ALLEN, M. e BENSON, R. e L. (edits.). *Images of America: The Impact of the New World on the Old*. Berkeley, Los Angeles, Londres: University of California Press, 1976.

SCHÄFER, Ernesto. *El Consejo Real y Supremo de las Indias*. 2 vols. Madrid: Junta de Castilla y León / Marcial Pons, 2003.

SCHIEBINGER, Londa e SWAN, Claudia (edit.). *Colonial Botany: Science, commerce, and politics in the Early Modern World*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2005.

SECORD, James A. “Knowledge in Transit”. *Isis*. Vol. 95, n. 4, dezembro, 2004.

SEED, Patricia. *Cerimônias de Posse na Conquista Europeia do Novo Mundo (1492-1640)*. São Paulo: Unesp, 1999.

SERBAT, G. “Introducción General”. In: PLÍNIO, EL VIEJO. *Historia Natural*. Libros I-II. Madrid: Gredos, 1995.

SHAPIN, Steven e SCHAFFER, Simon. *El Leviathan ya la bomba de vacío: Hobbes, Boyle y la vida experimental*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2005.

SLATER, JOHN. *Todos son Hojas: literatura y historia natural en el barroco español*. Madrid: CSIC, 2010.

SMITH, Pamela H. e FINDLEN, Paula. “Commerce and the Representation of Nature in Art and Science”. In: SMITH, Pamela H. e FINDLEN, Paula (edits.). *Merchants & Marvels. Commerce, Science, and Art in Early Moderne Europe*. Nova York/Londres: Routledge, 2002.

SOLANO, Francisco. “Significación y tipología de los cuestionarios de Indias”. In: SOLANO, Francisco de. *Cuestionarios para la formación de las Relaciones Geográficas de Indias. Siglos XVI/XIX*. Madrid: CSIC, 1988.

STADLER, Thiago David. “Poder e conhecimento em Plínio, o Velho”. In: *Espaço Plural*, n. 30, 2014. Disponível em: [file:///C:/Users/Flavia/Downloads/10848-38859-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Flavia/Downloads/10848-38859-1-PB%20(1).pdf) . Acesso em: 15 jan. 2015.

SWAN, Claudia. “The uses of realism in Early Modern Illustrated Botany”. In: GIVENS, Jean A., REEDS, Karen M. e TOUWAIDE, Alain (edits.). *Visualizing Medieval Medicine and Natural History, 1200-1550*. Vermont: Ashgate, 2006.

TALBOT, Charles H. “America and the European Drug Trade”. In: ALLEN, M. e BENSON, R. e L. (edits.). *First Images of America: The Impact of the New World on the Old*. Vol II. Berkely, Los Angeles, Londres: University of California Press, 1976.

TANZI, Héctor José. “La Junta de Guerra de Indias” In: *Revista Chilena de Historia del Derecho*, n. 5, 1969.

TEIXEIRA, Dante Martins. “A Curiosa História dos Tatus: Um improvável Símbolo Renascentista do Novo Mundo”. In: KANTOR, Iris, THOMAS, Werner et. al. *Um mundo sobre papel: livros, gravuras e impressos flamengos nos impérios português e espanhol (séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Edusp, 2014.

THEODORO, Janice. *América Barroca*. São Paulo: Edusp; Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

THOMAS, Werner e STOLS, Eddy. *Un mundo sobre papel. Libros y grabados flamencos en el imperio hispanoportugués (siglos XVI-XVIII)*. Lavaina/ La Haya: Acco, 2009.

TORREJÓN, Fernando e CISTERNAS, Marco. “Alteraciones del paisaje ecológico araucano por la asimilación mapuche de la agroganadería hispano-mediterránea (siglos XVI y XVII)”. In: *Revista Chilena de Historia Natural*, n. 75, 2002.

VALCÁRCEL MARTÍNEZ, Simón. *Las crónicas de Indias como expresión y configuración de la mentalidad renacentista*. Granada: Disputación Provincial de Granada, 1997.

VASCONCELOS, José Antônio. “História e Pós-estruturalismo”. In: RAGO, Margareth e GIMENES. Renato Aloizio de Oliveira (orgs.). *Narrar o Passado, Repensar a História*. Campinas: IFCH, 2000.

VILAR, Sylvia. “La trajectories des curiosités espagnoles sur les Indes. Trois siècles d’ “Interrogatorios” et “Relaciones””. In: *Mélanges de la Casa de Vélazquez*, n. 1, vol. 6, 1970. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/casa_0076-230x_1970_num_6_1_1020 acesso 05/01/2015.

VIDAL, Silvina. “Teoria y práctica historiográfica en la España Moderna: el caso de Antonio Herrera y Tordesillas (1559-1625)”. Disponível em: https://www.academia.edu/6663626/Teor%C3%ADa_y_pr%C3%A1ctica_historiogr%C3%A1fica_en_la_Espa%C3%B1a_Moderna_el_caso_de_Antonio_Herrera_y_Tordesillas_1559-1625 03/06/2015.

VILCHIS, Jaime. *La recepción de la Historia Natural Americana: Siglos XVI-XVIII*. Madrid: Ediciones Akal, 1998.

VOGEL, Klaus A. “Cosmography”. In: PARK, K. e DASTON, L. (org.). *The Cambridge History of Science. Early Modern Science*. Vol. 3. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

WHITAKER, Katie. “The culture of curiosity”. In: JARDINE, N., SECORD, J. e SPARY, C. *Cultures of Natural History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

ZARCO CUEVAS, Julian. “Notas Históricas”. In: ZARCO CUEVAS, J. *Catálogo de los Manuscritos Castellanos de la Biblioteca de El Escorial*. Madrid: Imprenta Helenica, 1924.